

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

DÉBORA DE FARIA MAIA

**AS “MULHERES DE AZUL” DA ACADEMIA FEMININA DE LETRAS E ARTES
DE GOIÁS: TRAJETÓRIAS, (RES) EXISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE
INTELECTUAIS E ARTISTAS GOIANAS (1969-1993)**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARADISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Débora de Faria Maia

3. Título do trabalho

As "Mulheres de Azul" da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás: Trajetórias, (Res) Existências e Estratégias de Intelectuais e Artistas goianas (1969-1993)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORA DE FARIA MAIA, Discente**, em 11/03/2021, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 11/03/2021, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1936268** e o código CRC **2C83F8AA**.

Referência: Processo nº 23070.010702/2021-14

SEI nº 1936268

DÉBORA DE FARIA MAIA

**AS “MULHERES DE AZUL” DA ACADEMIA FEMININA DE LETRAS E ARTES
DE GOIÁS: TRAJETÓRIAS, (RES) EXISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE
INTELECTUAIS E ARTISTAS GOIANAS (1969-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Maia, Débora de Faria

As "Mulheres de Azul" da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás: Trajetórias, (Res) Existências e Estratégias de Intelectuais e Artistas goianas (1969-1993) [manuscrito] / Débora de Faria Maia. - 2021.

0 340 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, fotografias.

1. Relações de Gênero. 2. Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás . 3. Mulheres. 4. História. 5. Crítica Feminista. I. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **015/2021** da sessão de Defesa de Dissertação de **Débora de Faria Maia**, que confere o título de Mestre (a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dois do mês de março do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **15h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“As “Mulheres de Azul” da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás: Trajetórias, (Res) Existências e Estratégias de Artistas e Intelectuais goianas (1969-1993)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Murilo Borges Silva (UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido (a) o (a) candidato (a) **aprovado (a)** pelos seus membros com louvor e distinção, recomendando - se para publicação pelo mérito do trabalho realizado. Proclamados os resultados pelo (a) Professor (a) Doutor (a) **Ana Carolina Eiras Coelho Soares**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dois do mês de março do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

As "Mulheres de Azul" da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás: Trajetórias, (Res) Existências e Estratégias de Intelectuais e Artistas goianas (1969-1993).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 11/03/2021, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria De Magalhães, Professora do Magistério Superior**, em 11/03/2021, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 11/03/2021, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Borges Silva., Professor do Magistério Superior**, em 11/03/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1936265** e o código CRC **9377699D**.

Referência: Processo nº 23070.010702/2021-14

SEI nº 1936265

AGRADECIMENTOS

Este momento da pesquisa é considerado como um espaço onde me aproximo do (a) leitor (a). Estarei aqui expressando sentimentos de afeto e gratidão após uma jornada de dois anos de pesquisas, estudos, avanços e recuos, lágrimas e sorrisos. No primeiro momento, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG) por todo o apoio concedido na realização deste trabalho. Agradeço a todos os técnicos do corpo administrativo da Faculdade de História, espaço este que me acolhe desde 2014, quando iniciei a minha graduação em Licenciatura - História.

Estendo minha gratidão, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão do auxílio financeiro sem o qual esta pesquisa não teria sido possível com o devido conforto e disponibilidade. Igualmente, ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás - UFG pela aprovação desta pesquisa sob o nº CAAE 08394419.7.0000.5083 Parecer 3.223.040.

Agradeço à coordenação de Professores e Professoras da Faculdade de História e Pós-Graduação, que me formaram e capacitaram-me para que eu me tornasse a profissional que sou hoje. Em especial, a Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Eiras Coelho Soares, mulher e educadora admirável, minha orientadora, a qual me acompanha e me vê crescer desde a Iniciação Científica (PIBIC) que realizei no ano de 2015, da qual se deriva a presente Dissertação de Mestrado. Agradeço, também, à Prof.^a Dr.^a Sônia Maria Magalhães, minha inesquecível supervisora de Estágio Docência durante os anos de 2016 e 2017 e, igualmente, minha orientadora da Iniciação Científica (PIBIC) da qual participei no ano de 2016. São momentos em que cresci como pesquisadora e aprendi a ter paciência comigo mesma.

Agradeço aos professores Dr. Murilo Borges Silva e, novamente, Dr.^a Sônia Maria Magalhães, pela leitura desta pesquisa em minha Qualificação, um dos momentos mais importantes da confecção do trabalho. Estendo os meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Diva do Couto Gontijo Muniz por ter aceito o convite, porém, devido à pandemia do Covid-19, não pôde participar da banca de Qualificação, mas, ainda assim, leu o meu trabalho e me enviou suas considerações por e-mail. Gratidão pela atenção de vocês.

Agradeço à Maria Elizabeth Fleury Teixeira pela disponibilidade e consideração com este trabalho. Como presidenta da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), entre 2019 e 2020, sendo filha de Maria do Rosário Fleury (1913-1993), sua atenção e apreço pelas minhas pesquisas são muito significativas. Obrigada por ter me recebido e aberto as portas dos arquivos. Foram inúmeras as minhas idas e vindas, tardes e manhãs que passei na

AFLAG na presença dos documentos na euforia da pesquisa. Agradeço também às mulheres entrevistadas: Maria Elizabeth Fleury Teixeira, Augusta de Faro Fleury de Melo, Lena Castello Branco, Ercília Macedo-Eckel, Maria do Rosário Cassimiro, vocês compuseram a trama e contribuíram, imensamente, com suas memórias, diálogos, trocas e reflexões colocadas à disposição para compor a presente Dissertação de Mestrado.

Confeccionar uma Dissertação e/ou Tese em um momento tão delicado com o qual a humanidade vive e atravessa com inúmeras perdas, a Pandemia do Covid-19 (2020), que suspendeu planos, metas, sonhos, encontros, não foi fácil. Sem o afeto e a paciência daqueles em que confio e admiro teria se tornando ainda mais difícil a escrita deste trabalho. São mulheres magníficas e irmãs de coração, dentre aquelas que mais acompanharam a minha trajetória nestes dois anos, Madalena, raio de luz, artista e poeta, Victoria, irmã de alma, Tainara, menina amável e de uma espiritualidade cativante, Janaína, mulher selvagem e incansável. Eu as amo e admiro demasiadamente. Àquelas, que aqui não foram nomeadas, estendo a minha admiração. Quero me rodear de mulheres fortes como vocês.

Aos amigues do Grupo de Estudo em Gênero da Universidade Federal de Goiás (GEPEG – UFG), minha gratidão pelas trocas, sensibilidades, piqueniques e abraços. Especialmente à Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, sua garra e determinação me emocionam, espero ver você brilhar cada vez mais, e à Flávia Pereira Machado, mulher, mãe, pesquisadora, militante, obrigada por ser inspiração. Agradeço imensamente a leitura, revisão e correção deste trabalho à professora Vivian Bueno Cardoso, com sua paciência e atenção, você foi essencial. Ao meu amigo, amante, amor de alma, João, por todos os abraços e calma proporcionados em tempos tão difíceis e em momentos com os quais precisei segurar para não me perder.

Não foram momentos fáceis, principalmente, para aqueles que precisaram lutar pela vida, contra o medo e a desolação. Sairemos mais humanos, assim espero, destes tempos tão sombrios! Para compor a narrativa dos meus agradecimentos não poderia deixar de mencionar meu pai, pois sem as nossas conversas sobre o mundo, regadas de uma longa xícara de café e calma, eu não teria crescido tanto e não teria me sentido segura. Você é o homem mais especial que conheço, cuja sensibilidade eu herdei. Esses afetos também estendo à minha mãe, a mulher mais justa que conheço, e ao meu irmão.

Não poderia faltar o amor dos meus bichinhos, ao Bolinha, Mel, Neguinho, minha vida sem vocês seria amargurada e triste. Quantas vezes não parei a escrita solitária deste trabalho para brincar com vocês? Quantas vezes não me deitei para dormir sentindo o calor de seus corpinhos? Esses dois anos foram complexos, recheados de experiências que

potencializaram tanto os meus melhores lados, quanto os piores: a ansiedade, o sentimento de não pertencimento e a insegurança. Foram inúmeras as existências e (res) existências possíveis que tive e continuo precisando ter dentro de mim mesma.

Para todes e todos que leem este trabalho e, especialmente, para todas as mulheres que existem e (res) existem pelo mundo a fora, aquelas que existiram e (res) existiram na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), sejam as mais velhas ou as mais jovens, as que se fazem mães, cientistas, pesquisadoras, escritoras, artistas, esposas, filhas, irmãs, amigas, avós, estendo para vocês todo o meu amor e afeto.

Que tenhamos coragem.

Que tenhamos saúde.

“... eu diria à mulher inteligente - molha a pena no sangue de teu coração e insufla nas tuas criações a alma enamorada que te anima [...] deixarás como vestígio [...] ressonância em todos os séculos”.

Narcisa Amália. 1889. In. TELLES, Norma. *Encantações*. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 295.

RESUMO

A presente pesquisa é um estudo histórico acerca da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG) e suas mulheres, fundada em 1969, em Goiânia. O trabalho enfatiza a trajetória da escritora e intelectual Maria do Rosário Fleury (1913-1993) (Rosarita Fleury), idealizadora da AFLAG, que reuniu esse grupo e o organizou institucionalmente. Para tal, por meio de uma análise discursiva, o aporte teórico e metodológico da pesquisa encontra-se nos autores: Joan Scott (1995), através da categoria de *gênero*, Michel Foucault (1996, 2014, 2018, 2019) e suas definições de *poder* e *discurso*, junto a Pierre Bourdieu (1989, 2004, 2018) para compreendermos o *campo intelectual* e o *cânone*. As fontes são: os Anuários, Estatutos, Atas e Relatórios, entre 1969 e 1993, produzidos pela instituição, jornais avulsos da época e entrevistas coletadas entre as mulheres do quadro fundador. Os discursos e as construções de gênero consolidaram “lugares” para o “masculino” e o “feminino”, produzindo hierarquias e legitimando práticas sexistas que invalidaram a produção artística e intelectual das mulheres. Instituições como a Academia Brasileira de Letras (1897) e a Academia Goiana de Letras (1939) estruturaram-se perante a sociedade tendo como base esses mesmos discursos e práticas, pois não aceitavam mulheres em seus quadros. Dito isso, essas mulheres goianas estavam reivindicando um espaço de reconhecimento e a autoafirmação como intelectuais e artistas, (re) negociando lugares e atribuindo sentidos outros para as suas existências. Para isso estratégias e alianças foram consolidadas com intuito de burlarem e resistirem às barreiras do campo intelectual goiano, profundamente, masculino. Enfatizar as resistências e existências dessas mulheres auxilia na promoção de políticas públicas e práticas sociais mais inclusivas e democráticas.

Palavras chave: Relações de Gênero. Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Mulheres. História. Crítica Feminista.

ABSTRACT

The present research is a historical study about the Goiás Feminine Academy of Letters and Arts (AFLAG) and its women, founded in 1969, in Goiânia. We will emphasize the trajectory of the writer and intellectual Maria do Rosário Fleury (1913-1993) (Rosarita Fleury), creator of this initiative, which brought this group together and organized it institutionally. For this, through a discursive analysis, our theoretical and methodological contribution is found in the authors: Joan Scott (1995), through the gender category, Michel Foucault (1996, 2014, 2018, 2019) and his definitions of power and speech, together with Pierre Bourdieu (1989, 2004, 2018) to understand the intellectual field and the canon. Our sources are: the Yearbooks, Statutes, Minutes and Reports between 1969 and 1993 produced by the institution, separate newspapers of the time and interviews collected among the women of the founding staff. Gender discourses and constructions consolidated “places” for “male” and “female”, producing hierarchies and legitimizing sexist practices that invalidated women's artistic and intellectual production. Institutions such as the Academia Brasileira de Letras (1897) and Academia Goiana de Letras (1939) are structured before society based on these same discourses and practices, as they did not accept women in their staff. That said, these women from Goiás are claiming a space for recognition and self-affirmation as intellectuals and artists, (re) negotiating places and attributing other meanings to their existence, for this purpose, strategies and alliances were consolidated in order to circumvent and resist barriers of the deeply masculine intellectual state of Goiás. Emphasizing the resistance and existence of these women helps to promote more inclusive and democratic public policies and social practices.

Keywords: Gender relations. Goiás Feminine Academy of Letters and Arts. Women. Story. Feminist Criticism.

LISTA DE SIGLAS

(AGL) Academia Goiana de Letras.

(AFLAG) Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

(ABL) Academia Brasileira de Letras.

(IHGG) Instituto Histórico Geográfico Goiano.

(UBE-GO) União Brasileira de Escritores – Seção Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 “NÓS, AS MULHERES, CONTINUAMOS NA FILOSOFIA DE UMA TEIMA: INCORRIGÍVEIS SONHADORAS”: ENTRE TRAJETÓRIAS E APAGAMENTOS.....	38
1.1 Experiências intelectuais das mulheres de Goiás: a formação de redes de intelectualidade e a conquista de direitos.....	40
1.2 Protagonismo feminino: Eurídice Natal e Silva e a Academia de Letras de Goyáz (1904-1908).....	67
1.3 O veto às candidaturas femininas: a formação da Academia Goiana de Letras e a experiência de Maria do Rosário Fleury.....	97
2 “A FLOR QUE LADEIA A ESTRADA DE PEDRA”: A FORMAÇÃO DA ACADEMIA FEMININA DE LETRAS E ARTES DE GOIÁS (AFLAG).....	134
2.1 Ir contra “a injustiça à intelectualidade feminina”: a organização de uma academia de mulheres, provocando fissuras e conquistando espaços.....	136
2.2 “As Cigarras Vadias” tornam-se as “Formigas da inteligência”: Rosarita Fleury à frente da (AFLAG), recuos, práticas e avanços nos primeiros anos da instituição (1969-1993).....	176
2.3 “Doutas senhoras” de vestidos azuis: as mulheres da Academia Feminina, estratégias e “feminismos possíveis”.....	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	256
FONTES.....	267
FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	269
ANEXO A – Tabela com as Presidentas da AFLAG de 1969 até 2019.....	282
ANEXO B – Quadro Acadêmico Geral: Patronas das Cadeiras e Titulares (Acervo AFLAG 1969 – 2019).....	283
ANEXO C – Mulheres na Academia Goiana de Letras, 1973 – 2019 (Por ordem de admissão).....	299
ANEXO D – Hino Oficial da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.....	301
APÊNDICE A – Entrevistas.....	302

INTRODUÇÃO

[...] havia um grupo enorme de opiniões masculinas que atestavam que nada deveria ser esperado das mulheres do ponto de vista intelectual. [...] Sempre haveria uma afirmação dessas – você não pode fazer isso, você é incapaz de fazer aquilo –.

Virgínia Woolf. **Um Teto Todo Seu**. 1929.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo histórico uma importante iniciativa literária e intelectual feminina em Goiás, a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). Um grupo de mulheres da elite social e cultural, versadas nas diversas artes, questionava a desigualdade cultural e as barreiras presentes nas instituições acadêmicas literárias tais como a Academia Brasileira de Letras (1897) e a Academia Goiana de Letras (1939), que não aceitavam mulheres em seus quadros. Para obter reconhecimento, essas mulheres organizaram e instituíram um espaço de saberes e trocas que se consolidou na AFLAG, no ano de 1969. Em prol da intelectualidade e valorização artística das mulheres, essa instituição faz parte do passado e do presente goiano. Elas são as “Mulheres de Azul”, conforme ficaram conhecidas pela cor escolhida oficialmente para as vestimentas solenes e os fardões oficiais.

Pretende-se observar quais estratégias as mulheres intelectuais, escritoras e artistas maneжaram para burlarem, deslocarem ou resistirem às normatizações impostas por esse campo intelectual falocêntrico e seus enfrentamentos. A formação da AFLAG provém do desejo por um espaço de trocas, construindo também uma relação de saberes/poderes sobre/para mulheres, que produzirão seus próprios sistemas de valor/inclusão/exclusão de acordo com seus marcadores sociais, pois: “[...] não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (FOUCAULT, 2018, p. 28). Essa reflexão atravessa a pesquisa e deve estar presente para o leitor e a leitora para melhor compreensão do lugar social/enunciador dessas mulheres, que muitas vezes acabam por reproduzir as normas do gênero e as práticas seletivo-classificadoras do poder.

O recorte analítico desta pesquisa corresponde aos primeiros anos em que a escritora e idealizadora do grupo, Maria do Rosário Fleury (1913-1993), que escrevia sob o pseudônimo de “Rosarita Fleury”, esteve à frente da presidência da AFLAG, sendo este período

compreendido entre 1969 a 1993, marcando a criação da instituição até o falecimento da escritora. Percorro as linhas escritas em Atas e Relatórios de reuniões e atividades solenes, regimentos e estatutos que estabeleciam as hierarquias internas, as intenções e bases da instituição, além de anuários bianuais (ao todo 13 Livros/Revistas) que contém fotos, homenagens, biografias, os avanços/conquistas da instituição, de suas mulheres e suas subjetividades. Os anuários para elas significavam mais do que uma “simples revista recreativa”, mas sim um “repositório de grande valor para o futuro”,¹ sendo um material que nos possibilita observar os sentidos atribuídos por essas intelectuais às suas experiências e à iniciativa que estavam protagonizando.

Logo nos perguntamos: Quais os lugares que essas mulheres ocuparam? Quais os lugares que estão (re) negociando? São mulheres que mesmo não se definindo feministas e, inclusive, se distanciando de um movimento que para elas é de “um comportamento vulgar”, organizam-se em práticas potencialmente emancipatórias. Seus posicionamentos nos permite pensar em “feminismos possíveis”, seguindo a premissa de Margareth Rago (2013), para quem os feminismos: “não se restringem aos movimentos organizados, que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina” (RAGO, 2013, p. 28).

O “cânone oficial” construído pela História da Literatura Brasileira consolidou uma tradição intelectual cujo sujeito feminino estava à margem como mero espectador.² Por “Cânone oficial da historiografia brasileira” compreendemos todo um conjunto de estruturas de privilégio e exclusão, que validam o “monopólio de determinados sujeitos da enunciação/representação, assim como da interpretação” (SCHMIDT, 2010, p. 176) do mundo, e que estabeleceu saberes/poderes e mecanismos de controle no processo de

¹ FLEURY, Rosarita. *Apresentação*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1970, p. 04. (Biblioteca da AFLAG).

² De acordo com a pesquisadora e crítica feminista Zahidé Muzart “[...] embora tenhamos muitos nomes de escritoras no século XIX, rarissimamente elas são citadas por historiadores como Afrânio Coutinho, Antônio Candido, Alfredo Bosi, e outros, já não o tendo sido, anteriormente, por Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho” (MUZART, 1995, p 87). Esses autores citados pela pesquisadora produziram obras referenciais da história da literatura brasileira, que nortearam os Cursos de Letras pelo país e constituíram um cânone masculino. Constância Lima Duarte (2007) afirma que se atribuiu a ausência das mulheres nos cânones da literatura devido a “timidez doentia das nossas moças, e a sua inércia”. Lima (2007), em suas pesquisas, menciona Inês Sabino (1835-1911), poetisa e romancista baiana que publicou “Mulheres ilustres do Brasil” em 1899, livro pioneiro que recupera “mulheres que tiveram atuação significativa na sociedade brasileira”, porém essa produção não é reconhecida como um dos marcos da memória nacional literária brasileira. Graças aos estudos da crítica feminista, é possível hoje termos acesso a escritoras como Maria Firmina dos Reis (1825-1917), nascida no Maranhão, que em 1959 publicava o livro *Úrsula* considerado o primeiro romance abolicionista em nosso país, além de Maria Benedita de Bohrmann, Ana Luiza de Azevedo e Castro, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, Maria Angélica Ribeiro, entre outras. (DUARTE, 2007; TELLES, 2012).

construção das tradições literárias, memórias culturais, narrativas etc. Esse sujeito revestido de autoridade de fala é masculino, ou seja, constitui-se uma narrativa que mais adensadamente Tânia Navarro-Swain (2013) denomina como “etnofalocêntrica”, pois as experiências intelectuais, políticas, literárias e artísticas canonizadas são de homens brancos, em sua maioria de elite. Ao recuperarmos as experiências das margens no campo intelectual e artístico por meio da crítica feminista, almejamos desencadear “uma verdadeira desarticulação da visão canônica do nosso passado” (SCHMIDT, 1993 apud MUZART, 1995, p. 89) e possibilitar a constituição de novos quadros referenciais, refletindo que tais escolhas narrativas, reconhecidas como “oficiais”, não são desinteressadas ou neutras. (SCHMIDT, 2010).

Michel Foucault (2017) em *Arqueologia do Saber* fala acerca dessas formações discursivas, que instituem práticas e consolidam campos de saber atravessados por um sistema de relações. Nessas formações discursivas e campos do saber determinados objetos emergem, sendo classificados, analisados e delimitados em suas existências. São definidas, igualmente, formas de se dizer, o que pode ser dito, quem está “autorizado” a falar e os limites dessa fala. Essas reflexões auxiliam a compreender a formação desse insuspeito campo intelectual e artístico predominantemente masculino, conceito compreendido em concordância a Pierre Bourdieu (2004), como um “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”, ou mais propriamente um “microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p. 20), profundamente sexistas. Ao analisarmos discursivamente essas construções, haverá um conjunto de regras imanentes a esses discursos, que estabelecem as práticas e definem os sujeitos em suas realidades, são “como práticas que formam sistematicamente os objetos [e sujeitos] de que falam” (FOUCAULT, 2017, p. 60).

As atas, estatutos e relatórios da instituição contemplam a dimensão interna, cotidiana e prática. Ao pensarmos, por exemplo, as estratégias discursivas e práticas cotidianas, os estatutos e os relatórios anuais são fontes que dimensionam o teor valorativo e a intenção desse corpo associado de mulheres e as suas causas (BATALHA, 1997). Os relatórios presentes nos anuários nos elucidam as dificuldades, avanços, opiniões, homenagens e debates, bem como as pautas que foram levantadas. Os discursos e posicionamentos públicos nos anuários e jornais avulsos foram selecionados levando em conta se foram elaborados por Maria do Rosário Fleury (1913-1993) ou proferidos pelas oradoras oficiais da academia, sendo Nice Monteiro Daher (1915-2011), que por anos foi oradora oficial, e Ana Braga

Machado Gontijo (1923-), que por vezes também discursou em nome do grupo. Mulheres do quadro diretor também são selecionadas, como as secretárias, que costumavam elaborar as apresentações dos Anuários e se encarregarem da transcrição das atas. De modo geral, essas mulheres reproduziam os interesses do grupo e as decisões de todas, possibilitando que observássemos os sentidos que elas atribuía para a iniciativa que estavam protagonizando e, por meio delas, fosse possível contemplar essas mulheres enquanto grupo institucionalmente organizado.

Nesta pesquisa, também me debruço nos jornais avulsos publicados no período de formação e consolidação da AFLAG, entre as décadas de 1970 a 1980, principalmente o “O Popular” e “Cinco de Março”, nos quais se divulgou os trâmites e repercussões dessas mulheres organizadas, bem como as opiniões publicizadas por elas acerca de temas como a não elegibilidade de mulheres nos espaços literários, feminismos e acerca da própria instituição que formavam. Para contemplar a experiência de Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury) e suas opiniões e posicionamentos foram utilizados jornais avulsos encontrados em seu acervo entre as décadas de 1950 até o período de 1980.

Esse material nos permite vislumbrar as vivências intelectuais dessas mulheres e pensar como elas conseguiram legitimidade e gestaram suas identidades ao almejam outros lugares para si nesse “terreno de contestação, local de exigências múltiplas e conflitantes” (SCOTT, 1999, p. 12) que compreendemos como “identidade”. Segundo Margareth Rago em *A Aventura de Contar-se* (2013), através de uma análise das práticas de subjetivação é possível observarmos os modos de ser e existir do/no “feminino”, atravessados pela lógica falocêntrica da cultura, em que nos permite identificar: “a maneira pela qual as mulheres são produzidas em modos de sujeição” (RAGO, 2013, p. 287). Os movimentos contrários e as (re) negociações dessas mulheres diante desses mesmos “códigos/modelos comportamentais”, quando almejavam para si outros lugares, deslocando os sentidos que sobre elas foram produzidas pela lógica “masculina” de mundo, também são perceptíveis, situações nas quais são identificadas as agências e resistências possíveis.

As formas de resistência dessas mulheres “para se afirmarem como sujeitos autônomos” (IONTA, 2013, p 12) atravessam os processos de reconhecimento de suas experiências na constituição de uma tradição intelectual e cultural feminina, em que assenhoram-se de suas capacidades e afirmam-se intelectuais. A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás torna-se um espaço por meio do qual essas mulheres estão

construindo/legitimando suas identidades enquanto artistas, possibilitando práticas subjetivas e potentes agenciamentos visíveis nas alianças que consolidam.

Essas mulheres organizaram a AFLAG em 1969, com a qual me deparei enquanto objeto de estudo proveniente de uma pesquisa de iniciação científica em 2015. Nessa pesquisa, foi possível percorrer a trajetória de sua idealizadora, a escritora Maria do Rosário Fleury (1913-1993), que ao transmitir a ideia para as suas conterrâneas e amigas Ana Braga Machado Gontijo (1923-) e Nelly Alves de Almeida (1916-1999), congregaram as demais a formarem a agremiação literária, artística e intelectual. Nos percalços das idas e vindas da minha formação enquanto historiadora, outros caminhos de pesquisa e iniciações científicas surgiram. Entre os anos de 2015-2016 enveredei-me pelo campo da História da Saúde e Doenças em Goiás, na qual também me debrucei na História das Ciências ao pesquisar *A Revista Goiana de Medicina*³, sob a orientação da Prof.^a Dr^a Sônia Maria Magalhães. Ao me aprofundar na trajetória desse órgão científico e intelectual, percorri a formação de Goiânia, nas décadas de 1940 a 1970, e a constituição de espaços acadêmicos como a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás em 1960.

Chamou-me a atenção a contínua ausência de mulheres, de acordo com a narrativa por mim observada na *Revista Goiana de Medicina*, nas quais se enalteciam apenas as figuras masculinas como intelectuais daquele contexto histórico. A contribuição das mulheres aparecia remotamente por volta da década de 1980, quando começam a aparecer nos cursos de medicina, principalmente nas áreas de obstetrícia e nutrição. Isso colidia com a pesquisa anterior, em que percorri esse mesmo recorte através da trajetória de Maria do Rosário Fleury (1913-1993), e inúmeras intelectuais, artistas, pesquisadoras e escritoras haviam surgido para mim nos diversos espaços culturais goianos, proporcionando ações filantrópicas, participando da construção de Goiânia, instituindo escolas de primeiras letras e organizando, a exemplo, a Santa Casa de Misericórdia em 1936, cuja primeira dama D.^a Gercina Borges Teixeira (1900-1976)⁴ foi protagonista da iniciativa.

³ A construção da nova capital e sua transferência em 1933 representou um marco para a modernização tanto dos ares urbanos quanto nas perspectivas sociais dentro do governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979). O interesse pelas doenças típicas dos sertões culmina no surgimento de uma comunidade médico-científica em Goiás, organizada institucionalmente em torno da Associação Médica de Goiás (AMG) cujo órgão de veiculação e legitimação da palavra médica denomina-se *Revista Goiana de Medicina*, iniciando sua circulação em 1955. O material se encontra na Faculdade de Medicina na Universidade Federal de Goiás-Goiânia. A fonte utilizada representa um marco simbólico para se compreender todo o trajeto da ciência na Medicina Goiana, de modo que, observaram-se os congressos médicos e atividades quotidianas a partir da análise descritiva de doenças que afligiam a sociedade durante o desenvolvimento da Nova Capital, abordando-se as décadas de 1950 a 1990 - período exposto nos periódicos encontrados-.

⁴ Gercina Borges Teixeira nasceu em 1900 em Rio Verde- GO e faleceu em 1976 em Goiânia. Após um período de estudos no interior paulista graduou-se enquanto professora normalista. Segundo a biógrafa Esther Barbosa

Isso me fez refletir, com base em Michel Foucault (2018), na sua obra *Microfísica do Poder*, que as relações entre os homens e as mulheres são relações políticas e resultam de um conjunto de práticas e discursos que historicamente elaboraram “sistemas de exclusão” (FOUCAULT, 1996, p. 14), e só é possível mudar a sociedade ao mudarmos essas relações. As narrativas apresentadas pelas ciências humanas e sociais construíram uma hegemonia voltada para o masculino, sujeito do saber, das ciências e do conhecimento “por excelência”. Conforme Pierre Bourdieu (2018) em *A Dominação Masculina*, a sociedade está organizada sob o prisma da masculinidade em hierarquias sexualmente conotadas e reforçadas por “mecanismos estruturais” do poder, como a família, a igreja, as escolas e o Estado. Joan Scott (1995), em “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, aponta que o gênero são as “construções sociais” a respeito dos papéis que os homens e mulheres supostamente deveriam ocupar na sociedade. Essas construções seriam atribuições que fazemos a um corpo sexuado, cujas diferenças anatômicas foram percebidas e usadas para legitimação de uma “diferença”, conduzindo-os a lugares que corresponderiam ao “masculino” e ao “feminino”, suas possibilidades e expectativas de vida.

A retomada desse objeto de estudo para uma pesquisa de Mestrado surgiu do desejo de compreender o motivo dessas ausências femininas, no intento de evidenciar esses protagonismos e existências. Outro incômodo foi o fato de não haver pesquisas que tenham antes percorrido a trajetória da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, destacando-a como um importante acontecimento histórico-cultural para a História de Goiás e para a História das Mulheres, e, assim, conferindo inteligibilidade para as mulheres que a ela compõe. Revisitei o arquivo da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás no ano de 2018 na tentativa de compreender e retirar dessas vivências uma possível pesquisa para o mestrado, para tal, estive munida dos seguintes questionamentos: Qual a lógica por trás da exclusão das mulheres nos espaços de saber formais e acadêmicos? O que significou para essas mulheres a formação de uma instituição como a AFLAG, inteiramente feminina? Por meio de quais discursos essas mulheres se afirmaram escritoras/intelectuais/artistas? O que elas entendem como uma “mulher escritora/artista”? Quais foram as suas maiores pautas e

Oriente, que escreveu *Dona Gercina – Mãe dos Pobres*, foi em Rio Verde (1917) que ela conheceu seu futuro marido, Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Dona Gercina foi a primeira presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Goiás, que desenvolvia trabalhos de caridade e ajuda aos mais pobres. Em 1936, juntamente com a Irmandade de São Vicente de Paula, da qual também era presidente, teve a ideia de fundar a Santa Casa de Misericórdia em Goiânia, que daria assistência médica aos mais necessitados. Para tanto, convocou outras mulheres que ao seu lado participaram dessa empreitada.

incômodos? Como se legitimaram diante de uma sociedade machista? A luta das mulheres pelo reconhecimento intelectual e artístico é algo já findado?

Para compreender a construção falocêntrica das narrativas que invisibilizavam essas mulheres me deparei com as epistemologias feministas. Tais reflexões já haviam sido levantadas pelas historiadoras, antropólogas, literatas e sociólogas, engajadas nos movimentos feministas, principalmente nas décadas de 1970-1980, em que desenvolvem a crítica feminista e posicionam esse “sujeito universal do saber e da razão” supostamente neutro, refletindo-o como uma figura localizada histórico-social e politicamente (homem, branco, cis, hétero, burguês, cristão). Diante dessas críticas, Elaine Showalter (1994) me fez refletir que: “o ato mesmo de nomear tem sido até agora uma prerrogativa masculina” (SHOWALTER, 1994, p. 26). Há toda uma “engenharia social e política”, segundo Ana Maria Colling (2014), em que “os fundadores dos vários discursos - religioso, médico, psicanalítico e outros, são geralmente homens, que representam, numa relação de poder, o gênero feminino” (COLLING, 2014, p. 43), reconduzindo as mulheres a lugares depreciativos e inferiores. Após essas leituras foi possível compreender que as mulheres foram definidas como ingênuas, inseguras, traiçoeiras, incapazes de racionalizar, produzir e criar.

Na década de 1970, momento no qual a História atravessou inúmeros revisionismos ampliando seu leque de fontes e possibilidades metodológicas, a História das Mulheres surge como um campo proífico de estudos (SCOTT, 2011), apoiada na História Cultural que possibilitou (re) pensar um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens e mulheres para explicar o mundo, trabalhando com os sentidos e discursos que “se manifestam em imagens, coisas, práticas” (PESAVENTO, 2005, p. 17). Novas fontes e objetos, como os registros fotográficos e a literatura, levantaram novos temas: a família, as crianças, o cotidiano, as pessoas comuns em suas práticas e sentidos, bem como as mulheres.

“No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, afirma Michelle Perrot (2007, p. 22). Desta forma, nós, pesquisadores (as) das mulheres, nos deparamos com fontes esparsas, às vezes fragmentos presentes em diários, cartas, escritos antes deixados na obscuridade e negligenciados como material de estudo. Este foi o caso das “memórias femininas” de Ofélia Sócrates do Nascimento (1900-), sócia correspondente da AFLAG pelo Estado da Guanabara- RJ, que escreveu em seu livro *Reminiscências*, publicado em 1974, as impressões, experiências, práticas, crenças e sensibilidades a respeito da formação de Goiânia em suas primeiras décadas. Ou os escritos de Ondina de Bastos Albernaz (1905-), que escreveu igualmente suas *Reminiscências*, publicadas em 1992, em que relata suas vivências e

os protagonismos de mulheres com quem conviveu na Cidade de Goyáz. Conforme Losandro Tedeschi (2014), fazer uma História das Mulheres:

[...] Significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, colocar novas formas de interpretação, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda a diversidade e complexidade, mostrando como haviam atuado e resistido às circunstâncias impostas, inventariando as fontes com as que contamos, e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante em suas vidas. (TEDESCHI, 2014, p. 27).

Para refletirmos os significados e sentidos atribuídos por essas mulheres às suas experiências e a maneira como reagiram/resistiram às relações de poder retomo para Michel Foucault na obra *A Ordem do Discurso* (1996) e *Vigiar e Punir* (2014), que nos auxilia a compreender o *discurso* como um conjunto de práticas impostas aos sujeitos por meio de sujeições, coerções e disciplinas. Esses discursos promoveram hierarquias sociais consolidando uma determinada ordem para os indivíduos que são, por sua vez, “efeitos” ou “invenções” desses mesmos discursos e poderes em variados modos de assujeitamento. É preciso situá-los e nos questionar acerca dos processos que naturalizam e posicionam essas relações de poder e hierarquias como “a-históricas”.

As condições de possibilidades de surgimento desses discursos foi matéria de estudo para muitos críticos da cultura, assim como parte das reflexões que atravessam a crítica feminista. Ao dialogar com Michel Foucault e o vasto material de seu arcabouço teórico, as epistemologias feministas se veem contempladas com sua analogia do poder e a maneira como atua através do discurso, como em *História da Sexualidade Vol 01* (2019), e através do corpo, reflexões presentes em *Vigiar e Punir* (2014), em que se abordou a construção dos corpos em regimes disciplinares. Essas obras nortearam os questionamentos desta pesquisa, pois vislumbraram a maneira pela qual as mulheres foram socializadas e construídas como “mulheres” dentro de um conjunto de normas sociais reforçadas por instituições como: a família, a escola, o Estado, os discursos médico, científico e religioso, o sistema jurídico, dentre outras instâncias, que projetam suas subjetividades, anseios e expectativas pela ótica do “lugar feminino”. A formação de espaços sexuados tiveram como resultado a reclusão das mulheres à esfera privada do âmbito doméstico. Esses mecanismos de poder, conforme Pierre Bourdieu (2018) inclinam os corpos a corresponderem com “essências” sociais, transformadas em destino absoluto.

Esses discursos emergem em condições específicas onde sistemas de relações entre “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação” (FOUCAULT, 2017, p. 54) influenciam no momento de reconhecermos essas formações discursivas ou “ordens discursivas” (FOUCAULT, 1996). Essa compreensão de Michel Foucault (1996) sobre o discurso é crucial para evidenciarmos os constrangimentos, prescrição de papéis sociais, procedimentos de exclusão e controle que atravessam os indivíduos. No caso das mulheres, observarmos essas mesmas práticas de maneira sexuada e direcionada ao condicionamento dos corpos ditos “femininos” e “masculinos” (FOUCAULT, 2014). As instituições literárias como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia Goiana de Letras (AGL) reforçaram os sentidos e expectativas que circulavam acerca da figura do intelectual brasileiro, pois, ao não aceitarem mulheres, esses espaços reproduziam o que se encontrava em circulação na cultura e na sociedade, em que se legitimava/naturalizava o “lugar” do intelectual/intelectualidade como sendo proveniente de um sujeito do sexo “masculino”. (SCHMIDT, 2013).

As marcas desses constrangimentos aparecem nos processos de constituição da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG) que, conforme a escritora Maria do Rosário Fleury (1913-1993), representava um lugar de “aconchego intelectual”, ou, de acordo com Ellen Carneiro Vale, titular da cadeira nº 09, um espaço no qual: “nós acadêmicas estamos protegidas, e temos a força reunida de todas”.⁵ As “injustiças” de que falam as mulheres da instituição estão nesses vários constrangimentos. A escritora Maria do Rosário Fleury teve a sua candidatura a uma cadeira na Academia Goiana de Letras (AGL) vetada em 1959, situação de segregação que se agrava no momento em que o veto se deu logo após a escritora ter o seu romance, “*Elos da Mesma Corrente*”, premiado pela Academia Brasileira de Letras, ou seja, o seu mérito literário de nada valia para estar naquele espaço. Interpreto que a negativa de sua candidatura reiterava a ela o seu “lugar” ou o “lugar do feminino” para a sociedade, e isso se configurou como uma “injustiça” que a atravessou de muitas formas, contribuindo na reflexão acerca de sua condição enquanto mulher ou nas inúmeras interdições que observava nas experiências de suas conterrâneas, situação que as unia em um mesmo ideal, o reconhecimento.

Um dos objetivos desta pesquisa é analisar esses discursos que se encontram na base de instituições como a ABL e a AGL, que reproduziam/legitimaram práticas sexistas,

⁵ VALE, Ellen Carneiro. Depoimento das Patronas e Titulares. Vídeo em comemoração aos 40 anos da AFLAG-Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. 09/11/2009. Goiânia – GO, AFLAG, 2009. Fonte: Arquivo Gravado da AFLAG. Disponível na plataforma do YouTube. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=-SMr2Ja2a80>. Acessado: jan. 2020.

“inventando-as” enquanto mulheres e realocando-as em determinados lugares. Ao localizarmos as (res) existências dessas mulheres, nos perguntamos: como elas (re) inventaram e (res) significaram esses discursos? Quais são os lugares que almejavam para si? Quais foram às estratégias voltadas para o reconhecimento de seu intelecto?

Redes de apoio e “solidariedade intelectual” se consolidam por meio de espaços como a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, circunscritos fora da lógica falocêntrica de mundo, como lugares que perturbam e propõem negociações com as normas de uma estrutura patriarcal, contemplando outro lócus de enunciação pelo qual essas mulheres poderão falar por si, individualmente e coletivamente. Ao estabelecerem um campo de estudos, as pesquisadoras feministas elaboraram a categoria gênero, mencionada anteriormente, para dimensionar os efeitos dessas construções nas diversas sociedades. De acordo com Joan Scott (1995), o gênero é a primeira maneira pela qual podemos significar as relações de poder, justificá-las e reconhecê-las, pois esse elemento está atravessado nas práticas discursivas e não discursivas que constituíram os sujeitos, os sentidos e os modos de percepção e apreensão do mundo.⁶

Os estudos de gênero auxiliam a pensar acerca da organização das sociedades e como esses discursos inferiram nas instituições legitimadoras da vida social, reproduzindo uma realidade em que o feminino não teve voz ou visibilidade. O uso dessa categoria nos

⁶ As pesquisadoras feministas na década de 1980 e 1990 reforçaram que “a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina” (SCOTT, 1986 apud HOLLANDA, 2019, p.50). Contudo, não foi suficiente provar que as mulheres possuíam uma história e que participaram dos acontecimentos políticos e econômicos. A História das Mulheres foi descartada ou colocada no lugar da diferença, ou seja, um domínio separado das narrativas históricas para quem a História das Mulheres dizia respeito a “algo menor”. Era preciso inferir um debate acerca das permanências: “não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas do presente” (SCOTT, 1986 apud HOLLANDA, 2019, p.52) e afirmar a potência crítica desse campo de estudos que acabava por provocar uma “reescrita da história”. Para tal, a aceitabilidade política do campo de estudos das mulheres apoiou-se no uso da categoria gênero por este atribuir “seriedade” ou “conotação neutra e mais objetiva”, que não implicaria necessariamente um posicionamento político sobre “a desigualdade ou o poder” como inferia a História das Mulheres. Foi em busca de legitimidade acadêmica que o uso do termo “história das relações de gênero” passou a ser usado como sinônimo de “história das mulheres” nos anos 1980. A partir de 1990, o gênero se tornou uma categoria potencialmente promissora, que viria a “quebrar a lógica essencialista”, contudo identificaram-se os problemas e limites de seus usos. A emergência da categoria “mulheres” foi resultante da crítica das feministas negras e terceiro-mundistas, que olharam com desconfiança tanto para a pretensa universalidade da categoria “mulher”, como para a categoria *gênero*. Conforme Carla Akotirene em *O que é interseccionalidade* (2018), o gênero possuía uma origem ocidental (EUA), simplista, binária e insuficiente para compreender outras realidades. Era necessário sofisticar as análises e desenvolver outros conceitos operacionais e, por meio destes limites, as pesquisadoras feministas reconhecem as complexas estruturas que violentam as mulheres, ao que chamaram de “natureza interligada das opressões”, momento no qual o uso metodológico do conceito de *interseccionalidade*, pensado pela teórica Kimberlé Crenshaw nos EUA em 1989 foi promissor. Para ver outros estudos sobre o assunto: CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. 2002. HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, 1995. LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Florianópolis: Estudos Feministas, 2014.

possibilita rejeitar explicitamente as justificativas biológicas na fundamentação dessas hierarquias, justificativas como as que observamos ao pesquisarmos o árduo processo de inserção das mulheres goianas no campo intelectual, literário e artístico.

A narrativa histórica “é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito” (SCOTT, 1986 apud HOLLANDA, 2019, p. 67). Conflitos que poderemos observar através de processos complexos dos “jogos de poder” do campo intelectual e as resistências dessas mulheres ao silenciamento, pois cabe às historiadoras e aos historiadores refletirem acerca dos “processos históricos, que, através do discurso, posicionam os sujeitos”. (SCOTT, 1998, p. 304). A problemática da nossa pesquisa diz respeito à lógica por detrás da recusa das mulheres na Academia Brasileira de Letras (ABL) e na Academia Goiana e Letras (AGL), o que também ocorria em outras academias regionais pelo Brasil nas quais inúmeros foram os vetos às escritoras e a completa obscuridade com que foram tratadas as suas obras.

Para compreender a profundidade da injustiça apontada por essas mulheres apoio-me na tese de Doutorado feita na Universidade de São Paulo pela socióloga Michelle Asmar Fanini (2009), chamada *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Fanini (2009) ao contextualizar historicamente a formação da Academia Brasileira de Letras em 1897 identificou inúmeras ausências das mulheres, não porque essas deixavam de produzir literatura e arte, mas porque não foram aceitas nesse espaço. Esses impedimentos acabavam por consolidar um cânone literário e cultural calcado na exclusão do elemento feminino, construindo uma tradição intelectual profundamente masculinizada.

A Academia Brasileira de Letras (1897) foi fundada tomando como base a Academia Francesa de *Richelieu*, construída em 1635, no qual a ausência das mulheres já estava prevista. Em 1951, os estatutos da Academia Brasileira de Letras chegaram a estabelecer que apenas os intelectuais brasileiros do “sexo masculino” dela fariam parte. Fanini (2009) identificou que no período de formação da ABL, em 1897, havia a escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que nesse contexto já era reconhecida por suas diversas obras. Mesmo a escritora auxiliando diretamente na formação da instituição teve o seu nome retirado dos que estavam sendo arrolados para, possivelmente, fazer parte daquele espaço, sendo essa uma lista inteiramente masculina. Em lugar de sua ausência, seu esposo Filinto de Almeida (1857-1945) foi nomeado para “apaziguar” os ânimos.

Essa segregação das mulheres ocorria em âmbito nacional, seja por convenções arraigadas no senso comum de que a produção artística de mulheres era considerada inferior,

seja pelo ideal corporativista que cercava as referidas instituições acadêmicas. (RODRIGUES, 1998). O fato é que as mulheres só começaram a entrar na ABL a partir de 1976, quando Rachel de Queiróz (1910-2003) foi nomeada. Porém, inúmeras candidaturas femininas foram vetadas antes desse acontecimento. Esses vetos ocorriam também na Academia Goiana de Letras, para a qual a primeira mulher foi aceita somente em 1973: a folclorista Regina Lacerda (1921-1992). Conclui-se que essas instituições dizem respeito a “modos tipicamente masculinos de se estar no mundo” (HARDING, 1993), conforme será demonstrado nesta dissertação.

Roberto Reis (1992) ressalta que o processo de canonização das obras e de seus autores segue preceitos valorativos históricos e ideológicos da época em questão, dessa forma, o cânone sempre parte de um “[...] princípio de seleção (e exclusão) e assim não pode se desvincular da questão do poder, obviamente os que selecionam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura, etc)” (REIS, 1992, p. 71). Após a afirmação do pesquisador, fica evidente que os sujeitos “investidos de autoridade”, para incluir e excluir as obras, foram os homens, e isso auxilia a compreender a formação do campo intelectual goiano.

Após a experiência de veto à sua candidatura, Maria do Rosário Fleury sustentou por mais de dez anos a ideia de organizar uma instituição que fosse composta inteiramente por mulheres intelectuais e artistas, pois observava criticamente que outras mulheres, amigas próximas e conterrâneas, vivenciavam um sentimento compartilhado de invisibilidade e incertezas. Sem pressupostos de afronta ou rebeldia, essas mulheres almejavam um espaço de trocas por meio do qual poderiam se projetar no meio cultural e contribuir reconhecidamente, fortalecendo alianças, as quais compreendo como as agências possíveis contra os “inúmeros procedimentos de interdição que [as] atravessam, de múltiplas formas e em permanência” (ORLANDI, 2007, p. 131).

De acordo com Eni Orlandi (2007), há uma “política de silenciamento”, prática aplicada na ordem mais complexa das relações de força, que atinge o nível: moral, subjetivo e estético, silenciando alguns sentidos e permitindo outros. Esse conceito será importante para pensarmos como as subjetividades dessas mulheres, suas experiências e produções foram desautorizadas/deslegitimadas. As intelectuais que transitam no espaço público, no final do século XIX e início do XX, almejam se afirmar em suas opiniões e desmistificar a ideia de fragilidade, tanto moral quanto física, construídas acerca das mulheres, expondo seus sofrimentos, defendendo a sua causa e consolidando o quão criativo e complexo é o sexo

feminino. Virgínia Adeline Stephen Woolf ⁷ foi uma dessas escritoras que atravessou o silenciamento e proporcionou reflexões que nortearam a crítica feminista. No ensaio *A Room of One's Own* publicado em 1929, no Brasil traduzido como “*Um teto todo seu*”, a escritora se mostra inconformada com a ausência de obras escritas por mulheres entre as prateleiras das bibliotecas inglesas.

Virgínia Woolf já escrevia sobre o cânone literário e criticava veementemente a sociedade patriarcal ⁸ que atribuía aos homens à genialidade como os únicos sujeitos dignos de figurarem nos panteões da história e, em contrapartida, as mulheres permaneciam “condenadas às incertezas de seu sexo”. A escritora refletiu sobre a existência de mulheres, no início do século XX, cujas habilidades e méritos intelectuais sempre se fizeram presentes, questionando: “[...] a menos que tenham sido impedidas à força, não expressaram elas esses dons na escrita, na música ou na pintura?” (WOOLF, 2014, p. 41).

Assim como Virgínia Woolf, me incomodavam as ausências de mulheres nas narrativas históricas e, no caso desta dissertação, as ausências das mulheres goianas nos cânones literários que estudávamos em Goiás. Ao observar a formação da AFLAG, estava claro, mediante a História das Mulheres, que as trajetórias ali encontradas e o enriquecedor arquivo de memórias foram cercados, conforme Constância Lima Duarte (2007), pela “aura de mistério mais o preconceito” que as manteve desconhecidas, bem como a iniciativa por elas engajada. Há uma imensa produção e protagonismos de mulheres no Brasil que continuam em um constante processo de silenciamento durante todo o século XX, assim como ocorria na Europa, no contexto em que se encontrava Virgínia Woolf. Eram mulheres “impedidas à força” por um conjunto de mecanismos, instituições e práticas localizados por esta pesquisa.

⁷ Escritora renomada, considerada precursora do movimento feminista. Em suas obras, Woolf denunciava as ideias nas quais “estavam aprisionadas na domesticidade vitoriana feminina” as mulheres. O feminino foi tema constante em seus trabalhos. Nasceu em 1882, na Inglaterra, vindo a falecer em 1941, por meio de um afogamento induzido. A imagem fúnebre e melancólica que transparece nas biografias da autora foi em decorrência a uma vida de tragédias, mas, como ressaltam Cavalcanti e Francisco (2016), no artigo *Virgínia Woolf e as mulheres*, os biógrafos esquecem-se das tamanhas alegrias que trouxe aos demais e viveu, bem como ao profundo valor metafísico e literário de suas obras, nas quais a identidade é algo móvel. Virgínia questiona valores considerados “absolutos e inquestionáveis” como sendo o lugar do feminino e do masculino na sociedade do século XIX e XX. Obras publicadas: *A viagem* (1913), *Noite e Dia* (1919), *O quarto de Jacob* (1921), *Ao farol* (1927), *Orlando* (1928), *Um teto todo seu* (1929) e *Mrs. Dalloway* (1924).

⁸ Por patriarcado compreendemos “as diferenças estruturais, relacionais e simbólicas entre homens e mulheres” (BRAH, 2004, p. 112), de modo que, essas diferenças são construídas em meio a hierarquias sociais visando uma rede de privilégios acessados e destinados por/para o masculino. Desde a juventude as mulheres são atravessadas por discursos que inibem suas capacidades intelectuais e físicas. Ver: BRAH, Avtar. *Diferencia, diversidad, diferenciación*. In: KARAKOLA, Eskalera (Org.) *Otras inapropiables Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004, p. 107-136.

Ao buscar por outras instituições femininas com as mesmas características que a AFLAG, o trabalho de Camila Albani Petró (2016), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo título é *Sempre mais acima, sempre mais além: pensamentos e práticas de gênero na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul em Porto Alegre ao longo das décadas de 1940 a 1970*, no qual se aprofunda na primeira academia de mulheres fundada no Brasil, no ano de 1943, em Porto Alegre, se fez fundamental. Petró (2016) identificou essa Academia Literária Feminina como um “espaço para práticas literárias”, no qual representaria um local “de autoridade frente a outras academias – masculinas – já estabelecidas. As acadêmicas recriaram discursivamente as condições de emergência não discursivas, os locais de enunciação, buscando a institucionalização de um novo discurso” (PETRÓ, 2019, p. 19), ou seja, um lugar de enunciação em que essas mulheres poderiam (res) significar e (res) existir dentro da ordem discursiva estabelecida até então, cujo sujeito intelectual e criador é masculino.

Constatei que a AFLAG de 1969 foi à terceira instituição desse porte a ser formada no Brasil⁹, tornando-se referência para outra que se formou em Jundiaí-SP em 1972. Conforme pontuou Heloísa Buarque de Hollanda (1993), essas instituições literárias femininas vão de frente à lógica falocêntrica e hierarquizante, organizando-se como uma rede de “solidariedade intelectual” entre mulheres, na qual compreendemos como agências, podendo ser aplicada em outras palavras como as “alianças possíveis”. Estratégias e táticas serão manejadas por essas mulheres para consolidarem um espaço de atuação nos jogos de poder e disputas próprias do campo intelectual. Foi possível compreender que as práticas às quais essas mulheres atribuíam como “injustiças” não atingiam apenas as goianas, e que a AFLAG correspondeu a um movimento por reconhecimento que vigorava entre as mulheres de todo o Brasil.

⁹ Em 1949 foi fundada, no Estado do Espírito Santo, uma academia denominada Academia Feminina Espírito-Santense de Letras (AFESL). O que motivou a formação dessa instituição, conforme Renata Oliveira Bomfim atual presidenta, foi os inúmeros casos de interdição que cercavam as artistas mulheres nos espaços culturais. Situação bem similar à observada nesta pesquisa. De acordo com Bomfim, a fundadora da AFESL, a escritora e Deputada Estadual pelo Espírito Santo na época, Judith Leão Castello Ribeiro, teve a sua candidatura vetada diante da Academia Espírito Santense de Letras que se destinava inteiramente aos escritores homens. São mulheres “dos anos dourados”, que destinavam a Academia Feminina por elas fundada como um “espaço de expressão” das mulheres capixabas. Em entrevista cedida para a Revista *Século Diário*, em 09/03/2020, a presidenta afirma que: “As mulheres pararam de tentar se igualar aos homens na escrita, passaram a respeitar sua voz interior, a sua própria dicção, tanto que hoje o campo da literatura feminina é um campo de estudo vasto e as mulheres são um contra cânone. Elas escrevem, escrevem, escrevem e não tem essa preocupação de ser enquadrada nesse ou aquele estilo. Estão produzindo porque é momento de falar, de expressar”. A Academia Feminina Espírito Santense de Letras está em pleno funcionamento por mais de 70 anos. Para a entrevista completa acessar: <https://is.gd/KzDbXy>. Acessado em: set. 2020. Para acessar a rede social da instituição: <https://www.facebook.com/NossaAcademiaES/>. Acessado em: set. 2020.

Por estratégias entendemos como o “procedimento que nasce de um cálculo das relações de força [...] para atingir objetivos previamente traçados” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 161), são os movimentos que observamos nesses “jogos de poder” em que essas mulheres se inserem para configurar a AFLAG e legitimá-la em seus projetos. As táticas são as situações presentes nas negociações, como “um ato que visa aproveitar a ocasião” ou “um gesto, breve efeito cuja força pode se desvanecer imediatamente, multiplicar as máscaras e as metáforas, desaparecer no próprio ato” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 161). Esses movimentos estão presentes no cotidiano da instituição, nos deslocamentos individuais e coletivos, agenciamentos e (re) negociações do grupo no processo de sua legitimação, como se verá nesta pesquisa, a exemplo: (res) significação do “feminino”, solicitação de verbas, negociações de espaços físicos e subjetivos no campo intelectual, o uso estratégico das imagens já consolidadas acerca do “feminino”, manutenção de discursos moderados, consolidação de laços e boas relações com a ala masculina.

Essas mulheres estão imersas nos “jogos de poder” compreendidos como práticas móveis que estabelecem relações, funcionando como “uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa” (FOUCAULT, 2019, p. 17), ou seja, é aquilo que se exerce em movimentos incessantes. Seguindo a premissa de Michel Foucault (2019), em *História da Sexualidade Vol 01*, em que “onde há poder há resistências”, a instrumentalização do conceito de poder possibilita compreendermos como os poderes fluem em todos os sujeitos em afrontamentos incessantes, (re) negociações e práticas potencialmente transformadoras, podendo assim, partindo de sua “analogia do poder” visualizar as (res) existências e agências dessas mulheres no cotidiano enquanto sujeitos ativos.

O poder existe em “uma multiplicidade de pontos de resistência” que são “móveis e transitórios” (FOUCAULT, 2019, p. 104-105), localizados na estrutura para a qual Geovanni Levi (2010, p.180) evidencia que: “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”. Essas relações de poder existem justamente pelo fato das resistências serem incessantes nesses processos de disciplinamento, coerção e delimitação dos espaços exercidos nos sujeitos. Em *Vigiar e punir* (2014), o filósofo refletiu sobre o exercício do poder no corpo e, também, abriu margem para uma análise das inúmeras posições estratégicas que são movimentadas por aqueles que comumente foram compreendidos como “os dominados”, assim como os efeitos positivos do poder, ao formular as condições de possibilidade da ação/agência dos sujeitos.

Ao aprofundar no exercício do poder pelos sujeitos em jogos e disputas como as que estão presentes no campo intelectual, Pierre Bourdieu (1989) traduz uma noção de poder menos fluída/descentrada e mais localizada, em contraponto a Michel Foucault (2019), para quem o poder se encontra nas táticas, manobras, estratégias e relações de disputa. O campo intelectual como esse espaço institucionalizado de leis próprias que conferem poderes aos agentes que nele se deslocam em hierarquias visíveis gerando consensos se traduz em uma noção mais direta de um poder atribuído, sendo menos fluído e corruptível.

Como exemplo, a perspectiva de um “Poder Simbólico” como aquele que pode ser exercido de maneira despercebida, e que tendem a estabelecer ordens igualmente imperceptíveis, pois estas se encontram em um sistema de símbolos já consolidados dentro do campo. Esse é um poder mais difícil de burlar, como um poder que “faz ver e crer” (BOURDIEU, 1989, p. 14) uma ordem social. Dessa forma, seguindo a perspectiva de um campo intelectual que institui uma ordem simbólica, conforme Pierre Bourdieu (1989), as relações de força imersas nesses sistemas simbólicos são quase invisíveis, pois se apresentam muitas vezes como relações de deslocamentos de sentidos.

Ao refletir sobre o desejo dessas mulheres por reconhecimento, encontramos um projeto ousado, imerso nas incertezas. A AFLAG se direcionava e se formava de modo a negociar/perturbar a lógica masculina de mundo, constituindo-se como um espaço inteiramente de mulheres e para mulheres que “aparentemente não teria futuro”, nas palavras da escritora Norma Baiocchi (1924- 2011). Em suas palavras: “[...] todos achavam que a Academia não ia durar muito, mulher... né, daqui de Goiás inclusive, ah seria uma coisa passageira, um sonho, um sonho... de uma jovem, sonho de umas jovens, isso passaria.”¹⁰

Se essas mulheres de elite se sentiam desencorajadas e desacreditadas quando tencionavam a escrever sobre si e a realidade ao seu redor, imaginasse a situação das mulheres pobres, negras e/ou populares. Tal reflexão atravessa esta pesquisa, pois, no quadro acadêmico da AFLAG, encontramos Ana Braga Machado Gontijo (1923-), mulher negra e de origem humilde, advinda do interior do Tocantins-GO. Ana Braga estará presente em muitos dos posicionamentos selecionados, como oradora oficial eleita por anos pela instituição, falando acerca do grupo e de si mesma.

Ela esteve ao lado de Maria do Rosário Fleury, na organização inicial da instituição, sendo uma figura importante nesse processo. Foi autora do discurso de inauguração da

¹⁰ BAIOCCHI, Norma. Patrona da Cadeira nº 34 em vídeo de comemoração aos 40 anos da AFLAG- Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás no ano de 09/11/2009. Goiânia – GO, AFLAG, 2009. Aos 05.19 min. Disponível em: <https://is.gd/tpLcp4> e no arquivo gravado da instituição. Acessado: jan. 2020.

AFLAG em 1970, inclusive. Nesse mesmo discurso e em outras de suas afirmações, Ana Braga aborda os significados daquela iniciativa e se coloca como: “microscópica parcela do poder feminino”, definindo-se no discurso como “Pobre Menina Pobre!” e, como convidada pelas demais intelectuais, afirmou: “[...] quase nada tendo para enriquecer a vasta bagagem de minhas anfitriãs, ousei, mesmo assim, participar com elas da formação do banquete com que brindamos” (ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 231). Em suas declarações, Ana Braga não se posicionava em relação à cor de sua pele, contudo, constantemente se atém à sua origem pobre, a infância difícil e o avô que a alfabetizou nas primeiras letras. Esses atravessamentos e marcas visivelmente a faziam se sentir diferente e fazem parte da maneira como gestou suas identidades enquanto mulher, mãe, e intelectual.

Reconhecer a presença dessa mulher reforça a importância do nosso objeto, mas também indaga para possíveis pesquisas ao refletirmos os percalços de sua trajetória no espaço intelectual goiano, marcado por um cânone que, para além de misógino e elitista, também se faz racista. Essa reflexão nos faz questionar a respeito do quadro predominantemente branco de mulheres que encontramos nessas instituições femininas, logo: Quem são essas mulheres? Quais mulheres teriam acesso à educação e poderiam escrever? As mulheres que constituem a AFLAG são, em sua maioria, altamente escolarizadas, muitas possuem ensino superior em suas áreas de atuação e estão ligadas diretamente às famílias mais abastadas e tradicionais da sociedade goiana.

Sobre a singularidade das experiências das mulheres na história, Diva do Couto Gontijo Muniz (2015, p. 324) aponta que os estudos e epistemologias feministas associadas à História Cultural na consolidação de um campo para a História das Mulheres tenderam a “desconstrução da categoria “Mulher”, que remete a uma identidade social fixa”. As várias epistemologias feministas denunciam que as pesquisas que operacionalizavam a categoria “mulher”, que supostamente dizia respeito a todas as mulheres, se revelou profundamente ligada a um segmento específico de mulheres – brancas, altamente escolarizadas, cis, hétero – cujas experiências haviam sido aprofundadas nesses primeiros anos de constituição do campo de estudos entre 1970 e 1980, deixando às margens inúmeras experiências concretas de mulheres: latinas, indígenas, negras, mestiças, trans, lésbicas etc.

Para contemplar a AFLAG e suas mulheres, deve-se ter em mente o que Audre Lorde advertiu: “o imperativo de unidade muitas vezes é confundido com uma necessidade de homogeneidade” (LORDE, 1984 apud. HOLLANDA, 2019, p. 244). Ressalto que compreendê-las como um grupo organizado e unificado não é encontrar um perfil/identidade

fixa, pois isso acarretaria em essencializações, com as quais os estudos feministas almejam romper, mas, por isso é necessário observá-las enquanto “mulheres” organizando-se em práticas e lugares em torno de um ideal de reconhecimento e sua legitimação. Para tanto, utilizo como princípio norteador da análise, acerca das trajetórias públicas e experiências, a categoria mulheres no plural, na qual, de acordo com Joana Maria Pedro (2005; 2010), amplia as possibilidades investigativas, bem como visibiliza as opressões múltiplas que atravessam os corpos femininos (gênero, raça, classe, geração, etnia), que, conforme Margareth Rago (1998) produzem subjetividades singulares, históricas e resultado dos múltiplos lugares de enunciação dos sujeitos.

Este trabalho se divide em dois capítulos, com três subtítulos cada. No primeiro capítulo, denominado “Nós, as mulheres, continuamos na filosofia de uma teima – incorrigíveis sonhadoras”: entre trajetórias e apagamentos, contextualizo algumas trajetórias intelectuais de mulheres de Goiás, evidenciando um processo gradativo de conquista de direitos que vem desde o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Destaco a luta pela educação, elemento fundamental para que possam galgar os espaços do saber e se movimentar dentro de sociedade, conquistando outros lugares. Esse capítulo surgiu no momento em que foram encontradas entre as mulheres homenageadas pela AFLAG figuras que estavam atuando como pioneiras e, gradativamente, emancipando-se intelectualmente. Essas mulheres possibilitaram o surgimento de gerações cada vez mais conscientes e engajadas cultural e politicamente.

É importante contextualizar e situar essas mulheres histórica e culturalmente. Para isso, foram utilizados a dissertação de Danielle Silva Moreira Santos (2018), *Construindo o Lar e conquistando a Rua: Discursos e práticas “Femininas” em Goiás no Jornal escrito por Mulheres “O lar” (1926-1932)*, a de Talita Michele de Souza (2017), *História de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias*, a de Bento Alves Fleury Curado (2003), *Sopro em brasas Dormentes: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás*, e a tese de Paulo Brito do Prado (2019), *Aventuras Feministas nos Sertões de Goiás: As mulheres e a suas lutas nos guardados de Consuelo Caiado (1899-1931)*. Esses trabalhos foram fundamentais para refletir sobre a origem social, os protagonismos e para constatar que as mesmas mulheres encontradas na AFLAG, ao menos uma parcela delas, já vinham atuando nos tempos idos da Cidade de Goiás enquanto capital, na qual as redes, os laços e as práticas conscientes já estavam se constituindo.

Dentre essas figuras pioneiras, de acordo com as mulheres da AFLAG, está Eurídice Natal e Silva (1883-1970), que segundo os registros: “[...] pelo muito que trabalhou pelas letras em nosso Estado, foi o seu nome (Eurydice Natal e Silva) primeiro a ser lembrado para compor o quadro da Academia Feminina”.¹¹ Atravesso a trajetória dessa mulher enquanto interrogo por meio de quais discursos e intenções a sua imagem é construída. Eurídice Natal foi à primeira mulher no Brasil a fazer parte e, inclusive, presidir uma instituição acadêmica como foi a Academia de Letras de Goyáz (1904-1908), no período em que as mulheres não poderiam estar nesses espaços, e isso fez com que se tornasse “[...] o símbolo feminino das letras e das artes de Goiás” (ANUÁRIO, 1970, p. 225).

A trajetória de Eurídice Natal, contudo, é transformada em exemplo intencional e estrategicamente, sendo destacada por ser uma mulher que correspondeu aos valores cívicos da “boa mãe e feliz esposa”, valores esses do “feminino ideal” engessados por inúmeras configurações discursivas e práticas destinadas, a princípio, às mulheres da burguesia (BADINTER, 1980) e compartilhados/reproduzidos por muitas mulheres da AFLAG. Maria do Rosário Fleury construiu a imagem de Eurídice Natal e Silva enquanto um “símbolo” intelectual de protagonismo para si e para as demais mulheres goianas, utilizando-se de seu pioneirismo para legitimar a formação da AFLAG e também como forma de existir e (res) existir dentro do campo intelectual goiano.

Para compreender a estruturação do campo intelectual goiano, contextualizo a formação da Academia Goiana de Letras em 1939, situando a construção de Goiânia nas décadas de 1940 e 1950, na qual as mulheres se encontram em um processo de modernização dos hábitos e práticas atreladas à lógica da modernidade e do progresso (CHAUL, 2010), enquanto circulam entre o espaço público e privado, vivenciando experiências intelectuais valiosas para suas trajetórias. Como destaque, introduzo os deslocamentos e experiências de Maria do Rosário Fleury, sua origem social, seu envolvimento com as demais mulheres que participaram/testemunharam a formação de Goiânia e seus posicionamentos críticos acerca das injustiças vivenciadas pelas mulheres frente às barreiras impostas pela Academia Goiana de Letras, abrangendo também a Academia Brasileira de Letras situada no Rio de Janeiro.

Nos percalços e vivências dessa mulher no espaço intelectual Goiano, também destacamos um importante momento de sua trajetória, o lançamento de seu romance *Elos da Mesma Corrente*, em 1959. Sua trajetória pública e experiências como escritora foram

¹¹ FLEURY, Rosarita. *Dona Dice*. O Popular. 14/12/1969. Caderno 10- Suplemento Literário. (Arquivo Histórico do Estado de Goiás). Seu nome hora aparece como Eurídice e hora como Eurydice. Optamos por Eurídice.

selecionadas por representarem a motivação que a levou em projetar e formar a AFLAG, em 1969, ou seja, a injustiça que vivenciou ao ter sua candidatura vetada diante da Academia Goiana de Letras (AGL), o que a fez refletir sobre sua invisibilidade ligando-se às experiências de outras mulheres.

No segundo capítulo, “A Flor que Ladeia a Estrada de Pedra”: A formação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, percorro os percalços da formação da academia e as primeiras fissuras provadas no *cânone*. As experiências de visibilidade e invisibilidade de Maria do Rosário Fleury adquirem um profundo significado, tanto para ela quanto para as demais mulheres, logo nos perguntamos: qual foi a importância da formação dessa instituição para essas mulheres? Quais sentidos elas atribuem a esse espaço? Dito isso, o grupo partiu da necessidade de um espaço para maiores encontros e trocas entre as artistas e intelectuais goianas, e iniciou um processo de construção de uma tradição literária e intelectual para as mulheres imersas em práticas, ritos, reconhecimento e valorização das suas experiências.

Para compreender e contextualizar a cena pública a qual estava inserida a instituição, posicionei as críticas que na época foram direcionadas à AFLAG. As mulheres foram criticadas pelo seu “tradicionalismo” e, de forma pejorativa, foram compreendidas como uma “rebelião de saias acadêmicas”. Igualmente aponto para qual público essas mulheres estão se direcionando, para/por quais mulheres elas falam/representam/acolhem. Reunir esses nomes em um espaço que fez pressão às instituições masculinas e provocou fissuras no que antes era o “tabu” da presença das mulheres acabou por reforçar estereótipos atrelados ao “feminino”. Entre os movimentos dessas mulheres questiona-se: Até que ponto a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás não reproduziu as normas de gênero ou um modelo ideal do “feminino”?

Em meio às atas e relatórios contidos nos anuários dos anos de 1969 até 1993, direciono para os primeiros anos de funcionamento e consolidação da AFLAG, especificamente os anos em que Maria do Rosário Fleury esteve ativamente na presidência de (1969-1993) até seu falecimento. Esses anos foram igualmente selecionados por ser possível observar o quadro fundador em ação, isto é, as primeiras mulheres que dali fizeram parte lideradas pela escritora Maria do Rosário Fleury, articulando-as, agenciando-as e fortalecendo-as enquanto grupo. A leitora e o leitor observarão, durante a leitura deste subcapítulo, que nestes primeiros anos (1969-1993) não se buscou uma reconstituição

histórica linear. Foram selecionadas as experiências que considero pertinentes para compreender os afetos, a construção desse espaço, os recuos, dificuldades e (re) negociações.

Nos movimentos táticos dessas mulheres, elas se valem do discurso moral e civilizador direcionados às mulheres de uma elite cultural e social, que seriam as “mães abnegadas, civilizadas e patriotas” para se legitimarem no campo intelectual goiano. Esses discursos se manifestam profundamente arraigados nos processos de formação da sociedade brasileira, muito presentes no período da Primeira República (1889-1930). Para essas mulheres, atravessadas por esses discursos, foram estabelecidas determinadas possibilidades do “ser mulher”, das quais elas estão almejando deslocar e ocupar outros lugares.

Nesse momento, contextualiza-se o lugar social dessas mulheres durante a formação da AFLAG, na qual os feminismos da década de 1970 e 1980, de certa maneira, as influenciaram através da conquista do mercado de trabalho, liberdade de expressão, novas possibilidades para o “feminino” e para a “feminilidade”. A categoria “mulher” é uma identidade construída cultural, psíquica e politicamente. Essas mulheres que “pareciam aceitar as definições de gênero como verdadeiras, por outro lado às recusavam” (SCOTT, 2002, p. 19), localizando-se dentro e fora das representações culturais numa constante ambivalência.

Para contemplar a história da AFLAG e com isso o protagonismo de suas mulheres, além das fontes impressas já expostas, fui de encontro às testemunhas, mulheres do quadro fundador da instituição. As memórias, segundo Janaína Amado, “tornam as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados [...] as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm” (AMADO, 1995, p. 132, 135). Essas entrevistas produzidas exclusivamente para esta dissertação de mestrado, regadas à xícaras de café e risadas, constituem-se em documentos históricos, que “[...] submetidos a contraprovas e análise, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo” (AMADO, 1995, p.134).

Nesse trabalho, por exemplo, entrevistei Maria Elizabeth Fleury Teixeira, filha de Maria do Rosário Fleury, que se recordou a respeito do veto à candidatura de sua mãe na Academia Goiana de Letras. Na entrevista, enfatizando durante a (re) lembrança provocada pela pergunta, ela repetia que: “[...] minha mãe ficou decepcionada, ficou muito decepcionada”.¹² As demais mulheres entrevistadas foram selecionadas levando em conta o

¹² Entrevista concedida em 05/08/2019.

seu protagonismo como fundadoras ou como titulares que conviveram com Maria do Rosário Fleury (1913-1993), enquanto ela estava na presidência da instituição.¹³

Essas histórias, práticas e trajetórias são “mediadas pelos discursos que, por sua vez, são produto de um lugar de sujeito que emergiu nas lutas pelo poder”, e essa realidade “chega através de palavras que remetem a gestos, ações, emoções, práticas” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 145). Virginia Woolf (1882-1941) já se questionava que: “[...] para um homem é muito mais fácil do que para uma mulher dar a conhecer suas opiniões e vê-las respeitadas”, reforçando que, caso essa situação de desigualdade prevaleça no futuro, “[...] continuaremos num estado de barbárie semicivilizada” (WOOLF, 2018, p. 51). “Barbárie” que foi negar para mais da metade da população mundial o reconhecimento de sua participação ativa na história. A escritora se aterrorizava com um futuro pelo qual ainda se luta contra. Dessa maneira, esta pesquisa almeja apresentar-lhes essas mulheres e a sua iniciativa literária e intelectual enquanto sujeitos ativos, paradoxais, cheios de desejos e medos, complexos e capazes de resistências.

¹³ As outras entrevistadas foram: **Lena Castello Branco**, Patrona e Fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), pela cadeira nº 19; **Ercília Macedo Eckel**, Patrona Fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), pela cadeira nº 10; **Maria do Rosário Cassimiro**, titular da cadeira nº 34, primeira mulher reitora de uma universidade pública no Brasil, da Universidade Federal de Goiás, entre 1982 a 1986, primeira presidente da Academia Goiana de Letras de 1994 a 1996; **Augusta de Faro Fleury de Melo**, titular da cadeira nº 15, ingressando em 1986, foi a terceira presidente da AFLAG, entre 2003 a 2007.

1 “NÓS, AS MULHERES, CONTINUAMOS NA FILOSOFIA DE UMA TEIMA: INCORRIGÍVEIS SONHADORAS”¹⁴: ENTRE TRAJETÓRIAS E APAGAMENTOS

No capítulo que segue, almejo evidenciar a atuação de mulheres que foram reconhecidas como inspiração e lembradas pelas intelectuais que constituíram a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), em 1969. Em *“Experiências intelectuais das mulheres de Goiás: a formação de redes de intelectualidade e a conquista de direitos”*, tangencio um debate inicial acerca das múltiplas atuações femininas em Goiás desde o início do século XX, período no qual muitas integrantes da AFLAG iniciaram suas trajetórias. São mulheres que, no âmbito cultural e intelectual, estavam engajadas em projetos de emancipação, transitando entre os espaços público e privado por meio de movimentos estratégicos. Neste momento, também introduzo um debate recorrente nos primeiros movimentos de mulheres: a luta pela educação e a capacitação profissional, com o foco na Cidade de Goiás, em que as mulheres ingressam gradativamente no espaço público através do magistério. São gerações que possibilitaram o surgimento de mulheres cada vez mais engajadas política, cultural e socialmente.

Protagonismos esquecidos pela história e silenciados das narrativas oficiais como o de Eurídice Natal e Silva (1883-1970) será assunto debatido no subcapítulo seguinte: *“Protagonismo feminino: Eurídice Natal e Silva e a Academia de Letras de Goyáz (1904-1908)”*. Eurídice Natal recebe destaque neste trabalho por sua recorrente presença como influenciadora na trajetória da idealizadora da instituição pesquisada, a escritora Maria do Rosário Fleury (1913-1993). Seleciono importante acontecimento na vida de Eurídice Natal: o momento em que a jovem foi conclamada presidenta da agremiação literária que se formava em Goyáz¹⁵, em 1904, sendo a primeira mulher “acadêmica” do Brasil, ou seja, a primeira mulher a compor um espaço intelectual e artístico em uma época em que as mulheres não eram aceitas nessas instituições.

Dessa forma, insiro o debate acerca da não aceitação de mulheres nas Academias de Letras que se formavam pelo país em: *“O veto às candidaturas femininas: a formação da Academia Goiana de Letras e a experiência de Maria do Rosário Fleury”*. Era recorrente a notícia de uma mulher que “ousou” estar nesses espaços, seguida do veto à sua candidatura. O foco deste subcapítulo demarca a formação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em

¹⁴ DAHER, Nice Monteiro. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p. 05. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁵ Esta nomenclatura foi usada conforme a época.

1897, e sua influência na consolidação de diversas instituições literárias pelo país. Dentre essas, contextualizo a formação da Academia Goiana de Letras (AGL) por Colemar Natal e Silva, em 1939, que, em igual medida, invisibilizou as mulheres e seguiu os pretextos da então consolidada Academia Brasileira de Letras, negando a participação feminina nos quadros da instituição. Dessa forma, a pergunta norteadora foi: Qual a lógica por trás dessas exclusões?

A leitora e o leitor poderão identificar mulheres de uma elite econômica, intelectual e letrada que estão deslocando lugares e (re) inventando possibilidades de atuação. A crítica feminista incide no fato de que as mulheres foram estigmatizadas como inferiores intelectualmente, relegando ao “masculino” o “lugar” da intelectualidade. Elaine Showalter, em *A crítica feminista no território selvagem* (1994) questiona: Como foram estabelecidos esses parâmetros estéticos e intelectuais? Como os sistemas de valoração de uma produção intelectual foram elaborados? A categoria gênero, de acordo com a teórica feminista Joan Scott (1995), atravessa o nosso olhar metodológico ao observamos que as construções discursivas e culturais acerca do “feminino” e “masculino”, junto à formação de uma sociedade patriarcal, legitimaram a inferiorização e segregação das mulheres desses espaços do saber, formais e acadêmicos, realocando-as ao espaço circunscrito do lar. A formação do campo intelectual, compreendido como um espaço de disputas e poderes (BOURDIEU, 2004) se constitui reproduzindo esses discursos que circulavam na sociedade.

A escritora Maria do Rosário Fleury (1913-1993) acompanhava os trâmites desses vetos femininos e expunha sua opinião nos jornais goianos acerca do que considerava como “injustiça”, que afetava as intelectuais e artistas brasileiras. Nesse momento, as vivências da escritora ¹⁶ e idealizadora da agremiação, os recuos e as experiências de visibilidade e invisibilidade/interdições são importantes para compreender os motivos que a levaram a formar a AFLAG. Para Michel Foucault (1996, 2014), os indivíduos são atravessados, “produzidos” e “inventados” por discursos e técnicas de poder que organizam a sociedade e que reiteradamente desautorizavam as mulheres. Essas trajetórias e contextos são fundamentais para pensar sobre a “injustiça” que as mulheres da AFLAG afirmavam combater.

¹⁶ A partir deste ponto refiro-me à escritora Maria do Rosário Fleury, predominantemente, pelo seu pseudônimo: Rosarita Fleury, por ser por meio dele que a escritora assinava suas obras e igualmente ficou conhecida entre seus pares e amigos.

1.1 Experiências Intelectuais das mulheres de Goiás: a Formação de Redes de Intelectualidade e a Conquista de Direitos

[...] Assim, quando lhes peço que escrevam mais livros, estou a incitá-las a fazer o melhor para vocês e o melhor para o mundo como um todo.¹⁷

Virgínia Woolf. *Um Teto Todo Seu*. 1929.

Sob o signo do progresso, o Brasil vivenciava durante o século XIX o desejo por construir uma memória nacional e redigir uma História do Brasil com intuito de superar uma narrativa de atraso e falta (SCHWARCZ, 1993). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, foi palco de produções científicas e intelectuais e funcionou como um espaço privilegiado da ciência, onde se produzia um “saber oficial” sobre o Brasil e a sua população. Esses espaços, formais e acadêmicos, eram ocupados por homens que se denominavam “Homens da Ciência”. Conforme Lilia Moritz Schwarcz (1993), em *O Espetáculo das Raças*, essa elite ilustrada não era originária das camadas mais pobres, mas também “não pode ser entendida como totalmente oriunda ou até mesmo porta-voz exclusiva dos interesses da classe dominante” (SCHWARCZ, 1993, p. 35), porém corroborou para a consolidação de uma imagem exclusivamente masculina do intelectual brasileiro, produzindo sentidos e expectativas sobre essa figura.

A crítica feminista localiza essa figura intelectual sócio e historicamente. Eram geralmente homens brancos, que foram gradativamente representando uma classe média, formados em Universidades como Coimbra, em Portugal, ou estudantes das Faculdades de Direito em Recife e São Paulo, em sua maioria alinhada diretamente aos interesses políticos do império. Para esses homens “convinha, naquele momento, criar instituições que de alguma forma compreendessem a realidade brasileira, com o intuito de organizar a Nação. Este papel coube às elites e uma parcela da intelectualidade brasileira” (TAVARES, 2000, p.48). Compreender esse contexto é importante para visualizar as intenções que circulavam em torno da elite ilustrada brasileira que almejava construir um cânone intelectual, intenções que estão presentes na formação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, como mais um desses “espaços do saber” cuja ausência das mulheres era normalizada.

Em Goiás, também ocorreu esse processo de constituição de institutos históricos e geográficos que seriam responsáveis por construir uma “teia institucional que se propõe a

¹⁷ WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo. Ed: Tordesilhas. 2014, p. 75.

elaborar a História e a Geografia regionais a fim de “desenhar” o cenário nacional” (TAVARES, 2000, p. 24). Por meio do envio de informações nos âmbitos geográfico, etnográfico e histórico de cada província ao estado do Rio de Janeiro, sede do IHGB, esses institutos regionais comporiam a trama da identidade brasileira em formação. A primeira tentativa em Goiás de consolidação de um Instituto Histórico Goiano ocorreu ainda em 1862, na cidade de Goiás, Capital da província. Essa tentativa não foi adiante, sendo retomada a proposta em 1918 no governo de João Alves de Castro (1917-1921) e concretizada em 1932, sob o governo do Interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), em Goiânia.¹⁸

Nesse processo de criação de um cânone cujos sujeitos autorizados como “Homens da Ciência” projetariam sua voz, produções e intelectualidade, a hegemonia das elites letradas do país fez com que se propagasse o discurso de uma única classe, assim como as experiências de um único sexo (masculino) como universais, segundo Roberto Reis (1992). O cânon provém do desejo por legitimar uma norma, ou propriamente uma estética intelectual, reconhecendo procedimentos comuns entre as obras e seus supostos autores, para nomeá-los como parte de um conjunto padrão. Roberto Reis (1992), em seus estudos acerca do cânon intelectual brasileiro, conclui que seus pilares básicos encontram-se no saber ocidental, imbricados no patriarcalismo, na moral cristã e na prevalência da branquitude.

Esses Institutos Históricos, assim como as Academias Literárias, construíram uma história em que as mulheres, negros e indígenas foram silenciados e impossibilitados de participar da formação de uma “identidade nacional brasileira”, na qual somente os homens brancos de elite circulavam e tinham voz ativa. Esse processo fez cristalizar narrativas que suprimem as “diferenças e conflitos internos, colocando-se a serviço da empresa colonizadora, institucionalizando mecanismos de organização e exclusão” na sociedade. (SCHMIDT, 2000 apud HOLLANDA, 2019, p. 67).

O meio no qual estão inseridas as mulheres desta pesquisa é a Cidade de Goiás, durante o século XX, com um recorte mais aprofundado em Goiânia a partir da década de 1930. Neste capítulo, há uma breve retrospectiva para abranger o final do século XIX, no intuito de situar os lugares que essas mulheres estão almejando, e as práticas potencialmente emancipatórias que vivenciam. As mulheres da AFLAG se veem como “herdeiras” desse florescer cultural marcado pela presença feminina desde o século XIX, apesar de a sociedade goiana ter se mantido “fechada em rígidos preceitos éticos e morais” (CURADO, 2013, p.

¹⁸ Sobre a formação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ele se efetivará em 1932, momento de efervescência política no qual o estado de Goiás “precisava legitimar-se” frente à Revolução de 1930 de Getúlio Vargas. Esse instituto serviu aos interesses de Pedro Ludovico em concretizar a mudança da capital de Goiás para Goiânia, que ocorreria em 1933 (TAVARES, 2000).

18). Maria das Graças Prudente (2009) pontua que Vila Boa de Goyáz fora escolhida a capital da Província e elevada à condição de cidade no ano 1818. Após o declínio da produção aurífera, na segunda metade do século XIX, a Cidade de Goiás foi representada pelo olhar dos viajantes naturalistas europeus como uma região de decadência, devido à “precariedade das estradas, a falta de incentivos da coroa para colocar em funcionamento novos meios de comunicação e o constante ócio em que vivia o povo de Goiás” (CHAUL, 2010, p. 43).

O historiador Nars Fayad Chaul (2010), em *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, reforça que esse olhar de “decadência” está imerso nos modelos de progresso capitalista europeu que não contemplavam “um contexto amplo da sociedade econômica de Goiás, muito menos da cultura local. Seus olhares estavam condicionados a enxergar progresso, desenvolvimento capitalista e lucros, coisas para as quais a província de Goiás não estava preparada” (CHAUL, 2010, p. 67). Chaul (2010) expõem que a sociedade goiana estava atravessando um processo de transição da produção aurífera para a agropecuária voltada à subsistência no século XIX. Contudo, o declínio da mineração foi associado a uma decadência geral, e nessas análises deve-se considerar significativamente a imagem de “progresso” e o projeto de nação que estava em vigor no século XIX, ou seja, projeto que visava negar qualquer elemento de “incivilidade” que os sertões¹⁹ representavam. Rildo Bento de Souza refletiu em seus trabalhos que “nos estudos mais recentes, ao contrário do que a historiografia perpetuou, a decadência da mineração não impediu o desenvolvimento social e cultural de Goiás” (SOUZA, 2017, p. 233).

Os inúmeros viajantes que passaram por Goiás durante todo o século XIX, dentre eles Saint-Hilaire (1812), descreviam as mulheres que encontravam como indivíduos que “[...] não recebem educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54 apud. PRUDENTE, 2009, p. 25). Porém, as mulheres têm

¹⁹ O termo *sertão* de acordo com Janaína Amado (1995) “está presente desde o século XVI nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil” (AMADO, 1995, p. 146). O sertão ocupa um importante lugar na experiência histórica brasileira, no pensamento social, e na literatura. Foi uma categoria usada para entendimento do Brasil, desde a sua condição de colônia portuguesa. Seus usos variam conforme os contextos de aplicação, pois demandam a compreensão das relações políticas de seu entorno, bem como do sujeito que o enuncia. Como lugar despovoado e incivilizado, o *sertão* foi entendido em consonância com a construção da imagem de *litoral*, onde a civilidade e a indústria do progresso se encontram. Os sentidos produzidos por essas categorias demandam uma reflexão interligada. Essas divisões territoriais e representações ainda ancoram um teor pejorativo dos sertões no imaginário social brasileiro e validaram teorias que estruturam as relações hierárquicas e desiguais em nosso país. Ver: AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: <https://is.gd/1l6zMz>. Acesso em: jun. 2020.

demonstrado, através de pesquisas, o exercício intelectual ativo e constante nas diversas atividades socioculturais, moldando “espaços possíveis” para seu crescimento. Esses eram discursos eurocentrados e falocêntricos que se impregnavam nas práticas sociais e culturais, fazendo com que “os valores culturais se tornam a corporificação masculina” (RICH, 2010, p. 25). Neste capítulo, é apontado que as mulheres gradativamente foram rompendo com as barreiras do silenciamento e estão construindo/possibilitando uma tradição literária e intelectual que serve de base e possibilita o surgimento de futuras gerações.

Lutando por recursos materiais e simbólicos, as mulheres terão como foco de suas demandas a educação e, posteriormente, na virada do século XIX para o XX, direitos políticos e civis atrelados à conquista do voto feminino. No Brasil, as mulheres durante o século XIX, empenharam-se nos diversos moldes literários, como os jornais, onde escrevem crônicas, contos, diários, poesias e artigos de opinião.²⁰ Alguns dos primeiros jornais que circulavam no Rio de Janeiro foram fundados por mulheres. Eles eram caracterizados como jornais/revistas femininas por seu conteúdo se destinar inteiramente a esse público. Como exemplo, o *Jornal das Senhoras*, fundado em 1852 por Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), que tinha como objetivo “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher” (FANINI, 2009, p. 60).

De acordo com Michel Foucault (1996), em *A Ordem de Discurso*, os discursos produzem efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem, estabelecendo limites às suas ações. Seguindo essa premissa, durante o século XIX e mais incisivamente na Primeira República (1889-1930), os intelectuais brasileiros – homens – pertencentes a uma burguesia emergente no país fundamentavam-se em instituições como a igreja e a família para proferir práticas no controle dos corpos e sexualidade das mulheres, conduzindo sentidos sobre o “ser mulher” revestidos de uma base moral²¹ que as instrumentalizava como sustentáculos da ordem social

²⁰ “Narcisa Amália (1839-1924), escritora, jornalista e professora, tornou-se conhecida por volta de 1870 através de publicações em jornais e de um livro *Nebulosas* (1872). Democrata, abolicionista, batalhou pela causa das mulheres e percebeu, com acuidade, os seus problemas específicos, [...] Maria Benedicta Bormann (1853-1895), que escreveu vários livros sob o pseudônimo de Délia, retratou as dificuldades de uma escritora no Brasil [...]” (TELLES, Norma, apud. AUAD, Sylvia, 1999, p. 325-331). “Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905), natural de Recife, em Pernambuco [...] fundou e dirigiu de 1888 a 1897 o jornal *A Família*, um periódico literário “dedicado à educação da mãe de família” [...] Encontramos em *A Família* desde o registro de denúncias pela condição subalterna em que as mulheres viviam, a protestos pela insensibilidade masculina em não reconhecer o direito que todas tinham ao ensino superior, ao trabalho remunerado e ao voto” (DUARTE, Constância Lima, apud. AUAD, Sylvia, 1999, p. 340-346).

²¹ As teorias higienistas que rondavam o Brasil no século XIX, principalmente após o ano de 1870, se valiam dos pressupostos filosóficos veiculados por teóricos como Jean Jacques Rousseau, para quem as mulheres são seres submissos, fracos, passivos, sem capacidades para a abstração, débeis e doentes, o que foi duramente questionado por Mary Wollstonecraft em *Direito das mulheres e Injustiça dos homens* (1791). Desses ideais

e civil. A sociedade era organizada com base em “modelos femininos ideais” que deveriam ser seguidos ou repudiados, muitos associados aos símbolos cristãos, como as imagens de Eva e Maria,²² normatizando as condutas e expectativas para as mulheres circunscritas no âmbito do lar. (RABELO, 1997).

Dito isso, em relação às mulheres de Goiás, a propagação desses discursos não foi diferente, porém, como reforça Eliane Vasconcellos (2010) em *As precursoras da literatura goiana*, havia o que chamou de “áurea” de escritor que rondava as mulheres e as atraía para fora das “lides puramente domésticas”. Essas lides domésticas, das quais as mulheres estão se deslocando, são admitidas como o “verdadeiro lugar da mulher”, devendo se manifestar em toda e qualquer atividade que ela vá exercer, como uma extensão do seu ser ou de sua “natureza feminina”. Essa divisão das esferas entre o público e o privado é construída durante os séculos XVIII e XIX como elemento fundante da sociedade moderna ocidental.²³ Dessa

Filosóficos, o Francês Auguste Comte (1798-1857) formulou a doutrina positivista, que foi apropriada pelos dirigentes brasileiros principalmente na República Velha (1889-1930), sendo reproduzido por uma elite intelectual governante. Essa doutrina funcionava como “agente da sociedade, ditando regras de conduta moral, usando símbolos que eram comuns a uma mentalidade conservadora, mas em hipótese alguma esse discurso era o reflexo da totalidade da sociedade, que era heterogênea [...]”. (ISMÉRIO, 1995, p. 111).

²² Silvana Mota Ribeiro (2000) observou em seus estudos as influências dos discursos teórico-religiosos no campo sociocultural, identificando um processo de interiorização de arquétipos cristãos na construção da identidade feminina. Para as mulheres, dois símbolos marcam decisivamente a formação das identidades: as figuras de Eva e Maria. Segundo a pesquisadora: “a Igreja procura identificar Eva como aquilo que a mulher é e Maria como aquilo que a mulher deveria ser” (RIBEIRO, 2000, p. 03). As mulheres possuem seus corpos controlados pelos discursos religiosos do “pecado original” e a condenação de Eva, figura de luxúria e tentação, em contraposição às angustiantes exigências que atravessam as estratégias de dominação e naturalização da ordem masculina sob o signo de Maria, a figura angelical e pura da mãe, renunciando o próprio corpo, que representou o ideal feminino para todas as mulheres. Esses signos estão presentes na autorrepresentação que as mulheres fazem de si mesmas, são os resquícios dos “pecados e virtudes” que cercam os comportamentos, ensinados desde a primeira infância. Ver: MOTA-RIBEIRO, Silvana. *Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Universidade de Coimbra, 2000, pp. 01-26. Disponível em: <https://is.gd/rRAG8q>. Acesso em: maio 2020.

²³ A pesquisadora Linda Nicholson (2000), em seu artigo *Interpretando o Gênero*, pontua que houve uma tendência durante o século XVII e XVIII entre as ciências médicas, tratados religiosos e legais, proferidos pelos “homens da ciência”, em se considerar a identidade sexual como algo dado e natural, questões que depois serão problematizadas, pois o sexo também é uma construção atribuída de significados em determinadas práticas culturais. A materialidade do corpo foi a premissa para a definição das inclinações morais, expectativas sociais e, inclusive, a definição da personalidade do sujeito. Este corpo se torna a fonte para o conhecimento do “eu” e “[...] a partir do materialismo dos séculos XVII e XVIII surgiu uma tradição que considerava as características físicas do indivíduo como fonte de conhecimento sobre o indivíduo” (NICHOLSON, 2000, p. 60). Falou-se neste período em processos de socialização e a tendência em ver o corpo e a cultura como correlacionados na formação da identidade. Em resumo, Nicholson (2000) aponta que esses estudos e materialização do corpo nas ciências médicas construíram uma ideia de “corpo sexuado”, onde as características físicas (biológicas) foram fundantes das expectativas de identidade e inclinações sociais do sujeito, agora binariamente dividido em masculino e feminino. A mulher, por exemplo, que antes era vista como um “homem incompleto”, em que a vagina foi interpretada como um “pênis invertido”, passou a constituir-se enquanto “fêmea”, possuindo órgãos genitais próprios que deveriam ser estudados. Em decorrência disso, houve a separação entre as esferas público/privado que comportariam esses corpos em suas funções naturalizadas. Um binarismo formador e constituinte das sociedades modernas ocidentais, dos espaços urbanos, das relações interpessoais e das subjetividades dos sujeitos. Ver: NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. Disponível em: <https://is.gd/emPyJe>. Acesso em: nov. 2020.

forma, uma lógica falocêntrica de mundo é reforçada pelo patriarcado moderno e legitimada pela instituição do matrimônio, o qual a pesquisadora Carole Pateman (1988) compreende como uma instituição que garante a permanência de um “poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATERMAN, 1988, p. 16). Manter as mulheres reclusas ao espaço doméstico da esfera privada é um fato limitante para suas ações, pois se encontravam distantes das esferas de autoria, poder e voz.

Sobre o desenvolvimento cultural e a expansão dos “espaços possíveis” para as mulheres, a formação do Gabinete Literário Goiano, por Raimundo Sardinha da Costa, em 1864, trouxe à elite letrada de Goiás novas possibilidades de aperfeiçoamento intelectual. De influência europeia, Sandra Guardini Vasconcelos (2007), em *A Formação do romance Inglês*, pontua que os gabinetes literários serviam como locais de sociabilidade da elite cultural, onde gradativamente as mulheres foram se deslocando. Esses espaços se consolidam e dimensionam hábitos considerados “civilizados” nas práticas de leitura, algo que o Brasil almejava nesse processo de constituição de uma identidade para a nação e o desejo de aproximar-se dos ideários europeus de convívio intelectual.

Prudente (2011) destaca que dentre os 90 associados do Gabinete Literário Goiano, no ano de 1872, havia 07 mulheres, sendo estas: D.^a Anna Joaquina Marques Pitaluga, D.^a Silvina Ermelinda Xavier de Brito, D.^a Leonor Gertrudes Fialho dos Guimarães, D.^a Francisca Craveira de Sá, D.^a Olympia Augusta de Bastos Jardim, D.^a Luiza Serra Dourada Povôa e D.^a Maria Cyriaca Ferreira. Paulo Brito do Prado (2019) expõe, em *Aventuras Feministas nos Sertões de Goiás: As mulheres e suas Lutas nos Guardados de Consuelo Caiado (1899-1931)*, inúmeros protagonismos de mulheres, apontando esses deslocamentos entre os espaços público e privado que se revelam “esferas” móveis e interconectados. São mulheres que dialogavam com centros do Rio de Janeiro e São Paulo, trocavam ideias e participavam dos movimentos feministas, como no caso de Consuelo Caiado (1899-1981).²⁴ O historiador

²⁴ Conforme Suely Kofes (2001), Consuelo Caiado (1899-1981) foi filha de Antônio Ramos Caiado – Totó Caiado, importante figura política do início do século XX em Goiás, permanecendo no governo da região até a Revolução de 1930, que destituiu do poder o clã caiadista, sendo uma mulher culta, estudou no Colégio Sion (importante internato para meninas localizado no Rio de Janeiro). Sua mãe, carioca que viveu na Europa até conhecer o futuro esposo, Antônio Ramos, até então estudante de Direito no Rio de Janeiro, era uma mulher refinada e elegante, que morreu de Tuberculose quando as filhas eram ainda jovens. Consuelo Caiado se forma em Farmácia em 1927, sendo uma das primeiras turmas desde quando a Faculdade foi inaugurada na região no ano de 1922. Em 1929 o Gabinete Literário de Goiás recebia um quadro inteiramente feminino, cuja diretora foi Consuelo Caiado, compreendido como um “[...] lugar de sociabilidade e também de circulação das tensões sociais e políticas da elite local” (KOFES, 2001, p. 59), de modo que as mulheres presentes nesses espaços estariam participando e se envolvendo com as demandas sociais do período. A historiadora relata que Consuelo Caiado correspondia-se assiduamente com Bertha Lutz, liderança do movimento pelo voto feminino em âmbito nacional nas primeiras décadas do século XX. Sob a administração de Consuelo Caiado, funda-se na Cidade de Goiás, em 1931, a Sociedade para o Progresso Feminino ou (Federação Goiana pelo Progresso Feminino), uma

ressalta que: “considerar a entrada das mulheres no Gabinete Literário, mesmo que fosse de forma regulada, é fator importante para se entender a constituição de legados e a consequente conquista de direitos por elas” (PRADO, 2019, p. 146).²⁵

Maria do Rosário Fleury (1913-1993), escritora goiana e idealizadora AFLAG afirma, em suas reminiscências, que recebeu o seu primeiro livro de teor infantil chamado *A Cabeçada* pelas mãos de suas tias, que o haviam locado do Gabinete Literário. Segundo a escritora: “[...] as tias Gita, Graze e Teté possuíam coleções antigas e bem guardadas” (FLEURY, Rosarita apud TEIXEIRA, 2015, p. 79). Essas mulheres estão se (re) apropriando desses espaços antes profundamente masculinos, feminizando-os, de forma “a lhes garantir a interiorização/expressão de experiências e, conseqüentemente, o exercício do poder” (PRADO; FREITAS, 2018, p. 03).

Eram mulheres de posses, pois poderiam arcar com as mensalidades correspondentes aos livros cujos “preços de venda não fossem exatamente acessíveis” (VASCONCELOS, 2007, p. 136). Prado (2019) observa, contudo, a permanência de atributos classificatórios de “mulher honrada” ou “senhora honesta” como prerrogativas para que essas mulheres fossem aceitas como sócias femininas, ou seja, “um comportamento adequado” deveria ser averiguado, o que nos indica que as construções de gênero “masculino” e “feminino” estruturam as práticas nesses espaços de saber.

Rosarita Fleury faz uma intensa recapitulação sobre a atuação das mulheres em Goiás, afirmando que: “[...] coube a Goiás, terra encravada no umbigo do Brasil e considerada pelos brasileiros do litoral como “fim do mundo”, o privilégio de ser mais receptivo aos problemas culturais, especialmente no tocante à participação feminina”.²⁶ Nelly Alves de Almeida (1985), igualmente, reforça que a presença das mulheres goianas, frente aos movimentos literários e culturais nos mais variados espaços, era como uma “atuação que jamais estacionou”, destacando que: “[...] pelo contrário, participante, ativa, valorizando seu Estado e

das sociedades inspiradas na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz no Rio de Janeiro, em 1922. Essa Federação foi criada pela defesa dos direitos da mulher composta por um conjunto de mulheres da classe média carioca, e, no caso de Goiás, as mulheres que dela fizeram parte também correspondem à elite letrada e econômica da época. Consuelo Caiado morre na Cidade de Goiás no ano de 1981. (KOFES, 2001).

²⁵ No ano de 1929, o Gabinete Literário Goiano terá seu primeiro quadro diretor inteiramente feminino. São estas: Presidente – Consuelo Caiado; 1ª. Secretária – Noeme Lisboa de Castro 2ª; Secretária- Maria Carlota Guedes; Oradora – Genezy de Castro; Tesoureira – Argentina Monteiro; Fiscal – Carlota Maria Jubé. Genezy de Castro, anos mais tarde, será membro fundador da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), em 1969, ao ocupar a cadeira de n.º 13. Para mais, consultar os trabalhos de Paulo Brito do Prado (2019) e Danielle Silva Moreira dos Santos (2018).

²⁶ FLEURY, Rosarita. *A participação da mulher na cultura goiana*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1983-1984, p. 76. (Biblioteca da AFLAG).

sua gente, sua presença teve sempre grande alcance em todos os momentos de nosso processo cultural” (ALMEIDA, 1985, p. 24).

Eni Orlandi (2007), em *As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*, afirma que, para compreender os discursos que atravessam os sujeitos e os constituem, é preciso perguntar sobre o que ele “cala” ou silencia. Através das afirmações dessas mulheres, pode-se concluir um desejo significativo de (res) significar e produzir sentidos outros a respeito da atuação feminina em Goiás. A imagem que as instituições e narrativas construíram acerca do intelectual e artista brasileiro como sendo exclusivamente a figura de um homem, estão se deslocando gradativamente através dos movimentos dessas mulheres e sua presença nos espaços culturais.

Na música, foi registrada a primeira pianista oficial: a jovem Rosa Emília Rodrigues de Moraes (1851-1886), e, até a proclamação da República, em 1889, encontra-se em destaque a atuação, na música e nas artes, de mulheres como Ângela de Bulhões, Leonor Gouveia, Josephina Baggi, Júlia de Faria Albernaz e Elisa Amália (CURADO, 2012). Bento Alves Fleury Curado (2012) aponta o engrandecimento da cultura musical da região de Goiás por meio de sarais, ou “*soirées*”, e tertúlias literárias organizadas pelas mulheres. Esses sarais servem como espaços “semipúblicos” nos quais as mulheres absorvem conhecimentos e projetam-se culturalmente ²⁷ desenvolvendo “novas possibilidades de sociabilidades originais” (HOLLANDA, 1993, p. 21).

Nelly Alves de Almeida (1985) apresenta em seus estudos nomes femininos de grande prestígio na época, ao final do século XIX e meados do XX, como Araci Monteiro Guimarães, Rosa Santana e Virgínia Luz Vieira (1837-1910). Essas mulheres atuaram na fundação da Academia de Direito, primeiro estabelecimento de ensino superior da época instalado em 1903, sendo criado em 1895 graças aos esforços realizados por elas. De acordo com Almeida (1985), essas jovens lutaram pela obtenção de recursos necessários e apoio político sendo possível a concretização do estabelecimento. São descritas por Almeida (1985) como “moças entusiastas e brilhantes”, ávidas por participarem dos ambientes da intelectualidade.

De acordo com Almeida (1985) essas “moças entusiastas e brilhantes” estavam circulando no espaço público. As mulheres goianas, segundo Paulo Brito do Prado (2019),

²⁷ Como exemplos de salões literários administrados por mulheres, no século XIX, há o “conhecido e prestigiado salão da Sra. Carmen Freire, a Baronesa de Mamanguape. Outros salões como *O Cabana Azul*, de Júlia Galeno, ou o *Salão Verde*, de Júlia Lopes de Almeida, mais tarde herdado por sua filha a poetisa Margarida Lopes de Almeida, terminaram por transformar-se em verdadeiros centros do debate político e cultural” (HOLLANDA, 1993, p. 21).

manejam “ações e jogos” para se aproveitarem das oportunidades de trazer visibilidade aos seus interesses, que muito se espelham nas táticas, assim como as compreendeu Rachel Soihet (2000), em *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*. De acordo com a historiadora, as fortes resistências aos papéis sexuais “masculinos” e “femininos” nos indicam que algumas mulheres “se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação” (SOIHET, 2000, p. 98). Em meio a essas sutilezas, as mulheres de Goiás estão (re) negociando os “papéis sexuais” limitantes e hierarquizantes da sociedade. Não se tratava de atingir diretamente as estruturas patriarcais da opressão, mas de construir movimentos seguros e duráveis dentro de suas possibilidades.

Constância Lima Duarte (2003) compreende que foram poucas as mulheres que tiveram uma educação diferenciada, estando ligadas a famílias de prestígio político, letradas e mais abastadas da sociedade. São essas mulheres que, podendo tomar posse da pena, produziam um conhecimento que pudesse atingir as demais mulheres da sociedade, tanto através da circulação de ideias por meios jornalísticos e movimentos culturais tanto engajadas no ensino e educação de suas comunidades. Talita Michelle de Souza (2017) esclarece que a atitude masculina era contrária à visão da “mulher pública” em cargos que lhe expunham do anonimato e da clausura doméstica. Souza (2017, p. 37) afirma que:

Ao perceberem que suas filhas, esposas ou irmãs contestavam a ordem que instituíam o papel social da mulher, os homens exerciam o dever de repreender atitudes que contrariavam a moral e os bons costumes, fazendo-as voltarem ao anonimato.

No âmbito nacional, a educação foi uma das principais pautas do movimento de mulheres em ascensão no final do século XIX e início do XX. O direito à palavra é uma das conquistas mais importantes, e inúmeros manifestos foram produzidos e utilizados como ferramentas de denúncia à subordinação em que se encontravam as mulheres e à manutenção da inferioridade feminina por parte de tratados médicos, legais e religiosos. Uma constante defensora da educação foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885),²⁸ considerada

²⁸ Nísia Floresta era o pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha. Nascida em Rio Grande do Norte, filha de Antônia Clara Freire, uma mulher analfabeta, vinda de família de posses, e Dionísio Gonçalves, um advogado. Nísia casa-se aos 13 anos em 1823, abandonando o marido após um ano de casada. O pai fugiu para o Recife por motivos de perseguições políticas, e Nísia por ter abandonado o marido foi rechaçada por toda a família, menos por sua mãe. Viaja para a Europa, onde foi apreciada por figuras de renome, a exemplo do sociólogo e filósofo francês Augusto Comte, fundador da Doutrina Positivista, a qual Nísia Floresta se baseia para fundamentar a sua luta pela educação das mulheres e (re) inventar suas possibilidades. Nísia faleceu em Rouen, França, no ano de 1885. Ver: KARAWEJEZYK, Mônica. Nísia Floresta e a questão da emancipação

precursora do movimento feminista no Brasil ao traduzir e adaptar ao contexto brasileiro o texto *Direito das mulheres e Injustiça dos homens* de Mary Wollstonecraft, escrito em 1791. Nísia Floresta afirmava que a forma como as meninas/jovens eram educadas até então as direcionava exclusivamente para a vida matrimonial e/ou à reclusão do lar, e não para ascenderem socialmente ou ambicionarem carreiras.

De acordo com Nísia Floresta, as mulheres poderiam tomar consciência dos seus direitos e de sua condição através da instrução e da escolarização. Peggy Sharpe-Valadares (1989), ao introduzir o manifesto escrito por Floresta, *Opúsculo Humanitário*, produzido em 1854, apresenta a educadora como: “primeira mulher brasileira a publicar e divulgar suas ideias revolucionárias” (VALADARES, 1989, p. 06). Nísia Floresta apontava a falha da educação dada às jovens brasileiras, para as quais bastavam as “prendas domésticas”, enquanto aos homens foi dada a instrução para o desenvolvimento de todas as suas capacidades, explorando-as e aperfeiçoando-as.²⁹

A educação reivindicada por Nísia Floresta falava de uma emancipação que inseria a mulher sob o signo da maternidade como responsável pela manutenção da moral e do progresso da sociedade. Floresta pontuava que: “É uma verdade incontestável que a educação da mulher muita influência teve sempre sobre a moralidade dos povos, e que o lugar que ela ocupa entre eles é o barômetro que indica os progressos de sua civilização” (FLORESTA, 1854, p.12). Ou seja, educar essas mães e capacitá-las para cumprir a “missão” que é “instruir os seus filhos e assumir os seus deveres naturais” traria ganhos inestimáveis para a sociedade brasileira que auspiciava ao progresso e à civilidade aos moldes europeus.

A construção da mãe/mulher assexuada e abnegada, cuidadora do lar, dos filhos e do marido, como Nísia Floresta também sustentava em suas afirmações, por mais revolucionárias que fossem para a época, era reforçada sob a imagem da “santa-mãezinha” que circulava na sociedade brasileira. Mary Del Priore, em *Ao Sul do Corpo* (2009), observa que esse “lugar” destinado à mulher provém de uma série de tratados médicos, científicos e religiosos, que serviam às estratégias de controle dos corpos desde os tempos da colônia. Segundo a historiadora, esse “padrão cultural” almejava englobar todas as mulheres em consonância com as modernas instituições do Estado que estavam se constituindo. Inúmeros foram os

feminina pelo viés educacional. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 9, nº 18, p. 113-126, jul/dez.2010. Disponível em: <https://is.gd/WMSmjo>. Acessado em: Ago. 2020.

²⁹ Ângela Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, aponta que as mulheres negras já reivindicavam os direitos à educação nos Estados Unidos no século XIX, quando em 1827, muito antes Nísia Floresta (1854), uma mulher negra chamada “Matilda” enviava uma carta ao *Freedom’s Journal* - jornal administrado por pessoas negras - solicitando educação “em uma época em que a instrução de mulheres era um assunto polêmico” (DAVIS, 2016, p. 75). Ver: DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

constrangimentos e vigilâncias contínuas a respeito dos comportamentos considerados “inadequados”, e que “produziram” a imagem de uma “boa” e uma “má” mulher. A “má mulher” estava comumente associada à figura da “mulher pública”, devassa, sexualizada, que não exercia com proeza as suas funções no lar.

Mary Del Priore (2009) aponta que discursos médicos, científicos, legais e sociais delimitavam o papel das mulheres desde os séculos XVIII e XIX. Foi um processo que visava ao adestramento dos corpos femininos de modo a “esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador, domesticá-las dentro da família” (PRIORE, 2009, p. 15). Neste período, também se firmava a instituição do matrimônio através do discurso religioso. Virginia Woolf (2018), em *Profissão para as mulheres*, palestra proferida em 1931, traduziu em forma de metáfora essas imposições do “ideal feminino” limitante e enclausurador. Enquanto escrevia, Virgínia Woolf definiu como um “anjo do lar” uma figura que ela afirmava ser: “uma mulher que costumava aparecer entre mim e o papel”. Ela era calada, sem opinião própria e foi descrita como um “fantasma” o qual ela teria de combater e que lhe atrapalhava no processo criativo.

30

A escritora menciona que foi preciso “matar” esse anjo para poder escrever. Quando se livrou do que chamou de “falsidade”, Virginia Woolf afirma que: “a moça só tinha de ser ela mesma. Ah, mas o que é ‘ela mesma?’” (WOOLF, 2018, p. 14). Essa “falsidade” com a qual ela se livra seria o “anjo do lar” conduzindo uma escrita que não a representava, guiada pelos ideais “femininos” que foram construídos sobre o seu sexo. A alusão de Virgínia Woolf ao “anjo do lar” é muito significativa do sentimento de alienação com o qual as mulheres artistas e intelectuais sofriam. Norma Telles (1992) destaca que: “Ao se livrarem do modelo do anjo, daquilo que deveriam ser, as escritoras, consciente ou inconscientemente, rejeitam valores sociais” (TELLES, 1992, p. 56), ou seja, conscientizaram-se acerca desse lugar do “feminino” limitante e inferiorizado. A formação de uma sociedade dividida entre os “lugares” próprios do “masculino” e do “feminino” fez-se, portanto, que fosse consagrada um

³⁰ Ao escrever uma resenha para ser publicada em um jornal, por essa lhe exigir elevada reflexão, Virgínia Woolf se deparara com o que chamou metaforicamente de “O Anjo de Lar”, o que podemos compreender como o conjunto desses discursos que lhe inibiam o processo de subjetivação e a liberdade criativa. Segundo a escritora, esse anjo era uma mulher, a escritora aponta: “ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei essa mulher. [...] Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé [...], em suma, seu feito era nunca ter opinião ou vontade própria [...] e acima de tudo ela era pura [...] toda casa tinha seu Anjo [...] na hora que em que eu peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela logo apareceu atrás de mim e sussurrou – Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria – e ela fez que ia guiar a minha caneta [...] se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração de minha escrita” (WOOLF, 2018, pp. 12-13). Esse trecho é de um texto lido por Virgínia Woolf, em 1931, para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres na Inglaterra.

constructo de mulher universalizado como frágil, sentimental e obediente (ISMÉRIO, 1995 p.30).

Maria Lígia Prado e Stella Franco (2013) pontuam que Nísia Floresta, para além de reproduzir um discurso hegemônico, tentou “à sua maneira, subverter a ordem estabelecida” (PRADO; FRANCO, 2013, p. 206). Floresta (1989) reconheceu a exclusão das mulheres da esfera pública como sinônimo de atraso e projetou o desejo de uma reforma educacional que de fato promovesse uma mudança concreta na vida das mulheres brasileiras. A intenção era de que a mulher se inserisse na sociedade usando-se deste papel maternal, enquanto educadora de seus filhos, futuros cidadãos brasileiros. Desta forma, educar essa mulher seria proveitoso para o país e sinônimo de progresso. Usar este discurso foi à maneira encontrada por Floresta para produzir sentidos outros para o papel “feminino” comumente inferiorizado.

Durante o século XIX, esses discursos, que associam as mulheres à imagem da fragilidade, revestidos de uma moral e cuidados maternos, estão diretamente ligados aos ideais e práticas sexuais da burguesia emergente no país. São discursos direcionados à “construção” da mulher branca, em sua maioria da elite, para a qual recaía a responsabilidade da manutenção da prole legítima, a reprodução do capital simbólico masculino e da raça – branca – de acordo com Pierre Bourdieu (2018), em *A Dominação Masculina*. Nísia Floresta (1854) possui um discurso interessante para pensarmos sobre essas imagens da mulher-mãe-esposa-branca, construídas e universalizadas, no Brasil, como o “tipo” ideal de mulher.³¹

Com o tempo esses discursos atravessaram todas as mulheres, pois havia condições de emergência e ampliação dos mesmos, em outras proporções e não com os mesmos sentidos, como, por exemplo, para as mulheres negras, especialmente para as escravizadas. Sobre isso, evidencio propriamente a Lei do Ventre Livre em 1871, a qual acionou esses discursos que relacionam a liberdade das mães escravizadas com a possibilidade de serem “boas mães” no

³¹ Essa construção de uma “mulher frágil, ingênua e pura” nos remete, em contrapartida, ao pronunciamento de Sojourner Truth, mulher negra norte-americana e ex-escrava. Truth, em 1851, indagou às mulheres e aos homens brancos, na Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, nos EUA: “Eu não sou uma Mulher?”. Nesse discurso ela pontua: “Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? [...] Dei à luz a treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava, e quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu!” (DAVIS, 2016, p 77). Ao evidenciar suas experiências, ela se voltava ao “mito da fragilidade” sustentado pelos homens brancos acerca das mulheres cujos corpos seriam frágeis e limitados em suas possibilidades físicas e intelectuais. Sojourner Truth (1851) está demonstrando em seu pronunciamento que as configurações discursivas e os lugares das mulheres brancas e mulheres negras, bem como suas demandas, não são os mesmos nas estruturas das opressões que organizam a sociedade. Dito isso, é preciso ressaltar que as mulheres negras na sociedade brasileira, retomando o contexto no final do século XIX, estavam lutando em resistência à escravidão abolida apenas em 1888 e que, mesmo após a abolição, sofreriam inúmeras barreiras nos espaços do saber por conta de uma estrutura social sexista e atravessada pelo racismo. Sobre as resistências das mulheres negras ver: MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

futuro, conforme Murilo Borges Silva (2019, p. 230) onde “a importância atribuída às mães escravizadas e/ou libertas é um primeiro aceno para uma inclusão mais acertada e efetiva das classes populares em uma política sexual, ou melhor, no dispositivo de sexualidade”.

Nísia Floresta (1854) nos traz dados pertinentes em sua obra para pensarmos o Brasil. De acordo com a escritora, na segunda metade do século XIX, especificamente em 1852, dos 55.500 jovens matriculados nas precárias escolas do Brasil, apenas 8.443 eram mulheres (FLORESTA, 1989). A discrepância se dá ao fato de que:

A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. (DUARTE, 2003, p. 153).

Os currículos pedagógicos sexualmente diferenciados funcionavam como “aparelhos disciplinares”, aludindo a Michel Foucault (2014), em *Vigiar e Punir*, por meio dos quais se produziam os “corpos dóceis” em uma “manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2014, p. 135). A docilidade dos corpos das mulheres pode ser observada na “invenção” dos ideais de feminilidade. Corpos normalizados são aqueles que correspondiam a esses ideais “femininos”, inscritos, reforçados e constrangidos através da delimitação dos espaços, no controle da fala, nos gestos delicados e recatados, em que as “prendas domésticas”, enquanto disciplina escolar, funcionam como um saber aliado a estes projetos de poder do patriarcado.

Contudo, de acordo com Margareth A. McLaren (2016), o poder não apenas “produz” corpos dóceis, mas também abre espaço para as resistências desses mesmos corpos. Michel Foucault (2019), em *História da Sexualidade Vol 01*, configura o poder como uma relação em constante mudança e deslocamentos, exercido pelos indivíduos e através deles, partindo de inúmeros pontos. Na obra em questão, o filósofo investiga a maneira como o poder funciona por meio dos discursos quando eles estabelecem práticas e verdades sobre os indivíduos e coisas. Como exemplo, a sexualidade, que atravessa um gradativo processo de controle, delimitação e diagnóstico pelos discursos da medicina do século XIX, que inferiram normas e práticas aos comportamentos sexuais.

Mulheres como Maria do Rosário Fleury foram atravessadas por discursos acerca de uma “feminilidade ideal”, que prescreveram práticas normalizadoras e controladoras por meio de seus efeitos de poder, porém, de acordo com a analogia do poder de Michel Foucault (2019), as instituições que são pontuadas não detinham um poder exclusivo como uma fonte

autoritária e absoluta, estritamente limitante ou destrutiva, mas que, devido ao seu caráter circular e móvel, também abre espaços para as agências e as (res) existências dos sujeitos, para quem também são dadas as condições de possibilidades da ação. São movimentos identificados como agências, improvisações e (re) negociações presentes nos protagonismos femininos.

Cláudia Graziella Ferreira Lemes (2009), ao estudar as mulheres no sudoeste goiano em suas práticas de resistências feministas, se aprofunda nos processos de escolarização das jovens e pontua que a lei de 1827, que aprovava o ensino feminino, não foi suficiente, pois as administrações provinciais demandavam tempo para articular as propostas de escolas femininas, bem como a ausência de mestres qualificados. As imagens de um “ideal feminino” que circulavam na sociedade brasileira do século XIX, como observado, criaram “um vínculo simbólico que relacionava o papel de mãe ao de professora primária” (FANINI, 2009, p. 56). Souza (2017) aponta que dessa maneira o magistério foi uma “profissão autorizada”, atrelado ao discurso de que “sendo considerada educadora por natureza, a mulher poderia exercer a profissão de professora, orientando os alunos como se fossem seus filhos” (ISMÉRIO, 1995, p.32).

Na província de Goiás apenas em 1832, pelas mãos do então presidente José Rodrigues Jardim³², instaurou-se a lei de regulamentação do ensino feminino. De acordo com Thiago Sant’Anna (2011), em 1831, as escolas femininas somavam apenas duas em relação às masculinas que eram vinte e duas. Na década de 1870, teremos um aumento para 30 escolas femininas em relação a 57 masculinas. Os primeiros estabelecimentos de ensino em Goiás eram destinados ao aperfeiçoamento dos homens, sendo mais valorizados pelo governo, como se observa na discrepância dos números no início do século XIX. De acordo com Nelly Alves de Almeida (1985), o Lyceu de Goyaz, formado em 1846, fornecia uma educação até o nível secundário, o que possibilitava que seus estudantes cursassem o ensino superior e constituíssem carreiras. Contudo, esse estabelecimento era frequentado apenas por homens.

Cláudia Graziella Ferreira Lemes destaca que: “elas [as mulheres] quando muito, tinham o ensino primário, sendo os cursos superiores privilégio dos homens e, mesmo assim,

³² Nasceu em 1780 e faleceu em 1842. Foi Presidente da província de Goiás de 1831 a 1837. Filho do português Silvestre Rodrigues Jardim, teve sua formação realizada pelo cônego Luís Antônio da Silva e Sousa (1764-1840). Segundo Maria das Graças Prudente (2009), José Rodrigues Jardim “foi o primeiro goiano a ser nomeado presidente da Província”. Ele foi responsável por promover concursos para a ocupação do cargo de magistério para as escolas femininas que se estabeleciam tanto na região de Goiás, em 1832, quanto na região de Natividade, em 1831. Dessa maneira, foram nomeadas as primeiras professoras concursadas: “Maria Romana da Purificação que assumiu a cadeira de primeiras letras, em setembro de 1832. A de Natividade só foi provida em julho de 1837, por Leocádia Antônio dos Santos” (PRUDENTE, 2009, p. 38).

de uma minoria deles” (LEMES, 2009, p. 52). Ou seja, as mulheres poderiam frequentar o nível primário das primeiras letras, mas não o secundário, que as capacitariam para os ensinos superiores. Nice Monteiro Daher (1980), co-fundadora da Academia Feminina, menciona acerca dos colégios das irmãs dominicanas que, no final do século XIX, em Goiás, educavam as meninas. No entanto, essas meninas eram “flores de estufa”, ou seja, “[...] estudavam, se as mães pudessem encaminhá-las aos colégios, ou então em escolas esparsas com mestras autodidatas onde se destacava, em escala e dimensão, o nome de Mestra Silvina”.³³ O papel dessas mestras autodidatas foi muito importante:

Nas demais cidades, menos cosmopolitas e populosas, não há notícia de colégios, mas apenas de mestres que ofereciam seus préstimos às crianças, ou cobrando uma mensalidade, ou mesmo gratuitamente [...]. Essa rede de mestres é que supriu as deficiências da implantação de Aulas Régias de primeiras Letras no Brasil (SILVA, 2004, p. 144 apud FERREIRA, 2009, p. 48).

Laila Maia Galvão (2016) identificou que muitas dessas mulheres que ingressaram na luta pelo voto e pela educação o final do século XIX e início do XX eram “professoras e mantinham conexão com a educação local” (GALVÃO, 2016, p. 185). O magistério encontrase dentro das profissões que possibilitaram às mulheres projetarem sua emancipação. Isso as encaminhou para uma trajetória gradativa de conquista do espaço público.

Áurea Menezes (1981) foi co-fundadora da AFLAG, em 1969. Sendo professora, ela acompanhou de perto as transformações sociais e a inserção das mulheres no espaço público. O seu livro *O colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás* (1981) destaca a rigidez paterna e a condição de subalternidade da qual pereceram as mulheres goianas, inclusive muitas de suas conhecidas próximas. Menezes descreve:

A mulher, permanecendo reclusa em casa, evitava exhibir-se publicamente. Destinada a ser dona de casa, não recebia nenhuma educação, conservando-se tímida, submissa e pacata. A severidade do pai pesava sobre as filhas, delas exigindo comportamento exemplar, em casa e aos olhos da sociedade, ficando, assim, preservado o “bom nome” da família. O pai ditava normas quanto à participação na vida social, quanto à religião, quanto ao namoro, ao casamento e, não raro, seu poder se estendia até ao modo da esposa e das

³³ DAHER, Nice Monteiro. *Rosarita Fleury: A Falta que ela nos faz*. Jornal da Academia Goiana de Letras. Goiânia. Coluna: “Honra ao Mérito”. Década de 1980. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Nice Monteiro Daher). Sobre a Silvina Ermelinda Xavier de Brito (Mestra Silvina- 1848-1920), a poetisa Ana Lins Peixoto Bretas - Cora Coralina - registra seu apressamento no poema “A escola de Mestra Silvina”, presente em seu livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, publicado em 1964.

filhas se trajarem e se pintarem, quanto à moda dos cabelos, etc. (MENEZES, 1981, p. 106).

Guacira Lopes Louro (2017), em *Mulheres na Sala de Aula*, afirma que era ensinado às jovens, majoritariamente, a leitura, a escrita e a matemática básica, sendo a posição de mestra um cargo de grande visibilidade pública. A pesquisadora relata que os atributos necessários para o reconhecimento das mulheres enquanto mestras eram a honestidade, a prudência e a demonstração de conhecimentos voltados às “prendas domésticas”. As professoras deveriam apresentar um atestado de boa moral para lecionarem, situação que se volta às imagens constitutivas de um “ideal feminino”, implicando na interiorização de padrões normativos.

A necessidade de apresentar um atestado de “boa moral” remete aos constrangimentos e coerções que visam controlar os indivíduos através de uma gradativa vigilância, calculada e destinada a manter a “ordem” (FOUCAULT, 2014). Esses empecilhos nos exemplificam os “modos de assujeitamento” com os quais os indivíduos são produzidos e realocados na sociedade através dos discursos (ORLANDI, 2005). No caso das mulheres, a rigidez de uma “boa conduta” são formas de punição através da expiação e do arrependimento, induzindo-as a uma autovigilância constante e a produção de uma “verdade” sobre o que significava ser uma professora ou uma intelectual, a qual a sociedade legitimava.

Maria das Graças Prudente (2009) faz uma importante consideração. Ela aponta que, a princípio, as mulheres se aperfeiçoavam intelectualmente sem manter um confronto direto com esses mecanismos de poder, ou “dessa representação inicialmente construída” de feminilidade. Essas negociações e (re) negociações são movimentos estratégicos. Conforme se deslocam no espaço público, consolidando laços e observando suas possibilidades, essas mulheres iniciavam gradativamente as suas reivindicações e se organizavam (PRUDENTE, 2009).

A educação para as mulheres nesse contexto sofre com as clivagens de raça e classe, pois envolve os acessos e as influências dos grupos sociais em que estavam inseridas. Louro (2017) destaca que: “para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática era geralmente complemento pelo aprendizado do piano e do francês” (LOURO, 2017, p. 446), característica que podem ser observadas na trajetória intelectual de Maria do Rosário Fleury, cujo piano e Francês estavam presentes em sua rotina.

Muitas mestras ministravam aulas para as moças distintas da sociedade em suas casas ou em escolas especiais montadas por elas. Já as filhas de famílias pobres, sem muita sistematização, estudavam “somente quando mostravam interesse, e recebiam as primeiras lições de familiares. Elas prosseguiram seus estudos sozinhas, ensinando os irmãos e posteriormente os filhos” (PRUDENTE, 2009, p. 43). Antes da escola particular de Pacífica Josefina de Castro (1845-1933), conhecida como Mestra Nhola, não se tem registro de outra escola feminina na capital.

A partir 1884, com a criação da Escola Normal Oficial, que passou a funcionar em conjunto ao Colégio Santana, em 1889, fundado pelas irmãs Dominicanas Francesas, as mulheres de Goiás puderam se aperfeiçoar enquanto mestras, sendo registradas e legalizadas como tais. De acordo com Nelly Alves de Almeida, o Colégio Santana era como: “fonte em que o binômio sedução e instrução dava aos que ansiavam por ilustrar-se a oportunidade de fazê-lo” (ALMEIDA, 1985, p. 18). Porém, para muitas famílias, enviar suas filhas para essas escolas significava aperfeiçoá-las e agregar-lhes valor no “mercado matrimonial”. As mulheres deveriam estudar, não com intuito de exercerem uma carreira, mas “para desenvolver o seu principal papel, naturalizado pela sociedade, o de mãe de família e cabia a ela, nessa tentativa de modernizar a Província [Goiás], a formação dos filhos” (PRUDENTE, 2009, p. 30).

Ana Braga Machado Gontijo (1923-) ³⁴, co-fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), em entrevista dedicada à confecção de sua biografia escrita por Áurea Menezes (1991), *Ana Braga: a têmpera da mulher tocantinense*, deixa evidente esse processo de distinção profundamente sexista na área da educação. Ela destaca que a mestra Fanny de Oliveira Macedo lhe concedia aulas particulares após lecionar para os meninos, aplicando-lhe lições de História e Geografia, além de proporcionar-lhe leituras variadas. Seu relato possibilita observar as agências dessas mulheres nos processos de (res) existências do cotidiano e a constituição de redes de afeto e ensino. A biografia descreve que:

Ana iniciou seus estudos aos cinco anos de idade, quando passou a frequentar a única escolinha de sua cidade. [...] o Pai de Ana pagou, com

³⁴ Natural e Peixes-Tocantins. Ana Braga é uma mulher negra, uma dentre as muitas mulheres brancas e intelectuais do período que ganharam destaque. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, sendo alfabetizada pelo seu avô, Joaquim Nunes Pinheiro. Prosseguiu na cidade goiana de Porangatu e, em 1935, estudou em Trindade. Ano seguinte, em 1936, estudou no tradicional Colégio Santa Clara, em Goiânia, bacharelando-se normalista. Em 1951, com apenas 28 anos, é eleita vereadora na primeira legislatura municipal de Goiânia, logo em seguida, ingressa na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, também, bacharelando-se em Direito, pela Universidade Federal de Goiás. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

muito sacrifício, algumas aulas particulares para ela. Foi à única aluna da professora Fany [Fany de Oliveira Macedo], por muito tempo, sentada numa varanda, sozinha, após dar aulas para os meninos. (MENEZES, 1991, p. 26).

A importância da educação nas carreiras dessas mulheres que irrompem a obscuridade foi crucial. Em depoimento cedido para a Academia Goiana de Letras (AGL), em 1982, a escritora e filóloga Nelly Alves de Almeida pontua sobre o seu gosto pelas palavras e reforça que o apreço foi: “[...] despertado assim, desde cedo, logo nos primeiros anos de estudo no Colégio Sant’Ana. Acentuou-se à medida que meus conhecimentos foram-se desenvolvendo, permitindo que eu lhe dimensionasse a beleza e a profundidade”.³⁵

O curso de Normalista cedido pelo referido colégio tinha a duração de dois anos, sendo atrelado ao curso complementar de um ano para o qual as jovens meninas poderiam sair formadas como professoras, lecionando em graus menores. A formação de normalista foi para muitas uma oportunidade única de trabalho, por isso grande parte das mulheres intelectuais e artistas de Goiás possuem em seus currículos o título de normalistas que lhes conferiu, há época, a possibilidade de lecionar e, gradativamente, conquistar o desejado de aperfeiçoamento profissional.

Nelly Alves de Almeida, como co-fundadora da AFLAG, na apresentação do primeiro Anuário - AFLAG de 1970, destacava que elas eram: “Aquela turma irrequieta da terceira série do Curso Normal [Normalista], que se distinguia pela inteligência vibrante de Nice Monteiro, Nair Perilo, Célia Coutinho, Nympha de Moraes e outras colegas que, ainda hoje, vivem com o mesmo carinho de ontem, em meu coração” (ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 19). Segundo Norma Telles (2017), em *Escritoras, escritas, escrituras*, as escolas normais “onde quer que surgissem, atraíam grande quantidade de moças, pois foram, durante anos, uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e de carreira”(TELLES, 2017, p. 410). Muitas das intelectuais e artistas estudadas neste trabalho, ao menos as que nasceram e cresceram na Cidade de Goiás, formaram-se normalistas em sua juventude.³⁶

Maria das Graças Prudente (2011) reforça que “o magistério representou a construção de novos valores, novas mentalidades e costumes; revelaram-se novos perfis femininos e a

³⁵ ALMEIDA, Nelly Alves de. *Depoimento: Cadeira nº 19*. Datilografado. Academia Goiana de Letras. 1981. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Nelly Alves de Almeida).

³⁶ Das 40 mulheres que formaram a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, em 1969, foram normalistas pela Escola Sant’Anna na Cidade de Goiás: Maria do Rosário Fleury, Célia Coutinho Seixos de Brito, Nelly Alves de Almeida, Ana Braga Machado Gontijo [Formada no Colégio Santa Clara de Campinas], Aída Félix de Souza, Almerinda Guimarães Arantes, Genesy de Castro e Silva, Goiandira do Couto, Graace [Graciema] Machado, Ana Maria Taveira Miguel, Nair Perilo Richter, Nice Monteiro Daher, Regina Lacerda, Telezila Blumenschein e Luiza Camargo Ferreira. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

certeza da existência de múltiplas identidades” (PRUDENTE, 2011, p. 62). Vale frisar que as mulheres populares e trabalhadoras já se encontravam nas atividades de rua há muito tempo, ocupando posições de lavadeiras, quitandeiras, parteiras e prestadoras de serviços diversos do lar, destoando do imaginário de fragilidade acerca do “ser mulher”, apontado anteriormente.

Segundo a historiadora Maria Augusta Calado Saloma Rodrigues (1982, p. 35), na região de Goiás entre séculos XIX e XX, dedicaram-se como educadoras e mestras notáveis as seguintes mulheres: Maria Romana da Purificação Araújo (1800-1873), Angélica de Souza Lobo, Silvina Ermelinda Xavier de Brito (Mestra Silvina, 1835-1920), Maria Cyríaca Ferreira, Maria Victória de Moraes Brandão, Pacífica Josefina de Castro (Mestra Nhola, 1845-1933), Anna Xavier de Barros Tocantins (Dona Anna, 1847-1949) e Maria Henriqueta Péclat (1886-1965). As mestras são exaltadas entre as trajetórias das acadêmicas da AFLAG. A intelectualidade permeia a gratidão pelo conhecimento, tanto na representatividade quanto no preparo para a vida. A escritora Maria do Rosário Fleury (1913-1993), cuja trajetória será abordada mais a frente, traz em seu processo de amadurecimento, por exemplo, as lembranças deixadas por suas mestras Fanny Camargo de Oliveira e Maria Henriqueta Péclat (1886-1965).

Maria Henriqueta Péclat (1886-1965) mantinha uma escola próxima à casa de Rosarita Fleury³⁷, no Largo do Chafariz, sendo o local onde obteve seus primeiros ensinamentos antes de dirigir-se para o Colégio Santana das irmãs Dominicanas na década de 1920. Maria Péclat, inclusive, lecionava na Escola de Aprendizes e Artífices, local de ensino técnico e profissional na Cidade de Goiás, onde se tornou Diretora do estabelecimento.³⁸ Na formação da nova capital – Goiânia – em 1933, coube-lhe a responsabilidade pela articulação da mudança do funcionamento desse instituto, onde passou a se chamar Escola Técnica de Goiânia, antes ligado ao que hoje é conhecido como Instituto Federal de Goiás (IFG).

A mestra foi descrita por Célia Coutinho Seixos de Britto (1982), uma das co-fundadoras da AFLAG, em seu estudo biográfico *A mulher, a História e Goiás*³⁹, como:

³⁷ Maria do Rosário Fleury (1913-1993) é seu nome completo, quando me referir a “Rosarita Fleury” este é o nome pelo qual ficou mais conhecida, sendo seu pseudônimo.

³⁸ “Em Vila Boa, foi instituída em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566 do presidente Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizes e Artífices, primeira instituição no Estado voltada para formação técnica profissional. Em 05 de julho de 1942, com a mudança da capital do Estado para Goiânia, a escola foi transferida e recebeu a nova denominação de Escola Técnica de Goiânia, consolidando-se como centro de excelência no ensino técnico profissionalizante”. Fonte: Site do Instituto Federal de Goiânia (IFG) – Nossa História. Disponível em: <https://is.gd/BAe0Ns>. Acessado em: Jun. 2020.

³⁹ Constando 32 biografias de mulheres, desde a índia Damiana da Cunha (1779-1831) até as mulheres da elite intelectual de Goiás, permeando o século XIX e XX, este livro é fonte imprescindível para visibilizar as mulheres de Goiás e suas histórias esquecidas. Foram biografadas: Rosa (escrava), Damiana da Cunha, Maria Romana da Purificação, Pacífica Josefina de Castro (Mestre Inhola), Jacyntha Luiza do Couto Brandão Caldas,

“moça bonita e insinuante, porte garboso, aguda inteligência e grande loquacidade” (BRITTO, 1982, p. 361). Para Célia Coutinho, Maria Henriqueta Péclat é uma professora de “elevados predicados morais e sólidos conhecimentos pedagógicos e didáticos” (BRITTO, 1982, p. 367). Outra mestra biografada por Célia Coutinho foi Pacífica Josefina de Castro (1845-1933) (Mestra Nhola), retratada como “modesta, despida de vaidades e ambições” (BRITTO, 1982, p. 107).

A descrição de Célia Coutinho a respeito das mestras remete às marcas/filiações ideológicas e estruturantes no funcionamento dos discursos (ORLANDI, 2005). Os sentidos atribuídos por Britto (1982), na retrospectiva biográfica dessas mulheres, informam como o “sistema sociocultural afeta o comportamento individual, os valores e a autoimagem” dos sujeitos (TEDESCHI, 2014, p. 46). No caso, Célia Coutinho, ao representar Maria Péclat como “garbosa, bonita e insinuante”, possuindo “predicados morais”, traz nessas descrições as marcas interdiscursivas que apontam as construções de gênero que a atravessaram enquanto mulher, constituindo-a discursiva e ideologicamente, de acordo com Michel Foucault (1996), em *A Ordem do Discurso*.

A maneira com que a mestra é descrita faz alusão ao que Prudente (2009) aponta em suas pesquisas sobre as mulheres no magistério em Goiás, a respeito de como a sociedade vilaboense se referia aos professores homens. Esses eram destacados por utilizarem “a lógica e a repressão no exercício do magistério, ou seja, o intelecto” (PRUDENTE, 2009, p. 45), já as mulheres estavam realocadas ao lugar da paciência, benevolência e cuidado, sendo enaltecidas quando supriam as expectativas sociais desses atributos “femininos”. Nesses processos constituintes e descritivos de Célia Coutinho, é notada uma concordância com a afirmação de Prudente (2009), e conclui-se que os espaços sexuais consolidaram expectativas de atuação para o “masculino” e o “feminino” em constantes processos de diferenciação. De acordo com Pierre Bourdieu (2018) são injunções:

[...] continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto explícitos apelos à ordem, a aceitar como evidentes,

Silvina Ermelinda Xavier de Brito (Mestra Silvina), Virgínia da Luz Vieira, Joaquina Augusta Coutinho de Albuquerque Mello, Euphémia da Silveira Ramos Jube, Adelaide Carneiro Rocha Lima, Messias Godinho de Carvalho, Joaquina Santarém de Macedo, Rita Brandão Ferreira, Ana Xavier de Barros Tocantins, Rita Sérgio Lacerda dos Santos, Illydia de Campos Curado Perillo, Augusta de Faro Fleury Curado, Maria Gomes da Silva Barros, Rosa Augusta Fleury Curado, Júlia Craveiro Ramos, Irmã Rosa Sant’ Anna, Arminda Prates, Tereza Alencastro Caiado de Godoy, Maria Genoveva de Moura Pacheco, Iracema de Carvalho Caiado, Augusta Sócrates Gomes Pinto, Maria Angélica da Costa Brandão, Amélia Augusta de Moraes Almeida, Alice Augusta de Sant’ Anna Coutinho, Oscarlina Alves de Pinto, Maria Henriqueta Péclat e Josefina Pinheiro de Lemes Mendes.

naturais e inquestionáveis prescrições e proscições arbitrárias que, inscrita na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos. (BOURDIEU, 2018, p. 84).

As instituições como a Família, a Igreja e a Escola propagaram discursos que “inventavam” esses espaços e posicionavam as mulheres como inferiores, conforme Pierre Bourdieu (2018), em *A Dominação Masculina*, reproduzindo os mecanismos estruturais de sujeição e diferenciação. A Família reproduzia o direito patriarcal do cônjuge aos corpos das mulheres, a Igreja consolidava uma visão pessimista e sempre vigilante acerca da feminilidade, e as instancias escolares perpetuavam as maneiras de ser e ver da sociedade dentro de uma lógica falocêntrica, inferindo em práticas sexistas: currículos diferenciados, necessidades de atestados de boa moral para as mulheres, interdição de determinadas carreiras profissionais.

A biografia dever ser contemplada como um espaço em que o biógrafo teve a “preocupação em dar sentido, tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva” (BOURDIEU, 2006, p. 184), e, metodologicamente, deve-se refletir essa “construção lógica” como intencional. As trajetórias intelectuais dessas mulheres “se articulam em torno de certas demandas de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 137), ou seja, as escolhas de Célia Coutinho Seixos de Brito, na confecção das biografias e o modo como selecionou as imagens de suas biografadas, tanto falam sobre as suas intenções quanto sobre os poderes que essa mulher dispunha para trazer à tona determinados nomes e protagonismos femininos enquanto outros se mantinham esquecidos.

Outra mulher que protagoniza processos de (res) existências e deslocamentos é Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto. Jacintha Luiza é mãe da poetisa Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), mais conhecida por Cora Coralina. Jacintha Luiza é lembrada por sua neta Ondina de Bastos Albernaz, em suas *Reminiscências* (1992), como mulher culta e intelectual que: “Lia o espanhol e italiano, e falava o francês fluentemente. Mantinha intercâmbio cultural comercial com grandes magazines franceses, recebia da França jornais e revistas” (ALBERNAZ, 1992, p. 47).

Sua neta Oldina Albernaz evidencia que: “na Europa as primeiras sufragistas se levantaram, reivindicando o direito de votar, em Goiás ela foi a primeira mulher a levantar a bandeira dessa reivindicação” (ALBERNAZ, 1992, p. 48). Jacintha Luiza requereu o direito ao voto através da primeira Constituição Republicana de 1889, contudo esse direito lhe foi negado pelo juiz Sebastião Fleury Curado. O argumento sustentado pelo então juiz era o fato

de que representação legal é voltada ao cônjuge, sendo que esse pedido fora negado por falta de autorização legal do respectivo marido.

Jacintha Luiza é descrita por Célia Coutinho Seixo de Britto (1982) como “senhora inteligente e culta”, responsável por ter apresentado à sociedade vilaboense a pianista Maria Angélica da Costa Brandão (1880-1945), conhecida na história de Goiás por Nhanhá do Couto. Essa pianista é avó da musicista Belkiss Spencièrre Carneiro de Mendonça (1928-2005), que projetou Goiás internacionalmente na música erudita. O fato que desejamos destacar é que Jacintha Luiza, além de pioneira na busca pelo reconhecimento de sua cidadania através do voto, mantinha uma casa poética de encontros culturais, chamada “Casa da Ponte”, na qual a musicista Nhanhá do Couto foi apresentada à alta sociedade. Dessa forma, é possível verificar como uma mulher do século XIX manobrava poderes com os quais revestia de visibilidade outras mulheres, construindo uma rede de solidariedade e legitimidade para as artistas locais.

A respeito dessas “heranças geracionais” encontradas, a escritora Ercília Macedo Eckel, parte do grupo fundador da AFLAG, relembra acerca de sua avó, uma mulher nascida no final do século XIX. A escritora relata as dificuldades que sua avó tinha em adquirir informações externas sobre o mundo e a sociedade. Ela ressalta: “[...] as mulheres acabavam sabendo do mundo, conhecendo o mundo através dos maridos, dos pais, dos irmãos mais velhos, era assim [...] é lógico que eles filtravam essas informações”. E continua destacando os esforços de sua avó: “[...] ela ficava atrás dos irmãos quando o mestre chegava à noite para dar aula”.⁴⁰

Ercília Macedo cita um momento ocorrido em sua juventude durante as primeiras décadas do século XX, ainda na Cidade de Goiás: “a gente comprava alguma coisa, não tinha saco plástico, vinha tudo enrolado e você levava uma sacola”. Esses mantimentos costumavam vir enrolados em jornais velhos, e sua avó ao desenrolar esses mesmos jornais advertia a menina a não jogá-los fora e esbravejava: “Não! Aquilo pra mim é notícia nova, ainda não li!”, então “ela esticava tudo e lia” e nisso Ercília finaliza: “[...] isso me influenciou muito”.⁴¹ Nessa entrevista “a memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados” (AMADO, 1995, p. 132), ou seja, a escritora se influenciava pela persistência de sua avó, mulher que para ela representava as (res) existências e outras possibilidades de vida.

Essas mulheres são herdeiras de “heranças simbólicas” que permeiam gerações, segundo Paulo Brito do Prado (2019). Nelly Alves de Almeida, ao falar de sua trajetória,

⁴⁰ Entrevista concedida em 09/08/2019.

⁴¹ Entrevista concedida em 09/08/2019.

reforça que sua geração surgia e se unia à geração anterior, quando ressalta que ela cresceu no tempo: “[...] em que a pena de Graace Machado, Maria Paula Fleury, Ofélia Sócrates, Floraci Artiaga jogava flocos de luz no terreno fertilizado pelo trabalho literário de Eurídice Natal e Silva, Cora Coralina, Leodegária de Jesus e outras”. (ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 19). Os processos de mudança e emancipação são gradativos e significam muito nas trajetórias das mulheres que se espelham umas nas outras e, ao reforçá-las em suas trajetórias, esse “terreno fertilizado” ainda revela as marcas de um profundo silenciamento e um difícil rompimento.

Muitas mulheres encontradas na AFLAG são advindas de famílias abastadas, utilizam-se das possibilidades sociais conquistadas por outras gerações, que lhes abrem espaços entre os campos do saber. Segundo Prado (2019), “o peso dos legados herdados de suas mães e/ou familiares” contribuía muito para o engajamento cultural. Eram primas, tias, irmãs, mães de uma mesma família, que construíram um patrimônio cultural feminino. As relações mantidas entre essas mulheres, na atividade intelectual, “o gosto pela leitura, à autorização para escrever e a conquista de direitos” (PRADO, 2019, p. 226), são herdadas pelas gerações femininas da família, e a cada nova geração “precisa refazer os passos e retomar os caminhos” (TELLES, 1992, p. 50).

Da iniciativa das mestras surgiram outras demandas conforme as mulheres foram se escolarizando. Após a Proclamação da República (1889), práticas atreladas à lógica da modernidade junto ao crescente processo de urbanização, pelo qual o país atravessava, gestavam novos hábitos e valores “com novas posturas e funções” que inauguram um período compreendido como a *Belle Époque* brasileira.⁴² Nas primeiras décadas do século XX, a concepção de “mulher guardiã da moral” atravessada pelos constructos de um “feminino ideal” começa a oscilar, em vista das práticas modernizantes e dos movimentos de mulheres (ISMÉRIO, 1995, p. 103).

Mecanismos de controle e disciplinamento serão manejados pelos homens e instituições, que nesse período, no início do século XX, pululavam os debates acerca da “questão feminina”. Esse período da Primeira República (1899-1930) almejava constituir um “modelo higiênico de mulher”, que continuasse servindo à construção da nação brasileira, repreendendo e constringendo muitas mulheres que almejavam exercer seus direitos civis e participar do mercado de trabalho. Nesse contexto, as mulheres pelo Brasil, principalmente nas grandes metrópoles, estavam engajadas na luta pelo voto feminino. A historiadora

⁴² Esse processo será aprofundado no item 1.2 dessa pesquisa, no qual serão abordadas as influências e a busca por uma “modernidade europeia” que marcou as práticas e hábitos dos brasileiros por um período que compreende a Primeira República (1889-1930), adentrando o contexto de Goiás. Essa lógica da modernidade influenciou a formação de instituições como a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897.

Constância Lima Duarte (2011) aponta que esse início de século se caracteriza por um forte movimento de mulheres que escreviam e se organizavam nos jornais. Esses jornais foram importantes instrumentos de conscientização, profundamente transgressores.

Mulheres alfabetizadas, pertencentes a camadas mais abastadas e atentas ao cotidiano, enxergam esses veículos jornalísticos como canais de expressão literária, “amplamente usados para reclamar os direitos da mulher” (AIRES, 1996 p. 27). No contexto goiano do início do século XX, em suas primeiras décadas, as mulheres fomentavam práticas e produziram iniciativas que almejavam esses mesmos direitos. Envolvidas com a escrita, as mulheres de Goiás iniciam a sua projeção no periódico *A Rosa*, que recebeu esse nome pela coloração de suas folhas em tom rosado, fundado em 1907 por Heitor Moraes Fleury (1889 - 1972).

Esse jornal teve a participação de várias contribuintes femininas, dentre elas Ana Lins Peixoto Brêtas (Cora Coralina), Alice Augusta Coutinho, Rosa Santarém Godinho, Leodegária de Jesus, Illydia Maria Perillo Caiado e Judith Fleury, que são lembradas pelas intelectuais mais jovens que viriam a compor o quadro da AFLAG. As mulheres redatoras do referido jornal foram especialmente Ana Lins Peixoto Brêtas (Cora Coralina), que participou da fundação da AFLAG em 1969, e Leodegária de Jesus, escritora negra. Ambas conduziram o jornal como veículo que oferecia às mulheres a oportunidade de escrever sua literatura.

O jornal *A Rosa* foi fundado por Heitor Moraes Fleury, uma figura influente do campo político goiano, sendo pai de Maria do Rosário Fleury e primeiro Juiz de Direito em Goiânia, na década de 1930, ligado à família Fleury e Caiado. O nome de Heitor Moraes Fleury aparecia apenas na formação do periódico, pois a sua condução foi inteiramente feminina. Acerca desse destaque dado a um homem, é possível inferir o viés *tático* dessas mulheres. Esse movimento estratégico também será observado no jornal *O Lar* (1926-1932), em que o poeta Luiz do Couto foi o anunciador do periódico, o que, conforme Danielle Silva Moreira dos Santos (2018), “serviu para legitimar e validar a atividades delas perante a sociedade, dessa forma é compreensível, que apresentação do jornal ao público tenha sido delegada a um homem” (SANTOS, 2018, p. 44).

Danielle Silva Moreira dos Santos (2018), em *Construindo o Lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás*, analisa o jornal como uma experiência prática e intelectual que “conduziram as mulheres rumo às possibilidades de atuação na arte, na política, na imprensa e na ciência” (SANTOS, 2018, p. 153). Segundo a historiadora, essas “mulheres modernas” que escreviam no jornal *O Lar* já “suspeitavam que não levavam uma vida semelhante a de suas avós”

(SANTOS, 2018, p. 104), identificando em suas práticas emancipatórias um feminismo de teor “civilizado, bem comportado e patriótico”.⁴³

O jornal *O Lar* (1926-1932) foi uma das primeiras experiências do feminismo para as mulheres de Goiás. Esse periódico marcou o meio intelectual goiano como “exponencial da intelectualidade da mulher goiana” (SILVA, 2018). Mulheres que dele fizeram parte e nele escreveram anos mais tarde agregam o grupo fundador da AFLAG, no ano de 1969, já em Goiânia. São mulheres como Genezy de Castro e Silva (Cadeira n.º 13), Floracy Alves Pinheiro (Cadeira n.º 12), Maria de Paula Fleury de Godoy (Cadeira n.º 37) e Graciema Machado (Cadeira n.º 15).

Genezy de Castro e Silva (1908-2006)⁴⁴, vice-diretora do jornal *O Lar* (1926-1932), anos mais tarde, em 1981, registra nos anuários da instituição o que diz ter sido a atuação de Oscarlina Alves Pinto,⁴⁵ diretora-chefe do jornal e uma amiga próxima.

No campo feminino não podemos deixar de realçar em tempos idos, a Revista Literária, órgão do Gabinete literário Goiano e nesse Gabinete Literário reunia-se em 1930 a juventude intelectual da época. [...] Oscarlina Alves Pinto fundou o primeiro jornal feminino, com intenso labor e constância admirável. Um estudo mais profundo que não estas linhas superficialmente traçadas revelariam o valor das páginas que não publicadas, exporiam o que de precioso há na literatura goiana, no anonimato e na modéstia dos escritores. E, publicadas, glorificaram os nomes de Rosarita Fleury, Marilda Palínea, Nely de Almeida, Ofélia Sócrates, Amália Hermano e muitos outros que abrilhantam a Academia Feminina. E escritores brilhantes nós os temos em número maior, talvez.⁴⁶

A escritora Augusta de Faro Fleury de Melo (1948-), em discurso e elogio fúnebre proferido pela posse como titular da cadeira de n.º 15 pertencente à Academia Feminina,

⁴³ Conforme Céli Regina Jardim Pinto (2003), em *Uma Breve História do Feminismo no Brasil*, esse movimento caracterizado como um “feminismo bem-comportado” teve como figura de liderança a bióloga Bertha Lutz, nos anos 1920. Caracterizado como um feminismo em prol dos direitos políticos, situando a luta pelo voto feminino, mostra-se um movimento que: “[...] nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem” (PINTO, 2003, p. 14), delimitando um posicionamento moderado. É, ainda, um movimento de bases elitistas e sumariamente brancas, compondo-se de mulheres que advogavam pela igualdade através da noção do “complemento” entre os sexos, visando o “bom andamento da sociedade” e proferindo discursos marcados pelo viés patriótico.

⁴⁴ Filha de Joviano Alves de Castro e Tarsila Caiado de Castro, aos 11 anos foi oradora do Gabinete Literário Goiano e anos mais tarde, em 1929, faria parte de sua Diretoria. Fez seus estudos primários e secundários na Cidade de Goiás. Formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFG. Docente do IEG, do Lyceu de Goiânia e da Faculdade de Filosofia da UFG. Esposa de Colemar Natal e Silva, veio a falecer no ano de 2006. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

⁴⁵ “Oscarlina era filha de Amália Amélia com Luiz Alves Pinto, ela viveu com seus pais e sete irmãos. Além de dirigir o jornal, ela também trabalhou nos correios, nos telégrafos e na tipografia e papelaria de seu irmão Caetano, inclusive tomando conta praticamente sozinha dos negócios da família, após a morte do pai e do irmão. Na tipografia da família eram impressos os números do jornal” (SILVA, 2018, p. 24).

⁴⁶ SILVA, Genezy de Castro. *O aniversário inesquecível*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1981-1982, p. 59-60. (Arquivo da AFLAG).

direciona-se para a escritora Graciema Machado, patrona e fundadora da cadeira, e pontua a sua trajetória no mesmo periódico, jornal *O Lar*, no intuito de projetar a mulher goiana e a importância dessa experiência intelectual. Em seu discurso, destaca que a finalidade do jornal: “era projetar a mulher goiana, estimulando-a a escrever, descobrindo novos muros, a encontrar-se fora dos muros domésticos” e, ao descrever Graciema Machado, também conhecida como Graace Machado, reforça que ela escrevia sobre “assuntos polêmicos” e “estimulava a mulher a valorizar sua pessoa e personalidade”, mesmo sentindo “os tabus e preconceitos que a família goiana alimentava”.⁴⁷

Dada a importância dessas experiências, Rosarita Fleury idealizou a AFLAG ao lado de suas auxiliaadoras primordiais, Ana Braga Machado Gontijo e Nelly Alves de Almeida. Ana Braga elevou um manifesto, em 1973, para a história das mulheres em Goiás:

Já não nos basta a lembrança de Damiana da Cunha, dominando índios bravios, levando-os às comunidades cristãs. Nem a coragem de Maria da Guia, enfrentando as tropas antilegalistas, ao lado do Cel. Honório Nogueira, na velha Pedro Afonso. Nem a Ana Tocantins, vivendo, ainda, **em gerações de valorosas mulheres, inteligentes, cultas, abnegadas mães e esposas, que chegam até nossos dias!** No mundo intelectual, escritoras, pintoras, pianistas, declamadoras. Tantos nomes enfileirados, marcando época na história de nossa terra!⁴⁸

Na descrição da escritora, observamos que as experiências dessas mulheres estão fortemente ligadas às representações culturais do período em que viveram. São “mulheres, inteligentes, cultas, abnegadas mães e esposas, que chegam até nossos dias!”, como elucidado no decorrer desse subcapítulo. Essas imagens são resultado de práticas discursivas e não discursivas atreladas às normativas do gênero. Medidas legislativas precisaram ser tomadas autorizando a possibilidade de escolas femininas existirem, ainda assim, o preconceito permaneceu inibindo a liberdade de muitas frequentarem esses espaços e se aperfeiçoarem.

Refletir sobre as invisibilidades e as determinações culturais e sociais dessas experiências é fundamental para, de acordo com Durval de Albuquerque Júnior (2007), compreender as demandas de poder, ou seja, não apenas relatar uma experiência “mas como esta foi constituída, como esta foi possível, como ela chegou até nós, e a partir de que interesse ela foi documentada” (ALBURQUERQUE JR, 2007, p. 138). A ampliação dos

⁴⁷ MELO, Augusta de Faro Fleury de. *Discurso de Posse*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1985-1986, p. 18-19. (Biblioteca da AFLAG).

⁴⁸ GONTIJO, Ana Braga Machado. “*Ao imortal - Zoroastro Artiaga*”. Discurso proferido no ano de 1973, por Ana Braga Machado Gontijo devido à posse de Regina Lacerda como titular da cadeira de n.º 16. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Ana Braga Machado Gontijo. Datilografado). (grifo nosso)

espaços de atuação feminina por meio da educação das mulheres, as (re) invenções de suas identidades, os deslocamentos que provocam fissuras entre o espaço público e privado, os protagonismos nos jornais e a constituição de redes de apoio intelectual permitiram, gradativamente, a emergência ou a “invenção” de gerações de mulheres cultural e politicamente ativas.

A escritora Ana Braga Machado Gontijo, ao associar as conquistas das mulheres nos primeiros anos de organização da AFLAG, descreve um processo em que: “[...] o elemento feminino respondeu presente, ontem, como hoje, às iniciativas literárias da terra anhanguerina [...] à mulher goiana sempre deu amostras de seu elevado espírito, de sua dedicação às letras e a tudo que fale de cultura e de civilização”, reforçando que são “tantos desses valores inesquecíveis!”.⁴⁹

Tania Navarro Swain (2013) propõe a construção de uma nova narrativa que fomente um “novo sujeito político, filosófico, artístico, que não é mais o “outro”, nem o “diferente”, que não é mais o “feminino”, cuja definição seria por oposição e inferioridade [ao masculino]” (SWAIN, 2013, p. 59). Essas mulheres projetam em suas trajetórias as mulheres do passado, que conquistaram o direito à educação lhes proporcionando o aperfeiçoamento tão desejado. Ao se (re) inscreverem nessas vivências e lutas de longa data, essas mulheres potencializam estrategicamente a iniciativa que estão construindo com a AFLAG, como um espaço que se comprometeria a valorizar a produção feminina e o meio pelo qual elas se afirmariam intelectuais.

Ana Braga direciona, em seu discurso, diversas mulheres que contribuíram para o progresso e ascensão femininos em Goiás, dentre elas o nome da escritora Eurídice Natal e Silva (1883-1970),⁵⁰ protagonista de uma importante experiência intelectual para as mulheres de Goiás ao fundar e presidir um espaço inteiramente masculino, a Academia de Letras de Goyáz de 1904, em um período em que não era permitido o sexo feminino nesses sodalícios literários. A seguir, a trajetória dessa intelectual será percorrida, imersa no contexto da Primeira República (1889-1930) em Goiás, sendo o primeiro nome a ser lembrado por Rosarita Fleury para compor os quadros da AFLAG. Em seguida, também, serão abordadas, de forma mais aprofundada, essas exclusões femininas dos espaços de saber, inserindo o contexto de criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, instituição que aceitou a primeira escritora em seus quadros em 1977, sendo Rachel de Queiróz (1910-2003).

⁴⁹GONTIJO, Ana Braga Machado. *Lançamento do 2º e 3º anuários da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Discurso feito em 05/10/1973. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Ana Braga Machado Gontijo-Fragmentos).

⁵⁰Em alguns documentos e depoimentos a escritora e intelectual aparece com o nome Eurydice e/ou Eurídice.

1.2 Protagonismo feminino: Eurídice Natal e Silva e a Academia de Letras de Goiás (1904-1908)

Não é preciso ter grandes habilidades em psicologia para afirmar que qualquer garota muito talentosa que tenha tentado usar seu dom para a poesia teria sido tão impedida e inibida por outras pessoas, tão torturada e feita em pedaços por seus próprios instintos contrários, que deve ter perdido a saúde e a sanidade, com certeza.⁵¹

Virgínia Woolf. **Um Teto Todo Seu**. 1929.

Na transição do Império para o período histórico conhecido como Primeira República (1889-1930), a organização da sociedade não foi alterada em suas bases políticas, sociais e econômicas. A proclamação da República significou a consolidação política de representantes das elites agrárias pelo país, comumente conhecidos por práticas de mandonismo local, associadas à figura dos coronéis, sujeitos que gozavam de certa influência por disporem de recursos, muitos advindos do exercício da violência (FERREIRA, 1998). Com a política dos governadores⁵², esses sujeitos, através de arranjos políticos locais envolvendo o governo federal, se consolidavam no poder “por meio de um controle rigoroso dos mecanismos institucionais, [dessa forma] foi possível ao grupo dominante manter o poder e usá-lo segundo seus interesses” (FERREIRA, 1998, p. 52). Essa prática é uma herança de nossa história cultural e política.

Assim perpetuavam-se as figuras dos coronéis nos mandos políticos e governamentais das regiões brasileiras como em Goiás. Sobre a organização política, Leny Caselli Anzai (1985) descreve em sua pesquisa *Vida Cotidiana na Zona Rural do Município de Goiás (1888-1930)* que havia hábitos e costumes já assentados, no que diz respeito aos processos históricos de povoamento da região. No aprofundamento do cotidiano dos trabalhadores rurais, a pesquisadora observa as realidades concretas desses grupos sociais, as representações de mundo e as “improvisações” do dia a dia, nas várias trocas comerciais que realizavam com o centro urbano da capital, Cidade de Goiás, afirmando que o Estado de Goiás pode ser descrito como “várias ilhas socioeconômicas e culturais” (ANZAI, 1985, p. 09), não havendo

⁵¹ WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas. 2014. p. 38.

⁵² “O modelo adotado na República Velha (1889-1930) foi a política dos governadores, liderada pelo presidente Campos Sales (1898-1902). Essa política foi responsável pela solução dos impasses criados pelas contradições entre os poderes executivo e legislativo”. (FERREIRA, 1998, p. 51).

apenas uma definição exata do que significava “ser goiano” ou um único padrão de comportamento.

Em proporções nacionais, o Brasil experimentava contornos de uma modernidade que se ligava diretamente às práticas culturais, interpessoais, gestos, comportamentos e vestimentas que buscavam irradiar uma “atmosfera importada de Paris” (CAMARGOS, 2001). Esse era um processo civilizatório que a elite brasileira buscava reproduzir, conhecido na história como a *Belle Époque*, o qual teve início na presidência de Campos Sales (1898-1902). Em São Paulo, esse período adquiriu ares cosmopolitas, assim como no Rio de Janeiro em que “ares franceses se fizeram sentir intensamente nessas plagas, tanto no concernente à magnitude dos projetos arquitetônicos lá desenvolvidos” (FANINI, 2009, p. 23). As famosas ruas conhecidas como *bulevares*, largas e circulares entram em cena, alijadas a um longo processo simbólico de interiorização dos costumes e hábitos estrangeiros. Eram “consumidos” desde as escolas filosóficas a padrões estéticos, junto a “práticas de higienização física e moral com uma revisão de costumes que nem sempre eram aceitos sem alguma resistência” (CAMARGOS, 2001, p. 25).

A urbanização visando aos “moldes europeus” inviabilizou bairros populares, estes foram classificados como “insalubres” (FANINI, 2009). Rachel Soihet (2017) relata o drama das mulheres populares no Brasil, imersas nesse processo de normatização dos comportamentos, frisando que a “violência seria presença marcante nesse processo”. A autora afirma que “no esforço de *afrancesar* a cidade para desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de civilização” (SOIHET, 2017, p. 366), uma crescente barreira foi construída para limitar a circulação dos populares no espaço urbano das cidades. A construção de padrões de comportamento para as mulheres, como elucidado no subcapítulo anterior, a exemplo, a construção da “santa-mãezinha”, acabou por distinguir as “mulheres certas”, ou seja, “normatizadas”, das “mulheres erradas” desviantes dos modelos ideais.

Ao buscar inserir-se no mercado capitalista internacional, o Brasil viverá uma “modernização sem a equivalência da democratização, conservando vigorosos sinais oligárquicos” (CAMARGOS, 2001, p. 33). Márcia Camargos (2001), ao se aprofundar no centro econômico que é a metrópole Paulista, identifica uma “tensão” que caracterizava a *Belle Époque* como um processo que entrelaçava “a herança colonial e o dinamismo cosmopolita”, ou seja, um ideal de civilização que, em contrapartida, não considerava toda a extensão da população, promovendo inúmeras práticas de segregação dos “corpos indesejáveis” e hábitos destoantes do “estilo europeu”.

As mulheres populares sempre ocuparam as ruas pela necessidade do trabalho imediato. São mulheres que “em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*” (SOIHET, 2017, p. 367). Evidenciar essas diferenças reforça a pluralidade das mulheres e suas experiências. Mais adiante, elas vão auxiliar a compreender a construção de Eurídice Natal e Silva (1883-1970) como o “símbolo feminino das letras e das artes goianas”⁵³, atrelada aos modelos ideais do “ser mulher” reproduzidos por muitas das integrantes da AFLAG. Esses modelos ideais eram reforçados por Maria do Rosário Fleury (1913-1993) e também por Ana Braga Machado Gontijo (1923-) que chega a descrever Eurídice Natal como: “delicada, etérea, frágil [...]”.⁵⁴

Sobre Goiás, era um Estado que “dentro da nação brasileira, ainda representava uma fronteira” (GARCIA, 2010, p. 147). No começo do século XX, ainda atrelada às imagens de “decadência e atraso”, a região viu o fortalecimento de uma elite econômica ligada a uma crescente influência política que lançava suas raízes também no período da República. Oligarquias como as famílias Bulhões e Fleury são expressões do cenário político, cultural e econômico da região. Nars Chaul (1998), em *A construção de Goiânia e a Transferência da Capital*, aponta que, na Primeira República, Goiás tinha o boi como o seu principal produto de comercialização, pois ele era de fácil transporte, sendo responsável por 8.8% do rebanho nacional, já a lavoura era direcionada para o abastecimento interno da população. Ainda com auspiciosos números econômicos, no âmbito político, o Estado se situava politicamente periférico.

Dessa forma, inúmeras pesquisas historiográficas sustentavam o viés da “decadência”, de acordo com Chaul (1998), principalmente atrelada à noção de isolamento, contudo, ao longo desse período, economicamente, a pecuária goiana cresceu a ponto de representar 32% da arrecadação do Estado, ainda no final dos anos 1920. Politicamente, observamos a gradativa ascensão de Leopoldo de Bulhões, que ocupou duas vezes o Ministério da Fazenda, além de ter sido presidente do Banco do Brasil, ou seja, há uma gradativa imersão do Estado de Goiás na economia e na política nacional durante as primeiras décadas do século XX.

Nars Chaul (1998) destaca, ainda, a Estrada de Ferro em Goiás, cujo funcionamento teve início em 1909 e recebeu apoio do Governo Federal. Para Barsanufu Gomides Borges

⁵³ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Discurso Proferido na Sessão de Abertura*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 225. (Arquivo da AFLAG).

⁵⁴ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Discurso Proferido na Sessão de Abertura*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 225. (Arquivo da AFLAG).

(1990), em *O Despertar dos Dormentes*, a Estrada de Ferro é “como componente de um conjunto de progressos técnicos”, que se alinhava ao progresso vivenciado em todo o restante do país, ligando Goiás ao projeto modernizador que o Brasil almejava. A Estrada de Ferro fez emergir da região Centro-Sul-Sudeste do Estado “expressivos centros comerciais, que substituíram, dentro de pouco tempo, as cidades do Triângulo Mineiro no controle do comércio regional” (BORGES, 1990, p. 87). Isso inseria Goiás em uma economia de bases capitalistas ao exportar uma produção bovina, já industrializada, e outros produtos como o couro, além da produção agrícola que viu o arroz se tornar “um produto consumido em larga escala entre as camadas populares”, sendo o segundo produto na pauta da exportação Goiana.

Lançava-se na arena política, imerso em ideais políticos abolicionistas, o clã Bulhões. De acordo com Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1974), os bulhões usam como veículo propulsor de suas ideias a imprensa livre, a exemplo do jornal *A Tribuna Livre*, criado em 1878, por Antônio Felix de Bulhões Jardim (1845-1887). Gracy Tadeu da Silva Ferreira (1998) aponta que os bulhões foram enaltecidos por serem bacharéis com atrativos dotes intelectuais, para além de pecuaristas. As oligarquias de Goiás representavam o lugar da “fronteira” apontado por Garcia (2010), na vida cultural em que estavam inseridos há o impasse de um “contexto que vai do francês à ópera, da fazenda ao diploma de curso superior, do berrante ao apito do trem” (CHAUL, 1998, p. 39).

Barsanufio Borges (1990) indica que vários núcleos urbanos começam a surgir, e as modernas “invenções do mundo capitalista”, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo, chegam a Goiás. Regiões como Catalão e Ipameri, em meados de 1920, já contavam com um projeto de iluminação pública, incluindo redes de esgoto, fruto do processo de modernização por qual passava a região de Goiás. *A Belle Époque* é vivida por Goiás por meio dos hábitos e costumes “civilizados” que são inseridos nas práticas das moças da elite, como as famosas *soirées* literárias e musicais, e na educação, na qual o piano e o Francês eram proeminentes e influenciavam na imersão dessas jovens nos meios culturais ilustrados.

As mulheres da elite, segundo Maria Augusta Calado Saloma Rodrigues (1982), improvisavam: “saraus e tertúlias, onde os pais eram os mais interessados no convívio das filhas com os amigos dos irmãos, para tornarem-se desembaraçadas e de raciocínio ágil, podendo expressar seu pensamento adquirido através da leitura” (RODRIGUES, 1982, p 34-35). Essas são as redes de lazer e passatempo dos grupos de elite do contexto de Goiás. Era tradição presente nos jornais da família Bulhões, inclusive, evidenciar essas apresentações públicas, nos saraus, nas modinhas e nas serestas, protagonizadas pelas moças da família.

Sobre as leituras que as moças poderiam realizar, inúmeras foram as restrições durante o avançar do século XIX e XX. Enquanto homens de classe alta podiam ler a respeito de política ou filosofia, “as mulheres das famílias abastadas fariam bem ao exercitar o seu intelecto “mais fraco”, na leitura menos exigente da literatura devocional e moralista”⁵⁵ (HAHNER, 2013, p. 58). A escritora Ana Braga Machado Gontijo (1923-) pontua um relato histórico de suas vivências sociais e educacionais, refletindo que: “a leitura era feita sob orientação, quando não acompanhada pelos pais, pelos preceptores ou pelas damas de companhia” (BRAGA, 2006, p. 37). Essas interdições da leitura são como uma continuidade das restrições à educação, conforme pontuadas no subcapítulo anterior.

Contudo, contrapondo-se ao fato de que as jovens não acessavam os livros mais complexos “pelo desinteresse ou por haver restrições”, Ana Braga (2006) reforça o desejo das mulheres de Goiás em ampliar o seu repertório literário através do Gabinete Literário, no qual o registro de circulação de livros locados por mulheres reforça esse desenvolvimento e engajamento cultural/intelectual. A escritora cita que as jovens: “liam poetas condoreiros, entre outros: Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Raimundo Correia, Francisca Julia, Fagundes Varela, Castro Alves e Machado de Assis” (BRAGA, 2006, p. 37). Ou seja, mesmo que houvesse proibições latentes a respeito das leituras, as mulheres estavam se movendo sob esses códigos comportamentais e, nas improvisações do cotidiano, acessavam os livros tão desejados.

Esse período da República no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi marcado por uma “vida espiritual, intelectual e artística” efervescente e chegou a ser conhecido como uma “República das Letras”, caracterizada como tal por ter sido nesse contexto em que “obras emblemáticas” da literatura brasileira teriam surgido. Esse florescer artístico testemunhou o surgimento de espaços culturais que marcavam a “inserção do país no mundo moderno”, como a *Villa Kyrial*, cujo escritor e barão do café, José de Freitas Valle (1870-1958), administrava em sua propriedade. Esse espaço significou um “núcleo irradiador de cultura que por cerca de vinte anos marcou o cenário intelectual” (CARMARGOS, 2001, p. 15). Márcia Camargos, em seu estudo sobre os impactos desse período na vida metropolitana de São Paulo, pontua que: “criavam-se instituições que traduziriam uma aparente preocupação social, quando, na verdade, o poder permanecia em mãos de um

⁵⁵ “A leitura de romances sentimentais acabou por gerar uma série de estereótipos em relação à leitura feminina, que concebiam a mulher leitora como um ser isolado do mundo exterior, que se deixava levar pelos enredos dos romances e que via na literatura uma forma de fugir da realidade. Por isso, a leitura feminina, assim como os romances direcionados para mulheres, não eram considerados “sérios” por uma longa tradição literária de autoria masculina, que os marginalizava pelo fato de tratarem de temas domésticos e amorosos”. (BELLIN, 2011, p. 3).

número reduzido de pessoas” (CAMARGOS, 2001, p. 32). A *Villa Kyrial* se tornou um reduto intelectual onde os jovens escritores e artistas (em sua maioria homens) almejavam pelo apoio de José de Freitas Valle, o qual teria se tornado uma referência na crítica da arte e um meio de inserção no círculo restrito da elite letrada paulista.

As Instituições brasileiras que serviriam para reforçar a importância de uma memória comum nacional, capaz de unir a nação e absorver uma aparência moderna, tiveram inspirações marcadamente francesas. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IGGB), criado em 1838, que havia sido encarregado de produzir um retrato nacional, nasceu diretamente inspirado no Instituto Histórico de Paris de 1834 (CAMARGOS, 2001). No Rio de Janeiro, já funcionavam a Escola Nacional de Música, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas-Artes e, a partir de 1897, viu surgir a Academia Brasileira de Letras. Desde os Institutos Históricos até as Academias Literárias formadas pelo Brasil, o quadro era predominantemente masculino.

João Paulo Coelho Rodrigues, em *A Dança das cadeiras: literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913)*, situa que no Brasil havia “o sentido missionário e o sentimento de que a literatura tinha uma forte significação cultural na possibilidade de se erigir a civilização no Brasil” (RODRIGUES, 1998, p. 16). A ABL formou-se devido à angústia dos literatos da época em preservar uma “tradição literária brasileira”, a qual se revela profundamente androcêntrica (FANINI, 2009). Os escritores buscavam um *status* para sua atividade literária e intelectual, podendo assim oficializar uma classe representativa dos “homens de letras” (EL FAR, 2000):

Desde sua fundação, em 1897, a Academia frisava sua preocupação de trabalhar pela glória e imortalidade dos homens de letras. Além de zelar pela língua e pela literatura brasileira, salientava, através dos inúmeros discursos de seus membros, sua tarefa de garantir a memória daqueles que dela faziam parte. (EL FAR, 2000, p.120).

A ABL foi formada em 1897 por um grupo de 40 homens, escritores e profissionais liberais,⁵⁶ sob a presidência de Machado de Assis. Essa instituição literária seguia a premissa

⁵⁶ Conforme FANINI (2009, p. 307-308) seus 40 fundadores foram (por ordem da cadeira): Luís Murat, Coelho Neto, Filinto de Almeida, Aluísio Azevedo, Raimundo Correia, Teixeira Melo, Valentin Magalhães, Alberto de Oliveira, Carlos Magalhães de Azeredo, Rui Barbosa, Lúcio Mendonça, Urbano Duarte, Visconde de Taunay, Clóvis Beviláqua, Olavo Bilac, Araripe Júnior, Sílvio Romero, José Veríssimo, Alcindo de Mendonça, José do Patrocínio, Medeiros de Albuquerque, Machado de Assis, Garcia Redondo, Franklin Dória, Guimarães Passos, Joaquim Nabuco, Inglês de Souza, Artur Azevedo, Pedro Rabelo, Guimarães Júnior, Carlos de Laet, Domício da

da *Academia Richelieu* fundada na França, em 1635, na qual a ausência de mulheres foi uma norma. Esses espaços do saber, formais e acadêmicos, já vinham reproduzindo uma crescente invisibilidade e exclusão das mulheres de seus quadros. Tanto a Academia Brasileira de Letras quanto as demais instituições de menor porte foram compostas inteiramente por homens que já circulavam no espaço público, onde a ausência das mulheres foi naturalizada. De acordo com Roger Chartier (1995), essas “sociabilidades letradas” desde a Renascença, período em que foi consolidada a Academia Francesa, atribui um grande papel aos homens, e “sucedem-se as academias patenteadas e protegidas, exclusivamente masculinas, deixando às mulheres o governo de assembleias menos legítimas - como os salões”. (CHARTIER, 1995, p. 46).

Carole Pateman (1988), em *O Contrato Sexual*, elabora que a associação do masculino com a intelectualidade provém do reconhecimento de sua função “paterna” no comando e criação da família e dos filhos, um poder que se estenderia para o âmbito público. Para a pesquisadora, a sociedade patriarcal se fundamenta no contrato social e sexual, em que uma sociedade civil se constitui partindo de inúmeros acordos, nos quais os homens abandonam um estado de natureza e consolidam um governo de liberdade inalienável e equânime. Esses “indivíduos livres” estabelecem outros múltiplos contratos voluntários que fundamentam a existência e explicam da formação das chamadas “instituições modernas”. Pateman (1998) pontua que as mulheres não estavam incluídas nessa categoria de “indivíduo” desde o princípio da formação de uma sociedade civil no ocidente, categoria que pressupunha um sujeito sexualmente neutro da ação e da liberdade.

Nesse processo, se estabelece igualmente um contrato sexual, que permanecia obscuro nas interpretações feitas até então. A liberdade civil pressupunha um direito patriarcal, de acordo com Pateman, em que: “Durante séculos, a família, sob o comando da autoridade paterna, forneceu o modelo ou a metáfora para as relações de poder e autoridade de todos os tipos” (PATERMAN, 1988, p. 44), direito este atrelado, ainda, ao direito exclusivo de controle dos corpos das mulheres que a instituição do matrimônio concedia aos homens. Os homens foram erigidos como autores da sociedade, construtores das áreas do conhecimento e criadores das regras e normas que regulamentam o mundo. Além de um direito paterno (pais sobre os filhos) e um direito patriarcal (o homem sobre sua esposa), conforme o patriarcado avançava em sua forma “moderna”, esse poder da criação foi estendido não apenas ao pai, mas ao/a masculino/masculinidade de forma ampliada.

As elites almejavam consumir um estilo francês, o que, nas análises de Rodrigues (1998), em consonância com Joffrey Needell (1993), teria justificado a inspiração para a formação da nossa Academia Brasileira de Letras. Alessandra El Far (2000) reforça que: “Todos aqueles que pertencessem aos quadros da associação nascente seriam qualificados de imortais, tendo seu nome e sua obra enaltecidos pelos demais e lançados à posteridade nas sucessivas sessões ordinárias e celebrativas” (EL FAR, 2000, p. 120). A ausência das mulheres nessas instituições que “imortalizavam” seus integrantes, na memória cultural da nação, não apenas as excluía como possíveis criadoras, mas também reforçava uma tradição literária e intelectual inteiramente masculina.

Michele Asmar Fanini (2009), em *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*, observa que os critérios de escolha dos nomes que fariam parte dessa instituição confirmou a compreensão geral e legitimada pela sociedade de que “grandes obras literárias” seriam de autorias masculinas. A ABL oficializou normas que regulavam os mecanismos de exclusão e inclusão que valoravam o que seria a “Literatura Brasileira”, constituindo um cânone e servindo de inspiração para as demais instituições literárias regionais.

Michel Foucault (2017), em *A Arqueologia do Saber*, investiga acerca da maneira como as unidades discursivas e os enunciados são constituídos e por meio de quais variáveis históricas e regras se conformam. Dito isso, o filósofo afirma: “[é preciso] não mais tratar o discurso como conjunto de signos [...] mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos” (FOUCAULT, 2017, p. 60). Desta forma, essas Instituições legitimavam e revestiam de autoridade determinados sujeitos através de práticas sustentadas por discursos e signos que eram postos em circulação. A formação de um “campo” para a intelectualidade, que validaria os sujeitos e suas produções pressupunham expectativas, saberes, origens, ou seja, haveria “um jogo de representações que configuram uma certa imagem de autor” (FOUCAULT, 1992, p. 41). A figura associada à intelectualidade e ao saber foi construída como a imagem do homem branco, cristão, burguês. São relações de poder/saber que formulam o conceito de literatura – ou de literatura de qualidade, e quem a produziria.

Sobre regras específicas e regulamentações próprias, esses campos intelectuais inferiram em práticas e mecanismos que visavam validar/reforçar essa figura, predominantemente masculina, produzindo uma realidade atravessada por uma complexa trama de relações, estabelecidas pelos comportamentos, normas, técnicas de saber e

instituições sociais. A ausência das mulheres, nessas instituições que “imortalizam” o cânone literário e cultural brasileiro, confirma que desde sempre elas foram “destituídas da condição de sujeitos históricos, políticos e culturais, jamais foram imaginadas e sequer convidadas a se imaginarem” (SCHMIDT, 2000 apud HOLLANDA, 2019, p. 68).

Sobre esses “homens de letras” que já circulam no espaço público, José Murilo de Carvalho (2013), em *A construção da ordem e Teatro de Sombras*, pontua que as ocupações/profissões evidenciavam uma posição de prestígio social. Os profissionais liberais, advogados, juizes, procuradores, professores, oficiais militares, médicos, em sua maioria que representam esses “homens de letras”, muitos possuindo cursos superiores em suas áreas, correspondiam apenas a 0,3 % da população brasileira. Essa minoria masculina correspondia aos 95% dos ministros, 90% dos deputados e 85% de senadores, formando a máquina de Estado no período.⁵⁷

Os índices de analfabetismo também influem nessa ausência de sujeitos populares e mulheres na máquina pública. Cristiano Arrais (2016) menciona que em Goiás, mesmo com a formação de um curso de Ciências Jurídicas, em 1903, e o Colégio Santana, em 1886, a população analfabeta, em 1930, era por volta de 86%. Isso reforça o fato de que o acesso aos estudos e aos cargos de poder no Brasil foi um privilégio dos homens, em sua maioria brancos e pertencentes a uma elite econômica e letrada. Leny Caselli Anzai (1985) aponta dados e aspectos da composição geográfica e estrutural de Goiás que são pertinentes e complementam essa análise. Conforme a pesquisadora:

Durante o período conhecido por Primeira República, o Estado permaneceu dominado pelas grandes fazendas incultas e abandonadas e onde apenas pequenas áreas eram utilizadas para a lavoura de subsistência, tendo ainda, 79, 38 % de sua população habitando a zona rural. Os núcleos urbanos eram extremamente rústicos, sem conforto, refletindo o modo de vida rural que os cercava. As cidades e as vilas eram o ponto de encontro dos moradores rurais da região, que se dirigiam a elas para vender seu excedente. Desta forma, o meio urbano funcionava como intermediário entre o produtor do mercado local e o mercado nacional. (ANZAI, 1985, p.27).

Essas instituições que privilegiam os homens, e para as quais tudo diziam respeito ao masculino, estruturavam medidas de privilégio e o “monopólio de determinados sujeitos da anunciação/representação, assim como da interpretação” (SCHMIDT, 2010, p. 176). Rita

⁵⁷ Fanini (2009) coloca que 70% dos primeiros acadêmicos eram bacharéis em direito, medicina ou engenharia. Galgar essas formações intelectuais era estimado apenas aos homens brancos com intuito de contribuir com o processo civilizatório da nação. Das mulheres, era esperado que cumprissem seu “papel” enquanto mães e esposas circunscritas ao lar.

Terezinha Schmidt (2013) compreende o porquê das mulheres não terem tido acesso à voz, “visto que a voz é o registro da presença do ser” (SCHMIDT, 2013, p. 4), associando que a reclusão ao doméstico e a esfera privada do lar foram estratégias dessa mesma lógica falocêntrica para inviabilizar e deslegitimar os direitos políticos, sociais, civis e individuais das mulheres.

A Academia Brasileira de Letras ABL protagonizou um marco histórico de exclusão das mulheres nesses espaços formais e acadêmicos. Essa instituição não deixava explícito em seus regimentos e estatutos a inadmissão do sexo feminino, o que houve foram inúmeras manobras estratégicas para que as mulheres não adentrassem nesse espaço (FANINI, 2019). Isso se fará sentir por anos, como será visto mais adiante neste trabalho. Sobre a formação da ABL, a escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934),⁵⁸ na época, despontava no cenário literário e intelectual. Administrava, enquanto anfitriã, uma casa que se tornou um dos pontos de encontro da intelectualidade carioca do século XIX, um “lar de artistas” conhecido como “salão verde”.

Quando a instituição oficializa-se em 1897, Júlia Lopes de Almeida, que ajudou a formalizar a ABL, teve o seu nome vetado dentre os primeiros a ocuparem as cadeiras no “Paternon Litterário” que se constituía. Seu esposo, Filinto de Almeida, foi nomeado em seu lugar. Segundo os mesmos fundadores, essa teria sido uma forma de “apaziguar os ânimos e homenagear a escritora”, cuja presença não seria possível. De acordo com Fanini (2009), esse episódio fez expor a lógica “em que estavam assetados seus alicerces [ABL], segundo o qual a feminilidade é fator de inegável diminuição” (FANINI, 2009, p. 159) do valor de uma produção intelectual. A constituição do *cânone* literário deve ser analisada levando em consideração o estilo de uma época, gênero, sexo, raça e classe social dos sujeitos que o compõem. Esses cânones não devem ser naturalizados, sendo preciso apontar e localizar, historicamente, qual o grupo responsável por estabelecer as normas de seleção, pois elas não são neutras. (MUZART, 1995).

No início do século XX, teremos em Goiás um fato auspicioso para as mulheres que almejavam o reconhecimento intelectual. A ABL inspirou a formação de outras instituições literárias e acadêmicas pelo país. Foi fundada, em 1901, a Academia Rio-Grandense de

⁵⁸ No prefácio do livro *A Falência* (2019), Júlia “[...] conseguiu viver se sua pena, um feito para época em que à mulher não era permitido escrever nem expressar suas opiniões, o que a escritora, jornalista, cronista e dramaturga fez em vários momentos sobre diversos assuntos”. (RUFFATO, 2019, p. 09). Nas palavras de Luiz Ruffato, no mesmo prefácio: “Nascida em 1862 [...] teve uma educação sofisticada e liberal para os padrões femininos da época [...] filha de imigrantes portugueses ricos [...]. Em 1934, oito dias depois de voltar de uma viagem à África, morreu, em sua cidade natal, vítima de malária, aos 72 anos”. (RUFFATO, Luiz. Prefácio, 2019, p. 07-08).

Letras, bem como a Academia Pernambucana nesse mesmo ano. Em Goiás, no ano de 1904, uma “Academia de Letras” foi idealizada por um conjunto de intelectuais goianos, dentre eles Joaquim Bonifácio Gomes da Siqueira⁵⁹, Augusto Ferreira Rios⁶⁰, Godofredo de Bulhões⁶¹, Leopoldo Félix de Souza⁶², Acrísio Gama e Silva⁶³ e Marcelo Francisco Silva⁶⁴, que definiram os princípios básicos da fundação. A Academia de Letras de Goiás possuirá 12 cadeiras e, dentre essas, a cadeira de Eurídice Natal e Silva (1883-1970), a única mulher. Essas instituições e grêmios literários consolidam-se como as primeiras academias de letras e espaços culturais que o Brasil possuía no início do século XX.

A elite goiana intelectual da época almejava projetar uma produção literária ainda efêmera. Porém, o destaque maior dessa agremiação, cuja vida foi breve (1904-1908), teria sido a nomeação de Eurídice Natal e Silva (1883-1970), escritora goiana, com seus 19 anos como Presidenta da entidade literária que surgia em território goiano. Isso ocorreu em um período em que não se aceitavam as mulheres nessas mesmas academias literárias pelo país, como foi mencionado acima. Nas palavras do historiador Brito Broca: “a modesta congênere de Goiás não só admitiu uma mulher como a elegia, por aclamação, presidente do cenáculo” (BROCA, 2005, p. 101).⁶⁵

Sobre Eurídice Natal, a escritora e historiadora Lena Castello Branco de Freitas, ocupante da cadeira de n.º 19 da AFLAG, na entrevista concedida para esta pesquisa aponta que:

[...] ela é conhecida como sendo a primeira mulher, que em Goiás presidiu uma academia, e ela foi realmente uma personalidade muito interessante, ela provinha de uma família tradicional, e teve uma educação acima da média para as mulheres de seu tempo, e pelo que eu sei, pelo contato que eu tenho com os descendentes dela, foi uma mulher muito dinâmica e a frente de seu tempo.⁶⁶

⁵⁹ Literato, poeta. Funcionário da Delegacia Fiscal do Estado. Autor de “noites goianas”, modinha famosa de Goiás. Publicava em jornais da época como “A Capital” e “Nova Era”. Nasceu na antiga capital do Estado, no dia 11 de janeiro de 1883. Faleceu na cidade do Bonfim (Silvânia-Go), no dia 17 de novembro de 1923.

⁶⁰ Poliglota, paulista. Foi promotor público e juiz de Direito de várias comarcas. Seu primeiro livro foi publicado em 1911, quando a Academia de Letras de Goyaz não mais existia.

⁶¹ Diplomata. Realizou serviços na Alemanha, Uruguai, Japão e China. Faleceu em 1924.

⁶² Médico militar. Faleceu em 1965.

⁶³ Desembargador do Tribunal de Relações. Professor do Lyceu de Goiás e da Academia de Direito.

⁶⁴ Filho de tradicional família. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Nomeado procurador da República pelo Partido Republicado. Foi eleito deputado federal (1908).

⁶⁵ Após a Academia de Letras de Goyáz ser fundada em 1904, há notícia da Academia de Letras Paulista, em 1909, e nesta, segundo o historiador Brito Broca (2005), estava com a premissa de aceitar mulheres, contudo, as escritoras Francisca Júlia e Zalina Rolim declinaram do convite que lhes fora feito. (BROCA, 2005).

⁶⁶ Entrevista concedida em: 04/07/2019.

Paulo Brito do Prado (2019) refletiu que a eleição de Eurídice Natal, como presidenta dessa instituição, também pôde estar atrelada ao uso político estratégico de sua filiação familiar, pois, nesse período, na história das oligarquias em Goiás, havia uma perda de visibilidade política do clã bulhônico, quando, no período de 1901 a 1904, a ascensão de um grupo político conduzido por José Xavier de Almeida (1871-1956), ⁶⁷ antigo aliado dos Bulhões, irá emergir. José Xavier de Almeida esteve à frente do governo do Estado de 1904 a 1909, quando, no ano de 1909, é deposto e os Bulhões assumem novamente a condução política de Goiás até meados de 1912. Neste momento, Goiás verá a ascensão de Antônio Ramos Caiado (1874-1967) (Totó Caiado) que permanecerá até a Revolução de 1930.

Eurídice Natal nasce em 1883. É filha de Joaquim Xavier Guimarães Natal (1860-1933), importante político republicano da região (ele teria sido promotor público e curador da Comarca da Capital da Província). Em 1885, foi nomeado juiz substituto da Comarca, sendo líder do movimento Republicano em Goiás, responsável pela administração do Centro Republicano que movimentará a luta pela relevância e manutenção política dos Bulhões (MORAES, 1974). Ele é descrito por Rosarita Fleury como “um republicano intransigente” (FLEURY, 1979, p. 24). Sua mãe é Ângela de Bulhões Jardim (1860-1934), musicista e pianista ⁶⁸, que ligava a família ao clã.

Figura 01 – Eurídice Natal



Eurídice Natal, próxima aos seus 20 anos, na época em que presidiu a Academia de Letras de Goiás, entre 1904 e 1908. **Fonte:** JULIANO, Eurídice Silva. *Coletânea*. Data 197-?. Mimeografado. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), acervo literário. Capa.

⁶⁷ José Xavier de Almeida foi um advogado e político brasileiro. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, membro do Partido Republicano Federal de Goiás, Secretário do Interior e Justiça. Em 1900, foi eleito deputado federal por Goiás e, durante 1901 e 1905, foi presidente da Província de Goiás.

⁶⁸ A historiadora Maria Augusta Calado (1982) evidencia que Ângela de Bulhões foi parte do sustentáculo da música em Goiás, na segunda metade do século XIX.

As mulheres não poderiam candidatar-se a cargos políticos, contudo, segundo Miriam Bianca Amaral (1998), em *Memória, família e poder: História de uma permanência política – Os Caiado em Goiás*, elas foram importantes elementos para a consolidação de hegemonias políticas por meio de casamentos endogâmicos. Essas uniões funcionavam como uma “política de alianças” que mantinha o “capital político” das famílias. De acordo com Pierre Bourdieu, em *Dominação Masculina* (2018), essas mulheres tornam-se instrumentos da política masculina. Elas eram produtoras e reproduzidoras do capital simbólico e social (a honra da família), deslocando-se como moedas de troca e personificando “modelos ideais” de feminilidade. Essa prática dos “casamentos arranjados”, na região de Goiás, será profundamente questionada por Eurídice Natal através de sua escrita, especificamente, na elaboração do conto denominado “Écide”.

Eurídice Natal é a primeira mulher a administrar uma “Academia de Letras” e a presidi-la, sendo considerada pelas mulheres da AFLAG como a primeira acadêmica do país. Maria do Rosário Fleury escreve uma biografia em sua homenagem, denominada *Eurídice Natal: evolução intelectual e sociológica de uma vida*, em 1979. Seu apelido é “Dice”, carinhosamente pela escritora Rosarita Fleury ao ressaltar traços de sua personalidade: “[...] apreciava andar de calças masculinas e era com esse traje que percorria, a cavalo, a vastidão dos campos, subia nas árvores altaneiras, fazia pescarias e ajudava no trato dos animais da fazenda” (FLEURY, 1979, p. 28). Através das palavras de Rosarita Fleury, a felicidade de possuir liberdade em suas ações era para Eurídice Natal como “um sonho carinhosamente acalentado”, advertindo ainda aos leitores que: “[...] fosse quase impossível, naquela época, uma mulher poder dirigir, livremente, seus sonhos, seus atos e suas conquistas na preparação do futuro” (FLEURY, 1979, p. 28).

Era uma mulher descrita como “cultu, tendo recebido educação esmerada, versada naquela época na língua francesa, tendo cursado latim, falando bem de improviso e adestrada no escrever” (SILVA, 1979, p. 16 apud. FLEURY, 1979, p. 16). Rabelo (1997) destaca que a família era o fundamento da sociedade civil, e as mulheres de elite deveriam educar-se para condizer com a sua posição social. Rosarita Fleury (1979) aponta, em biografia, que Eurídice: “era moça encantadora, apesar de não dar à vida social a atenção que a ela muitas pessoas dão”, impressionando a todos por sua envergadura nos debates dos grupos de elite da época e, com desembaraço, abordando os assuntos considerados “difíceis” para as moças. Michelle Perrot, em *Os excluídos da História* (2018), pontua que as fronteiras entre o público e o privado são fluídas e móveis. A autora também cita as inúmeras estratégias que as mulheres

mobilizaram para inserirem-se nos debates públicos e absorverem essas experiências para aperfeiçoarem-se. Eurídice Natal, assim como as mulheres relatadas até o presente momento, desloca-se nesses “entre-lugares” do público e privado.

Sobre a gradativa ascensão das mulheres no espaço público goiano, no ano de 1906, o cenário cultural de Goiás vê a projeção da escritora Leodegária de Jesus (1889-1979), conterrânea de Eurídice Natal, ainda na faixa de seus 16 anos. Ao publicar seu livro *Corôa de Lyrios*, por meio da tipografia “Livro Azul”, na época situada na região de Campinas - São Paulo, Leodegária de Jesus é a primeira mulher goiana a avançar essa fronteira – publicar um livro. Um fato a ser ressaltado é a sua posição enquanto uma mulher negra, cujas barreiras do preconceito eram ainda maiores. No prefácio de seu livro *Corôa de Lyrios* consta: “[...] é trabalho de uma principiante que lança os primeiros passos no caminho da arte, arrastada por uma vocação que a impele e domina”.⁶⁹ Leodegária, inclusive, auxiliou na fundação do Grêmio Literário Goiano, segundo Rosarita Fleury (1979), onde foi ponto de reuniões dos literatos para as trocas de produções e ideais intelectuais no início do século XX. (PRADO, 2019).

Refletir sobre a sua posição enquanto uma mulher negra, em uma sociedade pós-abolição, remete às estruturas de violência e dominação que estão imbricadas e interseccionalizadas na sociedade brasileira, cujo elemento da raça se torna primordial para compreender a manutenção das desigualdades e a formação de um cânone supremacista branco (SCHWARCZ, 1993). Zahidé Muzart, em *A questão do Cânone* (1995), relata sobre os episódios de exclusão racial por parte da ABL e reforça um episódio relacionado ao poeta brasileiro Cruz e Sousa (1861-1898), afirmando: “não dá para esquecer que Cruz e Sousa era um negro (nascido filho de escravos) num país que abolira a escravidão há apenas nove anos (da data de criação da ABL)”. Conforme a pesquisadora, as razões de sua exclusão é o fato deste ser: “extremamente pobre, morreu miserável, além de negro e pobre era provinciano, vindo lá dos longes de Santa Catarina” (MUZART, 1995, p. 88).

Esse episódio de exclusão racial evidencia como Leodegária de Jesus sofreu forte assédio por parte da imprensa local, situação analisada por Paulo Brito do Prado (2019), ao refletir sua trajetória. O historiador relata que, diferente de Eurídice Natal, Leodegária de Jesus foi pouco valorizada em Goiás, lugar fortemente marcado pelas clivagens de raça e classe. A escritora veio a possuir relativa projeção apenas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Na afirmação de Zahidé Muzart (1995), é possível verificar que o cânone elitista

⁶⁹ FLEURY, Rosarita. *Leodegária de Jesus*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia. 1973-1974, p. 112. (Biblioteca da AFLAG).

levava em questão a hegemonia das grandes metrópoles da época: o Rio de Janeiro, a grande capital cultural, e São Paulo, o centro econômico. Poetas e artistas localizados em regiões provincianas como Goiás eram constantemente invisibilizados, assim como Cruz e Souza, cujos fatores de exclusão eram a sua ascendência africana, a pobreza, e ser provinciano.

Rosarita Fleury (1979) reforça a posição social de Eurídice Natal, ao afirmar que a mesma “não poderia ter sido menos do que foi”, relacionando suas possibilidades com a sua origem familiar abastada. Ao descrever seu processo de formação e personalidade pontua que: “não foi como a gata borralheira, que só mais tarde elevou-se socialmente pelas mãos de outro, como se diz ao querer especificar as pessoas que não vieram de classe humilde e desprovida de fortuna” (FLEURY, 1979, p. 23). Ao longo de todos os depoimentos, sejam em jornais, revistas ou elogios fúnebres, é destacado em Eurídice Natal um “espírito alegre” e de “independência pouco comum” para a época, mulher que possuía “receptividade e aceitação para todas as ideias que trouxessem uma semente, por pequena que fosse, de novidade e progresso”. (FLEURY, 1979, p. 23).

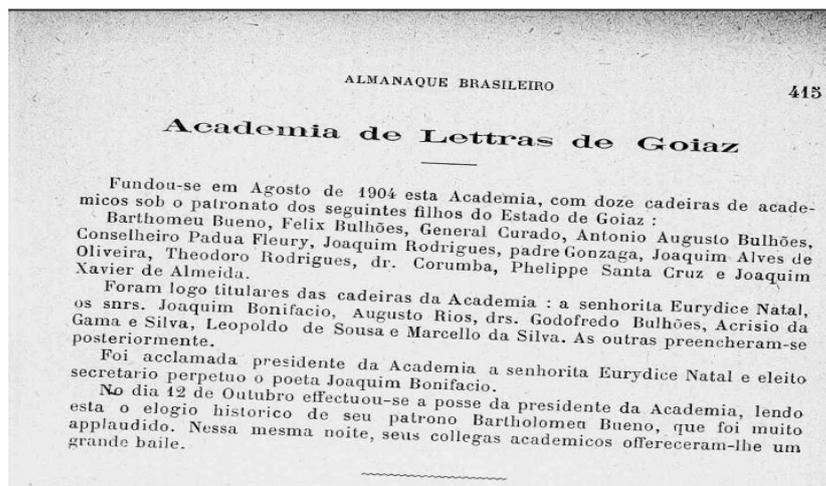
A posição privilegiada serviu como condição para a sua legitimação, conforme explica Pierre Bourdieu, em *Os usos sociais da ciência* (2004): o “capital social e cultural” proporciona trocas simbólicas e ascensões controladas. Essas mulheres estão almejando diálogos que antes não ocorriam, e esse “capital cultural e social”, de acordo com Elaine Aparecida Teixeira Pereira (2015), diz respeito “às redes de relações às quais estamos ligados e que podem tornar possível ou facilitada nossa entrada em alguns campos, bem como contribuir para alcançarmos uma posição de maior prestígio ou poder nesses espaços”. (PEREIRA, 2015, p. 345).

Essa noção de capital social e cultural em Pierre Bourdieu também nos remete a sua construção da noção de poder como algo mais localizado, em contraponto a Michel Foucault (2014), onde o poder não é algo que se detêm ou atribui. Para Bourdieu (1989, 2018) os agentes dentro do campo intelectual estão dispostos de formas desiguais e hierárquicas, estruturadas por sistemas simbólicos que “cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

No contexto de formação da agremiação literária de 1904, o governo de Goiás estava sob as mãos de José Xavier de Almeida, considerado grande incentivador da instrução e da cultura na região. No período que vai de 1903 a 1909, esse político foi reconhecido pelo apressado que deu à instrução pública. Paulo Brito do Prado (2019) destaca que a Faculdade de

Direito (1903) foi oficializada em sua gestão, e o Colégio Santana de Goiás foi equiparado à Escola Normal do Estado (Curso de Normalista), destinando o seu ensino às mulheres. A Academia de Letras de Goyaz (1904-1908), mesmo não possuindo o caráter de instituição, foi notificada para o Brasil dois anos após sua fundação, em 1906, no Almanaque Brasileiro Garnier no Rio de Janeiro.

Figura 02 – Almanaque Brasileiro: “Academia de Letras de Goiás” em 1906



Fonte: Almanaque Garnier, página 415. Presente em: Hemeroteca Digital. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.⁷⁰

A notoriedade e pioneirismo da Academia de Letras de Goyáz é reforçada pela presença e atuação de Eurídice Natal, uma mulher considerada por Maria do Rosário Fleury como: “a grande incentivadora das letras femininas na terra de Anhanguera” (FLEURY, 1979, p. 39). Essa associação diz muito acerca das “subjetividades conscientes” (KILOMBA, 2019), processos de autorreflexão em que os sujeitos se ligam por experiências compartilhadas. No caso, Rosarita Fleury busca em Eurídice Natal a semelhança com os seus próprios projetos de vida, e almeja projetar na escritora uma “áurea” romântica de pioneirismo.

Nas palavras de Nelly Alves de Almeida (1988), outras moças acompanharam a formação da Academia de Letras de Goyáz. Elas são descritas como “mimosas goianinhas”, e

⁷⁰ Está escrito: “Fundou-se em agosto de 1904 esta Academia, com doze cadeiras de acadêmicos sob o patronato dos seguintes filhos do Estado de Goyáz: Bartholomeu Bueno, Félix Bulhões, General Curado, Antônio Bulhões, Conselheiro Pádua Fleury, Joaquim Rodrigues, padre Gonzaga, Joaquim Alves de Oliveira, Theodoro Rodrigues, Dr. Corumbá, Phelippe Santa Cruz e Joaquim Xavier de Almeida. Foram logo titulares das cadeiras da Academia: a senhorita Eurydice Natal, os Srs. Joaquim Bonifácio, Augusto Rios, Drs. Godofredo Bulhões, Acrísio da Gama e Silva, Leopoldo de Sousa e Marcello da Silva. As outras preencheram-se posteriormente. Foi aclamada presidente da Academia a senhorita Eurydice Natal e eleito secretário perpétuo o poeta Joaquim Bonifácio. No dia 12 de Outubro efetuou-se a posse da presidente da Academia, lendo esta o elogio histórico de seu patrono Bartholomeu Bueno, que foi muito aplaudido. Nessa mesma noite, seu colegas acadêmicos ofereceram-lhe um grande baile”.

suas presenças dão ênfase para as influências exercidas por Eurídice ao almejar novos espaços. O semanário *O Goyaz* destacou a fundação da Academia ao expor a reportagem de outubro de 1904, o “Grande Baile”, que foi oferecido em homenagem à sua Presidente:

A comissão de recepção, composta dos membros da Academia, drs. Leopoldo de Souza, Gama e Silva, Augusto Rios, Luiz do Couto e Santos Azevedo multiplicavam-se em atenções para com a sociedade. A banda militar do Corpo de Polícia do Estado, em grande orquestra, executava trechos clássicos para antes do começo do baile [...]

Às 10 horas da noite, ao som de uma grande marcha triunfal, entre palmas e flores, a Presidente da Academia de Letras, pelo braço de seu ilustre Secretário, o poeta Joaquim Bonifácio, fez a sua entrada solene nos salões do baile.

Deu-se, então, uma cena admirável em sua nota artística: as mimosas goyaninhas Dolinha de Barros, Genoveva Sant’Anna, Semiramis Macedo, Zélia Guedes, Anna Jardim, Rosentina Sant Anna, Maria Elisa Pereira da Silva, Ermelinda Ramos e Totossinha da Luz, cobriram de jasmim desfolhados e pétalas de rosas brancas, o branco vestido de D. Eurydice Natal.

As palmas rebentaram com mais força e o entusiasmo geral cresceu em todos os corações. Em companhia de S. Ex^a Presidente, chagaram também suas graciosas irmãs D. Adalgiza, Lavínia, Dulce, Graciema e Moema e seus dignos pais, Exma. Sra. Ângela Natal e o ilustrado Dr. Guimarães Natal.⁷¹

Rosarita Fleury aponta os seguintes nomes escolhidos como Patronos: Bartholomeu Bueno (pai), Dr. Antônio de Bulhões, General Curado, Dr. Antônio Félix de Bulhões, Conselheiro André de Pádua Fleury, Padre Gonzaga, Joaquim Alves de Oliveira, Dr. Joaquim Rodrigues, Joaquim Xavier de Almeida, Dr. Teodoro Rodrigues, Felipe Santa Cruz e Dr. Corumbá. A Academia de Letras de Goyaz contou com apenas 12 nomes, todos representavam os “homens de letras” do campo intelectual goiano. No caso da Academia Brasileira de Letras, uma prática comum era a “confeção de estátuas dentro e fora da instituição, da encomenda de retratos e da aquisição de coleções de objetos particulares [dos homens que faziam parte da instituição]” (EL FAR, 2000, p. 124), que as demais instituições formadas pelo país iriam aderir gradativamente. De acordo com Alessandra El Far (2000), haverá uma “teatralização minuciosamente delineada” para oficializar um cânone institucional e cultural para o país, desde os ritos, homenagens e cerimoniais projetados para eleger figuras simbólicas sempre masculinas, tais como Machado de Assis (1839-1908).

⁷¹ Fonte: *Semanário O Goyáz*. Cidade de Goyáz. Out. 1904, apud FLEURY, Rosarita. *Eurídice Natal e Silva: Evolução cultural e sociológica de uma vida*. Goiânia. 1979. p. 43-44. (Biblioteca da AFLAG). Discurso de posse e elogio fúnebre de Rosarita Fleury pela titularidade da cadeira de n.º 31, cuja patrona é Eurídice Natal e Silva, na Academia Goiana de Letras em 1979.

A Academia de Letras de Goyaz teve como patrono Bartolomeu Bueno da Silva (pai), considerado a “origem dos goianos”, rodeado de todo o misticismo inerente à sua existência. De acordo com o historiador Antônio César Caldas Pinheiro (2008), torna-se útil glorificar Bartolomeu Bueno, “para se criar um sentimento de identidade” e constituir um ideal. Tornava-se interessante, para a recém-fundada agremiação, considerar como patronos figuras como Antônio Félix de Bulhões, organizador do Gabinete Literário Goiano, além de fundador do jornal “A Tribuna Livre”, representado como estimada figura política por seus ideais abolicionistas e libertários. Essas homenagens também estão relacionadas às estratégias políticas para a manutenção dessas instituições.

Sobre Eurídice Natal, mais do que uma presença feminina imersa em um espaço tomado pelo masculino, sua experiência passa a representar o início de uma tradição intelectual para as mulheres goianas. Rosarita Fleury aponta para o movimento literário e intelectual que Eurídice Natal engajou:

[...] era um acontecimento inusitado, nunca antes imaginado e que já transformava a feição da pacata cidade. É que, alguns senhores, tendo à frente o entusiasmo e estímulo da jovem Dice, planejavam fundar, em Goiás, uma Academia de Letras. Era a mulher tentando aproximar-se do homem por mais um ângulo, não para ultrapassá-lo em suas liberdades, para censurá-lo ou corrigi-lo, em seus erros, se os houvesse cometido. Era apenas para manter com ele, convivência em terreno ainda não palmilhado pelas jovens goianas, também desejosas de um convívio maior e mais constantes com os senhores letrados e com os livros, a fim de se desenvolverem intelectualmente. (FLEURY, 1979, p. 30).

Rosarita Fleury usa um tom moderador ao relatar o protagonismo de Eurídice Natal. Para referenciá-la, a escritora usa do protagonismo de Eurídice para representar todas as mulheres, incluindo-a, ao mencionar: “Era a mulher tentando aproximar-se do homem [...]”. A intenção é produzir sentidos que ressoam nos ideais emancipatórios que a mesma também partilhava, levando em consideração que a biografia foi escrita em 1979 como um elogio fúnebre. Logo, associar-se à imagem de Eurídice Natal e Silva e ao seu legado, construindo a perspectiva moderada de que as mulheres não almejavam “censurar os homens” ou “ultrapassá-los”, é uma das estratégias políticas mobilizadas pela escritora, que erigia a construção de um modelo ideal de mulher pública, podendo assim consolidar diálogos com a ala masculina do campo intelectual goiano e reforçar uma imagem positiva para si e para as mulheres goianas.

A escritora Augusta de Faro Fleury de Melo, ocupante e titular da cadeira n.º 15, afirma, na entrevista concedida, essa semelhança que se almejava construir entre o

protagonismo de Eurídice Natal e o de Rosarita Fleury, ligando-os à ideia de “injustiça” que era cometida com as mulheres, impedidas de estar nesses espaços, pois:

[...] mulher nunca teve espaço, né, até hoje são barradas em muita coisa ainda, a gente não sabe, mas é. E no momento a mulher tá falando, tendo voz, mas no tempo de Eurídice era uma calamidade imaginar uma mulher fundando uma academia de letras, e tanto é que “goro” rápido, não foi pra frente né, depois disso a Rosarita fundou a AFLAG né, porque ela foi recusada na academia goiana de letras.⁷²

Esse desejo por publicar e participar da vida cultural por parte das mulheres remete ao que Norma Telles (1999), em *Escritoras brasileiras do século XIX*, refletiu como um processo de “redefinirem-se a si mesma através da arte”, já que foram excluídas dos processos de criação. Conforme Telles, escrever significava uma revisão dos processos de socialização os quais essas mulheres estiveram submetidas:

[...] tendo sido treinadas para reprimir, para não ter vontade própria, para se sacrificar, para viver para os outros, ensinadas a não demonstrarem sentimentos, a não deixarem transparecer a paixão, para censurar-se, era-lhes penoso o processo de revisão da socialização para chegarem à autodefinição que precede toda a expressão. (TELLES, 1999, p. 329).

Eurídice Natal, por sua vez, foi autora de dois livros, um publicado em 1934, pelo jornal *O Popular*, chamado *Traços Biográficos de Guimarães Natal*. O livro traz um apanhado político da época pós-republicana em Goiás no início do século XX, ao biografar seu pai enquanto exerceu a função de Deputado Federal no Rio de Janeiro. O outro é *Notas de uma Viagem ao Araguaia*, de 1939, em estilo de diário, narrando uma viagem realizada por ela em 1902, em que pontua encontros com os índios Carajás, aspectos da cultura goiana, culinária, relações familiares e sociais.

Escrever um diário de viagem⁷³, sendo uma mulher, demonstra a sua posição como agente, de acordo com Talita Michelle de Souza (2017): “todas as anotações têm uma datação e apresenta as impressões que teve dos locais por onde transitou que podiam resultar tanto de sua participação como agente, ou como uma observadora” (SOUZA, 2017, p. 20). Contudo,

⁷² Entrevista concedida em: 10/07/2019. O veto à candidatura de Maria do Rosário Fleury na Academia Goiana de Letras (AGL), conforme mencionado pela escritora na entrevista, será debatido no item 1.3 deste trabalho.

⁷³ Em Goiás encontramos os Diários de Augusta de Faro Fleury Curado (1895-1929), considerado o primeiro diário de viagem escrito por uma mulher, denominado “*Do Rio de Janeiro à Goiás- 1896- A viagem era assim*”, que nos envolve em detalhes dos longos 58 dias que durou seu deslocamento, ao mudar-se do Rio de Janeiro para a antiga capital Vila Boa de Goiás. Nesse diário, estudado pela historiadora Talita Michelle de Souza, destacam-se o cotidiano e os costumes, aprofundando acerca da identidade goiana, ou “goianidade”, através do diálogo possível com as crenças e mitos apresentados (SOUZA, 2017).

um dos maiores destaques de Eurídice Natal, de acordo com Bento Fleury (2003), foi a escrita do conto *Écide*, ainda em 1903, quando a escritora tinha 19 anos. Esse conto é considerado o primeiro do gênero na região de Goiás.

Era recorrente o uso de pseudônimos entre as mulheres que escreviam, pois para elas a publicidade não era desejável e “o anonimato corria-lhes nas veias”, pontua Virgínia Woolf, em *Um teto todo seu* (1929). Através do pseudônimo de *Ciná de Talueri*⁷⁴, Eurídice Natal revela uma escrita enriquecedora para a História das Mulheres. Nesse conto, presente na coletânea organizada por sua filha, Eurídice Silva Juliano, publicada em 1975, a autora escreve sobre uma personagem chamada *Écide*, narrando sua vida desde os seis anos para o interlocutor. Ela era uma moça que gostava de usar calças, assim como a autora, e que se frustrava com as limitações de seu tempo, desde as roupas até as regras de etiqueta as quais deveria ser submetida por seus pais. Sobre a vestimenta, relata: “as saias, embora curtas, tolhiam-se os movimentos, impedindo-me de, no trapézio, fazer ginástica, com a necessária agilidade”.⁷⁵

Em seu diálogo com o interlocutor, *Écide*, com 16 anos, narrados pela escritora, critica os rígidos preceitos morais da época em que vive, de acordo com o tempo da narrativa, o fim do século XIX, no interior de Goiás. *Écide* relata ao interlocutor o seu desejo pelos livros, que lia após conseguir “estar sozinha” e se desprender dos “compromissos sociais” e das rodas de conversa em que se reuniam as amigas de sua mãe. O conto escrito por Eurídice Natal destaca-se por ser uma das poucas produções da autora encontradas e de ser o primeiro conto produzido em Goiás (CURADO, 2003). Outra peculiaridade são os profundos questionamentos acerca de uma prática comum entre os homens e as mulheres do início do século em Goiás: os casamentos arranjados.

Seu processo criativo foi estudado por Eliana Gabriel Aires, em *O conto feminino em Goiás* (1996). A pesquisadora afirma que há em Eurídice: “uma firmeza de convicção e uma visão elevada no seu conceito de ser mulher” e enaltece na escritora “a preocupação em vencer a barreira das convenções estabelecidas para a mulher do início do século XX, quando

⁷⁴ Era comum para as mulheres atribuírem-se pseudônimos para escreverem mais livremente e sentirem-se livres dos estereótipos de sua condição. Muitas questionam o medo da exposição ou o constrangimento de uma má recepção. Escritoras famosas como Currer Bell e Georg Sand utilizaram-se dessa estratégia. Segundo Talita Michelle de Souza (2017): “uma das formas de inclusão em outros espaços foi o uso de pseudônimos, que não é restrito apenas as escritoras, nas leituras que envolvem o uso de pseudônimos encontramos muitos exemplos de jornalistas, teatrólogas/ teatrólogos, que optaram pelo anonimato e especificamente na literatura essa prática era muito comum nos séculos XIX e XX”. (SOUZA, 2017, p. 53). Outro exemplo é a escritora Maria de Paula Fleury, que escrevia pelo nome de Marilda Palínia, e outra escritora chamada Florianita de Barros Oliveira, que escrevia através do nome de Narcíseo Roxo. (Fonte: ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1973-1974).

⁷⁵NATAL, Eurídice apud JULIANO, Eurídice Silva. *Coletâneas, Conto: Écide*. Goiânia. 197?. p. 77-78. (Traduzido para a ortografia atual). (Biblioteca da AFLAG).

era cobrada uma feminilidade falsa, aparente e fútil” (AIRES, 1996, p. 49). Nesta passagem do conto, a jovem teme a futilidade e aponta o desejo de buscar o “verdadeiro espírito”, o que se assemelha à experiência de Eurídice Natal, pois tanto ela quanto a sua personagem, ao serem apresentadas à alta sociedade goiana, foram também introduzidas aos ideais “femininos”:

Aquela Mudança para a cidade, a minha apresentação à sociedade, a esta sociedade em que as mulheres só trata de exhibir ricas e elegantes “toilettes”, e cujo principal assunto é a moda ou o casamento rico... Tudo isso me preocupava o espírito. Não desejava conhecer essa sociedade, preferia continuar a viver a minha vida simples e menos fútil. De repente, sobressaltou-me o espírito esta ideia: se o papai encontrasse nessa sociedade um marido que pudesse me convir? Parei, meditei um instante, mas sorri-me logo tranquilizada. Não haveria esse perigo: jamais me casaria com um desses homens, cujo ideal era encontrar uma mulher bonita, comodamente fútil, destituída do verdadeiro espírito, sem nunca se dar ao trabalho de analisar os sentimentos do seu marido, estudar o seu caráter, infundir-lhe uma confiança limitada, buscando encontrar nele sentimentos correspondentes aos seus, fazer-se compreender num olhar... ⁷⁶

Eurídice Natal também criticava a internalização do amor materno de maneira precoce pelas meninas da época, em seu conto, externaliza através de sua personagem: “Deixava-me estar a um canto, admirando-lhes este amor precoce, às vezes rindo comigo mesma de seus ares graves de mãezinhas, cheias já de grandes responsabilidades”. ⁷⁷ Elisabeth Badinter (1980), em seu livro *O Mito do Amor Materno*, analisa os discursos e práticas em torno da maternidade. A pesquisadora direciona que ser mãe não é algo inerente à condição de mulher, mas sim, um conjunto de configurações discursivas e projetos de controle das condutas, profundamente difundidos durante o século XIX, no qual, atrelado ao matrimônio, esperava-se que a mulher fosse mãe no sentido de ter filhos. Havia, inclusive, prescrições sobre as “boas e as más” mães e como elas deviam se comportar. A maternidade é difundida como a identidade social “feminina” por excelência, universalmente construída, e essas prescrições das “boas” e “más” mães também definiriam uma “boa” ou uma “má” mulher perante a sociedade.

Segundo Rosarita Fleury, os pais de Eurídice Natal receavam “não conseguir que ela chegasse a fazer as honras de uma casa, recebendo com gentileza ou adentrando com galhardia um salão de festas. Era o polimento da vida social que julgavam faltar à filha”

⁷⁶ NATAL, Eurídice apud JULIANO, Eurídice Silva. *Coletâneas*. Goiânia. 197?. p. 81. (Traduzido para a ortografia atual). (Biblioteca da AFLAG).

⁷⁷ NATAL, Eurídice apud JULIANO, Eurídice Silva. *Coletâneas*. Goiânia. 197?. p. 78. (Biblioteca da AFLAG).

(FLEURY, 1979, p. 28). Polimento esse que dizia respeito aos valores “femininos” e idealizados pela sociedade às mulheres, como “fazer as honras de uma casa” e adentrar em lugares com “galhardia” – algo que lhe faltava. Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998) evidenciam que diante dessas imagens depreciativas e limitantes para as mulheres “não faltavam vozes” para reforçar o inconformismo.

Gilberto Mendonça Teles, em *A poesia em Goiás* (1964), afirma que o mérito em “Écide” está no fato de ter sido escrito por uma mulher. Écide é a personagem fictícia de Eurídice Natal, mas corresponde às vivências reais das mulheres da época. Greicy Pinto Bellin, em *A crítica Literária Feminista* (2011), se atenta para o fato de que a realidade não é totalmente representada nessas construções literárias, porém a literatura é como um filtro onde as constrições sociais e culturais são refletidas e interpretadas. Dessa forma, a pesquisadora aponta que ler um texto de autoria feminina, usando a categoria gênero para visualizar as demandas e posicionamentos das personagens, enriquece o “significado político, pois, ao lê-lo de uma perspectiva feminista, é feita uma interpretação à luz de ações políticas [...] e as relações de poder na sociedade” (BELLIN, 2011, p. 10).

Eurídice Natal foi descrita como “feminista” por Rosarita Fleury, quando afirma: “revelou a feminista em embrião que trazia em si, e que começava a desabrochar”. Esse fato ocorre porque Eurídice, em seus discursos, colocava as mulheres antes dos homens, em uma época em que o contrário era a norma, atrelada a uma lógica de superioridade masculina. A escritora subverte o sentido do discurso quando pronunciava: “[...] Senhoras, Senhoritas e senhores [...]”, e isso foi critério de destaque para Maria do Rosário Fleury, para que venha a atribuir-lhe um “feminismo possível”.

No entanto, esse feminismo deve ser problematizado e inserido no contexto das demandas da época, cuja lógica falocêntrica instituiu um poder que regula as palavras das mulheres, silenciando determinados sentidos, bem como interditando a ocupação de certos lugares. Os pequenos desvios, tanto nas ações quanto nos recursos discursivos usados por Eurídice Natal, demonstram a fluidez das relações de poder e os importantes espaços de (res) existências e agências possíveis. Conforme Orlandi “os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle” (ORLANDI, 2005, p. 60). Desta forma, através dos gestos das “delicadas mãos das goianinhas” que buscavam livros no Gabinete Literário, na escrita de um diário ou um breve conto, das possíveis trocas e identificações possíveis através da imagem de Eurídice Natal ao entrar na

cena pública de Goiás, são movimentos que põem em circulação sentidos outros para a prática intelectual das mulheres.

Eurídice Natal, nas palavras idealizadas de Ana Braga Machado Gontijo, tornou-se um paradigma da mulher goiana, qual seja: “bela moça, depois, senhora de um lar bem construído, feliz esposa e mãe, cercada de carinho e da admiração de todos que tiveram o prazer de sua convivência e de seus familiares” (GONTIJO, 2006, p. 43). Essa afirmação nos possibilita retomar à Eliana Gabriel Aires (1996), para quem a escritora possuía um forte conceito sobre o “ser mulher” e uma “convicção elevada” sobre tal. Tanto as descrições feitas por Rosarita Fleury (1979) quanto o exposto acima de Ana Braga (2006) demonstram as contradições dos lugares ocupados por Eurídice Natal acerca do que significa “ser mulher” para essas escritoras, bem como a construção de sua imagem cercada pelos atributos valorosos da maternidade.

Eurídice Natal aparece como uma “admirável senhora”, de acordo com Ana Braga (2006, p. 37):

Pelas descrições que tenho ouvido sobre essa “admirable mademoiselle”, vejo-a, assim: olhos castanhos, brilhantes, cabeleira loira, em tranças e altos coques. No lugar dos ousados decotes, as rendas e enfeites caros subiam-lhe até o pescoço, coberto de seda e de brocados. Enfeitava-o, ainda, fino colar e romântico camafeu. As mangas desciam-lhe até os punhos. Cintura fina ajustada, às vezes, por fitas largas terminadas em artísticos laços.

A escritora, no momento da fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), decorrida oficialmente em 1970, elabora um poema para Eurídice Natal, presente no Anuário- AFLAG de 1970. No texto, ela visibiliza a criação da instituição e menciona:

[...]

Nós te encontraremos, sempre!
Dentro de nossos ideais!
Oh! Não! Tu não podes te esconder!
Deixaste atrás um brilho cadente,
que volta sempre com o amanhecer!
Por ele seguiremos
Ouvindo a tua música,
a tua poesia enaltecendo nossa história,
nosso amor e nossa gente!
Sequiosas, beberemos em ti a inspiração,
que é força, que é estímulo

aos anseios de nosso coração! ⁷⁸

Através dessa descrição, é possível observar o teor idealizado de Ana Braga sobre Eurídice Natal, fazendo dela a imagem de mulher e intelectual ideal, que muito se verá entre as mulheres da AFLAG: uma “feliz esposa e mãe” e “senhora de um lar bem construído”, uma mulher que: “[...] com suavidade e firmeza soube desincumbir-se da missão que lhe foi destinada por Deus, como esposa e mãe” (ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 72). Os discursos de gênero são reforçados pelas instituições e mecanismos de poder já pontuados, como a família e a Igreja, e atravessam as formações discursivas e as subjetividades dessas mulheres construídas historicamente (RAGO, 1998). Rosarita Fleury também destaca esse “paradigma”, ou seja, o padrão e modelo de feminilidade que caracteriza as intelectuais goianas. Fleury afirma sobre Eurídice Natal que: “[ela é] não só escritora brilhante, mas também esposa e mãe, modelo de abnegação, fé e desprendimento” (FLEURY, 1979, p. 22), uma imagem ideal que também reproduzirá para si.

Eurídice Natal dispôs de recursos materiais e simbólicos para galgar uma posição de prestígio, e sua experiência foi moldada pelas escritoras para legitimar suas intenções emancipatórias e assemelhem-se a esse “perfil” ideal de mulher. Se enquadrar nesse “ideal de feminilidade”, compartilhado também por Rosarita Fleury e pela sociedade da época, foi um fator preponderante para que a permanência da escritora em determinados lugares fosse “tolerada”. De acordo com Leonora de Luca (1999), em o “*Feminismo possível*” de Júlia Lopes de Almeida, a imagem da mãe-esposa-artista fez de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) uma mulher de imprescindível inspiração para as demais que aspiravam seguir carreira no mundo das letras. Essa imagem de anfitriãs, esposas e mães modelares foi utilizada pelas mulheres da elite visando maior mobilidade. (D’INCAO, 2017).

Maria José Goulart Bittar (2002) destaca que a realidade na qual essas mulheres estavam inseridas permitiu a formação de três identidades sociais “femininas” possíveis: a concubina, a matriarca e a intelectual. Eurídice Natal absorveu as vivências culturais e políticas do momento e foi construída como a “intelectual”, da forma como fora descrita por suas conterrâneas. De acordo com a historiadora:

As transformações culturais ocorridas nas últimas décadas do século XIX - jornalismo, teatro, saras literários e musicais - encontram maior definição no século XX e proporcionam novos espaços para a vilaboense, que passa a

⁷⁸ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Discurso Proferido por Ana Braga Machado Gontijo*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 226. (Arquivo da AFLAG).

destacar-se no papel de intelectual. Consideramos intelectual a mulher que traz em si elementos racionais, isto é, da razão e da inteligência. Que possui facilidade de entendimento e discernimento e que, pela sensibilidade, melhor apreende a realidade que a cerca, desenvolvendo gosto pelas manifestações do espírito, a partir das quais compreende e retrata essa mesma realidade. Tal constatação concretiza-se numa construção utópica - a mulher intelectual - possibilitando-nos elegê-la como o tipo ideal da vilaboense das primeiras décadas do século XX. (BITTAR, 2002, p. 183).

Mulheres como Eurídice Natal tornam-se o “modelo” no contexto de transformações e aspiração da modernidade, nas primeiras décadas do século XX, em Goiás. Eurídice Natal personifica a imagem da “santa-mãezinha”, a mulher/mãe abnegada, sendo descrita por Colemar Natal e Silva, seu filho, como: “[...] a mão que amparou os primeiros passos, ontem na adolescência, foi a conselheira, amiga que alertava, apostando os bons caminhos”.⁷⁹ Ele enaltece os 12 filhos que ela educou, mas não a sua posição enquanto intelectual. Dessa maneira, por corresponder às expectativas sociais de seu gênero “feminino” e ter-se mantido imersa no espectro do “ser feminina”, a escritora pode galgar outros espaços, e isso influenciou a “tolerância” de sua presença no cânone goiano, profundamente sexuado, e tornou-a um símbolo para as demais intelectuais e artistas do meio.

A “intelectual”, desenvolvida por Bittar (2002) em seu trabalho, corresponde a uma mulher: “[...] que possui facilidade de entendimento e discernimento e que, pela sensibilidade, melhor apreende a realidade que a cerca”. Porém, não apenas apreender a realidade ou descrevê-la intuitivamente pela sensibilidade, Eurídice Natal e outras conterrâneas também almejavam modificá-la e se afirmarem como sujeitos ativos da cultura. Em depoimento, sua neta, a escritora Moema de Castro e Silva Olival (1932-) ⁸⁰, homenageia a sua avó descrevendo suas aspirações:

Uma de suas aspirações era ser eleita prefeita de Goiás (talvez num repto às potencialidades de sua condição de mulher) quando tivesse 55 anos. A família estaria criada e, ela, suficientemente amadurecida para administrar sua terra natal que tanto amava. Infelizmente não realizou esse sonho. (OLIVAL, 2004, p. 29).

Talvez em uma atitude de “repto” em oposição à sua condição de mulher, como reforça sua neta, ela (Eurídice Natal) teria se candidatado à prefeitura, investido em uma carreira política, espaço profundamente desigual em relação à presença de mulheres. Porém,

⁷⁹ SILVA, Colemar Natal e. *Eurídice Natal e Silva, sim ela mesma, minha mãe*. Folha de Goiaz. Goiânia. 11 jan. 1970. p. 03. (Arquivo do IHGG- Instituto Histórico e Geográfico Goiano).

⁸⁰ Membro da Academia Goiana de Letras, sucedendo a cadeira nº 04 de seu pai Colemar Natal e Silva. Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

Eurídice Natal casou-se, em 1905, com Marcelo Francisco da Silva, Bacharel em Direito e nomeado Procurador da República, responsável pela transferência do Tribunal Eleitoral para a nova capital, Goiânia. Rosarita Fleury descreve que, após seu casamento: “mais presa aos encantos do lar, sem que disso desse conta, foi causa, sem o desejar, de certa frieza e mesmo esmorecimento das reuniões lítero-musicais por ela planejadas e, com muita aceitação, levadas a efeito nos salões do Palácio Conde dos Arcos” (FLEURY, 1979, p. 48).

Sobre estar “mais presa aos encantos do lar”, conforme descreve Rosarita Fleury, no contexto de Primeira República (1899-1930), vigoravam no Brasil as medidas de conjugalidade presentes na legislação de 1890, que seriam reforçadas no Código Civil de 1916. De acordo com Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (2002), em *Recônditos do mundo Feminino*, um conjunto de códigos comportamentais almejava conduzir e reconduzir as mulheres a uma identidade socialmente aceitável voltada aos ideais de boa mãe/esposa/dona de casa, a “triade” feminina moldada pelas elites da época. A razão era estabelecer um processo modernizador dos hábitos pautado em um padrão moral, profundamente cristão, que constrói o lar como um espaço sagrado e “feminino” por natureza. Essas medidas legais incorporavam e legalizavam um modelo em que a figura do homem deteria total autoridade representativa do corpo familiar, de modo que a figura da esposa seria considerada inábil para exercer tanto a fala quanto determinados “atos civis”, dentre esses o direito ao voto.

Sobre o Código Civil de 1916, Ana Carolina Eiras Coelho Soares (2009), em sua tese de Doutorado, *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade o código civil de 1916 e as lições de comportamento na revista feminina no início do século XX*, apresenta que a criação desse código almejava regulamentar a vida social no intento de funcionar como um instrumento jurídico modernizador da sociedade brasileira, responsabilizando-se pelo âmbito familiar, conjugal e trabalhista. Segundo Soares (2009), esse código é um reflexo da “maneira própria de pensar e agir da época, e deveria ser percebida como uma reconstituição de sistemas de representações e, conseqüentemente, de apreciação ou valoração do mundo” (SOARES, 2009, p. 17), por parte dos homens e mulheres.

À figura “masculina” ficava retido todo o direito de administrar os bens da esposa, controlando seus movimentos e impedindo-a de se inserir no mercado de trabalho. Isso era legalizado no contrato institucional do casamento. Diante das funções de “esposa e mãe”, que a sociedade e os mecanismos institucionais do poder incumbiam as mulheres de cumprir, o “esmorecimento” de sua atuação enquanto escritora deve ser aprofundado. Conforme a afirmação idealizada de Rosarita Fleury sobre os “encantos” do lar que cercavam Eurídice,

desconfianças surgem acerca destes silêncios que percorrem anos da vida de muitas dessas mulheres. Há, como foi exposto, o Código Civil de 1916, que reforçava a separação das esferas “masculinas” e “femininas”, nas cidades e no interior do lar, onde a instituição do matrimônio, conforme já reforçou Carole Pateman (1988), apresenta-se como decisiva e legitimadora dessas divisões. A figura do cônjuge representava a máxima autoridade, além das construções sociais que relegam ao homem o papel de provedor, fazendo com que as mulheres fossem reconduzidas ao interior dos lares. Conforme segue:

[...] o papel do marido provedor, que legitimou a dependência econômica da mulher, acabou também por tornar a esposa a única responsável pelos serviços domésticos. Assim, para que as considerassem boas donas de casa, além de manter permanente bom humor, de realizar as tarefas sempre em benefício de toda a família, deixando para segundo plano tudo o que as afastasse da “administração científica” do lar, de ser econômicas, as mulheres jamais deveriam pedir a participação do marido no serviço doméstico. (MALUF; MOTT, 2002, p 419).

Sobre a situação em que viviam as mulheres escritoras no Brasil do início do século XX, Maria do Rosário Cassimiro, titular ocupante da cadeira n.º 34 da AFLAG, apresenta uma situação interessante na entrevista concedida para esta pesquisa. A escritora afirma, acerca da experiência intelectual de Ana Lins Peixoto Bretas (1889-1985) – Cora Coralina, com quem conviveu:

[...] Cora Coralina ficou... amortecida, durante muitos anos, ela recitava nos salões, nas festas de família em Goiás, nos saraus, ela sempre era chamada para recitar, mas não passava disso, a Cora, mas ela escrevia e guardava os escritos dela [...] e ele [o esposo] admirava tanto antes de casar e o tom que ela tinha de recitar poesias e tudo o mais, passou a proibi-la de escrever, sabe, passou a proibi-la de escrever e ela escrevia, mas não publicava, escrevia, mas não publicava, escrevia, mas não publicava, quando ele morreu então é que vem a eclosão, ela de repente sai com muitos livros já prontos para a sociedade [...].⁸¹

Através dessa explanação, o afastamento de Eurídice Natal, assim como o de inúmeras mulheres, pode não ter significado um desejo consciente de abandono da carreira, mas um distanciamento como resultado das inúmeras coerções sociais e institucionais. Em 1908, Eurídice Natal muda-se para o Rio de Janeiro seguindo seu pai, o republicano Guimarães Natal, junto de seu marido Marcelo Silva. Só irá retornar em 1936, quando ambos se transferem para Goiânia, a nova capital. Com os afazeres do lar e o número de filhos, Eurídice

⁸¹ Entrevista concedida em 23/08/2019.

Natal esmoreceu no cuidado com a Academia de Letras, vindo a encerrar as atividades em 1908. Ao contextualizar o período, situando que o matrimônio e a maternidade eram a máxima “característica inata da mulher normal” (SOIHET, 1997), é possível compreender o porquê de Eurídice Natal se recolher para os “recônditos do lar”, retomando apenas anos depois, após a criação dos filhos, ao exercício da vida intelectual.

Eurídice Natal é mencionada como figura influente, homenageada pelas fundadoras da AFLAG como patrona da cadeira n.º 11. Nas palavras de Rosarita Fleury:

Ao fundarmos a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, foi ela a primeira pessoa a ser convidada para fazer parte do nosso quadro como sócia atuante. Entusiasmou-se com nossa ideia, aceitou o convite e assistiu a várias reuniões. Adoecendo e obrigada a cuidadoso repouso, teve sua posse antecipada, o que se deu em 22 de Fevereiro de 1970, quando juntas fomos até sua residência, Silva Nascimento, Secretária da Academia, e eu, na qualidade de Presidente. (FLEURY, 1979, p. 50).

A escritora frequentou as reuniões da AFLAG nos seus primeiros meses, mas, por motivos de saúde, logo se afastou, vindo a falecer no ano de 1970. Faleceu meses antes da celebração que ocorreria na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em novembro do mesmo ano, momento que se oficializaria a formação da instituição. No ano de seu falecimento, o jornal *Folha de Goiás* publicou matéria contendo o depoimento de intelectuais goianos como Basileu Toledo França (1919-2003), amigo da escritora, que se referiu a ela como: “Uma grande mulher goiana”, chegando a mencionar: “[...] desejamos também cultuar na sua pessoa, como um símbolo, o valor da mulher goiana”⁸², demonstrando o prestígio do qual gozava a intelectual.

⁸² FRANÇA, Basileu Toledo. “Uma Grande Mulher Goiana”. União Brasileira dos Escritores Seção Goiás (UBE). Folha de Goyaz. Suplemento Cultural. Goiânia. 11 jan 1970. p. 03. (Arquivo do IHGG- Instituto Histórico e Geográfico Goiano).

Figura 03 – Eurídice Natal e Basileu Toledo França



Foto: Eurídice Natal e Silva ao lado de Basileu Toledo França em Goiânia no ano de 1969. **Fonte:** FRANÇA, Basileu Toledo. *Cadeira nº 15: contribuição ao estudo da literatura de Goiás*. Gráfica: Oriente. Goiânia, 1971. (Biblioteca da AFLAG).

Maria do Rosário Fleury, ao biografar Eurídice Natal, também realizou uma (re) interpretação da sua trajetória intelectual, o que a fez refletir sobre a sua própria experiência enquanto uma mulher escritora em Goiás. A escritora reconhece na trajetória de Eurídice Natal que: “para aquela época, não deixava de ser temeridade uma jovem aventurar-se a tanto e Eurydice deve ter sofrido as reações negativas de quantos se haviam habituado a ver na mulher apenas uma portadora de prendas domésticas” (FLEURY, 1979, p. 39). Essa autorreflexão sobre as dificuldades sofridas pelas mulheres ressoa nos processos constitutivos de sua própria trajetória, fazendo com que Rosarita Fleury reforçasse que, na medida do possível: “se comentários houve, nenhuma importância a eles foi dada, e em suas mãos continuou a bandeira da mulher intelectual, abrindo caminhos às mais tímidas ou escravizadas aos preconceitos sociais” (FLEURY, 1979, p. 39).

Com o advento de Goiânia, a formação da Academia Goiana de Letras (AGL), em 1939, por Colemar Natal e Silva, representou uma continuidade da antiga academia que funcionou em Goyáz, nos idos de 1904. A figura de Eurídice Natal e Silva será esquecida, relegada à obscuridade pelo cânone que se formava. Contudo, a AGL será pelas mulheres goianas, descrita como “O templo Eurídice Natal e Silva”, quando Ana Braga Machado Gontijo reforça que: “[não bastava] a glória de termos possuído uma Eurídice Natal, fundadora dessa Academia de Letras [em referência à AGL], a que o senhor e todos os

grandes escritores de Goiás pertenceram ou pertencem, e de que ela foi a primeira Presidente”⁸³, era preciso reconhecer a Academia de Letras de Goyáz de 1904 como precursora da atual Academia Goiana de Letras. Ao destacarem Eurídice Natal no lugar de fundadora/precursora da instituição, essas mulheres subvertem a lógica masculina do cânone e dos discursos centrados na figura do homem. Elas atribuíram credibilidade ao argumento de que esses processos de exclusão são uma “injustiça à intelectualidade feminina”, reivindicando um espaço subjetivo e simbólico.

Pierre Nora fundamenta que “a necessidade de memória é uma necessidade de história” (NORA, 1993, p. 14), história essa que destituiu as mulheres de sua participação enquanto sujeitos ativos e capazes de resistências. Zonas de saberes, formais e acadêmicas, como a Academia Goiana de Letras, representam espaços que por muito tempo negaram às mulheres um lugar no cânone cultural e histórico. São esses os “símbolos da diferença entre os sexos” (RAGO, 2013) e as hierarquias fundantes da nossa sociedade. As mulheres ao lutarem por sua emancipação conquistaram não apenas o direito de escrever, deslocando os lugares, como também a (res) significação de sua imagem.

A seguir, será abordada a trajetória intelectual de Maria do Rosário Fleury (1913-1993), idealizadora da instituição, inserindo-a no contexto político, social e cultural da nova capital, Goiânia, entre 1930 a 1950. Será, também, aprofundado acerca das “injustiças” que percorrem a atuação dessas mulheres, em especial as vivências de Rosarita Fleury, desde as interdições e censuras implícitas nas práticas sexistas do cotidiano até as barreiras/vetos às suas candidaturas nas instituições literárias, como ocorreu com a Academia Goiana de Letras (1939), além da Academia Brasileira de Letras (1987). Os sentimentos de discordância e frustração de Rosarita Fleury não estavam isolados dos que atravessavam as escritoras e intelectuais em âmbito nacional.

⁸³ Discurso proferido “*Ao imortal - Zoroastro Artiaga*”, no ano de 1973, por Ana Braga Machado Gontijo, devido à posse de Regina Lacerda como titular da cadeira de n.º 16. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Ana Braga Machado Gontijo - Fragmentos).

1.3 O veto às candidaturas femininas: a formação da Academia Goiana de Letras e a experiência de Maria do Rosário Fleury

A literatura está aberta a todos. Recuso-me a permitir que você, mesmo que seja um bedel, me negue acesso ao gramado. Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento.⁸⁴

Virgínia Woolf. **Um Teto Todo Seu**. 1929.

Michelle Perrot (1998, 2005) adverte que o poder não pertence às mulheres. O acesso ao conhecimento configura zonas de poder, e o poder não abria espaço para o “feminino”. Sandra Vasconcelos reforça que: “havia preconceito contra qualquer pretensão intelectual numa mulher e a ignorância era vista por muitos como parte da imagem de feminilidade” (VASCONCELOS, 2007, p. 28). Essa lógica que hierarquiza os corpos e delimita as suas existências fazia com que, para acessarem a palavra pública, as mulheres precisassem se desfazer ou (res) significar a imagem atrelada ao seu sexo, de que ele nada tinha a contribuir intelectualmente. Foram diversos mecanismos de desencorajamento que “orientam, disciplina, geram a vida e o imaginário das mulheres” (TEDESCHI, 2008, p. 14) e que impossibilitaram a visibilidade de muitas intelectuais brasileiras.

Para situar a trajetória intelectual de Maria do Rosário Fleury – Rosarita Fleury (1913-1993), é preciso observar os processos de transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, assim como o contexto político do período, ao final dos anos 1920, conforme foi contemplado pelo pesquisador Nars Chaul (1988), que desenvolve uma análise histórica sobre. As mulheres aqui citadas fazem parte de famílias tradicionais da região de Goiás. As oligarquias administravam o sistema político, e a família Caiado, de forte influência territorial e econômica, assumiu os postos do governo da capital em 1912, com a figura de Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado).

Com seus mandos e desmandos, essa prática política, segundo Chaul (1988), tornava-se “um ciclo vicioso” que obstruía a participação de outros municípios, bem como o crescimento econômico desses municípios. Dessa maneira, aumentava o descontentamento das oligarquias do Sul e Sudoeste da região de Goiás, potenciais centros econômicos após a

⁸⁴WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014. p. 34.

passagem da Estrada de Ferro e a crescente industrialização da produção agrícola dessas regiões interligada ao mercado nacional. (BORGES, 2000).

Os Caiado valiam-se da violência e do controle dos processos eleitorais (CHAUL, 1988). Constantes eram as fraudes eleitorais e crescente era a oposição. As oligarquias mais desenvolvidas organizam-se em dissidências, de maneira a desvencilharem-se dos grupos que estavam representando a Primeira República e conspirarem para maiores concessões políticas. A emergente burguesia industrial no país, aliada ao proletário urbano, unem-se “no interesse comum de derrubar a velha ordem oligárquica, veem seu movimento vitorioso sob o comando de Getúlio Vargas” (CHAUL, 1988, p. 35). Esse movimento político de descontentamento de uma camada da população brasileira, tanto em Goiás quanto no âmbito nacional, transformou a cena política do momento e ocasionou o movimento conhecido como “Revolução de 1930”. Ela viria destituir essas antigas oligarquias do poder, como ocorreu com os Caiado em Goiás.

Essa revolução é observada por Nars Chaul (1988) como um gradativo processo de inserção do Brasil em uma economia de mercado capitalista. Contudo, no campo político, foi mais uma “transição” do que uma ruptura, pois as antigas oligarquias mantêm-se em uma rede de privilégios, e os novos governantes ainda originam-se dos setores de classe média da população. Goiás é uma sociedade que funciona “dentro dos mecanismos da sociedade de classes” (CHAUL, 1988, p. 40). Após a Revolução de 1930 e a destituição das antigas oligarquias, em questão os Caiado, fez-se surgir no campo político a figura de profissionais liberais, médicos, engenheiros e outros.

Com a derrota do governo caiadista em Goiás, devido à Revolução de 1930, movimento que colocou Getúlio Vargas na presidência da República, foi nomeado um interventor para o Estado: Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), um médico que representava politicamente as “oligarquias dissidentes” do sul e sudoeste da região. Esse período de 1930 a 1937 é visto pelo historiador Nars Chaul (1988, 2010) como um processo de “transição”, em que irá notar “uma interação entre o urbano e o rural, o médico e o fazendeiro ou o médico-fazendeiro, o liberal e o conservador, o oligarca e o revolucionário” (CHAUL, 1988, p. 46). Goiânia, a nova capital que irá surgir na década de 1930, será conhecida como uma obra deste período de transição.

O “novo”, que despontaria com a nova capital, deveria representar uma ruptura com os valores políticos e práticas econômicas da República Velha (1889-1930). Goiânia se situava nesse contexto como um “lugar de fronteira”. Ela será representada no movimento artístico modernista que emerge, principalmente, durante a década de 1950, segundo Marcela Aguiar

Borela (2010), em *Experiência moderna nas artes plásticas em Goiás: Fronteira, Identidade, História (1942-1962)*. De acordo com a pesquisadora, os/as artistas adaptavam as vanguardas do modernismo a partir de uma “realidade de fronteira”, para a qual a historiadora aponta ser o “lugar visto e vivido” chamado Goiânia. Os intelectuais do período irão almejar a projeção de uma nova identidade para o goianiense, e todo um aparato simbólico regional para a superação da imagem de “decadência” construída, até então, será mobilizado.

Goiânia nasce a partir de um projeto de Getúlio Vargas para ocupar e “redescobrir” o Brasil. Um nacionalismo ufanista que desejava, de acordo com Ledonias Franco Garcia (2010), “construir um discurso mais real” do Brasil para os brasileiros, atrelado à construção de uma “nação/identidade brasileira”, em que os Institutos Históricos, por exemplo, serão importantes instituições mobilizadoras e voltadas ao processo de integração do país. Esse processo de interiorização e desenvolvimento do país do litoral para os sertões ficará conhecido como o projeto ufanista da “Marcha para Oeste”. Discursos médico-higienistas vão ser mobilizados para debater sobre o processo de integração, tanto que Pedro Ludovico Teixeira se valerá da sua posição de médico, estrategicamente, para “sedimentar o discurso mudancista”, atribuindo à antiga capital, Cidade de Goiás, a insalubridade e o atraso e prometendo que a nova capital – Goiânia – reassentaria “uma cidade moderna, planejada, coerente com os novos tempos”. (CHAUL, 2010, p. 231).

Em 1932, nomeava-se uma comissão que escolheria o novo local para sediar a capital. A região escolhida foi Campinas, antiga Campininha das Flores, hoje um bairro histórico de Goiânia. O engenheiro Armando de Godoy e o arquiteto Atilio Correia Lima serão encarregados de dar início aos contornos da nova capital, em 1933. Segundo Lena Castello Branco (1999), a “cidade inventada” e inspirada nas “cidades-jardim” inglesas, com livre circulação de pessoas, moderna nos traços urbanísticos da *art déco* ao estilo francês e, igualmente, um “locus privilegiado de saúde”, será inspirada na concepção de uma “utopia”.

Pedro Ludovico Teixeira irá alinhar-se ao governo de Vargas durante o período do Estado Novo (1937-1945), almejando apoio político junto ao progresso e modernidade para Goiás. A transferência da capital será assinada em 1933 e, gradativamente, toma forma com a transposição dos estabelecimentos públicos e políticos. Ela é oficializada por completo em 1937, quando Pedro Ludovico decreta estabelecida a nova capital do estado de Goiás, cujo nome escolhido foi Goiânia. (CHAUL, 1988).

Nesse contexto, a historiadora Neide Célia Ferreira Barros (2017) identifica que, mesmo com todo o discurso sobre a modernização dos hábitos na transferência da capital em

1933, houve permanências que “atingiam os costumes e os conceitos de masculinidades e feminilidades” (BARROS, 2017, p. 63). Isso conferia a Goiânia a noção de um lugar de “fronteira” entre os ideais de modernidade e atraso, fazendo com que permanecesse a “noção institucionalizada das velhas referências patriarcais” (BARROS, 2017, p. 66), nos modos de percepção da sociedade, mesmo que as mulheres, a princípio de uma elite, pudessem circular com mais liberdade. A autora conclui que são processos que reiteram e ressignificam uma ideia de “devir feminino”, atrelando a passividade e a submissão das mulheres ao doméstico e ao lugar da reprodução. Suas considerações são importantes para refletir o lugar de formação da AGL, bem como os discursos e práticas que estão na base de sua organização.

Segundo o escritor goiano Basileu Toledo França (1919-2003), dentre as várias associações literárias que se formavam à imagem e à semelhança da ABL, há, como representante do estado de Goiás, a AGL, fundada por Colemar Natal e Silva, em 1939, como resultado de uma idealização dos: “[...] homens de sensibilidade e saber, que refletem e marcam o progresso cultural de uma área e de um povo” (FRANÇA, 1971, p. 13). A formação dessa instituição também engloba o desejo de projetar uma memória cultural e histórica para Goiás, imbuída de intelectuais que escreveriam sobre a região. É constante situar a aparição do termo “homens ilustres” nos pronunciamentos que versavam sobre os intelectuais residentes em Goiás, nos quais a ausência das mulheres no discurso, e por sua vez na linguagem, é “parte da ordem das coisas” (PERROT, 2005). Isso se contrapõe aos contínuos protagonismos femininos que se observou nas considerações anteriores desta pesquisa.

A Academia Goiana de Letras seria um anexo da “Sociedade de Homens de Letras de Goiás”, que garantia assistência mútua às obras literárias dos acadêmicos, formada por uma “classe” que se imbuía no dever de perpetuar os “valores tradicionais da sociedade Goianiense”. Colemar Natal e Silva, por ocasião da fundação da AGL, afirmava: “De todos os *poderes* conferidos ao *homem*, nenhum é maior do que o *poder* da *inteligência*. De nada valem os postos de mando, os tronos, os cetros e os *governos*, sem o poder da inteligência para garanti-los, prestigiá-los e para os saber conservar” (FRANÇA, 1971, p. 23, grifo nosso). Através desse pronunciamento de Colemar Natal e Silva, é possível verificar que a figura do “homem”, ali enaltecida, é voltada ao sujeito masculino por excelência e associada aos signos de “poder e inteligência” junto aos atributos da esfera civil de atuação, como os “postos de mando”. Ele faz referência há uma conjuntura histórica de poder, em que “tronos e cetros” representam uma “soberania masculina” dos antigos reis aos atuais governantes.

Logo, postulados os estatutos da fundação que regulamentavam a instituição, cujo sentido era: “congregar todos os legítimos valores da intelectualidade goiana”, das 21 cadeiras iniciais ⁸⁵ nenhuma pertenceu à mulher. Os intelectuais e escritores, que adentraram nessas instituições literárias e culturais pelo Brasil, eram imbuídos do título de “imortal” e teriam a sua existência/trajetória perpetuada e identificada como o cânone cultural e intelectual brasileiro. Leda Selma de Alencar situa um fator que muito contribuiu para o distanciamento e a invisibilidade das mulheres nas letras: a impossibilidade de imprimir livros e filiar-se institucionalmente a uma rede intelectual como a AGL. Conforme a escritora:

Tornando-se “imortal”, fica com esta regalia: a de poder “usar” do direito de imprimir, em escritos e obras suas que produzir, o título de “acadêmico”, de acordo com o Artigo 21 de seus estatutos, que estabelece, ainda que serão remunerados “pelo comparecimento às sessões”. ⁸⁶

De acordo com o artigo 6º da AGL, atualizado em 2014: “O Acadêmico eleito, depois de empossado pessoalmente em sessão solene, é inscrito no quadro da Academia Goiana de Letras e gozará das prerrogativas que lhe caibam”. ⁸⁷

A institucionalização dessas academias literárias pelo Brasil corroborou com a obtenção de recursos financeiros para que os homens publicassem suas obras e se firmassem como uma “classe” de letrados e intelectuais (EL FAIR, 2000). A base da formação dessas instituições literárias acadêmicas pelo país, como a Academia Goiana de Letras, em 1939, esteve em concordância com os estatutos da Academia Brasileira de Letras de 1897, do Rio de Janeiro. Michelle Asmar Fanini (2009) demonstra que os homens seguiram o vocábulo “brasileiros” presente no artigo 2º da Academia Brasileira de Letras, interpretando-o, exclusivamente, no masculino, para justificar nos primeiros anos a não permissão de mulheres. Conforme estabelece o artigo 2º do Estatuto da Academia Brasileira de Letras:

⁸⁵ Foram estes os intelectuais que ocuparam o primeiro quadro fundador da Academia Goiana de Letras em 1939: Pedro Ludovico Teixeira, Cadeira n.º 01; Vasco dos Reis Gonçalves, Cadeira n.º 02; Vitor Coelho de Almeida, Cadeira n.º 03; Colemar Natal e Silva, Cadeira n.º 4; Guilherme Xavier de Almeida, Cadeira n.º 05; Dário Délio Cardoso, Cadeira n.º 06; João Teixeira Álvares, Cadeira n.º 07; Sebastião Fleury Curado, Cadeira n.º 08; Cordonlino de Azevedo, Cadeira n.º 09; Albatênio de Godoy, Cadeira n.º 10; Cilineu de Araújo, Cadeira n.º 11; Gelmires Reis, Cadeira n.º 12; José de Almeida Xavier Jr, Cadeira n.º 13; Paulo Fleury da Silva e Sousa, Cadeira n.º 14; Ricardo Paranhos, Cadeira n.º 15; Augusto Ferreira Rios, Cadeira n.º 16; Gercino Monteiro Guimarães, Cadeira n.º 17; Joaquim Ferreira dos Santos, Cadeira n.º 18; Francisco Ferreira dos Santos, Cadeira n.º 19; Mário de Alencastro Caiado, Cadeira n.º 20; Jovelino de Campos, Cadeira n.º 21.

⁸⁶ SELMA, Lêda. *O Foca*. U.F.G. (?) 1972. (Arquivo da Academia Goiana de Letras - AGL).

⁸⁷ Estatuto da Academia Goiana de Letras. 05/06/2014. Disponível em: <https://is.gd/pstS2O>. Acesso em: jan. 2020.

[...] só podem ser membros efetivos da Academia **os brasileiros** que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário. As mesmas condições, menos a de nacionalidade, exigem-se para os membros correspondentes. (FANINI, 2010, p 149, grifo da autora).

Mais do que uma interpretação, “a justificativa para o veto ao ingresso de mulheres encontrou no vocábulo um inegável alibi” (FANINI, 2009, p. 176). Não havia um estatuto que expressamente barrava o sexo feminino, porém foram inúmeras as “manobras” das quais os homens se valiam para excluir as mulheres desses espaços. Michel Foucault (2018) menciona que para “uma determinada relação de forças possa não somente se manter, mas se acentuar, se estabilizar e ganhar terreno, é necessário que haja uma manobra” (FOUCAULT, 2018, p. 379), perpetuando uma distribuição desigual dos poderes.

O uso dos termos exclusivamente no masculino também se fez presente no estatuto da Academia Goiana de Letras, de 1939, onde se usa o termo “acadêmico”, “colega”, “membro”, de acordo com o documento presente no livro de Basileu Toledo França (1971), denominado *Cadeira n.º 15*, o qual menciona:

Capítulo II

Art. 4º - Compõem-se a Academia de 25 membros efetivos dos quais 3, pelo menos, poderão residir na Capital Federal, constituindo-se desde já, com os membros que assinarem os presentes Estatutos.

Art. 5º - Para ser membro efetivo da Academia, é condição essencial o candidato ter obra publicada, de reconhecido mérito, em qualquer gênero de literatura, ou, fora desses gêneros, livros de real valor literário.

[...]

Art. 9º - Na sessão seguinte àquela que tiver sido eleito um acadêmico efetivo, designará o presidente o colega que haja de responder ao seu discurso de recepção.⁸⁸

A antiga “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”, promulgada pela Revolução Francesa em 1789, abrigava o termo “Homem” e “Cidadão” que, tecnicamente, envolveriam todos os naturalizados franceses, ambos os termos aparentemente neutros, mas que se revelam de uma neutralidade inexistente.⁸⁹ Os “cidadãos” e, no caso

⁸⁸ FRANÇA, Basileu Toledo. *Cadeira n.º 15*. Goiânia: Gráfica Oriente, 1971. p. 250-263.

⁸⁹ Joan Scott (2002), em *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*, traça pertinente reflexão sobre as trajetórias de mulheres revolucionárias do século XVIII e XIX. Olympe de Gouges (1748-1793) escreveu em 1791 a “Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã” devido à ausência perceptível das mulheres na carta revolucionária estabelecida pela França na revolução de 1789. Segundo Scott (2002), Olympe de Gouges rompia com diversos papéis universalmente atribuídos ao gênero feminino, “iniciando pelo abandono do nome de seu pai e do seu marido, passando pela interessante carreira de escritora de peças abolicionistas e feministas para o teatro, culminando com a sua condenação à morte pela guilhotina em 1793”

desta pesquisa, os “escritores brasileiros”, bem como a terminologia “homens de letras”, estão relacionados à figura universal do homem (ser humano), sujeito de direito, da ciência, do intelecto, da criação e da cultura, que a crítica feminista localizou, historicamente, como o sujeito masculino, atuante na esfera civil, cuja pretensa universalidade não incluía as mulheres. (RAGO. 1998).

Céli Regina Jardim Pinto (2003), em *Uma Breve História do feminismo no Brasil*, identifica situação semelhante ao que se observa nos regimentos e estatutos das presentes instituições literárias. Pinto (2003) aponta que a Constituinte de 1891, igualmente, atribuiu o termo “cidadão” para evidenciar os eleitores aptos, sujeitos maiores de 21 anos e com posses. Contudo, as mulheres foram destituídas do direito ao voto, situação que não estava explicitamente definida, mas fato era que o “feminino” não estava incluso nos termos da “cidadania” postulados pela Carta. Segundo a pesquisadora:

A não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. A Constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadão brasileiros maiores de 21 anos. Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens. Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher. (PINTO, 2003, p. 16).

Ao formular os estatutos da Academia Goiana de Letras, todos os termos se encontram no masculino, como no artigo 6º do estatuto de 2014, acima mencionado, em que está posto: “O acadêmico eleito [...]”. Os estudos feministas se aprofundam em apontar que esse sujeito universal é comumente um homem branco, ocidental, burguês, sujeito autorizado para ser o criador e o intelectual, donos dos saberes e poderes. A maneira como os homens resolveram o

(SCOTT, 2002, p. 12). Para Joan Scott (2002), o viés de protesto presente na declaração dos direitos da mulher, escrita por Olympe de Gouges, aponta para a contínua diferenciação com que eram tratadas as mulheres e a necessidade de direitos mais urgentes para elas. Ela afirma que: “é sem dúvida a reivindicação mais abrangente de direitos para a mulher naquele período histórico [...] revela os limites dessa universalidade” (SCOTT, 2002, p. 51). A fim de que todos os seres humanos fossem compreendidos como iguais, construiu-se a ideia de “sujeito abstrato” universal, alocado na categoria “homem”. Esse “sujeito abstrato” ou o “indivíduo humano exemplar” foi representado através da imagem do homem branco, enquanto as mulheres foram excluídas dessa imagem de “perfeição” por serem alocadas ao lugar da reprodução social. Distanciar as mulheres da política, por sua vez, tornou-se símbolo de civilidade e ordem. Os questionamentos de Olympe de Gouges eram: “Se a cidadania era um atributo de indivíduos abstratos, poderia também representar o povo em sua existência concreta? O cidadão representava, de fato, o homem, ou era a cidadania a ele concedida que o tornava um ser político?” (SCOTT, 2002, p. 51). De forma mais abrangente, ela acabou por denunciar que as mulheres não estão dentro do que chamaram de “seres humanos”, muito menos no que estabeleciam como “cidadania”.

dilema e vetaram a entrada das mulheres remete aos sistemas de valores, estruturais e simbolicamente marcados pelo gênero, que corroboram com naturalizações presentes na sociedade em que a criação de uma instituição acadêmica de letras, artes e ciências, desde a sua base, consentia com a inexistência do elemento feminino.

Basileu Toledo França escreve, em 1971, sobre sua história e experiência na Academia Goiana de Letras como “imortal”, um livro chamado *Cadeira Nº 15*. Nessa época, as mulheres ainda não eram aceitas na instituição e, conforme o escritor aponta, mesmo que não lhe sejam proibidas de forma “expressiva” a entrada, reconhece que aquele espaço “jamais acolheu uma escritora em seu quadro social”, até aquele presente ano.

Ao que me parece, os estatutos foram bem elaborados e melhor impressos, contudo não deviam ter esquecido as nossas características quanto à posição da mulher, pois embora não proíba de modo exposto a entrada ali do sexo-fraco, tal como o Petit Trianon [Academia Brasileira de Letras] jamais acolheu uma escritora em seu quadro social. Sem dúvida alguma, eles precisam ser revistos e atualizados sob este e outros aspectos, a fim de acompanhar o progresso acelerado do Estado de Goiás, que não faz apenas no plano econômico e todos nós sabemos. (FRANÇA, 1971, p. 33).

A Academia Goiana de Letras, no momento de sua fundação no Salão Nobre do Palácio das Esmeraldas, onde pessoas da seleta sociedade local se faziam presentes, estabeleceu em seu estatuto que a intenção era ocupar/instaurar a Academia com 40 cadeiras preenchidas de acordo com o modelo da ABL, contudo apenas 21 delas foram ocupadas de início. Durante a década de 1940 e 1950, haverá a ocupação de mais 4 cadeiras, chegando a 25 e, na década de 1970, durante a presidência de Ursulino Tavares Leão (presidiu de 1969-1985), ocorrerá o aumento para o número de 40 cadeiras/ocupantes, de modo a completar o quadro dos intelectuais. Mesmo com o passar dos anos, em que muitos nomes femininos já figuravam na cena intelectual de Goiânia, nenhuma mulher foi eleita.⁹⁰

Conclui-se que essas mulheres foram desencorajadas, desprestigiadas e desautorizadas a figurarem nos “espaços do saber”, compreendidos por Roger Chartier (1995) como espaços de “sociabilidades masculinas”, mediante o fato de ser o intelecto e o exercício da fala pública uma autoridade “conferida” apenas ao masculino. Rita Terezinha Schmidt, ao analisar a historiografia literária, depara-se com a ausência das mulheres e reforça que: “a instituição

⁹⁰ Apenas em 1973, haverá a primeira mulher, Regina Lacerda, terceira ocupante da cadeira n.º 16. Também, em 1979, haverá uma mulher, Eurídice Natal e Silva (1883-1970), que mesmo já falecida adentra no quadro da instituição como patrona homenageada, na cadeira n.º 31, recém-instaurada, em que apenas nomes femininos dela se ocupam desde então. Para ver sobre as mulheres que adentraram nos quadros da AGL, consultar Anexo C, deste trabalho.

literária, como uma instituição social e política, também participa desse aparato discursivo/ideológico ao incorporar o que é considerado um dado inquestionável na cultura” (SCHMIDT, 2013, p. 03): um modelo de poder transcendental e a-histórico centrado na imagem do falo, na figura do homem, sujeito absoluto e integrando. Esses conjuntos de códigos culturais influenciam e legitimam práticas sexistas, reiterando uma intelectualidade inferior à mulher, refletida nos seus corpos construídos como “femininos”, frágeis e débeis, cuja moral e capacidade de abstração geravam dúvidas.

Nesse cenário, a escritora Maria do Rosário Fleury, nascida em 1913 na Cidade de Goiás, almejava uma carreira artística e literária. Vilaboense, a jovem possui ligação, por parte de sua mãe, Josephina Caiado Fleury, com a família Caiado e, por parte de seu pai, Heitor Moraes Fleury, com a família Fleury. Sua residência localizava-se ao lado do antigo Coreto, lugar privilegiado de moradia das famílias mais abastadas da região. Aluna do Colégio Santana, anteriormente citado nesta pesquisa, cresceu diante do piano e dos saraus dos quais participava, em que: “à noite, quando o luar derramava a sua luz prateada sobre o casario, toda a família se reunia na porta da rua”. (FLEURY apud TEIXEIRA, 2015, p 64).

A citação acima é um fragmento de suas reminiscências, escritas para serem publicadas, o que ocorrerá anos após seu falecimento, por sua filha, Maria Elizabeth Fleury Teixeira: *Rosarita Fleury: Minha mãe* (2014). Maria Elizabeth produz um “testemunho puro”, nos termos de Philippe Lejeune (2008), o qual, na posição de biógrafa e filha, a torna um indivíduo crucial e participativo de momentos-chave da vida de Rosarita Fleury. Por essa proximidade, ela concede ao leitor uma visão privilegiada, mas também intencionalmente construída.

Seu pai, Heitor Moraes Fleury, exercia o ofício de tabelião da Comarca de Goiás e, posteriormente, tornar-se-ia o primeiro Juiz de Direito de Goiânia, auxiliando a transferência do aparato administrativo para a nova capital em 1936. Rosarita Fleury muda-se com a família para a nova capital em 1936, com 23 anos de idade, local onde viverá toda a sua trajetória intelectual e se consolidará como escritora. Antes, já acompanhava seu pai nas idas e vindas da antiga Campininha das Flores. A escritora descreve:

Como secretário Geral da Fazenda, meu Pai era obrigado a constantes viagens não só para o interior do Estado, mas, muito especialmente, para Campinas ou Campininha de Goiás, no intuito de fazer contato com os fazendeiros, a fim de receber escrituras de doações de terras e, também, adquirir por compra, pelo melhor preço possível, as que não podiam ser doadas e eram necessárias à área que se destinaria à Capital em projeto. (TEIXEIRA, 2015, p. 163).

Rosarita Fleury foi uma mulher educada para a maternidade e o matrimônio, valores estruturais e estruturantes da vida das mulheres de elite do início do século XX, no Brasil. Cercada por uma família de eminentes figuras masculinas de poder, observará um grande contingente de mulheres que lhe inspiraram e, que assim como ela, direcionavam seus esforços para almejar uma carreira profissional.

Figura 04 – Rosarita Fleury



Escritora Maria do Rosário Fleury em sua juventude, já morando em Goiânia, na década de 1930. **Fonte:** Arquivo da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). Pasta da escritora Maria do Rosário Fleury.

Heitor Moraes Fleury foi grande incentivador de Rosarita Fleury. Maria de Lourdes Eleutério (2005), em *Vidas de Romance*, descreve que, para muitas escritoras, o papel do pai ao apoiar uma educação de qualidade foi fundamental. Como figura de autoridade familiar, esse apoio era crucial. Muitas escritoras do século XIX descrevem as figuras paternas como “mestres” e incentivadores, que em algum momento preocuparam-se com uma educação para além da “música, tocar piano, coser, bordar, marcar e escrever” (SOIHET, 1997, p. 8).

Os pais, em geral, aparecem preocupados com a educação de suas filhas, quer seja que obtenham bom casamento, quer para que sua cultura e erudição revertam em prestígio à família. [...] as filhas fazem desse capital um exercício da procura de si mesmas. (ELEUTÉRIO, 2005, p. 182).

Rosarita Fleury, pseudônimo pelo qual a escritora Maria do Rosário Fleury escrevia, teve *Um Teto Todo Seu* para poder crescer artisticamente, conforme frisou Audre Lorde: “a

forma como nossa criatividade assume é geralmente uma questão de classe” (LORDE, 1984 apud HOLLANDA, 2019, p. 241). É importante evidenciar, ainda, a questão racial, até mesmo como preponderante para que essa mulher, branca, tenha conquistado maior mobilidade social. Sobre a nova capital que despontava nos sertões, Goiânia, muitas escritoras deixaram por meio de seus escritos o teor nostálgico em relação à Cidade de Goiás. Através deste poema, escrito em 1937, Rosarita Fleury narra um pouco do que foi sua juventude:

Oh! Sim...
Eu tenho saudade...
Daquele quarto singelo
Que sentiu desabrochar
Meu sonho de mocidade
Onde eu dormia a cantar
E de onde... Ao romper do dia,
O sino do campanário
Da Igreja do Rosário
Me acordava pra rezar!... ⁹¹

Desejosa de movimentar a pacata Goiânia que se formava, Rosarita Fleury sente profunda melancolia, que é descrita e materializada em seus primeiros poemas. Ela descreve seus primeiros dias na capital como: “sem sonhos nem ilusões”. Conforme foram transferindo as demais repartições públicas para Goiânia, outras colegas e familiares, conhecidos da Cidade de Goiás, mudaram-se para a nova capital. Um círculo de amigas que Rosarita Fleury manteve desde a Cidade de Goiás era composto por Elba Gomes Pinto, Maria Felix de Souza, Amélia Jardim, Virgínia e Tuniche Vieira, Eurydice Silva (Filha de Eurydice Natal e Silva) e Célia Coutinho Seixos de Brito. Muitas dessas mulheres que se mudam para Goiânia com suas famílias fundariam juntas a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás anos mais tarde, em 1969.

Conforme esses grupos foram chegando e antigas amigas se fortalecendo, Rosarita Fleury, nas “reuniões alegres das moças pioneiras”, sugeriu a ideia de formarem um jornal, o primeiro da capital, que seria formado por “mãos femininas”. O jornal de pequeno porte e circulação por elas organizado chamava-se “*Que me importa?*”:

O importante era termos publicado nossos sonhos, transformados em letras e que passava de mãos em mãos até ficar todo esfacelado. Vários números desse jornal foram datilografados e traziam crônicas, poemas, pequenos artigos, perfil de pessoas amigas, notícias sobre a sociedade em formação; infelizmente, nenhum exemplar ficou para a lembrança. Restou apenas a

⁹¹ FLEURY, Rosarita. *Retalhos*. Escrito aos 24 anos. Publicado no Correio da Manhã de 1937. Fonte: TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: Minha mãe*. Goiânia: KELPS, 2014.

crônica *Que me importa?* Publicada no número que circulou no dia 24 de julho de 1936. (FLEURY apud TEIXEIRA, 2015, p. 177).

Rosarita Fleury recolhia o material para o jornal que era deixado por suas amigas, primas e conhecidas. De acordo com a pesquisadora Débora de Faria Maia (2018, p. 69), esse jornal “[...] era por meio de onde organizavam suas publicações e ganhavam relevância no espaço cultural e deste grupo que surgiram muitos nomes da literatura feminina”. Segundo Maria Elizabeth (2015), desta forma, datilografado por sua mãe com um papel “emprestado” da repartição pública do Estado, onde exercia a função de datilógrafa na década de 1930, ela engajava o projeto. Entre o público e o privado, uma linha tênue se faz presente, conforme Susan Moller Okin (2008), onde as “esferas” devem ser compreendidas de forma interligada e estruturante da sociedade patriarcal. Nos deslocamentos entre essas “esferas” ou “lugares”, que as mulheres reconhecem os “espaços possíveis” de suas agências e as ações táticas que, conforme Michel de Certeau (1994) conceituou, seriam uma ação calculada pelo “ser mais fraco nos agenciamentos dos poderes”, no caso as mulheres, e no qual se “aproveita as ocasiões e delas depende” na medida das possibilidades.

Fato interessante que movimenta as práticas culturais da nova capital será a formação da primeira Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, fundada por meio de recursos reunidos através de solicitações das mulheres. Rosarita Fleury reforça que: “éramos cinco a sonhar com isto [a biblioteca]. Maria das Graças Fleury, Virginia e Tuniche Vieira, Maria Felix de Sousa (Dolly) e eu” (FLEURY apud TEIXEIRA, 2015, p. 185). Mulheres motivadas na empreitada de montar a biblioteca organizaram o que ficou conhecido como o “Baile do Livro”, graças a essa festividade foi possível reunir mais de 70 livros que seriam disponibilizados ao público.

Sobre esse episódio, Rosarita Fleury narra o que para ela foi: “a primeira discriminação contra a mulher sentida na pele”, pois no momento da organização do baile, “havia sido escolhido para dirigir a biblioteca o Dr. Joaquim Câmara Filho, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda. Às fundadoras [incluindo ela] couberam pequenas funções de auxiliares” (TEIXEIRA, 2015, p. 185). Esse episódio aponta o fato de que as estruturas sociais patriarcais também se mobilizam conforme as mulheres se movimentam para neutralizar esses avanços. São as relações de poder que se fazem presentes nos “jogos de gênero” (PRADO, 2019), que são constantes na gradativa ascensão das mulheres nos espaços de saber e poder. Nesse caso, elas foram realocadas da posição de protagonistas para meras “auxiliares”.

Após a instauração da biblioteca, surgiu a oportunidade de gerir novamente o espaço público, momento no qual a primeira dama Gercina Borges Teixeira (1900-1976) entrou em contato direto com Rosarita Fleury e o grupo de mulheres, para que movimentassem recursos e a auxiliassem na formação da Santa Casa de Misericórdia em Goiânia, o que ocorreu em 1936. Sobre a formação da Santa Casa, o teor filantrópico, incentivado pela Igreja Católica, engajava essas mulheres no que foi se transformando em um intenso trabalho social “responsável pela integração cada vez maior da mulher no ambiente fora do lar” (ELEUTÉRIO, 2005, p. 202).

Figura 05 – Primeiro Baile de Goiânia no Palácio das Esmeraldas



No centro, dona Gercina Borges, e, a terceira a sua esquerda é Rosarita Fleury vivendo os momentos pioneiros de Goiânia. **Fonte:** TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Cidade: KELPS, 2014. p. 198.

São mulheres que vivenciaram de perto a transferência da capital e auxiliavam em atividades culturais e intelectuais.⁹² A formação de escolas, por exemplo, conforme Oldina Albernaz (1992), na obra *Reminiscências*, foi protagonizada por elas. Albernaz (1992) escreve sobre sua trajetória no Grupo Escolar Modelo e no Jardim de Infância Modelo instalados em 1938, que por ela, juntamente com a professora Juliete Fleury da Silva e Souza, foram organizados e administrados. Maria Elizabeth Fleury Teixeira descreve que sua mãe recebia elogios pelos trabalhos que desenvolvia por parte de Nita Fleury, em sua coluna social no

⁹² Na parte intelectual podemos apontar o 1º Congresso Nacional de Intelectuais que ocorreria em Goiânia anos mais tarde, no ano de 1954. Neste evento contamos com a presença de inúmeras mulheres como Amália Hermano, Regina Lacerda e Belkiss Spencièrre, havendo a participação de Frei Nazareno Confaloni, Bernardo Élis, Jaime Câmara e o próprio governador Pedro Ludovico Teixeira. Para mais ver: BARROS, Francisco Messias Gomes. *I Congresso Nacional de Intelectuais (Goiânia- 1954) Cultura Nacional, PCB e Hegemonia*. (Mestrado em comunicação). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

jornal *O Popular*, chamada “Do meu Cantinho”. Nita Fleury é Mariana Fleury Curado (1897-1981), que havia sido professora na Cidade de Goiás e acompanhou a mudança da capital. Nita Fleury era irmã de Maria de Paula Fleury de Godoy, que escrevia pelo pseudônimo de Marilda Palínea. Ambas serão parte da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, em 1969.

Sobre a atuação dessas mulheres, Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo (2002), ao historicizar as práticas de leitura e as representações dos leitores, em *A Invenção da Cidade: Leitura e Leitores*, aponta que nos primeiros anos de Goiânia, encontrou muitas mulheres escrevendo nos jornais da cidade e participando de vivências culturais. Segundo a autora, os esforços para a construção de uma “cidade moderna” também resultou na modernização dos hábitos e práticas de leitura, bem como a criação de lugares para o encontro da comunidade leitora, que ainda era um seletivo grupo da sociedade. Nessas representações de leitura, a pesquisadora também identificou forte divisão entre as práticas de leitura adequada às mulheres e aos homens, como exemplo, o surgimento das primeiras bancas públicas de jornais, nas décadas de 1950, nas quais era costume encontrar os homens realizando o que era conhecido como as “leituras sérias”, pois: “[...] a rua é, assim, um espaço de leitura destacada para o homem – representação de sua posição social e profissional” (MELO, 2002, p. 162).

A pesquisadora desenvolve o debate acerca da modernidade e a crescente modificação das sensibilidades, que produziam as novas formas de sociabilidades da elite. Instituições privadas e públicas de leitura foram formadas em Goiânia, dentre elas a Biblioteca Pública Municipal, mencionada anteriormente. O índice de analfabetos em Goiânia, no ano de 1940, será de 14.304, para os 12.066 que não sabiam ler, de um total de 47.727 habitantes. Com o crescimento das instituições de ensino, incluindo a alfabetização das mulheres, no ano de 1960, em um total de 126.558 habitantes, 87.297 serão alfabetizados. (MELO, 2002, p. 58).

Esse processo de alfabetização e gradativa conquista do espaço público farão com que as mulheres circulem nos espaços, contudo esses espaços mantêm-se atrelados aos valores morais da época, em que a circulação feminina será controlada e vigiada. Esses “lugares de leitura” eram o momento em que as mães encontrariam as amigas, e os filhos se faziam presentes, limitando-lhes a liberdade. Melo (2002), ao entrevistar mulheres [da elite] que chegaram nos primeiros anos de Goiânia, identifica nas subjetividades e representações o desejo escondido, quase “romântico”, da prática leitora, ao mesmo tempo a imobilidade sentida por elas após o casamento, momento em que muitas abandonaram a carreira e o crescimento intelectual.

Conscientes de sua criticidade e capacidade intelectual, a escrita das mulheres proliferava nos jornais, dentre esses o jornal *O popular*, fundado em 1939, e a *Revista Oeste* (1942-1944), importante órgão noticioso que funcionou na moderna Goiânia recém-batizada. Melo (2002), em suas pesquisas nos jornais de Goiânia, observa a participação de mulheres como Nice Monteiro Daher no jornal *O Popular*, no qual era responsável por realizar comentários críticos e expor a programação cultural da época.

Já então os jornais traziam sempre publicações femininas. Crescia o número de escritoras e entre tantas, eram destaque, por suas crônicas aceitas com prazer pelos leitores, Nair Perilo Richter, Nice Monteiro Daher, Nelly Alves de Almeida, Maria Paula Fleury de Godoy, Nita Fleury Curado [Mariana], esta última sempre escrevendo em “O Popular” com o pseudônimo de Dorita.⁹³

Através da *Revista Oeste* (1942-1944), muitas mulheres expuseram sua indignação e seu descontentamento. Vale pontuar que essa revista marcava o alinhamento ideológico e político de Pedro Ludovico Teixeira para com o regime político de Getúlio Vargas com o Estado Novo (1937-1942). Melo (2002) reforça que os meios de comunicação servem como dispositivos de controle e formação da opinião, e a *Revista* servia de veículo de divulgação dos feitos políticos, econômicos e culturais de Goiânia, marcando o seu batismo cultural em 1942.

Marilda Palínea, pseudônimo de Maria Paula Fleury de Godoy (1894- 1982)⁹⁴, redatora do antigo jornal *O Lar* (1926- 1932) que circulou na Cidade de Goiás, foi uma das mulheres que continuou produzindo sua literatura, sendo uma das poucas que se sobressaíam “em comparação à quantidade de mulheres vigiadas e mantidas no anonimato” (SOUZA, 2017, p. 42). Um artigo de opinião deixado por Marilda Palínea na *Revista Oeste*, em outubro de 1944, denominado “*Nós, as mulheres*”, chama a atenção para o desconforto sentido pela

⁹³ FLEURY, Rosarita. *A participação da mulher na cultura goiana*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1983-1984. p. 82. (Biblioteca da AFLAG).

⁹⁴ Filha de Augusta de Faro Fleury Curado, autora de *Do Rio de Janeiro à Goiás- a viagem era assim* (1896) e Sebastião Fleury Curado, Maria Paula Fleury de Godoy (1894-1982) é natural do Rio de Janeiro. Mudou-se para Goiás em 1896, aos 2 anos de idade, ficando até 1923. Escrevia por pseudônimos masculinos como Danilo e também Marilda Palínea. Retorna para Goiás em 1936 mantendo estadia até 1947. É autora de “Nós e Elas” (1969), “A Longa Viagem” (1968), “Do rio de Janeiro à Goiás” (1961), este último é um diário de sua falecida mãe Augusta de Faro Fleury Curado. Em 1969, quando a fundação da AFLAG se concretiza, a escritora se encontrava no Rio de Janeiro, não podendo participar como patrona e titular de uma cadeira. Sua posse virá a ocorrer em 1979 pelos seus “méritos inumeráveis”, quando é eleita por decisão unânime, mesmo residindo em outro estado, para ocupar a cadeira de n.º 37 como 2º titular, após o falecimento de Telezila N. Blumenschein. Faleceu em 1982 (SOUZA, 2017).

escritora. Ela faz uma denúncia aos critérios de juventude, beleza e mocidade observados pelos críticos e jornalistas homens ao avaliarem produções femininas na época.

Ela escreve que: “se o homem tem talento e esse talento se evidencia em obras destinadas a se perpetuarem através dos tempos, ninguém vai perguntar se esse homem é velho ou feio, nem, sequer, se é um bom cidadão ou um respeitável pai de família”, destacando que os críticos, com relação às mulheres, “variam o critério”. Os homens “zombam da mulher intelectual”, sem a seriedade ou a intenção de verdadeira contribuição, limitando-se apenas em “ridicularizá-las como mulheres, depreciando-lhes o gesto, a voz e a fisionomia”, e atribui a isso uma forma de “egoísmo” por parte deles em quererem que: “a mulher desempenhe com perfeição os contraditórios papéis, de *bibelot de luxo* dos salões e *bonne a tout faire* no recesso do lar”⁹⁵.

Referindo-se aos “misteres domésticos” que ainda “são obrigações das pobres donas de casa”, ela reforça que, se as mulheres querem também ser escritoras, “hão de furtar do seu pouco lazer aqueles instantes de temerária ousadia”, e nessas “ousadias discretas”, a produção das mulheres é associada ao “amadorismo”, atrelada a uma posição de inferioridade, segundo Ana Paula Cavalcanti Simioni (2008), em *Profissão de Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. Marilda Palínea continua afirmando sobre a vida intelectual não ser esse “misterioso jardim fechado de exclusiva propriedade masculina”, pois:

[...] a verdade é que nós mulheres, somos capazes de acompanhar o homem em seu mergulho no abismo metafísico dos mais profundos pensamentos. Somos até capazes de encontrar “uma pedra no meio do caminho” [Em referência ao poema de Drummond] e com ela também fazer um poema sem receio de tropeçar no ridículo.⁹⁶

As categorias mobilizadas pelos críticos de arte, em sua maioria homens, constantemente se dirigiam ao caráter hierárquico do gênero e às expectativas construídas para o “feminino” e o “masculino”. Lena Castello Branco, em entrevista cedida para esta pesquisa, aponta que: “elas [as escritoras] não eram vistas, vamos dizer entre aspas, com seriedade, eram vistas como pessoas que produziam algo bonito e efêmero e que não deixaria maiores consequências, maiores marcas” e segue afirmando que em sua carreira profissional:

⁹⁵ GODOY, Maria Paula Fleury de. Nós, as mulheres. *Revista Oeste*. Goiânia, Out. 1944, p. 30. Coletânea-Revista Oeste. p. 880. (Arquivo do IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás).

⁹⁶ GODOY, Maria Paula Fleury de. Nós, as mulheres. *Revista Oeste*. Goiânia, Out. 1944, p. 30. Coletânea-Revista Oeste. p. 880. (Arquivo do IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás).

[...] as pessoas me procuravam, né, lembram crônicas de minha autoria e falavam - “você não escreve como mulher” (risos) eu achava interessantíssimo (risos) porque eu sempre escrevi como mulher, né! (diz olhando para si) só que meus pontos de vista, ou vamos dizer o meu estilo não é um estilo assim... esse estilo meloso que se costuma atribuir à literatura feminina.⁹⁷

Sobre essa afirmação, a crítica literária feminista demonstra que “em textos de mulheres a elocução fatalmente deveria revestir-se de emoção e sentimento, quando não do lirismo e da pieguice” (ELEUTÉRIO, 2005, p. 109). A noção de “feminino ideal” permeia a atuação das mulheres e o processo de exteriorização de seu intelecto. Lena, como professora universitária e autora de livros teóricos e acadêmicos, assuntos marcados como “masculinos”, destoava do que era esperado para uma “escrita de mulher”, que, em tese, deveria dizer respeito ao ambiente do lar, à maternidade e a causas da vida doméstica.

Ana Paula Cavalcanti Simioni (2008) destaca que uma obra de arte adquiria ares de competitividade quando provinha de mãos masculinas e a publicização era associada, costumeiramente, ao sujeito masculino, legitimado e reconhecido. Publicar uma obra quando se tratava de uma mulher correspondia a um processo que Norma Telles (2012) reforçou, em *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil século XIX*, como um sentimento angustiante de “desvio”, que afligia as escritoras por estarem “transgredindo seu próprio gênero”, vivenciando os riscos de: “quando profissionalizadas [...] serem tachadas de masculinas e, assim, de se verem excluídas do próprio gênero” (SIMIONI, 2008, p. 64).

Impossibilitadas de se subjetivarem fora do aparato simbólico e discursivo estabelecido pelos homens dentro do patriarcado, suas resistências são limitadas. Constantemente, era relegado para elas o lugar do “outro” do masculino, o incompleto, aquele sem identidade própria (COSTA, 2010) nesta “linguagem sexuada”, com a qual os críticos tratavam as produções, atribuindo como “femininas” a produção das mulheres, enquanto a produção dos homens era referenciada com o valor de “universais” (SIMIONI, 2008).

Rosarita Fleury iniciou seus primeiros vislumbres literários de trajetória pública por meio da Revista Oeste (1942-1944). No primeiro ano da revista, a escritora terá publicado seu poema *São João*, junto ao poema *Tocaia* do jovem escritor Bernardo Élis, ambos premiados pela Academia Goiana de Letras que, nessa época, contava com apenas quatro anos de vida. No periódico, ainda são encontradas escritoras diversas, como as já mencionadas nesta pesquisa: Nelly Alves de Almeida e Genesy de Castro e Silva.

⁹⁷ Entrevista concedida em 04/07/2019.

Dentre elas, está Nice Monteiro Daher (1915-2011), fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, oradora oficial da instituição em seus primeiros anos. Em 1943, no artigo “*Valorizemos nosso Câmbio!*”, ela faz um manifesto que evoca as mulheres goianas a saírem da apatia na qual se encontravam, no que a autora chama de “futilidades”, e desabafa: “para ser sincera comigo mesma, tenho que dizer uma verdade já conhecida de todo o mundo - a desvalorização da mulher vai se acentuando, geralmente, em cada dia que passa”⁹⁸. A escritora demonstra estar atenta às modificações legais ocorridas no que diz respeito à “questão da mulher”. Ela prossegue: “Ficamos conscientes de nós mesmas e de nossas possibilidades. Fomos incluídas na marcha da civilização. Caiu o ‘tabu’ da inferioridade da mulher que foi criada com a costela de Adão”. Acompanhando Maria Paula Fleury de Godoy, a escritora subverte esses discursos acerca da inferioridade intelectual da mulher, pontuando: “Daí a eterna lei da compensação: o que nos faltou em quantidade, sobrou-nos em qualidade [...]. A mulher está à altura de qualquer emancipação no mundo. Pode ser do Lar, e pode multiplicar-se em todos os setores onde queira exercer sua atividade”.⁹⁹

Para viabilizar os escritores goianos ávidos em publicarem seus livros, em 1944, a Academia Goiana de Letras criou a chamada “Bolsa de publicações Hugo de Carvalho Ramos”¹⁰⁰, que desde então vinha se dedicando a publicar e promover obras de escritores regionais por meio de um concurso. A Revista Oeste noticiou a organização dessa bolsa engajada e financiada por intermédio do primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges:

Bolsa de publicações “Hugo de Carvalho Ramos”.

O prefeito Venerando de Freitas instituirá um sistema de proteção às letras goianas.

A bolsa em referência irá beneficiar não tão apenas os intelectuais contemporâneos, entre os quais **há tantos moços cultos e estudiosos**. Irá ao passado buscar os originais deixados por um Americano do Brasil ou por um Joaquim Bonifácio e entrará em entendimentos com seus herdeiros a fim de trazer à publicidade os escritos que, em vida, não puderam ver impressos, por quaisquer circunstâncias.¹⁰¹

⁹⁸DAHER, Nice Monteiro. Valorizemos nosso câmbio. *Revista Oeste*. Goiânia, Set. 1943, n. 8, p. 13. Coletânea - Revista Oeste. p. 309. (Arquivo do IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás).

⁹⁹DAHER, Nice Monteiro. Valorizemos nosso câmbio. *Revista Oeste*. Goiânia, Set. 1943, n. 8, p. 13. Coletânea - Revista Oeste. p. 309. (Arquivo do IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás).

¹⁰⁰ Logo após a fundação da União Brasileira dos Escritores Seção Goiás (UBE-GO), em 1945, a gestão da bolsa fica a cargo dessa entidade. A Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos já editou mais de 100 (cem) livros até hoje. Foi por meio dela que o escritor Bernardo Élis, imortal da ABL, publicou seu 1º livro, o clássico *Ermos e Gerais*. Fonte: <https://ubegoias.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: Jun 2020.

¹⁰¹ *Bolsa de publicações “Hugo de Carvalho Ramos”*. *Revista Oeste*. Goiânia, Março de 1943, n. 5, p. 62. (Arquivo do IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás).

Novamente, o discurso revela a segregação, pois, ao evidenciar “há tantos moços cultos”, as mulheres são desconsideradas da linguagem. Esse é o impacto do gênero nos códigos culturais e sociais, que consolida sistemas de valoração e percepção de mundo, privilegiando a presença dos homens nos espaços de saberes e poderes. Lena Castello Branco, em entrevista para este trabalho, ao ser questionada sobre o número de mulheres que teriam sido agraciadas com a bolsa de publicação, responde: “eu tenho a impressão de que foram poucas, que a maioria dos agraciados foram homens”. Desde a sua fundação em 1944, a bolsa de publicações “Hugo de Carvalho Ramos” concedeu 108 bolsas, em 75 anos de concurso (1945-hoje), publicando obras de escritores como Bernardo Élis, José Godoy Garcia, Gilberto Mendonça Teles, dentre outros. A primeira mulher agraciada com o prêmio foi à escritora Regina Lacerda, que publicou seu livro *Vila Boa*, de 1957, treze anos depois da consolidação do concurso. Com uma pausa de dez anos de uma para a outra, a escritora Vera Americana será a segunda beneficiada com a publicação de seu livro *A hora maior*, em 1968.

O total de mulheres beneficiadas foi de apenas 17 (dezessete), sendo 20 (vinte) bolsas somente, um número irrisório das 108 bolsas distribuídas, contando que a escritora Yêda Schmaltz foi a única a receber o prêmio mais de uma vez.¹⁰² Esses dados nos revelam que, a partir da década de 1970, haverá o estímulo à publicação e o aumento da concorrência de nomes femininos, pois, dessas 17 mulheres contempladas, encontramos 15 desses nomes somente a partir de 1970¹⁰³. Nos primeiros anos do concurso, entre a década de 1940 até a de 1970, apenas 2 (duas) mulheres ganharam visibilidade: as já citadas Regina Lacerda e Vera Americana.

Conforme exposto, proliferam os nomes de mulheres escrevendo nos jornais, conscientizando-se de suas habilidades e expondo seus anseios. Ainda assim, as barreiras são inúmeras e os números expostos sobre a “Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos” apontam para os privilégios com os quais os homens gozavam no momento da autoria e

¹⁰² Estes dados foram concedidos para a pesquisa pela UBE-GO (União Brasileira de Escritores- Seção Goiás).

¹⁰³ Regina Lacerda – 1957 - “Vila Boa”. Vera Americana – 1968 - “A Hora Maior”. (A partir de 1970, as mulheres ganham maior visibilidade). Yêda Schmaltz – 1972 - “Secreta Ária” Maria Helena Chein – 1974 - “Do Olhar e do Querer” (Em 30 anos de prêmio apenas 4 mulheres foram contempladas). Yêda Schmaltz – 1975 - “O Peixenauta”. Marietta Telles Machado - 1977 “Narrativas do Quotidiano”. Gilka Bessa – 1978 - “Feminino Plural”. Maria Abadia Silva – 1980 - “Espaços”. Yêda Schmaltz – 1985 - “Ati Athis”. Ilda Gomes Dutra – 1986 - “Estranhos na Noite”. Luiza Rodrigues da Silva – 1991 - “Os Filhos da Blusa Azul”. Dell Meirelles – 1994 - “O mercador de Espelhos”. Yêda Schmaltz – 1995 - “Ecos”. Maria Dalva Junqueira Guimarães – 2001 - “Nas Asas de Icaro”. Alcione Guimarães – 2009 - “Trama da Luz”. Alice Espíndola Cardoso – 2009 - “Sob a Cromática da Luz”. Maria Luísa Ribeiro – 2010 - “Mergulho nos Poros”. Márcia Maranhão De Conti – 2013 - “Na Fissura do Vestido”. Thaise Monteiro da Silva Melo – 2016 - “Equinócio”. Sônia Elizabeth Nascimento Costa – 2017 - “A Lírica manhã que chega”.

publicação de livros. É possível observar que as mulheres enfrentam barreiras estruturais no exercício de sua intelectualidade, e as ausências precisam ser desnaturalizadas.

Dando sequência à trajetória e experiência intelectual de Rosarita Fleury, esta se casa em 1942, completados os seus 29 anos de idade, com Jerônimo Augusto Curado Fleury, engenheiro na Estrada de Ferro de Goiás. A família passou quase um ano no Rio de Janeiro e, após o retorno em 1943, fixam moradia na região de Araguari, em Goiás. Em 1944, a escritora viverá a sua maternidade, que a tomou por completo. Ela descreve, em entrevista, como teve de abandonar a recente vida pública, que conquistara gradativamente como escritora, a princípio nos jornais locais, e iniciar sua vida de “mulher casada e mãe”, pontuando que: “[...] com duas crianças pequenas, meu tempo para escrever era pouco”.

Logo após esse dia [dia 5 de julho de 1942 formação da Revista Oeste] fiquei noiva de meu primo engenheiro Jerônimo Augusto Curado Fleury. O tempo de brincadeiras havia terminado. Agora era a vida séria de responsabilidade. Passei a cuidar do enxoval e preparar-me para o casamento. Foi um período em que nada produzi literariamente. Em março de 1943 casei-me, tendo partido de mudança, nesse mesmo dia, para o Rio de Janeiro [...] Com duas crianças pequenas, meu tempo para escrever era pouco.¹⁰⁴

Ao refletir sobre as estratégias que essas mulheres utilizaram para se manterem ativas na escrita, Maria Elizabeth afirma que sua mãe mantinha vários cadernos de anotações, que conciliava entre o exercício da maternidade e o sonho de ser escritora. São os rememorados “cadernos goiabada”, conforme descrevia a escritora Lygia Fagundes Telles, onde os devaneios, ideais, passatempos e reflexões diárias eram marcados pelas mulheres em seus momentos de ócio.

À noite, depois de deitar as crianças, enquanto o esposo sentado no sofá do escritório lia o jornal do dia ou, diante de sua prancheta, desenhava e fazia intermináveis cálculos, minha mãe sentava-se ao seu lado, diante da mesinha da máquina de escrever. As histórias e as palavras surgiam em sua mente aos borbotões e, com facilidade, eram rapidamente datilografadas, graças a sua agilidade e prática em escrever à máquina que trazia da mocidade. Em poucas horas escrevia mais de 10 páginas, ritmo que considerava bom em casa de noite. (TEIXEIRA, 2014, p. 270-271).

O trecho acima corresponde, ainda, a uma narrativa idealizada e projetada por Maria Elizabeth Fleury Teixeira acerca de sua mãe, de forma que, mesmo que tenha sido ou não

¹⁰⁴ FLEURY, Rosarita. Depoimento. *Memórias Goianienses*. vol. I. Goiânia: SUDECO, 1986. p. 180.

dessa forma como ocorria o processo de escrita de Rosarita Fleury, não se pode deixar de pontuar que foram memórias romanceadas e (re) significadas por sua filha para figurar na biografia publicada. Dito isso, sobre os movimentos de escrita dessas mulheres, o simples fato de escrever as inscreve na história: “E se inscrevendo na história ela altera sua política, exige passagem por espaços onde antes não tinha sua agência reconhecida” (BRITO; PRADO, 2018, p. 204).

Porém, mesmo que Rosarita Fleury seja descrita como segura e autônoma na biografia, sua filha deixa escapar que: “[...] à apreciação do esposo, sua opinião seria o termômetro se deveria ou não continuar” (TEIXEIRA, 2015, p. 271). Essa situação nos remete ao que Norma Telles pontua em *Encantações* (2012):

Antes de conseguir escrever é preciso encontrar uma auto definição, que precede qualquer ato de criação e no caso das escritoras, ou das mulheres em geral, se tornava difícil, pois ao se contemplarem no espelho, o que viam eram imagens-máscaras que os textos dos homens desenharam para elas. (TELLES, 2012, p. 32).

Rosarita Fleury, de acordo com Maria Elizabeth, após readaptar-se à rotina de vida no exercer de sua maternidade, retoma o trabalho e o estudo. Já em Goiânia, exerceu o cargo de Secretária do Ginásio do Instituto de Educação de Goiás, antigo IEG, enquanto conciliava a escrita de crônicas nos diversos jornais como *O Popular* e o *Folha de Goiás*. A visibilidade de suas crônicas lhe possibilita retomar da pena as suas ideias deixadas de lado por muitos anos e, em 1957, finaliza o livro que lhe concederá o *Prêmio Júlia Lopes de Almeida*, pela Academia Brasileira de Letras, em 1959, chamado *Elos da Mesma Corrente*. Maria do Rosário Fleury teve o primeiro romance goiano premiado e reconhecido pela ABL. Isso impactou a sociedade da época e trouxe inspiração para inúmeras mulheres que se viam representadas na literatura e aspirações da escritora, afirma Débora de Faria Maia (2018), ao destacar a existência de “[...] um campo fértil, de grandes artistas, não só na literatura, mas também nas artes em geral” (MAIA, 2018, p. 70).

Figura 06 – Capa do livro “Elos da Mesma Corrente” de 1959



Fonte: TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 303.

Sobre o livro, Débora de Faria Maia (2018) destaca que a narrativa apresenta questões em que: “[...] a autora expõem suas opiniões, a exemplo os medos e temores em relação ao casamento, e como são doutrinadas [as mulheres] a reprimir suas vontades, em tornarem-se mães muito cedo, e donas de casa” (MAIA, 2018, p. 67). Dinorah Pacca (1909-1971)¹⁰⁵, conhecida e conterrânea de Rosarita Fleury, na época se pronunciou como dona de uma “entusiasta admiração” por ela:

D. Maria do Rosário Fleury, eis o seu verdadeiro nome. Nunca tive o prazer de conhecê-la pessoalmente. Dela apenas sei que é a digníssima consorte do ilustre engenheiro Jerônimo Augusto Curado Fleury, ambos “elos da mesma corrente”, formada por distinta e tradicional família goiana. Tive, contudo várias oportunidades de apreciar a sua fina sensibilidade artística e o seu delicado estilo de consumada poetisa, através dos belos versos publicados em jornais e revistas ou citados por pessoas de sua amizade.¹⁰⁶

Dinorah Pacca, anos mais tarde, iria ser convidada para compor o quadro de fundadoras da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás pelas mãos de Rosarita Fleury, o que demonstra que essa admiração tornou-se uma amizade. Rosarita Fleury foi recebida

¹⁰⁵ Patrona e primeira titular da Cadeira n.º 9. Filha de Álvaro Sérgio Pacca e Hilda Hecksher Pacca, estudou o primário e o secundário no Rio de Janeiro e depois se mudou para Araguari-MG. Ainda jovem, mudou-se para Silvânia, interior de Goiás, onde seu pai era engenheiro da Estrada de Ferro. Escreveu para jornais de Goiás e do Triângulo Mineiro. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

¹⁰⁶ PACCA, Dinorah. *Gazeta do Triângulo*. 04/02/1959. (Arquivo da AFLAG- Memorial Rosarita Fleury - Fragmentos).

pela sociedade goiana dos anos 1950 com bons olhos: seu romance *Elos da Mesma Corrente* chegou às mãos de figuras como Zoroastro Artiaga e Pedro Ludovico Teixeira. Zoroastro Artiaga, presidente da Academia Goiana de Letras, em 1959, na época, ressaltou que os pendores domésticos são “característicos das mulheres” e “motivos de sua reclusão no Lar”, porém isso não havia ocorrido com Rosarita Fleury e afirma que a escritora havia “transgredido” a barreira:

Em Goiás, as jovens com pendores artísticos e literários não encontram apoio para suas iniciativas, e geralmente depois do casamento as beletistas desaparecem do meio cultural, para dedicarem-se exclusivamente, aos deveres do lar. Com a Dona Rosarita Fleury não aconteceu assim.¹⁰⁷

A escrita sempre fez parte da vida das mulheres, pois o ato de escrever em si é uma prática domiciliar e representa as primeiras conquistas femininas no campo da subjetividade (PERROT, 1998). Segundo Virgínia Woolf: “Uma mulher poderia escrever cartas enquanto passava o tempo à cabeceira do pai doente. Poderia escrevê-las perto da lareira enquanto os homens conversavam, sem incomodá-los” (WOOLF, 2014, p. 47), contudo, escrever um romance é desafiador, pois, “se uma mulher escrevia, tinha que escrever na sala de estar, com todos os demais”, atravessada pelas interrupções, de forma que o “pendão” inicial era a poesia, um gênero mais fácil e acessível pela falta de um espaço que lhe possibilitasse a reclusão e o devaneio necessários à criação. A autora completa:

O livro precisa, de alguma forma, ser adaptado ao corpo, e a esmo alguém poderia dizer que os livros escritos por mulheres deveriam ser mais curtos, mais concentrados do que os escritos por homens, e estruturados de forma tal que elas não precisem de muitas horas de trabalho constante e ininterrupto. Porque sempre haverá interrupções. (WOOLF, 2014, p. 56).

De acordo com Norma Telles (1992, p. 45), em *Autor + a*: “[...] poeta, afirma o dicionário, deriva do grego: ‘aquele que faz’; poetisa, na mesma fonte, é mulher que faz poesia, algo menor, até pejorativo. Na verdade autora não é feminino de autor nem linguística, nem literária, nem culturalmente”. Entre a poesia e o romance em prosa havia uma hierarquia constituída por conta do envolvimento e da abstração necessários; a poesia era compreendida como um reduto de “transbordamento de mágoas e desapontamentos” (AIRES, 1996). O ato criador não pertencia ao “feminino”, de modo que, muito recentemente, o gênero literário *romance* foi trilhado pelas mulheres à medida que a visibilidade da sua produção intelectual,

¹⁰⁷ARTIAGA, Zoroastro. *Folha de Goiaz*. 1959. (Arquivo da AFLAG- Memorial Rosarita Fleury. Fragmentos).

em outros suportes como os jornais e folhetins, lhes transmitia segurança.¹⁰⁸ Os romances também rendiam mais aos editores dos livros.

Ao ser entrevistada por Maria Helena Chein, anos depois da premiação em 1970, a escritora responde como se sentiu com o reconhecimento dado pelo prêmio em 1959: “[...] certa supressa com grande dose de alegria. Especialmente por sentir maior segurança quanto ao meu modo de escrever”.¹⁰⁹ Na época da premiação em 1959, a aparente denúncia acerca de uma “invisibilidade feminina” emergia, gerando pressão para que Zoroastro Artiaga justificasse o motivo da Academia Goiana de Letras não ter promovido concursos que poderiam premiar obras como a de Rosarita Fleury, na década de 1950. A justificativa foi a “falta de registros” e “vida legal” que a AGL ainda não dispunha:

Na AGL distribuimos prêmios a vários escritores, em 1957, e não podemos realizar o concurso em 1958 porque descobrimos que a AGL não tinha registro e estávamos lutando, ainda, para dar-lhe vida legal, a fim de realizar novos concursos [...]. Por isso estamos tentando revogar a medida regionalista que criou os prêmios da AGL para dar acesso aos demais. Também abrimos possibilidades nos quadros da AGL com a reforma dos seus Estatutos. Quando tudo estiver em forma, encontraremos o meio de continuar as nossas atividades ajudando e incentivando a cultura espiritual de Goiás e valorizando os nossos beletristas que somente ficam popularizados depois que conseguem sucesso no Rio de Janeiro. Recomendar um romance como o *Elos da Mesma Corrente*, é dever de todos os escritores que amam de fato o nosso Estado e não procuram procurar lacunas e defeitos em livros.¹¹⁰

Maria Elizabeth Fleury Teixeira concedeu uma entrevista para este trabalho, na qual ressalta que a ideia de formar uma instituição de mulheres surgiu no momento em que Rosarita Fleury desejava maior visibilidade e, segundo a filha: “[...] ela gostava de trabalhar ela não se realizava somente com as prendas domésticas em casa e educando filho, então ela queria mais para a pessoa dela e queria produzir mais literatura também”.¹¹¹ O livro de Rosarita Fleury foi publicado com o selo das *Oficinas Gráficas da Estrada de Ferro Goiás*

¹⁰⁸ “No século XX, há uma evolução nos romances escritos por mulheres, uma maior preocupação com a estética da escrita e não apenas o transbordamento de mágoas e desapontamentos. Há também uma abrangência maior de assuntos, e as mulheres se aventuram em campos tidos como masculinos, tais como a pesquisa científica, a antropologia, a política” (AIRES, 1996. p. 28).

¹⁰⁹ FLEURY, Maria do Rosário. Entrevista realizada por Maria Helena Chein. *Folha de Goiás*. Coluna: Literatura. Goiânia, 1970. (Arquivo da AFLAG- Memorial de Rosarita Fleury. Recorte).

¹¹⁰ ARTIAGA, Zoroastro. *Folha de Goiás*. 1959. (Arquivo da AFLAG- Memorial Rosarita Fleury. Fragmentos).

¹¹¹ Entrevista concedida em 05/08/2019. Entrevistada: Maria Elizabeth Fleury Teixeira. Titular da Cadeira n.º 21 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Presidente dos anos de 2013-2016 e 2019-2021. Filha de Rosarita Fleury.

¹¹², após inúmeras dificuldades envolvendo editoras e defeitos de impressão ¹¹³ e lançado em 1958, no *Bazar Oió*, espaço frequentado pela elite intelectual goiana da época onde ocorriam saraus, lançamento de livros e diálogos.

Fundado em 1952, por Olavo Tormim, o *Bazar Oió* foi marcado como o centro da intelectualidade da época. Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo (2002) descreve que os lançamentos de livros eram divulgados pelo jornal próprio desse espaço público de leitura, *Jornal Oió*, e contava com a presença de vários intelectuais, políticos, estudantes e convidados especiais. A pesquisadora também destaca que mulheres como Maria Paula Fleury de Godoy lançaram livros nesse espaço, e mulheres de camadas mais populares também o frequentavam da forma como podiam, lendo os livros “aos pedaços”. O Bazar Oió encerrou suas atividades com o advento da Ditadura Militar, em 1964.

O livro de Rosarita Fleury chegou às mãos de uma cunhada que residia no Rio de Janeiro, dessa maneira, esta viu a possibilidade de inscrevê-lo no único concurso no qual as mulheres poderiam participar, chamado *Prêmio Júlia Lopes de Almeida*, ¹¹⁴ fornecido pela Academia Brasileira de Letras às prosas românticas femininas. Ela teria inscrito o livro sem a permissão de Rosarita. Maria Elizabeth nos relata o que significou esse reconhecimento para sua mãe:

¹¹² No Brasil, havia as livrarias e editoras como a Guarnier, no Rio de Janeiro, e Gerraux e Hildebrand, em São Paulo, que foram as principais editoras dentre 1900 a 1910 (BROCA, 2005). Logo mais, durante os anos 1920 e 1930, surgem a Editora Civilização Brasileira, José Olympio, Companhia Brasil Editorial, dentre outras. Os livros eram publicados segundo padrões de legitimidade dominantes, ou seja, há uma preferência por obras de autores masculinos e a publicação delas é quase unânime nesse período. Segundo Sergio Miceli, há uma desigualdade regional em relação ao incipiente mercado editorial que surgia no Brasil. Grande parte das editoras concentrava-se no Centro-Sul do país. “Em 1937 os estados de Minas Gerais, São Paulo e a então capital do país (Rio de Janeiro) detêm de 59% das gráficas, sendo que o estado de São Paulo dispõe sozinho de 32%. Pode-se observar uma tendência semelhante no setor editorial, sendo que três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) reúnem 61% das editoras” (MICELI, 2001, p. 151). Dessa forma, Goiás recebia o incentivo da bolsa de publicações “Hugo Carvalho Ramos”, a partir de 1940, e de forma incipiente desenvolve seu mercado editorial, que perdia em proporção e dificuldades.

¹¹³ “A luta para editá-lo foi enorme. No início da década de 50 as gráficas eram pobres de recursos técnicos e humanos. Era um vai-e-vem de capítulos para corrigir, levando minha mãe, muitas vezes, ao desespero, já que o capítulo corrigido geralmente voltava da gráfica com maior número de erros”. (TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Revista da AFLAG*. 1993-1997, p. 109).

¹¹⁴ De acordo com o levantamento feito pela Socióloga Marcela Asmar Fanini, em seu estudo acerca da Academia Brasileira de Letras, foram contempladas as seguintes escritoras: em 1954: Ondina Ferreira com a obra “Medo”, em 1955: Zilah Corrêa de Araújo com a obra “A loja de ilusões”, em 1957: Heloneida Studart com a obra “Diz-me teu nome!”, em 1959: Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury), com a obra “Elos da mesma corrente”, em 1960: Stella Leonardos com a obra “Estátua de Sal” e Maria Eugênia Porto Oliveira Ribeiro, com “A sensitiva”, em 1961: Berenice Grieco com a obra “Caliban” e Stela Tostes com “Paixão de mulata”, em 1962: Maria Cibeira Perpétuo com a obra “E continuamos a viver...”, em 1963: Maria Silveira Nunes Galvão com “Um ensaio de vida” e Cecília Bezerra de Rezende com “O mundo cresceu quando o meu filho nasceu”, por fim, em 1964, Elza Heloísa com “Pé de moleque” e Maria Ramos com “Banhado em flor” (FANINI, 2009, p. 334).

[...] essa cunhada gostou tanto da leitura do livro que resolveu fazer uma surpresa que não era uma surpresa, escreveu sem o consentimento de Rosarita para participar do concurso que era o único concurso que uma mulher poderia apresentar livro [...] que é o prêmio Júlia Lopes de Almeida [...] isso mesmo, direcionado para somente receber mulheres nesse prêmio, e essa cunhada de minha mãe inscreveu o livro e depois de inscrito ela mandou o comprovante da inscrição falando assim ((voz chorosa)) “não brigue comigo, mas eu fiz uma arte, inscrevi, gostei tanto do seu livro que o inscrevi na Academia Brasileira de Letras para participar de um concurso” e minha mãe assustou na hora, mas não acreditou que o livro dela, o primeiro livro fosse ((chora)) premiado, como foi, e ela se emocionou muito na época, e eu também ((sorri)).¹¹⁵

Essa “arte” feita pela cunhada, ao inscrever o livro de Rosarita Fleury, fez com que ela levasse o prêmio em 1959 para Goiás, e esse reconhecimento foi registrado e publicado nos jornais goianos e cariocas. Ele foi entregue pelas mãos do então presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo Athayde, que se mostrará, incisivamente, contrário ao ingresso das mulheres na academia.

Academia deu prêmio à Goiana.

A Academia Brasileira de Letras decidiu ontem conferir o prêmio Júlia Lopes Almeida à autora do “Elos da Mesma Corrente”, Rosarita Fleury. A romancista, desconhecida até então, reside em Goiânia, e sua escolha foi bem recebida pela colônia goiana residente no Rio, pois é a primeira vez que uma escritora daquele Estado é laureada pela Acadêmia.¹¹⁶

Figura 07 – Escritora Maria do Rosário Fleury recebendo o prêmio Júlia Lopes de Almeida, no Rio de Janeiro, em 1959



Fonte: O jornal “Terça Feira”, 30/06/1959. Segunda Seção. Por: Valdemir Cavalcanti. (Arquivo da AFLAG-Memorial Rosarita Fleury).

¹¹⁵Entrevista concedida em 05/08/2019.

¹¹⁶Diário Carioca. 04/06/1959. (Arquivo da AFLAG- Memorial Rosarita Fleury. Fragmentos).

O reconhecimento da escritora, em decorrência dessa premiação, fez com que seu nome fosse elevado para figurar nos quadros da Academia Goiana de Letras entre os intelectuais homens. Nessa época, além de escritora, Rosarita Fleury era diretora do Departamento de Cultura do Município de Goiânia e fazia parte do corpo administrativo do Instituto de Educação de Goiás (IEG), no qual atuou ao lado das professoras Nelly Alves de Almeida e Ana Braga Machado Gontijo, que seriam suas maiores auxiliadoras na formação da AFLAG anos depois.

Sobre a premiação, de acordo com Maria Elizabeth: “[fora] aquela a primeira obra de um goiano premiada pela Academia Brasileira de Letras, dando-lhe a certeza de que seu trabalho agrada à elite cultural do País”¹¹⁷. O mérito literário de Rosarita Fleury fazia jus aos estatutos de uma instituição literária, algo que legitimava sua candidatura e a possibilidade de concorrer a uma cadeira.

[...] foi publicado em jornal “primeira escritora, escritor goiano que é visto com bons olhos a sua literatura”, a literatura feita em Goiás muitos lá não acreditava que Goiás tinha gente capaz de escrever livros, mas já havia vários escritores goianos que escreviam, então, ela foi a primeira escritora em produzir um romance e coincidentemente foi premiado, então os amigos de minha mãe que pertenciam a Academia Goiana de Letras nessa época falaram “você merece entrar na academia”, e ficou aquele boato, crônicas saíram no jornal falando que ela podia se candidatar a uma cadeira na academia mas o presidente na época levantou a questão do estatuto, o estatuto da Academia Goiana de Letras não permite mulheres [...].¹¹⁸

A Academia Goiana de Letras já havia premiado Rosarita Fleury pelo poema *São João*, em 1940, em conjunto com o poema *Tocaia*, de Bernardo Élis, e o poema *Goiânia*, em 1942, este último publicado na *Revista Oeste*. Contudo, premiar as mulheres não é reconhecer-lhes como “imortais” e conferir a elas a institucionalidade através do pertencimento em uma instituição. Essa prática de premiações ocorria com a Academia Brasileira de Letras e ocorreu durante os 10 anos da existência do *Prêmio Júlia Lopes de Almeida* (1954 a 1964), porém, nenhuma dessas mulheres de “reconhecido mérito” pôde fazer parte da instituição oficialmente (FANINI, 2009).

No ano da premiação do livro de Rosarita Fleury, em 1959, o intelectual, primo e amigo da escritora, Juruena Di Guimarães, “apadrinhou” o lançamento de seu nome para oficializar o seu pedido de inscrição na Academia Goiana de Letras. De modo contestador,

¹¹⁷TEIXEIRA. Maria Elizabeth Fleury. Discurso de posse de Maria Elizabeth Fleury Teixeira. *Revista AFLAG*. Goiânia, 1993-1997, p. 109. (Biblioteca da AFLAG).

¹¹⁸Entrevista concedida em 05/08/2019.

provocativo e irônico ele chegou a fazer referência ao fato de que Zoroastro Artiaga, presidente da instituição, não havia sido premiado em nenhum momento com a “Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos” ou pela Academia Brasileira, porém teria como “consolo” o fato de fazer parte da Academia Goiana de Letras. Esse comentário foi acompanhado de sua crítica ao descrever como o “*Flo Santorum*” dos intelectuais goianos estava sendo negligente ao mérito da escritora, colocando a seguinte questão: “então, a cultura, a inteligência, tão altas manifestações do espírito, têm sexo?”:

Zoroastro, que não teve a satisfação de ver duas obras suas aprovadas pela única “Bolsa de Publicações” existente no Estado, tem, ao menos, por consolo, o galardão de pertencer a Academia Goiana de Letras, instituição quase simbólica, mas que, de qualquer forma, existindo realmente ou não, é um Colégio Cultural onde se diplomam os valores de nossas letras. Rosarita deu o seu primeiro passo, agora, no tapete mágico do Pensamento com a publicação do seu livro, vitorioso do prêmio Júlia Lopes de Almeida conferido pela Academia Brasileira de Letras, “Elos da Mesma Corrente”, obra tão discutida quanto apreciada, credencia a autora a penetrar o “*Flo Santorum*” dos nossos imortais. E para propor, sugerir, lembrar a entrada dessa brilhante intelectual Goiana para a Academia Goiana de Letras, vaga do Imortal Cordolino Azevedo, que estou a escrever esta crônica. Ninguém melhor do que ela para representar a mulher Goiana no “*Petit Trianon*” cá de casa. Já estou a ouvir algum boboca a reclamar: “Mulher na Academia de Letras? Dá certo não!” Oh, animal besta; então, a cultura, a inteligência, tão altas manifestações do espírito, têm sexo?¹¹⁹

Esse manifesto chegou aos ouvidos de Zoroastro Artiaga, que seguindo o princípio dos estatutos e interpretando-os de acordo com o estabelecido, nos quais “cidadãos brasileiros” e/ou “escritores” se referiam apenas aos homens, bem como os intelectuais da ABL o fazem, recorreu à situação “inevitável” de que não se aceitam mulheres por conta dos regulamentos internos da instituição, por mais que a escritora merecesse, aquela instituição “não inclui senhora em seus quadros”. Ele assim respondeu:

Venho agradecer ao nobre amigo as palavras generosas a meu respeito, contidas em sua crônica, em que apresenta D. Rosarita para fazer parte da AGL, e ao ensejo da homenagem que a Assembleia Legislativa nos fez no dia 10 do corrente. Foi magnífica a sua ideia e ela bem merece a consagrada sugerida, devido a suas atividades culturais, desde o principio de Goiânia, quando muito nos ajudou na revista “Oeste”, com a sua preciosa colaboração. Acontece que a AGL não inclui senhora em seus quadros, e seria preciso mais dois anos para uma reforma dos Estatutos, de vez que, desde o início da minha fracassada gestão estão lutando pela publicação dos

¹¹⁹DI GUIMARÃES. Juruena. Rosarita Para a Academia Goiana de Letras. *O Popular*. Goiânia. Coluna “De Binóculo”. 12/09/1959. (Arquivo Histórico do Estado de Goiás – Praça Cívica).

Estatutos, agora, reformados, e com maior liberalidade. Foram-se os meus dois anos sem conseguir uma única reunião, fazer uma única festa ou lavras uma só ata!¹²⁰

Diante da proposta de entrada da escritora, o então presidente da Academia Goiana de Letras relembra da proposta de enquadrar Juruena Di Guimarães entre os intelectuais, apontando que, quando houvesse momento de maior estabilidade da AGL, até poderia ter maior “liberalidade” em seus estatutos. Porém, o assunto da prosa desvia-se para a suposta entrada de mais um homem. Zoroastro Artiaga, ao defender a entrada de Juruena Di Guimarães, escreve que a falta de publicação de livros por parte do mesmo não seria “a razão para sua recusa”, e mais adiante pontua ser ele um sujeito que “ninguém supera no meio intelectual goiano”, e todos o reconheciam.

Quem está apresentado para a vaga do marechal Pedro Cordonlino de Azevedo é o ilustre amigo, que, desde moço, sem nenhuma interrupção, vem brilhando no mundo cultural goiano, embora não tenha livro impresso, mas, dos imortais admitidos na AGL, poucos publicaram livros, e não seria essa a razão para sua recusa. Há outros candidatos e pretendentes, mas, sabemos que muito tem a alergia ao trabalho sem salário já tenho falado com diversos acadêmicos a seu respeito, e um dia Helí Mesquita assistiu à minha comunicação verbal, de que eu iria apresentar o seu ilustre nome para substituir o grande conterrâneo, que tanto como nós outros, amou a sua terra natal. Não terei dúvidas quanto à sua admissão, porque no meio intelectual goiano, ninguém o supera, e todos os acadêmicos são acordes em reconhecer os seus méritos. Logo que a AGL esteja funcionando, apresentarei, com outras assinaturas, conforme os Estatutos em vigor, a proposta da sua entrada. Se for feliz, disputarei a honra de ser o seu apresentante, porque além dos seus méritos próprios, representa uma tradição, uma plêiade de goianos ilustres que serão homenageados, também, ao ensejo do seu ingresso. Será esse um grande dia, porque, além da satisfação de um dever, entrará um elemento trabalhador para a AGL.¹²¹

O discurso de Zoroastro Artiaga reforça as regras inerentes ao cânone e ao *campo intelectual* goiano, profundamente masculino, em que o mérito literário da escritora Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury) para compor essa instituição foi insignificante. A sua premiação não foi suficiente para promover uma alteração nos estatutos da Academia Goiana de Letras, demonstrando a potência da lógica do patriarcado, que (re) configura constantemente os lugares que enaltecem e privilegiam o “masculino”.

¹²⁰ARTIAGA, Zoroastro. Escreve-me um Imortal. Carta em resposta publicada na Coluna “De Binóculo”. *O Popular*. Goiânia, Set. 1959. (Arquivo da AFLAG - Memorial Rosarita Fleury. Fragmentos).

¹²¹ARTIAGA, Zoroastro. Escreve-me um Imortal. Carta em resposta publicada na Coluna “De Binóculo”. *O Popular*. Goiânia, Set. 1959. (Arquivo da AFLAG - Memorial de Rosarita Fleury. Fragmentos).

Na época, em 1959, Rosarita Fleury escreveu a Juruena Di Guimarães, em tom irônico, uma resposta ao veto de Zoroastro Artiaga ao lançamento de seu nome para a candidatura de uma cadeira na instituição. Ela reforça os “aborrecimentos” que as mulheres “mortais” causariam aos homens e conclui: “que diríamos, então, uma Maria Imortal?”.

[...] há nos Estatutos daquela Casa, um certo artigo que veda nós do sexo fraco, o ingresso à Imortalidade. Pensando logo, estão certos. Se com toda a carga de mortalidade que Deus nos legou há humildes marias por aí, causando rosários de aborrecimentos, que diríamos, então, de uma Maria Imortal? Não, Juruena. Seria causa de dar dor de cabeça.¹²²

Fazendo trocadilhos com seu nome, colocando-se no plural ao frisar que “essas marias” causam “rosários de aborrecimentos”, fazendo referência a mulheres impelidas à obscuridade, a escritora fez alusão tanto a si própria, à sua indignação e frustração, quanto às demais que lutam para ter o reconhecimento. De acordo com Michel Foucault (1996), em *A ordem do discurso*, as interdições delimitam o que pode ser dito, em qual circunstância e por quem. As interdições são sustentadas e perpetuadas por instituições imersas em “jogos de poder”, porém não se manifestam da mesma forma ou com as mesmas intenções. Quando se dialoga com o *campo intelectual* é possível concluir que a intelectualidade foi associada ao sujeito masculino. Dessa maneira constituíram-se espaços que “possuem normas que permitem autorizar ou não determinadas formas do saber”, segundo Natalia Pietra Mendéz (2018), em seu diálogo com Pierre Bourdieu, para o qual: “Elas [as formas de saber] também são resultados destas relações de força, capazes de oferecer resistências, deslocamentos” (MÉNDEZ, 2018, p. 151).

Os discursos de gênero, de acordo com Joan Scott (1995), foram fator preponderante na organização da diferença sexual na sociedade. A produção de espaços sexuados fomenta práticas sexistas que se estenderam para a avaliação das obras escritas pelas mulheres, que tiveram como efeito a formação desses *campos intelectuais* e artísticos como, profundamente, masculinos. São práticas muitas vezes implícitas, mas que se fazem presentes nas relações sociais, como no caso de Lena Castello Branco, exposto acima, em que lhe diziam que não escrevia como uma mulher ao ler seus textos técnicos. Pareciam que estava lembrando-lhe do seu “lugar”, como se o “feminino” não fosse inteligível no espaço acadêmico e circunscrito apenas no lar. Um trabalho “técnico” ou “teórico” gerava uma expectativa no público de que fosse escrito por uma figura masculina.

¹²²FLEURY, Rosarita. Carta “Elos de uma grande amizade”. *O Popular*. Goiânia. Resposta Publicada na Coluna “De Binóculo”. 22/09/1959. (Arquivo da AFLAG- Memorial de Rosarita Fleury. Fragmentos).

Um exemplo do quanto essas expectativas diferenciadas em consideração ao sexo do escritor estão presentes nos julgamentos dos críticos, a escritora Rachel de Queiroz, que em 1930 escreve o livro *O Quinze*, fez com que levantassem dúvidas acerca de quem teria produzido o livro. Segundo Constância Lima Duarte (2003), o escritor Graciliano Ramos havia publicado a seguinte nota sobre o livro:

O quinze caiu de repente ali por meados de 1930 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com esse nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.

Depois conheci *João Miguel* e conheci Raquel de Queirós, mas ficou-me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever *João Miguel* e *O quinze* não me parecia natural.¹²³

Essa perspectiva de “campo”, de acordo com Pierre Bourdieu, em *Os usos Sociais da Ciência* (2004), auxilia a pensar tais espaços institucionalizados do saber como em “permanentes disputas” que “obedecem a leis sociais mais ou menos específicas”, que reproduzem as relações de poder e dominação. Estes campos: artístico, jurídico, literário ou científico não são por completo autônomos e sofrem com as demandas externas. Ao almejamem esses espaços, as mulheres promovem inúmeros deslocamentos e ressignificam à imagem do intelectual, atrelada apenas à figura do homem, bem como a “autoridade de se dizer escritor” (BOURDIEU, 1996), situando-se como agentes ativos dentro dessas relações.

O veto à candidatura de Rosarita Fleury, conforme sua filha relata em entrevista, deixou-a decepcionada: “[...] mãe ficou decepcionada, ficou muito decepcionada” e, logo naquele momento em 1959, surgia-lhe a ideia de fundar uma instituição feminina de letras por intermédio de seu pai, Heitor Moraes Fleury, que teria sugerido a ideia. Contudo, a mesma não se achava “digna” de levar adiante esse projeto e foram necessários mais de dez anos para que se consolidasse.

[...] mas o meu avô que é o pai dela Heitor Moraes Fleury falou “não fique decepcionada, monte uma academia, funde uma academia só de mulheres, já que a academia goiana é masculina, faça uma feminina, as mulheres também sabe escrever elas tem a sua literatura própria, monte, faça a Academia

¹²³ RAMOS, Graciliano. Linhas tortas. 1980 p. 137. In: DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, 2003, p. 164.

Feminina de Letras”, aí ela achou a ideia ótima, mas não achou a altura de fazer a Academia de Letras.¹²⁴

Da segurança sentida pela visibilidade através do prêmio à interdição de sua entrada na instituição, deixou-lhe o sentimento de “não ser digna” e a frustração que tomou a forma consciente de uma “injustiça” anos mais tarde. A Academia Goiana de Letras é o reflexo do *campo intelectual* e suas regras de consolidação, inclusão e exclusão que permeia a sociedade brasileira. O livro de Rosarita Fleury receberia uma segunda edição, sendo reimpresso em 1963 e igualmente lançado no *Bazar Oió*.

Figura 08 – Lançamento da segunda edição de “Elos da Mesma Corrente” no Bazar Oió no ano de 1963 em Goiânia



Maria do Rosário Fleury - Rosarita Fleury (mulher de óculos). **Fonte:** TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 325.

Esses processos de exclusão resultam em “barreiras simbólicas poderosas contendo a expressão literária e artística das mulheres, ensinadas desde cedo a respeitarem suas supostas limitações” (TELLES, 2012, p. 16), mulheres cujas subjetividades são atravessadas por essas violências. Porém, as mulheres (res) existem constantemente, de acordo com Michelle Asmar Fanini (2009), que identificou as várias tentativas de entrada femininas na Academia Brasileira de Letras. Um dos destaques é Amélia Bevilácqua, que em 1930 anunciava a sua candidatura gerando consternações e inúmeros debates.

Por meio do manifesto, *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilácqua: documentos histórico-literários*, identificado por Fanini (2009) e escrito por Bevilácqua, a

¹²⁴ Entrevista concedida em 05/08/2019.

escritora demonstra o descontentamento causado ao ter sua candidatura vetada. O desejo da escritora em registrar esse descontentamento é compreendido como um movimento político, no intuito de marcar um espaço subjetivo e enunciativo. Através desse exemplo explícito de segregação, além do veto de Júlia Lopes de Almeida, como elucidado anteriormente, Michelle Asmar Fanini (2009) pôde identificar verdadeiras “ausências institucionais” em suas pesquisas, pois os nomes femininos não eram mencionados, nem para pontuar as contínuas tentativas de ingressos (e veto) femininos ao longo da história da ABL.

Segundo Fanini (2009), a máxima da exclusão feminina decorreu de uma alteração no regimento interno da ABL, em 1951, especificamente, no artigo 30 do regulamento, que passava a constar o seguinte: “Os membros efetivos serão eleitos, nas condições do art. 2º dos Estatutos, dentre os brasileiros, do **sexo masculino**, que tenham publicado, em qualquer gênero de literatura obra de reconhecido mérito, ou, fora desses gêneros, livros de valor literário” (FANINI, 2009, p. 192. grifos da autora.).

A partir de então, oficialmente, as mulheres estariam excluídas da Academia Brasileira de Letras, contudo esse regimento não as inibiu de almejavem esse espaço. Após 20 anos de silenciamento, em 1970, a escritora Dinah Silveira de Queiróz (1901-1982) lança seu nome para ocupar uma cadeira na instituição e reaviva os debates incitados por Amélia Beviláqua, em 1930, e pelo regimento interno de 1951. Sobre essa candidatura, cujo veto também ocorreu, e acerca da impossibilidade das mulheres adentrarem nessa instituição, a escritora Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury) se pronunciava constantemente acompanhando toda essa trama:

No corre-corre de minha vida diária, até mim ele chega pela voz insinuante do outro lado da linha telefônica, por cartas que recebo, por recortes de jornais que gentilmente me enviam, por visitas amigas que em minha casa aparecem e me alegram as horas. A expectativa é grande e dizem isso e mais aquilo. Há desencontros na maneira do pensar, a palestra simples, transforma-se em discussão acalorada, alteram-se os ânimos e, de repente, há um reboiço pela casa toda. [...] Nada demais. É que Dinah Silveira de Queiroz resolveu bater com os costados na Academia Brasileira de Letras. Daí todo esse tumulto. Deve ou não deve ir? Tem ou não tem esse direito? A interrogação fascinante continua e continuará, por muito tempo ainda, bailando em nossas mentes. De fato, vem de longa data a mania de subestimar a capacidade de trabalho da mulher em todo mundo. Considerada inferior ao homem, sempre soube dar a ele o melhor de sua colaboração, quando solicitada, para, depois, voltar ao triste cricri. ¹²⁵

¹²⁵ FLEURY, Rosarita. A mulher e a Academia. *Cinco de Março*. Goiânia, 10/08/1970, p. 13. (IPHBC-Arquivo).

A própria escritora experimentou na pele a segregação e reforça: “vem de longa data a mania de subestimar a capacidade de trabalho da mulher em todo mundo”. Ela demonstra estar ciente da desigualdade de gênero e o restrito valor que é dado à produção feminina, ao acompanhar de Goiás os desdobramentos que ocorriam no Rio de Janeiro. A escritora segue citando vários estabelecimentos que impedem a participação feminina ou nos quais “a mulher entra como apêndice masculino”, de forma a enfatizar que essa prática estava estruturada não só na ABL ou na AGL, mas em toda a sociedade:

Se, (como o afirma Dinah) em nossa Constituição (referente a constituição brasileira) nenhum artigo existe que proíba o ingresso de mulheres na A.B.L., nenhum artigo existe, também, proibindo a criação de Academias apenas para homens. E, nesse tipo, temos várias, sem que isso tenha dado, em tempo algum, trabalho ou dor de cabeça a ninguém. A maçonaria, por exemplo, só aceitam em seus quadros nomes masculinos. Isso, segundo dizem, porque existem lá segredos muito sérios e nós, mulheres, por infelicidade, batemos demais com a língua nos dentes. Também o Lions e Rotary, clubes bastante conhecidos e queridos, apenas aceitam homens. Segundo o que ouvi de associados desses clubes, ali a mulher entra como apêndice masculino. Os viúvos e solteiros têm seu ingresso assegurado, caso o desejem. Com as viúvas e solteiras já não sucede o mesmo. Sem o apoio masculino, não serão aceitas. Esta aí a realidade sem enfeites.¹²⁶

Maria do Rosário Fleury continuava apoiando Dinah Silveira de Queiroz e escrevia que, “uma vez que julga esse ingresso essencial à sua carreira”, as escritoras e artistas devem ter essa possibilidade assegurada para seu crescimento e reconhecimento intelectual. Austregésilo Athayde¹²⁷ estava na presidência da ABL na década de 1970, no momento em que Dinah Silveira de Queiróz lançou sua candidatura. Pelo que demonstra, ele se manifestava contrário à entrada das mulheres na instituição. No ano de 1976, através do jornal *Opinião* no Rio de Janeiro, Austregésilo Athayde manifestou sua misoginia e machismo no seguinte pronunciamento:

Geralmente me apontam e à Academia como inimigo das mulheres. Eu até gosto muito de mulher, sabe? Sexta-feira passada setenta e cinco mulheres vieram me visitar e sentaram-se em nossas cadeiras, eu até falei para elas. Mas elas não podem ser imortais, é uma questão de norma. Eu acho que,

¹²⁶FLEURY, Rosarita. A mulher e a Academia. *Cinco de Março*. Goiânia, 10/08/1970, p. 13. (IPHBC-Arquivo).

¹²⁷ Formado em Direito. “Terceiro ocupante da Cadeira 8, eleito em 09 de agosto de 1951, na sucessão de Oliveira Viana e recebido pelo Acadêmico Múcio Leão em 14 de novembro de 1951. Recebeu o Acadêmico José Lins do Rego. Presidiu a Academia Brasileira de Letras de 1959 até 1993. Austregésilo de Athayde (Belarmino Maria A. Augusto de A.), professor, jornalista, cronista, ensaísta e orador, nasceu em Caruaru, PE, em 25 de setembro de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de setembro de 1993”. Fonte: Academia Brasileira de Letras – Lista de Presidentes. Disponível em: <https://is.gd/VSYsVB>. Acesso em: fev. 2020.

mesmo que no futuro elas possam se candidatar, vai ser muito difícil entrar mulher na Academia. Não é só porque seja proibido, é que elas mesmas não têm tendências para a literatura. Veja a mulher como cientista, por exemplo – o que foi que a mulher inventou que prestasse? Ela não inventou nada, não tem capacidade, não tem inventividade criadora. As poucas mulheres que se destacaram na ciência, é porque o marido incentivou [...] ¹²⁸

A opinião de Athayde aponta que: “elas mesmas não têm tendências para a literatura”, confirmando os efeitos dos constructos de gênero nos campos do saber e na sociedade, quando a ausência das mulheres foi naturalizada. Isso é evidente ao concluir: “Mas elas não podem ser imortais, é uma questão de norma”. Essa “norma”, levando-se em conta que a afirmação de Athayde se deu em 1976, momento no qual o Brasil observava a eclosão do movimento das mulheres literatas e intelectuais na cena pública, tornava-se um argumento obsoleto. Seu posicionamento é uma violência contra as mulheres escritoras e intelectuais, pois desmerece os esforços e invisibiliza a presença feminina em todos os campos da ciência e arte, conforme esta pesquisa está evidenciando, ou seja, uma presença de longa data.

De forma irônica, Rosarita Fleury finaliza a apresentação de sua opinião lançando uma crítica à própria organização corporativista que se tornou essas instituições. Os “imortais” reúnem-se para o “chá das cinco”, preocupando-se com assuntos triviais ao invés de posicionarem-se contra as injustiças visibilizadas por essas mulheres durante décadas.

Outra coisa: muito justo que os senhores Acadêmicos desejem estar sentados nas macias e celestiais poltronas da A.B.L., para um “papinho” mais aconchegado. Afinal, acho que não é pedir muito, apenas uma vez na semana, tomar chá com bolinhos longe das saias, sejam elas mini, maxi ou mídi. É, cá ente nós, garanto como, no dia em que houver mulher lá dentro, vão logo implicar com os bolinhos e trocar nosso “Matte” tão gostoso pelo terrível “Chá Carioca”. Pois não vivemos todas querendo ser magrinhas? ¹²⁹

Após a entrada da escritora Rachel de Queiróz, no ano de 1977, momento em que haverá a primeira mulher, em quase 100 anos de invisibilidade, a fazer parte da ABL, a possibilidade de outras mulheres estarem nesse espaço tornou-se uma realidade. No ano de 1981, dez anos após a candidatura vetada de Dinah Silveira de Queiróz, a mesma conseguiu ser aceita, e Rosarita Fleury retoma seu pronunciamento manifestando a alegria de ver a escritora entre os acadêmicos imortais finalmente. Contudo, não deixava de promover a reflexão sobre esse processo de silenciamento, que durou por um século, e escreve: “Posso

¹²⁸ATHAYDE, Austregésilo. *Jornal Opinião*. Rio de Janeiro. Edição de 16 de julho de 1976. In: LAITANO, José Carlos. *História da Academia Rio-Grandense de Letras*. Porto Alegre. 2016. p. 70.

¹²⁹FLEURY, Rosarita. *A mulher e a Academia. Cinco de Março*. Goiânia, 10/08/1970, p. 13. (IPHBC-Arquivo).

falar? Posso dar minha opinião? Dizer o que me parece mais certo ou errado?” e continua: “Tudo inútil, porque um NÃO gritado bem alto e em voz grossa matava de susto o assunto [...]”¹³⁰. Não havia diálogo para as mulheres e a visibilidade, arduamente conquistada após inúmeras interdições, ainda se mantinha cercada pelos constrangimentos.

No momento do falecimento da escritora Dinah Silveira de Queiróz, em 1982, Rosarita Fleury lança o seu lamento, através do jornal *Diário da Manhã*, intitulando-o “O Silêncio da Imortal”. Ela frisa que a “imortalidade” agora pertence às mulheres presentes na ABL, sempre lembrando da “luta titânica” daquela mulher para que fossem reconhecidos os seus direitos, referindo-se a uma discriminação que se fazia “impossível de ser tolerada”.

A notícia veio seca, fria, impossível de ser pressentida, pagou-nos a todos despreparados para recebê-la. Morreria Dinah Silveira de Queiroz! Sei que ainda está na memória de todos a **luta titânica** que a escritora Dinah Silveira de Queiroz desenvolveu para que fossem reconhecidos os direitos da mulher e que ela tivesse participação ativa em todos os movimentos culturais do país, incluindo a Academia Brasileira de Letras, local, até então, destinado apenas aos senhores masculinos, o que se tornava **discriminação, impossível de ser tolerada**. Agradável à lembrança de que ela conseguiu sua entrada na aludida Academia. Deve ter tomado muitos chás em companhia dos imortais, coisa de seu agrado e agora, serenamente e realizada, repousa no mausoléu a eles destinado, no cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.¹³¹

Já dizia Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (2016): “O lugar da mulher na sociedade é estabelecido por eles [os homens]. Em nenhuma época ela impôs a sua própria lei” (BEAUVOIR, 2016, p. 113). A forma como a sociedade se constitui segue parâmetros conceituais, morais e culturais, que sujeitaram a mulher e consolidam uma condição de subalternidade (RAGO, 2001). As instituições que regem os saberes e promulgam o que é considerado valoroso ou não, consolidando o cânone, tomaram como base as construções discursivas de gênero para desqualificar as mulheres enquanto seres pensantes. Essas instituições relegam tudo o que sejam marcas desse “feminino” para um lugar menor e inferior (PEDRO, 1994).

Maria do Rosário Fleury (re) negociou com os poderes, deslocou-se sob as estruturas e se posicionou de diversas maneiras, gestando suas diferentes identidades e subjetividades nesses posicionamentos. A escritora é descrita por Ana Lins Peixoto Bretas (1889-1985), ou

¹³⁰FLEURY, Rosarita. Rainha Muda. *Diário da Manhã*. Coluna “Página Aberta”. Goiânia, 08/12/1981. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Rosarita Fleury).

¹³¹ FLEURY, Rosarita. O silêncio da Imortal. *Diário da Manhã*. Coluna: Página Aberta. Goiânia, 14/12/1982, p. 28. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Rosarita Fleury). (grifo nosso).

Cora Coralina, como “grande amiga e animadora”.¹³² O próximo capítulo analisa os processos de formação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás como espaço de trocas e alianças que iria contra a “injustiça à intelectualidade feminina”, os percalços de sua legitimação no campo intelectual goiano, profundamente masculino, as tensões entre essas mulheres e a idealização de uma tradição literária e intelectual feminina. Os movimentos feministas, a formação de Brasília e a crescente metropolização de Goiânia, nas décadas de 1970 e 1980, promovem novos espaços e possibilidades para as mulheres (OLIVEIRA, 2003). Serão enfatizadas as gradativas conquistas, inserindo a posição de Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury) enquanto agenciadora e entusiasta desse grupo de mulheres por ela idealizado, dando continuidade na trajetória intelectual até o seu falecimento em 1993.

¹³² Carta escrita por Cora Coralina à Rosarita Fleury. Goiânia. 8 out. 1973. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Cora Coralina).

2 “A FLOR QUE LADEIA A ESTRADA DE PEDRA”: A FORMAÇÃO DA ACADEMIA FEMININA DE LETRAS E ARTES DE GOIÁS (AFLAG)

A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás assemelha-se a flor que tenho aqui no bosque. Ela ladeia o caminho de pedras que leva ao atelier. São agrupamentos de rosinhas brancas, dezenas num cacho só, perfumadas, tão perfeitas que à noite é luz, é o próprio caminho, é a vida.¹³³

Partindo da premissa de que as mulheres não eram aceitas nesses espaços “masculinos” e, se as fossem, estavam envoltas em desencorajamentos, inseguranças e julgamentos, foi desenvolvido o subcapítulo: *“Tr contra “a injustiça à intelectualidade feminina”: a organização de uma academia de mulheres, provocando fissuras e conquistando espaços”*. Ele aprofunda acerca dessa “injustiça” por elas vivenciada como experiência compartilhada, e dos movimentos de aliança consolidados através da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), compreendidos como as agências possíveis dessas mulheres enquanto estão imersas nos códigos comportamentais e relações de poder.

Conforme foi exposto no capítulo anterior, inúmeros foram os discursos que perpetuaram práticas sexistas nos espaços sociais e culturais. Esses discursos construíram essas mulheres como sujeitos frágeis e ingênuos, incapazes de produzir arte e, quando produziam, permanecia no patamar da “arte feminina”, em que o estigma do “feminino” desmoralizava a produção (SIMIONI, 2008). Esses discursos engessaram as suas identidades e as “inventaram” enquanto mulheres. Por isso, a questão que norteou este capítulo foi a de que maneira elas se (re) inventam.

As mulheres na história valeram-se, de acordo com Rachel Soihet (2000), de inúmeras táticas que lhes permitiram, na medida do possível, subverter a sua situação de submissão marcando espaços de resistência nos inúmeros “jogos de gênero”. Para as mulheres da AFLAG os primeiros anos foram árduos. Elas eram as “cigarras vadias” que cantavam os seus poemas nos “vagos jornais” goianienses. Essas reflexões estão presentes em *“‘As Cigarras Vadias’ tornam-se as ‘Formigas da inteligência’: Rosarita Fleury à frente da AFLAG, recuos, práticas e avanços nos primeiros anos da instituição (1969-1993)”*, em que a

¹³³ FERNANDES, Maria Guilhermina Gonçalves. *Academia Feminina A Flor que Ladeia a Estrada de Pedra*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p. 17-19. (Biblioteca da AFLAG).

escritora estará na presidência desse grupo de mulheres por 23 anos consecutivos até o seu falecimento em 1993.

Como essas mulheres foram articuladas e se articularam para ganhar terreno na cena pública e legitimarem suas atuações? Para responder, foram selecionadas vivências que não se propõem a seguir uma linearidade, mas que possibilitam à leitora e ao leitor compreender como decorrem as práticas/estratégias, os recuos e avanços, (re) negociações e (res) existências possíveis que permite observar os protagonismos e a determinação de Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury) à frente da instituição, enquanto agenciadora e entusiasta. Nas palavras de Ana Maria Taveira Miguel, Patrona da Cadeira n.º 28 e fundadora da instituição: o “[...] importante para entrar na Academia... é ter arte, ter arte seja ela qual for, e amar apaixonadamente essa arte”.¹³⁴

No subcapítulo “*Doutas senhoras’ de vestidos azuis: as mulheres da Academia Feminina, estratégias e feminismos possíveis*”, são apresentadas mulheres paradoxais e complexas, submersas nos estigmas do “feminino” ideal que estão (res) significando e (re) conduzindo, valendo-se de ferramentas discursivas e imagens já solidificadas na sociedade pelos mecanismos de poder. Segundo a artista plástica, componente da Cadeira n.º 22 da instituição, Maria Guilhermina (1932-2001), as mulheres da AFLAG são como as “flores”, símbolo de uma feminilidade hegemônica, ladeando a estrada de pedra da intelectualidade. Para serem aceitas no campo intelectual, o teor moderado de suas (re) negociações, assim como o dispositivo da maternidade, são utilizados como mediadores, adquirindo sentidos outros nesses movimentos estratégicos. Maria do Rosário Fleury, assim como Eurídice Natal, foi elevada como símbolo de perseverança e “construída” como tal.

Discursos atrelados a uma “feminilidade ideal” desencorajadores nas práticas cotidianas indicam a pertinência de construções sociais e culturais engendradas na sociedade. Essas construções refletem na configuração de lugares possíveis e interditados às mulheres, “lugares” que foram questionados pelos feminismos no período da década de 1960 a 1980, corroborando para uma gradativa emancipação. Dessa maneira, no subcapítulo, também haverá um aprofundamento acerca das aproximações e distanciamentos de Maria do Rosário Fleury (1913-1993) em relação aos feminismos, assim como por outras mulheres do grupo, com intuito de elucidar os diversos lugares que elas ocuparam, seus movimentos políticos, autorreflexivos e resistentes.

¹³⁴Depoimento das Patronas e Titulares. Vídeo em comemoração aos 40 anos da AFLAG - Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. 09/11/2009. Fonte: Arquivo Gravado da AFLAG. Disponível em: <https://is.gd/tpLcp4>. Acesso: jan. 2020.

2.1 Ir contra “a injustiça à intelectualidade feminina”: a organização de uma academia de mulheres, provocando fissuras e conquistando espaços

Nós poderíamos estar explorando ou escrevendo; divagando sobre os lugares mais veneráveis da terra, em contemplação, sentadas nos degraus do Parthenon ou chegando a um escritório as dez e voltando à vontade para casa às quatro e meia, para escrever um pouco de poesia.¹³⁵

Virgínia Woolf. **Um Teto Todo Seu**. 1929.

Virgínia Woolf (1929) conclui que a liberdade para as mulheres tangencia uma questão estrutural da sociedade, ou seja, a necessária autonomia financeira e possibilidades de expressão. Esses eram verdadeiros desafios para as mulheres que tencionavam escrever, exercer dons artísticos e publicar no século XIX e XX, pois “se o talento criador não era exclusivo dos homens, os meios para desenvolvê-los com certeza eram” (DUARTE, 2007, p. 63). Os “meios” estavam relacionados às possibilidades de seu sexo, como exemplo, a participação pública nos “atos de sociabilidades” propostos pelos espaços formais do saber, fundamentais à inserção em redes intelectuais e artísticas que eram propriamente masculinas. Essas redes auxiliavam os homens em suas publicações e os reconheciam nacionalmente.

Natalia Pietra Méndez (2018) evidencia que o movimento de mulheres e aqueles autodeclarados feministas na década desde 1960 expandiam-se questionando as barreiras misóginas dos espaços do saber, politizando o cotidiano das mulheres e conscientizando-as de suas capacidades intelectuais. Dessa forma, ao afirmarem sua intelectualidade e a importância de suas experiências, durante todo o século XX, as mulheres buscam a sua participação e o seu reconhecimento nas Academias de Letras e demais espaços do saber. Elas consolidam um processo de “desenraizamento dos papéis sociais que fixavam as mulheres a um espaço de atuação privado” (MÉNDEZ, 2018, p. 115).

Nesse contexto da década de 1970, o Brasil vivenciava o autoritarismo político caracterizado pela Ditadura Militar (1963-1985) e uma condição de “subdesenvolvimento”, assim definido em relação à economia e à qualidade de vida. Natália Pietra Méndez (2018) aponta que as mulheres intelectuais brasileiras participam da sociedade através de estudos acadêmicos e opiniões publicadas pela mídia. Essas intelectuais apresentavam uma crescente mobilização referente às mudanças ocorridas na organização da família brasileira: mudança

¹³⁵ WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014. p. 21.

de hábitos, as jornadas de trabalho, a conquista do mercado, os procedimentos de controle da reprodução e a intensa politização do cotidiano (MENDÉZ, 2018).

Apesar de todas as transformações urbanas e sociais, bem como as conquistas ocasionadas pelos movimentos feministas da década de 1960 e 1970, o estado de Goiás “permanecia ruralizado e preso às tradições que as limitavam [as mulheres] ao espaço doméstico” (BARROS, 2017, p. 62). Neide Célia Ferreira Barros (2017) observa que o modelo de família patriarcal se encontrava impregnado nas práticas do cotidiano, na política, na cultura e no sistema judiciário. Os modelos e juízos de valor que a pesquisadora identificou nos processos criminais que analisou em sua dissertação de mestrado, “*Perdidos de amor?*”: *Relatos de assassinatos de mulheres em Goiânia (1970-1984)*, elucidam tais relações hierárquicas e violentas. A pesquisadora afirma que havia papéis que as mulheres da elite goiana podiam desempenhar, “desde que não afrontasse a moral de ‘ser’ mulher, que se solidificava essencialmente na sexualidade exclusiva conjugal e na subserviência à família” (BARROS, 2017, p. 63).

A partir da década de 1960, Goiás vivencia um processo gradativo de “abandono” de práticas provincianas, o que Eliézer Cardoso de Oliveira (2003) compreende como um intenso processo de metropolização, em *História Cultural de Goiânia*. A construção de Brasília no planalto central, em 1961, durante o governo presidencial de Juscelino Kubitschek (1902-1976), gerou forte fluxo migratório para Goiânia, cidade que viu sua população saltar de 74.781 (1955) para 251.000 (1965). Esse processo de crescimento “foi responsável por inúmeras mudanças culturais que afetaram Goiânia” (OLIVEIRA, 2003, p. 25).

O historiador aponta que, nesse período, Goiânia adquiriu “características metropolitanas” graças à construção de Brasília, sede do governo federal, que fica a menos de 200 quilômetros da cidade. Ele afirma que ambas as cidades foram representadas como “filhas do saber moderno”. Brasília atraiu muitos imigrantes e migrantes para Goiânia e foi considerada uma cidade cujo povo foi “adotado” de outros estados como Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Contudo, antes mesmo da construção do Distrito Federal, esses intercâmbios já ocorriam. As mulheres da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás comprovam essa reflexão, pois das 40 (quarenta) componentes do quadro fundador, 7 (sete) são provenientes de Minas Gerais, fixando moradia em Goiânia, no processo auspicioso de construção da nova capital, nas décadas de 1930 e 1940, 16 (dezesesseis) são oriundas da Cidade de Goiás e as demais são provenientes dos municípios e arredores da região de Goiás: Ipameri, Formosa, Morrinhos, Catalão, dentre outros.

As mudanças culturais afetaram as práticas de lazer, e novas redes de sociabilidades são introduzidas com o crescimento urbano. Oliveira (1999, 2003) observa as ambivalências na mudança entre os antigos banhos de rio e as brincadeiras tradicionais para as novas redes de lazer que se formam como os cinemas, os clubes sociais e o futebol. Havia o Jóquei Clube, que a partir de 1960 foi perdendo gradativamente a sua atratividade. Mais tarde surgiram espaços como Clube Privé, Country Clube (1960), Clube Regatas Jaó (1962), dentre outros que atraíam, especificamente, a elite local.

Os processos de modernização do espaço urbano também atingiam as relações sociais. O automóvel, por exemplo, representava um símbolo da juventude, conforme o historiador. Na década de 1980, já havia mais de 100 mil automóveis registrados e em circulação na cidade de Goiânia. A industrialização do espaço acarretou o crescimento desordenado da cidade. Ocupações e moradias sem planejamento surgiam e “descaracterizavam o planejamento inicial”. Nesse movimento de modernização, outro aspecto urbano que chamará a atenção serão as verticalizações das moradias, ou seja, muitos moradores da cidade, a princípio uma elite, optará por morar em apartamentos. São esses os principais enfrentamentos da “Cidade moderna” (OLIVEIRA, 2003), seguidos da violência urbana e doméstica que Neide Célia (2017) apontou como as “permanências” que estruturam esses mesmos espaços de convívio.

No aspecto intelectual e cultural, em 1959, foi criada em Goiânia a primeira Universidade de Goiás, de acordo com Cristiano Arrais, Eliézer Oliveira e Tadeu Arrais (2016), em *O Século XX em Goiás: advento da modernização*:

Em 1959, vinte e cinco anos depois da criação da USP, em São Paulo, criou-se a Universidade de Goiás (hoje a PUC-Goiás) mantida pela igreja católica, com a junção das faculdades de Direito, Filosofia e Serviço Social. Em 1960, fundou-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), agregando cinco faculdades: Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Conservatório de Música, ocasião em que Goiânia se tornou “um centro universitário ativo e o mais importante, depois de Brasília, da região Centro-Oeste”. (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016, p. 83).

Em concordância com Pierre Bourdieu (2004), ter uma origem escolar possibilita aos sujeitos se posicionarem de maneira a fazer parte do “jogo de poderes” presentes no campo intelectual. Dentre as 40 mulheres que configuram o quadro inicial da instituição, grande parte delas se formou como normalista, considerado um curso que possibilitava a ascensão ao mercado de trabalho, e chegaram a completar o ensino superior, consolidando-se como professoras universitárias em suas áreas de formação. Dentre os cursos de formação

encontrados estão: Letras e Linguística, Francês, História e Geografia, Música e Teatro. Além dessas carreiras, havia mulheres formadas em secretariado, Direito, e Farmácia.¹³⁶ Devido a essas formações, elas possuíam contato direto com pesquisas e intercâmbios. Algumas se formaram em dois ou mais cursos que surgiam em Goiânia, no período de 1950.

No aspecto cultural, desde 1952, a cidade de Goiânia possui uma Escola Goiana de Belas Artes (EGBA), onde artistas locais organizavam o espaço, são eles: Gustav Ritter, Luiz Curado e Frei Nazareno Canfaloni (BORELA, 2010). Eles proporcionaram a formação de novos artistas. Antes da Academia Feminina, em 1963, já existia uma Associação Cultural Feminina, de acordo com Oliveira (1999), além de grupos culturais e literários como o GEN (Grupo de Escritores Novos), que funcionou entre 1963 e 1967 e teve a participação de mulheres. Antes dessas formações culturais femininas, havia o grupo *Os Quinze*, de 1956, cuja escritora e folclorista goiana Regina Lacerda (1919-1993), primeira mulher a ser aceita na Academia Goiana de Letras, foi tutora e administradora. Sobre o GEN, Oliveira (1999) discorre que:

[...] a criação das universidades em Goiânia, principalmente da Universidade Federal com a liberdade de cátedra representou a modernização do ensino na cidade. Além das duas universidades, a década de 60 assistiu também ao surgimento de uma nova tendência literária em Goiânia, esboçada por vários escritores que se autodenominaram de Grupo de Escritores Novos (GEN), os quais inegavelmente deram um novo fôlego à produção literária em Goiânia, já que de 1963 a 1967 publicaram mais de 80 livros, entre poesias, contos, ensaios, teatro, etc. Em termos estéticos, o GEN representou uma reação a um grupo anterior, *Os Quinze*, criado em 1956. Esse grupo de escritores tinha como principais expoentes Gilberto Mendonça Teles, Regina Lacerda, Jesus Barros Boquady, Helvécio Goulart, etc. (OLIVEIRA, 1999, p. 102).

A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás constitui-se em 1969, imersa em um movimento de mulheres em prol da intelectualidade e conscientização de seu valor. Camila Albani Petró (2016) argumenta que todas as relações de poder possuem implicações políticas, de tal modo que a fundação de uma instituição inteiramente feminina, seja ela de qualquer natureza, representa o sentimento de não pertencimento das mulheres ao que estava estabelecido pelas sociedades androcêntricas. Mulheres que não se reconheciam nas instituições e espaços do saber vigentes instituem outros lugares enunciativos que lhes transmitam conforto e segurança. Esses movimentos são caracterizados como agências,

¹³⁶ Foram observadas as seguintes profissões de acordo com as biografias presentes no Anuário de 1970 e no Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás de Mário Martins Ribeiro (2008). O foco foi o quadro fundador da instituição, ou seja, as primeiras 40 mulheres.

partindo da perspectiva de Michel Foucault (2014, 2019), nos quais os sujeitos estão imersos nessas relações de poder construindo espaços de resistências e alianças. Segundo o filósofo: “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2019, p. 104), quer dizer, as resistências são a condição prévia para que as relações de poder existam e, nesses embates constantes e estrategicamente localizados, as mulheres aqui mencionadas estão deslocando lugares e imagens sobre si e seus ideais.

Maria do Rosário Fleury, de acordo com sua filha Maria Elizabeth Fleury, após readaptar-se da rotina no exercer de sua maternidade, retoma o trabalho e os estudos literários. Já em Goiânia, na década de 1960, exerceu o cargo de Secretária do Ginásio do Instituto de Educação de Goiás (IEG), enquanto conciliava a escrita de crônicas em diversos jornais goianos como *O Popular* e o *Folha de Goiás*. Esse momento em sua vida torna-se crucial para a formação da AFLAG, em 1969, pois nesse período a escritora reencontrou antigas amizades, colegas de sua juventude do Colégio Sant’Anna de Goiás. Essas mulheres exerciam a função de professoras na época. Dentre elas, destacam-se as figuras marcantes de Nelly Alves de Almeida e Ana Braga Machado Gontijo que serão as co-fundadoras da AFLAG, àquelas a quem a escritora convocará para auxiliar na tarefa de reunir as demais intelectuais e artistas do Estado de Goiás. Segundo Maria Elizabeth:

[...] ela era, na época, Secretária do Instituto de Educação de Goiás e, juntamente com as professoras que lá já lecionavam, que já eram amigas dela desde a infância na cidade de Goiás como Nelly Alves de Almeida, ou como Ana Braga Machado Gontijo, que ela já conhecia, e outras mais que estavam lá lecionando... ela “soltou” a ideia de fundar uma academia e todas as professoras apoiaram. E ela então convidou Nelly Alves de Almeida e Ana Braga, que já tinha um livro publicado, todas as duas, e as duas toparam e resolveram fundar a Academia Feminina, mas essa fundação ficou germinando devagarzinho durante um ano ou pouco mais de um ano, durante 1968, 1969, porque em 1970 fez-se a fundação total.¹³⁷

Rosarita Fleury menciona a alegria de poder organizar e reunir suas conterrâneas e amigas de trajetória intelectual. Em depoimento, declara que a instituição nasce por merecimento das literatas e artistas goianas. Ela exalta o “bom trabalho realizado” de ambas na elaboração dos convites e escolha dos nomes que configurariam o quadro das imortais. Referindo-se, também, ao sentimento de euforia e determinação que abarcavam as primeiras reuniões, ela explana:

¹³⁷ Entrevista concedida em 05/08/2019.

Nasceu naturalmente, pelo justo valor e absoluto merecimento de seus versos na literatura goiana. Vivíamos horas felizes e promissoras. Cuidávamos, Ana Braga, Nelly A. de Almeida e eu, da fundação de uma Academia onde nos fosse possível colocar as escritoras que julgávamos pioneiras do movimento literário em Goiás. Nossas reuniões eram frequentes, trabalhosas e geralmente nos sentíamos eufóricas ao encerrá-las, pelo bom trabalho realizado.¹³⁸

O aperfeiçoamento cultural e intelectual lhes permitiu ocupar cargos administrativos em associações culturais, como a Associação Goiana de Imprensa (AGI) e a União Brasileira de Escritores- Seção Goiás (UBE-GO). Joana Maria Pedro (2013) afirma que o crescente processo de urbanização, a partir dos anos 1970, em diversas regiões do país, fez com que a presença feminina aumentasse nos espaços públicos, como ocorreu com as universidades. A gradativa conquista do espaço público possibilitou a movimentação das mulheres e a solidificação de laços. Lena Castello Branco, em entrevista cedida para esta pesquisa, aponta ter conhecido Ana Braga Machado Gontijo e Nelly Alves de Almeida através da Universidade, na época a Pontifícia Universidade Católica – PUC Goiás. Conforme a escritora relatou:

[...] agora é interessante também, eu acho, ressaltar é a ligação que eu tinha com essas três escritoras, né, como pessoas. A Ana Braga foi minha contemporânea, na faculdade de filosofia, ciências e letras da PUC, primeira faculdade de filosofia do centro oeste, né, Ana Braga já era casada, tinha filhos, e eu era solteira, tinha 18 anos, 19 anos quando ingressei na faculdade, e eu via Ana Braga assim, com admiração, pelo dinamismo dela, pela, é... Capacidade que ela tinha de conciliar uma vida que era de política de cultura e de mãe em família, e, é, nós nos conhecemos, portanto, desde muitos anos, né? Nelly também foi minha contemporânea, sendo que Nelly fazia o curso de Letras e eu fazia o curso, que naquela época era de Geografia e História [...]¹³⁹

Havia o desejo de fazer justiça para com as mulheres invisibilizadas e marginalizadas em relação àquilo que foi estabelecido como o cânone literário de Goiás. Isso reforça que, mesmo sendo um movimento puramente artístico sem declarados posicionamentos políticos, essa atitude é um ato político profundamente subversivo. As fontes consultadas por elas, para a escolha e a rememoração dos nomes que seriam convocados para compor o quadro inicial, foram os jornais femininos que circularam na antiga capital, Cidade de Goiás. Dentre eles,

¹³⁸ FLEURY, Rosarita. *Leodegária de Jesus*. ANUÁRIO-AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 91. (Biblioteca da AFLAG).

¹³⁹ Entrevista concedida em 04/07/2019.

estavam o jornal *A Rosa* (1917) e *O Lar* (1926-1932), referência constante da experiência intelectual dessas mulheres da elite letrada de Goiás.

Revíamos antigas publicações, especialmente as contidas em “A Rosa”, primeiro jornal de cunho absolutamente literário, publicado no Estado de Goiás. Também de “O Lar” conseguimos alguns números, para nossa melhor orientação. Por essas duas fontes informativas e as várias palestras que mantínhamos com pessoas idosas de nosso conhecimento, nos foi possível um bom levantamento do ambiente cultural do nosso Estado nos idos de 1890 para cá. A ideia de trazer para nosso quadro social as primeiras escritoras goianas, pioneiras que foram da literatura em nossa terra, nos animava e incentivava a prosseguir em nossa luta pela Academia.¹⁴⁰

Para que essas mulheres fossem reconhecidas, a AFLAG surgia como um espaço de diálogos e alianças. Nesses lugares de disputas e forças, que são a intelectualidade e a arte, para deslocarem-se da marginalidade, essas mulheres precisaram se organizar institucionalmente e fortificar-se entre seus pares, de modo que assim pudessem “manipular” ou ganhar força para gerir essas “redes de poder” presentes no campo intelectual (BOURDIEU, 2004). Esse desejo de união e articulação já era evidente quando Rosarita Fleury, ao falar da fundação da AFLAG em 1969, pontuava: “[era um] desejo que sentíamos Nelly Alves de Almeida, Ana Braga Gontijo e eu, de encontros mais frequentes com literatas e artistas”, reforçando ainda que: “com um ponto certo para reuniões tudo ficaria mais fácil”.

141

A ideia da criação da Academia Feminina de Letras e Arte de Goiás-AFLAG surgiu numa reunião informal, quando se discutia a “injustiça à intelectualidade feminina”, por não serem admitidas em Academias de Letras. Assim pensando, Nely de Almeida, Ana Braga Gontijo e Rosarita Fleury esboçaram a ideia da criação da Academia, a única existente no Brasil, numa intenção de unir as intelectuais goianas, mas não se restringindo apenas às letras, como também às artes. Selecionaram os nomes. Quarenta mulheres goianas ou aqui radicadas foram escolhidas. Criaram um símbolo, notificaram as escolhidas, e numa sala do Museu Estadual realizaram, em fins de 1969, a primeira reunião das “imortais” goianas. Instituíra o lema “Trabalhar para o desenvolvimento cultural e artístico de Goiás” e registraram seus estatutos sob no. 1.113, no dia 03 de março de 1970. Através da Lei no. 4.399, de 17 de janeiro de 1971, era considerada Edilidade Goianiense, de utilidade pública.¹⁴²

¹⁴⁰FLEURY, Rosarita. *Leodegária de Jesus*. ANUÁRIO-AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 92. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁴¹CHEIM, Maria Helena. *Folha de Goiás*. Entrevista feita por Maria Helena Cheim. Coluna: Literatura. 1970. Jornal desconhecido. (Arquivo da AFLAG- Memorial de Rosarita Fleury. Fragmento).

¹⁴²CURADO, Cecy Aparecida. *O Clube das 40 Imortais*. Goiânia. 30/06/1971. 2º Caderno. FG. (Arquivo da AFLAG. Fragmento).

O desejo por um espaço institucionalizado por meio do qual essas “patricias” goianas poderiam se encontrar, para além de se tornar um lugar de “aconchego intelectual”, também as envolveu em um espírito patriótico com relação a Goiás. Essas mulheres se organizaram e deixaram bem claro seus objetivos: “[...] nosso interesse é difundir, cultivar, engrandecer o ramo literário e artístico de acordo com os méritos e as aptidões com que a mulher goiana foi dotada”.¹⁴³ Esse posicionamento faz referência ao objetivo primário das muitas instituições culturais pelo Brasil, como foi com a Academia Goiana de Letras: trabalhar em prol do crescimento cultural e da consolidação de uma tradição literária brasileira. Dessa forma, compreende-se que o potencial subversivo da AFLAG encontra-se no momento em que essas mulheres afirmam difundir e engrandecer os méritos e aptidões da “mulher goiana”, sendo assim, não era qualquer manifestação cultural, mas uma intenção de construir um espaço enunciativo exclusivamente feminino.

Lena Castello Branco, em entrevista, relata como recebeu o convite para congregar nesse espaço:

Rosarita que me convidou para ingressar na Academia, ela, Ana Braga e Nelly Alves de Almeida, né, três fundadoras, mas das três foi Rosarita que propôs o meu nome, estive na minha casa, me convidou e eu fiquei um pouco surpresa porque eu já tinha notícia de que havia um movimento nesse sentido, né, liderado pelas três [...].¹⁴⁴

Lena aponta, que naquela época, já “tinha notícia de que havia um movimento liderado pelas três”: Ana Braga Machado Gontijo¹⁴⁵, Nelly Alves de Almeida¹⁴⁶ e Maria do Rosário Fleury. O movimento dessas mulheres em prol das artes femininas era reconhecido entre as intelectuais. Lena Castello Branco pontua que tomou conhecimento de Rosarita Fleury em 1959, por conta de seu livro premiado, *Elos da Mesma Corrente*, do qual fora convidada para ser comentarista. Sobre a obra, ela menciona ser: “um livro muito bom, foi

¹⁴³ALMEIDA, Nelly Alves. *Nosso Propósito*. O Popular. Goiânia. Caderno 10: Suplemento Literário. 21/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

¹⁴⁴ Entrevista concedida em: 04/07/2019.

¹⁴⁵ Para a biografia completa de Ana Braga Machado Gontijo ver: MAIA, Débora de Faria. *A Força e a voz de uma mulher na política de Goiás: Ana Braga Machado Gontijo, uma história apagada*. Revista: Aedos. Vol. 12, n. 26 (2020), pp. 394-423. Disponível em: < <https://is.gd/VkxrlA> >. Acessado em: set/2020.

¹⁴⁶ Nelly Alves de Almeida (1916-1999) nasceu em Jaraguá (GO). Filha de Alexandre Alves da Costa e de Joana de Bastos Costa. Iniciou seus estudos na cidade de Itaberaí e os cursos ginásial e normal no Colégio Santana na Cidade de Goiás, onde conviveu na juventude com inúmeras mulheres que fariam parte da Academia Feminina de Letras e Artes, dentre elas Maria do Rosário Fleury. Bacharelou-se em Línguas Neolatinas pela Universidade Católica de Goiás e lecionou na Escola Complementar de Itaberaí e na antiga capital de Goiás no grupo Escolar Rocha Lima e na Escola Normal Constâncio Gomes de Oliveira. Em Goiânia lecionou no Colégio Santo Agostinho e no Instituto de Educação de Goiás (IEG). Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

premiado pela Academia Brasileira de Letras, e eu escrevi uma crônica no jornal, comentando o livro, e ressaltando os aspectos positivos dele que são muitos, né, daí nós nos aproximamos [...]”.¹⁴⁷ Nesse momento, a “rede de solidariedade intelectual” entre as mulheres, da qual comentava Heloísa Buarque de Hollanda (1993), em *Ensaístas Brasileiras*, começa a se configurar. As mulheres estão referenciando-se nas suas produções artísticas e criticando-se de forma positiva, fortalecendo laços.

Ercília Macedo Eckel também menciona como foi receber o convite por parte de Rosarita Fleury e, assim como Lena Castello Branco, demonstra um tom de surpresa:

Foi uma surpresa pra mim, porque eu morava em Anápolis e cuidava da minha parte profissional com muito esmero, dando aula em cursinhos e também escrevendo alguma coisa e publicando nos jornais daqui, os que eu já fiz referência: O Popular, a Folha de Goiás, etc... Me localizaram lá juntamente com a Ivone [Maria Ivone Corrêa Dias], eu esqueci o nome dela agora, uma que foi freira [...]”¹⁴⁸ era uma poetisa que falava duas, três línguas, aí elas nos encontraram lá e eu fiquei surpresa com isso. Veio uma correspondenzinha, eu acredito, assinada pelas três, pela Rosarita, pela Ana Braga e pela Nelly.¹⁴⁹

No dia 9 de novembro de 1969, reuniram-se na casa de Heitor Moraes Fleury, pai de Rosarita Fleury, e formalizaram o que viria a ser a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

Aos nove (9) dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e nove (1969), em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na casa nº 123 da Avenida Tocantins, deu-se início, às 20 horas, à solenidade de fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Na ocasião, encontravam-se presentes, especialmente convidadas, as seguintes pessoas: Heitor Moraes Fleury, Desor [Desembargador] Aposentado, um dos fundadores do jornal “A Rosa” e o primeiro Juiz de Direito de Goiânia; Jerônimo Geraldo de Queiróz, ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás; Dr. José Xavier de Almeida Jr, membro da Academia Goiana de Letras; Bariani Ortêncio, também membro da mesma Academia e Presidente da União Brasileira de Escritores Seção de Goiás; escritor Miguel Jorge, advogado Humberto Ludovico de Almeida Filho [Marido de Nelly], economista Durval Teixeira,

¹⁴⁷ Entrevista concedida em 04/07/2019.

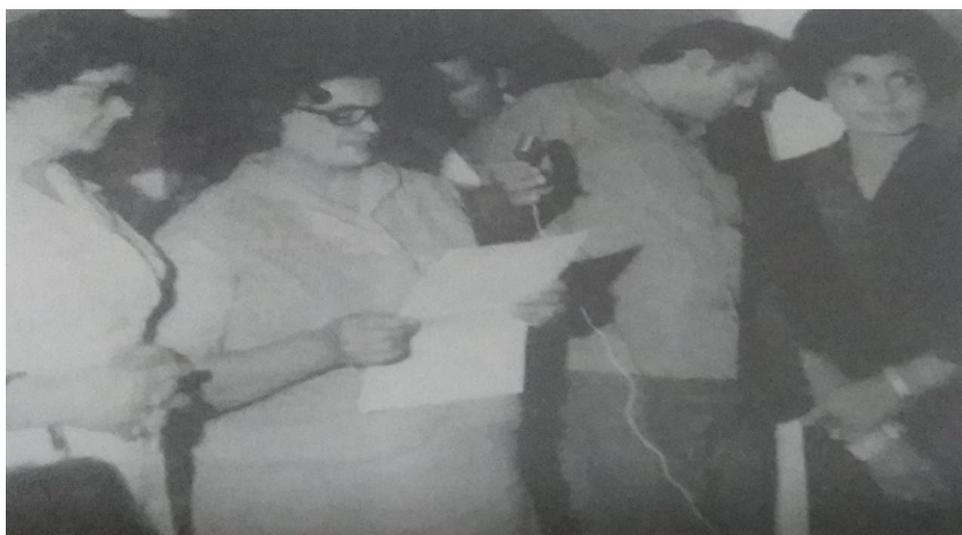
¹⁴⁸ Maria Ivone Corrêa Dias (1927-2001). Professora, conferencista, ensaísta, oradora, educadora. Nasceu em Unaí, Minas Gerais. Após os primeiros estudos realizados no Colégio São Domingos, de Araxá, transferiu-se para São Paulo, matriculando-se na Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientae”. Na PUC – Pontifícia Universidade Católica de Goiás licenciou-se em Letras. Em 1952, com 25 anos, especializou-se em Literatura Brasileira. Foi Freira em Uberaba-Go, durante muitos anos, tendo lecionado português, latim e grego na Faculdade São Tomás de Aquino. Mudou-se para Anápolis, onde foi professora de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

¹⁴⁹ Entrevista concedida em 09/08/2019.

Eng^o. Jerônimo Augusto Curado Fleury [Marido de Rosarita], várias senhoras e senhoritas de nossa sociedade, destacando-se a Srta. Auristela Abalém, Técnica de Administração do Conselho de Educação.¹⁵⁰

Dessa reunião em diante: “[...] tratou-se da elaboração de seus Estatutos e expedição de convites às literatas e artistas que iriam integrar seu primeiro quadro”.¹⁵¹

Figura 09 – Maria do Rosário Fleury realizando a leitura da ata de fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, em 1969



À esquerda, encontra-se Nelly Alves de Almeida. À Direita, encontra-se Ana Braga Machado Gontijo. **Fonte:** TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Goiânia: KELPS, 2014. p. 327.

Serão expedidos os ofícios e os telefonemas que oficializam o convite das literatas, artistas e intelectuais da época para comporem o grupo. Dessas, muitas são mulheres do convívio pessoal de Rosarita Fleury. Nice Monteiro Daher narra como recebeu o convite através de um telefonema:

Quando Rosarita telefonou avisando que unira meu nome ao delas para ajudar a caminhada da nova Academia, parei no tempo para escutar melhor. Assim em meio de um susto... Primeiramente, achei a ideia extravagante: pomposo demais o nome! Nem entrou, logo, em meu raciocínio, uma Academia de Letras Feminina. Pensamento que apareceu, talvez, de um arrepio de complexo, já que nossos “imortais” nunca permitiram a entrada da

¹⁵⁰ FLEURY, Maria do Rosário. *Ata de Fundação da AFLAG*. ANUÁRIO - AFLAG. 1970, p. 07-08. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁵¹ FLEURY, Maria do Rosário. *Relatório do ano de 1969*. ANUÁRIO – AFLAG. 1971-1972, p. 183. (Biblioteca da AFLAG).

mulher em seu Petit Trianon... Depois, a autocrítica imediata: - Eu numa Academia de Letras?! Por quê?!¹⁵²

Conforme o relato acima, a escritora, que há muito circulava pelos jornais de Goiânia, demonstra ter se sentindo desmerecedora, chegando a reconhecer que estava passando por um “complexo” e usando o termo “autocrítica imediata”. Após aceitar o convite, afirma ter entendido que a AFLAG viria para lutar: “[...] pela mulher goiana que queira um lugar ao sol nas letras ou nas artes”. Ela descreve que esse espaço seria então o “abrigo de seus sonhos literários ou artísticos”. Esses sentidos e sentimentos de “surpresa” que são atribuídos ao convite dizem muito das interdições e dos silenciamentos com os quais sofreram/sofrem essas mulheres.

A própria Academia Goiana de Letras, na década de 1970, já abria algumas “concessões” para as mulheres. Ao serem questionados sobre essas situações de interdição e veto às candidaturas femininas, os homens afirmam que: “[...] apesar de seus estatutos aceitarem a presença feminina, não admite, ainda, a sua integração ao quadro de imortais”.¹⁵³ Esse argumento confirma o que Michelle Asmar Fanini (2009) inquiriu, pois as mulheres se faziam presentes nas solenidades ou nas premiações de alguns concursos promovidos pelas instituições, porém desde que não integrassem, de fato, no cânone literário ou no “quadro dos imortais” que permanecia se afirmando perante a supressão do elemento feminino.

Consultados a respeito da fundação da AFLAG, os homens da Academia Goiana de Letras mencionam terem “aceito” ou “aprovado” e que, inclusive, “[...] já contam com concorrentes femininas em seus quadros, mas ainda fazem restrições”.¹⁵⁴ Na época, essa reportagem dizia respeito ao aumento das cadeiras da AGL, na qual os dirigentes homens incluíram Eurídice Natal e Silva como a Patrona da Cadeira n.º 30, primeira mulher homenageada e reconhecida como “imortal” pelo cânone cultural e literário de Goiás. A fundação da AFLAG, de certa maneira, exerceu alguma influência nesse processo de abertura da AGL para o elemento feminino, que se entende, também, como uma necessária “pressão”.

A ABL permanecia ainda com um quadro totalmente masculino. Mesmo que os membros da AGL, como dito acima, reconheceram a “imortalidade” póstuma de Eurídice Natal e Silva, afirmavam que “ainda fazem restrições” e, ainda, segundo Maria do Rosário

¹⁵² DAHER, Nice Monteiro. Acadêmicas. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10: Suplemento Literário. 13/12/1969 (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

¹⁵³ CURADO, Cecy Aparecida. O Clube das 40 Imortais. *Folha de Goiás*. Goiânia. 2º Caderno. FG. [?]. 30/06/1971 (Arquivo da AFLAG. Fragmento).

¹⁵⁴ CURADO, Cecy Aparecida. O Clube das 40 Imortais. *Folha de Goiás*. Goiânia. 2º Caderno. FG. [?]. 30/06/1971 (Arquivo da AFLAG. Fragmento).

Cassimiro: “[...] os acadêmicos tinham orgulho de falar que não podia entrar mulheres”.¹⁵⁵ A fala de Cassimiro é sintomática das coerções e constrangimentos com os quais as mulheres tiveram de lidar ao externalizar sua intelectualidade e produção artística. Sobre a AGL ser um espaço exclusivamente masculino, a escritora Ercília Macedo Eckel pontua que:

[...] até hoje [2019] aquilo ali [AGL] é muito fechado, a Lena Castello Branco tentou três vezes para conseguir entrar lá, você imagina, a Lena Castello Branco na terceira vez que ela conseguiu ou quarta, é muito fechado aquilo lá e aí tinha escritoras importantes de crônicas de vários assuntos, igual à Aída Felix de Sousa, que era muito boa, e todas essas pessoas competentes assim, que tinham uma presença quase diária nos periódicos, eram ignoradas, nunca conseguiam entrar [...].¹⁵⁶

Maria do Rosário Cassimiro continua enfatizando, na entrevista cedida, que dentro da AGL ainda havia o preconceito, conforme as mulheres foram gradativamente entrando na instituição. Eram murmúrios como: “[...] agora já são oito mulheres na academia, de repente chega a dez, já tá bastante né”, fazendo Cassimiro concluir que a academia realmente era “dos homens”. Michel Foucault (1996) afirma que os discursos são como “violências que fazemos às coisas [e sujeitos]”, realocando-os em determinados lugares, inferindo-lhes práticas e coerções. Ele aponta que: “ninguém entrará na ordem do discurso se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1996, p. 37).

As mulheres viviam limitadas “em um espaço desenhado por outros, em uma trama de razões que os outros pensaram” (COLLING, 2014, p. 15). As práticas artísticas dessas mulheres estão atravessadas e reforçadas por um “sistema de representações processado pela narrativa das histórias da literatura que manteve e mantém a invisibilidade [feminina]” (SCHMIDT, 2010, p. 177). Maria Elizabeth menciona que sua mãe: “[...] não se realizava somente com as prendas domésticas em casa e educando filho, então ela queria mais para a pessoa dela e queria produzir literatura também”.¹⁵⁷ A partir desse depoimento é evidente que Rosaria Fleury carregava as marcas e os limites de seu tempo, uma mulher claramente insatisfeita com as possibilidades limitantes de experiências que lhes foram “dadas”.

Atuar na vida pública era para muitas mulheres um motivo de insegurança, pois “elas temiam expor suas produções com receio de serem chacoteadas” (SOUZA, 2017, p. 61). Em depoimento, a acadêmica Guiomar Grammont Machado (1901-1985) mencionou que:

¹⁵⁵ Entrevista concedida em 23/08/2019.

¹⁵⁶ Entrevista concedida em 09/08/2019. Sobre as mulheres que adentraram na Academia Goiana de Letras (AGL), ver o Anexo C deste trabalho.

¹⁵⁷ Entrevista concedida em 05/08/2019.

“Quando convidada por Nelly Alves de Almeida a fazer parte da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, que estava sendo fundada sob direção da Presidenta Rosarita Fleury, embora um pouco temerosa, não me foi possível fugir ao valioso convite”.¹⁵⁸ Luiza Camargo Ferreira, ocupante da Cadeira n.º 39, também mencionou em depoimento escrito que se indagou: “Seria merecedora de tão importante função?”.¹⁵⁹ Outra acadêmica a expressar esse sentimento é Nice Monteiro Daher, oradora oficial, que anos depois, em 2009, em um de seus últimos depoimentos gravados pela AFLAG, mencionava o que sentiu em 1969: “[...] meu Deus, que coisa, nunca sonhei ter meu nome numa academia [...] mantida por mulheres de “falação” ((risos)), mas na realidade a gente fala muito, acho que mereço! ((risos))”.¹⁶⁰

Na fundação da Academia Feminina ocorrida oficialmente na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 09 de novembro de 1970, essas mulheres mobilizaram suas redes, o capital cultural e social que constituíram junto ao prestígio de suas famílias (BOURDIEU, 2004). Talita Michelle de Souza (2017), ao estudar a escritora Maria Paula Fleury de Godoy, compreendeu que as mulheres da família Fleury “tinham acesso aos bastidores do cenário político, da administração econômica em Goiás, entendiam do jogo político entre governadores e deputados” (SOUZA, 2017, p. 192) e, portanto, isso facilitou no reconhecimento da instituição que se encontrava, politicamente, bem situada através dos contatos que Maria do Rosário Fleury possuía.

Diversas figuras masculinas de prestígio político e cultural da sociedade goiana são convocadas e se fazem presentes. Muitas dessas figuras são parentes, cônjuges, filhos e/ou conhecidos de outras épocas. Segue a sessão de posse:

[...] presentes as autoridades abaixo assinadas foi realizada, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na Alameda dos Buritis, em Goiânia, a sessão de posse das Acadêmicas da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. À oportunidade, 29 Acadêmicas tomaram posse de suas cadeiras, deixando algumas de fazê-lo por se encontrarem ausentes desta Capital.

A sessão solene iniciou-se com a entrada das fundadoras: Sras. Rosarita Fleury, Nelly Alves de Almeida e Ana Braga Machado Gontijo, acompanhadas, até à mesa por seus esposos, respectivamente, Eng.º Jerônimo Augusto Curado Fleury, Advogado Humberto Ludovico de Almeida e Médico Trajano Gontijo. Foi, então, pela Sra. Rosarita Fleury, Presidente da AFLAG, declarada aberta a sessão, sendo convidadas as autoridades abaixo mencionadas a tomarem parte da mesa:

¹⁵⁸ Fragmento de depoimento manuscrito. (Arquivo da AFLAG- Pasta de Guiomar Grammont Machado).

¹⁵⁹ Fragmento de depoimento manuscrito. (Arquivo da AFLAG- Pasta de Luiza Camargo Ferreira).

¹⁶⁰ Depoimento de Nice Monteiro Daher, aos 03.15min. “Institucional da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás”. Vídeo em comemoração aos 40 anos da AFLAG - Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás em 09/11/2009. Disponível em: <https://is.gd/KqNpNn>. Acesso em: jan 2020.

Dr. Osiris Teixeira, Vice Governador, representando, também, o Governador do Estado, Dr. Otávio Lage de Siqueira; Dep. Brasília Ramos Caiado, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; Cel. Helios Perillo Fleury, Comandante da Guarnição Federal de Goiás; Dr. Hélio Seixo de Britto, Diretor da OSEGO; Desor. Celso Fleury, Corregedor e representando também o Presidente deste Tribunal de Justiça; Dr. José de Jesus, Juiz Federal; Dep. Ursulino Tavares Leão, Presidente da Academia Goiana de Letras; Dr. Alírio Afonso de Oliveira, Presidente da Associação Goiana de Imprensa; Acadêmico Bariani Ortêncio, Presidente da União Brasileira de Escritores, Seção Goiás. Sra. Maria de Lourdes Lisboa de Castro, representando o Presidente da Academia de Letras de Araguari, Minas Gerais, Sr. Abdala Mameri; Senhora Elci Frida, representando o Dr. Jaci de Assis, Procurador Geral do Estado; Dr. Mauro de Freitas Correa, Secretário de Segurança Pública; Dr. Nivaldo Wener, representante do Dr. Manoel dos Reis, Prefeito Municipal; Dr. Mário de Alencastro, Presidente do Clube do INPS; Acadêmico Basileu Toledo França, Diretor do Instituto Histórico e Geográfico; Deor. Lúcio Arantes, do Tribunal de Justiça de Brasília.¹⁶¹

Figura 10 – Solenidade de fundação oficial da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, em 09/11/1970, na Assembléia Legislativa do Estado



Fonte: Jornal *O Popular*, suplemento literário, 09/11/1970. (Arquivo Histórico Estadual da Praça Cívica - Goiânia).

¹⁶¹ FLEURY, Rosarita. *Ata da 9ª reunião*. Sessão de Posse. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, p. 205-206. 09/11/1970. (Biblioteca da AFLAG).

Figura 11 – Discurso de Rosarita Fleury ao lado de Ana Braga Machado Gontijo, à sua esquerda, e Nelly Alves de Almeida, à sua direita, na solenidade de fundação da AFLAG



Fonte: FLEURY, Maria Elizabeth. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Goiânia: KELPS, 2014. p. 335.

Figura 12 – Reportagem no jornal O Popular, de 08/11/1970, anunciando a posse oficial das 40 acadêmicas



Título “Academia Feminina se empossa amanhã”. Nesta página encontram-se todos os rostos fundadores da instituição. **Fonte:** *O popular*. Goiânia. Suplemento literário. 08/11/1970. (Arquivo Histórico do Estado de Goiás).

Como destacado acima, as mulheres eram acompanhadas por seus pares à mesa, havendo um conjunto de teatralizações fundamentais para solidificar a importância e o ingresso dessas mulheres no campo intelectual. Assim: “[...] chamadas, cada uma das acadêmicas presentes, acompanhada de seu par, era conduzida até o lugar que lhe estava reservado, defronte à mesa diretora dos trabalhos”.¹⁶² Esse ato corrobora para que o cerimonial represente, além de uma simples troca de diplomas de imortalidade e reconhecimento intelectual, um ato performático que “produz significados”, na perspectiva de Judith Butler (2019).

Estar diante dos olhos masculinos é obter reconhecimento entre os pares, registrando uma “situação cultural” de desigualdade que foi compartilhada e vivenciada entre elas. Esses rituais sociais serão corriqueiros na Academia Feminina, cuja presença masculina em momentos de solenidade fortalece os laços futuros e novas articulações, mas também envaidece a posição que essas mulheres estão construindo entre si, em uma constante “reinterpretação e uma reexperimentação de um conjunto de significados já socialmente estabelecidos” (BUTLER, 2019, p. 223).

Inúmeros episódios como esses também elucidam o quanto os discursos sociais e as práticas em torno dessas mulheres vão corroborar para reforçar/reproduzir, constantemente, os papéis de gênero. Joan Scott (1995) aponta o gênero como elemento estruturante das relações de poder e organizador dos espaços em sociedade. As mulheres estão provocando fissuras, porém ainda sob uma liberdade vigiada. Maria de Lourdes Eleutério (2005) afirma que: “a apreciação sobre os méritos intelectuais femininos quase sempre se vinculava aos méritos maternos e familiares da mulher” (ELEUTÉRIO, 2005, p.75). Isso é observado, principalmente, no momento de designação do nome das artistas mulheres em que apareciam ora filiados à família, ora ao nome de seus maridos. Também, na crítica que Rosarita Fleury recebe acerca de seu livro *Elos da Mesma Corrente*, é destacada a sua “função” enquanto esposa em discrepância aos enaltecidos atributos e méritos profissionais de seu marido.

A Ilustre patricia e escritora Goiana, Sra. Rosarita Fleury, **esposa** do Sr. Dr. Jerônimo Augusto Curado Fleury, engenheiro da Estrada de Ferro de Goiás, vem conquistar o disputado prêmio “Julia Lopes de Almeida”, conferido pela Academia Brasileira de Letras, que, muito merecidamente distinguiu em primeiro lugar o conteúdo do livro.¹⁶³

¹⁶² FLEURY, Rosarita. *Ata da 9ª reunião*. Sessão de Posse. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 205-206. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁶³ Jornal não identificado. (Arquivo da AFLAG- Memorial de Rosarita Fleury. Fragmento). (grifo nosso).

Nesta carta que segue, Rosarita Fleury escreve à Luiza Camargo Ferreira, ocupante da Cadeira n.º 39, onde menciona: “[...] sei que iremos levar muita lenha, você sabe que para construir não há braços, mas para censurar há bocas de sobra!”. No conteúdo da carta em questão, a escritora estava se referindo ao Anuário-AFLAG de 1970, livro que passava a reunir as publicações e memórias da instituição.

Luiza,
Sua última crônica já saiu no “Cinco” [Jornal Cinco de Março]. Nelly muito entusiasmada com o lançamento próximo de seu livro. Nosso Anuário em preparo. Escolhemos (Nelly e eu) outro poema de dona Finha: Jaó. Nosso empenho é não aborrecer pessoa alguma, tudo, no entanto dentro da linha da revista, que, tem de ser a melhor possível. Mesmo assim, sei que iremos levar muita “lenha”, você sabe que para construir não há braços, mas para censurar há bocas de sobra! Refiro-me a pessoas fora da AFLAG.

Goiânia, 29/12/1970. ¹⁶⁴

O relatório da AFLAG de 1969 indica que foram expedidos vários ofícios destinados às autoridades do Estado de Goiás e às demais Academias Literárias pelo Brasil dando-lhes conhecimento da criação da AFLAG. A acadêmica Nelly Alves de Almeida foi imbuída de ir ao Rio de Janeiro, a qual: “[...] disse ter sido bem recebida pelos intelectuais ali residentes” e “deu notícias de haver entregue o ofício que a academia [AFLAG] dirigiu ao Presidente da Academia Brasileira de Letras” ¹⁶⁵, Austregésilo de Athayde. O ato de enviar esses ofícios e anunciarem à comunidade intelectual brasileira acerca da formação da AFLAG é resultado dos movimentos estratégicos para essas mulheres que almejavam institucionalizarem-se.

A formação da AFLAG movimentou a sociedade literária da época, mas as dificuldades de reconhecimento, para além da perspectiva material, aprofundada mais adiante neste trabalho, também envolvia a estrutura de uma sociedade patriarcal com que se viam cercadas essas mulheres. Rosarita Fleury expõem sua angústia e revolta nos percalços de formação da AFLAG ao reforçar que: “[...] nenhum artigo existe, também, proibindo a criação de Academias apenas para homens. E, nesse tipo, temos várias, sem que isso tenha dado, em tempo algum, trabalho ou dor de cabeça a ninguém”. ¹⁶⁶

Maria Elizabeth afirma que muitas mulheres que compunham a AFLAG trabalhavam e possuíam até mesmo duplas jornadas, mas o que lhes dificultavam os seus movimentos eram os maridos, por exemplo, quando: “a solenidade [eventos da academia] [era] à noite, a

¹⁶⁴ Carta destinada à escritora Luiza Camargo, escrita por Maria do Rosário Fleury. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Maria do Rosário Fleury. Manuscrito).

¹⁶⁵ Caderno de Atas de Reunião da Diretoria. 2ª reunião. Goiânia. 13/01/1970. (Arquivo da AFLAG).

¹⁶⁶ FLEURY, Rosarita. A mulher e a Academia. *Cinco de Março*. Goiânia. 10/08/1970, p. 13. (IPHBC-Arquivo).

mulher só podia sair com marido, o marido não estava disposto a sair, outra hora era de dia e ele não queria que ela saísse porque iria ficar com os filhos sozinhos em casa e havia esse desentendimento entre o casal porque a mulher começava a se tornar independente” e destaca que elas estavam tentando: “[...] ter a sua sociedade sem a presença do marido e ter os amigos longe da presença do marido, e isso era complicado”.¹⁶⁷

Essas mulheres estavam buscando sua própria sociedade, agenciando-se e se movimentando. Michel Foucault aponta que “não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”. (FOUCAULT, 2018, p. 18). Aos poucos as fissuras no cânone vão ocorrendo, e a pressão causada pela AFLAG pôde proporcionar/forçar o debate acerca do “tabu” que era a presença de mulheres na Academia Goiana de Letras. Maria do Rosário Cassimiro reforça que: “[...] já que as mulheres não podiam entrar nas dos homens [academia] então elas criaram uma que os homens não podiam entrar, criaram uma academia de mulher”¹⁶⁸. Essa “academia de mulher” representava um espaço institucionalizado que promove articulações fora da lógica masculina de mundo, pois representa um espaço de trocas, afetos e diálogos entre mulheres.

Lena Castello Branco deu uma entrevista em 1972 fazendo menção às instituições que já estavam rompendo com essa barreira, como forma de pressionar um posicionamento de Goiás. Ela chega a mencionar a Academia de Letras do Piauí (ALP), sua terra natal:

A Academia Goiana de Letras já pensa em abrir suas portas às mulheres e tem até uma candidatura. A primeira mulher brasileira a ingressar numa Academia foi à poetisa Nerina Castello Branco [em 1966], no Piauí, e uma das poucas até hoje conhecidas. Conservadores, como José Lopes Rodrigues, são contrários a esta abertura e fazem questão de afirmar que não aceitam mulheres na Academia [Goiana]. Mas aos poucos esta atmosfera vai sendo aliviada e o gelo de alguns derretendo a procura do calor aconchegante de uma presença feminina sorridente.¹⁶⁹

Ao falar do “calor aconchegante de uma presença feminina sorridente” que estaria a aliviar “o gelo de alguns”, Lena Castello Branco almeja amenizar a situação. Ela subverte a lógica de que a presença feminina é uma afronta ou um empecilho e recupera a imagem de um

¹⁶⁷ Entrevista concedida em 05/08/2019.

¹⁶⁸ Entrevista concedida em 23/08/2019.

¹⁶⁹ A Fuga ao “Clube de Luluzinha”. *O Foca*. Goiânia. Abril de 1972. FCHL. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento). Lena Castello Branco aponta em entrevista o nome de Maria Nerina Pessoa Castello Branco (1935-). Tomou posse em 1966 e foi a primeira ocupante da Cadeira n.º 35 da APL, de acordo com a descrição de sua biografia “Poetisa, contista, cronista e professora, nascida em Teresina (1935). Bacharela em Direito. Tem licenciatura em Filosofia. Professora titular na Universidade Federal do Piauí. Membro do Conselho Estadual de Cultura”. Fonte: Site da Academia Piauiense de Letras. Disponível em: <https://is.gd/ArzyU5>. Acesso em: Fev. 2020.

“feminino ideal”, ou seja, uma “presença sorridente”. Dentro do contexto de sua fala, em Goiás, no ano de 1972, a AFLAG já estava fazendo pressão para que o “tabu” fosse derrubado. Lena continuava a afirmar, nessa mesma entrevista, que a AFLAG: “não nasceu de nenhum protesto. Somos de construir e jamais destruir”. Tentando conciliar, diplomaticamente, ela acrescenta: “[...] a proibição da entrada de mulheres da ABL [Academia Brasileira de Letras] não tem sentido, porquanto o “status” de acadêmicos deve consagrar a obra e não o autor”.¹⁷⁰ Esses discursos moderados, que “jogavam” com as estruturas de poder e as representações de um “feminino ideal”, são compreendidos como parte das inúmeras táticas manuseadas por elas para se inserirem nos debates e espaços intelectuais masculinos, situações que serão aprofundadas mais adiante nesta pesquisa.

A Academia Feminina recebia duras críticas, chegando a ser comparada com um “Clube de Luluzinhas”, segundo a reportagem:

Insatisfeitas porque se sentiam distantes da Academia Goiana de Letras, uma espécie de “Clube do Bolinha” da literatura, um grupo de representantes do sexo feminino resolveu após vários encontros e discussões, fundar o “Clube de Luluzinha”. Daí surgiu a ideia e a criação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, como “uma necessidade” de congregar quem se destacava em atividades artísticas co-culturais, para promoverem “um convívio salutar” de confraternização.¹⁷¹

Alguns aspectos dessa crítica dizem respeito aos corporativismos e às relações de apadrinhamento que rondam muitas dessas instituições culturais, fazendo-as assemelharem-se a um “clube” de seletas figuras. E, nesse clima, iniciou-se a saga da candidatura de Regina Lacerda¹⁷², em 1972, no momento em que a Academia Goiana de Letras fez-se reconhecer o edital de concurso que abria espaço para as novas cadeiras. Por meio de um telegrama endereçado a Ursulino Tavares Leão, então presidente dessa instituição na época, a renomada folclorista e escritora goiana solicita-lhe o ingresso:

Sr. Presidente:

¹⁷⁰ A Fuga ao “Clube de Luluzinha”. *O Foca*. Goiânia. Abril de 1972. FCHL. (Acervo da AFLAG- Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento).

¹⁷¹ A Fuga ao “Clube de Luluzinha”. *O Foca*. Goiânia. Abril de 1972. FCHL. (Acervo da AFLAG- Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento).

¹⁷² Filha de Umbelino Galvão e Zenóbia Santa Cruz Camargo Lacerda. Fez seus estudos primários passando pelo Grupo Escolar Modelo e pela Escola Complementar. Novos horizontes se abrem ao mudar-se para capital, Goiânia, em 1949. Passou a frequentar o *Bazar Ócio*, ponto de intelectuais como, a exemplo, Bernardo Elis. Graduou-se em Belas Artes, fazendo cursos de orientação educacional, didática e desenho. Foi membro da Comissão do Folclore Goiano, em 1978, promovendo o Estado turisticamente. Membro da Cadeira n.º 35 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Membro da Cadeira n.º 16 da Academia Goiana de Letras.

De acordo com o Edital publicado no jornal “O Popular” do dia 27 do mês passado, solicito V. Exa. a inscrição de minha candidatura à cadeira nº16 dessa entidade.

Solicito ainda que os comprovantes, exigidos pelos itens a, b e c do referido edital, encaminhados que foram a essa Presidência em outra oportunidade, sejam utilizados no presente requerimento.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.
Regina Lacerda.¹⁷³

A AFLAG encontrava-se ainda em fase de organização. Enquanto instituição, ela lançava uma nota no jornal *Cinco de Março*, de 1971, acerca do nome de Regina Lacerda, enaltecendo-a como uma de suas integrantes, e informa: “Conforme Noticiário, a única Acadêmica que até agora manifestou desejo de inscrever-se como candidata à Academia Goiana de Letras foi Regina Lacerda [...] Esperamos que alcance êxito e que outras lhe sigam exemplo”.¹⁷⁴ Pelo teor da nota, é perceptível o intuito de estimular outras integrantes a recorrerem a uma candidatura na AGL, podendo contar com o apoio cedido pelo grupo.

Essa nota foi escrita em “Notas da Academia”, coluna que a AFLAG chegou a manter no ano de 1970, no jornal *Cinco de Março*. Era uma coluna de atualizações, no que dizia respeito aos falecimentos, prêmios, homenagens, obras publicadas e/ou em andamento, em relação às escritoras e artistas. Traziam também a biografia de uma das confradeiras e suas realizações mais primorosas. Isso é uma prática de resistência e publicização da intelectual enquanto parte de um grupo artístico institucionalizado.

Ironicamente, a Cadeira que Regina Lacerda concorria na AGL (n.º 16) pertencia a Zoroastro Artiaga, recém-falecido, que havia negado a candidatura de Rosarita Fleury, em 1959. Essa foi a primeira Cadeira a ter uma mulher empossada naquela instituição. A notícia de sua posse foi descrita como um “rompimento de barreiras”, pois a ABL ainda mantinha essa limitação ao sexo feminino, enquanto Goiás já estava “desfazendo” esses limites.

Academia Goiana de Letras faz de Regina Lacerda a 1º “imortal”

Regina Lacerda, ao empossar-se na Academia Goiana de Letras, na última sexta-feira, dia 29 de junho [de 1973], realizou uma façanha inédita nos anais da vida cultural de Goiás: foi à primeira mulher a conseguir a imortalidade numa entidade que até então congregava apenas homens.¹⁷⁵

¹⁷³ Telegrama endereçado a Ursulino Tavares Leão. Goiânia. 06/07/1972. (Arquivo da AGL- Pasta de Regina Lacerda)

¹⁷⁴ Notas da Academia. *Cinco de Março*. Goiânia. 03/08/1970, p. 10. (IPHBC-Arquivo).

¹⁷⁵ Autor desconhecido. *Folha de Goiaz*. 01/06/1973. (Arquivo da AGL- Pasta da escritora Regina Lacerda. Fragmento).

Essa mudança na interpretação dos regulamentos internos e a concessão de maior liberalidade virão a ocorrer na presidência de Ursulino Tavares Leão, na época, Deputado Estadual, que angariou recursos para que a Academia Goiana de Letras tivesse maior autonomia, mesmo funcionando ainda em conjunto da União Brasileira dos Escritores - Seção -GO. O “tabu” teria sido derrubado por sugestão do acadêmico e escritor José Xavier de Almeida Junior (1902-1979), durante uma das reuniões internas da agremiação, na qual argumentou pelo ingresso das mulheres: “quando se lê não se olha o sexo”.¹⁷⁶

Em uma de suas últimas reuniões, por outro lado, deitou por terra um tabu que a Academia Brasileira de Letras mantém inalterado. Referimo-nos à queda do dispositivo regimental que impedia o ingresso de mulheres nos quadros da instituição. Trata-se, inegavelmente, de passo acertado e de acordo com o momento presente, já que a mulher, aos poucos, vai conquistando sua independência e alcançando uma igualdade perfeitamente justificável em face do homem.¹⁷⁷

O “tabu” da presença feminina havia sido derrubado, porém nunca houve de fato um estatuto que, literalmente, impedisse a entrada das mulheres, mas um conjunto de manobras que as impediam o acesso ao panteão dos imortais, como pontuado no capítulo anterior. Pierre Bourdieu (2018) menciona que uma história das relações entre os sexos diria respeito a:

[...] uma história das combinações sucessivas [...] de mecanismos estruturais e de estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos. (BOURDIEU, 2018, p. 118).

Esse “tabu” representava um assunto problemático, constrangedor, de difícil assimilação, algo que fazia parte das coisas “sagradas” que ninguém ousava comentar, tornando-se um alibi para as práticas sexistas que se mantinham no cotidiano, legitimadas e reproduzidas pela sociedade. São práticas implícitas ou visivelmente discriminatórias, presentes nos murmúrios e boatos. Quando recebeu a notícia de sua aprovação e eleição a uma cadeira na AGL, em 1973, Regina Lacerda diz não ter recebido com “naturalidade”, mas sim com “alegria e muito orgulho”, reforçando que: “[...] Vejo nesse fato o reconhecimento do trabalho da mulher goiana e uma abertura para outras companheiras que queiram se candidatar a uma vaga naquela nobre instituição”. Após ser instigada pelo entrevistador sobre

¹⁷⁶ SELMA, Leda. *O Foca*. Goiânia - U.F.G. 1972. (Arquivo da AGL- Pasta de Leda Selma. Fragmento).

¹⁷⁷ Autor desconhecido. Nossos Imortais não tomam chá. *O Popular*. Goiânia. 22/03/1970, p. 13. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

a posição de primeira mulher na Academia Goiana de Letras, conclui: “Mas isso tive que fazer algum esforço, sabe?”.¹⁷⁸

Durante a posse de Regina Lacerda é possível ver a presença de Rosarita Fleury, bem como de diversas mulheres. O comparecimento de Rosarita Fleury, além do apoio, serviu como representação e reconhecimento da instituição que estava organizando e presidindo desde 1969, da qual Regina Lacerda fazia parte como membro fundador. A AFLAG estava marcando presença institucional. A presença dessas mulheres foi noticiada no cerimonial, sendo descrito no jornal *Folha de Goiás* que: “[...] a escritora Rosarita Fleury, presidente da Academia Feminina de Letras de Goiás congratula-se com Regina e pede à acadêmica Ana Maria Taveira Miguel que lhe entregue uma Corbélia [de flores]”.¹⁷⁹

Figura 13 - Regina Lacerda discursa no momento da posse na Cadeira n.º 16 da Academia Goiana de Letras (AGL) no ano de 1973



Na extrema direita encontra-se Rosarita Fleury, membro ilustre da mesa, convidada para representar a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e testemunhar o momento. **Fonte:** *Folha de Goiás*. 01/06/1973. (Arquivo da AGL – Pasta da escritora Regina Lacerda. Fragmento).

Sobre esses laços de amizade, Lena Castello Branco ressalta o afeto que havia entre ela e Regina Lacerda:

[...] nós frequentávamos a casa uma da outra, e eu queria muito bem a ela, e ela pertenceu a Academia Feminina e depois a Academia Goiana de Letras,

¹⁷⁸ Entrevista com Regina Lacerda. Coluna: O Luzian. *Folha de Goiás*. Goiânia. 25/03/1973. (Arquivo da AFLAG – Pasta da escritora Regina Lacerda. Fragmento).

¹⁷⁹ Autor desconhecido. *Folha de Goiás*. Goiânia. 01/06/1973. (Arquivo da AGL - Pasta da escritora Regina Lacerda. Fragmento).

autodidata, uma pessoa inteligentíssima, muito espirituosa, muito alegre, muito comunicativa, e eu tinha como uma grande amiga, admiro a obra dela, foi pioneira nesse setor aqui em Goiás, e não tem propriamente alguém que tenha dado continuidade de dentro da linha que ela escrevia, essas pesquisas folcloristas, antropológicas.¹⁸⁰

A posse de Regina Lacerda, em 1973, engajou o movimento de grande parte das mulheres, artistas e intelectuais goianas, muitas delas já fazendo parte da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, que lançaram manifestos de apoio e alegria. Dentre elas, a acadêmica Ana Braga Machado Gontijo que, ao pronunciar um elogio fúnebre ao escritor Zoroastro Artiaga pela vacância da Cadeira de n.º 16 ocupada depois por Regina Lacerda, aproveitou a situação e não deixou de pontuar o absurdo e a estranheza que significou, durante tantos anos, essa barreira às mulheres: “[...] o nosso mundo literário assistiu a um fato inédito na história de nossa vida cultural: Uma mulher tomou assento na Academia de Letras de Goiás”. Ela continua:

Está assim quebrado o tabu sustentado até pouco tempo de que as mulheres não deveriam participar, ao lado dos homens, ombreando-se com estes, nestes sodalícios tão austeros. Modernamente, a mulher palmilha os mesmos caminhos que o homem nos diversos ramos da atividade humana. Aquela “proibição” parecia-nos, de fato, um arrepio à compreensão de nossos dias, quando homens e mulheres, no campo das ciências, nos laboratórios, nas fábricas, nos escritórios, por todo lado andam juntos, num trabalho constante pela prosperidade social. Portanto, digna de aplausos à iniciativa do acadêmico Ursulino Tavares Leão, propondo a retirada do item ou proibição à entrada de mulheres naquela casa. Não menos evoluído e admirável, o apoio dos imortais goianos àquela propositura liberalista. Parabéns à Academia Goiana de Letras, por essa demonstração que deu de seu alto padrão de entendimento e, ao mesmo tempo, de justiça à mulher goiana também amante das letras.¹⁸¹

Ana Braga cita em seu discurso as várias conquistas das mulheres em diversas áreas do saber, ao refletir que: “aquela ‘proibição’ parecia-nos, de fato, um arrepio à compreensão de nossos dias [...]”, referindo-se aos avanços femininos no campo das ciências, laboratórios, fábricas e à conquista do mercado de trabalho. Seu sentimento de “arrepio à compreensão dos nossos dias”, diante das barreiras ao sexo feminino, remete ao sentimento de “barbárie semicivilizada” com a qual descreveu Virgínia Woolf, em 1918, quando proferiu uma palestra sobre as mulheres romancistas, presente no livro *Profissões para mulheres e outros artigos*

¹⁸⁰ Entrevista concedida em 04/07/2019.

¹⁸¹ GONJO, Ana Braga Machado. Manuscrito do discurso feito devido à posse de Regina Lacerda, em 1973, como titular da Cadeira de n.º 16 pelo falecimento do titular anterior, o escritor Zoroastro Artiaga. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Ana Braga Machado Gontijo. Manuscrito).

feminista (2018). Ela usa a “barbárie” para situar como seria um futuro em que se perpetuassem as desigualdades entre os sexos na produção artística e intelectual.

Heloísa Buarque de Holanda (1993) aponta que as mulheres por todo o Brasil formavam redes de solidariedade intelectual, nas décadas de 1970 e 1980, através de academias femininas que foram se organizando e muitas identificadas após a AFLAG.¹⁸² Atualmente, essas instituições inteiramente femininas compõem cerca de 10% da produção artística nacional e contribuem para visibilizar os gêneros literários considerados “menores”. Esses “gêneros menores” são em grande parte obras escritas por artistas mulheres independentes ou que têm em suas narrativas o enredo voltado para “[aquilo que] é mais tangível ao universo feminino, e por ele, a sua expressão” (COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 213), como as memórias, livros de culinária, autobiografias, diários, relatos de experiência, poesias etc.

Para a História das Mulheres, esse material, considerado como “gênero menor” pelas narrativas oficiais da literatura brasileira, se mostra profundamente enriquecedor para contemplar, conforme Marina Maluf (1995), o espaço íntimo do lar, as relações de poder no âmbito doméstico, as experiências sociais dos grupos familiares da elite, os costumes e hábitos culturais, ou seja, todo um universo social, político e econômico, atravessado pelas escritas de “foro íntimo” emergentes nas pesquisas e historiografias.

Maria Elizabeth, que acompanhou sua mãe durante todo o processo de fundação da agremiação, escreve que a AFLAG recebeu inúmeras cartas: “[...] de escritoras de outros estados, interessadas em saber detalhes da fundação, do funcionamento e do Estatuto da Entidade”.¹⁸³ Esse reconhecimento possibilitou diversos intercâmbios, em que tempos depois: “a Academia recebeu o convite para a Fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Santos, da Academia Feminina Mineira de Letras e Artes e da Academia Feminina

¹⁸²Em seguida, a Academia Feminina de Letras do Paraná (AFLP) será criada em 1970 pela escritora Pompília Lopes dos Santos. A Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiaí (AFLAJ), em 1972. A Academia Feminina Mineira de Letras (AFEMIL) fundada pela intelectual Dra. Natérica Silva Villefort Costa, em 1983. A Academia Feminina de Ciências, Letras e Artes de Santos (AFCLAS), pela escritora Maria Fleury da Silveira, em 1986. A Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte (AFLRGN), pela escritora Zelma Bezerra Furtado de Medeiros, em 2000. Disponível em: <https://is.gd/PwAuy6>. Acesso em: jan 2019.

¹⁸³ De acordo com Heloísa Buarque de Holanda (1993), a primeira agremiação literária composta integralmente por mulheres foi a Liga Feminista Cearense, de 1904, fundada por Alba Valdez. Outra agremiação que se tem notícias é a Academia Juvenil Galeno da escritora Júlia Galeno, que ao ter seu nome recusado pela Academia Brasileira de Letras, resolveu constituir sua própria academia “exclusivamente para mulheres”. A primeira, institucionalmente fundada e reconhecida composta inteiramente por mulheres, foi a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS), pela escritora Lydia Moschetti, em 1943, funcionando até os dias atuais. A Academia de Porto Alegre, de acordo com a historiadora Camila Albaní Petró (2016), teve como objetivo dar visibilidade às intelectuais gaúchas do período, compreendendo-se, ao que a historiadora pontua como um “sodalício feminino”, que sustentava valores morais e patrióticos.

de Letras e Artes de Jundiáí”.¹⁸⁴ Mulheres desejosas de maior reconhecimento e ansiosas para compreender modos de se organizarem recorriam entre si para compartilhar dicas e experiências, e a AFLAG foi uma referência para que essas alianças convergissem em uma rede nacional.

A Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiáí (AFLAJ), fundada em 1972, foi idealizada mediante comunicação direta entre a escritora Josefina Rodrigues da Silva (Jorosil) e Rosarita Fleury, conforme o site da instituição:

A Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiáí (AFLAJ) foi fundada no dia 8 de abril de 1972 pelas senhoras Josefina Rodrigues da Silva (Jorosil), que foi a primeira presidente, Luiza da Silva Rocha Rafael e Antonieta da Cunha Barros. A AFLAJ foi à segunda do gênero instalada no Brasil. A primeira Academia Feminina foi fundada em Goiás e inspirou Jorosil a fundar uma entidade cultural só de mulheres em nossa cidade. Após contatos com a senhora Rosarita Fleury, presidente da entidade em Goiás, e de conhecer o estatuto daquela Academia, Jorosil convidou outras senhoras que tinham participações culturais em Jundiáí e assim nasceu a AFLAJ.¹⁸⁵

Esse contato entre as duas escritoras foi registrado no relatório anual da AFLAG de 1971 e publicado no Anuário - AFLAG de 1971-1972, o qual menciona uma carta enviada por Jorosil e lida diante de todas as confeitras em umas das reuniões mensais e/ou quinzenais do grupo. Na carta, a escritora elogiava a iniciativa das mulheres de Goiás e:

[...] apreciando a ideia, pedia-lhe que fosse enviada uma cópia de seu Estatuto, para que pudesse estudá-lo, pois era seu desejo fundar idêntica Academia em Jundiáí, onde reside. Esta presidência [Rosarita Fleury] atendendo a seu pedido prometeu enviar-lhe, tão logo ficasse pronto, um exemplar do Anuário-1970, onde ela iria encontrar tudo quanto diz respeito à fundação de entidade dessa espécie.¹⁸⁶

Diante dessa gradativa ascensão das mulheres entre os homens no campo intelectual goiano, o escritor Anatole Ramos concedeu uma entrevista publicada no jornal *Folha de Goiás*, no ano de 1980, na qual enaltecia o nome de Bernardo Élis como primeiro goiano a ter reconhecimento de sua obra pela Academia Brasileira de Letras. Nesse período, Bernardo Élis já estava sendo mencionado e legitimado pela mídia goiana por ter sido o único a fazer parte

¹⁸⁴ FLEURY, Maria Elizabeth Teixeira. Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás – Da Fundação aos dias de hoje. *Revista – AFLAG*. Goiânia, 1998-2001, p. 232. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁸⁵ Trecho retirado da página da instituição nas redes sociais. Fonte: Facebook. Página “Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiáí- AFLAJ”. Disponível em: <https://is.gd/ehGG0U>. Acesso em: jan 2020.

¹⁸⁶ FLEURY, Rosarita. *Relatório nº 3 - 1971*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 187. (Biblioteca da AFLAG).

dos quadros imortais da ABL, ocupando a Cadeira n.º 1, eleito em 23 de outubro de 1975. Sobre a parte do “reconhecimento nacional”, Rosarita Fleury, anos após a sua premiação em 1959, e mesmo após a consolidação de sua Academia Feminina, precisava reforçar o seu lugar no campo intelectual goiano, conforme o “título de primeira mulher romancista em Goiânia, em que insere Goiás no meio literário brasileiro” (MAIA, 2018, p. 70).

Dessa forma, Rosarita Fleury enviou uma nota de correção com intuito de expor o “erro” do referido escritor e reivindicar sua posição. Ela afirma: “o primeiro [prêmio] é meu”, fazendo referência ao *Prêmio Júlia Lopes de Almeida* que recebeu em 1959:

Sobre o quanto você disse em entrevista muito inteligente e interessante, tenho um reparo a fazer: é que em Goiás o prêmio literário do âmbito nacional entrou pela primeira vez em 1959, com o romance “Elos da Mesma Corrente”, de minha autoria e conferiu-me segurança e confiança a mim mesma. Não sei quando você veio para cá, mas talvez nessa época você ainda não fosse goiano. Sinto desapontá-lo, mas na prosa, se como você disse o segundo lugar é de Bernardo Élis, você tem de se contentar com o terceiro, porque o primeiro é meu.

Feito com esclarecimentos, meu abraço amigo com votos de novos sucessos.

Goiânia, 10 de dezembro de 1982.

Rosarita Fleury.¹⁸⁷

Sobre esses momentos de constrangimento, há uma “política de silenciamento” que atravessa as trajetórias dessas mulheres, impedindo-as de estarem nas instituições formais do saber e no cânone consolidado. Conforme o exposto acima, é visível que o cânone intelectual reforça e reconduz uma narrativa voltada ao elemento masculino. Esse silenciamento acaba por interditar e censurar as vozes femininas e com elas a possibilidade de circulação de sentidos outros acerca da realidade, limitando-as como sujeitos ativos da cultura e do conhecimento (ORLANDI, 2007). Segundo Eni Orlandi (2007, p. 129), a resistência está em toda parte, assim como outros sentidos acerca do feminino “vazam” por espaços simbólicos diversos. Na censura à fala dessas mulheres, seus processos identitários são afetados, porém outras “regiões possíveis do dizer” emergem nos deslocamentos que protagonizam entre o espaço público e o privado.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2018), reforça que “a visão androcêntrica é continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina” (BOURDIEU, 2018, p. 53), com as quais as mulheres não conseguem romper com facilidade, pois diz respeito a um

¹⁸⁷ FLEURY, Rosarita. Rosarita Fleury Dirige-se a Anatole Ramos. Goiânia. *Revista Nacional*. 10/12/1982. p. 08. (Arquivo da AFLAG – Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento).

conjunto de sistemas simbólicos de valoração e mecanismos de poder que estabeleceram as condições da produção das ideias, dos saberes, do bom e do belo, do verdadeiro e do falso. Por meio das práticas simbólicas, os sujeitos se constituem e se subjetivam, manifestando seus anseios e se projetando na sociedade (BOURDIEU, 1989). As instituições marcadas pela lógica falocêntrica/androcêntrica de mundo estabeleceram formas estritamente masculinas e patriarcais com as quais nos comunicamos e atribuímos sentidos ao mundo social. O desejo de constituir uma instituição inteiramente feminina correspondia ao anseio por um espaço enunciativo fora dessa lógica e a possibilidade de serem “vistas” enquanto mulheres que tinham algo a dizer.

Tradições são “inventadas” a todo o momento, compreendidas como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas” que promovem uma “continuidade em relação ao passado” (HOBBSAWM, 2002, p. 09). Essas mulheres elaboram um repertório simbólico junto ao estabelecimento de uma ritualística que marca o sentimento de pertencimento do grupo. As acadêmicas receberiam uma beca, minuciosamente escolhida na cor azul, além da confecção de um diploma de “imortalidade” com o nome das 40 (quarenta) fundadoras, representando o reconhecimento mútuo.

Virgínia Woolf (1929) afirmava, em *Um Teto Todo Seu*, que não havia nenhuma tradição para ampará-la, no que diz respeito a um arcabouço de “obras clássicas” escritas só por homens, e isso lhe causava enorme desalento. Norma Telles (1992) reforça que havia um “patriarcado estético” e uma “paternidade cultural” que cercavam as autoras. O cânone, assim como todo o discurso, “é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas” (JÚRNIO, 2010, p. 135), de modo que, também, é uma escolha, feita por um indivíduo ou grupos capazes de produzir narrativas. Essas mulheres escolheram os nomes, tanto os que com elas organizariam a instituição quanto os nomes que se encontrariam homenageados na “imortalidade” dessa tradição intelectual feminina que almejavam construir através da AFLAG. (TELLES, 1992).

As Academias literárias funcionam em grande medida com acadêmicos-acadêmicas e sócios-sócias. O número de 40 cadeiras foi inspirado pelo modelo da ABL, que por sua vez teve a Academia Francesa como base. Foram essas as respectivas fundadoras da instituição:

Ada Ciocci Curado (Cadeira nº 01), Aída Félix de Souza (Cadeira nº 02), Almerinda Magalhães Arantes (Cadeira nº 03), Ana Braga Gontijo (Cadeira nº 04), Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cadeira nº 05), Belkiss Spencièrre Carneiro (Cadeira nº 06), Célia Coutinho Seixos de Brito (Cadeira nº 07), Dalva Maria Pire Machado (Cadeira nº 08), Dinorah Pacca (Cadeira

nº 09), Ercília Macedo Eckel (Cadeira nº 10), Eurídice Natal e Silva (Cadeira nº 11), Floracy Alves Pinheiro (Cadeira nº 12), Genezy de Castro e Silva (Cadeira nº 13), Goiandira do Couto (Cadeira nº 14), Graciema Machado (Cadeira nº 15), Guiomar de Grammont Machado (Cadeira nº 16), Heloisa Barra (Cadeira nº 17), Honorina Barra e Silva (Cadeira nº 18), Lena Castello Branco (Cadeira nº 19), Maria das Dores Ferreira (Cadeira nº 20), Rosarita Fleury (Cadeira nº 21), Maria Guilhermina Gonçalves (Cadeira nº 22), Maria Ivone Corrêa Dias (Cadeira nº 23), Maria Lucy Veiga Teixeira (Cadeira nº 24), Maria Ludovico de Almeida e Silva (Cadeira nº 25), Maria Luiza Póvoa Cruz (Cadeira nº 26), Mariana Augusta Fleury Curado (Cadeira nº 27), Ana Maria Taveira Miguel (Cadeira nº 28), Mirza Perotto (Cadeira nº 29), Nair Perilo Richter (Cadeira nº 30), Nelly Alves de Almeida (Cadeira nº 31), Neusa Rodrigues de Moraes (Cadeira nº 32), Nice Monteiro Daher (Cadeira nº 33), Norma Baiocchi de Alencar (Cadeira nº 34), Regina Lacerda (Cadeira nº 35), Silvia Lourdes do Nascimento (Cadeira nº 36), Telezila N. Blumenschein (Cadeira nº 37), Violeta Bittars Carrara (Cadeira nº 38), Luiza Camargo Ferreira (Cadeira nº 39), Zilda Diniz Fontes (Cadeira nº 40). (ANUÁRIO- AFLAG, Goiânia, 1970, p. 13-187).

Segundo Camila Albani Petró (2016), as chamadas “Cadeiras”, nas quais estão as escritoras, serão substituídas por suas titulares após o falecimento da ocupante anterior, e isso se dará conforme o julgo daquelas que pertencem à instituição. De acordo com a pesquisadora: “Cada cadeira tem alguém (também literato/literata, na maior parte das vezes) que lhe dá nome: são os patronos/patronas da cadeira – uma homenagem póstuma para uma determinada pessoa, reconhecida pelos pares como de alto valor” (PETRÓ, 2016, p. 16).

No caso da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, as primeiras 40 mulheres que ali fundavam a instituição, em 1969, já se tornavam as patronas da respectiva Cadeira empossada, que receberiam seu nome, além de primeiras titulares, concedendo uma dinâmica maior para a instituição. Além das 40 mulheres que organizaram a agremiação e fixaram seus nomes como patronas das Cadeiras, também foram escolhidos mais 24 nomes de mulheres – grande parte por estarem falecidas – que Rosarita Fleury julgou necessário para constituírem-se como Patronas da Academia, mulheres que seriam eleitas para reforçar uma base histórica. Conforme a escritora, eram aquelas:

[...] consideradas verdadeiras pioneiras do movimento literário goiano [...] são senhoras que muito fizeram pelas letras naquela época, uma época, aliás, difícil, quando a simples aquisição de um bom livro era quase que impossível. Para Patronas seriam escolhidos nomes das que haviam falecido, como Rosa Godinho, Oscarlina Alves Pinto e outras.¹⁸⁸

¹⁸⁸ FLEURY, Rosarita. As mulheres e a sua academia. *Cinco de Março*. Goiânia. Entrevista. 16/02/1970. p. 09. (Arquivo do IPHBC).

Dentre elas, alguns nomes estão presentes entre os afetos, memórias e sensibilidades, como as mestras e madrinhas culturais, mulheres que ao serem lembradas adquirem um sentido, correspondem a: “[...] um ato de justiça, demonstrativo de nosso reconhecimento e admiração pelo muito que nos legaram, no sentido da abertura de um campo de certa forma proibitivo até então, às mulheres” (ANUÁRIO – AFLAG, 1973-1974, p. 91). Para esse “ato de justiça” foram escolhidas:

Pacífica Josefina de Castro (Mestre Nhola - professora), Alice Augusta Santana (jornalista), Damiana da Cunha (catequista), Ana Tocantins (professora), Fanny Soares de Camargo (professora), Florianita Bastos (jornalista), Augusta de Faro Fleury Curado (escritora), Francisca Nunes (pintora), Tereza de Alencastro Caiado Godoy (poetisa), Maria Angélica da Costa Brandão (pianista), Mariana Fleury Curado (escritora), Maria de Castro Miranda (escultora), Maria Peclat (professora), Oscarlina Alves Pinto (jornalista), Julieta Augusta Fleury Curado (pianista), Taís de Carvalho (jornalista e professora), Graciema Guimarães Natal (pintora), Maria Ayres do Couto (pintora), Antídia Coutinho (jornalista e professora), Antesina Santana e Silva (poetisa), Leodegária de Jesus (jornalista e poetisa), Rosentina Santana e Silva (jornalista), Rosa Godinho Bello (primeira mulher a bacharelar-se em Direito, em Goiás), Noemi Lisboa de Castro (primeira professora formada em Goiás). (ANUÁRIO - AFLAG. 1970, p. 11).¹⁸⁹

Nelly Alves de Almeida, ao falar sobre o propósito da instituição em recuperar esses protagonismos, argumenta que: “Um passado digno deve ser revivido com todas as suas glórias. Busquemo-lo, pois, e façamos que ele caminhe, passo a passo, com o presente [...] Não neguemos às intelectuais de ontem o direito que tem à nossa admiração pelo muito que fizeram”.¹⁹⁰ Evidenciar as pioneiras, como aponta Rosarita Fleury, era um “ato de justiça”, que vinha para solidificar as redes de intelectualidade e saberes compartilhados entre essas mulheres. Dessas precursoras mais velhas e de longas trajetórias, como Leodegária de Jesus, Eurídice Natal e Cora Coralina (PRADO, 2019), saiu a inspiração para formar a instituição, ou o impulso inicial “[...] dado à mola que nos abriria a porta para visão mais ampla e oportunidade mais fácil de palmilhar uma nova estrada – espinhosa, porém cercada de encantos – que é a estrada da literatura”.¹⁹¹

Norma Telles (1992, p. 48-51) discorre que as mulheres no ato de escreverem, comumente, atribuem à potência de seus versos “às vozes de suas antecessoras e

¹⁸⁹ Observação: para ser considerada jornalista bastava escrever nos veículos de circulação da época, não é atribuído aqui o sentido profissional do termo “jornalista” como formação acadêmica.

¹⁹⁰ ALMEIDA, Nelly Alves de. Nosso Propósito. *O popular*. Goiânia. Caderno 10: Suplemento Literário. 21/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

¹⁹¹ FLEURY, Rosarita. *Leodegária de Jesus*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1973-1974, p. 92. (Biblioteca da AFLAG).

sucessoras”, na tentativa de construir uma “ancestralidade alternativa” que as compreenda e envolva. Sobre os anuários da instituição, Rosarita Fleury pontua que: “deveria trazer colaboração, pequenos dados biográficos e fotografias de todas as acadêmicas”¹⁹², além da descrição completa da solenidade das posses das acadêmicas. Esse processo de biografar-se, conforme Philippe Artières (1993), ou “arquivar a própria vida”, são potencialmente emancipatórios no caso de mulheres que estão promovendo um espaço subjetivo próprio para organizar suas experiências intelectuais. Nesse sentido “narrar é inscrever-se, é constituir-se publicamente” (RAGO, 2013, p. 140).

Rosarita Fleury estava iniciando práticas, para constituir um espaço que negocie com a lógica falocêntrica das instituições masculinas, e que possuem um sentido político vital. Os anuários deveriam comunicar todos os feitos das acadêmicas: “[...] tendo em vista que um dos motivos de fundação da Academia foi justamente o de deixar bem documentadas as realizações das escolhidas”¹⁹³, além de seus escritos e estudos em suas áreas de conhecimento: música, teatro, artes, literatura. Dessa maneira, os anuários se tornam “espaços de negociação” estratégicos, em que essas mulheres se inserem em outros lugares e atribuem outros sentidos às suas existências no campo intelectual. Rosarita Fleury escreve, na apresentação do primeiro Anuário – AFLAG de 1970, o seguinte:

Anuário 1970.

Por: Rosarita Fleury.

O primeiro número do Anuário da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, ou seja, o Anuário 1970, trará não somente trabalhos selecionados, como sempre acontece em publicações dessa espécie. Procuramos fazer com que ele fosse mais objetivo e constituísse ligeira apresentação, aos nossos amigos leitores, de todas as Acadêmicas, cada qual com produção dentro de seu campo de trabalho.

Reunimos, assim, estudos sobre pintores, trechos de produção teatral, considerações sobre a música em suas várias manifestações, sobre instrumentos musicais e divagações literárias em prosa e verso, tudo em tamanho reduzido, atentas todas nós ao problema espaço.

Juntamos, ainda, para enriquecimento do Anuário-1970, fotografias de escultoras e pinturas das integrantes do grupo de Artes Plásticas, peças belíssimas, que constituirão, estou certa, descanso e encantamento para os olhos do leitor.

A par disso anexaremos, também, fotografias e pequenos dados biográficos de cada Acadêmica, o que eleva o Anuário 1970, de simples revista recreativa a repositório de grande valor para o futuro.

¹⁹² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1970*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia. 1970, p. 265. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁹³ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 179. (Biblioteca da AFLAG).

Fazendo esta apresentação, contamos com o apoio do leitor amigo, aos quais pedimos desculpas pelas falhas que forem encontradas, lembrando, a todos, que nos anima, tão somente, trabalhar pelo engrandecimento da cultura artística e literária de nossa terra.¹⁹⁴

Segundo Margareth Rago (2013), a constituição de narrativas centradas no “eu” possui uma noção estratégica, pensando essa prática subjetiva em relação às mulheres. Tal prática expõe “o desejo de renovação interna e de afirmação da liberdade de existir diferentemente no presente” (RAGO, 2013, p. 57). Espaços institucionalmente organizados e agenciados inteiramente por mulheres, como no caso da AFLAG, possibilitam uma prática de constituição de si, ativa e consciente. São mulheres que estão assenhorando-se de suas experiências, ao refletirem sobre suas trajetórias e interdições vividas.

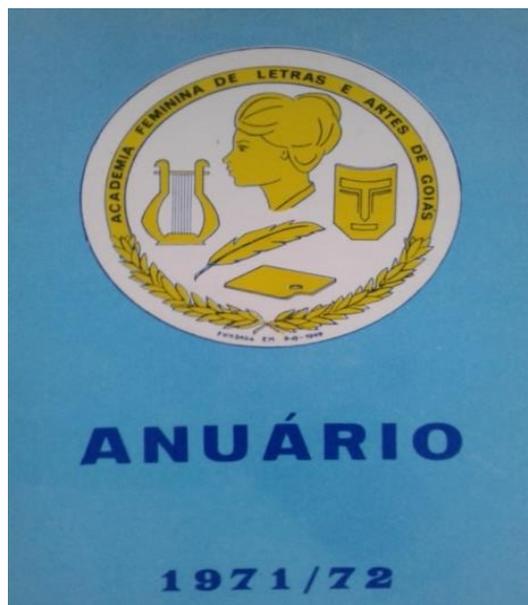
São mulheres que foram destituídas de autoridade, voz e visibilidade, que se (re) inventam como atuantes/protagonistas nas narrativas históricas. O desejo por existir nesse campo intelectual fez com que Rosarita Fleury criasse um discurso sobre ser “herdeira” de protagonismos femininos do passado, situações que se compreendem as estratégias/lógicas de existências em que essas mulheres constroem uma narrativa para se manterem ativas e justificarem as suas existências enquanto artistas. Essas mulheres registram a fundação da instituição no Anuário- AFLAG de 1970, para que: “de simples revista recreativa [se torne] repositório de grande valor para o futuro”.¹⁹⁵ Esse material torna-se “o estatuto de uma reivindicação, ao mesmo tempo em que [confere] uma legitimidade artística” (TELLES, 2012, p. 275).

A construção de novas possibilidades subjetivas e “experimentações artísticas”, (TVARDOVSKAS, 2013) que o espaço da AFLAG proporcionou, fez dessa instituição um ato potencialmente emancipatório. Essas mulheres estavam se reinventando, (re) construindo espaços e (re) constituindo sentidos para seus corpos, experiências, pensamentos e trajetórias. Durante os primeiros anos da instituição, de 1970 até 1992, o *Anuário* teve a intenção de enaltecer dois anos de memórias e solenidades em publicações bianuais, pois, pelo elevado preço do papel, se matinha inviável uma publicação anual. Logo após essa data (1993), passaram a intitular-se *Revista*, possuindo maior dinamismo e englobando maiores colaborações.

¹⁹⁴ FLEURY, Rosarita. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 03. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁹⁵ FLEURY, Rosarita. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 03. (Biblioteca da AFLAG).

Figura 14 - Foto da capa do Anuário de 1971-1972



Todos os anuários e revistas eram acompanhados de uma capa como essa, na qual se encontra o símbolo da instituição. Eram pequenos livros entre 100 e 150 páginas, divididos em várias sessões: crônicas, poesias, artigos científicos, memorial de fotos e estudos. Neles também era publicizada toda a movimentação financeira da instituição. **Fonte:** Capa. ANUÁRIO-AFLAG. Goiânia, 1971-1972. Foto de acervo pessoal.

Quando ocorria apoio financeiro, carta de reconhecimento, elogios à presidência, participação da academia em solenidades ou colaborando com projetos, eles eram destacados logo no início do material. Há uma dedicação voltada à apresentação dessas mulheres como em constante movimentação, para confirmar a plenitude do trabalho e o quanto a instituição não ficava atrás das demais agremiações formadas pelos escritores homens. Esse material por elas confeccionado e desenvolvido: “dir-lhes-á como nasceu essa nova organização. Sem laivos de falsa modéstia, diremos, servirá de estímulo aos valores culturais e artísticos desta e das gerações futuras.”¹⁹⁶ Para Losandro Tadeschi (2014, p. 32), essa recuperação de uma memória e protagonismos femininos agrega valor aos movimentos de “resistência à hegemonia dos discursos de poder e de sistemas de representações androcêntricos” e “coloca as mulheres num processo de retomada de consciência”.

Para pensar sobre as seleções, Talita Michelle de Souza (2017, p. 63) afirma: “[...] não podemos cair na ingenuidade de pensar que todas as mulheres frequentaram a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás”. As escolhas dessas mulheres estão envoltas em relações de saberes e forças, que, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr (2007), são

¹⁹⁶ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Nosso primeiro Anuário*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 05. (Biblioteca da AFLAG).

“construções interessadas” emergentes nas lutas pelo poder. Na época, as mulheres que compunham a instituição foram taxadas de “tradicionalistas” e receberam críticas que as assemelhavam a um “clube de Luluzinhas”, devido ao seletivo grupo ao qual pertenciam na sociedade, e por serem mulheres, ou a uma “rebelião de saias acadêmicas”, no sentido de menosprezá-las em seus intuítos intelectuais.

Sobre os bastidores da instituição, alguns fatores compõem a trama de acontecimentos que vão de frente à ideia homogênea de grupo desejada por Rosarita Fleury. Algumas mulheres renunciaram ao convite que lhes foi dado, como no caso da professora e escritora Marieta Telles Machado (1934-1987), ícone do Grupo de Escritores Novos (GEN), na década de 1960, em Goiânia. Ela chegou a participar das primeiras reuniões do grupo, contudo, conforme relatório de 1970, a mesma renunciou a Cadeira de n.º 28, a qual veio a ser ocupada pela escritora e professora Ana Maria Taveira Miguel.

13 de abril de 1970.

Reunião da Diretoria na Rua 71 n.º. 100, residência da Secretária Sílvia Nascimento, quando se tratou da renúncia de Marieta Telles, ocupante da cadeira n.º. 28. Em palestra informal, comentou-se a não aceitação, por excesso de trabalhos, para membros da Academia, das escritoras Profas. Armida Miotto, Amália Hermano Teixeira e Maria Ferreira de Azevedo Perillo. Foram tratadas, ainda, questões relacionadas com a posse das Acadêmicas, impressão do emblema e vários assuntos.¹⁹⁷

De acordo com jornal da época, a instituição funcionava com uma colaboração financeira de cada uma das associadas, pois eram mulheres que poderiam arcar com o grupo.

Sem receber auxílio financeiro por parte do Governo, mantêm-se com mensalidades estipuladas pela diretoria, pagas pelas associadas. Não possuem ainda uma sede própria, e suas reuniões são realizadas no auditório do Conservatório de Música da Universidade Federal de Goiás, constituindo-se num exemplo de entusiasmo e confiança.¹⁹⁸

Dito isso, a entrevista concedida por Maria do Rosário Cassimiro é elucidativa dessas escolhas que levavam em consideração alguns laços afetivos:

[...] quando a gente entra pra academia, quando a gente se candidata pra AFLAG a gente tem que dar um salário mínimo pra AFLAG, eu dei um salário mínimo, um cheque correspondente a um salário mínimo e não fui

¹⁹⁷ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1970*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia. 1970, p. 265. (Biblioteca da AFLAG).

¹⁹⁸ CURADO, Cecy Aparecida. O Clube das 40 Imortais. *Folha de Goiás*. Goiânia. 2º Caderno. FG. 30/06/1971. (Arquivo da AFLAG).

eleita, quer dizer, a presidente da época, que foi a que mais me convidou, depois ela fez uma campanha contra minha entrada, pra você ver, mulher contra mulher.¹⁹⁹

Por meio da frase “pra você ver, mulher contra mulher”, dita por Cassimiro, é possível compreender as diferenças existentes entre as mulheres. São subjetividades singulares, conforme Joana Maria Pedro (2006), e o uso da categoria *mulheres* evidencia esses diversos lugares que elas ocuparam e as suas singularidades. A historiadora pontua que se deve ter consciência de que “aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras” (PEDRO, 2005, p. 82). Havia as preferências a determinadas mulheres em detrimento de outras, de acordo com a entrevista de Cassimiro, em que houve, em determinado momento, uma campanha contra a sua entrada. Mesmo com a concessão do valor financeiro e os requisitos para concorrência da Cadeira, Cassimiro alega não ter sido eleita.²⁰⁰

Sobre as preferências entre elas, outro fator que pesava na votação, contra ou a favor, era a região de origem, que gerava maiores identificações. A esse respeito, Cassimiro continua relatando que, na segunda tentativa de sua entrada na AFLAG, a votação foi unânime, com apenas um voto contrário: “[...] e essa que votou contra, que teve até muita razão [...] tinha uma candidata de Anápolis, e ela é de Anápolis, ela se viu na obrigação de votar na conterrânea dela, e eu tive esse voto contra”.

Para refletir sobre os lugares que essas mulheres ocupam, ao estudar a vida e a obra da escritora Maria Paula Fleury de Godoy, a historiadora Talita Michelle de Souza (2019) identificou alguns posicionamentos da escritora acerca da consagrada autora de *O Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus (1914-1977), uma mulher negra e favelada:

[...] problematizando o que é um bom ou mau escritor, Maria Paula Fleury de Godoy não consegue enxergar Carolina Maria de Jesus como escritora, quando se refere à autora, utiliza entre aspas o termo “escritora”, fato que nos leva a problematizar o que é ser uma escritora/escritor. (SOUZA, 2017, p. 90).

Maria Paula Fleury de Godoy demonstrava desconhecer a realidade de Carolina Maria de Jesus, desqualificando suas vivências enquanto uma intelectual brasileira. Outro exemplo foi investigado por Cunha e Dering (2020) que, ao estudarem o cânone literário goiano, se

¹⁹⁹ Entrevista concedida em 23/08/2019.

²⁰⁰ Maria do Rosário Cassimiro foi eleita para a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás apenas em 2011 como titular da Cadeira n.º 34, cuja Patrona e Fundadora foi Norma Baiocchi Medeiros.

deparam com a situação na qual o nome de Cora Coralina é destaque no cânone regional e nacional, enquanto o nome de Leodegária de Jesus, uma escritora negra, é quase inexistente. Além das construções de gênero, as estruturas de segregação postuladas pela raça e a posição social dessas mulheres devem ser consideradas nas análises. Leodegária de Jesus teve a sua presença e biografia almejada por Rosarita Fleury nos anuários da instituição enquanto homenageada, contudo, é inegável que são as “exceções” da regra estrutural de um cânone racista.

Dentre as mulheres da AFLAG encontra-se Ana Braga Machado Gontijo, como foi mencionado, é mulher de origem pobre e negra. Ao anunciar a fundação da instituição ela deixa evidente em seu discurso os atravessamentos de sua trajetória e os sentidos outros que percebia sobre si, diferenciando-se das demais companheiras, principalmente quando menciona que aceitou o convite dessa “empreitada” no qual: “[...] ousei, mesmo assim, participar com elas da formação do banquete com que brindamos”.

Além do ato de fundar uma academia de mulheres, empreitada na qual ela teria “ousado” estar entre as demais, Ana Braga ressalta que, “[...] pensando no que representam as mulheres de Goiás e do Brasil, na contingência do mundo atual”, ao qual ela teria aceitado, refletindo sobre a vastidão de um pensamento que a enaltecia e a fazia se sentir: “[...] algo mais do que sou, sendo como sou microscópica parcela do poder feminino. Convidada, e quase nada tendo para enriquecer a vasta bagagem de minhas anfitriãs”.²⁰¹ Ela foi à única, dentre as demais confreiras, mulheres brancas e abastadas, a apresentar uma origem pobre, referindo-se constantemente ao antigo arraial de Peixes, no atual Estado do Tocantins (GO).

Geovanni Levi (2010) escreve que os sistemas normativos, os quais são atravessados pelas relações de poder e de gênero, não são capazes de eliminar possibilidades de escolha ou a agência dos sujeitos que se encontram em constante manipulação ou interpretação das regras. De acordo com o que Maria do Rosário Cassimiro afirmou, em sua entrevista, e o que Talita Michelle de Souza (2017) reafirma em sua pesquisa, as diferenças entre as próprias mulheres também foram motivos de segregação. De acordo com as exposições feitas, essas mulheres estavam mobilizando sentidos sobre o que elas acreditavam ser o papel e a imagem de uma escritora/escritor que refletiam, também, o grupo social de elite da qual faziam parte. Em suma, essas “negociações” precisam ser observadas levando em conta as interseções de raça, classe e gênero, pois elas refletem as condições de possibilidades desses indivíduos dentro da sociedade.

²⁰¹ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Discurso Proferido por Ana Braga Machado Gontijo*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 231. (Biblioteca da AFLAG).

Dentre as críticas recebidas pela academia, a mais conhecida foi a de Antônio José de Moura, ao publicar no jornal *O Popular*, em 1969, uma “opinião” acerca dos estatutos da AFLAG e a notícia de sua fundação. Nos estatutos da AFLAG, constava que não aceitavam homens, o que foi duramente criticado por ele, bem como pelas definições tradicionalistas de literatura e a idade mínima de 30 anos por elas postulada para que uma mulher solicite sua entrada na instituição.²⁰² Moura escreve que: “Como foi amplamente divulgado, as saias das nossas letras, marcando um brilhante tento na ascensão do matriarcado vigente, resolveram dar um grito de independência sem morte”²⁰³ e continua:

Após uma soirée e alguns chás é possível que a ideia tenha nascido no Country Club, um grupo de escritoras criou a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, como réplica à entidade presidida pelo Sr. Ursulino Leão, cujo estatuto (da **leoa**, não do leão) sempre lhes negou ingresso- o que não deixa de ser uma deplorável injustiça, uma inqualificável discriminação, uma cruel obtusidade.

Antônio José de Moura constrói uma crítica ao elitismo dessas instituições e afirma que a academia organizada pelas mulheres poderia ser tão preconceituosa quanto a Academia Goiana de Letras.

Quando soube do evento e temendo um iminente choque entre acadêmicos de uma e acadêmicos de outra, o meu sexto sentido de repórter em disponibilidade funcionou: telefonei à presidenta da recém- nascida, escritora Rosarita Fleury. Queria inteirar-me de disposições estatutárias, não com o intuito de forçar a entrada de alguma protegida ou apadrinhada minha, que não as tenho, mas tão somente para saber se as leis que regem a academia das mulheres não eram, inversamente, tão preconceituosas, como às que regem a dos homens ilustres.²⁰⁴

No intuito de inserir uma “apadrinhada sua” na respectiva Academia Feminina, Antônio José de Moura lança sua crítica ao corporativismo que cerca esses espaços, atrelados à noção de exclusividade e seletividade. Segundo Moura: “dona Rosarita Fleury me revelou alguns itens com os quais não se pode concordar. Por exemplo: só entra na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás senhora ou senhoritas com mais de 30 anos”²⁰⁵ e

²⁰² Conforme o estatuto de 1969, publicado no Anuário da AFLAG de 1970. (Biblioteca da AFLAG).

²⁰³ MOURA, Antônio José de. A Rebelião de Saias Acadêmicas. *O Popular*. Caderno 10: Suplemento Literário. Goiânia. 21/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

²⁰⁴ MOURA, Antônio José de. “A Rebelião de Saias Acadêmicas”. *O Popular*. Caderno 10: Suplemento Literário. Goiânia. 21/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

²⁰⁵ MOURA, Antônio José de. “A Rebelião de Saias Acadêmicas”. *O Popular*. Caderno 10: Suplemento Literário. Goiânia. 21/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

dimensiona o teor moralista e cristão, pois, dentre essas escritoras, aquilo que fosse considerado ofensivo à “dignidade da família brasileira”²⁰⁶ não seria aceito como produção literária.

Na época, Rosarita Fleury respondia afirmando que a idade escolhida foi em decorrência da avaliação feita por elas em suas reuniões, na qual ficou definido que acima de 30 anos é uma idade “[...] adequada para se considerar o peso intelectual e a produção literária e artística de uma vida”.²⁰⁷ Essa escolha da idade era um fator inexpressivo e, dessa forma, a escritora completa sua resposta afirmando que, para as futuras gerações de mulheres, a AFLAG estaria presente para apoiá-las e recebê-las: “[...] Reconhecemos grande valor em muitas e nos sentimos felizes e orgulhosas se elas, à medida que atingirem a idade exigida, procurarem a nossa companhia”.²⁰⁸ Essas mulheres não seriam reconhecidas nas redes de sociabilidades postuladas até então inteiramente masculinas e regidas pela lógica falocêntrica, sem concretizar esse espaço feminino, cujo intuito é promover conforto, confiança, cumplicidade e fortalecimento da arte produzida por elas.

Outra resposta interessante é dada por Rosarita Fleury ao afirmar que: “a Academia Feminina aceita também o ingresso de escritores do sexo masculino, mas me parece que eles temem perder a masculinidade, e por isso nunca se inscreveram”.²⁰⁹ Os estatutos da instituição não deixavam evidente qualquer modelo de exclusão dos sexos, mas, claramente, as integrantes das Cadeiras deveriam ser mulheres, pois os próprios termos encontram-se no feminino.

ESTATUTOS

Capítulo II – Composição

²⁰⁶ FLEURY, Rosarita. *Estatutos*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 269. (Arquivo da AFLAG).

²⁰⁷ Conforme a ata da 2ª reunião em 07/12/1969 “A leitura do artigo 7º que diz respeito à idade mínima para o ingresso na Academia, às acadêmicas Ada Curado, Violeta Bittar Carrara e Marieta Telles Machado manifestaram-se contra, alegando que não é a idade cronológica que diz da importância e da maturidade de nossa obra, havendo numerosos exemplos de artistas, que embora jovens, construíram obras que se eternizaram. Nem tão pouco é o volume de obras, realizado através dos anos, que atesta o valor e a importância de uma produção, mas a sua qualidade. Ana Braga e outras argumentaram que só o tempo e a experiência podem conferir ao artista peso e maturidade para sua obra. Submetido o assunto à votação, a idade mínima de 30 prevaleceu, embora Ada Curado e Marieta Telles Machado fizessem questão que seu voto desfavorável constasse em ata”. (Arquivo da AFLAG, Caderno nº 01 de atas). Essa medida sofrerá modificações. Os estatutos de 2001 e 2013 da instituição passam a considerar a idade mínima de 45 anos.

²⁰⁸ FLEURY, Rosarita. “*As mulheres e a sua academia*”. Cinco de Março. Goiânia. Entrevista. 16/02/1970, p. 09. (Arquivo do IPHBC).

²⁰⁹ FLEURY, Maria do Rosário. *Lição para viver*. Destaque da Coluna *Gente*. Diário da Manhã. Goiânia. 14/02/1982, p. 39. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás- IHGG. Fragmento).

Art. 3º- Compõe-se a Academia de 40 Membros Efetivos todos residentes em Goiás, pelo menos nos últimos cinco anos, e de Sócios Correspondentes, tratando-se de **literatas e artistas** que residam em outras cidades.²¹⁰

O que a escritora desejava expor era que, mesmo sem se oficializar como membro efetivo da instituição, a participação masculina seria solicitada e bem-vinda. Isso é evidente nos anos que se seguem, onde os próprios escritores Bariani Ortêncio e José Xavier de Almeida Júnior contribuíram para a formação dos estatutos. No discurso de fundação da instituição, Ana Braga Machado Gontijo conclamava o governo de Goiás para que as auxiliem em: “batalhar pelo aumento, pelo aperfeiçoamento e divulgação de nossa literatura e de nossa arte”.²¹¹ Outra questão a ser ressaltada é que, mesmo não deixando explícito o teor de protesto, essas associações literárias e artísticas femininas que se formam pelo Brasil possuem, implicitamente, um “sentido de protesto frente à lógica das instituições literárias masculinas [...] criadas à margem da política de seleção da prestigiadíssima Academia Brasileira de Letras” (HOLLANDA, 1993, p. 23). Situação presente nos estatutos da AFLAG, em que, inegavelmente, os termos são conduzidos ao feminino: (as) artistas, literatas, acadêmicas.

Lena Castello Branco situa que a maior contribuição da instituição para as mulheres tem sido: “[...] o autoconhecimento do seu valor, da sua importância para a sociedade e, sobretudo, uma projeção de dentro pra fora daquilo que as mulheres que pertencem à academia produzem”.²¹² Ou, nas palavras de Augusta de Faro Fleury de Melo, torna-se um lugar “[...] para elas se sentirem que existiam, deu um espaço para elas falarem, escreverem, manifestarem suas ideias, seus sonhos, tal o que elas pretendem, porque realmente não tinha espaço para mulher intelectualizada”.²¹³ Tanto a escolha dos nomes quanto o desejo por constituir uma tradição literária e intelectual diz respeito ao desejo de um grupo seletivo de mulheres da sociedade goianiense, desejosas de visibilizar aquilo que “as mulheres que pertencem à academia produzem”, provocando fissuras no campo intelectual goiano. Essas mulheres, que em muitos aspectos reproduziram em suas práticas as mesmas lógicas de segregação e as normas de gênero que as atravessam enquanto sujeitos, continuaram a sustentar um cânone, sumariamente, branco e elitista.

²¹⁰ Estatuto de 1969. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 269. (Biblioteca da AFLAG).

²¹¹ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Discurso Proferido por Ana Braga Machado Gontijo*. ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 239. (Arquivo da AFLAG- Biblioteca).

²¹² Entrevista concedida em 04/07/2019.

²¹³ Entrevista concedida em 10/07/2019.

Sobre esse cânone, a Academia Goiana de Letras corroborou para a manutenção de um grupo estritamente branco e elitista no campo intelectual goiano, assim como a Academia Brasileira de Letras o fez em âmbito nacional. Essas instituições literárias constituem-se de redes e relações pessoais que fortalecem a consolidação de verdadeiras “panelinhas”. Maria do Rosário Cassimiro comenta sobre sua eleição a uma Cadeira na AGL ocorrida em 1985. Ela foi a 5ª mulher a adentrar naquele espaço e menciona aspectos da disputa:

Então o Ursulino perguntou se eu nunca tinha pensado de entrar pra academia, eu falei não, “mas a gente já em oito livros”, mas acadêmicos, técnicos, sobre a educação, “não tem importância, isso não impede não”, aí, os meus assessores que estavam ali na sala ouviram a conversa e levaram a sério, e começaram a conversar com outros acadêmicos para ver o que eles achavam da professora Cassimiro entrar pra academia, e foram achando apoio, sabe, foram achando apoio e insistiram, aí eu conversei com doutor Ursulino, perguntei, e tinha uma vaga, “doutor Ursulino, sabe aquela pergunta que o senhor me fez, tô pensando agora em entrar, eu posso entrar nessa vaga que tem aí”, ele falou “essa não, essa não adianta porque o, o, o poeta, ele até falou, o poeta já trabalhou tão bem que os votos já são dele, entra na próxima” e a próxima a providência divina, eu acredito muito nela, a providência divina que a próxima foi a da Cora Coralina, eu entrei na vaga dela.²¹⁴

Rosarita Fleury foi aceita apenas em 1979 para ocupar uma cadeira na AGL, de acordo com Débora de Faria Maia (2018, p.71), “ocupando a cadeira nº 31, anteriormente de Eurídice Natal e Silva, isso após fundar a sua Academia, (AFLAG), como respaldo à conscientização feminina”. A Cadeira tem Eurídice Natal e Silva como Patrona e representa a única cadeira inteiramente feminina da instituição como forma de “amenizar” os anos de exclusão e silenciamento.

É simbólico que Rosarita Fleury seja a primeira titular da Cadeira. A escritora foi a terceira mulher a integrar o quadro dos intelectuais homens da instituição. Nelly Alves de Almeida foi a segunda, eleita em 1976, e Regina Lacerda foi a primeira, eleita em 1973. Maria do Rosário Cassimiro foi a primeira mulher a presidir a Academia Goiana de Letras (1994 a 1996), e sobre isso Augusta Faro Fleury de Melo comenta:

[...] nosso estado é machista, só a novíssima geração que tem uma ótica diferenciada, mas eles são, e inclusive os membros da AGL são machistas, eles contam no dedo cada mulher que entra, preocupadíssimos porque já somos dez na academia goiana, sendo que a presidente Leda Selma [atual presidente em 2019] é mulher.²¹⁵

²¹⁴ Entrevista concedida em 23/08/2019.

²¹⁵ Entrevista concedida em 10/07/2019.

A entrevistada continua a afirmar o que percebeu como um “movimento violento dentro da academia”, em relação às mudanças e aos sentidos outros que foram provocados no espaço com a presença dessa mulher na presidência.

[...] sendo que a presidente lá, a atual, tá saindo no fim do ano [2019], a Leda Selma, ela fez um movimento violento dentro da academia, ela avivou a academia, ela publicou muitos livros, muitas revistas, a academia feminista faz revistas anuais, mas ela fez tanto assim na parte administrativa, criativa, da valorização, tudo que ela fez, ela ficou, criou o ano cultural que até esse ano leva o meu nome, eu tô sabendo muito bem que depois que a Leda sair vai ser um *down*, porque homem é bom de falar grosso, mas eles são ruins de serviço para essas coisas [...].²¹⁶

A escritora Leda Selma de Alencar²¹⁷, mencionada por Augusta Faro, é a segunda mulher a presidir a Academia Goiana de Letras em 80 anos. O próximo capítulo aprofunda no cotidiano da AFLAG, observando os recuos, avanços e as conquistas gradativas. Nesse contexto, destaca-se Rosarita Fleury enquanto animadora desse grupo de mulheres, mantendo-se Presidenta da instituição por 23 anos consecutivos até o seu falecimento em 1993. Esses anos são percorridos na tentativa de elucidar, para a leitora e o leitor, o teor dos laços/alianças que ali se formavam e os enfrentamentos estratégicos constantes e próprios desses espaços de disputas que compõe o cânone e o campo intelectual predominantemente masculino.

²¹⁶ Entrevista concedida em 10/07/2019.

²¹⁷ “Lêda Selma de Alencar. Nasceu no dia 15 de agosto de 1950, na cidade de Urandi, Bahia, filha de Ezy Dantas e de Laurinda Davi de Carvalho. Transferindo residência para Goiânia, estudou do curso primário ao magistério no Colégio Santo Agostinho, onde ela com outras alunas fundaram o jornal Juventude Agostiniana. Courseu Letras Vernáculas na Universidade Católica de Goiás e pós-graduação em Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Produtora cultural e professora em diversos estabelecimentos de ensino em Goiânia, pertence à União Brasileira de Escritores de Goiás, Associação Goiana de Imprensa e outras entidades culturais. Iniciou no Jornalismo escrevendo crônicas para a *Folha de Goyaz* e para o *Diário da Manhã*, de Goiânia. Recebeu da Câmara Municipal de Goiânia e da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, respectivamente, os títulos de Cidadã Goianiense e Goiana, pelos serviços prestados ao estado e à capital. Detentora de muitos prêmios literários e participa de diversas antologias brasileiras. Publicou as seguintes obras: *Das sendas à travessia*, 1986; *A dor da gente*, 1988; *Fuligens do sonho*, 1990; *Migração das horas*, 1991; *Erro médico: uma ferida social*; 1991; *Pois é, filho*, 1997; *Até Deus duvida*, 2002; *Silêncios de Viento y mar* (bilíngue) - em parceria com Lygia de Moura Rassi, 2003; *Hum!... sei não*, 2005; *À Deriva*, 2005. Lêda Selma de Alencar é atual ocupante da Cadeira de n.º 14 da Academia Goiana de Letras”. Disponível em: <https://secom.ufg.br/n/12345-biografias>. Acesso em: nov 2020.

2.2 “As Cigarras Vadias” tornam-se as “Formigas da Inteligência”: Rosarita Fleury à frente da AFLAG, recuos, práticas e avanços nos primeiros anos da instituição (1969-1993)

As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas. As glórias de todas as nossas guerras seriam desconhecidas. Estaríamos ainda rabiscando o contorno de gamos em restos de ossos ovinos e trocando sílex por pele de cordeiro ou qualquer ornamento simples que despertasse nosso gosto sem sofisticação. Super-Homens nunca teriam existido.²¹⁸

Virgínia Woolf. **Um Teto Todo Seu**. 1929.

“As cigarras vadias”: foi como Nice Monteiro Daher (1915-2011), ocupante da Cadeira n.º 33, para o jornal *O Popular* em 1969, descreveu os movimentos que as “mulheres de azul” fizeram, “vadiando” sem rumo na vida artística. Mulheres que almejavam um lugar para aprimorarem seus conhecimentos e participarem, em conjunto com os homens, no desenvolvimento de sua Pátria – Goiás e Brasil –, mas também um espaço onde as futuras gerações de mulheres encontrariam visibilidade. A escritora afirma que: “[...] nosso ambiente feminino intelectual é, inegavelmente, modesto em número, embora seja de primeira água em qualidade”, ao mesmo tempo em que desabafa sobre a “[falta] de apoio jornalístico, preço exagerado nas edições dos livros publicados”.²¹⁹

O teor da insegurança atravessa os sentidos que essas mulheres atribuem à instituição que estão consolidando, ao mesmo tempo em que se congratulam pelo esforço realizado. Nice Monteiro Daher destaca que essas “formigas cautelosas” da inteligência são bombardeadas por uma forte autocrítica, receosas com seus livros, como “fiandeiras de inúteis alegorias”, demonstrando os processos complexos e constitutivos da criação artística para as mulheres.

E que faremos nós outras dentro da Academia? Nós que fomos as cigarras vadias jogando crônicas vagas em cantos de vagos jornais? Somos apenas, fiandeiras, de inúteis alegorias... Cantamos paisagens, enrodilhando cores, misturando os dedos nos fios de ouro do sol... As fundadoras da Academia, formigas cautelosas, pensaram, porém, em nossa dispersão de cigarras,

²¹⁸ WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo. Ed: Tordesilhas. 2014, p. 30.

²¹⁹ DAHER, Nice Monteiro. “*Acadêmicas*”. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10: Suplemento Literário. 13/12/1969 (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

quando escreveram o art. 6º dos estatutos que tenho ante os olhos: “somente poderão ser membros efetivos ou sócios correspondentes, pessoas que tiveram publicado livro de reconhecido valor ou farta colaboração em jornais conhecidos como idôneos?”. Além disto, a Academia reunirá almas iguais no desejo de cooperação produtiva. Lá será uma tenda de trabalho. São pormenores que tranquilizam nossa consciência com lampejos de autocrítica...²²⁰

A AFLAG funcionou como uma rede intelectual constituída em prol da visibilidade e reconhecimento. Mulheres preocupadas em romper com a “lógica do silenciamento”, como pontuou Heloísa Buarque de Hollanda (1992, p. 15), “em denunciar e tentar romper com a estigmatização da presença feminina na literatura”, inicialmente, criando uma tradição e um cânone que representasse uma história literária e artística feminina. Segundo a musicista Dalva Maria Pires Machado Bragança (1934-2013), Patrona da Cadeira n.º 8, a formação da instituição foi “formidável”, como um campo para as mulheres, pois antes: “[...] nós não aparecíamos, fazíamos, mas a gente não aparecia, e com a AFLAG o campo se abriu e o horizonte começou pra nós mulheres”.²²¹ Nas palavras de Lygia de Moura Rassi, na apresentação do Anuário - AFLAG de 1981-1982, a iniciativa é fruto de: “[...] um talento invulgar oriundo da sensibilidade dessas mulheres surpreendentes”.²²²

Fazendo-se reconhecer legalmente, enviando ofícios para todo o estado de Goiás e demais instituições culturais, conforme exposto no subcapítulo anterior, essas mulheres estão manejando estratégias, revelando este “jogo complexo e instável” que são os discursos de poder, para os quais Pierre Bourdieu compreende em inúmeras resistências simbólicas (BOURDIEU, 2018). Com o passar dos anos, a maneira como as mulheres se apresentam perante a sociedade também vai se alterando, gradativamente. A Academia Feminina conquista espaços e se afirma perante o campo intelectual, campo este onde consensos entre os agentes – em sua maioria homens – legitimaram-no como “masculino”, reconhecendo-o e institucionalizando um poder difícil de ser rompido. Essas conquistas proporcionaram maior segurança para elas. Na década de 1980, por exemplo, a agremiação é apresentada como uma iniciativa que vai além de uma simples “colaboração”, pois ela dizia respeito a um grupo de mulheres “côncias de seu dever” que:

²²⁰ DAHER, Nice Monteiro. Acadêmicas. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10: Suplemento Literário. 13/12/1969 (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

²²¹ Depoimento das Patronas e Titulares. Vídeo em comemoração aos 40 anos da AFLAG - Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. 09/11/2009. Patrona da Cadeira n.º 08. [Falecida]. Musicista. Fonte: Arquivo Gravado da AFLAG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-SMr2Ja2a80>. Acesso em: jan 2020.

²²² RASSI, Lygia de Moura. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1981-1982, p. 07. (Biblioteca da AFLAG).

[...] lutam e concorrem com a sua capacidade, quer nas letras, quer nas artes, para que a AFLAG, uma das primeiras academias femininas brasileiras, de vitória em vitória atinja uma de suas metas, que é proteger, divulgar e tornar conhecida, em todo o rincão pátrio, a versatilidade do intelecto da mulher do Brasil Central expressa em seus suaves versos, em seus profundos e convincentes artigos e em suas arrebatadas ficções. Assim tem sido e assim há de ser, pois a AFLAG vem dando à mulher goiana a tão almejada oportunidade de conseguir o lugar de destaque no âmbito nacional, a que tem direito por sua capacidade de trabalho e inegável valor. ²²³

Essa manifestação de confiança se faz presente nos estatutos. A instituição tinha por finalidade, conforme o Art. 2º do estatuto de 1969:

[...] o incentivo da literatura goiana, brasileira e estrangeira de modo geral, cultura, e aprimoramento da língua pátria, elevação do nível literário, batalhando para que esse mesmo nível se mantenha puro e destituído de palavras que possam ferir o conceito de dignidade da família brasileira. ²²⁴

Com o tempo, gradativamente, a instituição altera suas finalidades de formação. No ano de 2013, o mesmo Art. 2º modifica-se para:

A AFLAG tem por objetivo incentivar e apoiar a Literatura e as Artes no Estado de Goiás e no Brasil, trabalhar pela Cultura e pelo aperfeiçoamento da língua pátria, cooperar com a produção e divulgação artística em seus diversos segmentos, **preservar, para as gerações atual e futura, a memória das Patronas e das Acadêmicas.** ²²⁵

Durante todos esses anos de formação, a instituição, que antes sustentava os princípios e dignidade da “família brasileira”, claramente, volta-se para as Patronas. O conceito de “memória” faz-se presente e é utilizado por elas, no sentido de atribuir, ao espaço da AFLAG, um lugar de preservação das experiências dessas mulheres no tempo. A produção artística e intelectual das mulheres, suas subjetividades e anseios, por muito tempo, encontravam-se revestidos pela invisibilidade. A voz das mulheres, como reforça Michelle Perrot (2005), foi considerada tagarelice e inútil, mesmo aos ouvidos mais atentos.

A AFLAG torna-se lugar de enunciação dessas mulheres, conforme Ellen Carneiro Vale, artista plástica e titular da Cadeira n.º 9 da instituição. Ela aponta que: “[...] Dentro da

²²³ CURADO, Nita Fleury. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1983-1984, p. 11. (Arquivo da AFLAG).

²²⁴ FLEURY, Rosarita. *Estatuto da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, 1969*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1970, p. 269-277. (Biblioteca da AFLAG).

²²⁵ Folheto do Estatuto da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). 14 de Fevereiro de 2013. Modificação reconhecida sob Presidência de Heloísa Helena de Campos Borges. (Arquivo da AFLAG). (grifo nosso).

academia, nós acadêmicas estamos protegidas e temos a força reunida de todas”.²²⁶ Até o momento da fundação oficial da instituição, decorreu-se um ano das primeiras reuniões, em 1969, e do registro como utilidade pública, marcado por intensas tarefas voltadas ao aperfeiçoamento, reconhecimento e fortalecimento das redes entre elas.

Rosarita Fleury chega a solicitar uma colaboração financeira das confradeiras, de modo a:

[...] contribuir, mensalmente, com pequena importância, para as despesas iniciais da Academia, tais sejam livros, papéis, pastas e registro em Cartório da Entidade. Estabelecida em NCr\$ 10,00, a quota a ser cobrada, baixou-se uma portaria, por mim assinada, na qualidade de Presidente [...].²²⁷

Conforme o Art. 33, do Capítulo VIII, “Dos Fundos da Academia”, presente no estatuto de 1969: “Os fundos da Academia constituir-se-ão de subvenções, auxílios financeiro federal, estadual e municipal que forem conseguidos [e] doações [...]”. Esporadicamente, o apoio em forma de doação vinha de figuras de apoio político, como o Dr. Colemar Natal e Silva, esposo de uma das confradeiras, Genesy de Castro e Silva, bem como dos amigos próximos, a exemplo, o poeta José Mendonça Telles. Porém isso não anula o fato de que foram contínuas as idas e vindas em busca de auxílios e verbas do governo e da Secretaria de Cultura, na época. Ercília Macedo Eckel faz referência a essas dificuldades, lembrando em sua entrevista que:

[...] Rosarita fez um via sacra, cada semana ela ia com uma “comissãozinha”, uma ia comigo, outra com Ana Braga, e outras pessoas batiam no poder no palácio para pedir, isso foi se repetindo, uma luta incrível dessas três, e a Rosarita na frente, ela foi muito tempo presidente porque ela era única que tinha esse espírito tão forte de luta [...].²²⁸

Estava previsto que parte dessas verbas e doações seriam revestidas no pagamento de cheques, ou, como ficaram conhecidos, os “Jetons”, valor extra, quantia em dinheiro que poderia auxiliar as confradeiras, assim chamadas, para a publicação de seus livros, concertos e exposições. Ercília Macedo Eckel afirma que esse dinheiro estimulava quem ia aos encontros

²²⁶ Depoimento das Patronas e Titulares. Vídeo em comemoração aos 40 anos da AFLAG - Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. 09/11/2009. Fonte: Arquivo Gravado da AFLAG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-SMr2Ja2a80>. Acesso em: jan 2020.

²²⁷ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1969*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 184. (Arquivo da AFLAG). Para comparação, Rosarita Fleury solicitava NCr\$ 10,00 como contribuição mensal e o salário mínimo, na época, variava entre: NCr\$ 187, 20 (Decreto nº 66523 maio/1970) e Cr\$ 268,80 (Decreto nº 68576 maio/1972). Disponível em: <https://is.gd/wlOH0i>. Acesso em: out 2020.

²²⁸ Entrevista concedida em 09/08/2019.

da instituição, da seguinte forma: “[...] quem ia ganhava um dinheirinho em cruzeiro que dava para pagar um táxi de ida e volta, quer dizer, você ia e ganhava esse “jetonzim”, com o tempo, ele desapareceu e foi tendo a ajuda do governo [...] sempre é aquela ideia de que mulher é frágil, que mulher não vai conseguir”.²²⁹

Essa iniciativa constava nas atas, relatórios e no estatuto da instituição, conforme o Capítulo VIII, “Dos Fundos da Academia”, em que aponta o destino desses auxílios:

Art. 34 – Os fundos serão aplicados:

- 1 – Com pessoal administrativo;
- 2 – Com a edificação, reparação, ampliação e conservação do patrimônio;
- 3 – na remuneração das Acadêmicas por comparecimento às sessões;
- 4 – com a instalação de biblioteca, com a impressão de obras inéditas ou já esgotadas, de reconhecido interesse para a cultura de Goiás;
- 5 – com a publicação de avisos, convocações e notificações feitas pela imprensa falada ou escrita, que verse sobre a Academia;
- 6 – com material de expediente, selos de correio e material de limpeza;
- 7 – com prêmios criados pela Academia;
- 8 – com gastos resultantes de posse, comemorações, recepções a pessoas ilustres e homenagens funerárias;
- 9 – com impressão, distribuição e manutenção de jornais, revistas ou outras publicações;
- 10 – com o transporte, ajuda de custo, hospedagem de delegadas da Academia a congressos em que se fizer representar;
- 11 – com aluguel de salas, salões, teatros, quando necessários;
- 12 – com transporte e hospedagem de conferencistas especialmente convidadas pela Academia.²³⁰

Diante do exposto acima, havia uma clara intenção de que a instituição agenciasse a produção de suas confradeiras, além do desejo de realizar intercâmbios culturais com outras instituições e convidar “conferencistas”, ou seja, outras escritoras e artistas, conforme se verá adiante. Sobre as publicações, essas mulheres estavam se respaldando, institucionalmente, enquanto grupo reconhecido e legalizado como um espaço cultural. No “Capítulo VI – Direitos e Deveres dos Membros e Sócios da Academia” do estatuto de 1969, constam os direitos das confradeiras: “item 4 – imprimir o título de Acadêmica nas obras que produzir [...] item 5 – receber o diploma, a insígnia, a carteira da Academia e usar a identificação

²²⁹ Entrevista concedida em 09/08/2019.

²³⁰ FLEURY, Rosarita. *Estatuto da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, 1969*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1970, p. 275-276. (Biblioteca da AFLAG).

acadêmica”²³¹. Os conteúdos dessas publicações eram delimitados, uma vez que não deveriam ferir os valores morais comungados pela instituição.

As primeiras reuniões do grupo foram destinadas à reflexão sobre a arrecadação das mensalidades, verificação dos livros que seriam doados, hino da instituição²³² e o emblema oficial. Essas reuniões ocorriam na casa das próprias integrantes, conforme se observa em atas e relatórios, e outrora em espaços solicitados para colaboração, como o Conservatório de Música da Universidade Federal de Goiás, as salas concedidas pelo Departamento de Cultura, o Museu Zoroastro Artiaga, o Instituto Histórico e Geográfico Goiano (IHGG). Constantemente, este último espaço foi solicitado, principalmente quando esteve sob a presidência de Dr. Colemar Natal e Silva.

13 de Janeiro de 1970-

Reunião da Diretoria na Av. Araguaia n. 351, residência da 1ª. Vice-Presidente, Nelly Alves de Almeida, para tratar de assuntos ligados à arrecadação das mensalidades e aquisição de material necessário à Academia.

27 de fevereiro de 1970-

Nova reunião da Diretoria, realizada, desta vez, na residência da 2ª Vice-Presidente, Célia Coutinho Seixo de Brito, para que fossem verificados os livros de registro e escrituração.

13 de março de 1970-

Reunião de Assembléia Geral no Conservatório de Música, para apreciação e escolha do emblema a ser usado pelas Acadêmicas, cujos desenhos, apresentados por Violeta Bittar Carrara e Neusa Rodrigues de Moraes, entraram em votação, saindo vencedor o que foi criado pela segunda.²³³

Geovanna Galvão Tavares (2000), menciona a AFLAG como uma das instituições que foi oficializada como divulgadora da cultura goiana, atrelada ao ideal político do período. A Academia Feminina mantinha muitas reuniões no Instituto Histórico Geográfico Goiano – IHGG. Colemar Natal e Silva esteve na presidência dessa instituição entre 1973 e 1992 e Maria do Rosário Fleury, em todo o período em que presidiu a AFLAG, solicitava-lhe um espaço. O IHGG havia funcionado até a década de 1960 como um “Centro de Estudos Culturais”, após esse período, funcionou como local onde eram ministrados os cursos de História e Geografia da Universidade Federal de Goiás. No ano de 1974, foi inaugurado o

²³¹ FLEURY, Rosarita. *Estatuto da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, 1969*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1970, p. 274. (Biblioteca da AFLAG).

²³² Ver Anexo D deste trabalho.

²³³ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1970*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 261-262. (Arquivo da AFLAG).

"Curso de Cultura Goiana", momento em que o IHGG almejava se ligar à comunidade. A partir da pesquisa de Tavares (2000, p.106), foram identificadas as acadêmicas Lena Castello Branco e Belkiss Spenzière Carneiro (1928-2005) ministrando aulas na primeira edição desse curso.

O IHGG também foi uma instituição que negou a entrada das mulheres em seus quadros de sócios, permitindo-as apenas no ano de 1976, conforme Tavares (2000, p.116):

Com essa atualização do instituto, ingressam as professoras Dalísia Elizabeth Martins Doles, Maria Augusta Santana Moraes, Belkiss Spenzière Carneiro Mendonça, Marivonne Matos Chaumi e Lena Castello Branco Ferreira da Costa. No decorrer da década de 1970, nenhuma mulher associada chegou à diretoria da Instituição, exercendo apenas cargos nas Comissões Permanentes [...]. Assim, apesar da abertura do quadro de sócios às mulheres, manteve-se o poder masculino na condição da instituição.

A pesquisadora também destaca que era comum descrever os fundadores das instituições (AGL e IHGG) como “homens fortes” que buscavam a razão e não a emoção. São os sentidos atribuídos às biografias que distingue o que é atribuído às mulheres da AFLAG, muitas vezes descritas como "dóceis e mansas", possuidoras de uma "sensibilidade invulgar". São algumas das reflexões que fazem com que Tavares (2000) aponte a permanência de um “poder masculino” e o quanto ele é reforçado pela linguagem.

O símbolo da AFLAG foi criado pela artista plástica Neusa Rodrigues de Moraes (1932-2004) e está presente na capa dos Anuários - AFLAG em azul, cor também escolhida pela artista plástica e pintora Maria Guilhermina Gonçalves (1932-2001), ocupante da Cadeira n.º 32, para compor as becas e uniformes oficiais usados em solenidades.

Figura 15 - Reunião no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em comemoração ao aniversário da AFLAG, em 1975



Da direita para esquerda: (a segunda mulher da primeira fileira) é Ana Lins Peixoto Bretas (Cora Coralina) e (a segunda mulher da segunda fileira) é Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury), olhando levemente para baixo. Na extrema esquerda encontra-se Ana Braga Machado Gontijo, oradora oficial da instituição no período. Foto em preto e branco. **Fonte:** TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 347.

Em entrevista para esta pesquisa, Maria Elizabeth Fleury Teixeira fala sobre os primeiros anos da instituição e a maneira como sua mãe, Maria do Rosário Fleury, articulava, na medida do possível, o lugar dos encontros e a maneira em que registraram todo o processo.

[...] no princípio, ela me chamava humildemente: “me acompanha num recital, me acompanha na academia, faz essa ata pra mim”, como foi na ata da posse, não tinha ninguém pra escrever e ela falou: “não, você faz a ata pra mim, esteja presente, me ajude a servir alguma coisa, mas também eu quero que você faça a ata pra mim, seu irmão vai gravar o outro vai fotografar então você vai fazer a ata”, quer dizer, ela então usou dos filhos para ajudá-la no primeiro momento da academia e depois também nas outras reuniões, quando a academia já não estava nas residências. Reunião em residência não foi fotografada, ela passou a fotografar quando a academia começou a ter salas emprestadas, seja no conselho, conselho não, não era, Departamento de Cultura que chamava, seja no Departamento de Cultura que ela teve o apoio do, do secretário do Presidente do Departamento de Cultura e ajeitou três horinhas ali, desocupando uma sala pra ela fazer reunião da academia e, seja também, uma vez que ela conseguiu uma sede é, uma sala também da Secretaria de Educação e, ali, eu passei a ser a secretária dela mesmo, eu trabalhando na escola, um período como professora, no outro ela marcava reunião e eu então fazia um papel de secretária. As atas tinham de ser feitas pelas acadêmicas, mas muitas vezes a acadêmica não podia comparecer e me telefonava: “não, faz a ata dessa vez, toma os dados pra mim”. Muitas vezes, eu tomava os dados e passava pra ela e ela fazia a ata, outras vezes, ela fazia

a ata e eu passava a limpo ((risos)), então eu sempre estava envolvida com a ata.²³⁴

É explícito o desejo da escritora em manter tudo arquivado, no intuito de estabelecer um “testamento” do acontecido, conforme Pierre Nora (1993), e validar a memória desses protagonismos. Augusta de Faro Fleury de Melo, titular da Cadeira n.º 15, também ressalta que a Academia Feminina era “uma viajante” e informa que “conheceu”, no mínimo, quatro casas em que a instituição funcionou: “mudava para uma sala e depois o contrato vencia e mudava pra outra”²³⁵. Esse “nomadismo” é próprio dos primeiros movimentos e organizações de mulheres, as quais se articulavam os grupos em pró da conscientização e debates, em múltiplos lugares não reconhecidos ou institucionalizados, como em suas próprias casas.

Na 10ª reunião da instituição, no ano de 1971, pode ser observado o intento de elaborar um programa cultural para o referido ano, intenção observada nos anos que se seguiram. Nessa reunião, conforme ata, Ana Braga Machado Gontijo solicita: “[...] que se constituíssem grupos de trabalho e que cada grupo programasse algo com a finalidade de dar vida às reuniões, quebrando-lhes a monotonia”. Dando continuidade, outras confeitarias também se manifestavam em relação às possibilidades daquele primeiro ano de atuação e os anseios que as cercavam, de acordo com a ata:

Solicitou da Acadêmica Belkiss S. Carneiro a pronta colaboração do Departamento de Música já, tacitamente, constituído. A Acadêmica Ada Curado deu ideia de um Festival da Academia a ser realizado anualmente, durante três dias. Também foi ventilado o assunto de reuniões ordinárias e sessões extraordinárias, ficando aprovada a proposição de Maria Taveira Miguel no sentido de se realizarem reuniões ordinárias mensais, para assuntos internos, e extraordinárias, precedidas de convocação, quando necessárias. Maria Guilhermina solicitou cooperação das confeitarias para todas as promoções das Acadêmicas quer individual ou em grupo [...].²³⁶

A AFLAG manteve uma coluna no jornal *Cinco de março*, a qual se denominava “Notas da Academia”. Nas pesquisas realizadas, é possível reconhecer uma sequência de publicações do ano de 1970 até 1972. Sobre essa coluna, há registrado nas reuniões internas que: “[...] a Acadêmica Sílvia Nascimento anunciou a nova coluna surgida na página da Academia no jornal “Cinco de março” intitulada *Notas da Academia*, solicitando a

²³⁴ Entrevista concedida em 05/08/2019.

²³⁵ Entrevista concedida em 10/07/2019.

²³⁶ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 10ª reunião. 14/01/1971, p. 16. (Arquivo da AFLAG).

colaboração das imortais, fornecendo-lhe material necessário para o preenchimento semanal da coluna”.²³⁷

Essas mulheres teciam espaços nos quais poderiam circular, como instituição, e serem reconhecidas intelectualmente. Através da coluna mantida no jornal *Cinco de Março*, as mulheres da academia organizavam atividades intelectuais e visibilizavam suas opiniões, na qualidade de grupo institucionalmente organizado. Dentre suas iniciativas está o exercício da crítica literária, ficando decidido entre elas a escolha de livros que seriam lidos e comentados: “É pensamento da Academia examinar, numa crítica pedagógica, os livros lançados atualmente no mercado brasileiro, ficando cada acadêmica com a obrigação de os ler e comentar [...]”²³⁸. Esses comentários estariam presentes no espaço destinado do referido jornal.

Nessa coluna que se chamava “Notas da Academia”, a instituição desejava apresentar suas mulheres à comunidade intelectual, de forma a descrevê-las como mulheres atarefadas e proativas.

[...] A Acadêmica Nice Monteiro Daher é escritora desde os tempos de escola, quando ainda frequentava o Colégio Santana de Goiás. Mantém sempre viva essa atividade do espírito, sendo das melhores contistas de nosso Estado. [...].²³⁹

[...] Cora Coralina, poetisa das mais inspiradas, muito honra a nossa Academia e bastante tem contribuído, através de sua palavra fácil e vibrante, para enaltecer nossa Agremiação. É entusiasta da AFLAG, e sente-se imensamente feliz em estar em nosso meio [...].²⁴⁰

[...] Da. Maria Paula, professora aposentada da antiga Escola Normal Oficial, hoje Instituto de Educação, formou com Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro e Da. Floraci Artiaga Mendes o trio mais eficiente, mais atuante da intelectualidade feminina em Goiás, durante duas décadas [...].²⁴¹

[...] Uma das congreiras mais difíceis de ser encontrada, quer na sua residência, quer mesmo por telefone, é a senhora Lena Castello Branco Ferreira Costa, Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Membro do Conselho Nacional de Educação, absorvida pelos múltiplos trabalhos em que tem de dividir sua incessante atividade [...].²⁴²

[...] Ana Maria Taveira vem publicando artigos que se destacam pela correção da linguagem, encadeamento das ideias, riqueza de vocabulário e

²³⁷ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 8ª reunião. 18/06/1970, p. 11. (Arquivo da AFLAG).

²³⁸ Notas da Acadêmia. *Cinco de Março*. Goiânia. 03/08/1970, p. 10. (IPHBC-Arquivo).

²³⁹ Notas da Acadêmia. *Cinco de Março*. Goiânia. 03/08/1970, p. 10. (IPHBC-Arquivo).

²⁴⁰ Notas da Acadêmia. *Cinco de Março*. Goiânia. 31/08/1970, p. 18. (IPHBC-Arquivo).

²⁴¹ Notas da Acadêmia. *Cinco de Março*. Goiânia. 31/08/1970, p. 18. (IPHBC-Arquivo).

²⁴² Notas da Acadêmia. *Cinco de Março*. Goiânia. 14/09/1970, p. 05. (IPHBC-Arquivo).

originalidade de imagens. Promete continuar sua colaboração à Academia, não somente como declamadora, mas também como escritora. [...].²⁴³

É evidente a intenção de (re) significar os discursos que inferiam uma realidade limitante para essas mulheres, ao (re) construírem uma imagem proativa que vai de encontro aos mecanismos de poder que as invisibilizou, como forma de provar que havia uma “injustiça à intelectualidade feminina”. Michel de Certeau (1994) conceitua a tática como uma ação calculada na qual se “aproveita as ocasiões e delas depende” na medida das possibilidades. Os protagonismos e as conexões com o mundo público são frutos de agenciamentos e articulações possíveis pela posição social privilegiada de muitas e, principalmente, pela rede de ideias que entre elas foi sendo formada.

Maria do Rosário Cassimiro alega, na entrevista cedida para esta pesquisa, que a mulher “tem vencido muitas barreiras”, afirmando sua própria experiência enquanto Reitora da Universidade Federal de Goiás, no ano de 1982 a 1986. Ela foi a primeira mulher no Brasil a ocupar esse cargo, evidenciando que: “uma coisa que mulher que administra, por exemplo, como fui reitora, é provar que “tá” certa, porque tudo que você quer fazer, eles [os homens] falam que dá errado, você tem que provar, com mão de ferro [...]; eu tinha apelido, mão de ferro [...]”.²⁴⁴ Norma Baiocchi, escritora e ocupante da Cadeira n.º 34, vai reforçar que a sociedade desacreditava que a Academia Feminina iria durar. Segundo a escritora, os homens essa iniciativa seria como: “uma coisa passageira, um sonho, um sonho... de uma jovem, sonho de umas jovens, isso passaria”.²⁴⁵

Essas mulheres almejavam fortalecer os seus laços de amizade e, igualmente, exporem os seus trabalhos. De acordo com Michel Foucault (2019, p. 110): “o discurso veicula e produz poder, reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”. Isso ocorre através de resistências e práticas cotidianas que se produzem dentro dessas mesmas relações de poder. Os lançamentos de livros e os protagonismos, que se faziam em recitais públicos, aulas, palestras ou solenidades, eram constantemente reforçados por Rosarita Fleury e registrados em cada anuário da instituição, material que era disponibilizado para o público.

Os registros das primeiras reuniões, os diálogos e o cotidiano da instituição relatados em atas e relatórios permitem visualizar as “improvisações, [e] a resistência das mulheres” em

²⁴³ Notas da Acadêmia. *Cinco de Março*. Goiânia. 14/09/1970, p. 05. (IPHBC-Arquivo).

²⁴⁴ Entrevista concedida em 23/08/2019.

²⁴⁵ Depoimento das Patronas e Titulares. Vídeo em comemoração aos 40 anos da AFLAG - Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. 09/11/2009. Fonte: Arquivo Gravado da AFLAG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-SMr2Ja2a80>. Acesso em: jan 2020.

inúmeras “experiências concretas” (DIAS, 1994 apud HOLANDA, 2019, p. 358). Em uma das primeiras reuniões, Rosarita Fleury vê a necessidade de reforçar ao grupo sobre o entrosamento necessário para a consolidação da rede de solidariedade intelectual que ela almejava para a AFLAG. Na ocasião, a escritora destaca que houve um número mínimo de confreriras no lançamento do livro da escritora Aída Félix de Souza (1916-1992), pertencente à instituição, e no recital promovido pela musicista Heloísa Barra Jardim. Conforme ata:

Encareceu à Presidente a necessidade de colaboração das Acadêmicas, no sentido de melhor entrosamento entre as componentes da A.F.L.A.G., lembrando que foi mínimo o comparecimento de associadas ao lançamento do livro de Aída Félix de Souza e que ninguém sabia do recital dos alunos da professora e acadêmica Heloisa Barra Jardim.²⁴⁶

Sobre essa “rede de solidariedade intelectual” ou as alianças identificadas nesta pesquisa, Maria Elizabeth destaca que era comum convidarem parentes e amigos para assistirem aos recitais, teatros e saraus por elas organizados, era sempre: “a fulana de tal que vai apresentar, ela é acadêmica [...]” e afirma: “a academia dava muito apoio às teatrólogas, deu muito apoio à área musical, tanto que convidou as fundadoras do Conservatório de Música a participarem também da academia e todas vieram com muito entusiasmo, muita criatividade [...]”²⁴⁷.

Maria Elizabeth reforça que todos esses festivais promovidos pela instituição moviam a sociedade goianiense das décadas de 1970 e 1980. Ao entrarem na AFLAG, ela menciona que percebia que as acadêmicas se aperfeiçoavam: “[...] entrando elas vão desenvolvendo mais a literatura ou vão desenvolvendo mais a música, união das artes, a academia proporcionou a união das artes e também um olhar maior da sociedade”.²⁴⁸ Práticas subjetivas e experiências são possíveis graças ao espaço de debates acerca daquilo que as interessavam: a arte, música, escrita, estudos acadêmicos, além do olhar crítico e construtivo que recebiam umas das outras. Sobre esse espaço, Lena Castello Branco afirma que em sua trajetória intelectual, após ter vindo do Piauí para Goiânia e iniciado seus estudos, a convivência na AFLAG foi fundamental:

[...] eu vim para Goiás quando eu tinha 18 anos [1949], e chegado aqui eu fui estudar na faculdade, comecei a conhecer moças da minha idade e tal, mas

²⁴⁶ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. 8ª reunião. 18/06/1970, p. 11. (Arquivo da AFLAG).

²⁴⁷ Entrevista concedida em 05/08/2019. Filha de Maria do Rosário Fleury. Titular da Cadeira n.º 21, da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Presidenta da instituição nos anos de 2013 a 2016 e 2019 a 2021.

²⁴⁸ Entrevista concedida em 05/08/2019.

foi a academia que me deu oportunidade para realmente me aproximar das principais expressões literárias da época, como a própria Rosarita Fleury, a Ada Curado, a Cici, da área de teatro, Cici Pinheiro, a irmã dela, que na época não era da academia, Floracy Pinheiro, e, sobretudo, o pessoal da área da música, que na época era, vamos dizer assim, liderado pela Belkiss, mas que contava também como conta até hoje com a Fifi de Alencar, né, uma grande maestrina, formou o coral da universidade, e a Fifi está com 93 ou 94 anos, e ainda é uma pianista excepcional, e uma pessoa de um astral muito bom, pra mim essa formação, essa convivência com esse grupo da academia feminina foi de excepcional importância para eu conhecer melhor a cultura de Goiás, dar a ela a dimensão que ela tem, e o papel das mulheres [...].²⁴⁹

É estabelecido pelo Estatuto de 1969, especificamente no Capítulo VI - “Direitos e Deveres dos Membros e Sócias da Academia”, no Art. 23, item 2, que a instituição fica responsável, através de suas integrantes, em: “[...] promover o intercâmbio da Academia com outras instituições culturais”. São as iniciativas de construção e solidificação de redes entre intelectuais e artistas, especificamente, mulheres. Tais intercâmbios ocorriam como, por exemplo, o que ocorreu em 1972, em que a escritora Maria Ramos Uragami, reconhecida pela ABL, era uma das mulheres que as acadêmicas se organizaram para “[...] trazer para a esta Capital [Goiânia]”, a fim de compartilharem conhecimento. Conforme relatório:

Ano de 1972.

Convocada para tomar parte nos festejos comemorativos do Sesquicentenário da Independência do Brasil, a Diretoria reuniu-se na Av. Tocantins 123, residência desta Presidente, quando ficou assentado trazer a esta Capital **a escritora laureada pela Academia Brasileira de Letras, Maria Ramos Uragami**, a fim de que a mesma proferisse palestras subordinada a tema relacionado com a Independência de nosso país, em data a ser escolhida de acordo com as possibilidades da convidada.²⁵⁰

Outro exemplo ocorreu no ano de 1976, em que: “Reunimo-nos para recepcionar a congreira Ana Frota, poetisa e Folclorista cearense e nossa correspondente no Rio de Janeiro, onde reside. Ana Frota brindou-nos com um recital de poesias de sua autoria, cuja gravação faz parte do nosso arquivo”²⁵¹. Além disso, elas mantinham artistas correspondentes não somente no Rio de Janeiro, mas também na Bahia, como indica o relatório anual de 1986, no

²⁴⁹ Entrevista concedida em 04/07/2019.

²⁵⁰ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 197. (Arquivo da AFLAG). (grifo nosso).

²⁵¹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1976*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p.157. (Arquivo da AFLAG).

qual: “[...] tivemos, em nossa primeira reunião, a visita da intelectual baiana Hildegardes Viana, membro da Academia de Letras de Bahia e nossa correspondente naquele Estado”.²⁵²

Da mesma forma, foi identificado que as acadêmicas da Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiaí também trocaram movimentos artísticos com as acadêmicas de Goiás, lembrando-se dos vínculos que a escritora e fundadora dessa instituição já matinha com relação à Rosarita Fleury, como informado anteriormente nesta pesquisa.

Ano de 1981.

Tivemos, no ano findo, a apresentação de duas pianistas de Jundiaí, São Paulo, o que fizemos em convênio com a Academia de Letras daquela cidade. As pianistas Sras. Nayr E. Guelli e Maria Carlota Orsi Dias saíram-se admiravelmente, tendo arrancado brilhantes aplausos do público. Em homenagem às pianistas paulistas a Sra. Presidente ofereceu lhes, em sua residência, um coquetel de confraternização.²⁵³

Além do mais, era fundamental para a instituição manter boas relações com a sociedade. Estrategicamente, eram utilizadas as datas comemorativas como a “Semana da Pátria”, que ocorria todo mês de setembro, momento no qual elas atuavam enquanto organização cultural e intelectual, proferindo palestras em escolas e se inserindo na comunidade. A respeito das palestras ocorridas na “Semana da Pátria”, em 1970, primeiro ano de consolidação da instituição, pode ser observado que muitos eixos de atuação das confreiras são as escolas ou espaços de educação superior. Sobre isso, há a formação do magistério, como mencionado anteriormente, em que muitas dessas mulheres foram contempladas circunscrevendo suas atuações tanto para o público jovem quanto para uma elite goianiense altamente escolarizada.

05 de Setembro de 1970

Na cidade de Goiás, Luísa de Camargo Ferreira pronunciou uma palestra sobre a “Pátria”, no Colégio Santana daquela Cidade.

Nesse mesmo dia, em Anápolis, Maria Ivone Corrêa Dias, falou aos alunos do Colégio Estadual José Ludovico de Almeida, sobre o tema “Papel do jovem na atualidade brasileira”.

04 de Setembro 1970

Na Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, a Acadêmica Ercília Macedo discorreu sobre “Pátria e Civismo”.

05 de Setembro 1970

²⁵² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1986*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1985-1986, p. 115. (Arquivo da AFLAG).

²⁵³ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1981*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1981-1982, p. 71. (Arquivo da AFLAG).

Na cidade de Goiás, Goiandira do Couto pronunciou palestra sobre a Bandeira Nacional aos alunos da Escola de Belas Artes “Veiga Valle”.

Nesse mesmo dia, em Porangatu, Ana Braga Machado Gontijo fazia, no Colégio Estadual daquela cidade, conferência aos alunos do Estabelecimento, subordinada ao tema “Integração do brasileiro ao Civismo”.

Ainda no dia 5, no Instituto de Educação de Goiás, a Acadêmica Aída Félix de Sousa discorreu sobre a família Mena Barreto, com a palestra “6 gerações de soldados”.

06 de Setembro de 1970

Em Anápolis, Maria Ivone Corrêa Dias fez uma conferência aos alunos da Faculdade de Filosofia Berardo Sayão sobre o tema “Comunicação”.²⁵⁴

Outro momento de aproveitamento foram os “Festivais Culturais”, onde podiam participar assiduamente. O III Festival de Música Erudita de 1970 é um exemplo, do qual participaram como promotoras de diversos cursos para a sociedade. Esses eventos foram fundamentais para a consolidação da instituição no cenário público intelectual.

[...] Sobre o III Festival de Música Erudita do Estado de Goiás no Conservatório de Música. Desta vez será ministrado um curso paralelo, especialmente para leigos interessados em musicologia. Algumas Acadêmicas da AFLAG encontram-se vivamente interessadas em participar do Curso, como alunas, outras por pertencerem ao Corpo Docente do Conservatório, participarão do Festival como promotoras. De qualquer forma a AFLAG está muito bem sintonizada com o grande acontecimento.

²⁵⁵

Sobre esses eventos, Ana Braga Machado Gontijo chegou a organizar, no ano de 1979, uma sequência de palestras em comemoração aos 10 (dez) anos de vida da instituição. De acordo com as atas da 130ª reunião até a 132ª, ocorreram três dias consecutivos de debates que foram abertos e disponibilizados ao público, com reflexões sobre: “A Mulher antiga e sua atuação na política”, “A Mulher moderna e sua atuação na política”, e “A Mulher e sua atuação na problemática social”, que teve como convidada e palestrante a Primeira Dama do Estado de Goiás, Drª. Maria Valadão.

Foram muitos os agradecimentos da Rosarita Fleury ao grupo, momentos em que ela expõe o esforço e o auxílio prestado pelas confradeiras nas várias áreas do saber, nas quais eram especialistas. Nesse agradecimento inicial pelos trabalhos realizados, é observado que as acadêmicas estavam, de fato, auxiliando financeiramente a agremiação, conforme foi decidido entre elas acerca da pequena contribuição que cederiam.

²⁵⁴ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1970*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 264-265. (Arquivo da AFLAG).

²⁵⁵ Notas da Academia. *Cinco de Março*. Goiânia, 14/09/1970, p. 05. (IPHBC-Arquivo).

Anuário de 1970.

Ao finalizar o presente relatório, esta Presidência deseja agradecer a todas as Acadêmicas o auxílio que nos tem prestado com seus trabalhos nos setores a que pertencem, e a boa vontade com que vem contribuindo monetariamente para a Entidade, o que nos tem permitido realizar um pouco do ideal que temos em mente.²⁵⁶

O modo como Rosarita Fleury expunha a atuação dessas mulheres incide no desejo de autoestima, conforme Augusta Faro Fleury de Melo²⁵⁷ pontuou em entrevista para esta pesquisa. Ao ser questionada sobre a importância da AFLAG, ela responde: “[...] Eu acho que a maior de todas foi porque abriu um lugar pra elas se sentirem que exista né, deu um espaço pra elas falarem, escreverem, manifestarem suas ideias, seus sonhos”²⁵⁸ e Rosarita Fleury, ao lado das cofundadoras Nelly Alves de Almeida e Ana Braga Machado Gontijo, agilizavam esses espaços.

Os relatórios apontam as articulações promovidas por elas, neles Rosarita Fleury menciona que as reuniões eram para esses propósitos: “[...] Solicitada, por Zilda Diniz Fontes, para colaborar no julgamento dos contos inscritos em concurso por ocasião do VII Festival de Artes de Morrinhos”, em 1971, “[...] esta Presidência designou, para isso, a contista Ada Curado, com larga experiência no assunto, e que se desincumbiu, de maneira brilhante, da tarefa recebida”.²⁵⁹ Além de elogiar e frisar a capacidade do seu grupo, Rosarita Fleury também dedicava momentos para agradecer a atuação dessas mulheres nesses mesmos relatórios, destacando as redes que se formavam. A mesma enaltecia essas atividades e protagonismos como “grande contribuição ao povo goiano”, e nisso encontra-se novamente uma tática na forma de subverter os discursos e fixar uma imagem ativa para a AFLAG em contribuição à cultura e à sociedade.

Outras formas de atuação e colaboração por parte da agremiação são observadas no que diz respeito à sociedade, conforme os relatórios, porém não são muitas. Elas são encontradas em momentos como:

Anuário 1971-1972. Relatório do ano de 1971.

Iniciando-se, nesta Capital, a “**Campanha da Esperança**”, a fim de angariar fundos para o término do Instituto Artesanal dos Cegos, a AFLAG foi solicitada pelo Sr. José Alair Martins Batista, seu idealizador, para emprestar

²⁵⁶ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1970*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 264-265. (Arquivo da AFLAG).

²⁵⁷ Titular da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). Cadeira n.º 15 ingressando em 1986. Presidenta da instituição dos anos de 2003 a 2007.

²⁵⁸ Entrevista concedida em 10/07/2019.

²⁵⁹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1971*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 191. (Arquivo da AFLAG).

sua colaboração. Em atendimento a seu pedido, esta Presidência solicitou o apoio das confeitarias literatas, no que foi prontamente atendida, contribuindo, todas elas, com a maior boa vontade, com publicações que auxiliaram o preparo psicológico necessário ao desenvolvimento material da campanha.²⁶⁰

Anuário de 1977-1978. Relatório do ano de 1978.

A Academia fez-se presente ao apelo do **Ano Internacional da Criança**, colaborando com Cr\$ 5.000,00 em pequeno auxílio às crianças desamparadas, fato unanimemente aprovado pela Diretoria e, certa estou, de que todas as demais confeitarias.²⁶¹

Em entrevista, Lena Castello Branco informa que a importância da AFLAG está justamente nessa aproximação para com as diversas áreas da cultura e sociedade, em:

[...] permitir uma convivência muito fraterna muito informal, vamos dizer assim [...], mas ao mesmo tempo muito formalizada, como você ressaltou, do ponto de vista de registros, de memória da academia é, eu tenho na memória a lembrança de lançamentos de muitos livros, tipo, de autora da academia e também de saraus muito bem organizados muito alegres e enfim um centro não só de preservação e de incentivo da literatura e das artes, mas como também de convivência entre aqueles praticam essas artes [...]; é muito interessante a gente observar que algumas outras academias femininas existem no Brasil, mas nenhuma com a longevidade e acredito com a dinâmica que existe na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.²⁶²

Apesar de apontar o que ela afirma ser uma dinâmica que não existe em outras instituições literárias, a escritora destaca: “[...] que a academia podia se aproximar mais da sociedade, de certo, ou seja, aproximar mais de escolas, talvez, mas isso ainda hoje nós estávamos discutindo”²⁶³, referindo-se à agenda da nova diretoria de 2019, ano da entrevista.

Contudo, sobre as contribuições da instituição, é evidente que apenas uma parcela da sociedade seria contemplada de maneira mais frequente, conforme Rosarita Fleury destaca sobre os acontecimentos do ano de 1975: “[...] porque bem atestam que a Academia Feminina, se bem que a passos lentos e vencendo inúmeras dificuldades, vai-se firmando no conceito de todos e impondo seu nome em todos os setores e, de modo especial, na esfera

²⁶⁰ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1971*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p.189. (Arquivo da AFLAG). (grifo nosso).

²⁶¹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1978*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1977-1978, p. 166. (Arquivo da AFLAG). (grifo nosso). Para critério de comparação acerca do valor mencionado mobilizado pela instituição, desde maio daquele ano de 1978, conforme (Decreto nº 81615 de 1978) o valor do salário mínimo era de Cr\$ 1.560,00. Fonte: “Tabelas de Valores de Salário Mínimo desde 1940 a 2020” < <https://is.gd/wl0H0i> >. Acessado em Nov/2020.

²⁶² Entrevista concedida em 04/07/2019.

²⁶³ Entrevista concedida em 04/07/2019

mais alta da sociedade”.²⁶⁴ A AFLAG representava boa parte da intelectualidade que provinha das famílias tradicionais da Cidade de Goiás, quando elas migraram para a nova Capital, Goiânia, como foi o caso da família Fleury. Segundo Lena Castello Branco, em entrevista: “[...] a Academia Feminina de certa forma congrega boa parte da intelectualidade que veio da Cidade de Goiás para Goiânia [...], as famílias antigas, mais tradicionais estão ali representadas”, ou seja, a instituição organizada por essas mulheres reproduzia discursos, comportamentos, condutas e sentidos para a produção artística que são atravessados pela ótica de uma elite letrada e erudita da sociedade.

Lena Castello Branco chega a ressaltar que a AFLAG se tornou um espaço de “recuperação e revitalização de uma cultura que se desenvolveu na cidade de Goiás e que se transplantou para Goiânia, e foi fortalecida, vamos dizer assim, pela criação da Academia Feminina [...]”. Ela compreende esse espaço como “[...] uma espécie de reduto da cultura goiana mais tradicional e mais autêntica”.²⁶⁵ A instituição foi bem recebida pela alta sociedade goianiense que ali se encontrava representada. A afirmação de Lena entra em consonância com o que foi reforçado por Ana Maria Taveira Miguel, no Anuário – AFLAG de 1977-1978, que qual menciona, na apresentação do material, que a AFLAG se autointitulava a “guardiã” da cultura de Goiás, estabelecendo um monopólio cultural sobre o que essas mulheres estão compreendendo enquanto “cultura mais autêntica”, hierarquizando saberes e práticas culturais, priorizando os ideais da instituição.

Com tons e cores os mais diversos, afinados, entretanto no mesmo diapasão do servir e maior seriedade no trato das letras e artes **da qual se faz guardiã**, a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás tem o prazer de entregar à apreciação do leitor as páginas de seus anuários de 1977-1978.²⁶⁶

Assuntos político-partidários e envolvimento mais aprofundados com questões sociais não era o foco da agremiação, cujo propósito era uma difusão literária e cultural. Como exemplo, há o acontecimento do Césio-137 em Goiânia, no ano de 1987, o qual mobilizou inúmeros artistas e camadas da sociedade, comovidas com a fatalidade. Mesmo assim, não é observado, nos Anuários – AFLAG publicados a partir de 1987 até 1993, nenhuma mobilização diretamente organizada pela instituição, ou nos relatórios/atas do

²⁶⁴ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1975*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p. 155. (Arquivo da AFLAG).

²⁶⁵ Entrevista concedida em 04/07/2019.

²⁶⁶ MIGUEL, Ana Maria Taveira. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1977-1978, p. 05. (Biblioteca da AFLAG). grifo nosso.

referido ano sobre o ocorrido.²⁶⁷ Eliézer Cardoso de Oliveira (1999) informa que, após esse acontecimento, as imagens produzidas sobre Goiânia alteram-se drasticamente. Os governantes passaram a formular um discurso ecologicamente sustentável, que contribuiu, em muito, no desejo de superação do “trauma”, conforme ficou compreendido pelos estudiosos do tema. O pesquisador, inclusive, reforça o papel pedagógico da literatura na difusão de imagens e sentidos sobre a realidade, sujeitos e coisas de Goiás.

Conforme os espaços vão se consolidando, a instituição cultural feminina que se forma consegue marcar presença no jornal goiano chamado *O Popular*, no qual eram publicadas crônicas, poesias e obras de algumas mulheres da agremiação que mantinham colunas fixas de opiniões e narrativas. Sobre isso, Rosarita Fleury expõe:

Agradeço, ainda, às confeitarias Guiomar Grammont Machado, Nice Monteiro Daher, Nair Perilo Richter e Ana Maria Taveira Miguel, pela assiduidade com que vêm mantendo em “O popular” a presença da Academia com suas crônicas e poemas, tão apreciados e de grande aceitação pelo povo.²⁶⁸

A AFLAG solicita um Projeto de Lei para torná-la utilidade pública em 1971, vindo a ser oficialmente reconhecida apenas em 1973, após contato constante com o Governo e demonstração de ativa contribuição para com a sociedade. Esse momento fica registrado nos relatórios, após contato com o Deputado Issy Quinam, “no sentido de que fosse apresentado projeto de lei considerando a AFLAG Entidade Cultural de Utilidade Pública”.²⁶⁹ Para a instituição ser registrada, as mulheres tiveram que reforçar as suas produções através da agremiação e, apenas depois de comprovada a contribuição: “[...] tendo-se em vista o volume de correspondência que vem recebendo e o interesse despertado por seus Anuários, solicitados em Colégios, Faculdades e também Escolas particulares [...]”²⁷⁰, acaba por obter aprovação unânime: “tendo sido transformado na Lei n. 7.669, de 02 de julho de 1973, assinada pelo Vice-governador, em exercício de Governador, Dr. Ursulino Tavares Leão [Presidente da Academia Goiana de Letras no período]”.²⁷¹

²⁶⁷ Não é possível afirmar que entre as intelectuais e artistas ali presentes, em suas manifestações individuais, não houvesse lamentações ou produções que tenham representado os seus sentimentos. Contudo, no ponto de vista do grupo, as publicações presentes nos Anuários de 1987 a 1993 não fazem alusão ao trágico acontecimento.

²⁶⁸ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1971*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 192. (Arquivo da AFLAG).

²⁶⁹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1973*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 205. (Arquivo da AFLAG).

²⁷⁰ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1973*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 205. (Arquivo da AFLAG).

²⁷¹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1973*. ANUÁRIO - AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 205. (Arquivo da AFLAG) e conforme Fonte disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=9340.

As conquistas, práticas de afeto e os processos de legitimação da instituição seriam registrados ao final de cada Anuário – AFLAG. A todo o momento, Rosarita Fleury reforçava a importância do comparecimento das congreiras nas reuniões internas e solenidades, ressaltando que: “[...] estamos certas de poder contar com a colaboração de todas no sentido de, também, valorizar a Academia, que é entidade pertencente a todas nós”.²⁷² Em alguns momentos, principalmente nos primeiros anos, foi preciso forte consentimento do grupo para se comprometer assiduamente com a instituição, como demonstra uma das lamentações de Rosarita Fleury:

Lamento, no entanto, a pouca frequência de vários de seus membros às reuniões convocas, chamando a atenção para o art.º 21 do Capítulo VI de nosso Estatuto (Direitos e Deveres dos Membros da Academia), que em seus itens I e II é bem claro: *Comparecer às sessões* e *cooperar com a Diretoria*. Ora, não havendo comparecimento, a cooperação com a Diretoria fica menor ou nula, uma vez que nem dos assuntos tratados a Acadêmica toma conhecimento. As reuniões da AFLAG têm sido feitas em base de 01 por mês e estou certa de que não é exigir muito, pedir que, uma vez por mês compareçam todas ao local designado para a reunião. Insisto, portanto, para que não falem e que saibam colocar em primeiro plano a sessão da Academia quando esta coincidir com outro compromisso qualquer que por acaso possam ter, a não ser, é claro, caso de enfermidade grave ou morte.²⁷³

Nessas reuniões, ficava estabelecido que a AFLAG agenciaria o lançamento dos livros de suas congreiras e isso se mostra evidente quanto: “A Sra. Presidente propôs a concessão do valor de um salário mínimo como auxílio às acadêmicas em lançamento de livros, concertos e exposição”.²⁷⁴ O lançamento de livros ocorria no Conservatório de Música da UFG ou em locais previamente estabelecidos para que todas as congreiras, ou um número considerável delas, se fizessem presentes. Isso era divulgado e definido pela Diretoria.

Algumas das acadêmicas devolviam os cheques recebidos pelas mãos de Rosarita Fleury, que tinham o valor de um salário mínimo, de acordo com a época, no intuito de que complementassem o capital da instituição ou para outras finalidades. Essa situação ocorreu, por exemplo, em 1972, quando Nelly Alves de Almeida e Guiomar Grammont Machado, “em

²⁷² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1978*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1977-1978, p. 165-166. (Arquivo da AFLAG).

²⁷³ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 195. (Arquivo da AFLAG).

²⁷⁴ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 8ª reunião. 18/06/1970, p. 11. (Arquivo da AFLAG).

gesto de solidariedade”, teriam destinado o seu cheque “a Sra. Marlene Mendonça a fim de auxiliá-la na publicação das “Obras completas de Dinorah Pacca”, sua mãe, já falecida”.²⁷⁵

A AFLAG funcionava como uma rede de apoio e publicação para essas mulheres, assim como funcionou durante anos a Academia Goiana de Letras, só que, exclusivamente, para os homens. Foram inúmeros os momentos utilizados por essas mulheres para promoverem sua iniciativa, como por exemplo, a I Feira do Livro a acontecer em Goiânia, no ano de 1972. Esses momentos eram oportunidades que Rosarita Fleury oportunizava de forma tática para visibilizar o trabalho desenvolvido por elas, conforme o relatório:

[...] convidada para colaborar com livros das acadêmicas na 1ª Feira do Livro a ser instalada nesta Capital, conseguimos das escritoras Ada Curado, Aída Felix de Souza, Silvia Nascimento, Nelly Alves de Almeida, Nita Fleury Curado, Zilda Diniz Fontes (Revistas do VII Festival de Artes de Morrinhos) e Rosarita Fleury, alguns exemplares de seus livros a fim de que fossem vendidos a preço reduzido durante os dias de Feira.²⁷⁶

Nos anuários, estariam as produções dessas mulheres: crônicas, poesias, artigos de opinião, estudos, os quais seriam publicados de dois em dois anos, devido ao alto custo de produção. Sobre essas dificuldades materiais, Maria Elizabeth Fleury ressalta, em entrevista, que a produção de livros era muito cara e ainda destaca que a maioria das mulheres da instituição exercia dupla jornada, trabalhando fora e dentro de casa. Após a entrada das mulheres na AFLAG, a escritora reforça que suas produções costumavam aumentar:

[...] as principais dificuldades era a produção do livro, muito caro na época, papel caríssimo, e mesmo o marido apoiando e pagando e ajudando a dificuldade era grande também pela falta de tempo, porque muitas vezes a mulher se envolvia com a criação dos filhos, outra hora com a criação dos filhos e o serviço porque eu sei que a maioria das acadêmicas trabalhavam fora numa época que quase nenhuma mulher trabalhava fora [...], então a minha mãe era secretária do instituto de educação, antes de solteira ela já trabalhou na justiça, na justiça do Estado, a Nelly sempre foi professora, sempre estava nas lides com a criação da família e professora, Ana Braga mesma coisa, sempre procurando lecionar, e Ana Braga fez mais curso depois também... mas a academia enfim, ela, ela ajudou a formação da academia... as acadêmicas com o momento que elas entravam na academia muitas produziram livros, na época quando entrou na academia não exigia muita a produção de livro, porque todas tinham vontade de produzir, mas mandavam fazer um livro e não havia gráfica boa, tudo que saía tinha erros mais erros “cabeludos” como meu pai falava e tudo isso dificultava, o preço

²⁷⁵ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 195. (Arquivo da AFLAG).

²⁷⁶ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 198-199. (Arquivo da AFLAG).

do papel da gráfica que não compensava serviço muito rudimentar da gráfica produzia folhas cheia de erros [...] ²⁷⁷

Além das dificuldades materiais, evidentemente, o tempo para se escrever era menor para as mulheres em suas duplas jornadas de trabalho. Augusta de Faro Fleury de Melo reforça que a dificuldade das mulheres publicarem também estava imbricada na forma desigual com que as editoras encaravam a sua produção, chegando a mencionar que são “criticadas pelos machistas reinantes”.

[...] só porque é mulher, e a dificuldade, as editoras pagando publica, tudo bem, porque editora mesmo nós não temos né, temos praticamente gráficas, porque nenhuma faz a distribuição, que editora, que eu entendo faz a distribuição, e as daqui simplesmente imprimem, e aqui [...] tem uma livraria de autoras goianas, mas teve que fechar, porque ninguém procurava, o rendimento era pouco, porque o escritor goiano não é valorizado até na terra dele, principalmente as mulheres, são criticadas pelos machistas reinantes. ²⁷⁸

Para arrecadar fundos, a AFLAG costumava vender esses anuários com a produção das acadêmicas para a Secretaria de Educação, contudo, após falta de verbas, muitas vezes essas mulheres não recebiam pelo material enviado. Esses anuários produzidos pela AFLAG seriam vendidos por Cr\$ 50.00, conforme a época, variando os anos em preços simbólicos. O intuito era arrecadar capital para a instituição quando necessário, ficando decidido: “[...] Como não foi conseguida nenhuma verba para pagamento de nosso Anuário, nossa Presidente ressaltou que cada acadêmica receberá 20 volumes vendendo-os à Cr\$ 50,00. O dinheiro desta venda será entregue a nossa Tesoureira”. ²⁷⁹

Essas verbas mencionadas nas reuniões, costumeiramente, vinham por meio do Governo ou de doações de amigos próximos, como ocorreu em 1983, quando em época de necessidade, a instituição recorreu ao: “nosso amigo Dr. Altamiro de Moura Pacheco, grande prestigiador da cultura em Goiás, tendo ele imediatamente assumido o pagamento do condomínio de nossa sala [...]”, no caso da verba que: “o atual governo implantado neste Estado não tenha liberado”. ²⁸⁰ Lena Castello Branco afirma, na entrevista concedida, que era

²⁷⁷ Entrevista concedida em 05/08/2019.

²⁷⁸ Entrevista concedida em 10/07/2019.

²⁷⁹ Caderno de atas n.º 2 dos anos de 1977 a 1980. Goiânia. 89ª reunião, 11/08/1977, p. 9. Sobre o valor de Cr\$ 50,00 mencionado como preço estabelecido para a venda dos anuários no ano de 1977, para critério de comparação, o salário mínimo conforme, Decreto n.º 79610, de 1977, era no valor de Cr\$ 1.106,40. Disponível em: <https://is.gd/wl0H0i>. Acesso em: nov 2020.

²⁸⁰ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1983*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1983-1984, p. 158. (Arquivo da AFLAG).

comum receberem esses auxílios por parte da Secretaria de Educação, uma ajuda com a qual geralmente contavam, e reforça: “[...] eu acho mais do que justo porque elas estão produzindo, muitas vezes as pesquisas são livros de ensaios feitos com recursos próprios sem bolsa nem nada, disso na hora da impressão nós temos esse apoio”. Contudo, mesmo reforçando que havia certo apoio, Lena assim como Augusta, torna a frisar a existência de uma distinção baseada no *sexo* da escritora: “só que ainda existe essa distinção entre a literatura de mulher ((risos)), eu acho muito interessante isso aí, mostra um resquício de machismo na sociedade, que a despeito de todo o avanço ainda tá aí, não vai desaparecer tão cedo sabe”.²⁸¹

Para visibilizar aqueles que as apoiavam, a Academia Feminina estabeleceu a distribuição de “Diplomas de Mérito”. Essa foi a maneira estratégica encontrada por elas de solidificar relações com as figuras-chave de apoio político, cultural e econômico, além de mediar as forças e os poderes do campo intelectual. Esses nomes ficavam registrados nos relatórios da instituição, são àqueles que foram convidados em ocasiões de celebração, principalmente, na comemoração do aniversário da agremiação, no dia 9 de novembro de cada ano. Novamente, é observado o viés *tático* voltado ao reconhecimento do avanço da instituição por elas organizada, já que esses sujeitos [homens], geralmente, acreditavam que a continuidade da instituição era duvidosa. Eram convidadas inúmeras personalidades políticas do meio de convivência dessas mulheres, como pode ser observado no ano de 1974 e 1976:

[...] entrega de Diploma de Mérito, pelo valioso auxílio que vêm prestando à Acadêmia, aos Srs. Drs. Humberto Ludovico de Almeida, Deputado Issy Quinam, Pedro Vendeth, Evaristo Martins Ferreira e Aparecida de Fátima Rosa M. Grilo.

Em 09 de novembro, sessão magna comemorativa de 5º Aniversário da Academia [1974], com entrega de Diploma de Mérito, pelo apoio que nos têm prestado, aos Srs. Governados do Estado Dr. Leonino Di Ramos Caiado e Vice-Governador Ursulino Tavares Leão.²⁸²

A presidente propôs que, por ocasião do aniversário da Academia, dia 9 de novembro [1976], sejam conferidos diplomas de Honra ao Mérito aos senhores Jaime Câmara e Doutor Corinto Santos, que relevantes serviços têm prestado à comunidade.²⁸³

Outra prática era a concessão do prêmio denominado “Príncipe dos Poetas Goianos”, concedido pela Academia Feminina em homenagem aos escritores homens do estado de

²⁸¹ Entrevista concedida em 04/07/2019.

²⁸² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1974*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 206-207. (Arquivo da AFLAG).

²⁸³ Caderno de atas nº 01 dos anos de (1969 a 1977). Goiânia. 74º reunião. 14/08/1976, p. 90.

Goiás. Alguns dos escritores que foram beneficiados: José Xavier de Almeida Junior, Léo Lynce e Gilberto Mendonça Telles. Essa escolha era feita mediante reunião considerada de caráter especial entre as acadêmicas. Essas estratégias auxiliaram a manutenção da entidade que usufruía também do capital social dessas mulheres, por exemplo, Genezy de Castro e Silva, cujo esposo, Colemar Natal e Silva, ofertou verbas para manutenção de necessidades básicas da instituição, sendo o mesmo descrito como: “[...] pessoa amiga e que tem demonstrado pela AFLAG o maior interesse a ela emprestando o apoio que lhe é possível”.²⁸⁴

Com o auxílio em questão, as mulheres puderam se organizar e adquirir bens voltados para patrimônio da instituição, materiais que ainda hoje (2020) se fazem presentes na sede: uma mesa para as reuniões, estantes para os livros, ventiladores e uma máquina de escrever, disponível para todas as escritoras usufruírem. Simone de Beauvoir (2016), já havia refletido sobre o fato de que, para realizarem-se, as mulheres se asseguravam sobremaneira do apoio masculino, compreendidos pelos estudos feministas como movimentos estratégicos, pois os homens “ocupam os melhores lugares, detêm os postos mais importantes” (BEAUVOIR, 2016, p. 194), “lugares” e “postos” esses que foram culturalmente e historicamente reconduzidos aos homens.

Destaca-se, dentre esses objetos, a aquisição de um gravador, que para elas: “tem sido de grande utilidade, possibilitando-nos a gravação de todas as reuniões importantes”²⁸⁵ e, junto a ele foram adquiridos também alguns álbuns de fotografias, destinados aos registros memoráveis. Nesse projeto de “arquivo gravado”, engajado por Rosarita Fleury, Dinah Silveira de Queiroz, assim como algumas escritoras de renome nacional, é cogitada para ser convidada a deixar sua palestra arquivada. Essa escritora é muito estimada por Rosarita Fleury, como já foi dito, e, nesse período de 1977, ela se encontrava nos embates com a Academia Brasileira de Letras que a vetara em 1970, conforme exposto no primeiro capítulo dessa pesquisa.

Nesse projeto, o desejo de fixar as solenidades, discursos das congreiras e seus protagonismos, práticas e o cotidiano da instituição provêm da ânsia em deixá-los para a posteridade. Os (as) convidados (as) participantes do “arquivo gravado” eram nomes escolhidos previamente, mas era recorrente que as próprias congreiras palestrassem, conforme observado no relatório do ano de 1981:

²⁸⁴ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1975*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p. 152. (Arquivo da AFLAG).

²⁸⁵ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1975*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p. 152. (Arquivo da AFLAG).

Ano de 1981.

[...]

Tendo ficado resolvido, na primeira reunião, que continuaríamos as gravações de palestras, desta vez ouvindo as acadêmicas companheiras, organizou-se a relação das que seriam chamadas ao correr do ano. Foram, então, gravadas as palestras de Aída Félix de Souza sobre trabalhos folclóricos de Regina Lacerda, em 11 de março. No dia 27 do mesmo mês e ano, foi a vez de Regina falar sobre o folclore, o que fez de maneira interessante e feliz.

No dia 8 de abril, Genezy de Castro e Silva nos brindou com “A influência da mulher na literatura em Goiás”, no período de 1927 a 1930, com palavras que nos transportaram aos encantos daquela passada época. Veio, depois, a gravação de Lygia Rassi, acadêmica do setor musical, que falou sobre “O homem, o meio e sua importância sobre a música”, isso em 24 de abril.

Em 13 de maio, Ada Curado grava suas considerações sobre o “Duplo valor da palavra nos poemas de Aydenor Aires”. No dia 29 de maio, em belo apanhado, Nice Monteiro nos traz, em síntese, o que foi a vida evolutiva do Gabinete Literário em Goiás.

Julho [...] em 31 do mesmo mês, tivemos uma belíssima gravação de Ana Maria Taveira Miguel, sobre “A problemática da juventude atual”, tema palpitante e de grande interesse para todas nós mães e avós.²⁸⁶

Retomando aos anuários, eles são compreendidos como publicações em coautoria, as quais eram incentivadas entre o grupo, como relata Maria do Rosário Cassimiro: “e a gente dava coautoria para outra pessoa, só para incentivar a pessoa a escrever junto, pesquisar junto”.²⁸⁷ Essas são estratégias muito comuns no mundo acadêmico. Os anuários são para elas: “[...] de grande importância, não só por ser excelente meio de divulgação cultural, mas, ainda, a forma mais prática de darmos cumprimento ao Artigo 19, Capítulo V, de nosso Estatuto, que nos obriga a estar em permanente contato com o público leitor”.²⁸⁸ O referido artigo estabelecia no “Capítulo V – Das publicações da Academia” que: “A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás envidará esforços no sentido de manter sempre um meio de comunicação com o público leitor, seja por meio de página literária nos jornais mais lidos da Capital ou por meio de revista que fará publicar”.²⁸⁹ Conforme elucidado, os esforços são recorrentes na manutenção e permanência de publicações, tanto na coluna “Notas da Academia” no jornal *Cinco de Março* quanto nas páginas do jornal *O popular*.

²⁸⁶ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1981*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1981-1982, p. 71. (Arquivo da AFLAG).

²⁸⁷ Entrevista concedida em 23/08/2019.

²⁸⁸ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1971*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 192. (Arquivo da AFLAG).

²⁸⁹ FLEURY, Rosarita. *Estatuto 1969*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 273. (Arquivo da AFLAG).

O Anuário – AFLAG de 1970, o primeiro volume publicado pela instituição que contém as biografias das 40 componentes do quadro fundador e também suas produções, foi premiado pela União Brasileira de Escritores Sessão Goiás (UBE-GO) como das melhores “ocorrências do ano de 1971”. Esse acontecimento impulsionou essas mulheres a enfrentarem a falta de verbas e as dívidas contraídas através da Oficina Gráfica da Universidade Federal de Goiás, que costumava publicar o material,²⁹⁰ além dos constantes atrasos que sofriam os Anuários.

Quando ocorria o lançamento de um livro das mulheres da Academia Feminina, imediatamente, era solicitada a presença de todas as demais. Nos registros do ano de 1972, o *Bazar OÍO* serviu como local para os primeiros lançamentos, sendo muito frequentado pela elite local da época. Esses momentos de lançamento de livros eram utilizados para enaltecer, de maneira *tática*, os valores “intelectuais e morais” das escritoras, bem como o círculo de amizades que possuíam. Dentre essas amizades, estariam personalidades ilustres no campo da política e da cultura que declamavam trechos dos livros das colegas, assim como as mulheres do próprio grupo, que ficavam responsáveis por apresentá-las ao público, reforçando suas qualidades e os laços entre elas. Esses discursos resultavam em verdadeiras homenagens.

No dia 30 de junho [1972], reuniu-se a AFLAG, no Bazar OÍO para lançamento do livro “Tempo de Ontem”, de Nelly Alves de Almeida. Foi uma noite de gala, em que ficou evidenciado o valor de seu nome como escritora e o largo círculo de amizades que possui, qualidades que fizeram da noite 30 de junho, noite de lançamento coroado de real sucesso. A sessão foi aberta pelo escritor Miguel Jorge e vários trechos do livro lidos pela Acadêmica Ana Mara Taveira Miguel durante os momentos de autógrafos e coquetel servido.

Durante o mês de julho nova reunião foi levada a efeito na Av. Tocantins 123, quando foram tratados vários assuntos e, de modo especial, o lançamento de “Mensagens”, livro de Guiomar de Grammont Machado. [...]

[...] Em nome da AFLAG foi Guiomar saudada por Nice Monteiro Daher, sendo que o lançamento de “Mensagens” constituiu legítimo sucesso, não só pela excelente qualidade do livro, mas ainda pelo grande círculo de amigos que possui a escritora, já que é portadora de altas qualidades intelectuais e morais, sabendo aliar à simpatia pessoal, fineza de trato e educação.²⁹¹

²⁹⁰ Alguns Anuários eram publicados por esta Gráfica, outros são registrados pela Gráfica Líder S/A e a Gráfica de Goiás. Os preços oscilavam muito, desta forma as acadêmicas sempre buscaram pelo menor preço.

²⁹¹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 197 e 199. (Arquivo da AFLAG).

O lançamento dos livros ficava circunscrito ao grupo de amigos e admiradores das escritoras. No ano de 1977, Rosarita Fleury afirma ter se encontrado com os representantes do “Instituto Nacional do Livro”, no sentido de: “[...] interessá-los na aquisição de nossos Anuários e Livros das acadêmicas. Tenho em mãos a primeira resposta, com pedido da relação dos livros, preços e seus autores, tudo indicando que os livros, de agora em diante terão maiores facilidades para vendagem”.²⁹² Partindo do pressuposto de que as dificuldades eram tanto materiais quanto atreladas às editoras sexistas, cujas práticas refletiam na quantidade de livros escritos por mulheres postos em circulação, a Academia Feminina pôde agenciar e promover essas mulheres de modo que Rosarita Fleury, inclusive, destaca que houve crescente publicação, após a fundação da instituição.

No Anuário de 1973 e 1974, há um destaque para os livros publicados. Eles são evidenciados como publicações realizadas em apenas 5 anos de existência da agremiação e resultavam em alegria para elas.

LANCAMENTO DE LIVROS

O primeiro lançamento de livros acadêmicos deu-se em 23 de abril de 1973, com “Obras Completas de Dinorah Pacca”.

Em 26 de julho, lançamento de “Análise Literária de Homens de Palha”, feito por Nelly Alves de Almeida.

Em 05 de outubro, a Academia traz a público seu Anuário 1971-1972.

No dia 17 de janeiro de 1974, Ana Braga Machado Gontijo entrega ao público leitor seu livro “As comunicações do Médio Norte Goiano”.

No dia 31 de março, por ocasião da inauguração do busto de Agnelo Arligton Fleury Curado, na praça do mesmo nome, sua esposa, Nita Fleury Curado trouxe a público, ofertando às pessoas presentes, sua biografia.

Em 25 de setembro, Nair Perilo Richter apresenta e oferece a seus amigos seu livro “O Canto da Cigarra”.

No dia 7 de outubro, Célia Coutinho Seixo de Britto faz entrega aos leitores de seu trabalho “A Mulher, a História e Goiás”.

Em 03 de dezembro, Rosarita Fleury traz a público a biografia do Sr. Heitor Moraes Fleury, por ocasião da inauguração de seu busto no Fórum local e que tem seu nome [...].²⁹³

Os livros lançados pelas escritoras e artistas eram todos registrados nos anuários. Rosarita Fleury destacava, no Anuário – AFLAG de 1983-1984, uma reunião de livros publicados nos 15 (quinze) anos de existência da Academia. Ela reforçava que esses livros

²⁹² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1977*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1977-1978, pp. 161-162. (Arquivo da AFLAG).

²⁹³ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1973 e 1974*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1973-1974, p. 206. (Arquivo da AFLAG).

foram publicados e editados “após a fundação da AFLAG”, uma forma de frisar que a visibilidade de fato só aumentou após a organização da instituição, enaltecendo essas mulheres como “a maior força de nossa cultura” (ANUÁRIO – AFLAG, 1983-1984, p. 83). Esses livros não eram apenas literários, mas também estudos da área de formação e aprofundamento das autoras, sendo: a música, teatro, história, artes plásticas, letras, etc. Essas produções também contêm crônicas/contos/poesias que narram relatos da juventude da escritora em Goiás, com forte teor memorialístico.

Figura 16 - “A escritora Ada Curado autografando o livro *Paredes Agressivas*, em junho de 1978, em noite de festa muito importante para a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás”



Fonte: Anuário - AFLAG, Goiânia, 1977-1978, p. 13.

Figura 17 - “Lançamento do livro *Morrinhos da Capital e Cidade dos Pomares* por Zélia Diniz Fontes em 11-12-1979”



Fonte: Anuário – AFLAG, Goiânia, 1979-1980, p. 15.

Figura 18 - “Lançamento do livro ‘A música em Goiás’ por Belkiss S. Carneiro de Mendonça em 19-11-1980”



Fonte: Anuário- AFLAG, Goiânia, 1979-1980, p. 17.

Figura 19 - “Lançamento do livro ‘Altamiro de Moura Pacheco’ dados bibliográficos, por Rosarita Fleury em outubro de 1981”



Fonte: Anuário - AFLAG, Goiânia, 1981-1982, p. 09.

Figura 20 - “Histórias que o homem de Bronze Contou, lançado em 1981 por Regina Lacerda”



Fonte: Anuário - AFLAG, Goiânia, 1981-1982, p. 10.

Figura 21 - “Lançamento de ‘Vozes no Tempo’ de Lygia de Moura Rassi, em junho de 1983”



Fonte: Anuário - AFLAG, Goiânia, 1983-1984, p. 33.

É evidente o desejo de maior circulação para os livros das acadêmicas e para o anuário, que igualmente é referenciado como um livro. Foram várias idas ao Instituto Nacional do Livro e ao Governo do Estado solicitando maiores verbas, bem como aos momentos, estrategicamente, aproveitados para distribuição desses livros em eventos e feiras literárias. Essas mulheres estão (re) negociando um espaço físico, subjetivo e simbólico no campo intelectual, “jogando” com os poderes nele existentes, institucionalizando as suas

contribuições e revestindo-as de legitimidade. De acordo com Rosarita Fleury: “[...] como todas sabemos, pelo nosso Estatuto temos que apresentar publicações e trabalhos outros que justifiquem a fundação da Academia, as Leis Municipal e Estadual que a considerem utilidade pública no campo educacional”.²⁹⁴

Sobre a diretoria responsável pelo andamento burocrático da instituição, o quadro inicial ficou assim constituído: “[...] Rosarita Fleury a Presidente; Nelly Alves de Almeida 1ª Vice-Presidente; Célia Coutinho Seixo de Britto 2ª Vice-Presidente; Silvia Nascimento Secretária; Ada Curado Tesoureira; Ana Braga M. Gontijo Oradora Oficial”.²⁹⁵ Além das 40 integrantes das Cadeiras, haveria também sócias correspondentes de outros Estados, que manteriam trabalhos publicados nos Anuários da AFLAG, sendo as primeiras: Josefina Pinheiro (Cidade de Goiás)²⁹⁶, Maria Paula Fleury de Godoy (Rio de Janeiro)²⁹⁷ e Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro²⁹⁸ (Rio de Janeiro).

De acordo com os estatutos da instituição, seria mantida uma votação bianual para a mudança dos cargos da diretoria. Porém, nos primeiros anos, foi fundamental que se mantivesse uma coesão, visando a um maior entrosamento entre elas. Esse desejo fez com que fosse: “inoportuna uma mudança de direção”, conforme consta nas reuniões de diretoria em 1972:

[...] considerando os enérgicos e vigorosos esforços que a atual diretoria vem empenhando durante este período de maturação por que atravessa nossa entidade; considerando o elevado conceito de que goza ante a opinião de todas nós; considerando a chama do ideal que se inflamava e que se corporifica no intenso trabalho consagrado ao desenvolvimento e defesa da

²⁹⁴ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1977*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1977-1978, p. 161-162. (Arquivo da AFLAG).

²⁹⁵ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1969*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p.184. (Arquivo da AFLAG).

²⁹⁶ Josefina Pinheiro de Lemos Mendes (1891-1971), Dona Finha como era conhecida, é assim descrita por Luiza Camargo Ferreira patrona e titular da Cadeira n.º 39 da AFLAG, em elogio fúnebre, como “[...] poetisa brilhante e entusiasta, que aplaudiu, de pé, a fundação da Aflag e, apesar de seu estado de saúde pouco animador, aceitou o convite que lhe fora endereçado para integrar nossa Agremiação. Da. Finha amava as letras e muito desejava fazer pelo desenvolvimento da cultura em Goiás. E foi assim que não se negou a prestar apoio e colaboração a Academia Feminina, entidade que nasceu do justo ideal de um grupo de senhoras, desejosas, de reunir valores femininos até então dispersos.” (Arquivo da AFLAG – Pasta da escritora Luiza Camargo Ferreira. Manuscrito).

²⁹⁷ Em 1969, quando a fundação da AFLAG se concretiza, a escritora se encontrava no Rio de Janeiro, não podendo participar como patrona e titular de uma Cadeira. Sua posse virá a ocorrer em 1979 pelos seus “méritos inumeráveis”, quando é eleita por decisão unânime, mesmo residindo em outro Estado, para ocupar a Cadeira de n.º 37 como 2ª titular após o falecimento de Telezila N. Blumenschein.

²⁹⁸ Nasceu em 1900, no Rio de Janeiro. Filha de Alcebíades Nascimento e Mariana Sócrates do Nascimento. Fez um trabalho etnográfico de mapeamentos dos índios xerentes e apinagés da região norte de Goiás. Após mudar-se para São Paulo, concluiu o curso de normalista e muda-se para Goiás, com 23 anos. Foi professora na antiga capital Cidade de Goiás e, na nova capital, cidade de Goiânia, além de dirigir a Escola Normal. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

literatura e das artes em nosso Estado; considerando, por fim, inoportuna uma mudança de direção no momento em que se concretiza um maior entrosamento entre os atuais membros, e, conseqüentemente, a entidade adquire a necessária força, para novos empreendimentos [...].²⁹⁹

Foram poucas as alterações da diretoria durante os primeiros anos. As oradoras oficiais alternavam entre a acadêmica Ana Braga Machado Gontijo e Nice Monteiro Daher, responsáveis pelas relações públicas da instituição. Rosarita Fleury permaneceu na presidência por 23 anos consecutivos, até o seu falecimento em 1993, pois era o desejo do grupo, apesar dela disponibilizar a sua posição para que fosse votada sempre que possível.

Uma prática é consolidada entre elas visando à solidificação dos laços e do apoio intelectual presentes no cotidiano das reuniões. Eram os “votos de louvor”, momentos em que uma acadêmica, nas atas das reuniões, solicitava o registro de um elogio, uma lembrança das atuações ou protagonismos de alguma companheira. Esses “votos” eram proferidos em meio aos encontros/reuniões em pausas que elas faziam para enaltecerem-se, momento no qual reforçam a solidariedade intelectual.

[...] propôs a Acadêmica Ana Braga um voto de louvor as Acadêmicas Aída Félix de Souza e Nelly Alves de Almeida pela publicação e lançamento dos livros “É à noite” e “Presença Literária de B. Élis”.³⁰⁰

[...] Nice Monteiro Daher [...] Em seguida pediu um voto de louvor à acadêmica Maria Lucy da V. Jardim, pelo brilhantismo com que dirigiu o Coral do Instituto de Artes da U.F.G na cidade de Porto Alegre RG do Sul. A palavra da acadêmica Belkiss S. Carneiro de Mendonça, expoente máximo da música em nosso Estado [...] Nice Monteiro Daher pediu outro voto de louvor à acadêmica Tânia Póvoa Cruz escolhida a musicista do ano [...].³⁰¹

[...] Nossa companheira Ada Curado acaba de receber o prêmio correspondente à Teatro, no ano passado, também da Caixa Econômica Estadual. Deixamos aqui consagrada a ela um voto de louvor e nossas expressões de alegria [...].³⁰²

[...] Nossa colega Regina Lacerda pediu que fosse consagrada em ata um voto de louvor pela persistência sonhadora de Cici Pinheiro que agora está real com a construção de seu Teatro que será uma casa de cultura. Ana Braga

²⁹⁹ Caderno de reuniões da Diretoria. (caderno único). Goiânia. Ata da 10ª reunião em 13/01/1972. (Arquivo da AFLAG).

³⁰⁰ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 8ª reunião. 18/06/1970, p. 11. (Arquivo da AFLAG).

³⁰¹ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 49ª reunião. 31/10/1974, p. 49. (Arquivo da AFLAG).

³⁰² Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 69ª reunião. 1976, p. 83. (Arquivo da AFLAG).

sugeriu um voto de louvor à conferência de Célia Coutinho Seixo de Brito lembrando a herde de Doutora.³⁰³

[...] Regina Lacerda pediu que fosse constatado em Ata um voto de Louvor para as colegas Nelly e Belkiss, que à noite daquele mesmo dia 25 de março de 88, no Salão de Festa da Estância Itanhagá estariam recebendo o Troféu Itanhagá, Nelly pelo seu trabalho literário e Belkiss por sua participação como pianista no mundo artístico. Regina Lacerda pediu que se constasse em Ata também votos de Louvor para a colega Almerinda e para a Colega Vanda Pinheiro, Almerinda por estar recebendo uma homenagem por ter sido reconhecido seu trabalho político, seu trabalho como professora e educadora e Vanda por sua dedicação, preocupação e auxílio na divulgação em prol das Artes Plásticas.³⁰⁴

Sobre a diretoria, são mulheres que compunham o quadro máximo de autoridade dentro da instituição, ou seja, a instituição era organizada visando a uma hierarquia de posições. As confradeiras registraram essa relação na coluna “Notas da Academia”, de 1970: “Dentro da AFLAG todas aceitam, em princípio, as decisões da Diretoria. As discordâncias são levadas a plenário e discutidas com respeito e cordialidade, como se espera [...] de pessoas intelectuais e de bom senso”.³⁰⁵ Analisando a descrição, transmitir a ideia de um espaço cordial e respeitoso também se insere nas táticas de aceitação do campo intelectual, reforçando a imagem proativa que se buscava construir para a instituição.

Outra prática constante nas reuniões eram as leituras dos trabalhos, poesias, crônicas e projetos que eram compartilhados. Mensalmente, as integrantes do grupo se reuniam e, também, havia reuniões ordinárias para as decisões internas e extraordinárias para as solenidades. Nas reuniões, ocorria uma dinâmica interessante: os trabalhos eram lidos de forma compartilhada em saraus, nos quais uma declamava o trabalho da outra, de modo a dinamizar as opiniões. Lena Castello Branco lembra que o ambiente das academias, fazendo referência à Academia Goiana de Letras (masculina) e a AFLAG, eram “diferentes”, usando a palavra “cumplicidade” para descrever a AFLAG:

[...] o ambiente das academias é muito diferente, na academia feminina há um ambiente, vamos dizer assim, mais de, de maior cumplicidade, entre os membros, maior aproximação, e de maior alegria também, sabe, são mulheres que se encontram que têm interesses comuns, às vezes, até esses interesses são divergentes, né, mas há uma convivência muito assim... De

³⁰³ Caderno de atas n.º 2 dos anos de 1977 a 1980. Goiânia. 115ª reunião. 05/03/1979, p. 50. (Arquivo da AFLAG).

³⁰⁴ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985-1993. Goiânia. 298ª reunião. 25/03/1988, p. 57. (Arquivo da AFLAG).

³⁰⁵ Notas da Academia. *Cinco de Março*. Goiânia. 24/08/1970, p. 13. (IPHBC-Arquivo).

companheiras, de pessoas que se estimam e se admiram umas às outras, é um clima muito bom [...].³⁰⁶

Nas primeiras reuniões, a Acadêmica Telezila Blumenschein: “exortou as acadêmicas a se manifestarem sobre os trabalhos das congreiras [integrantes da academia] sempre que os vissem publicados. Uma referência sempre sugere estímulos [...]”.³⁰⁷ Ela demonstra o quanto os primeiros anos foram cruciais para o fortalecimento, o apoio, o aperfeiçoamento e a segurança pessoal entre elas. Os trabalhos serviam de referência umas para as outras, o que reforça a constituição de uma tradição literária e intelectual feminina. Como exemplo, há uma carta enviada por Rosarita Fleury, em nome da instituição, à Acadêmica Ercília Macedo Eckel, ocupante da Cadeira n.º 10, a qual estava em Curitiba, no ano de 1983, apresentando seus poemas em um festival. Por esse episódio, ela recebia o apoio de suas conterrâneas da AFLAG:

Ofício expedido pela AFLAG.
Goiânia, 20 de setembro de 1983.
Cara Ercília:

Recebi o livro de poesias “Coletânea de Poesias” e fiquei emocionada a ver que você faz parte dele com um poema moderno e muito bonito “Devaneio”. Em nossa última reunião ventilamos o assunto aí e seu poema foi lido por Ada (Curado). Tudo consta em Ata, inclusive os aplausos que todas foram unânimes em mandar-lhe.

Um abraço de todas elas e também o meu.
Com saudades,
Rosarita Fleury.³⁰⁸

Rosarita Fleury foi uma referência fundamental como presidenta da instituição. A escritora Luiza Camargo Ferreira (1914-2004), ocupante da Cadeira de n.º 39, escreve um poema destinado à intelectual e amiga, no qual evidencia a cumplicidade de ambas ao lhe pedir “conselhos literários”, em uma trajetória de inseguranças e desencorajamentos:

Agora como “imortal”
Pensando que sou a “tal”
Quis um soneto escrever,
Embora sem o saber.

Você, na arte veterana,
Difícilmente se engana!
Quer dar-me seu parecer,

³⁰⁶ Entrevista concedida em 04/07/2019.

³⁰⁷ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. 12ª reunião. 12/04/1971, p. 18. (Arquivo da AFLAG).

³⁰⁸ Ofício expedido pela AFLAG. Goiânia, 20 de setembro de 1983. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Ercília Macedo Eckel).

Para que eu possa aprender?

Não me ofendo, você sabe;
A franqueza sempre cabe
Entre amigas verdadeiras,
Agora, também, confreiras!

Será que devo insistir?
Ou (quem sabe) desistir!
Embora fácil pareça,
Soneto é um “quebra-cabeça”.³⁰⁹

“Será que devo insistir? Ou (quem sabe) desistir!”, diz ela a respeito da escrita. O desencorajamento e a invisibilidade rondam o movimento de ascensão das mulheres em suas atividades intelectuais, e os primeiros anos são de estratégias e inserção nos espaços culturais. No ano de 1972, ocorreu um acontecimento marcante para Goiânia: o 1º Encontro das Academias de Letras do Brasil, organizada pela Academia Goiana de Letras e noticiado nos jornais Goianienses, como em *O Popular*. De acordo com o jornalista Modesto Gomes:

Com a presença de Aurélio Buarque de Holanda, Herberto Salles, Odylo Costa, filho, Osvaldo Orico e Viana Moog, membros da Academia Brasileira de Letras; Antônio Saturnino Mendonça Júnior, presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, além de acadêmicos representando as Academia de todos os Estados, exceptuando-se apenas Minas e Ceará, o ministro Jarbas Passarinho pronunciou o discurso de abertura do Encontro, na noite de 20 de abril, no Clube Regatas Jaó.³¹⁰

Esse momento é igualmente registrado nas reuniões da AFLAG, na qual as mulheres se manifestavam animadas e prontificadas em participar do encontro que ocorria no Estado de Goiás.

No dia 5 de abril, reunião na residência da 1ª Vice-Presidente Nelly Alves de Almeida, quando se teceu considerações sobre a vinda a esta Capital dos “imortais” das várias Academias de Letras do Brasil, promoção digna de aplausos da Academia Goiana de Letras.

No dia 19 do mesmo mês, reunião de Assembléia Geral, quando foram discutidas as bases da participação da AFLAG nas solenidades do 1º encontro das Academias.³¹¹

³⁰⁹ Manuscrito. (Arquivo da AFLAG - Pasta da escritora Luiza Camargo Ferreira).

³¹⁰ GOMES, Modesto. Encontro das Academias de Letras do Brasil deixa saldo positivo. *O Popular: Suplemento literário*. Goiânia. 1972. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

³¹¹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1972*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 195-199. (Arquivo da AFLAG).

Contudo, a AFLAG ficou de “fora” do respectivo encontro. Foram convidadas, individualmente, apenas algumas das mulheres da Academia Feminina, para as quais Rosarita Fleury entregou os convites, “[...] dirigidos pelo Sr. Presidente da A.G.L. Dr. Ursulino Tavares Leão”³¹², ou seja, a AFLAG não foi convidada enquanto instituição cultural. Esse fato gerou um debate entre as acadêmicas, indagadas inicialmente por Nice Monteiro Daher, a qual buscava compreender essas exclusões: “[...] estranhando não ter nossa Academia sido convidada a participar do referido ‘encontro’”.³¹³ A justificativa da exclusão foi informada pela secretária Silvia do Nascimento, que pontuou para as demais que Ursulino Tavares Leão, presidente da AGL, havia sido: “forçado a essa exclusão, da pessoa jurídica, ante a impossibilidade, por carência de verbas, de nossa participação conjunta em todas as festividades programadas [...]”.³¹⁴

Era importante a manutenção de boas relações, logo seria conveniente aceitarem os convites individuais, visando a apenas um “acompanhamento” das atividades que seriam desenvolvidas. Contudo, Rosarita Fleury subverteu a lógica do convite, pois estimulou as mulheres da agremiação a “comparecerem ao maior número”, para se reconhecerem enquanto intelectuais, solicitando que elas se aperfeiçoassem e observassem as academias literárias que estariam no encontro, como segue na citação:

[...] que comparecessem ao maior número de solenidades possíveis, a fim de colher, não só os frutos que delas haveriam de advir, como também adquirir experiência nesse campo, conhecendo e familiarizando-se com as maiores expressões da cultura nacional que se fariam presentes.³¹⁵

Elas poderiam “adquirir experiência nesse campo”, além de solidificar os contatos com as “expressões da cultura nacional” presentes no evento. O encontro das academias também contou com algumas considerações acerca do “merecimento intelectual” das mulheres. O palestrante Arthur César Ferreira Reis, Presidente do Conselho Federal de Cultura, pontuou ser o “intelecto” algo “pertencente à mulher brasileira”, compreendendo que as mulheres possuem “aspiração legítima” em “integrar, sem outras distinções a não ser as que decorram de merecimento intelectual, as Academias e demais associações culturais do

³¹² Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. Ata da 22ª reunião. 19/04/1972, p. 26. (Arquivo da AFLAG).

³¹³ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. Ata da 22ª reunião. 19/04/1972, p. 26. (Arquivo da AFLAG).

³¹⁴ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. Ata da 22ª reunião. 19/04/1972, p. 26. (Arquivo da AFLAG).

³¹⁵ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. Goiânia. Ata da 22ª reunião. 19/04/1972, p. 26. (Arquivo da AFLAG).

País”.³¹⁶ Com base nesse discurso é possível afirmar que o termo “merecimento” usado pelo palestrante parte do princípio de que os homens devem reconhecer ou “permitir” que as mulheres estejam nesses espaços, após as inúmeras “provas” da intelectualidade feminina. Vale frisar que essa discussão não se encerrou e continua nos dias atuais.

A AFLAG seria a 3ª entidade cultural inteiramente feminina fundada no Brasil até a década de 1970. A primeira a ter sido fundada no Brasil foi a Academia Literária Feminina Rio Grandense do Sul (ALFRGS), de 1943, como já foi exposto nesta pesquisa, e a segunda foi em 1949, no Estado do Espírito Santo, denominada Academia Feminina Espírito-Santense de Letras (AFESL), organizada pela Deputada Estadual na época, Judith Leão Castello Ribeiro. Essas instituições não foram consideradas no citado encontro.

Isso pontua que as experiências de visibilidade das mulheres são marcadas por tantas outras de invisibilidades, e a lógica desse silenciamento/invisibilização possui forte teor sexista. Além dessas exclusões, as dificuldades financeiras e materiais também atravessam o processo de afirmação dessas instituições no meio intelectual. Maria Elizabeth Fleury Teixeira evidenciou o jogo de negociações necessário para o funcionamento da agremiação, sem sede própria por quase 30 anos. Ao ser questionada sobre as dificuldades observadas, ela pontua:

[...] materialmente foi a falta de sede, que nós viemos conseguir somente em 2002, que é esta atual sede [atualmente localizada no Setor Sul em Goiânia] [...], nos vivíamos de, de auxílio, pedindo auxílio aqui ou ali, para fazer uma pequena reunião, porque na casa das acadêmicas, no princípio fazia-se na casa das acadêmicas da época, na casa duma um dia, um mês na casa de uma, outro mês na casa da outra, mas não dava aquele caráter mais sério de uma entidade, precisava mesmo de uma sede, então... A Rosarita [mãe da entrevistada] conseguiu com o secretário de cultural uma sala para ficar a disposição dela das 14 h em diante, das 14 da tarde ou das 15 da tarde até as 17, onde ela poderia receber as acadêmicas, avisada a reunião, receber as acadêmicas e debater os assuntos que no momento eram mais importantes, seja assunto literário seja assunto musical e marcarem outros encontros, marcar recitais, marcar declamações de poesias, tudo isso movimentava a sociedade na época e ela gostava disso e as acadêmicas também gostavam de participar [...].³¹⁷

Desde 1971, a instituição corre atrás de uma sede própria, porém é negada a verba para concretização de tal anseio, uma necessidade que visava suprir projetos como:

³¹⁶ GOMES, Modesto. Encontro das Academias de Letras do Brasil deixa saldo positivo. *O Popular: Suplemento literário*. Goiânia. 1972. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

³¹⁷ Entrevista concedida em 05/08/2019.

“premiação dos concursos literários que é nosso desejo realizar”.³¹⁸ Esses projetos viriam a se concretizar, quando a Academia Feminina possuísse uma sede fixa, o que ocorreu apenas em 1982. A conquista de uma casa decorre desde o ano de 1979, após verba recebida, em que as confeitarias optam por alugar: “[...] uma sala no Edifício Governador Magalhães Pinto, situada na Av. Goiás, 9º andar, sala 906. Encontrando-se a AFLAG acomodada e com funcionamento regular”³¹⁹, alojou-se oficialmente em 1982, com a instalação efetiva da instituição no local. Essa mudança para a sede própria “era um sonho que começava a cristalizar-se”,³²⁰ conforme palavras e promessas de futuro presentes nos relatórios: “[...] A Acadêmica Nice Monteiro Daher levantou um brinde em regozijo à AFLAG, pela atuação brilhante que vem desempenhando, tendo já adquirido sua sede própria”.³²¹

As reuniões, encontros, projetos, visitas intelectuais, tudo ocorreria na sala conquistada pela instituição que se tornou sua sede fixa. Contudo um fato ocorreu em 1987: o presidente da Academia Goiana de Letras, no período, o escritor José Mendonça Teles, mencionou que havia no prédio da AGL duas salas à disposição. Logo essa notícia leva as confeitarias a debaterem: “Poderíamos então alugar a sala em que estamos e, com o dinheiro do aluguel movimentar melhor a Academia”.³²² Essa notícia fez com que as acadêmicas se reunissem em diversos momentos com o intuito de debater sobre a mudança e possível compartilhamento da sede com a Academia Goiana de Letras. Há entre elas o receio de abandonar certezas por incertezas, devido ao fato de que: “[...] nenhum documento nos veio às mãos e sem documento acho inconveniente e perigoso deixarmos nossa sala. Não sabemos se o próximo Presidente da Goiana [AGL] terá a mesma ideia a nosso respeito”.³²³

Ao acompanhar o cotidiano dessas mulheres, é possível perceber que esses espaços foram conquistados em meio a inúmeros recuos. As incertezas de Rosarita Fleury em aceitar o convite são justificáveis, pois, como menciona, não há como dizer que os próximos

³¹⁸ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1971*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972. (Arquivo da AFLAG). Um dos concursos promovidos pela instituição denominou-se PAPYRUS. Funcionou entre 1983 e 1984, cujo objetivo era que a instituição premiasse artistas das diversas áreas: música, teatro, literatura, no intuito de promover a cultura. Os registros desse concurso e de suas premiações estão presentes no ANUÁRIO – AFLAG de 1983-1984.

³¹⁹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1982*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1981-1982, p. 74. (Arquivo da AFLAG).

³²⁰ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1982*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1981-1982, p. 74. (Arquivo da AFLAG).

³²¹ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1982*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1981-1982, p. 74. (Arquivo da AFLAG).

³²² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1987*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1987-1988, p. 111. (Arquivo da AFLAG).

³²³ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1987*. ANUÁRIO – AFLAG, Goiânia. 1987-1988, p. 111. (Arquivo da AFLAG).

presidentes as aceitariam de bom grado na Academia Goiana de Letras. Mesmo que, no ano de 1987, a referida instituição já tenha aceitado integrantes femininas em seus quadros, muitas delas vindas da AFLAG, os preconceitos as cercam, sejam eles marcados pelo gênero ou pelo sentimento corporativista que mantém essas instituições.

Destaca-se a importância dada por Rosarita Fleury e pelas demais mulheres em manter a sua identidade e sua autonomia enquanto agremiação literária e intelectual feminina. Diante das incertezas, foi encaminhado à Rosarita Fleury, em 1988, pelo então secretário da Cultura Kleber Adorno, um ofício mencionando que: “[...] havia sido reservadas no prédio adquirido para a Academia Goiana de Letras, uma parte a fim de que nela se instalasse a AFLAG”³²⁴ e assim ficam registrados nos relatórios, após as reuniões, que a decisão foi unânime entre elas de se mudarem para a sala concedida, por motivos de situação financeira.

No ano de 1988, foi inaugurada a nova sede da Academia Goiana de Letras, na qual, igualmente, funcionaria, a partir de então, a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, depois de acertadas as mudanças.

Figura 22 - Inauguração da sede da Academia Goiana de Letras em abril de 1988



Da esquerda para direita, encontram-se o então governador do Estado na época, Henrique Santillo, seguido por Colemar Natal e Silva, José Mendonça Telles (Presidente da AGL na época) e Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury) Presidente da AFLAG. **Fonte:** Mural histórico exibido na sede da Academia Goiana de Letras.

³²⁴ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1988*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1987-1988, p. 113. (Arquivo da AFLAG).

Figura 23 - Inauguração da sede definitiva da Academia Goiana de Letras, em 1988, na qual a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás conseguiu espaço



Da esquerda para a direita, encontra-se Colemar Natal e Silva junto de sua esposa e fundadora da AFLAG, Genezy de Castro e Silva, em seguida, Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury). O palestrante é José Mendonça Teles. **Fonte:** Memorial Expositivo da Academia Goiana de Letras.

No ano de 1989, as atividades da AFLAG se mantêm em consonância com a AGL. Rosarita Fleury registra em relatório um sentimento de colaboração: “[...] aqui nos sentimos bem prestando também o nosso apoio à Academia Goiana de Letras quando por ela solicitada”³²⁵, contudo a Academia Feminina prezava por sua identidade e reconhecimento. Outro acontecimento evidenciou o quanto as mulheres precisam lutar contra o “apagamento da existência” (RAGO, 2013). Na ocasião de confeccionar a placa que seria disponibilizada para a Academia Goiana de Letras, de modo a ser fixada na sede que lhe foi concedida constando a indicação do lugar, as mulheres receberam a notícia de que o nome da AFLAG não constaria nos desígnios do local. Para elas, isso se fundamentava em “discriminação”, e foi o primeiro momento em que essas mulheres deixam de usar termos como “injustiça” e optam por serem mais incisivas.

[...] Em seguida Rosarita contou às colegas que o Acadêmico José Mendonça Teles, Presidente da Academia Goiana de Letras, havia lhe declarado que na placa que irá ser fixada no lado de fora da parede da nova Sede que abrigará a AGL e a AFLAG, não será incluída a sigla da nossa Casa de Cultura. Absurdo da revelação, **denominada discriminação** por algumas das Acadêmicas, gerou entre as colegas, além da troca de ideias,

³²⁵ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1989*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1989-1990, p. 143. (Arquivo da AFLAG).

úteis sugestões, como por exemplo, a de levarem ao Secretário da Cultura, Dr. Kleber Adorno, o assunto, para que sobre o mesmo dê ele a sua opinião.

326

Mesmo após 20 (vinte) anos de formação e atuação pública no âmbito da cultura e sociedade, as mulheres precisavam provar sua competência e merecimento de terem o nome da instituição registrada na placa que a identificava como “uma casa de cultura”, pois a AFLAG ali funcionaria da mesma forma que a AGL. Mediante esse fato, outras estratégias deveriam ser pensadas, já que certeza elas tinham: “de não haver de forma alguma, José Mendonça Teles [presidente da AGL na época], concordado em acatar seu pedido de incluir na placa da Academia Goiana de Letras, Casa de Cultura que ele atualmente preside a Sigla de nossa Casa (AFLAG)”.³²⁷ Logo, uma “comissão” foi montada:

[...] retomando a palavra, Rosarita comunicou às colegas que, acompanhada de Ada Curado, Nair Perilo e Maria Elizabeth, havia feito uma visita ao Dr. Wanderlei Menezes, Presidente da SUPLAN a fim de lhe pedir que presenteasse também a Aflag com uma placa informativa de local e endereço, a exemplo de como havia ele feito com a Academia Goiana de Letras [...].³²⁸

Essas experiências de visibilidade e invisibilidade reforçam a solidariedade entre elas. As dificuldades, frustrações, necessidades, ao se juntarem na organização desse grupo, transformaram-se em “solidariedade intelectual”, termo abordado por Heloísa Buarque de Hollanda (1993), em *Ensaístas Brasileiras*. Conforme seguia o debate, essas mulheres resolvem organizar visitas de “cordialidade” para buscar as autoridades e debater sobre o assunto, onde se vê que o desejo por uma casa/sede que seja própria da instituição permanecia uma pauta frequente:

O assunto gerou entre as Acadêmicas trocas de ideias, lembrando, em bora hora a Acadêmica Nelly Alves de Almeida de sugerir que um grupo de colegas faça uma visita de cordialidade às autoridades competentes, e delas solicite também, a exemplo da AGL, uma sede própria para suas reuniões.³²⁹

Outro exemplo visível da importância das mulheres se articularem decorre no momento em que, no ano de 1984, a escritora Ana Lins Peixoto Bretas (1889-1985) (Cora

³²⁶ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985 a 1993. Goiânia. Reunião de 25/04/1988, p. 89-90. (Arquivo da AFLAG). (grifo nosso).

³²⁷ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985 a 1993. Goiânia. Reunião de 11/05/1988, p. 91. (Arquivo da AFLAG).

³²⁸ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985 a 1993. Goiânia. Reunião de 11/05/1988, p. 91. (Arquivo da AFLAG).

³²⁹ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985 a 1993. Goiânia. Reunião de 11/05/1988, p. 91. (Arquivo da AFLAG).

Coralina) foi indicada para concorrer ao prêmio Juca Pato, da União Brasileira de Escritores, sessão São Paulo. Rosarita Fleury mobilizou suas companheiras: “a fim de votarem em Cora Coralina em sua inscrição ao prêmio”.³³⁰ A presença em peso da AFLAG foi fundamental para que a mesma fosse reconhecida com grande margem de votos.

O apoio da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás à escritora Cora Coralina lhe possibilitou a inscrição no Prêmio Juca Pato, do qual foi ganhadora. Esse fato evidenciou uma “consciência de gênero”. Essa perspectiva de uma “consciência de gênero” foi elaborada por Michelle Perrot (1998), em seu livro *Mulheres Públicas*. O que ela observou entre as mulheres de classe média, que se organizavam de forma autônoma em determinadas situações, é similar às situações evidenciadas neste trabalho, seja fundando colégios secundários seja contribuindo para a solidificação de espaços alternativos de sociabilidades femininas, ações que contribuíram para que uma prática consciente e reivindicante fosse emergindo.

Essas mulheres estão expondo a força de uma instituição que as amparava. A AFLAG proporcionou um sentimento de união, nas palavras de Augusta de Faro Fleury de Melo: “um lugar pra elas se sentirem que existia, né, deu um espaço pra elas falarem, escreverem, manifestarem suas ideias, seus sonhos, tal, o que elas pretendem [...]”. Ela reforça, em entrevista cedida para este trabalho, que: “realmente não tinha espaço pra mulher intelectualizada, e abriu um campo para aquelas que gostam de falar, escrever, de fazer poema, etc [...]”³³¹, ou seja, um espaço de expressão artística para mulheres que há muito não sabiam que existiam ou que poderiam existir como profissionais da cultura.

Maria do Rosário Fleury faleceu no ano de 1993, antes de ver a instituição provida de uma sede própria e institucionalizada, o que veio a ocorrer apenas nos anos 2000, sob a presidência de Augusta de Faro Fleury de Melo, após muita luta e diversas solicitações ao Governo do Estado. Débora de Faria Maia (2018) destaca que:

Seu último ano de vida foi acompanhado de muita atuação pública, em constantes encontros promovidos pela Academia e debates sobre a importância e preservação de sua existência. 14 de Março do ano de 1993, vem a falecer, aos oitenta anos, após ter presidido a AFLAG por 23 anos consecutivos. (MAIA, 2018, p. 70).

³³⁰ FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1984*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1983-1984, p. 166. (Arquivo da AFLAG).

³³¹ Entrevista concedida em 10/07/2019.

Apesar do terreno incerto que continuavam a caminhar, cheio de promessas duvidosas e vivendo de acordos momentâneos, a escritora registra o entusiasmo sentido ao receber mulheres de outros municípios e estados que, em 1992, vão reunir-se ao grupo: Armênia Pinto de Souza, Marilda de Godoi Carvalho e sua filha Denise de Carvalho Verano, Elza Nobre Caetano da Costa, Jacira Brandão da Veiga Jardim, Judite Furtado Miranda, Leda Xavier de Almeida, Narcisa de Abreu Cordeiro, Vilma Abrantes de Almeida Britto, Maria Carmem Xavier Nunes e, também, o quadro de sócias correspondentes com: Terezinha Moura, em Brasília, Edla Pacheca Saad, na cidade de Goiás, e Augusta Carneira Machado, em Belo Horizonte.

O último relatório escrito por Rosarita Fleury, em nome da AFLAG, presente no Anuário de 1991-1992, deixa registrado um evento que ocorreu na instituição. A Professora de Literatura Francesa, do Departamento de Letras da UFG, Dr^a. Heloisa Helena de Campos Borges, que faz parte da instituição como “a nova geração”, fez a leitura de sua tese, na qual havia pesquisado o “Romance Goiano”, entre 1940 e 1980. Neste trabalho, a pesquisadora aclamou o livro “*Sombras em marcha: na vivência da fuga*”, publicado por Rosarita Fleury, em 1983. Esse reconhecimento a fez registrar no relatório: “Tivemos o prazer de assistir à leitura de seu trabalho sobre o romance de minha autoria [...] que me proporcionou alegria e satisfação de ver compreendido em seu justo valor um trabalho de minha autoria”.³³²

Atualmente a AFLAG, ou melhor, a “Casa Rosarita Fleury”, mantém seu funcionamento com uma dinâmica que continua a mesma no que diz respeito às homenagens, à participação de concursos, à distribuição de diplomas, contudo com o quadro original reduzido ou quase extinto devido aos falecimentos. As experiências dessas mulheres do passado estão alimentando/influenciando as novas gerações, por meio dos instrumentos musicais, retratos, livros guardados, sendo revisitados a todo instante por suas descendentes e conterrâneas que continuam o trabalho inicial de Maria do Rosário Fleury e de suas principais auxiliaadoras, Ana Braga Machado Gontijo e Nelly Alves de Almeida.

Ao proporcionarem, nas palavras de Lena Castello Branco, o “autoconhecimento de seu valor, da sua importância para sociedade”, essa instituição proporcionou autoconfiança e bem-estar, pois, segundo a escritora: “faz bem as mulheres, elas se sentem reconhecidas e prestigiadas, já não mais unicamente em função de serem esposas e mães, mas de serem seres pensantes não é, seres atuantes na sociedade [...]”.³³³ Mulheres que, como descreveu Nice

³³² FLEURY, Rosarita. *Relatório de 1991*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1991-1992, p. 87-91. (Arquivo da AFLAG).

³³³ Entrevista concedida em 04/07/2019.

Monteiro Daher, são as “formigas da inteligência”, em um trabalho fecundo que traz consigo a experiência das “cigarras”, em um processo contínuo de “[...] fiandeiras, de inúteis alegorias...Cantamos paisagens, enrodilhando cores, misturando os dedos nos fios de ouro do sol...”.³³⁴

Figura 24 - As “Mulheres de Azul”



“Aflaguianas em posse após a sessão comemorativa do segundo ano de aniversário da AFLAG, comemorado no auditório da Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás, em 09/11/1971.”
Fonte: TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury: minha mãe*. Goiânia: KELPS, 2014. p. 345.

Durante as décadas de 1950 e 1960, gradativamente, as mulheres conquistam o mercado de trabalho devido às conjunturas envolvendo a industrialização do país, as quais as requisitavam em profissões, costumeiramente, compreendidas como “femininas” atreladas ao lugar da reprodução social. Dessa forma, continuaram a ocupar uma posição secundária em relação aos homens, ou seja, uma ascensão que “não significou uma abolição da mistificação feminina” (MENDEZ, 2018, p. 109). Dito isso, os movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980 questionaram os modelos únicos de “ser mulher” e de feminilidade existentes. Essas mulheres, como Maria do Rosário Fleury, ora aproximam-se, ora distanciam-se desses feminismos, sendo esses movimentos estratégicos ou não.

³³⁴ DAHER, Nice Monteiro. Acadêmicas. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10: Suplemento Literário. 13/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

O próximo subcapítulo aprofundará sobre os movimentos dessas mulheres e as (re) negociações com os valores e as normas de gênero. Esses movimentos informam acerca dos vários lugares que ocuparam em suas trajetórias e dos percalços e dificuldades de sua afirmação enquanto intelectuais. Os discursos moderados e patrióticos, assim como a construção de uma imagem “mansa” de mulheres cercadas por “doçura e sensibilidade”, por parte da AFLAG, são exemplos das agências, presentes tanto na consolidação das alianças quanto nesses “jogos de gênero” das (res) existências possíveis enquanto mulheres buscando espaço, imersas nas estruturas e relações de poder do campo intelectual.

2.3 “Doutas senhoras” de vestidos azuis: as mulheres da Academia Feminina, estratégias e “feminismos possíveis”³³⁵

[...] tinha sido a declaração do professor sobre a inferioridade mental, moral e física das mulheres. Meu coração parara. Minhas faces queimaram. Eu chorara de raiva. Não havia nada de marcante, ainda que estúpido, naquilo. Uma pessoa não gosta de ouvir que é naturalmente inferior a um homenzinho.³³⁶

Virgínia Woolf. **Um teto todo seu**. 1929.

A crítica feminista está lidando com uma cultura e práticas de caráter, acentuadamente, masculino, junto a discursos que atravessaram os corpos femininos definindo “a mulher, quando maternal e delicada, como a força do bem, o anjo do lar” (TELLES, 1999, p. 325). Virgínia Woolf, por exemplo, teve que “matar” em si mesma o “anjo do Lar” para conseguir exercer o eu lírico e projetar a sua subjetividade no papel, bem como atuar em público. Esses discursos, segundo Michel Foucault (1996), regulam, selecionam e organizam os sujeitos e os sentidos, valendo-se da coerção e dos constrangimentos, e se fazem presentes sempre que uma mulher ousa deslocar, romper, transcender ou superar as barreiras culturais, políticas e sociais, passando a ser definida, dessa forma, como “potência do mal quando sai da esfera privada ou usurpa atividades que não lhe são culturalmente atribuídas. Torna-se então monstro, bruxa, malvada ou decaída” (TELLES, 1999, p. 325).

A partir de 1960, o Brasil atravessava uma crescente e expressiva participação de mulheres na vida pública. Nas décadas de 1950 e 1960, o nível de escolarização dos brasileiros, em especial das mulheres, era bem maior (PINSKY, 2013). Fúlvia Rosenberg (2013) afirma que as mulheres já somavam 42,4% do contingente de pessoas no ensino superior, no Brasil na década de 1970. Muitas mulheres de classe média, antes atreladas à vida doméstica, contemplaram novas possibilidades de “romper com o relativo isolamento”, enquanto crescia gradativamente o interesse pelo mercado de trabalho e as possibilidades para alcançá-lo. Aquelas, entre 20 e 50 anos, foram absorvidas pelo mercado de trabalho em funções, geralmente, ditas “femininas” como secretariado, administração, assistência social ou o magistério (PINSKY, 2014).

³³⁵ Termo em referência a: LUCA, Leonora de. *O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)*. Cadernos PAGU, 1999, p. 275-299. Disponível em: <https://is.gd/VpthV5>. Acesso em: ago. 2019.

³³⁶ WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014. p. 28.

Porém, no mercado de trabalho e na carreira profissional, há uma constante discriminação contra as vivências das mulheres. Mesmo com a relativa autonomia conquistada, esses “trabalhos femininos” recebiam menores salários e eram desvalorizados no mercado produtivo. O sentido pejorativo de uma “mulher que abandonava o lar e competia com o homem” persistia, e discursos como: “se, de todo modo, a mulher quiser ou precisar de um emprego, deve fazer de tudo pra “manter-se feminina”, com delicadeza e ternura” (PINSKY, 2013, p. 508) reforçavam as hierarquias e constrangiam as mulheres. O “feminino”, ou mais especificamente a “feminilidade”, está atrelada a uma conduta moral vinculada às funções domésticas desde o Código Civil de 1916, que vigorou no Brasil e que regeu as noções de espaço público e privado (SOARES, 2009). Essa moralidade que reveste as práticas sociais sexistas mostra-se como um atributo fundamental tanto para a exclusão quanto para a inclusão dessa mulher nos espaços do mercado.

Carla Bassanezi Pinsky (2013) aponta que foram vários os mecanismos de controle que readaptavam a dominação masculina e a hierarquia existente nas relações de gênero. As mulheres são definidas pela falta ou pela presença da “feminilidade”. Vale lembrar que o Brasil, nessa época da década de 1960, muito recentemente havia rompido com os princípios do Código Civil de 1916, nos quais a mulher dependia de autorização do marido para exercer qualquer profissão. Isso mudaria apenas em 1962, com o *Estatuto Civil da Mulher Casada*, fruto das lutas feministas. Esse estatuto amenizava algumas das normas, contudo a autoridade conjugal ainda era mantida na figura masculina. Ao menos, por meio desse documento, a mulher era reconhecida como uma “colaboradora do lar”, permitindo-lhe maiores deslocamentos. (PETRÓ, 2016, p. 87).

A modernização dos hábitos e a crescente capacitação das mulheres é resultado do processo de escolarização e direitos civis conquistados pelos movimentos sociais de mulheres e feministas. De acordo com Natalia Pietra Mendéz (2018), esses movimentos foram engajados por mulheres altamente escolarizadas, que nos anos 1960 advogavam pela inserção das mulheres nos debates políticos e culturais, insurgindo “em contraposição a um discurso misógino que descaracterizava a mulher como ser pensante” (MENDÉZ, 2018, p. 196). São intelectuais que buscavam ultrapassar a fronteira do doméstico, ampliando seus horizontes em novas formas de viver a “feminilidade”. Porém, algumas permanências são identificadas nesses discursos, no que diz respeito à maternidade e o matrimônio, sobre as quais Méndez (2018) comenta que “o ideal feminino da mulher-esposa-mãe não foi substituído, sendo apenas acrescido da palavra “profissional”” (MENDÉZ, 2018, p. 280).

Ao situarmos Goiânia, nas décadas de 1970 e 1980, é observado o surgimento de novas formas de sociabilidade, onde, conforme Oliveira (2003), cinemas, bares, espaços de lazer e afins emergem atraindo homens e mulheres. As mulheres, a princípio de uma elite letrada, aproveitam para experimentar novas possibilidades de estudo e convivência intelectual. Através dos posicionamentos das mulheres que compunham a AFLAG, seus recuos e avanços, as concessões e (re) negociações, esse anseio é visível, ou seja, a gradativa ascensão social que almejavam para si, assim como também são visíveis os constrangimentos e a permanência de um “ideal feminino” que as atravessava. Talita Michelle de Souza (2017, p. 54) reforça que: “É importante refletir as formas que as mulheres utilizaram para entrarem em outros espaços, muitas abriram concessões e negociações, ou seja, para conseguirem alcançar os objetivos”.

Neide Célia Ferreira Barros (2017), descrevia Goiânia como uma cidade fortemente marcada pelas permanências. Nos processos criminais que analisou, sob a perspectiva feminista e das relações de gênero, a pesquisadora argumenta que noções conservadoras de masculinidades e feminilidades permanecem na sociedade. Elas eram potencializadas por um sistema rural e um Estado patriarcal extremamente enraizado na figura violenta do coronel como o patriarca. São esses alguns dos aspectos simbólicos de uma dominação masculina que se mantém vinculada à imagem de “masculinidade” que a maioria dos homens goianienses possuem no seio das relações entre homens e mulheres.

Lívia Batista Costa (2016), aponta que as mulheres não eram reconhecidas enquanto indivíduos autônomos, mas atreladas ao corpo familiar. Os julgamentos das agressões e dos homicídios, em Goiânia, nas décadas de 1970 e 1980, eram referidos sob o prisma da “honra da família” e dos “bons costumes”. A pesquisadora observa que, gradativamente, o problema das agressões passava de uma “questão moral” para um “problema social” das instituições governamentais, em que as mulheres começam a conquistar autonomia e serem identificadas por suas trajetórias de vida e não pelo clã familiar. Contudo, nos processos criminais, uma restrita noção de gênero ainda se sobrepunha ao caráter das mulheres agredidas, em que termos como “mulher de bem”, “mulher honrada ou de família” e “mulher da vida” apareciam nos julgamentos e nos juízos de valor dos responsáveis pela defesa ou acusação.

Esses são aspectos preponderantes para contextualizar o “lugar” no qual o “feminino” está alocado, ou seja, o lar. As experiências de interdição e constrangimento compartilhadas pelas mulheres citadas nesta pesquisa fizeram com que elas se unissem em prol de maior visibilidade e espaço, em diversos nichos sociais, desde a arte até o âmbito da política. As

permanências de uma sociedade conservadora, que reproduz os estigmas depreciativos com relação às mulheres, é uma constante a ser enfrentada. Augusta de Faro Fleury de Melo evidencia, na entrevista concedida, que: “[...] foi uma glória fundar uma academia nesses ermos de Goiás” e continua: “[...] nenhum homem aprovou, eles acharam péssimo, até hoje [2019] quando as mulheres entram na academia goiana tem murmúrios”.³³⁷

Estrategicamente, para afirmarem-se nesse meio profundamente masculino que é o campo intelectual, uma das ferramentas utilizada por elas foi a intelectualidade e o dispositivo da maternidade, atrelados ao ideal feminino enraizado nas práticas engendradas e ainda permanentes em na sociedade. Comumente, as mulheres da AFLAG se descrevem: “[...] numa valiosa manifestação da força inspiradora de um grupo de senhoras premiadas com os frutos da inteligência”,³³⁸ demarcando o seu lugar social e positivando a imagem do grupo como uma classe de mulheres altamente escolarizadas e capacitadas. Ao mesmo tempo, é observado que essas mulheres destacam, em suas biografias e trajetórias, o exercício da maternidade, considerada a única alternativa de vida possível para muitas. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2014), a princípio, são mulheres de classe média que enfrentaram inúmeras dificuldades em seguir com suas carreiras profissionais por conta desses estigmas.

A maternidade, contudo, é fator que corrobora para a aceitação dessas mulheres no campo intelectual e no espaço público. Muito dessa imagem transmitida pela Academia Feminina é também observada como estratégia política recorrente entre as mulheres artistas, a exemplo, a escritora Júlia Lopes de Almeida, que se utilizou do discurso da “boa mãe republicana” ao ser “a companheira de letras de seu marido, o escritor Filinto de Almeida” (SIMIONI, 2008, p.70), e “jamais procurando superá-lo”. Isso fez com que ela, na posição de “parceira”, fosse conquistando espaços entre os intelectuais, sendo reconhecida pela sociedade brasileira do final do século XIX como uma grande escritora e, mais especificamente, como uma “mãe-artista”. O “lugar” da maternidade possibilita que essas mulheres “joguem” com as regras disciplinares, pois a figura da “mãe culta” representava um símbolo de civilidade para o país. (SIMIONI, 2008; D’INCAO, 2017).

Nas instituições literárias, era costume que o novo titular da Cadeira fizesse um elogio fúnebre ao antigo ocupante. Na AFLAG, as mulheres se exaltam nesses elogios enquanto mães e mestras. Como exemplo, Esther Barbosa do Oriente, escolhida para ascender como nova ocupante da Cadeira n.º 27 que, ao escrever sobre a falecida Mariana Augusta Fleury

³³⁷ Entrevista concedida em 10/07/2019.

³³⁸ RICHTER, Nair Perilo. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1985-1986, p. 8. (Arquivo da AFLAG).

Curado (1897-1986), exaltava a sua posição enquanto uma mulher que: “[...] Educou uma família numerosa, cercando-se de trabalho, arcando com toda uma responsabilidade de mãe extremosa”, continuando a reforçar: “[...] Cautelosa em suas decisões, discreta, operosa, sensata, mãe e esposa extremosa, inteligente e culta, por demais sagaz, como poucas pessoas, soube Nita Fleury [apelido de Mariana] associar aos afazeres domésticos, o mister de beletrista” (ANUÁRIO - AFLAG, 1987-1988, p. 18). Outro exemplo é a escritora Ellen Carneiro Vale que, da mesma forma, como titular da Cadeira n.º 9, teve que escrever sobre Dinorah Pacca (1909-1971) e exaltou que a antiga ocupante da cadeira: “[...] foi a mais feminina, a mais maternal de todas as mulheres” (ANUÁRIO - AFLAG, 1971-1972, p. 17-23).

Os constructos de gênero fomentavam práticas sexistas que, constantemente, relembavam a essas mulheres que sua “missão”, na sociedade, seria o cumprimento do papel de mãe e de esposa, “de sorte a não deixar que seu talento para as letras usurpasse os verdadeiros encargos” (SIMIONI, 2008, p. 70). São construções que “inventam” para essas mulheres determinados espaços, bem como orientam a maneira como reconheceriam a si mesmas e às suas experiências no mundo.

Rosarita Fleury, em entrevista ao *Diário da Manhã* em 1982, mais de dez anos da concretização da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, mencionou que não colocava a literatura em primeiro plano: “[...] eu dedico minha vida aos trabalhos domésticos, meus filhos – graças a Deus já estão formados e casados – para depois fazer a minha literatura”. Nesse mesmo ano, a escritora estava para publicar o seu segundo livro, *Sombras em marcha: na vivência da Fuga*, e afirma não ter realizado a sua obra, mas sim a sua vida: “Acho que estou muito feliz: fui feliz com meu marido e também com meus filhos, que me deram muito gosto. Então penso que minha vida está muito bem. O que quero agora é prosseguir o meu trabalho literário, que não é fácil”.³³⁹

No exposto acima, a escritora deixa claro ao público que, após os cuidados dos “afazeres domésticos”, dedicaria o seu tempo a fazer sua literatura, continuando a frisar, inclusive, que escrever não era uma tarefa fácil. As experiências dessas mulheres são resultado “de um complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e das resistências internas” (COSTA, 2010, p. 204) e, dessa maneira, revelam inúmeros paradoxos e conflitos em suas trajetórias. Ao evidenciar que a produção de sua literatura não era algo fácil, os lugares que Maria do Rosário Fleury almejou para si e para

³³⁹ FLEURY, Maria do Rosário. Entrevista “*Rosarita Fleury – Lição para Viver*”. *Diário da Manhã*. Coluna: Gente. Goiânia, 14 de fevereiro de 1982, p. 39. (Arquivo do IHGG)

as demais mulheres de seu grupo ficam evidentes, assim como a difícil tarefa que foi “conciliar” a maternidade com a carreira profissional. Nice Monteiro Daher, co-fundadora da instituição, descrevia que estar na AFLAG e fazê-la crescer era como: “[...] se caminhássemos, entre obstáculos, com um cristal muito raro nas mãos ou se embalássemos o sono leve de uma criança”³⁴⁰, retomando a associação com a maternidade.

Essas construções de gênero contribuíram para a formação de um “feminino ideal” e fomentaram uma única forma de viver a “feminilidade” aceita e legitimada pela sociedade. Em conformidade com o *Dicionário Crítico de Gênero*, feminilidade é um: “conjunto de características, qualidades e atributos social e culturalmente reconhecidos como parte da natureza da mulher” (COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 249), ou seja, características e padrões que os mecanismos de poder disciplinadores das sociedades, em diferentes culturas, vinculam ao corpo “feminino”, tornando esse corpo “útil” ao projeto social da família patriarcal, no caso do ocidente, como exemplo: fragilidade, inclinação à maternidade, modéstia, emoção, beleza, ingenuidade, juventude, recato, dependência financeira e emocional, dentre outros atributos de conotação inferiorizantes e limitantes.

Augusta de Faro Fleury de Melo aponta que havia no campo intelectual goiano a seguinte ideia: “[...] quem é mulher artista não é boa dona de casa, não é boa mãe, não é “rainha do lar” de jeito nenhum”.³⁴¹ Esses constrangimentos são violências que produzem efeitos de sentidos sobre os corpos, comportamentos, desejos e ações dos indivíduos (FOUCAULT, 1996). Os espaços sexuais, o controle da sexualidade e a normalização dos comportamentos funcionavam como um dispositivo “fazendo da diferença masculino/feminino um operador ideológico” (SCHMIDT, 2013, p. 03), que definiu e legitimou códigos de conduta norteadores da cultura, política, estética e linguagem.

Historicamente, esse binarismo (masculino/feminino)³⁴² é construído e varia conforme as culturas e sociedades, afirma Joan Scott (1995), impossibilitando outras

³⁴⁰ DAHER, Nice Monteiro. “Acadêmicas”. O Popular. Caderno 10. Suplemento Literário. 13/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Praça Cívica).

³⁴¹ Entrevista concedida em 10/07/2019.

³⁴² Sobre a construção dos espaços, expectativas, corpos e lugares como “femininos” e “masculinos” nos remetemos à Joan Scott (1995) no artigo *Gênero uma categoria útil para a análise histórica*. Conforme Joan Scott (1995), o binarismo masculino/feminino construiu uma ordem simbólica atravessada pela linguagem, onde o “masculino” ou propriamente a masculinidade é revestida de autoridade e virilidade, e o “feminino” situa-se no extremo posto como o elemento de fragilidade, pureza, inclinações maternas e modéstia. As identidades são construídas culturalmente nesses dois pólos, induzindo a estrutura de uma sociedade dividida entre essas duas possibilidades de existência que introduzem conflitos e reproduzem desigualdades em diversas instâncias sociais. A pesquisadora evidencia a variabilidade histórica desse “feminino” e “masculino”, investidos, contudo, de uma compreensão hierárquica onde o elemento “masculino” é comumente revestido de autoridade pública. Desta forma, definiu-se como uma constante “oposição binária”, naturalizada, reproduzida e reforçada por argumentos

existências para além desses dois polos. Isso fica evidente no processo de profissionalização dessas mulheres, quando elas são “masculinizadas” ao acessarem os lugares de poder, ou quando lhe são atribuídos termos como “viris”, no momento em que demonstram força de vontade e determinação, atributos, comumente, associados ao “masculino”. As mulheres são definidas ora pela ausência ora pela presença da feminilidade, evidenciando o mundo binário no qual essas relações do campo intelectual se constituem. Assim, tanto nos comportamentos quanto na produção artística, havia um conjunto de expectativas/sentidos que definiam/produziam o olhar sobre as mulheres e homens associados à intelectualidade.

Essas mulheres estavam exercitando um processo de (res) significação das imagens impostas, utilizando-se desse “feminino ideal” como parte das ações estratégicas de sua emancipação. Essas práticas e usos das representações culturais impostas são comuns em períodos de grande represália, nos quais as mulheres necessitam estar em “concordância com a moral e os bons costumes em voga”, para galgar, gradativamente, outros espaços e experiências (SOIHET, 2000). Esses movimentos é o reflexo das possibilidades de agências dos sujeitos diante dessas imposições.

Algumas características comportamentais, como a sensibilidade, o recato e a mansidão, são externalizadas nas atuações públicas dessas mulheres. Rosarita Fleury, por exemplo, enquanto presidenta e idealizadora da instituição, foi descrita por Ana Braga Machado Gontijo como “mansa” e possuidora de um “gênio dócil”, no discurso oficial de fundação da AFLAG em 1969, em que afirma: “[...] Nesta, destacou-se Rosarita Fleury. Herdou do pai o **gênio dócil**, empreendedor, persistente. Não vacila. **Sua tranquilidade** é como das grandes profundidades escondendo, **modestamente**, grande riqueza de ideias!” e continua: “Sua **voz mansa, seus gestos delicados**, sua **simplicidade** em tudo já demonstram a elevação desse espírito nobre, que não se revolta nunca, que não se cansa e **nunca se atemoriza**, indiferente às dificuldades” (ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 229. grifo nosso).

Voz mansa, gestos modestos e simples são os atributos destacados em Maria do Rosário Fleury e os sentidos moderadores e apaziguadores que essas mulheres almejavam produzir para a AFLAG. Eram mulheres engajadas em forte movimento patriótico, as “doutas senhoras”, como as definiu Ada Curado, ocupante da Cadeira n.º 1, que ingressaram na academia para “[...] zelar pela cultura e o campo artístico” (SOUZA, 2017, p. 61). Exaltar o elemento da cultura, inclusive, é uma forma de vincular novamente a figura da “boa mãe” culta e educadora que contribui com o engrandecimento da pátria. Essa mãe, que se educa

biologizantes na maneira como os seres humanos se relacionam entre si, nas instituições, famílias, com seus corpos, nos espaços urbanos, na linguagem, nos símbolos, nas práticas e hábitos sociais.

para educar os filhos e não por vaidade pessoal, foi reforçada como ideal para as mulheres no final do século XIX e início do XX, conforme destacado nesta pesquisa. É uma imagem que está presente na descrição que Maria Elizabeth Fleury Teixeira elabora sobre a valorização das mulheres nas artes, ao ser questionada em entrevista para este trabalho. A escritora sustenta que as mulheres estão:

[...] mais junto da sociedade por causa dos filhos, então, se ela puder dar aos seus filhos tanto uma boa educação com a literatura, artes em geral, e música, que eu incluo nas artes, a criança ficara mais propícia a viver melhor.³⁴³

Através do discurso de Ana Braga Machado Gontijo, oradora oficial da instituição, que foi publicado como nota no jornal *O Popular*, em 1969, as mulheres da Academia Feminina deixavam claro que a instituição será “uma colaboração” para com as demais instituições culturais do Estado de Goiás, de forma a moderar as intenções de sua formação, reforçando: “[...] apenas para que se possa, de maneira mais definida, estimular o trabalho intelectual e artístico de nossas coestaduanas”. Dessa forma, elas almejavam se tornar a “irmã congênere” das demais instituições literárias, incluindo a Academia Goiana de Letras:

Nossos valores, nos ramos, já são numerosos. Desejamos congregá-los para que esse número cresça e se desenvolve com ótimos resultados para a prosperidade sócio intelectual de nosso querido Goiás. A A. F de L. e A de Go há de ser irmã congênere da A.G.L, cujos componentes nos deram exemplos que procuramos seguir como companheiras nessa luta pelo maior crescimento e valorização às criações goianas, no campo das artes e das letras.³⁴⁴

A escritora lança seu discurso sobre a fundação da Academia Feminina como uma “colaboração”, frisando a noção de complementariedade dos sexos. Ela descreve que: “[...] a mulher foi [do homem] a sua companheira no advento humano e, como sua companheira, vem palmilhando o seu caminho social. [...] Como ser social capaz de criar, de realizar e de viver a vida em suas diversas modalidades”.³⁴⁵ A escritora, para reforçar a noção complementar dos sexos, afirma ser a mulher que: “[...] guarda o fogo e o aproveita para os fins culinários. É ela quem descobre e procura as raízes, os tubérculos e os frutos próprios à

³⁴³ Entrevista concedida em 05/08/2019.

³⁴⁴GONTIJO, Ana Braga Machado. Uma colaboração. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10. Suplemento Literário. 30/11/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

³⁴⁵ GONTIJO, Ana Braga Machado. Uma colaboração. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10. Suplemento Literário. 30/11/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

alimentação e os prepara”. Finaliza apontando que a mulher seria mais importante na “vida do homem do que se possa superficial e materialmente avaliar. No lar e em qualquer atividade fora deste”.³⁴⁶

A afirmação de Ana Braga informa sobre a maneira como a figura da mulher é representada pela cultura: como um ser que existe como complementar/auxiliar do homem, ideia vinculada aos resquícios da educação cristã, que atravessou essas mulheres, e das delimitações jurídicas de sua atuação, haja vista o Código Civil de 1916 (SOARES, 2009). Teóricas do feminismo, como Teresa de Lauretis (1994), já constataram essa perspectiva complementar. Elas acreditam que: “na conceitualização patriarcal ou androcêntrica a forma feminina seja uma projeção da masculina, seu oposto complementar, sua extrapolação – assim como a constela de Adão” (LAURETIS, 1994 apud HOLLANDA, 2019, p. 136).

Em 1972, uma reportagem chamada “A Fuga ao Clube de Luluzinha” apresenta o discurso que as mulheres da instituição reproduziam, no qual continuavam a reforçar que “não houve nenhuma intenção de fazer protesto”. A reportagem segue afirmando o posicionamento das congreiras, que diziam:

“Se os homens tinham esta necessidade de se agregarem em organizações, as mulheres também, e esta foi à razão maior”, e, após citar a participação sempre importante de suas representantes, como deputadas, vereadoras, juízas e inclusive comissárias de polícia, disseram que a Academia foi mais uma prova de suas capacidades de organização, para provar que “somos evoluídas”.³⁴⁷

Quando a jornalista Cecy Aparecida Curado escreveu sobre o que chamou de o “Clube das 40 Imortais”³⁴⁸ mencionou que a ideia de formar a AFLAG surgiu mediante a um debate, no qual discutiam a “injustiça à intelectualidade feminina”, em que as mulheres chegaram à conclusão de que estavam “cansadas” dessa situação. Ao usar o termo “injustiça” atrelando-o ao desejo moderado por “evolução”, essas mulheres se movimentam estrategicamente, não como uma afronta à sociedade ou às leis que regem o campo intelectual e artístico goiano, mas sim no intuito de exercer o que elas evidenciam como uma “reparação”, ou nas palavras de Ana Braga Machado Gontijo: “[...] dar oportunidade às goianas de uma convivência e

³⁴⁶ GONTIJO, Ana Braga Machado. Uma colaboração. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10. Suplemento Literário. 30/11/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

³⁴⁷ A Fuga ao “Clube de Luluzinha”. *Jornal O Foca*. Goiânia. Abril de 1972. FCHL. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Maria do Rosário Fleury – Fragmento).

³⁴⁸ CURADO, Cecy Aparecida. O Clube das 40 Imortais. 2º Caderno. FG. *Folha de Goiás*. Goiânia. 30/06/1971. (Arquivo da AFLAG).

colaboração mais palpáveis”³⁴⁹ para com a cultura e a sociedade. Desta forma, o uso desses termos como “injustiça” serviu de forma tática para aproveitarem o momento e assegurarem um espaço de convivências e criarem o que viria a ser a instituição. Luiza Camargo Ferreira (1914-2004) escreve, na apresentação do Anuário – AFLAG de 1987-1988, que:

A Academia, como todos o sabem, nasceu justo do ideal de três senhoras [Rosarita, Ana Braga, Nelly] que muito desejavam ver ampliada a cultura em nosso Estado. Não é sem lutas que nossa Academia vem seguindo sempre à frente, transpondo todos os obstáculos que se lhe apresentam. Esperamos, com as bênçãos de Deus, continuar prosperando, espargindo as luzes do saber em nosso redor e dando exemplos de fé e otimismo.³⁵⁰

De acordo com Rachel Soihet (2000), usar a moderação foi um processo constante entre os movimentos de mulheres. Muitas argumentavam que as suas aspirações não significavam competição, mas sim uma colaboração, momentos em que usavam a cultura como forma de sustentar a intenção nobre, sadia e altruísta que as envolviam. No Anuário - AFLAG de 1971-1972, as confradeiras deixavam bem claro que: “Não serão aceitos trabalhos de cunho político-partidário e temas ofensivos à moral e à religião”³⁵¹, sinalizando que os princípios cristãos norteavam os valores e os comportamentos das mulheres da academia e a sua abstenção de discussões e filiações partidárias.

Na apresentação de Luiza Camargo Ferreira, isso se faz evidente, pois são mulheres que rogam as “bençãos de Deus” para continuar como exemplos de “fé e otimismo” para a sociedade goianiense. A secretária da instituição, Silvia Nascimento, ocupante da Cadeira n.º 36, exalta na apresentação do exemplar Anuário – AFLAG de 1971-1972 que “em prol da cultura goiana”, elas são mulheres envoltas em “um idealismo sadio” com uma “imensa vontade de servir”, conforme segue:

Dai o aparecimento do Anuário 1971/1972, contendo matéria talvez já sem o sabor da atualidade, mas que sempre há de figurar como testemunho do que temos procurado fazer em prol da cultura goiana e, assim, mantendo acesa a chama de um idealismo sadio. Não vai nesta publicação qualquer vaidade pessoal, senão uma obrigação indeclinável que temos para com a nossa terra e nossa gente, oferecendo-lhes, com a afirmação de nossa solidariedade,

³⁴⁹ GONTIJO, Ana Braga Machado. Uma colaboração. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10. Suplemento Literário. 30/11/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás - Praça Cívica).

³⁵⁰ FERREIRA, Luiza Camargo de. *Apresentação*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1987-1988, p.09. (Biblioteca da AFLAG).

³⁵¹ NASCIMENTO, Silvia. *Apresentação*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 03-04 (Biblioteca da AFLAG).

pequena contribuição intelectual e artística, a que falta o brilho desejado, mas que sobra uma vontade imensa de servir.³⁵²

Esse discurso moderado e idealista era fundamental para atravessar os estigmas pejorativos da época, em que os homens, e também as próprias mulheres da sociedade Goianiense, as olhavam de soslaio, como nos indica Augusta de Faro Fleury de Melo ao frisar em sua entrevista que: “as primeiras fundadoras da academia era olhada assim [...] muito de bando, né, até pelas mulheres, que as mulheres são grandes machistas, entendeu, quer dizer, eu percebo até hoje [2019] em Goiás as mulheres são machistas”.³⁵³

Machismo compreendido como um comportamento naturalizado, legitimado e reconhecido pelo sistema patriarcal opressor, de modo que tanto homens quanto as próprias mulheres podem manifestar tais condutas sociais. Silvia Nascimento ainda reforça o desejo que elas tinham de “ajudar a construir” ou a edificar “[...] algo de mais permanente, de mais duradouro, colaborando com as artes na exaltação deste outro mundo maravilhoso que a natureza sábia nos criou [...] boa intenção que nos anima”.³⁵⁴ Nice Monteiro Daher também exaltava um “sentido de ternura”, na apresentação do Anuário - AFLAG de 1975-1976, o 4º exemplar produzido pela instituição. Nele enaltece que: “Não é preciso falar muito para que conheçam esta dura verdade: o mundo atual aí está. Com seus antagonismos, suas incompreensões, sua voracidade [...]”, porém não é sobre esse “mundo atual” ou sua “voracidade” de que se trataria aquele material, mas sim sobre o reflexo da instituição, qual seja:

[...] a representação de um trabalho orientado mais num sentido de ternura, com a mesma dedicação com que é enfeitado todo o trabalho da AFLAG. Tudo que aí vai escrito não pode ser traduzido com folhas esparsas, gravadas em frias linotipos. São pedaços de variadas emoções, paisagem sentimental de diferentes vidas que formam o aconchego da AFLAG. Emoções que nascem da sensibilidade de nossas companhias, cada um tirando, de si mesma e de seu trabalho, a essência maior para formar o todo deste Anuário que, no final, é o retrato certo de nosso mais sincero objetivo. Que vocês o leiam sentindo conosco o reflexo de um sonho tão bem sonhado que se chama Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.³⁵⁵

³⁵² NASCIMENTO, Silvia. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 03-04. (Biblioteca da AFLAG).

³⁵³ Entrevista concedida em 10/07/2019.

³⁵⁴ NASCIMENTO, Silvia. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1971-1972, p. 03-04. (Biblioteca da AFLAG).

³⁵⁵ DAHER, Nice Monteiro. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1975-1976, p. 05. (Biblioteca da AFLAG).

Aída Felix de Souza, ocupante da Cadeira n.º 2, descrevia a literatura dessas mulheres como uma “sensibilidade feminina, coração de mulher”,³⁵⁶ assemelhadas como “um fio de melodia ou um ruído de água pura”, descritas também como uma produção “simples e honesta”. São características de um “feminino ideal”, sendo reproduzido e utilizado para construir uma imagem pública para a instituição.

[...] toque de esforço e dedicação da linguagem se concretiza em páginas ricas nos seus detalhes, numa literatura séria, simples e honesta sem maiores artifícios. As vozes são alegres, aflitas, doces, trágicas, cômicas, ou enternecidas. Entretanto são sempre límpidas e claras como um fio de melodia ou o ruído de água pura. E vamos indo, sensibilidade feminina, coração de mulher!³⁵⁷

Cláudia de Lima Costa (2010) ressalta que dentro da ordem patriarcal não foi dada a possibilidade das mulheres se definirem enquanto sujeitos. Elas estão se deslocando entre as representações culturais já existentes, em um constante movimento ambivalente, gradativamente, provocando fissuras na ordem simbólica e nos sistemas de sujeição e disciplinarização dos discursos (FOUCAULT, 2019). Norma Telles (1992, 2012) destaca que as mulheres intelectuais sentiam uma “ansiedade de autoria”, ao contrário dos homens que sentiam a “ansiedade da influência” no momento da escrita, pois, para elas, produzir significava rever em si próprias as marcas dessas representações culturais, ou seja, estava claro que a produção artística era algo completamente novo e a posse da autoria gerava angústias. Dessa maneira, as mulheres se apoiavam, consolidavam espaços nos quais podiam sentir-se seguras e marcar a sua presença.

Reforçar uma tradição literária “feminina” cercada por “ternura e doçura”, ou algo mais propriamente parecido com uma “arte feminina”, fomenta uma “cultura feminina”, o que significava “jogar” com as simbologias complexas e desfavoráveis. Ao se situarem nesse lugar do “feminino” como “modesto” ou “simples”, as artistas corriam os riscos de permanecerem imersas no “amadorismo”, conforme Ana Paula Cavalcante Simioni (2008), termo comumente usado para caracterizar as produções das mulheres. Ainda assim, o uso da maternidade pelas artistas possibilitou conquistarem “um espaço diferenciado, dentro de uma

³⁵⁶ SOUSA, Aída Felix. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1979-1980, p. 7. (Biblioteca da AFLAG).

³⁵⁷ SOUSA, Aída Felix. *Apresentação*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1979-1980, p. 7. (Biblioteca da AFLAG).

esfera social mais ampla”, pois, valendo-se da diferença entre os sexos e dos usos políticos dos atributos “essencialmente femininos”, elas promoviam deslocamentos estratégicos.

No § 2º do artigo 14 do estatuto da AFLAG de 2001, atualização do estatuto de 1969, consta que para a entrada de novas integrantes: “[...] sua inteligência, erudição e dotes intelectuais deverão ser compatíveis com os valores que norteiam a Academia, para que haja maior entrosamento de ideia entre os membros da AFLAG”.³⁵⁸ Quer dizer, as mulheres que dali fizessem parte, em tese, deveriam compactuar com os mesmo ideais e valores. Na primeira eleição ocorrida em 1971, para a posse de novas congreiras, devido ao falecimento de Eurídice Natal e Dinorah Pacca, foi convocada uma reunião em que a distribuição das cédulas de votação foi acompanhada por um discurso no qual Rosarita Fleury destaca que a AFLAG deverá manter: “sempre a linha de altivez, dignidade e elevação”.³⁵⁹

Sendo a primeira eleição havida na Academia para preenchimento de duas vagas, disputadas, aliás, por cinco excelentes candidatas, recomenda, por fim, a Presidente que as congreiras deem seus votos de maneira consciente e que, no caso de derrota, não se deixem exaltar, para que a Academia possa manter sempre a linha de altivez, dignidade e elevação que sempre a norteou.³⁶⁰

Imersas em uma “Associação para fins altruísticos e construtivos”, elas estabelecem que qualquer ato ou pensamento que atente contra a “moral e os bons costumes” poderia influenciar no bom andamento da iniciativa.

[...] Embora permaneça cada uma a liberdade de ponto de vista como privilegio da pessoa humana, não nos esqueçamos de que, entrando para a Academia, a ela entregamos um pouco de nós mesmas, visando-lhe uma unidade de corpo e de espírito, uma união necessária à existência de toda a sociedade. Invocando esses mesmos princípios cristãos que sempre nortearam o povo brasileiro de que somos parcela, iria entregar, a cada uma das congreiras, a cédula onde colocariam o nome de sua preferencia, elegendo uma candidata para convívio eventual durante as reuniões, mas permanente no seu caráter de imortalidade.³⁶¹

Após invocar os “princípios cristãos”, Rosarita Fleury entregou a cédula a cada uma das congreiras. Essas mulheres tiveram em sua educação uma forte base cristã e ao pontuarem

³⁵⁸ GONTIJO, Ana Braga Machado. *Estatuto da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás de 1969*. Atualizado em 2001, sob a presidência de Ana Braga Machado Gontijo. Goiânia, p. 07. (Biblioteca da AFLAG).

³⁵⁹ Caderno de Atas nº 1 dos anos de 1969-1977. Goiânia. 18º reunião de 20/10/1971. (Arquivo da AFLAG.).

³⁶⁰ Caderno de Atas nº 1 dos anos de 1969-1977. Goiânia. 18º reunião de 20/10/1971. (Arquivo da AFLAG.).

³⁶¹ Caderno de Atas nº 1 dos anos de 1969-1977. Goiânia. 18º reunião de 20/10/1971. (Arquivo da AFLAG.).

esses valores, que, de acordo com elas, também corresponderiam aos valores da sociedade brasileira, concretizavam a unidade e o diálogo tão necessários para legitimar a instituição. O estatuto da AFLAG, publicado em 1969, deixa claro o desejo de unidade, chegando a reforçar que as “mulheres de azul” serviam à “dignidade da família brasileira”:

Estatuto da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás

Art. 1º A ACADEMIA FEMININA DE LETRAS E ARTES DE GOIÁS-AFLAG - Casa Rosarita Fleury- fundada em 09 de novembro de 1969, com duração ilimitada, regulada pelos presentes Estatutos e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro e demais leis em vigor.

Art. 2º- Tem por fim o incentivo da literatura goiana, brasileira e estrangeira de modo geral, cultura, e aprimoramento da língua pátria, elevação do nível literário, batalhando para que esse mesmo nível se mantenha puro e destituído de palavras que possam ferir o conceito de dignidade da família brasileira.³⁶²

Essas mulheres (re) negociam com as normas, paulatinamente, pois acessar os saberes era antes um privilégio do “masculino”, como menciona Carla Bassanezi Pinsky (2014). Segundo a pesquisadora: “em outras palavras, a figura da ‘mulher culta’ não pode ameaçar o poder masculino e, muito menos, o modelo estabelecido de família” (PINSKY, 2014, p. 191). Rachel Soihet (2000) evidenciou esse processo *tático* ao refletir os movimentos feministas em prol do voto feminino liderados por Bertha Lutz, nas primeiras décadas do século XX. Segundo a pesquisadora: “Algumas [mulheres] se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência”. (SOIHET, 2000, p. 98).

Nas biografias e homenagens produzidas entre as congreiras da AFLAG, presentes nos anuários da instituição, é constante o destaque dado também à intelectualidade e ao percurso de formação/profissionalização da acadêmica falecida. Esses destaques são reflexos dos diversos lugares que elas almejavam para si. Nelly Alves de Almeida descrevia Maria do Rosário Fleury como uma mulher que: “[...] a todos encantava pela suave simplicidade e pela vibrante inteligência [...]”.³⁶³ O destaque à maternidade, ao cuidado e aos signos referentes da “feminilidade”: doçura, recato, pureza, modéstia, se apresentam atrelados à intelectualidade. Ana Braga Machado Gontijo destacou que Rosarita Fleury possui “doçura e inteligência”,

³⁶² FLEURY, Rosarita. *Estatutos*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 269. (Arquivo da AFLAG).

³⁶³ Trecho do poema de Nelly Alves de Almeida (1916-1999), em que se manifestou sobre o livro premiado de Rosarita Fleury: *Elos da mesma corrente*, pela Academia Brasileira de Letras, em 1959. Publicado na *Revista de Educação do Estado de Goiás*, em 1959. (Arquivo da AFLAG - Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento).

mostrando a mulher “equilibrada” da qual ela tanto admira e acredita ser o sustentáculo da instituição.

Elas se descrevem como mulheres possuidoras de mãos: “[...] que escrevem; mãos que apontam caminhos aos nossos filhos; mãos que acariciam o rosto da infância e da juventude; mãos que semeiam carinhos; mãos que consolam e que aliviam; mãos de mãe, de esposa e de mestra” (ANUÁRIO – AFLAG, 1970, p. 240). Mediante os usos discursivos dessas imagens, elas agenciam um lugar que “jogue” com os poderes do campo intelectual, concluindo e (res) significando que: “[...] em nossas mãos está também a grandeza de ajudar a plasmar nossa cultura!”, produzindo outros sentidos para as suas existências.

São as mães e esposas, mas também as mestras, que subvertem o significado dessa atuação e ampliam as possibilidades da presença de mulheres em posições de poder. É observada a figura da mãe que caminha atrelada à intelectualidade. Esses usos estratégicos discursivos estão presentes em inúmeras iniciativas de mulheres artistas e intelectuais, a exemplo, a consolidação da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, em 1943. Ela foi a primeira no Brasil, fundada pela escritora italiana Lydia Moschetti, mulher de posses e influências (PETRÓ, 2016), que se utilizou desses mesmos posicionamentos para buscar legitimidade e apoio material do Governo. Nos percalços de formação da sua instituição feminina, os recuos e movimentos da escritora Lydia Moschetti “[demostravam] que a legitimação frente ao poder estadual era um fator visto como importante pelas acadêmicas para a consolidação do projeto pretendido por elas” (PETRÓ, 2016, p. 14). Desta maneira, a pesquisadora Camila Albani Petró (2016) identificou que as mulheres aparentavam legitimar certos valores ditos “femininos” e conduziam seus comportamentos e gestos conforme as expectativas da sociedade.

Os posicionamentos dessas mulheres podem ser compreendidos como relações políticas estabelecidas frente às redes intelectuais e instituições marcadamente masculinas. As construções de gênero aprisionam os corpos e consolidam hierarquias de poder. As mulheres valem-se de movimentos sutis que deslocam os lugares dentro das representações culturais do “feminino”, onde elas almejavam “confrontar os valores da sociedade, mas queriam também o reconhecimento público dessa mesma sociedade” (TELLES, 2012, p. 268). Nesses movimentos, existiam os estigmas, que Michelle Perrot (1998) destaca nos inúmeros deslocamentos promovidos por “mulheres públicas”, durante o século XIX e início do XX. Uma “mulher pública” era considerada vergonhosa, dissimulada e sem honra. Porém a

pesquisadora informa que “as mulheres, muito presentes, abrem salões, criam jornais, entram nas sociedades secretas” (PERROT, 1998, p. 11).

Havia mulheres incorporadas ao quadro acadêmico da instituição que se debruçaram na política, espaço profundamente masculinizado (PERROT, 2005). Isso ampliou a credibilidade da instituição enquanto um movimento de visibilidade de mulheres engajadas e mobilizadas em diversos setores. A intelectual Almerinda Magalhães Arantes,³⁶⁴ ocupante da Cadeira n.º 3, foi eleita Deputada Estadual pelo partido do PTB entre 1955 até 1967. Sobre Almerinda Magalhães Arantes, um fato interessante é destacado em sua biografia. Por intermédio de Bertha Lutz (1894-1976), presidenta do Movimento Feminino Brasileiro sediado no Rio de Janeiro, Almerinda requereu seu título de eleitora, em 1927, quando tinha apenas 21 anos, conseguindo o deferimento pelo então Juiz de Direito da Comarca de Formosa, Moacir José de Moraes (1901-1966). Contudo, seu voto não foi aceito pelo Presidente da Junta Eleitoral da região.³⁶⁵ Além de dialogar com Bertha Lutz³⁶⁶ e construir sua biografia filiando-se ao nome dessa intelectual feminista, Almerinda Magalhães demonstra consciência acerca do seu papel como mulher e, principalmente, sobre as suas limitações ao sofrer a segregação dos direitos.

Outra figura a ser destacada é Floracy Pinheiro (1929-2002), conhecida como Cici Pinheiro, ocupante da Cadeira n.º 12. Essa teatróloga foi pioneira nas atividades artísticas em Goiás e era, constantemente, exaltada por suas conterrâneas e companheiras. Nas palavras de Nice Monteiro Daher dirigidas à colega, ela sentia: “[...] louvor e encantamento por sua ação incansável em benefício do Teatro em Goiás, pelo seu sonho sempre renovado, falando-lhe de nossa alegria em tê-la conosco no aconchego da AFLAG”.³⁶⁷

³⁶⁴ Natural de Posse - Goiás (1906-1986). Filha do Coronel Joaquim Magalhães e Ester Rosa de Souza. Fez os primeiros estudos no Colégio São José de irmãs dominicanas. Mudou-se para Formosa-Goiás. Logo, após os estudos primários, formou-se normalista, em Goiás. Após o curso de Magistério exerceu a função de professora primária durante anos de sua vida. Fonte: MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário bibliográfico de membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

³⁶⁵ O voto é uma conquista do movimento feminista e ocorreu em 1934 no Brasil, no governo de Getúlio Vargas.

³⁶⁶ Bertha Lutz (1894-1976). Nascida em São Paulo, estudou biologia em Sorbonne, na França. Em 1919, na Inglaterra, “interessou-se e manifestou o desejo de participação na campanha feminista, ali desenvolvida antes da guerra”. Bertha é a segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil, atuando no Museu Nacional no Rio de Janeiro. “Em 1919, Bertha funda com um grupo de companheiras a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que se dispunha a fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública” (SOIHET, 2000, p. 101). Logo em seguida, constituiu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF, fundada em 1922, que virá substituir a liga. Bertha Lutz defendeu o sufrágio para as mulheres no direito ao voto, pressionando com ostensivos manifestos, dentre eles o “Manifesto Feminista”, reclamando esses direitos para as mulheres brasileiras. Em 1930, a Federação contava com treze unidades pelo país. Em Goiás, a Federação Goiana pelo Progresso Feminino foi mantida por Consuelo Caiado (1899-1981). (PRADO, 2019).

³⁶⁷ Caderno de atas n.º 1 dos anos de 1969 a 1977. 54ª reunião. 27/06/1975, p. 63. (Arquivo da AFLAG).

Cici Pinheiro era descrita como “ousada” e foi autora dos primeiros beijos em palco teatral ao vivo, contracenando com o ator William Aia, na peça *Deslumbramento*, em São Paulo, nos idos de 1950. Esse comportamento “avançado” fez com que ela fosse segregada: “No outro dia eu não tive mais acesso a nenhum lar em Goiânia. Fui taxada de prostituta. Eu não tinha mais ambiente”, ³⁶⁸ mencionou em entrevista ao jornal *O Popular*, na edição publicada em memória de sua morte, em 2005. Por ser considerada uma mulher forte e ousada, uma “mulher misteriosa e polêmica”, como descrita na reportagem, Cici foi levada ao DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Goiás, no período da ditadura militar, na década de 1960, para “explicar” o motivo daqueles beijos e de suas insinuações públicas através de sua arte. Após unir-se à AFLAG, em 1969, Cici Pinheiro consolida o Teatro Arena da Universidade Católica de Goiás – PUC, dentre outros projetos.

Sobre Ana Braga Machado Gontijo, a historiadora Débora de Faria Maia (2020) evidencia a trajetória e a origem pobre da escritora, em seu artigo *A força e a voz de uma mulher na política de Goiás: Ana Braga Machado Gontijo, uma história apagada*, sendo uma marca constante em suas subjetividades. A escritora afirma que “ousou” estar entre as suas conterrâneas de Goiás, que possuíam “vasta bagagem”. Ana Braga apresentava-se como “Pobre Menina Pobre!”, nascida no norte de Goiás, hoje região do Tocantins-Go. Ainda muito jovem, com seus 25 anos, ligou-se à política de Goiás, eleita Vereadora em 1947 e, depois, Deputada Estadual em 1959. É descrita por Áurea Menezes como: “[...] flor brotada do agreste goiano, herdou, de seus antepassados, a força e a coragem necessárias para moldá-la na mulher imbatível que é” (MENEZES, 1991, p. 25).

Ana Braga é uma mulher negra, cujas marcas de sua trajetória elucidam os imbricados nós estruturais da opressão de classe, raça e gênero. Nice Monteiro Daher descreve sua conterrânea como dona de uma voz que “multiplicava-se nos ecos”, sendo uma “moça morena”:

[...] tão nova e tão vibrátil, falando de coisas que ainda eram efêmeras, de crenças que permaneciam fugazes e, mesmo assim, sua voz multiplicava-se nos ecos. Gritava seu desejo de abrir caminho ao aprimoramento feminino, sua certeza de que a marcha da mulher buscava a realidade de seu valor. (DAHER apud MENEZES, 1991, p. 21).

³⁶⁸ BEZERRA, Valbene. Ícone do teatro em Goiás. *O Popular*. Goiânia. Jun 2005, p. 04. (Arquivo da AFLAG-Pasta de Floracy Pinheiro).

Acerca de outros lugares e (res) existências protagonizadas por essas mulheres, exercer o Magistério, ainda que seja uma profissão, pejorativamente, considerada “feminina”, e acessar as universidades proporcionaram articulações importantes que serviram a favor da consolidação da AFLAG. Como exemplo, há o Conservatório de Música da UFG, que foi fundado por professoras e musicistas que pertenceram a AFLAG: Belkiss S. Carneiro de Mendonça (Cadeira n.º 6), Heloísa Barra Jardim (Cadeira n.º 17), Honorina Barra (Cadeira n.º 18), Maria das Dores Ferreira Aquino (Cadeira n.º 20), Maria Lucy Veiga Teixeira (Cadeira n.º 24), que por vários anos exerceu o cargo de Vice-Diretora do conservatório, Maria Ludovico de Almeida (Cadeira n.º 25) e Maria Luiza Póvoa Cruz (Cadeira n.º 26). O conservatório serviu de palco para muitas reuniões da Academia Feminina, no começo de sua existência, quando não possuía sede fixa. Isso é o resultado do “poder institucional e institucionalizado” dessas mulheres dotadas de um “capital científico” que pode ser mobilizado (BOURDIEU, 2004), graças à ocupação feminina massiva nas instituições científicas na docência ou na parte administrativa.

A escritora e titular da Cadeira n.º 16, Irmã Áurea Cordeiro Menezes, em elogio fúnebre sobre a trajetória da patrona Guiomar Grammont Machado (1901-1985)³⁶⁹, destaca o fato de Guiomar adentrar no curso superior de Farmácia, hoje incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Menezes reforça que estar nesse espaço de ensino superior, além de um privilégio, foi um ato de coragem da patrona, conforme discurso:

Podemos retratar em nossa mente, o ambiente sociocultural daquele tempo: Como eram as famílias? Quem tinha o privilégio de adentrar-se em uma Universidade? Qual era o padrão cultural da mulher brasileira? Como a sociedade e a própria Universidades viam uma jovem de 15 anos, numa escola mista, sentada ao lado de rapazes e de homens casados, buscando um diploma de curso Superior? E de que curso? Farmácia! Como julgavam uma adolescente, nos seus 15 anos, estudando e discutindo assuntos “impróprios para menores” como: gravidez, aborto, parto e tantos outros que, se enfocados numa casa de família, traziam o sinete do recato, da pudicícia, sendo tratados com circunspeção, longe das crianças e até mesmo das moças e dos rapazes [...] Meu Deus, de que coragem, de que visão deveria ser dotada aquela menina, para vislumbrar um futuro transmutado, sabendo galgar a montanha dos preconceitos, fazendo de cada pedra no caminho, um degrau para sua ascensão no mundo da cultura [...].³⁷⁰

³⁶⁹ De acordo com a biografia disponível, no Anuário da AFLAG de 1970, a intelectual foi fundadora da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, além de lecionar o ofício até se aposentar em 1968.

³⁷⁰ MENEZES, Áurea Cordeiro. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1985-1986, p. 22. (Biblioteca da AFLAG).

Irmã Áurea Cordeiro Menezes estava expressando profundo questionamento sobre a educação e as possibilidades da mulher brasileira: “Qual era o padrão cultural da mulher brasileira? Como a sociedade e as próprias Universidades viam uma jovem de 15 anos, numa escola mista, sentada ao lado de rapazes e de homens casados, buscando um diploma de curso Superior?”. Para ela, o ato de Guiomar foi demonstrativo de coragem, ao desbravar novas possibilidades de futuro ainda nos idos tempos da década de 1940. Conquistar o direito de seguir uma carreira profissional foi um árduo processo, segundo Carla Bassanezi Pinsky (2014), pois, para as mulheres dos anos dourados, era comum ouvir que a carreira e o matrimônio são impossíveis de conciliar, dessa maneira, desencorajando-as.

As mulheres da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás foram atravessadas por esses mesmos discursos de sujeição, demonstrativos de um constate conflito. Rosarita Fleury, nas décadas de 1940 e 1950, foi exercer sua maternidade, sendo compreensível que, apenas na década de 1970, tenha a liberdade de deslocar-se para formar a instituição. Observou-se que as mulheres convocadas para o quadro fundador possuíam mais de 50 anos e ambas destacam já terem “cumprido” suas funções enquanto mães e esposas em suas trajetórias.

Ana Braga Machado Gontijo reforçava que, tanto dentro quanto fora do lar, as mulheres devem cumprir com sua “missão”, na qual: “[...] a mulher há de ser a essência do amor e do equilíbrio cristão e da consequência de suas magnas cogitações”.³⁷¹ Seu posicionamento sobre o que seria uma “mulher” aponta para as possibilidades que estavam vislumbrando no período. Inúmeras contradições e ambivalências nas trajetórias dessas mulheres são sintomáticas do quanto as construções de gênero se mantêm, apesar das tentativas de desprendimento. A noção de “equilíbrio cristão” faz referência à educação recebida por Ana Braga, bem como a imagem que construiu sobre a “feminilidade” associada à abnegação e ao amor.

De acordo com a moral burguesa da família, as ausências femininas do lar, provocadas pelas transformações sociais como a conquista do mercado de trabalho, afrontava a ordem e os “bons costumes”. Inúmeros eram os constrangimentos que continuavam reforçando para as mulheres o “lugar” social e cultural subalternizado do âmbito doméstico e o trabalho da reprodução social ligada à maternidade. Nelly Alves de Almeida, co-fundadora da instituição, foi entrevistada pela AGL, em 1981, sobre a ocupação da Cadeira de n.º 14. No depoimento datilografado e encontrado nos arquivos da Academia Feminina, a escritora teve que

³⁷¹ GONTIJO, Ana Braga Machado. “Uma colaboração”. O Popular. Goiânia. Caderno 10. Suplemento Literário. 30/11/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

responder à seguinte indagação do acadêmico Francisco de Brito: “Como pode a senhora conciliar as obrigações de dona de casa com a estafante tarefa de escritora e os deveres de membro de duas academias? [Fazendo referência à AFLAG e à AGL]”. A escritora lhe respondeu: “meus encargos familiares, segundo já afirmei, sempre os coloquei em primeiro plano” (ALMEIDA, 1981, p. 29). Essas questões persistiam para todas as mulheres e, através das respostas de Nelly Alves de Almeida, é possível observar as estratégias que utiliza para se afirmar enquanto intelectual. Por exemplo, em 1973, quando questionada pelo jornal *Folha de Goiás* sobre “gostar de culinária”, ela responde: “[...] Muito. Tenho me realizado escrevendo meus ensaios como fazendo pratos que agradam”.³⁷²

Ana Braga Machado Gontijo seguia seu argumento sobre a noção de “equilíbrio” e acreditava que a conquista dos direitos para as mulheres não significava desfazer-se de suas responsabilidades para com o lar ou as “funções naturais” femininas. Ela dizia: “Dar ênfase aos direitos não significa, para a mulher, diminuição de sua responsabilidade, em nenhuma colocação de sua vida”.³⁷³ Seu posicionamento, frente às possibilidades das mulheres “modernas” do período, remete à angústia das mulheres de elite escolarizadas e ambiciosas por uma carreira profissional que, nas décadas de 1960 e 1970, conforme a teórica feminista Betty Friedan (1971), deveriam “lidar” com a conciliação entre a maternidade, o lar e a carreira profissional.

A feminista norte-americana Betty Friedan escreve, em 1963, a obra *A Mística Feminina*, em que pontua sobre os embates vividos pelas mulheres da elite estadunidense acerca da carreira profissional. A teórica feminista aborda que dentre as possibilidades que restava às mulheres que se viam “finalmente livres para ser o que bem entendessem”, na década de 1960, havia de um lado “a feminista devoradora de homens, a profissional sem amor, solitária, do outro, a suave esposa e mãe, amada e protegida pelos filhos carinhosos” (FRIEDAN, 1971, p. 74). Dessas duas opções restava-lhes a angústia da “gloriosa feminilidade”, segundo a pesquisadora. Essas mulheres foram, constantemente, desencorajadas e infantilizadas por essa “gloriosa feminilidade”, que as induzia e reconduzia ao “glorioso” trono de “rainha do lar” como a máxima aspiração de suas vidas.

Essa “gloriosa feminilidade” diz respeito à representação cultural da “Mulher = Mãe”, conforme Teresa de Lauretis (1994), para quem essa associação se manifesta como um dos efeitos mais enraizados da ideologia de gênero, nos corpos sexuais como “femininos”, e é,

³⁷² ALMEIDA, Nelly Alves de. Entrevista. *Folha de Goiás*. Coluna O Luzian. Década de 1973. (Arquivo da AFLAG - Pasta da Escritora Nelly Alves de Almeida. Fragmento).

³⁷³ GONTIJO, Ana Braga Machado. Uma colaboração. *O Popular*. Goiânia. Caderno 10. Suplemento Literário. 30/11/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás - Praça Cívica).

problematicamente, reforçada como uma “essência” inerente a todas as mulheres. A maneira pela qual as escritoras e artistas estão se subjetivando e produzindo significados sobre suas experiências é um processo atravessado por essas representações culturais “engendradas”. As representações são recebidas em sua educação, no seio familiar, reforçadas pelas instituições sociais de viés marcadamente androcêntrico e reproduzidas por elas em muitos aspectos.

Na década de 1980, Maria do Rosário Fleury, como uma mulher da elite brasileira, absorvia algumas das angústias que havia sido relatadas por Betty Friedan (1971). Em 1989, questionada pelo jornal *A Voz do Escritor*, da União Brasileira de Escritores - Seção Goiás, se “A Sociedade Goiana ainda é machista?”, ela responde:

A sociedade brasileira continua machista. Não é possível haver mudança radical em pouco tempo. Contudo, a mulher já conquistou considerável espaço e tudo indica que a igualdade total virá em breve. Essa igualdade trará mais felicidade para a mulher? Um ponto de interrogação que atormenta e aflige.³⁷⁴

A escritora ressaltou: “Essa igualdade trará mais felicidade para a mulher? Um ponto de interrogação que atormenta e aflige”. A aflição de Rosarita Fleury remete aos deslocamentos possíveis conquistados pelas mulheres nas décadas de 1970 e 1980. Uma das maiores conquistas do movimento de mulheres e feministas é o reconhecimento de que havia outras maneiras de “ser mulher” e outras feminilidades possíveis, de acordo com Joana Maria Pedro (2013). Contudo, algumas dessas possibilidades de liberdade serão recebidas com desconfiança, ao ponto de Ana Braga Machado Gontijo afirmar que: “Não temos obrigação de assimilar todas as inovações da hora presente, em relação aos costumes. Somos pela liberdade. Liberdade sem exageros [...]”.³⁷⁵ Essas desconfianças, sobre o que seria essa “igualdade” ou “liberdade”, são justificadas ao situar essas mulheres, historicamente, no tempo e no espaço. Isso esclarece a forma como se subjetivam e percebem suas existências no mundo e o porquê de não absorverem, integralmente, as propostas dos movimentos feministas, ditos “radicais”, das décadas de 1970 e 1980.

Para Elaine Showalter (1994, p. 45), as narrativas históricas deveriam “incluir o desenvolvimento da consciência feminista como aspecto essencial do passado das mulheres”. Nesses deslocamentos, essas mulheres estão se mostrando “sensíveis ao mesmo discurso”

³⁷⁴ FLEURY, Maria do Rosário. “*A Sociedade ainda é Machista*”. Entrevista. *A Voz do Escritor*. Ano I. Setembro de 1989. n 05. (Acervo da União Brasileira de Escritores: Seção Goiás - UBE-GO).

³⁷⁵ GONTIJO, Ana Braga Machado. *O Popular*, Goiânia, 01/07/1974 apud. MENEZES, Áurea. *Ana Braga: A tèmpera da Mulher Tocantinense*. Fevereiro, 1991, p. 68-69.

(ABREU, 2002), apesar de não se representarem como feministas, se encontram unidas pelo desejo de se desvencilharem de suas realidades de opressão e desigualdade, no mundo artístico e intelectual. Seus movimentos e interconexões são, potencialmente, processos de conscientização política e de gênero emancipatórios.

“[...] Vejo a Academia com lentes cor de rosa”, disse a Presidenta Rosarita Fleury, onde as marcas daquela “gloriosa feminilidade” são visíveis, e com a qual as mulheres entravam em disputas constantes, nas angustiantes (re) invenções de suas identidades. Nessa mesma afirmação, a escritora ainda acrescenta que: “[...] toda mulher pode perfeitamente afastar-se da rotina do lar sem que isso traga transtorno, ao empregar essas horas disponíveis em benefício da cultura”,³⁷⁶ o que demonstra os vários lugares que ocupou e os usos políticos que fez das representações culturais acerca do “feminino”. Rosarita Fleury não se desvincula do lar e, usando desse mesmo “lugar”, almejava se posicionar também em outros espaços, sem que isso “traga transtornos” a ambos os sexos.

Esses movimentos foram muito comuns entre as mulheres brasileiras de classe média, de acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2003). Conforme a pesquisadora, os movimentos feministas existentes no Brasil, desde o início do século XX, são marcados pelas conjunturas políticas e sociais. No início do século, a figura icônica de Bertha Lutz liderava um movimento comumente conhecido na história dos feminismos como uma prática “moderada”, atravessada por movimentos sutis, nos quais as intelectuais e profissionais liberais do período colocavam em pauta os seus direitos políticos, como o voto. Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos feministas mais “radicais” estavam absorvendo as mudanças de costumes e aspectos culturais que permeavam países da Europa e da América do Norte. A pesquisadora ainda reforça que no Brasil houve um processo peculiar, pois o clima era “de ditadura militar, repressão e morte. Mesmo assim, aqui como lá, na virada para a década de 1970, mais primordialmente ao longo desse período, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista” (PINTO, 2003, p. 43).

De acordo com Pinto (2003), o Governo do General Médice, a partir de 1969, inaugurava um período de terror “radicalizando a política de repressão”, por isso o feminismo brasileiro possui suas peculiaridades, por se situar nesse contexto. Os intelectuais de esquerda, estudantes, feministas e mulheres das diversas camadas sociais, combatentes da Ditadura Militar, lutavam por uma sociedade mais justa e democrática (PINTO, 2003; SOIHET, 2005; PEDRO, 2013; MÉNDEZ, 2018). Dentro desses movimentos sociais, foram criadas

³⁷⁶ CURADO, Cecy Aparecida. O Clube das 40 Imortais. 2º Caderno. FG. *Folha de Goiás*. Goiânia, 30/06/1971. (Arquivo da AFLAG – Memorial. Fragmento).

“condições para novas expressões do feminismo brasileiro contemporâneo” (ROSEMBERG, 2013, p.342), que passava a dialogar com uma educação não sexista, as questões que envolviam o divórcio, o trabalho feminino, a vida reprodutiva e a violência doméstica.

Esses movimentos de mulheres, instrumentalizados intelectualmente ou não, não podem ser compreendidos completamente desvincilhados dos feminismos, segundo Margareth Rago (2013) e Céli Regina Pinto (2003), havendo a necessidade de localizar essas mulheres em suas práticas sócio-históricas, nas conjunturas políticas que as cercam, de maneira a observar essas práticas emancipatórias e as múltiplas demandas que as envolvem. Movimentos de mulheres, como no caso da AFLAG, mesmo que não ponha em xeque o eixo estruturante das opressões que rearticulam a lógica falocêntrica de mundo, dialogam com práticas potencialmente emancipatórias, usando de sua condição de “donas de casa, esposas e mães”, para almejam outros significados e sentidos de suas experiências e “intervir no espaço público” (PINTO, 2003).

Natalia Pietra Méndez (2018, p. 138) aponta que, na década de 1970, as mulheres já representavam “18,5% da População Economicamente Ativa. Em 1985, a porcentagem alcançava 36,9%. Em uma década o contingente de mulheres trabalhadoras triplicou, passando de 06 milhões em 1970 para 18,5 milhões em 1985”. A pesquisadora afirma que os crescentes movimentos de mulheres e feministas pelo Brasil a fora ³⁷⁷ consolidaram uma “crescente população feminina que exercia funções públicas, ocupando outros lugares, na política e no mercado de trabalho” (MÉNDEZ, 2018, p. 126).

Gradativamente, as intelectuais da década de 1960 foram se identificando com o feminismo, de modo que a prática engajada no âmbito político, cultural e social ocorria antes da autoafirmação como feministas, em processos de constante identificação e distanciamento com o movimento. Camila Albani Petró (2016) identifica essas mesmas posturas na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul de 1943. Nas reuniões das acadêmicas, ela observou que as mulheres argumentaram a favor do movimento de mulheres e feministas, principalmente, pelas conquistas da década de 1950 e 1960, mobilizando-se, veementemente, a favor do *Estatuto Civil da Mulher Casada*, de 1962, por exemplo. Contudo, eram demandas atravessadas por um teor “reivindicador pacificado”, segundo a pesquisadora.

³⁷⁷ Muitas das mulheres estudadas neste trabalho não se autodenominam feministas, de modo que, ao visualizarmos suas trajetórias e experiências, associamos seus engajamentos como um “movimento de mulheres”, elucidando que há diversas posições e visões de mundo. De acordo com Joana Maria Pedro: “Quando a maioria dos participantes são mulheres, o movimento social é chamado de “movimento de mulheres”. O feminismo é um tipo específico de movimento de mulheres” (PEDRO, 2013, p. 257). Ver: PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013.

Carla Bassanezi Pinsky (2013) argumenta que os movimentos feministas auxiliaram provocando fissuras nas tradicionais imagens acerca da feminilidade, principalmente, no que dizia respeito aos ideais construídos da maternidade e do matrimônio como as máximas aspirações femininas possíveis. No final da década de 1960, a pílula anticoncepcional causou profundo alvoroço “na revolução dos costumes”, possibilitando que as jovens controlassem a sua sexualidade. Junto com a pílula, consolidou-se a lei do divórcio em 1977, engajada pela advogada feminista Romy Medeiros.³⁷⁸ Sobre ela, Maria do Rosário Fleury chegou a ressaltar o seu trabalho intelectual junto ao de outras figuras políticas e personalidades femininas do período.

A Sra. Romy Medeiros da Fonseca, Presidente do Conselho Nacional de Mulheres, defende suas pretensões: solicitou audiência ao Presidente Médice e, com mais 40 companheiras, procura ampliar os direitos femininos, incluindo, entre os que já possui, o de que a mulher possa fazer a Escola Superior de Guerra, porque a segurança nacional também diz respeito a nós, mulheres. E se justifica e se enche de esperanças, lembrando-se de que possuímos uma Angie Brooks presidindo a Assembléia Geral da ONU, sem mencionar Indira Ghandi no governo da Índia, Bandaranalke no Ceilão e Golda Meir em Israel. Muito bem.³⁷⁹

Pinsky (2013, p. 254) afirma que, entre as mulheres da classe média e alta, “o casamento em si não foi para a lata de lixo, o desejo de se unir a alguém em uma relação monogâmica e estável baseada na atração sexual e com a finalidade de construir uma família permanecia”. Ainda assim, na concepção da autora, uma das maiores mudanças foi a noção de “mulher moderna”, ou melhor, a “mãe moderna”, que acompanhava as jovens das décadas de 1960 e 1970. A pesquisadora afirma que entre as mulheres jovens, nesse contexto, “o cuidar de si é quase tão importante quanto olhar pelas crianças” (PINSKY, 2013, p. 529), e assim as mães começam a conscientizar-se de que somente uma “mulher realizada” consigo mesma poderá ser uma “boa mãe”. A perspectiva materna foi se modificando e as noções de “mulher moderna” estavam atreladas à figura de uma mulher “capaz de buscar a própria felicidade” (PINSKY, 2013, p. 533).

³⁷⁸ Romy Medeiros da Fonseca cria, em 1949, o Conselho Nacional de Mulheres. Feminista e de esquerda, ao longo dos anos 1950, lutou pelo direito das mulheres casadas, que, segundo a Constituição do período, tinham a sua cidadania controlada por seus cônjuges. Frente à luta para que as mulheres casadas tivessem maior liberdade, Romy Medeiros participou diretamente da elaboração do Estatuto da Mulher Casada que foi aprovado em 1962. Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), fez parte dos movimentos em prol da redemocratização e feministas.

³⁷⁹FLEURY, Rosarita. A mulher e a Academia. *Cinco de Março*. Goiânia, p. 13. 10/08/1970. (Arquivo do IPHBC-PUC).

A escritora Nelly Alves de Almeida, assim como Ana Braga Machado Gontijo, manifesta suas opiniões sobre essa “mulher moderna”. Nelly Alves de Almeida, questionada pelo jornal *Folha de Goiás* a respeito do que acha da “mulher moderna”, em 1973, respondeu:

A mulher moderna é segura, porque conta com possibilidade de franca realização. O mundo atual oferece-lhe visão mais ampla de igualdade, sobretudo com a queda de certos tabus, de certos preconceitos que a ilhavam, negando-lhe participação em vários setores. Ela, que sempre soube lutar em favor de sua autoafirmação, tem encontrado, de forma total, o que a levará a conquistá-la, condicionada, é claro, nos princípios da dignidade.³⁸⁰

Ana Braga Machado Gontijo, refletindo sobre essa “mulher moderna”, apontava que:

O desafio da mulher, na década de 1970, foi um dos mais polêmicos e importantes. E ela fez isso sob a égide das Nações Unidas, firmando os olhos do mundo para a condição da mulher como ser respeitado, em igualdade de condições com o homem, reivindicando seus direitos políticos, econômicos e sociais.³⁸¹

Logo em seguida, Ana Braga afirma: “[...] lutando por empregos, profissões, a mulher não compromete sua responsabilidade de mãe e esposa”, ou seja, uma “mulher moderna” luta pelo seu espaço social mantendo-se consciente de seu papel, isto é, no lar, cuidando da família e dos filhos, e na sociedade, atuando profissionalmente. A visão das acadêmicas sobre a “mulher emancipada” se manifesta, profundamente, ligada ao lar. Essa “mulher moderna”, por elas descrita, que luta pelos direitos “em favor de sua autoafirmação”, porém não “abandona o lar”, é reflexo das subjetividades, associações, percepções e disposições que demonstram as marcas do gênero “produzidas no sujeito pelas práticas, discursos e instituições socialmente dedicados à produção de homens e mulheres” (LAURETIS, 1994 apud HOLLANDA, 2019, p. 142).

No entanto, essas mulheres nascidas entre 1920 e 1930 ocuparam lugares antes nunca imaginados por suas avós. Os discursos feministas contribuía muito para que a mulher reconhecesse suas potencialidades. Uma das frequentes pautas dos movimentos era a desigual divisão sexual do trabalho e a subalternização das mulheres. Rosarita Fleury manifestava essa mesma indignação em um artigo com o título de “Rainha Muda”, escrito em 1981, para o jornal *Diário da Manhã*. Ela argumenta que: “vem de longa data a mania de subestimar a

³⁸⁰ALMEIDA, Nelly Alves de. Entrevista. *Folha de Goiás*. Coluna – O Luziam. Goiânia. Década de 1973. (Arquivo da AFLAG – Pasta da escritora Nelly Alves de Almeida. Fragmento).

³⁸¹GONTIJO, Ana Braga Machado. Os Desafios da Mulher Moderna. *O Popular*. Goiânia, 04/05/1980 apud. MENEZES, Áurea. *Ana Braga: Têmpera da Mulher Tocantinense*. Ed: (?), 1991, p. 69. (Biblioteca da AFLAG)

capacidade de trabalho da mulher em todo mundo”. A escritora abordava, diretamente, as implicações que levam à invisibilidade da mulher dentro do lar, uma vivência por ela compartilhada como mãe e dona-de-casa, e expõe: “No entanto esse trabalho não é valorizado e quantas vezes ouviam: ‘Minha mulher não faz nada! Vive em casa gozando a vida!’ Como se viver em casa não quer dizer trabalhar e trabalhar de forma monótona e insípida”.³⁸² Rosarita Fleury utiliza da metáfora da “rainha do lar” para construir a sua versão de uma “rainha muda”, uma construção de “feminilidade” que aprisionava as mulheres na redoma de cristal do ambiente doméstico, de uma subalternidade “monótona e insípida”.

Sobre esse questionamento, muitas mulheres na década de 1980 observavam que a conquista do mercado de trabalho não significou uma mudança na divisão sexual das atividades, de acordo com Natalia Pietra Méndez (2018), pois as responsabilidades domésticas continuavam a recair sobre as mulheres. A escritora conclui que as mulheres devem se deslocar desse “lugar” ocupado pela “rainha do lar” e não se contentarem com o silenciamento, metáfora que, assim como o “anjo do lar”, remete aos “ideais femininos” limitantes, construídos e universalizados. Ela aconselha à mulher “[...] que seja rainha, mas uma rainha com autoridade”:

E assim as mulheres vêm se movimentando para que seus valores sejam reconhecidos e respeitados, e elas dado o lugar de companheira inteligente, que sabe perceber os valores e desvalores de nosso meio. Não ignoramos que para as duras lutas da vida, há mulheres incapazes, como também, incapazes para essas mesmas lutas sabemos existir muitos homens. Mas nem por isso todas devem levar o mesmo carimbo de incapacidade, como deve esse carimbo ser restrito apenas aos homens capazes. Muito justo e elegante que ela seja chamada de “Rainha do Lar”, “Ser Divino”, “Flor que perfuma meu viver”, etc, e outras coisas lindas que lemos e ouvimos por aí. Que seja rainha, mas uma rainha com autoridade, com poderes de resolução e decisão não só nas dificuldades ditas familiares, mas também em todos os setores da escala social. O que a mulher não deseja é ser RAINHA MUDA.³⁸³

Mesmo reivindicando outros lugares possíveis para as mulheres goianas, a escritora ainda reforça o “feminino ideal”, quando reafirma, no exposto acima, o “lugar da companheira inteligente” e não nega, por completo, a posição que a mulher deve tomar nas ditas “dificuldades familiares”. Apesar desses deslocamentos, manter essas ideias de feminilidade ressoando entre seus comportamentos corroborou para naturalizações. Essa

³⁸² FLEURY, Maria do Rosário. Rainha Muda. *Diário da Manhã*. Coluna Página Aberta. Goiânia. 08/12/1981. (Arquivo da AFLAG – Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento).

³⁸³ FLEURY, Maria do Rosário. Rainha Muda. *Diário da Manhã*. Coluna Página Aberta. Goiânia. 08/12/1981. (Arquivo da AFLAG – Pasta de Maria do Rosário Fleury. Fragmento).

situação ambivalente também foi identificada por Natalia Pietra Méndez (2018) entre as intelectuais brasileiras, nas décadas de 1960 e 1970: mulheres criticavam a mulher que se “masculinizava”, que abandonava o lar e a família ou que recusava a maternidade. Ao mesmo tempo, havia “um clamor para que as mulheres não se contentassem em ser rainhas do lar” (MÉNDEZ, 2018, p. 71). Situações muito semelhantes são observadas nas reflexões de Maria do Rosário Fleury, Ana Braga Machado Gontijo e Nelly Alves de Almeida.

Ao reforçarem essa “feminilidade ideal”, as intelectuais consideravam que algumas mulheres são socialmente aceitas e outras não. Do ponto de vista *tático*, isso era necessário para que essas mulheres da elite goianiense fossem aceitas em novos espaços, que constantemente reiteravam esses ideais em seus corpos, ou seja, o quanto podiam ser solidárias, cristãs, calmas, recatadas, cuidadosas, pacientes e maternais (HAHNER, 2013), por outro lado, segregou aquelas que destoam dessas expectativas.

A AFLAG consolidou saberes/poderes nas relações que estabeleceram com a sociedade. Ao afirmarem um lócus enunciativo e um espaço por meio do qual poderiam se projetar como produtoras de conhecimento, essas mulheres acabam constituindo um campo de saberes que legitimavam os seus anseios. Para Michel Foucault (2019), as relações de poder demandam a constituição de campos de saber, que não, necessariamente, funcionam a seu favor, mas que delimitam práticas e verdades sobre os indivíduos que estão imersos nesses “jogos” complexos. São as relações de poder-saber que devem ser compreendidas nesses deslocamentos contínuos de posições no campo intelectual goiano.

Na escolha dos nomes que figurariam no quadro das primeiras fundadoras da instituição, Rosarita Fleury afirma que, para o convite ser feito e direcionado a uma das mulheres: “Estudávamos seus trabalhos, comportamento, ações e reações dentro da vida e frente aos acontecimentos que diariamente nos surpreendem”.³⁸⁴ Maria Elizabeth Fleury Teixeira (2015), na biografia em que escreveu, *Rosarita Fleury: minha mãe*, afirma que cada nome pesquisado para ocupar uma cadeira na instituição:

[...] foi escolhido por seus méritos culturais, dedicação ao trabalho, competência, participação social e moral na sociedade. O grupo de mulheres acadêmicas deveria espelhar honradez no trabalho, **dentro e fora do lar**, em sua vida artística, cultural, social ou educacional. (TEIXEIRA, 2014, p. 328. grifo nosso).

³⁸⁴ FLEURY, Rosarita. *Leodegária de Jesus*. ANUÁRIO- AFLAG. Goiânia. 1973-1974, p. 91-92. (Biblioteca da AFLAG).

Essas mulheres constituíram seus saberes por meio dessa instituição que representava uma parcela da elite goianiense, produziram efeitos discursivos e induziram práticas. Sobre essas práticas, era estabelecida uma averiguação da “conduta moral” da mulher que se candidatava a uma Cadeira na AFLAG, conforme o §7º, do Art. 8º, do Estatuto de 1969, presente no Anuário- AFLAG de 1970, especificamente, o Capítulo II – Composição: “Os discursos de posse deverão versar, em parte, sobre a obra da nova Acadêmica e, também, sobre sua conduta em sociedade”³⁸⁵. Isso demonstra o desejo de controlar e conduzir os comportamentos das confradeiras, interferindo nos discursos já em circulação, reproduzindo poderes e mobilizando saberes que lhes garantissem um campo de atuação.

Nesse processo de afirmação e legitimação dessas mulheres como produtoras de conhecimento, são percebidos distanciamentos para com os movimentos feministas considerados “radicais”. De acordo com Joana Maria Pedro (2013), esses feminismos de “Segunda Onda”, da década de 1970, tinham como princípio a conscientização das mulheres, sua autoestima e a formação de redes, enveredando por caminhos que almejavam a liberdade sexual, a contracepção, o aborto e as chamadas “políticas do corpo”. Mesmo que sua visão seja voltada para a emancipação e esteja ciente das transformações proporcionadas pelos movimentos de mulheres e feministas, Rosarita Fleury comenta, em entrevista concedida ao *Diário da Manhã*, de 1982: “Eu acho o movimento válido - diz ela - o que não gosto é do exagero”³⁸⁶. O comentário marca a sua posição e seu distanciamento do movimento autodeclarado feminista, das décadas de 1970 e 1980.

Essa posição também é reforçada por parte da AFLAG, enquanto grupo, quando Ana Braga Machado Gontijo afirma, em 1994, que: “A Aflag é uma instituição feminina, não feminista” (REVISTA - AFLAG, 1994-1997, p. 17). No contexto de consolidação da instituição (1970), no Brasil e no mundo, era divulgada uma imagem pejorativa da mulher feminista, em que o movimento estava associado, principalmente, “à imagem das norte-americanas que jogaram fora seus sutiãs em praça pública como modo de protesto” (MENDÉZ, 2018, p. 202). Não havia uma ampla divulgação dos diversos feminismos e movimentos como hoje é tão propagada, englobando uma diversidade de posicionamentos e engajamentos políticos de mulheres.³⁸⁷

³⁸⁵ FLEURY, Rosarita. *Estatutos*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia. 1970, p. 270. (Arquivo da AFLAG).

³⁸⁶ FLEURY, Maria do Rosário. Entrevista. Rosarita Fleury – Lição para Viver. *Diário da Manhã*. Coluna Gente. Goiânia. 14/02/1982, p. 39. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás- IHGG).

³⁸⁷ Ver: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Heloisa Buarque de Holanda dialoga com o que chama de “feminismos da diferença” amplamente divulgados e emergentes nesta segunda década do século XXI. Dentre eles, destacou o engajamento político e intelectual do Feminismo Negro e o Transfeminismo, posicionamentos que marcam o insurgir da “Quarta Onda”.

Margareth Rago (2001) refletiu sobre esse movimento antifeminista apontando que “as feministas foram percebidas como mulheres feias, infelizes, sexualmente rejeitadas pelos homens e, convenhamos, não é muito raro ouvirmos outras mulheres reafirmando estes estigmas ainda hoje” (RAGO, 2001, p. 59). Nesse período, muitas mulheres, até mesmo autodeclaradas feministas, distanciaram-se do movimento como forma de preservar a sua imagem e criar outras formas de resistência, mantendo-se nas universidades. Argumentos de teor mais “radical” foram suprimidos por posicionamentos moderados que muito se assemelham ao “bom feminismo”, comumente associado ao movimento de Bertha Lutz pelo voto feminino no Brasil, do início do século XX (PINTO, 2003).

As afirmações de Ana Braga, sobre a mulher não abandonar o lar como a sua “missão”, ou as de Maria do Rosário Fleury, sobre ser possível exercer as funções do lar e ainda contribuir com a cultura, contêm muito dos aspectos presentes nos discursos reinantes dos feminismos de “Primeira Onda”, circunscritos entre as primeiras décadas do século XX. Céli Pinto (2003) identifica esses feminismos como uma prática que não afrontava o “lugar” ocupado pelos homens na sociedade, além de se limitarem aos avanços de uma determinada classe de mulheres, a elite letrada. Eram movimentos que já se refletiam acerca da potencial contribuição das mulheres enquanto cidadãs, contudo, em relação a sua posição de “companheira”, atrelada à noção complementar dos sexos para o “bom andamento e progresso da sociedade”.

Na mesma entrevista, em que diz considerar o movimento “válido”, mas não gostar do que chamou de “exagero”, a escritora Rosarita Fleury ainda destaca o protagonismo feminino das mulheres goianas ao citar o movimento do CEVAM.³⁸⁸ Ela defende que o CEVAM é “muito válido porque as mulheres vêm sendo pisadas há séculos” e sente-se feliz por Consuelo Nasser (1938-2002), feminista brasileira, receber uma homenagem no Rio de Janeiro, na época:

Um Movimento como o do CEVAM, no entanto é muito válido porque as mulheres vêm sendo pisadas há séculos e, então, chegou a hora de todas elas conhecerem o seu valor e lutarem por ele. [...] Agora, por exemplo, fiquei muito satisfeita porque soube que a Consuelo Nasser foi homenageada. Achei muito justo, porque a luta dela é muito válida. Assim como a

³⁸⁸ Segundo Joana Maria Pedro (2013), as “casas de mulher” foram surgindo tornando-se comuns, no período de 1970 em diante, e são caracterizadas como abrigos de mulheres ameaçadas pela violência doméstica. O Centro de Valorização da Mulher (Cevam), fundado em 1981 pela feminista Consuelo Nasser, acolhe mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência doméstica, abuso sexual ou abandono. Ver: PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In. PEDRO, Joana Maria; PINSKY. Carla Bassanezy. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 240-257.

Consuelo, as mulheres têm de tomar consciência de seu valor. É claro que não devem lutar contra os homens e sim, em favor delas próprias, cada um precisa do outro.³⁸⁹

Sobre o CEVAM – Centro de Valorização da Mulher, fundado por Consuelo Nasser, a pesquisadora Mayra Regina Saraiva de Abreu (2001), na sua dissertação em sociologia, *Cidadania, Movimento feminista e feminismo pragmático em Goiás*, fala acerca dos movimentos feministas em Goiás e afirma que: “as organizações feministas só emergirão a cena pública goiana nos anos 80, quando, entre os diferenciados temas, um será comum a todos eles: o combate à violência contra a mulher” (ABREU, 2001, p. 50). As mulheres de Goiás seguiam os movimentos feministas das grandes metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, na luta contra a carestia, pela formação de creches, pela redemocratização, dentre outras pautas.³⁹⁰

Com o gradativo reconhecimento da AFLAG, é observado o desejo de suas mulheres em intervir nos assuntos que dizem respeito aos “direitos da mulher”. No ano de 1986, a AFLAG recebe um ofício de Jacqueline Pitanguy,³⁹¹ Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que na época, devido à elaboração da nova Constituição Brasileira após a Ditadura Militar (1964-1985), solicitava às mulheres de todo o Brasil que enviassem sugestões e propostas em prol de seus direitos para serem debatidas em forma de demandas.³⁹² A AFLAG recebeu uma dessas solicitações, a qual Pitanguy pedia:

³⁸⁹ FLEURY, Maria do Rosário. Entrevista. Rosarita Fleury – Lição para Viver. *Diário da Manhã*. Coluna Gente. Goiânia. 14/02/1982, p. 39. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - IHGG).

³⁹⁰ Sobre o movimento, não foram encontradas referências de participações diretas da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás em relação ao CEVAM, apenas esse pronunciamento da escritora elogiando a iniciativa da feminista Consuelo Nasser.

³⁹¹ Socióloga e Feminista Brasileira. Autora do livro *O que é o Feminismo?* ao lado de Branca Moreira Alves, pela Editora Brasiliense, em 1982. Coordenadora Executiva da organização não governamental CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, situada no Rio de Janeiro desde 1990 e dedicada às questões da cidadania e dos Direitos Humanos, com ênfase na problemática da mulher.

³⁹² “A Campanha para propor e assegurar os direitos das mulheres na nova Constituição se inicia com a organização de eventos em diversas capitais, em articulação com os movimentos de mulheres e outras entidades locais da sociedade civil, bem como as Assembleias Legislativas e Conselhos Estaduais e municipais. Paralelamente, o CNDM lutava também por maior presença feminina no Congresso, objetivo alcançado nas eleições de 1986, quando mais que dobrou a proporção de mulheres deputadas e senadoras em relação aos homens. [...] O Brasil vivia um momento de esperança na construção de um estado democrático e igualitário, e mulheres de todo o país enviaram por carta, fax ou telegrama centenas de sugestões ao CNDM, onde um grupo de trabalho organizava o material, descartando propostas que não coadunaram com o ideário constitucional, e consolidando as demais demandas e propostas em função dos capítulos discutidos na Assembléia Constituinte. [...] A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foi aprovada em encontro nacional promovido em agosto de 1986 pelo CNDM, no Congresso Nacional, que contou com a participação de milhares de mulheres representando diversas organizações de todo o país. O documento foi um marco fundamental na trajetória desse longo e difícil processo de *advocacy*, que se desenvolve em um cenário onde os partidos políticos e as forças sociais diversas ainda atuavam, após décadas de autoritarismo e divórcio entre sociedade civil e estado”. Ver: PINTAGUY, Jacqueline. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memória para o futuro. In:

[...] a Presidente para que ela, [Rosarita Fleury] acompanhada de outras Acadêmicas, compareça a reunião que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realizará no dia 28/08 em Brasília para que ali sejam trocadas ideias e sugestões sobre os Direitos que mulher deverá para ela reivindicar nas leis que regulamentaram a nova Constituinte.³⁹³

Sobre esse acontecimento, ficou registrado em ata que: “[...] as Acadêmicas concordaram ser motivo de encontro importante, e Rosarita declarou que pretende acompanhada de colegas Acadêmicas, nele estar presente”³⁹⁴. Outros relatos de interferências nesses assuntos constam em atas da instituição, como em 1988, na qual: “[...] Ana Braga propõe que a AFLAG abertamente se manifeste contra a discriminação da mulher” e que não somente a AFLAG “[...] como outras instituições culturais levem apresentações artísticas nas praças públicas”,³⁹⁵ com intuito de democratizar a arte e a cultura.

Ainda ao falar sobre o CEVAM, Rosarita Fleury destaca que: “É claro que não devem lutar contra os homens e sim, em favor delas próprias, cada um precisa do outro”.³⁹⁶ Isso remete à ideia cristalizada no senso comum de que a feminista buscava estar acima dos homens, diminuí-los ou “destronar” esses sujeitos de seus lugares. Esses distanciamentos e receios também ecoaram nas acusações que a escritora recebeu ao organizar a AFLAG, descrita na época, pejorativamente, como “rebelião de saias acadêmicas”.³⁹⁷ Ana Braga Machado Gontijo segue esse mesmo raciocínio, para ela o feminismo “destrói o encanto da mulher”, reforçando: “agora, quanto à reivindicação no campo social, penso que a mulher está até atrasada na luta por seus direitos. Só não concordo em querer competir com o homem, na vulgaridade ou na força física, por exemplo.”.³⁹⁸

Segundo Rachel Soihet, não apenas as feministas autodeclaradas, mas também as literatas, artistas, pensadoras, em suma, “todas aquelas que fugiam ao estereótipo feminino tradicional são apresentadas, contraditoriamente, como feias, supremo pecado da mulher, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos” (SOIHET, 2002, p. 593). O jornal carioca *O Pasquim*, de acordo com a pesquisadora, foi um veículo midiático que propagou essa

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 81-96.

³⁹³ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985-1993. Goiânia. 263º reunião. 09/07/1986, p. 43.

³⁹⁴ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985-1993. Goiânia. 263º reunião. 09/07/1986, p. 43.

³⁹⁵ Caderno de atas n.º 4 dos anos de 1985-1993. Goiânia. 298º reunião. 25/03/1988, p. 57.

³⁹⁶ FLEURY, Maria do Rosário. Entrevista. Rosarita Fleury – Lição para Viver. *Diário da Manhã*. Coluna Gente. Goiânia. 14/02/1982, p. 39. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás- IHGG).

³⁹⁷ MOURA, Antônio José de. A Rebelião de Saias Acadêmicas. *O popular*. Caderno 10. Suplemento Literário. 21/12/1969. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás- Praça Cívica).

³⁹⁸ GONTIJO, Ana Braga Machado. *O Popular*. Goiânia. 30 de Janeiro de 1983, apud. MENEZES, Áurea. *A Têmpera da Mulher Tocantinense*. Goiânia. Ed: (?), 1991, p. 69. (Biblioteca da AFLAG).

imagem através do constrangimento pelo riso, “ridicularizando-se as mulheres, como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos” (SOIHET, 2002, p. 592). As mulheres já mencionadas declaravam que homens e mulheres deviam caminhar em pé de igualdade, porém mantendo o seu “encanto e recato”, não competindo e nem causando desavenças. Carla Pinsky (2014), sobre as mulheres e o mundo público, ressalta que perder a feminilidade é a ameaça mais comum para a mulher, e isso vai do medo de uma “masculinização” que opunha à mulher, à “esposa perfeita” e aos ideais da feminilidade consagrados pela sociedade que conduzem as mulheres à maternidade.

Nessas afirmações, Rosarita Fleury e Ana Braga Machado Gontijo compreendem como “vulgaridade” os feminismos que, aparentemente, negligenciam o “encanto” e a “ternura” que para elas é “natural” da mulher, assim como repudiam o desejo de “competir” com os homens em relação a atributos que, para elas, são próprios do masculino, como a força física. Conforme Teresa de Lauretis (1994), são essas as relações sociais “engendradas”, por meio das quais essas mulheres apreenderam, perceberam o mundo e nele existiram. Seus posicionamentos demonstram as permanências de lugares socialmente construídos como diferentes para o “feminino” e o “masculino”, incisivamente, criticados pelos movimentos feministas.

Segundo Constância Lima Duarte (2003), em seus percursos intelectuais, essas mulheres demonstram uma “interiorização da perspectiva feminista”, o que possibilitou que a pesquisadora identificasse diversos diálogos entre a produção das primeiras literatas brasileiras do século XX e os movimentos feministas. Para Duarte (2003, p. 152), o feminismo poderia ser compreendido “em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”.

Com base na perspectiva de Duarte (2003), compartilhada também por Margareth Rago (2013), sobre os feminismos, é possível afirmar que, apesar do posicionamento de Ana Braga Machado Gontijo sobre o feminismo como “vulgaridade”, a intelectual foi identificada por suas conterrâneas como “precursora do movimento feminista, em Goiás, pois dele já participava, quando nele ainda nem se falava”. Ela foi descrita por Áurea Menezes (1991) como uma intelectual que “[...] defende a mulher que pensa e age, que luta e ama, porém, que guarda a postura de mulher, não querendo dela fugir.” (MENEZES, 1991, p. 68).

Dessa forma, há um “feminismo possível” (DE LUCA, 1999) sendo reconhecido entre essas mulheres dentro das suas possibilidades, tanto pela prática e ações concretas no

cotidiano em direção à emancipação intelectual quanto pela conquista gradativa de diversos setores como a política, as universidades e o campo das artes. Essa perspectiva foi refletida por Leonora de Luca (1999), ao construir uma análise sobre o “vanguardismo” de Júlia Lopes de Almeida, em relação às suas preocupações do lugar da mulher na sociedade, no início do século XX, posicionamentos que “possam parecer-nos hoje ultrapassados e conformistas, efetivamente não era assim para seu tempo” (LUCA, 1999, p. 298).

A atribuição de uma prática feminista entre essas mulheres já se fazia presente nos pronunciamentos de Graace [Graciema] Machado de Freitas (1906-1985), ocupante da Cadeira n.º 15 da AFLAG, escritos para o jornal *O Lar* (1926-1932), quando vivenciava a juventude de seus 20 anos. Sua crônica denominada “O Feminismo em Goyaz”, datada de 1926, é transcrita para o Anuário – AFLAG de 1970. No texto, ela afirma a existência de um “feminismo conterrâneo” profundamente atrelado aos discursos ainda reproduzidos por essas mulheres através da Academia Feminina. Segue o trecho:

[...] Realmente já se nos apresenta algum tanto acentuado o movimento da mulher em nosso país. Vemo-la, de norte a sul, a infiltrar-se por quase todos os ramos da atividade humana. Se temos mulheres em casa, cuidando dos seus sagrados deveres de família, temo-las também, entre outras modalidades da vida, nos bancos acadêmicos, nos escritórios, no magistério, nos esportes, no comércio, no sacerdócio da medicina e da advocacia, no jornalismo e nos mais altos departamentos da administração pública. [...] Parabéns, portanto, a esse punhado de heroínas. A elas, as minhas retumbantes palmas, acompanhadas de minhas efusivas congratulações com o **feminismo conterrâneo** e dos ardentes votos que faço, pela interminável existência deste jornal em boa hora idealizado e que auguro bem recebido, para que assim se complete o êxito esperado, em torno do progresso da mulher Goyana!
Jaraguá – agosto de 1926. ³⁹⁹

As mulheres aqui apresentadas, integrantes da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, demonstram que a maneira como constroem suas identidades e atribuem significados às suas experiências se mantêm profundamente atreladas ao lar, vinculando seus anseios e realizações com o bom exercício da maternidade. Esses ideais da feminilidade, de acordo com Teresa de Lauretis (1994), são: “puramente representação, um posicionamento inserido no modelo fálico de desejo e significação, não se trata de uma qualidade ou de uma propriedade da mulher” (LAURETIS, 1994 apud HOLLANDA, 2019, p. 143), sendo assim, as mulheres estão se deslocando dentro dessa ordem simbólica falocêntrica de mundo.

³⁹⁹ FREITAS, Graciema Machado de. *O Feminismo em Goyáz*. ANUÁRIO – AFLAG. Goiânia, 1970, p. 93-94 (Arquivo da AFLAG). (grifo nosso).

Naturalizar os atributos dessa “feminilidade” é retirar-lhe as dimensões de sua historicidade como um produto social e historicamente determinado. Da mesma forma, o ideal da maternidade é um constructo arraigado de discursos que ressoam através de tratados médicos, jurídicos e religiosos, que induzem as condutas e reforçam para as mulheres esse único destino possível e lugar social significado como inferior, que é o ambiente doméstico, segundo Elisabeth Badinter (1980). Dessa forma, não existe um “modelo ideal” de “ser mulher”, mas sim um conjunto de projeções e comportamentos/expectativas variáveis de acordo com as sociedades e culturas.

Sobre o lugar do “doméstico”, nos últimos anos de sua vida, a escritora Rosarita Fleury o criticou por ser “invisível” para a sociedade, como demonstra em um de seus últimos escritos, em 1990, três anos antes de falecer, em 1993, aos 80 anos de idade:

É fato que hoje em dia nossas preocupações e responsabilidades são maiores, uma vez que não aceitamos ser apenas figura ornamental do lar, com obrigações pesadas que nunca apareciam, como serviços de cozinha, lavagem de roupas, educação das crianças, direção e equilíbrio do orçamento doméstico e tantos outros trabalhos desgastantes, mas não reconhecidos. A coisa mais comum era ouvir-se: Ela não faz nada! É dona de casa, ou prendas domésticas. Para nós agora, a época é outra. Foram-nos abertas às portas do mercado de trabalho e dentro dele podemos desenvolver nossa inteligência, exercitar nosso senso de responsabilidade e capacidade de ação, em efetivo auxílio colaborador para engrandecimento da Pátria [...].⁴⁰⁰

Esses ideais representativos do gênero “feminino”: submissa, recatada, ingênua, silenciosa, excessivamente bondosa, não condizem com as realidades concretas das mulheres, ainda mais quando são citadas as vivências de mulheres negras e pobres, para as quais a luta pela sobrevivência diária fez com que transitassem no âmbito público em busca de trabalho, (re) negociando com esses papéis limitantes do “feminino”. Heleieth Saffioti aponta que “a socialização feminina é, quer na forma, quer no conteúdo, largamente ambígua” (SAFFIOTI, 2003 apud HOLLANDA, 2019, p. 153), ou seja, são constantes os conflitos e paradoxos, pois as mulheres por muito tempo foram desprovidas da possibilidade de transcender essas representações hegemônicas, presas na incompletude e na alienação de seu sexo.

Nesse mesmo posicionamento em que escreve sobre o trabalho doméstico, para fundamentar o seu argumento de que as mulheres estavam ocupando diversos espaços, Rosarita Fleury também enaltece figuras femininas que estariam ocupando cargos de poder

⁴⁰⁰ FLEURY, Maria do Rosário. “Viva a Mulher!”: Palestra proferida na AFLAG em reunião no dia 14/03/1990. *O Popular*. Goiânia. 13/04/1990, pág. 9. (Arquivo da AFLAG - Pasta da escritora Maria do Rosário Fleury).

político no período, como a Deputada Federal por Goiás, Lúcia Vânia,⁴⁰¹ seguida de Zélia Cardoso de Mello,⁴⁰² economista que fora eleita pelo presidente da República, em 1990, para ocupar o Ministério da Economia. Ao enaltecer esses protagonismos, a escritora não deixa de pontuar uma crítica contundente à forma como era divulgada a biografia de Zélia Cardoso:

Neste ano de 1990 mais um acontecimento veio aumentar a euforia de todas nós mulheres que lutamos pela completa independência feminina. Pela primeira vez não só no Brasil, mas toda a América Latina terá uma Ministra da Economia com a escolha feita pelo futuro Presidente da República Fernando Collor da Economista Zélia Cardoso de Mello. O Ministério que lhe será destinado deverá englobar Fazenda, Planejamento, Tesouro e mais alguma coisa. Quem será Zélia? Dela apenas sabemos ser pessoa simples, que aprecia cozinhar e não despreza as lides domésticas, prefere seu rosto bem lavado, com pouco ou nenhuma maquiagem.⁴⁰³

Mesmo ocupando um cargo de tamanha proficiência intelectual, essa mulher foi enaltecida pela sua “feminilidade”: saber cozinhar e ser modesta, ocorrendo a diminuição/ocultamento de suas capacidades intelectuais. Nesse mesmo artigo, a escritora ainda demonstra a alegria que sentia: “[...] nós mulheres que lutamos pela completa independência feminina”, ao pontuar esses mesmos protagonismos para o público e testemunhá-los. Ao escrever “nós mulheres que lutamos”, a escritora se insere como parte de uma luta, que provém de lugares múltiplos e diferentemente localizados.

São mulheres paradoxais e complexas, fazendo referência à Joan Scott (2002) e ao seu livro *A Cidadã Paradoxal*, no qual a pesquisadora identifica as revolucionárias do século XVIII e XIX e deduz que eram mulheres que “só tinham paradoxos a oferecer”, nesse movimento de aceitação e recusa das normas de gênero. Esse movimento desvela as contradições dessas construções sociais e a naturalidade a-histórica com que as leis e as instituições atribuíam lugares inferiores para as mulheres. Maria do Rosário Fleury foi essa mulher que produziu paradoxos, gestou as suas identidades e subjetivou-se como mãe, intelectual, dona de casa, poetisa e naquilo que chamou de “luta” por algo que para ela significava a “completa independência feminina”.

⁴⁰¹ Primeira mulher a ser eleita pela nova constituinte brasileira de 1988 ocupando por Goiás o cargo de Deputada Federal pelo (PMDB) nos anos de 1987 a 1991. Para mais ver: <https://is.gd/13o2E5>. Acessado em: set.2020.

⁴⁰² Nasceu em São Paulo em 1953. Graduiu-se em economia pela Universidade de São Paulo – USP em 1975. Se tornando Doutora em economia pela mesma instituição em 1985. Foi nomeada a esse cargo pelo Presidente da República Fernando Collor de Melo. Para mais ver: <https://is.gd/TJ7tj2>. Acessado em: set.2020.

⁴⁰³ FLEURY, Maria do Rosário. “Viva a Mulher!”: Palestra proferida na AFLAG em reunião no dia 14/03/1990. *O Popular*. Goiânia. 13/04/1990, p. 09. (Arquivo da AFLAG - Pasta da escritora Maria do Rosário Fleury).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas acredito que essa poeta [poetisa] que nunca escreveu uma linha e foi enterrada no cruzamento ainda está viva. Ela está viva em você e em mim, e em muitas outras mulheres que não estão aqui esta noite, porque estão lavando a louça ou colocando os filhos na cama. Mas ela está viva, pois os grandes poetas [poetisas] nunca morrem; são presenças duradouras, precisam apenas de uma oportunidade para andar entre nós em carne e osso. Essa oportunidade, acredito, está agora ao alcance de vocês.⁴⁰⁴

Virgínia Woolf. **Um Teto Todo Seu**. 1929.

Mach Bloch (2001, p. 64), em *O Ofício do Historiador*, escreveu que o passado “só foi empregado tão ativamente para explicar o presente no designo do melhor justificar ou condenar”. Em virtude do que foi exposto na presente pesquisa, disputas e jogos de poder compõem o campo intelectual, de modo abrangente, onde hierarquias de gênero são reforçadas, recorrentemente. Para responder às demandas e permanências desses silenciamentos e processos de exclusão, no presente, me perguntei, diante dos documentos reunidos, sobre a lógica por detrás das ausências das mulheres nos espaços de saber, ou a sua diminuta presença entre os cânones estudados pelas Ciências Humanas e narrativas eleitas como “oficias” pela sociedade.

Supondo ser impossível uma observação passiva acerca do passado, a pergunta do historiador e historiadora já pressupõe um ponto de partida. As epistemologias feministas possuem como principal característica, conforme Margareth Rago (1998), o direcionamento teórico e crítico às categorias e aos conceitos dominantes, costumeiramente, apresentados como universais, dotados de uma racionalidade e uma dimensão das experiências, percepções e apreensões do mundo que dizem respeito ao sujeito masculino. Foram essas as reflexões que embasaram os caminhos desta Dissertação. Levando em consideração o exposto na presente pesquisa, em que a formação das Academias Literárias pelo país não aceitavam em seus quadros o elemento feminino, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia Goiana de Letras (AGL), assim como os Institutos Históricos, é possível concluir que esses “espaços do saber”, masculinos e masculinizantes, se afirmam e reafirmam perante a

⁴⁰⁴ WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas. 2014. p. 77.

supressão do elemento “feminino”, o que culminou na associação direta da intelectualidade para com o “masculino”.

Os discursos sociais sexuados propagados por instâncias, como a família, a Igreja, e os espaços educacionais, reproduziram uma divisão sexual inscrita nos espaços, objetos, gestos, corpos e subjetividades, sendo reforçadores dessas “esferas” da atuação dos sexos. De acordo com Pierre Bourdieu (2018), os homens detêm o monopólio da fala em todas as atividades “oficiais” e compreendidas como públicas, que exigem a representação de si, trocas de “honra” e de palavras, ou seja, um sistema social patriarcal que limitou o pensamento e a ação das mulheres, vistas sob a ótica masculina depreciadora de suas capacidades intelectuais e criativas, (des) autorizadas à fala.

Pensar por meio desse processo de (des) autorização possibilitou visualizar inúmeras iniciativas e produções artísticas e intelectuais de mulheres que permaneceram à margem do cânone. As justificativas biologizantes para tais incapacidades são falácias, remetendo à Joan Scott (1995), similares às ficções fantasmáticas que implicavam um ideal de feminilidade e um tipo de “ser mulher” atravessado por um patriarcado cultural, como definiu Ria Lameire (1994), definidor da estética, da linguagem, das práticas e lógicas de mundo. São construções, contudo, que inferiram nas realidades dessas sujeitas, limitando-as e atribuindo significados às suas existências.

A existência de uma “margem” significa que houve a criação de um “centro” ou, especificamente, de um campo intelectual, que em virtude do que foi apresentado nesta pesquisa, teve como premissa básica de sua formação as perspectivas fundantes das relações de gênero da sociedade. Essas instituições culturais e literárias acabaram por propagar as noções culturalmente construídas do ser “intelectual” e da figura do “autor” ao “masculino”, assim como foram estudados por Rita Terezinha Schmidt (2002, 2013, 2010). É preciso ter em mente que os significados atribuídos ao “feminino”, bem como as representações culturais do gênero que circundam essas mulheres, não estão confinados a uma ordem fixa, de modo que foi possível observar seus movimentos estratégicos, suas resistências, os deslocamentos que almejaram para si e as (re) negociações diante dos valores e limites impostos aos seus corpos ditos “femininos”.

As mulheres, aqui estudadas, reproduziam um “tipo” ideal de mulher presente nos pronunciamentos oficiais, nas autorreflexões e nos argumentos que utilizavam para sustentar e legitimar a iniciativa que protagonizavam para si, ou seja, a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). Maria do Rosário Fleury (1913-1993) construiu a imagem de uma

mulher pública “jogando” com imagens já enraizadas nas representações culturais do “feminino”, em que a maternidade se fez importante instrumento político voltado à aceitação individual e coletiva no campo intelectual. Essa construção é refletida na maneira como descreveu e biografou Eurídice Natal e Silva (1883-1970), mulher que para Rosarita Fleury simbolizava um “ideal” intelectual, uma “boa esposa e mãe”, mas também aquela que discorre sobre a cultura, atua profissionalmente nos setores sociais, engrandecendo a pátria e fomentando o seu desenvolvimento. Essas mulheres almejavam construir a imagem de uma “mulher pública” e/ou “emancipada” compreendida por elas como “ideal”, isto é, aquela que luta pela conquista de outros espaços, mas sem deixar de exercer suas funções do lar.

Sobre esse “feminino ideal” por meio do qual essas mulheres se subjetivaram, ao contextualizar suas trajetórias de vida com o tempo histórico, foi possível localizar suas demandas e compreender os discursos que as atravessaram e as “inventaram” como mulheres, no caso da escritora Maria do Rosário Fleury (1913-1993). Esse discurso da “mãe educadora” transmissora da cultura e dos primeiros ensinamentos foi difundido no Brasil e enraizado nas práticas e costumes durante a Primeira República (1899-1930). Metáforas como a “Rainha do Lar” ou o “Anjo do Lar” circulavam para idealizar essa “mulher culta”, reclusa no espaço doméstico, conduzida e reconduzida para uma “feminilidade” ideal que incluía a maternidade como destino absoluto de sua existência.

A maternidade, usada como instrumento de negociação, foi recorrente entre muitas intelectuais e artistas, pois essa é a imagem ideal de uma identidade feminina universalmente construída e aceita. A conscientização dessas mulheres a respeito do “lugar” ocupado pelo “feminino”, na sociedade, nas artes e na cultura, é notável diante das afirmações que fazem para legitimar suas demandas. Maria do Rosário Fleury (1913-1993) desloca-se imersa nas representações culturais de seu sexo, subjetivando-se e circunscrevendo-se tanto dentro quanto fora do lar, almejando, contudo, transitar no espaço público cultural e consolidar um espaço que fomente essas possibilidades para as futuras gerações de mulheres.

Roberto Reis (1992) reforçou em suas pesquisas que os critérios para a seleção de um texto literário voltado à composição de um cânone estão situados em determinadas circunstâncias históricas. Conforme o pesquisador, nessas circunstâncias “indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o” (REIS, 1992, p. 69), e por “texto” compreende-se também a figura do “autor” canonizado com a obra. Essas verdades/obras/nomes, aparentemente, incontestáveis, que rondam o cânone e o campo intelectual, provaram-se construções interessadas e parciais, momento em

que a crítica feminista direcionou-se para o fato de que fazer uma “história das mulheres” é buscar por existências de sujeitas cujas trajetórias e memórias podem ser captadas na “palavra fugaz” (PERROT, 1989), nos desvios, nas descontinuidades da suposta “tradição intelectual” masculina, nas (re) invenções do cotidiano, no lar, na busca pelas ausências e pelos silêncios.

Michel Foucault (1992, 1996) instiga a pensar a exterioridade dos discursos: em vez de tomar a obra e o autor como originais e absolutos, criticar acerca das condições de possibilidades dessa “originalidade”, e as origens culturais e ideológicas que enaltecem determinados indivíduos. Para o filósofo, a “função de autor” é atribuída em uma determinada ordem discursiva, inscritas no interior de uma sociedade e cultura. Essa autoridade de fala atribuída ao sujeito masculino deriva de um conjunto de representações de superioridade, virilidade, intelectualidade e atuação pública, sustentadas e reproduzidas por inúmeros tratados médicos, religiosos, jurídicos, culturais (COLLING, 2014) ao longo dos séculos, provindos de uma sociedade patriarcal.

Esses discursos geraram práticas e saberes que moldavam a realidade dos indivíduos, assim como moldaram as possibilidades e liberdades criativas dessas mulheres. De acordo com a problemática que busquei contemplar com esta pesquisa, as instituições que se consolidam como “templos literários”, denominação atribuída à Academia Brasileira de Letras (ABL) e à Academia Goiana de Letras (AGL), surgiam para o culto dos “homens ilustres”, quer dizer, daquelas figuras que estavam circulando no espaço público da elite letrada, que detinham o poder da linguagem, o respaldo de uma atuação pública e a liberdade de expressão.

A naturalização com que foram tratadas as ausências femininas provém de uma conjuntura de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos, cujo elemento do gênero é um norteador onipresente das relações entre os homens e mulheres na sociedade, construindo uma hierarquia dos sexos. A Academia Brasileira de Letras (ABL) manifestou-se como um reflexo do que estava posto na sociedade e na cultura (SCHMIDT, 2002), dessa forma, reproduzia os valores e modos de ver e ser no mundo tipicamente masculinos, fazendo desses espaços verdadeiros antros de “compleições androcêntricas” (FANINI, 2009).

A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG) consolidou-se como um espaço de sociabilidade “feminina”, para quem essas mulheres da elite goianiense atribuíram novas possibilidades subjetivas e enunciativas. São mulheres que existem e (res) existem ao vincularem suas iniciativas do presente com relação aos protagonismos das antecessoras. Ao localizar que o campo intelectual está consolidado por uma ancestralidade masculina

intelectual, construída e pautada em exclusões e reforçadores de determinados elementos: branquitude, ocidentalismo, patriarcado e elitismos (LAMEIRE,1994), foi almejado um estudo crítico da cultura e desmistificador destes mitos fundadores.

Dito isso, é evidente – e necessário – que essas mulheres tenham construído uma narrativa de si como “herdeiras” de protagonismos femininos antecessores, para existirem e (res) existirem dentro do campo intelectual, predominantemente, masculino e naturalizado como tal. As 24 (vinte e quatro) mulheres escolhidas como patronas (protetoras) foram sujeitas que vinham a muito produzindo e atuando na região de Goiás, desde o século XIX. O ato de fazer “justiça” a essas mulheres do passado, discurso sustentado por Maria do Rosário por meio da AFLAG, provinha do desejo dessas mulheres em estabelecer uma tradição intelectual feminina para Goiás, da qual elas se intitulavam parte e pela qual poderiam atuar estando “respaldadas” ou “legitimadas” com uma continuidade histórica.

A história, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), é feita através de embates incessantes, “batalhas de poder e de verdade”. Nesses jogos constantes pelo poder, nos deslocamentos e nas estratégias dos sujeitos pela sobrevivência, pela linguagem, por campos de atuação e identidade, emergem acontecimentos como o surgimento da AFLAG. A analogia do poder feita por Michel Foucault (2018, 2019) possibilitou a compreensão dessas mulheres como sujeitas capazes de resistências, nas experimentações artísticas, nas alianças e nas autorreflexões presentes ao longo deste trabalho. Nesse “jogo complexo de regras e forças”, em que as regras e normas precisam ser negociadas e (re) negociadas nas sobrevivências diárias, o campo intelectual se esvai de seus sentidos, certezas e pretensas unidades homogêneas e universalizantes.

Inúmeras “manobras” foram identificadas nos estudos de Michelle Asmar Fanini (2009), partindo da Academia Brasileira de Letras, para justificar e vetar a presença das mulheres. Manobras essas que visualizei presentes em todas as demais instituições, trazendo o exemplo aprofundado da Academia Goiana de Letras. São manobras necessárias à manutenção de um poder desigual, que influenciou na construção de um cânone, cujas inúmeras tentativas de entradas femininas foram “apagadas” da história, no intuito de dar um “ar” de estabilidade e ausência de conflitos, assim como enraizou no senso comum a imagem de que as mulheres nada produziram. A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás consolidou um espaço por meio do qual essas mulheres se fizeram “ver” e “ouvir”, provocando as fissuras necessárias para que o “tabu” da presença feminina no campo intelectual fosse debatido em Goiânia. Assim, a partir de 1973, momento que Regina Lacerda

é eleita ocupante de uma Cadeira na Academia Goiana de Letras, outras mulheres puderam galgar aquele espaço em segurança, respaldadas pelo apoio concedido pela AFLAG.

Nessas relações de saberes e poderes, essas mulheres selecionam critérios de inclusão e exclusão daquelas que fariam parte da AFLAG, acabando por construir um cânone entre elas e reproduzir, ao menos no quadro fundador, um quadro intelectual, sumariamente, branco e elitista. A posição dessas mulheres, pertencentes de famílias tradicionais e mais abastadas da região, possibilitou, inclusive, que elas “jogassem” com as regras do campo intelectual goiano. A imagem de um “feminino ideal” foi usada tanto estrategicamente quanto de modo representativo dos valores, práticas e comportamentos que as “mulheres de azul” vinculavam às suas subjetividades e ao modo como se percebiam o/no mundo. Como afirmou Maria do Rosário Fleury, houve um minucioso estudo no que dizia respeito aos comportamentos das 40 (quarenta) mulheres que seriam selecionadas para figurar como o quadro fundador da instituição. Mulheres que muito se assemelham à figura da “santa-mãezinha” (PRIORE, 2009): austeras, abnegadas e devotas dos filhos.

Os sujeitos são construídos discursivamente e de maneiras variadas, posicionados em determinadas realidades (SCOTT, 1999). Os agenciamentos possíveis que observo entre essas mulheres coexistem nos movimentos e deslocamentos das relações de poder, móveis e circulares, em inúmeras situações estratégicas e localizadas. A AFLAG tornou-se um espaço enunciativo que perturbava e deslocava a lógica masculina, pelo qual essas mulheres poderiam conferir outros sentidos para as suas existências e protagonizar alianças. A ABL, assim como outras instituições que representavam a cultura e o saber “oficiais” sobre o Brasil, legitimava determinados sujeitos e (des) autorizava a fala e as existências de outros, nestes incluem-se, além das mulheres, populações negras, indígenas e populares. Por meio de uma análise dos inúmeros discursos e práticas inferidas e reforçadas nas coisas e nos sujeitos, é possível desnaturalizar a suposta imagem de homogeneidade e ausência de conflitos que o cânone almejava transmitir.

As “mulheres de azul”, nascidas no início do século XX, absorveram as mudanças advindas das duas grandes guerras mundiais, dos meios de comunicação em massa, dos movimentos feministas, de contracultura e dos processos de industrialização do país. Goiânia, nas décadas de 1970 e 1980, vivenciava o “boom” da imigração, industrializando-se e absorvendo as mudanças culturais de seu entorno, “abandonando” os ares provincianos, segundo Oliveira (2003). Porém, permanências das noções de “masculinidades” e “feminilidades” enviesadas por um patriarcado cultural continuam a permear as relações

sociais, sendo recorrentes as atribuições como “mulher honesta” ou “mulher pública”, em teor pejorativo, para classificar os deslocamentos dessas mulheres (BARROS, 2017). Dessa forma, observo a influência que o discurso feminista, em prol da emancipação das mulheres e outras formas de viver o “feminino”, teve na gradativa ascensão dessas mulheres e o quanto foram presentes em suas práticas e subjetividades.

As possibilidades de circulação e desenvolvimento de outras sociabilidades entre as mulheres, a princípio de uma elite letrada e profissionalmente qualificada, eram atravessadas pela permanência desse “ideal feminino” que atrelava a mulher ao lar assim como ao destino absoluto da maternidade. Em todo o Brasil, as mulheres vivenciavam a expansão industrial e as possibilidades de trabalho nos setores de serviços sociais, costumeiramente, “femininos”, em que o magistério, conforme elucidado nesta pesquisa, tornou-se ferramenta de emancipação para as jovens que se deslocam entre o espaço público e o privado, movendo barreiras e provocando fissuras. Como mulheres pertencentes a uma elite goianiense, elas foram desencorajadas em muitos aspectos a enfrentarem o mercado de trabalho, onde os estigmas da “mulher que trabalha” e abandona o lar e os filhos foram utilizados para coibir os seus avanços. Esses constrangimentos e coerções são constantes nas trajetórias dessas mulheres intelectuais, artistas e escritoras e, também, são visíveis nos “critérios de aceitação”, pois, geralmente, eles se voltam aos mesmos ideais “femininos”, ora reiterados, ora negados por essas mulheres.

Definidas pela presença ou pela falta da “feminilidade”, nesses movimentos ambivalentes, em que há aproximações e distanciamentos para com os feminismos, visualizei uma gradativa conscientização do seu “lugar” como mulher na sociedade goianiense. Diante da invisibilidade latente no campo intelectual, a frustração que assolou Maria do Rosário Fleury, quando se viu impedida de estar entre os ditos “intelectuais goianos”, é um exemplo do princípio de uma consciência reivindicante atrelada a um discurso emancipatório para si e para as mulheres que a cercavam. Dessa maneira, identifiquei um “feminismo possível” entre essas mulheres, mesmo não sendo autodeclaradas feministas ou participando de movimentos feministas organizados institucionalmente. Muitas mulheres que compõem o quadro fundador da AFLAG já atuavam na cena pública desde a Cidade de Goiás em veículos jornalísticos, como o jornal *O Lar* (1926-1932), principal difusor dos ideais sufragistas e educacionais, pautas constantes dos movimentos feministas do início do século XX (SANTOS, 2018). Além disso, acompanharam a formação de Goiânia, atuando em meios filantrópicos, fundando

escolas e se aperfeiçoando nos cursos de formação artística e superior nas instituições que surgiam na capital, nas décadas de 1940 a 1960.

Os feminismos são compreendidos como movimentos sociais, políticos e culturais que visam à emancipação das mulheres e à igualdade de gênero nos diversos âmbitos da vida. Parto da perspectiva de que esses movimentos é toda a prática emancipatória, desde gestos individuais ou ações organizadas coletivamente, nos quais as mulheres, corpos “femininos” ou “feminizados”, almejam libertar-se de toda e qualquer opressão enviesada pelas relações desiguais do gênero. No caso das “mulheres de azul”, as demandas eram por visibilidade artística, reconhecimento intelectual e a possibilidade de contribuir “em pé de igualdade com os homens” para com a cultura de Goiás.

O campo intelectual segregava as mulheres em detrimento de seu sexo. Para serem vistas, era preciso manterem-se “femininas”, ou seja, nos “limites” da atuação. A entrevista de Lena Castello Branco de Freitas, presente nesta pesquisa, evidencia o quanto o campo intelectual está marcado pelas relações de gênero, pois lhe cobravam uma “escrita de mulher”, gerando “expectativas” atreladas ao seu corpo/sexo. A entrevista da escritora, renomada professora universitária aposentada, possibilita questionar sobre três situações que atravessam minha pesquisa. Primeira, existem “expectativas” para o que seria uma “escrita de mulher” ou uma “escrita de homem”, deduzindo que as construções sociais e culturais do gênero refletem nas ações, gestos, falas, pensamentos e expressões da subjetividade dos sujeitos, corporificados e engendrados. Segunda, o campo intelectual previa que uma escrita “técnica” e especificamente “acadêmica”, como as que escreviam Lena, não seriam assuntos possíveis para que uma mulher discorresse. Para as mulheres, era esperado que os “assuntos do lar” fossem os tópicos principais, aprisionando-as aos seus corpos. Esta é a terceira situação que concluo: as mulheres são continuamente constrangidas a se voltarem ao seu sexo, lembradas das “limitações” que possuem, coagidas a circularem no “lugar” que esse sexo ocupa, sendo o corpo “feminino” uma constante a ser lembrada no campo intelectual do qual almejavam fazer parte.

Partindo da premissa de “que toda organização do passado é provisória”. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 154), esta pesquisa não se esgota neste trabalho. A historiografia produzida através da presente pesquisa não se compõe de verdades absolutas, mas sim de pontos de observação e perguntas que foram respondidas momentaneamente. Através da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), o objetivo com este trabalho foi construir uma narrativa que contemplasse a complexidade dos movimentos dessas

mulheres e suas inúmeras (re) invenções diante dos mecanismos de poder. Lena Castello Branco de Freitas, em discurso proferido no ano de 2007, mencionou o seguinte: “[...] Pertencço ao grupo das pioneiras, posso lembrar que – nos chamados anos dourados da nossa juventude – era a crença de que as mulheres nasciam para serem esposas, mães de família e donas de casa [...]”. Sobre as fundadoras da AFLAG, ela afirma que: “[...] foram até certo ponto transgressoras das ideias de submissão e de conformismo então vigentes, impondo-se como percussoras de novos tempos de afirmação e de valorização das mulheres”.⁴⁰⁵ Assim, recortando um período de 1969 até 1993, focando na trajetória intelectual de Maria do Rosário Fleury (1913-1993), esta pesquisa percorreu os primeiros anos da instituição, os bastidores de sua formação, as inseguranças, recuos e avanços, assim como visualizou a escritora enquanto agenciadora e entusiasta dessas mulheres.

Ao pensar em movimentos transgressores, remeto-me “ao exercício do poder ou à construção de contrapoderes e de ressignificação de valores e vivências” (SAFFIOTI, 1995, p. 178 apud RAGO, 2013, p. 81). A fundação da AFLAG é fruto da experiência de segregação vivida pelas intelectuais goianas, que reflete um descontentamento de proporção nacional, conforme descrito na trajetória de segregação da Academia Brasileira de Letras. No caso de Goiás, a escritora Maria do Rosário Fleury vivenciou o veto à sua candidatura pela Academia Goiana de Letras, no ano de 1959, contexto que reforçou o desenvolvimento de sua “consciência de gênero”. Ao ver que seu mérito literário não foi suficiente para estar entre os homens, refletiu: “O que dizer de uma Maria imortal?”. Concluiu consigo mesma que as mulheres são revestidas de uma mortalidade difícil de ser rompida. Essa pergunta seguida de sua resposta fez-me refletir sobre as situações concretas e trajetórias de vida que levavam inúmeras mulheres a confrontar essas barreiras, os seus medos e desejos, em que muitas se questionaram sobre essa “mortalidade” que lhes foi infligida, causando ausências e silêncios.

De acordo com Talita Michelle Souza (2017, p. 40), acerca de seus estudos sobre as mulheres escritoras de Goiás: “cabia à mulher falar por si mesma, representá-la a partir de suas subjetividades, emoções, conflitos, e não apenas como reproduções deturpadas do olhar masculino”. As interdições que essas mulheres enfrentaram, aos poucos, formaram a consciência de sua condição como mulheres e a necessária movimentação contra o “apagamento da existência” (RAGO, 2013). As mulheres, ao lutarem por sua emancipação, conquistaram não apenas o direito de escrever como também a ressignificação de sua imagem.

⁴⁰⁵ FREITAS, Lena Castello Branco de. *Discurso pronunciado na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás no ano de 2007*. Goiânia. (Arquivo da AFLAG – Pasta da escritora Lena Castello Branco. Manuscrito digitado).

Constantes foram os desencorajamentos, estruturados pela lógica falocêntrica e “engendradora” da sociedade que hierarquizou o acesso aos espaços sexuais e também produziu uma consciência alienada e dividida das mulheres, segundo Sandra Harding (1993). A AFLAG manifestava-se como uma aliança que, inclusive, influenciou outras instituições femininas em âmbito nacional, como exposto nesta pesquisa, ou seja, um acontecimento potencialmente emancipatório que vai de encontro a essa “alienação” que a lógica falocêntrica de mundo projetou para as mulheres. Hoje, essas instituições literárias femininas correspondem a uma “rede de solidariedade intelectual”, de acordo com Heloisa Buarque de Hollanda (1992), uma rede a qual afirmo estar consolidada também em Goiás. A ausência de pesquisas acerca dessas academias femininas é uma lacuna ainda a ser preenchida.⁴⁰⁶

Ao reivindicarem um espaço físico e subjetivo, essas mulheres (re) inventam novos modos de existência. As mulheres da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás não romperam barreiras, mas provocaram fissuras. Seus movimentos foram sutis, paradoxais, cotidianos, individuais e coletivos, nas experimentações e reflexões perante si mesmas e a sociedade que as cercava. Maria do Rosário Fleury (1913-1993) almejava constituir-se como intelectual e artista, por isso valeu-se dos discursos que a circundavam, aproveitou momentos estratégicos, usou de seu capital social e projetou outros sentidos para a sua existência como mulher. São mulheres que negavam esse “lugar estigmatizado e inferiorizado, destituído de historicidade e excluído para o mundo [...] o feminino foi recriado social, cultural e historicamente pelas próprias mulheres” (RAGO, 2013, p. 25). No caso deste trabalho, o “feminino” que as mulheres de azul construíram para si, e sobre aquilo que elas almejavam e entendiam como intelectualidade, cultura e arte.

Maria do Rosário Fleury, Ana Braga Machado Gontijo, Nelly Alves de Almeida e as demais mulheres, artistas, teatrólogas, musicistas, professoras, mães, intelectuais, escritoras, que existem e (res) existem dentro e fora da AFLAG, se identificam ou se identificarão com os constrangimentos e as coerções das muitas situações aqui expostas nesta pesquisa. É possível concluir que os embates do campo intelectual profundamente masculinizado não se encontram

⁴⁰⁶ A primeira instituição literária fundada por mulheres foi a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) pela escritora Lydia Moschetti em 1943. Em 1949 foi fundada a Academia Feminina Espírito-Santense de Letras (AFESL) por Judith Leão Castello Ribeiro. Em seguida, há notícias da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), no ano de 1969, fundada pela escritora Maria do Rosário Fleury. Academia Feminina de Letras do Paraná (AFLP), criada em 1970, pela escritora Pompília Lopes dos Santos. A Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiá (AFLAJ), em 1972, fundada pela escritora Josefina Rodrigues da Silva. A Academia Feminina Mineira de Letras (AFEMIL) fundada pela intelectual Dra. Natérica Silva Villefort Costa, em 1983. A Academia Feminina de Ciências, Letras e Artes de Santos (AFCLAS), fundada pela escritora Maria Fleury da Silveira, em 1986. A Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte (AFLRGN) fundada pela escritora Zelma Bezerra Furtado de Medeiros, no ano de 2000. Disponível em: <https://is.gd/PwAuy6>. Acesso em: jan 2019.

encerrados. Por fim, como foi identificada no início desta conclusão, esta pesquisa se fez atravessada pelas reflexões da crítica feminista, assim retomo Judith Shakespeare, ou a “suposta” jovem irmã de William Shakespeare, criada por Virgínia Woolf (1929), em *Um Teto Todo Seu*, e figura-chave que me inspirou na confecção das perguntas norteadoras deste trabalho. Uma mulher que resumia as angústias de Woolf (1929) e faz questionar: Se ela existisse, alguém saberia dizer algo sobre ela? Teria tido os mesmos méritos que o suposto irmão? A possibilidade de desenvolver os mesmos talentos?

O que haveria de conhecimento sobre essas mulheres de Goiás, se elas não tivessem (res) existido e registrado seus pensamentos, medos, recuos, devaneios, protagonismos? Os questionamentos de Virgínia Woolf podem ser resumidos na seguinte expressão: “[...] quem pode medir a fúria e a violência do coração de um poeta quando preso e emaranhado em um corpo de mulher?” (WOOLF, 2014, p. 38). Esse “corpo de mulher” é por onde elas caminharam. É através deste corpo “feminino” ou “feminizado” que elas falaram ou foram silenciadas. Sob esse corpo foram revestidos os estigmas do “feminino”, as interdições e coerções, sendo impedido de estar nos espaços do saber, da arte e intelectualidade. Também é por meio desse corpo ou o “lugar” por ele ocupado/atribuído pela sociedade que elas se (re) inventaram e chegaram até as pesquisadoras e os pesquisadores de hoje, com as suas complexidades, mistérios, desejos, movimentos, histórias de vida e se fizeram poetisas, autoras, leitoras, cantoras, musicistas, mães, esposas, mestras, profissionais, intelectuais, filhas, irmãs, mulheres, com todas as complexidades e significações que esta palavra possa carregar.

FONTES

Estatuto redigido em 09 de Novembro de 1969 (Anuário-AFLAG, 1970, p. 269-277).

Estatuto redigido em 10 de Setembro de 2001 (Avulso- Arquivo da AFLAG).

Estatuto redigido em 14 de Fevereiro de 2013 (Revista-AFLAG, 2013).

Estatuto da Academia Goiana de Letras (AGL) redigido em 24 de Abril de 1939. In. FRANÇA, Basileu Toledo. Cadeira nº 15. Goiânia: Gráfica Oriente, 1971. p. 250-263.

Anuário AFLAG de 1970

Anuário AFLAG de 1971-1972

Anuário AFLAG de 1973-1974

Anuário AFLAG de 1975-1976

Anuário AFLAG de 1977-1978

Anuário AFLAG de 1979-1980

Anuário AFLAG de 1981-1982

Anuário AFLAG de 1983-1984

Anuário AFLAG de 1985-1986

Anuário AFLAG de 1987-1988

Anuário AFLAG de 1989-1990

Anuário AFLAG de 1991-1992

Revista AFLAG de 1993-1997

Revista AFLAG de 1998-2001

Caderno de Atas nº 01 dos anos de 1969-1977

Caderno de Atas nº 02 dos anos de 1977-1980

Caderno de Atas nº 03 dos anos de 1980-1985

Caderno de Atas nº 04 dos anos de 1985-1993

Jornal *O Popular* anos de 1959-1969-1970

Jornal *Cinco de Março* anos de 1959-1969-1970-1971-1972

Revista Oeste (1942-1944)

Jornal *Diário da Manhã* (Década de 1980)

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

JULIANO, Eurídice Silva. **Coletâneas**: ontologia poética. Edição Mimeografada. Goiânia, 1975.

FLEURY, Rosarita. **Eurídice Natal**: evolução cultural e sociológica de uma vida (1979). Discurso de posse na Academia Goiana de Letras. Goiânia: Líder, 1979.

MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário bibliográfico de membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2008.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. Eurídice Natal e Silva: cem anos de fundação da Academia de Letras de Goiás. Palestra Proferida na Academia Goiana de Letras em 7 de Outubro de 2004. **Revista da Academia Goiana de Letras**. n. 28, dez. 2004.

TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. **Rosarita Fleury, minha mãe**. Goiânia: Kelps. 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- AIRES, Eliana Gabriel. **O conto feminino em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1996.
- ALMEIDA, Nely Alves de. **Análises e conclusões**: estudos sobre autores goianos. Goiânia. Ed: São Paulo, 1985. v. 1.
- ALMEIDA, Nely Alves de. **Análises e conclusões**: estudos sobre autores goianos. Goiânia. Ed: São Paulo, 1988. v. 2.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A falência**. Prefácio de Luiz Ruffato. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE JR, Durval. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.
- ALBERNAZ, Ondina de Bastos. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. **O século XX em Goiás: o advento da modernização**. Trilogia goiana. Goiânia: Cânone, 2016. v.1.
- AUAD, Sylvia M. **A Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil. Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Org. **Estudos de História da Educação de Goiás**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia do historiador ou o ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.
- BORGES, Barsanufio Gomide. **O Despertar dos dormentes**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia do campo científico. Tradução de Denise Bárbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad: Fernando Torrez. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1989.
- BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. **A mulher, a história e Goiás**. 2. ed. Goiânia: UNIGRAF, 1982.

- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil**, 1900. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- BRAGA, Ana. **Discurso de posse na Academia Goiana de Letras**. Goiânia: Kelps, 2006.
- CAMARGOS, Márcia. **Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana**. São Paulo: SENAC, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.
- CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 2010.
- CHAUL, Nars Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da Capital**. Coleção Documentos Goianos, n. 17. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988.
- CHAUL, Nars Fayad. **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: KELPS. 1998.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados (RS): UFGD, 2015.
- COSTA, Livia Batista da. **Da defesa da honra à defesa da vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia**. Aparecida de Goiânia: Alfredo Nasser, 2016.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Top Books, 2005.
- EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Introdução de SHAPPE. Valadares (SP): Cortez. 1989.
- FLEURY, Maria do Rosário. FLEURY, Rosarita. **Eurídice Natal: evolução cultural e sociológica de uma vida (1979)**. Discurso de posse na Academia Goiana de Letras. Goiânia: Líder, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis (RJ): VOZES, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 3. ed. São Paulo: Passagens, 1992.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Cadeira nº 15**: contribuição ao estudo da literatura de Goiás. Goiânia: Gráfica Oriente, 1971.

FRIDEAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GARCIA, Leonidas Franco. **Goyaz**: uma província do sertão. Goiânia: Cãnone Editorial, 2010.

GONTIJO, Ana Braga Machado. **Discurso de Posse na Academia Goiana de Letras**. Goiânia: Kelps, 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Ensaístas brasileiras**: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher**, a moral e o imaginário: 1889-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

KOFES, Maria Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2001.

LAITANO, José Carlos. **História da Academia Rio-Grandense de Letras**. Porto Alegre: Metamorfose, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas (SP): UNICAMP, 1990.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MACLAREN, Margareth A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960**: Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro. Jundiaí (SP): Paco, 2018.

MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. Goiânia: UNIGRAF, 1981.

MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. **Ana Braga**: a têmpera da mulher Tocantinense. Goiânia: Fevereiro, 1991.

MUZART, Zahidé. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: EDUNISC, 2000. v. 1.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de uma oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. **Eurídice Natal e Silva**: cem anos de fundação da Academia de Letras de Goiás. Palestra proferida na Academia Goiana de Letras, em 07 de outubro de 2004. Goiânia, 2004.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História cultural de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas (SP): UNICAMP, 2007.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 5. ed. Campinas (SP): Pontes, 2005.
- PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru (SP): EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Coleção História & Reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINSKY, Carla Bassanezy. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: UNESP, 2009.
- RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. **A modinha em Vila Boa de Goiás**. Goiânia: UFG, 1982.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: UNICAMP, 2013.
- RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo (Org.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. **A modinha em Vila Boa de Goiás**. Goiânia: UFG, 1982.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCOTT, Joan W. **Cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Tradução de Elvio Antônio. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras**. São Paulo: FAPESP, 2008.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: relações de gênero e História em José de Alencar**. Bauru: EDUSC, 2012.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre a História Oral, Gênero e História das Mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.

TELES Gilberto Mendonça. **A poesia em Goiás**. Goiás: Global, 1983.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **A formação do romance inglês**. Ensaios Teóricos. São Paulo: ADERALDO & ROTHSCHILD, 2007.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes Sousa, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014. Disponível em: <https://is.gd/4vxwVa>. Acesso em: jan. 2019.

WOOLF, Virginia. **Profissão para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZIMERMANN, Tânia Regina; MEDEIROS, Márcia Maria de. Virgem Maria. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015.

Artigos

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, v. 11, 1998. CEPEDOC/FGV. Disponível em: <https://is.gd/oOsAxy>. Acesso em: jul. 2019.

AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista História**. São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em: <https://is.gd/gXQRim>. Acesso em: ago.2020.

BATALHA, Cláudio H. M. Vida Associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dez. 1997. Disponível em: <https://is.gd/eP6kL5>. Acesso em: fev. 2020.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista Fronteira**. São Paulo, n. 7, dez. 2011. Disponível em: <https://is.gd/XBtTiM>. Acesso em: jan. 2019.

BORGES, Barsanufio Gomides Borges. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). **Revista História Econômica e História de Empresas III**. Goiânia. p. 65-83, 2000. Disponível em: <https://is.gd/nJN6eD>. Acesso em: maio 2020.

BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Inversão de papéis: jogos de gênero e imaginação literária em Rachel de Queiroz. **Revista ALEA**. Rio de Janeiro, vol. 20/3, p. 201-221, 2018. Disponível em: <https://is.gd/4dXUCy>. Acesso em: jul. 2020.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**. Fazendo história das mulheres. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Campinas (SP). n. 4, 1995. Disponível em: <https://is.gd/zmij2G>. Acesso em: jan. 2018.

CUNHA, Geruza Tomás; DERING, Renato de Oliveira. A resistência/existência na vida de uma mulher negra de Goiás: Leodegária de Jesus. **Revista Leitura em Revista**. n. 16, p. 108-125, abr. 2020 Disponível em: <https://is.gd/Joi4Ot>. Acesso em: maio 2020.

DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**. p. 275-299, 1999. Disponível em: <https://is.gd/VpthV5>. Acesso em: ago. 2019.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. 2003. Disponível: <https://is.gd/gwgbQY>. Acesso em: mar. 2018.

DUARTE, Constância Lima. Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil. **Revista Pontos de Interrogação**. Bahia. n. 1, v. 1, 2011. Disponível em: <https://is.gd/AHxpiG>. Acesso em: set. 2019.

DUARTE, Constância Lima. Arquivo de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada. **Ipotesi**. Juiz de Fora. n. 2, v. 13, 2007. Disponível em: <https://is.gd/UyYLne>. Acesso em: jan. 2020.

EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 25, p. 119-134, 2000. Disponível em: <https://is.gd/WHELL5>. Acesso em: fev. 2020.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, n.27, v.14, p. 317-338, 2009. Disponível em: <https://is.gd/SfeA7L>. Acesso em: maio 2019.

MAIA, Débora de Faria. Rosarita Fleury e as mulheres da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Edição especial. **Científic@ - Multidisciplinary Journal**. n. 1. v. 5. 2018. Disponível em: <https://is.gd/gbSZh4>. Acesso em: jan. 2019.

MAIA, Débora de Faria. A Força e a voz de uma mulher na política de Goiás: Ana Braga Machado Gontijo, uma história apagada. **Revista Aedos**. n. 26. v. 12, p. 394-423, 2020. Disponível em: <https://is.gd/VkxrlA>. Acesso em: set. 2020.

MAIA, Débora de Faria. Rompendo Barreiras: As mulheres e a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. In: CONADE, 2019, Jataí. Democracia Diáspora e Educação: relações possíveis no contexto brasileiro, latino e mundial. Jataí: UFG, 2019. Vol. 30°. Disponível em: <https://is.gd/OIE8jv> Acessado em: março. 2020.

MAIA, Débora de Faria. “Fazer da pena um ofício”: a conquista do espaço público para as mulheres escritoras em Goiás. In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA

E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2019, Recife. **Anais**. Disponível em: <https://is.gd/18FsRf>. Acesso em: mar. 2020.

MAIA, Débora de Faria; COELHO, Arthur. Pesquisar a AFLAG: redescobrimo as mulheres da literatura goiana. In: Encontro Estadual de História ANPUH-GO. 2015. Cidade de Goiás. HISTÓRIA POR QUÊ, PARA QUÊ E PARA QUEM?. Goiás: **ANAIS ELETRÔNICOS**, 2015. v. 01. pp. 131-150. Disponível em: <https://is.gd/JkvPtN>. Acessado em: março. 2020.

MAIA, Débora de Faria. Relações de gênero na literatura goiana: um olhar sobre o romance “Sombras em Marcha: na Vivência da Fuga” (1983) de Rosarita Fleury. In: XVIII SEMANA DE HISTÓRIA. História & Resistência: A Formação das Historiadoras e dos Historiadores. **Anais**. Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia. Goiânia, 2019. 2238-071X ISSN. Disponível em: <https://is.gd/PGMEu1>. Acessado em: mar. 2020.

MUNIZ, Diva do Couto. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **OP SIS**, p. 316-329, 2015.

MUNIZ, Diva do Couto. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia (MG), p. 147-166, 2018. Disponível em: <https://is.gd/UCCnHB>. Acesso em: fev. 2020.

MUNIZ, Diva do Couto. História, ensino de história e gênero: discutindo a relação. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**. Universidade Federal de Mato Grosso. n. 1, v. 18, Cuiabá, out. 2016.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. **Anuário de Literatura**. UFSC. v. 3, p. 85-94, 1995. Disponível em: <https://is.gd/QiyZw3>. Acessado em: jan. 2020.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 2, v. 8, p. 9, jan. 2000. Disponível em: <https://is.gd/IkRPge>. Acessado em: nov. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun. **Revista do Programa de Estudos de Pós-graduados de História**. São Paulo. n. 10, 1993. Disponível em: <https://is.gd/RkBm6z>. Acesso em: nov. 2019.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. n. 16, p. 305-332, 2008. Disponível em: <https://is.gd/DrS4WP>. Acesso em: out. 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Disponível em: <https://is.gd/eW1xJi>. Acesso em: fev. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v 24, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://is.gd/bGF7Q2>. Acesso em: jan. 2019.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. **Revista**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1-17. Disponível em: <https://is.gd/EjNB5X>. Acesso em: jan. 2019.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura História em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-98. Disponível em: <https://is.gd/55C5Pa>. Acesso em: fev. 2019.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Revista São Paulo em Perspectiva**. 2001. Disponível em: <https://is.gd/xml1gBg>. Acesso em: nov. 2019.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidades de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**. Florianópolis, n. 32, v. 16, p. 337-356, 2015. Disponível em: <https://is.gd/CdDH2L>. Acesso em: jun. 2020.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições para o caso brasileiro. **Cadernos Pagu**. 2001, p. 31-48. Disponível em: <https://is.gd/WepXDD>. Acesso em: out. 2019.

SANT'ANNA, Thiago Fernando; MUNIZ, Diva do Couto. Meninas pra lá, meninos pra cá: a experiência de escolarização na Província de Goiás. **Caderno Espaço Feminino**. Núcleo de Estudo em Gênero: NEGUEM. 2010, v. 23, p. 79-101. Disponível em: <https://is.gd/8yPxGB>. Acesso em: fev. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, n. 2, v. 20, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://is.gd/3uvoDR>. Acesso em: mar. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. Tradução de Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. Projeto História. v. 45, mar. 2014. Disponível em: <https://is.gd/OPWP1m>. Acesso em: mar. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da. et al. (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises e leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999. Disponível em: <https://is.gd/SMrLnI>. Acesso em: mar. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. Tradução de Lúcia Haddad. **Revista História**. São Paulo, 1998. Disponível em: <https://is.gd/CjDUNX>.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A crítica feminista na mira da crítica. **Ilha do Desterro**. Florianópolis, v. 42, p. 103-128, 2002. Disponível em: <https://is.gd/T6Krql>. Acesso em: fev. 2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A história da literatura tem gênero? Notas do tempo (in) acabado de um projeto. **Anais**. X SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA. PUCRS, p. 1-11, 2013. Disponível em: <https://is.gd/eztbJy>. Acesso em: jan. 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 54, v. 27, p. 281-300, 2007. Disponível em: <https://is.gd/oaCIgm>. Acesso em: jul. 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira Educ.** n.15, p.97-117, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/Ycxogy>. Acesso em: ago. 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 5, 1997. Disponível em: <https://is.gd/uqlCln>. Acesso em: jul. 2019.

VASCONCELLOS, Eliane. Precursoras da literatura goiana. **Revista UFG**. n. 8, ano XII, jul. 2010. Disponível em: <https://is.gd/d9u6Rf>. Acesso em: jan. 2018.

Dissertações e teses

ABREU, Mayra Regina Saraiva de. **Cidadania, movimento feminista e feminismo pragmático em Goiás**. (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

ANZAI, Leni Caselli. **Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 1985.

BARROS, Neide Célia. **“Perdidos de amor?”: Relatos de assassinatos de mulheres em Goiânia (1970-1984)**. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2017.

BITTAR, Maria José Goulart. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 2002. (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

BORELA, Marcela Aguiar. **Experiência moderna nas artes plásticas em Goiás: fronteira, identidade, história (1942-1962)**. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2010.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. **Sopro em brasas dormentes: inventário das precursoras da Literatura em Goiás**. 2003. (Mestrado em Letras) – Faculdade de letras, Universidade Federal de Goiás, 2003.

FANINI, Michele Asmar. **Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)**. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

FREIRE, Isabela Barbosa. **Jornal O Lar e a escrita de mulheres em Goiás: o entre - lugar das negociações e reiteraões com o poder patriarcal**. 2016. (Mestrado em Antropologia) – Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2016.

LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. **De “Minhoca a Beija-Flor” participação feminina na política do sudoeste goiano 1930-1947**. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MELO, Orlina Maria de Fátima Carrijo. **A invenção da cidade: leitura e leitores**. (Tese de Doutorado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2002.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 1999.

PETRÓ, Camila Albani. **Sempre mais acima, sempre mais além: pensamentos e práticas de gênero na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul em Porto Alegre ao longo das**

décadas de 1940 a 1970. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PRADO, Paulo Brito do. **“Goiás que a história guardou”**: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PRADO, Paulo Brito do. **Aventuras feministas nos sertões de Goiás**: as mulheres e suas lutas nos guardados de Consuelo Caiado (1899-1931). (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2019.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. **O silêncio no magistério**: professoras na instrução pública na Província de Goyaz, século XIX. (Mestrado em História) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

RODRIGUES, João Paulo Coelho. **A dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). (Mestrado em História). Campinas (SP), 1998.

SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. **Construindo o lar e conquistando a rua**: discursos e práticas “femininas” em Goiás no jornal escrito por mulheres “O lar” (1926-1932). 2018. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2018.

SILVA, Murilo Borges. **Mulheres negras e plurais: gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós- graduação em História, 2019.

SOUZA, Talita Michelle de. **História de mulheres escritoras em Goiás**: atravessando trajetórias e produções literárias. 2017. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2017.

SOUSA, Joilza Adriana. **A representação das personagens femininas em Elos da Mesma Corrente, de Rosarita Fleury**. (Mestrado em Letras-Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Receitas de felicidade e espectros da infelicidade o Código Civil de 1916 e as lições de comportamento na revista feminina no início do século XX**. 2009. (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

TAVARES, Giovana Galvão. **A Trajetória de uma “Casa de Saber”**: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970). (Mestrado em Geociências) – UNICAMP, 2000.

Capítulos de livros

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRAH, Avtar. Diferencia, diversidad, diferenciación. In: KARAKOLA, Eskalera (Org.) **Otras inapropiables Feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 107-136.

COSTA, Claudia Lima da. O sujeito do feminismo: revisitando (novamente) os debates In: LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos; DALCASTAGNÈ, Regina. **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Horizonte, 2010. p. 200-233.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (Or.); Carla Bassanezi (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva Ferreira. O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: CHAUL, Nars Fayad. **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: KELPS. 1998. p. 47-109.

FREIRAS, Lena Castello Branco de. Goiânia: locus privilegiado da saúde. In: FREIRAS, Lena Castello Branco de (Org.). **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível**. Goiânia: UFG, 1999. p. 241-285.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria Pedro (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

HARDING, Sandra. A Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-121.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: **A invenção das tradições**. HOBSBAWN, Eric; RENGGER, Terence. (Org). Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed. Local: Paz e Terra, 2002. p. 9-24.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

LEIMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-72.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LORDE, Audre. Idade, raça e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-250.

MISKOLCI, Richard. Estética da existência e pânico moral. In: RAGO, Margareth; NETO, Alfredo Veiga (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 227-238.

MOTT, Maria Lúcia; MALUF, Marina. Recônditos do feminino. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

NAVARRO- SWAIN, Tania. A História é sexuada. In: RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo (Org.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte.** São Paulo: Intermeios, 2013. p. 51-61.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. Vila Boa em Goiás: o tempo mítico de sua formação, memória e tradição inventada. In: SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de (Org.). **Histórias de Goiás: memória e poder.** Goiânia: UCG, 2008.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na Província de Goyaz, século XIX. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). **Estudos de História da Educação de Goiás.** Goiânia: PUC Goiás, 2011. p. 57-76.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 25-37.

REIS, Roberto. Canôn. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras da crítica.** Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-95.

RIBEIRO. Miriam Bianca Amara. Memória, família e poder: história de uma permanência política, os Caiado em Goiás. In: CHAUL, Nars Fayad. **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.** Goiânia: KELPS, 1998. p. 210-329.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. Danda Prado: por uma estética feminista. In: RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo (Org.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte.** São Paulo: Intermeios, 2013. p.111-125.

SANT’ANNA, Thiago F. Possibilidades aos meninos, destino às meninas? Escola primária como tecnologia de gênero na província de Goiás (1827-1887). In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). **Estudos de História da Educação de Goiás.** Goiânia: PUC Goiás, 2011. p. 131-144.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margem, notas sobre a historiografia literária. In: LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos; DALCASTAGNÈ, Regina. Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea. São Paulo: Horizonte, 2010. p. 174-188.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História.** São Paulo: UNESP, 2011.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista o território selvagem. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-58.

TELLES, Norma. Autor + A. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 45-65.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 441-443.

TELLES, Norma. Poeira de estrelas. In: RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo (Org.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 161-175.

TELLES, Norma. Escritoras brasileiras no século XIX. In: AUAD, Sylvia M. **A Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil**. Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica. Belo Horizonte: O Lutador, 1999. p. 325-331.

ANEXO A – Tabela com as Presidentas da AFLAG de 1969 até 2019



**Cadeira nº 21
Rosarita Fleury
Presidenta de 1969 a 1993.**



**Cadeira nº 07
Célia Coutinho Seixo de
Brito
Presidente de 1993 a 1994.**



**Cadeira nº 11
Lygia de Moura Rassi
Presidente de 02/1994 a 04/1994.**



**Cadeira nº 04
Ana Braga Gontijo
Presidente de 1994 a 2003.**



**Cadeira nº 15
Augusta Faro Fleury de
Melo
Presidente de 2003 a 2007.**



**Cadeira nº 30
Heloisa Helena Campos Borges
Presidente de 2007 a 2013.**



**Cadeira nº 21
Maria Elizabeth Fleury Teixeira
Presidente de 2013 a 2017.**



**Cadeira nº 02
Alba Lucínia de Castro
Dayrell.
Presidente de 2017 a 2019.**



**Cadeira nº 21
Maria Elizabeth Fleury Teixeira
Presidente de 2019- ?**

Fontes: Imagens e dados disponíveis em: <https://www.aflag.com.br/> . Acesso em: Jan 2019.

ANEXO B – Quadro Acadêmico Geral: Patronas das Cadeiras e Titulares
(Acervo AFLAG 1969 – 2019)

Na AFLAG as Patronas das Cadeiras foram suas primeiras ocupantes, elas aparecem também como 1ª Titular da Cadeira.

Cadeira nº 01:

Patrona e 1º Titular: Ada Ciocci Curado- Poetisa.

Origem: São Paulo.

Nascimento: 02/09/1916.

Educação: Fez seus primeiros estudos em sua terra natal, Itália.

Temática das obras: Observação e descrição da natureza, literatura fantástica, poesia metafísica e sino-japonesa, mulheres.

Casou-se com: Major Gentil Amorim Fleury da Polícia Militar de Goiás.

Posse: 1970 - Com 54 anos.

Falecimento: 06/07/1999.

2º Titular- Yeda Schmaltz – Poetisa, Contista, Advogada, Produtora cultural, Ativista.

Origem: Pernambuco.

Nascimento: 08/11/1941.

Posse: 2001- Com 60 anos.

Falecimento: 10/05/2003.

3º Titular- Salma Saddi Wares de Paiva – Poetisa, Pianista.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 28/04/1960.

Posse: 2004 - Com 44 anos.

Cadeira nº 02:

Patrona e 1º Titular: Aída Felix de Souza- Poetisa, Filósofa, Produtora Cultural, Educadora.

Origem: Goiás, Jaraguá.

Nascimento: 19/07/1916.

Educação: Na juventude, fez o curso de normalista em Pires do Rio. Graduiu-se em Ciências Humanas. Bacharelou-se em Filosofia pela PUC-GO.

Temática das obras: Homem do interior, Cidade de Goiás, vida cotidiana.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 54 anos.

Falecimento: 05/11/1992.

2º Titular- Marilda Godoi Carvalho- Poetisa, Escritora.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 11/02/1924.

Posse: 1994 - Com 70 anos.

Falecimento: 30/01/2011

3º Titular- Alba Luciana de Castro Dayrell- Escritora, Musicista. [Presidenta da AFLAG 2017 a 2019].

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: 2011

Cadeira nº 03:

Patrona e 1º Titular: Almerinda Magalhães Arantes- Professora, Deputada Estadual pelo PTB em 1950. [Foi à primeira mulher goiana a requerer o seu título de eleitor, o que foi deferido pelo então Juiz de Direito Dr. Moacir José de Moraes quando houve eleição para Prefeitura de Formosa, interior goiano. Seu pedido foi feito com 21 anos de idade, entretanto seu voto não foi aceito na eleição].

Origem: Posse, Goiás.

Nascimento: 03/01/1906.

Educação: Filha do Coronel Joaquim Magalhães e Ester Rosa de Souza. Fez os primeiros estudos no Colégio São José de irmãs Dominicanas. Mudou-se Para Formosa-Goiás. Formou-se normalista em Goiás. Fez o curso de Magistério, sendo professora primária.

Temática das obras: Política, Mulheres.

Casou-se com: Otávio Batista Arantes. [Figura Política da época e comerciante].

Posse: 1970- Com 64 anos.

Falecimento: 01/08/1986.

2º Titular- Maria Carmen Xavier Nunes - Professora, Poetisa, Escritora.

Origem: Minas Gerais.

Nascimento: 25/11/1934.

Posse: 1998- Com 64 anos.

Cadeira nº 04:

Patrona e 1º Titular: Ana Braga Gontijo – Advogada, Historiadora, Escritora, Professora, Procuradora do Estado, Deputada Estadual- Porangatu. [Fundou a AFLAG em 1969]; [Fundou a Academia Tocantinense de Letras, em 1991]; [Presidenta da AFLAG de 1994 a 2003]; [Ocupou a Cadeira nº 31 da Academia Goiana de Letras, eleita em 2006].

Origem: Peixes, Tocantins-Go.

Nascimento: 29/11/1923.

Educação: Iniciou seus estudos em sua cidade natal, sendo alfabetizada pelo seu avô, Joaquim Nunes Pinheiro. Prosseguiu na cidade Porangatu-Go e em 1935 estudou em Trindade. Ano seguinte, em 1936, estudou no tradicional Colégio Santa Clara em Goiânia, bacharelando-se normalista. Em 1951, com apenas 28 anos, é eleita vereadora na primeira legislatura municipal de Goiânia, logo em seguida ingressa na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás- PUC para cursas História. Em seguida se bacharela em Direito pela Universidade Federal de Goiás - UFG.

Temática das obras: Norte goiano, religiosidade, regionalista, Tocantins, mulheres, memórias.

Casou-se com: Primeiro casamento ?

Segundo casamento: Trajano Machado Gontijo Filho. [Médico]

Posse: 1970- Com 47 anos.

Cadeira nº 05:

Patrona e 1º Titular: Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cora coralina)- Poetisa Escritora, Doceira. [Ocupou a Cadeira de nº 38 da Academia Goiana de Letras].

Origem: Cidade de Goiás, Vila Boa.

Nascimento: 20/08/1889.

Educação: Filha de Jacinta Luiza do Couto Brandão Peixoto e do Desembargador Francisco de Paula Lins dos Guimarães. Fez seus estudos primários na antiga Vila Boa- Cidade de Goiás.

Temática das obras: Vida cotidiana de Goiás Velho, Romances marginais, Natureza, mulheres.

Casou-se com: Candido Tolentino de Figueiredo Bretas [Advogado].

Posse: 1970- Com 81 anos.

Falecimento: 10/04/1985.

2º Titular- Runi Conceição Vieira- Escritora, Ensáista, Educadora.

Origem: Peixes, Tocantins.

Nascimento: 08/12/1941.
Posse: 1986- Com 45 anos.

Cadeira nº06:

Patrona e 1º Titular: Belkiss S. Carneiro de Mendonça- Doutora em Música, Escritora, Professora. [Ocupou a Cadeira nº 31 da Academia Goiana de Letras, eleita em 1994]. [Neta de Nhanhá do Couto, Patrona da Academia, musicista do século XIX].

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 15/02/1928.

Educação: Fez seus estudos primários em Goiás. Em Goiânia cursou o Liceu. Formou-se pianista. Fez Doutorado em Música pela Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Temática das Obras: Música, Goiás.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 42 anos.

Falecimento: 17/11/2005.

2º Titular- Custódia Annunziata Spenciere de Oliveira- Professora Universitária, Coordenadora do centro de artes da PUC- Goiás.

Origem: Goiânia- Goiás.

Nascimento: 05/01/1954.

Posse: 2006- Com 52 anos.

Cadeira nº 07:

Patrona e 1º Titular: Célia Coutinho Seixos de Britto- Escritora, Educadora. [autora da célebre obra *A Mulher, A história e Goiás*] [Foi Presidenta da AFLAG, de 1993-1994].

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 07/02/1916.

Educação: Filha de João José Coutinho [Tabelião] e Alice Augusta Santana Coutinho [Patrona da Academia, poliglota e escritora do século XIX]. Fez o curso normal no Colégio Santana na Cidade de Goiás. Fez o Curso de Belas Artes na Universidade Católica de Goiás.

Temática das obras: Observação e descrição da natureza, Mulheres Pioneiras, Vida cotidiana de Goiás.

Casou-se com: Hélio Seixo de Brito. [Prefeito de Goiânia na época].

Posse: 1970- Com 54 anos.

Falecimento: 21/01/1994.

2º Titular- Armênia Pinto de Souza- Poetisa, Educadora, Pesquisadora, Conferencista.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 28/11/1910.

Posse: 1994- Com 84 anos.

Falecimento: 21/09/2004.

3º Titular- Mara Públio de Souza Veiga Jardim- Professora de Inglês e Espanhol, Poetisa, Oradora.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 17/01/1950.

Posse: 2005- Com 55 anos.

Cadeira nº 08:

Patrona e 1º Titular: Dalva Maria Pires Machado Bragança- Musicista, Professora.

Origem: Uberlândia, Goiás.

Nascimento: 27/12/1934.

Educação: Fez os primeiros estudos em Goiás. Foi aluna de Nhanhá do Couto. Graduou-se em Piano pelo

Instituto Musical de São Paulo. Especializou-se em História da Música, Didática do Piano e Folclore Nacional.
Temática das Obras: Música, Didática.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 42 anos.

Falecimento: 22/01/2013.

2º Titular- Elizabeth Caldeira Brito-

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: 2013. ?

Cadeira nº 09:

Patrona e 1º Titular: Dinorah Pacca- Escritora, Professora, Produtora Cultural.

Origem: Rio de Janeiro.

Educação: Filha de Álvaro Sérgio Pacca e Hilda Hecksher Pacca, estudou o primário e secundário no Rio de Janeiro e depois mudou para Araguari-MG. Ainda jovem mudou-se para Silvânia, interior de Goiás, onde seu pai era engenheiro da Estrada de Ferro de Goiás. Escreveu para jornais de Goiás e do Triângulo Mineiro.

Temática das Obras: Romance, nostalgia.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 12/11/1909.

Posse: 1970- Com 61 anos.

Falecimento: 29/04/1971.

2º Titular- Ellen Carneiro Vale-Escritora, Professora.

Origem: Morrinhos, Goiás.

Nascimento 11/05/1932.

Posse: 1971- Com 39 anos.

Cadeira nº 10:

Patrona e 1º Titular: Ercília Macedo-Eckel- Formada em Letras, Professora, Escritora.

Origem: Palmeiras, Goiás.

Educação: Filha de Virgílio Cordeiro de Moraes e Avelina Macedo de Moraes. Fez os cursos primários e secundários na Cidade de Goiás. Aprendeu a ler com cinco anos de idade. Mudando-se para Anápolis tornou-se aluna da faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, concluindo em 1966 o curso de Letras Modernas.

Temática das Obras: Religião, natureza, solidão, crianças, regionalismo, mitologia grega.

Casou-se com:

Nascimento: 20/02/1937.

Posse: 1970- Com 33 anos.

Cadeira nº 11:

Patrona e 1º Titular: Eurydice Natal e Silva- Escritora, Contista, Professora. [Fundadora da Academia de Letras de Goiás de 1903, primeira mulher a fazer parte de uma entidade acadêmica]. [Patrona da Cadeira nº 31 da Academia Goiana de Letras]. [Pioneira do gênero *conto* em Goiás].

Origem: Vila Boa, Goiás.

Educação: Fez os primeiros estudos na antiga Vila Boa- Cidade de Goiás. Não possui curso superior.

Temática das Obras: Mulheres e o Feminismo, realidade social de Goiás.

Casou-se com: Marcelo Francisco Silva [Procurador da República].

Nascimento: 23/11/1883.

Posse: 1969- Com 87 anos. [posse antecipada por Rosarita Fleury pelos motivos de saúde da patrona].

Falecimento: 22/02/1970.

2º Titular- Lygia de Moura Rassi- Pianista, Professora de Artes na Universidade Federal de Goiás.

Origem: Rio de Janeiro.
Nascimento: 12/08/1933.
Posse: 1993- Com 72 anos.
Falecimento: 25/05/2005.

3º Titular- Anna Rita Ludovico Ferreira da Silva-Musicista, Advogada. [Filha da Patrona Maria Luiza Povoá Cruz, Cadeira nº 26].
Origem: Goiânia, Goiás.
Nascimento: 05/10/1975.
Posse: 2006- Com 31 anos.

Cadeira nº 12:

Patrona e 1º Titular: Floracy Alves Pinheiro. (Cici Pinheiro)- Teatróloga, Produtora Cultural.

Origem: Orizona, Goiás.

Educação: Formou-se Teatróloga.

Temática das Obras: Sociedade, Mulheres, Romantismo, tabus sociais, Histórias de Goiás, Infância, Cultura popular.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 05/06/1929.

Posse: 1970- Com 41 anos.

Falecimento: 09/04/2001.

2º Titular- Placidina Lemes Siqueira- Escritora, Poetisa, Professora de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Goiás.

Origem: Paraúna, Goiás.

Nascimento: 04/01/1944.

Posse: 2001- Com 57 anos.

Cadeira nº 13:

Patrona e 1º Titular: Genesy de Castro e Silva- Escritora, Cientista Jurídica, Filósofa e Educadora, Poetisa. [Redatora do expoente literário o jornal O Lar (1926-1932), da Cidade de Goiás].

Origem: Goiás, Cidade de Goiás.

Educação: Filha de Joviano Alves de Castro e Tarcila Caiado de Castro, aos 11 anos foi oradora do Gabinete Literário Goiano. Fez seus estudos primários e secundários na Cidade de Goiás. Formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás- UFG. Foi Docente do IEG, do Lyceu de Goiânia e da Faculdade de Filosofia da UFG.

Temática das Obras: Mulheres Feministas, vida cotidiana e família.

Casou-se com: Prof. Dr. Colemar Natal e Silva. [Fundador da Universidade Federal de Goiás e da Academia Goiana de Letras, de 1939].

Nascimento: 01/02/1909.

Posse: 1970- Com 61 anos.

Falecimento: 14/02/2006.

2º Titular- Marisa de Castro e Silva Machado- Professora de Literatura Francesa.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 01/05/1934.

Posse: 2006- Com 72 anos.

Cadeira nº 14:

Patrona e 1º Titular: Goiandira do Couto- Artista, Pintora, Professora.

Origem: Cidade de Goiás.

Educação: Filha do Juiz de Direito Luiz Ramos de Oliveira do Couto. Fez seus estudos primários e secundários

na Cidade de Goiás. Formou-se normalista. Tornou-se pintora autodidata e passou a produzir os seus quadros, colando as areias coloridas da Serra Dourada, que circunda a antiga Vila Boa.

Temática das Obras: Cidade de Goiás, natureza, aspectos culturais, pessoas, arquitetura, etc.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 12/09/1915

Posse: 1970- Com 55 anos.

Falecimento: 22/08/2011.

2º Titular: Natalina Fernandes da Cunha-

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: ?

Cadeira nº 15:

Patrona e 1º Titular: Graciema Machado de Freitas- Escritora, Professora. [Famosa pela temática feminista presente em seus escritos no jornal O Lar (1926-1932) da Cidade de Goiás].

Origem: Jaraguá, Goiás.

Educação: Formou-se normalista pelo Colégio Santana na Cidade de Goiás.

Temática das Obras: O voto feminino, o feminismo, lírica romântica.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 12/12/1906.

Posse: 1970- Com 64 anos.

Falecimento: 12/07/1985.

2º Titular- Augusta Faro Fleury de Melo- Professora de Literatura e Linguística, Pedagoga, Escritora.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 04/11/1948.

Posse: 1986- Com 39 anos.

Cadeira nº 16:

Patrona e 1º Titular: Guiomar Grammont Machado - Farmacêutica, Escritora, Professora de Farmácia da Universidade Federal de Goiás. [manteve uma coluna semanal no jornal Cinco de Março].

Origem: Minas Gerais.

Educação: Fez seus estudos primários e secundários em Minas Gerais. Frequentou Colégios particulares como o Colégio Nossa Senhora das Dores em MG. Formou-se na Universidade Federal de Minas Gerais na Faculdade de Farmácia.

Temática das Obras: Romance, vida.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 11/10/1901.

Posse: 1970- Com 69 anos.

Falecimento: 23/10/1985.

2º Titular- Irmã Áurea Cordeiro Menezes- Historiadora, Mestre em História e Educação, Professora no Colégio Santa Clara, Teóloga, Secretária da Educação.

Origem: Minas Gerais.

Nascimento: 20/03/1931.

Posse: 1986- Com 55 anos.

Falecimento: 20/11/2017

3º Titular- Sandra Maria Fontoura-

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: ?

Cadeira nº 17:

Patrona e 1º Titular: Heloisa Barra Jardim - Pianista, Musicista.

Origem: Minas Gerais.

Educação: Nasceu em Uberaba, filha de Alaor Barra e Francisca Consentina Barra, após os estudos deslocou-se para Goiânia com seis anos de idade, formou-se em Piano pela UFG-Universidade Federal de Goiás e Canto pela UNB-Universidade Nacional Brasília, aperfeiçoando em técnica e estética da música de vanguarda.

Temática das Obras: Músicas sacras brasileiras e Canções Alemãs.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 08/07/1937.

Posse: 1970- Com 33 anos.

Cadeira nº 18:

Patrona e 1º Titular: Honorina Barra S. Silva- Cantora, Musicista.

Origem: Minas Gerais.

Educação: Formou-se em Canto pela Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Temática das Obras: música Francesa, música Alemã, música popular.

Casou-se com: Não Informado.

Nascimento: 08/07/1937.

Posse: 1970- Com 33 anos.

Cadeira nº 19:

Patrona e 1º Titular: Lena Castello Branco de Freitas- Historiadora, Professora Universitária, Escritora.

Origem: Parnaíba, Piauí.

Nascimento: 31/03/1931.

Educação: Filha Cyridião Ferreira da Silva e Maria Castello Branco Ferreira. Fez seus estudos iniciais em sua cidade natal. Na juventude veio para Goiás. Bacharelou-se em História e Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Doutora em História Social pela USP-Universidade de São Paulo em 1986.

Temática das Obras: História, Goiás, Medicina.

Casou-se com: Não-Informado.

Posse: 1970- Com 39 anos.

Cadeira nº 20:

Patrona e 1º Titular: Maria das Dores Ferreira de Aquino (Dorinha)- Pianista, Musicista.

Origem: Silvânia, Goiás.

Nascimento: 05/09/1932.

Educação: Filha do Desembargador Mario Costa Ferreira e Nair Augusta de Aquino. Estudou no colégio das Madres Agostinianas, em Morrinhos, Goiás. Em 1948, com 16 anos, terminou o Ginásio no Colégio Santo Agostinho. Formou-se em piano e Canto Orfeônico, pelo Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro, em 1954. Logo, em 1953, com 21 anos, foi aprovada em Concurso Público para Professora de Canto Orfeônico, da Escola Técnica Federal de Goiás.

Temática das Obras: Família, Aspectos musicais de Villa Lobos.

Casou-se com: Gentil Wanderley de Aquino [Médico].

Posse: 1970- Com 38 anos.

Falecimento: 05/04/1990.

2º Titular- Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues- Cantora, Musicista, Pesquisadora.

Origem: Goiânia, Capital.

Nascimento: 02/07/1939.

Posse: 1990- 51 anos.

Cadeira 21º:

Patrona e 1º Titular: Maria do Rosário Fleury- Rosarita Fleury. [Idealizadora e Fundadora da Academia Feminina de Goiás em 1969]. [Presidiu de 1969 a 1993]. [Primeira romancista goiana a receber um prêmio pela Academia Brasileira de Letras, em 1959].

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 27/10/1913.

Educação: Filha de Heitor Moraes Fleury [primeiro Juiz de Direito de Goiânia- Desembargador] e Josephina Caiado Fleury. Estudou no colégio Santana de Goiás, no curso de normalista. Em 1936 mudou-se para nova capital Goiânia. Deu continuidade dos estudos no Colégio Santa Clara de Campinas (Goiânia). Formou-se em secretariado, Letras e extensão em História e música.

Temática das Obras: Cidade de Goiás, Vida doméstica, cotidiano, Goiânia, mulheres e a cultura em Goiás.

Casou-se com: Jerônimo Augusto Curado Fleury. [Engenheiro].

Posse: 1970- Com 56 anos.

Falecimento: 14/03/1993.

2º Titular: Maria Elizabeth Fleury Teixeira. - Pedagoga, Filósofa, Psicóloga Educacional. [Filha de Rosarita Fleury].

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: ? / ? / 1945.

Posse: 1994- Com 49 anos.

Cadeira nº 22:

Patrona e 1º Titular: Maria Guilhermina Gonçalves Fernandes- Artista Plástica, Pintora, Cronista.

Origem: Minas Gerais.

Nascimento: 10/02/1932.

Educação: Mudou-se com a Família para Goiânia, em 1938, quando tinha 06 anos de idade. Em 1959, com 27 anos, formou-se pela Escola Goiana de Belas Artes (EGBA). Na Universidade Católica de Goiás realizou estudos com professores Alemães. Com 30 anos de idade, em 1962, fundou junto com outros, o Instituto de Belas Artes da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Escultura (1988) pela Universidade de Paris. Doutorado (1998) pela Universidade de Sorbone, na França.

Temática das Obras: Natureza, mulheres, Cultura Oriental, Cultura Sul-americana.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 38 anos.

Falecimento: 28/03/2001.

2º Titular: Sônia Cury Liñares – Professora, Pintora.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 26/11/1942.

Posse: 2001- Com 59 anos.

Cadeira nº 23:

Patrona e 1º Titular: Maria Ivone Corrêa Dias - Professora, Conferencista, Ensaísta, Oradora, Educadora.

Origem: Unaí, Minas Gerais.

Nascimento: 16/05/1927.

Educação: Após os primeiros estudos realizados no Colégio São Domingos, de Araxá, transferiu-se para São Paulo, matriculando-se na Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae". Na PUC, licenciou-se em Letras. Em 1952, com 25 anos, especializou-se em Literatura Brasileira. Freira em Uberaba, durante muitos anos, tendo lecionado português, latim e grego na Faculdade São Tomás de Aquino. Mudou-se para Anápolis, onde foi professora de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão.

Temática das Obras: Não Informado.

Casou-se com: Acari dos Santos Dias. [Professor].

Posse: 1970- Com 43 anos.

Falecimento: ? / ? / 2001.

2º Titular: Ângela Jungmann. – Advogada, Escritora, Ensaísta, Poetisa.

Origem: Inhumas, Goiás.

Nascimento: 12/05/1940.

Posse: 2001- Com 56 anos.

Cadeira nº 24:

Patrona e 1º Titular: Maria Lucy Veiga Teixeira – Professora, Regente, Musicista, Ensaísta, Compositora.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 26/05/1926.

Educação: Filha de Júlio Alencastro Veiga, e Deocleciana de Sousa Veiga. Formou-se em Piano, pela Universidade de Música de São Paulo. Estudou Canto Orfeônico no Rio de Janeiro. Em 1966, com 40 anos, foi aluna do Maestro Isaac Karabtchewsky, no curso de Regência Coral. Fundou o Conservatório de Música da Universidade Federal de Goiás, foi Regente do Coral da Universidade. Membro da União Brasileira de Escritores de Goiás, da Academia Nacional de Música.

Temática das Obras: Música.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 44 anos.

Cadeira nº 25:

Patrona e 1º Titular: Maria Ludovico de Almeida e Silva - Professora, Musicista, Pianista.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 26/05/1926.

Educação: Filha de Salvador Ludovico e Rita de Cassi. Formou-se em Piano, pela Universidade de Música de São Paulo. Estudou Canto Orfeônico no Rio de Janeiro. Em 1966, com 40 anos, foi aluna do Maestro Isaac Karabtchewsky, no curso de Regência Coral. Fundou o Conservatório de Música da Universidade Federal de Goiás, foi Regente do Coral da Universidade.

Temática das Obras: Musica. Teoria Musical.

Casou-se com: José Ferreira Silva.

Posse: 1970- Com 36 anos.

Cadeira nº 26:

Patrona e 1º Titular: Maria Luiza Povia Cruz [Tânia Cruz]- Musicista.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 16/06/1930.

Educação: Filha de Domingos Francisco Povia e Benedita Leal Povia, após os estudos primários em sua terra natal, deslocou-se para outros centros onde também estudou. Estudou no Instituto Musical Santa Marcelina de São Paulo. Formou-se em Canto em Goiânia. Especializou-se em Iniciação Musical, Interpretação de Técnica Pianista e Análise Harmônica no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Música da antiga Universidade do Brasil. Fez Educação Musical em Brasília.

Temática das Obras: Teoria Musical.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 40 anos.

Cadeira nº 27:

Patrona e 1º Titular: Mariana Augusta Fleury Curado [Nita Fleury] - Escritora, Professora.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 02/11/1897.

Educação: Filha de Sebastião Fleury Curado e Augusta de Faro Fleury Curado [Patrona da Academia, escritora do século XIX] [Irmã de Maria de Paula Fleury de Godoy, 2º Titular da Cadeira nº37]. Formou-se no Colégio

Nossa Senhora do Amparo, em Niterói. Estudou música com Nhanhá do Couto [Maria Angélica da Costa Brandão].

Temática das Obras: Biografias, Goiás.

Casou-se com: Agnelo Arlinton Fleury Curado.

Posse: 1970- Com 74 anos.

Falecimento: 12/12/1986.

2º Titular: - Esther Barbosa Oriente. - Educadora e Escritora.

Origem: Minas Gerais, Pequi.

Nascimento: 31/07/1920.

Posse: 1988- Com 68 anos.

Falecimento: 17/03/2013.

3º Titular- Consuelo Quireze Rosa. -

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: ?

Cadeira nº 28:

Patrona e 1º Titular: Ana Maria Taveira Miguel- Escritora, Colunista, Professora de Letras.

Origem: Bela Vista de Goiás.

Nascimento: 07/11/1945.

Educação: Estudou no Colégio de Santa Clara, em Campinas, onde descobriu seu dom artístico. Em 1962 diplomou-se Normalista. Compartilha com Eurídice Natal e Silva sarau e muitas poesias. Formou-se em Letras pela Universidade Federal Goiás.

Temática das Obras: Mulheres, maternidade, Goiás.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 25 anos.

Cadeira nº 29:

Patrona e 1º Titular: Mirza Perotto. – Musicista, Professora Universitária.

Origem: Formosa, Goiás.

Nascimento: 29/06/1929.

Educação: Filha de Moisés Perotto e Ondina Lobo Perotto. Graduiu-se em Piano pelo Conservatório de Música da UFG, fez Pós-Graduação em Técnica Estética de Música de Vanguarda e Música Brasileira para Piano na UnB- Universidade de Brasília.

Temática das Obras: Teoria Musical.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 41 anos.

Falecimento: 16/05/2015.

2º Titular: Raquel Figueiredo Al. Teixeira. -

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: 2016.

Cadeira nº 30:

Patrona e 1º Titular: Nair Perilo Richter. - Escritora, Poetisa, Produtora Cultural, Jornalista, Professora.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 27/09/1915.

Educação: Filha do Desembargador Antônio Perillo [Descendência Italiana] E Maria Augusta de Carvalho

Perillo. Ao transferir o Tribunal de Justiça de Goiás para Goiânia, mudou-se para a nova capital, seguindo seu pai. Fez seus estudos iniciais na Cidade de Goiás, no Colégio Santana, formando-se normalista.

Temática das Obras: Goiás, cotidiano, natureza, amizade, festas natalinas.

Casou-se com: Zdenek Richter [Engenheiro, de origem Tcheca].

Posse: 1970- Com 55 anos.

Falecimento: 18/02/2000.

2º Titular: Heloisa Helena Campos Borges. - Professora Universitária de língua Francesa, Mestre em Letras e Linguística. [Presidenta da AFLAG de 2007 a 2013].

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 20/06/1948.

Posse: 2000- Com 52 anos.

Cadeira nº 31:

Patrona e 1º Titular: Nelly Alves de Almeida. – [Co-fundadora da AFLAG, em 1969]. [Faz parte da Academia Goiana de Letras, na Cadeira nº 14, eleita em 1977].

Origem: Jaraguá, Goiás.

Nascimento: 01/10/1916.

Educação: Filha de Alexandre Alves da Costa e de Joana de Bastos Costa. Iniciou seus estudos na cidade de Itaberaí e os cursos ginásial e normal no Colégio Santana, na Cidade de Goiás. Bacharelou-se em Línguas Neolatinas pela Universidade Católica de Goiás. Lecionou na Escola Complementar de Itaberaí e na antiga capital de Goiás no grupo Escolar Rocha Lima e na Escola Normal Constâncio Gomes de Oliveira. Em Goiânia, lecionou no Colégio Santo Agostinho e no Instituto de Educação de Goiás – IEG como professora de português.

Temática das Obras: Escritores Goianos, Biografias, Estudos Regionalistas e Linguísticos.

Casou-se com: Humberto Ludovico de Almeida.

Posse: 1970- Com 54 anos.

Falecimento: 05/12/ 1999.

2º Titular- Nancy Ribeiro de Araújo e Silva. - Advogada, Professora Universitária, Pedagoga, Historiadora.

Origem: Goiânia, Bela Vista.

Nascimento: 13/01/1936.

Posse: 2000- Com 64 anos.

Cadeira nº 32:

Patrona e 1º Titular: Neusa Rodrigues de Moraes. – Artista Plástica, Professora, Pedagoga.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: ? / ? / 1932.

Educação: Após os estudos primários em sua terra natal, deslocou-se para outros centros, onde também estudou. Foi aluna do Colégio Santa Clara e do Instituto de Educação de Goiás. Bacharelou-se em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes de São Paulo.

Temática das Obras: Goiás, vida cotidiana, miscigenação.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 38 anos.

Falecimento: 28/02/2004.

2º Titular- Alessandra Teles. - Pintora, Artista Plástica.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 20/11/1967.

Posse: 2004- Com 37 anos.

Cadeira nº 33:

Patrona e 1º Titular: Nice Monteiro Daher. - Professora primária, Escritora, Jornalista.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 15/11/1915.

Educação: Filha de Octávio Monteiro Guimarães e Argentina Remígio. Nasceu em uma família de jornalistas, dos quais se destacam Benedito Monteiro Guimarães, Gercina Monteiro, Floracy Artiaga. Estudou no colégio Santana, e fez o curso de normalista, lecionando posteriormente no Lyceu de Goiás, ainda na Cidade de Goiás como capital. Mudou-se para Goiânia, onde colaborou com o jornal *O popular*. Membro pioneiro da Associação Goiana de Imprensa, iniciando sua vida de jornalista muito cedo.

Temática das Obras: Cidade de Goiás, família, amigos.

Casou-se com: Sahid Miguel Daher.

Posse: 1970- Com 55 anos.

Falecimento: 12/02/2011.

2º Titular- Mari Baiocchi. -

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: 2011.

Cadeira nº 34:

Patrona e 1º Titular: Norma Baiocchi Medeiros. - Atriz, Escritora.

Origem: Ipameri, Goiás.

Nascimento: 11/06/1924.

Educação: Filha de Domingos Baiocchi e Maria Baiocchi, fez curso de Teatro em São Paulo. Mudou-se para Goiânia em 1952, com 28 anos de idade. Apresentou programas de rádio e fez rádio teatro nas Rádios Brasil-Central, Anhanguera e Rádio Clube de Goiânia. Pioneira em Goiás no ramo de Radionovela, se tornando famosa nacionalmente por este fato.

Temática das Obras: Teatro, cotidiano.

Casou-se com: Sílvio Medeiros [Locutor e apresentador de rádio na época].

Posse: 1970- Com 46 anos.

Falecimento: 25/11/2011.

2º Titular: Maria do Rosário Cassimiro. [Primeira mulher a presidir a Academia Goiana de Letras de 1995 a 1999].

Origem: ?

Nascimento: ?

Posse: 2011.

Cadeira nº 35:

Patrona e 1º Titular: Regina Lacerda. - Artista Plástica, Escritora, Folclorista, Professora primária.

Origem: Cidade de Goiás. [Primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Goiana de Letras, sendo esta a Cadeira nº 16, eleita em 1973].

Nascimento: 25/06/1919.

Educação: Filha de Umbelino Galvão e Zenóbia Santa Cruz Camargo Lacerda. Fez seus estudos primários, passando pela escola Municipal, pelo Grupo Escolar Modelo e pela Escola Complementar. Novos horizontes se abrem ao mudar-se para capital Goiânia em 1949. Passou a frequentar o *Bazar Óio*, ponto de intelectuais como, a exemplo, Bernardo Elis. Graduiu-se em Belas Artes, fazendo cursos de orientação educacional, didática e desenho. Foi membro da Comissão do Folclore Goiano, em 1978, promovendo o Estado turisticamente.

Temática das Obras: Folclore, costumes regionais.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 49 anos.

Falecimento: 14/12/1993.

2º Titular- Maria Narcisa de Abreu Cordeiro. - Arquiteta Urbanística, Botânica Paisagista, Artista Plástica, Poetisa, Escritora.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 19/08/1946.

Posse: 1994- Com 48 anos.

Cadeira nº 36:

Patrona e 1º Titular: Silvia Lourdes do Nascimento Rodrigues. - Poetisa, Advogada, Contadora, Secretária.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 20/04/1929.

Educação: Filha de Affonso Franklin e Maria Djanira. Formou-se Normalista na Cidade de Goiás. Em Goiânia, ainda jovem, fez o curso de contabilidade e mais tarde, bacharelou-se em Direito, sendo inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil e no Conselho Regional de Contabilidade. Dedicou-se à música, participando da ordem dos músicos do Brasil. Começou a escrever aos 14 anos de idade, e aos 18 anos, publicava alguns livros.

Temática das Obras: Mulher, política, cultura, economia.

Casou-se com: José Lopes Rodrigues [Escritor]

Posse: 1970- Com 41 anos.

Falecimento: 16/09/1999.

2º Titular: Denise Lopes Rodrigues. - Cronista, Tradutora, Musicista.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 13/12/1951.

Posse: 2000- Com 49 anos.

Cadeira nº 37:

Patrona e 1º Titular: Telezila N. Blumenschein. – Professora, Historiadora, Pedagoga.

Origem: Catalão, Goiás.

Nascimento: 09/11/1907.

Educação: Filha de Benjamim Netto Carneiro e Maria Benvinda Netto. Fez seus estudos complementares no Colégio de Nossa Senhora Mãe de Deus, em Catalão, sob a direção das madres Agostinianas. Formou-se em 1927 apenas 05 Normalistas, inclusive ela. Em parceria com a renomada escritora Floraci Artigaia Mendes, fundou, dirigiu e redigiu o jornalzinho humorístico “o mosquito”, em 1920, com auxílio de Itamar Netto. No colégio Nossa Senhora Mãe de Deus lecionou por vários anos, sendo autora do hino do mesmo. Ali lecionava português, pedagogia, didática e história da civilização.

Temática das Obras: História da Civilização, pedagogia, natureza, vida cotidiana.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 63 anos.

Falecimento: 05/12/1979.

2º Titular- Maria Paula Fleury Godoy. - Escritora, Poetisa, Educadora. [Foi redatora do jornal *O Lar* de Goiás 1926-1932].

Origem: Rio de Janeiro- Mudou-se para Goiás com 02 anos de idade.

Nascimento: 17/09/1894.

Posse: 1979- Com 85 anos.

Falecimento: 12/07/1982.

3º Titular- Vanda Pinheiro. - Artista Plástica.

Origem: Itaberaí, Goiás.

Nascimento: 23/01/1930.

Posse: 1983- Com 53 anos. [Tornou-se Acadêmica Remida pela falta de presença nas reuniões em 2001].

Falecimento: 28/03/2014.

4º Titular- Elciene Spenciere de Oliveira. – Pianista, Musicista. [Irmã de Custódia Annunziata Spenciere de

Oliveira, que ocupa a Cadeira nº 06 da AFLAG].

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: ?

Posse: 2001- Com 51 anos.

Cadeira nº 38:

Patrona e 1º Titular: Violeta Bitars Carrara. - Professora de Artes Visuais, Pedagoga, Artista plástica.

Origem: Minas Gerais, Conceição.

Nascimento: 31/06/1928.

Educação: Em 1953 com 25 anos fez o curso de Filosofia no instituto Mackenzie de São Paulo. Com 29 anos em 1957 formou-se em Pintura na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. Retoma para Goiânia e se torna professora Titular de Desenho, Pintura, Arte e Composição na Universidade Federal de Goiás.

Temática das Obras: Artes, Teoria, Pintura e perspectiva.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 36 anos. [Passou para o quadro de Sócia Remida em 2001].

Falecimento: ? / ? / 2001.

2º Titular- Dalva Albenaz do Nascimento. - Pianista, Professora, Musicista.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 17/03/1940.

Posse: 2001- Com 61 anos.

Cadeira nº 39:

Patrona e 1º Titular: Luiza Camargo Ferreira. - Escritora, Poetisa, Funcionária Pública.

Origem: Cidade de Goiás.

Nascimento: 30/02/1914.

Educação: No Colégio Santana formou-se Normalista. Fez curso Técnico e tornou-se professora. Em 1954 é funcionária pública. Luiza sempre teve em suas mãos um caderno para proferir citações e escritos, homenageava as irmãs Dominicanas visitantes ao Estado. Escreveu até seu falecimento em algumas colunas no jornal *O popular*.

Temática das Obras: Cotidiano, mulheres, natureza, cultura goiana.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1970- Com 56 anos.

Falecimento: 14/11/2004.

2º Titular- Danielle Gouthier. - Artista Plástica.

Origem: Goiânia, Goiás.

Nascimento: 01/05/1965.

Posse: 2006- Com 41 anos.

Cadeira nº 40:

Patrona e 1º Titular: Zilda Diniz Fontes. - Professora de Português, Musicista, Teatróloga.

Origem: Morrinhos, Goiás.

Nascimento: 25/04/1920.

Educação: Filha de José Mendes Diniz e Laudomila dos Reis Diniz. Fez seus estudos iniciais no Grupo Escolas Pedro Nunes. Terminou os estudos no Colégio Santa Clara, em Goiânia. Lecionou português no Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes e no Colégio Estadual Xavier de Almeida, além da Literatura, sendo administradora da Festa de Arte de Morrinhos, junto com sua irmã Nilza Diniz Fontes. Escritora no jornal "Liberal" de Morrinhos-Go. Presidenta da Sociedade Dramática e Literária de Morrinhos.

Temática das Obras:

Casou-se com: Goiás, Tempo e natureza, Didática.

Posse: 1970- Com 51 anos.
Falecimento: 06/01/1984.

2º Titular- Nilza Diniz Silva. - Escritora, Professora primária, Pedagoga. [Irmã da patrona Zilda Diniz Fontes].
Origem: Morrinhos, Goiás.
Nascimento: 26/05/1925.
Posse: 1984- Com 59 anos.

Cadeiras Adicionadas em 1999 por decisão da diretoria, devido aos anos de colaboração e merecimento das escritoras e como sócias correspondentes desde 1985. Estas Cadeiras não possuirão titulares, após o falecimento das respectivas ocupantes, fazendo com que a AFLAG retorne ao quadro original de 40 Cadeiras.

Cadeira nº 41:

Patrona e 1º Titular: Elza Nobre Caetano da Costa. - Professora, Escritora.

Origem: Minas Gerais, Serrania.

Nascimento: 27/07/1921.

Educação: Filha de José Ferreira e Ana Rita de Almeida Nobre. Fez seus estudos primários em Minas Gerais, e os estudos secundários no Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Alfenas, formando-se Normalista.

Temática das Obras: Natureza, Goiás, vida, poesias diversas.

Casou-se com: Marcelo Caetano [Desembargador].

Posse: 1999- Com 78 anos.

Falecimento: 10/04/2016.

Cadeira nº 42:

Patrona e 1º Titular: Jacira Brandão Veiga Jardim. - Professora, Escritora.

Origem: São João Del-Rei, Minas Gerais.

Nascimento: 15/03/1918.

Educação: Formou-se na Escola Normal Oficial de Goiás, como Normalista. Coursou o Magistério tornando-se professora primária.

Temática das Obras: Goiás, Vila Boa, literatura, valores.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1999- Com 81 anos.

Cadeira nº 43:

Patrona e 1º Titular: Leda Xavier Almeida. - Cientista Social.

Origem: Rio de Janeiro.

Nascimento: 02/02/1927.

Educação: Filha de Carlos Lins e Amélia Xavier de Almeida. Realizou seus estudos primários no Rio de Janeiro. Em Goiás, ainda jovem, cursou o Grupo Escolar Modelo.

Temática das Obras: Vida, cotidiano, Goiás.

Casou-se com: Não Informado.

Posse: 1999- Com 72 anos.

Cadeira nº 44:

Patrona e 1º Titular: Judite Furtado Miranda. - Escritora.

Origem: Piauí, Barras do Maratona.

Nascimento: 16/08/1922.

Educação: Filha de Constâncio de Sá Furtado e Olívia de Castro Furtado. Fez seus estudos primários na cidade natal. Mudando-se para Goiás, em 1959, com 27 anos, forma-se pelo Curso da Universidade Aberta à Terceira Idade, participando de oficinas literárias.

Temática das Obras: Memórias, vida, cotidiano, família, nostalgia.

Casou-se com: Nilson Miranda.

Posse: 1999- Com 69 anos.

Cadeira nº 45:

Patrona e 1º Titular: Célia Siqueira Arantes. - Professora, Escritora, Contabilista. [Ocupa a cadeira nº 07 da Academia Anapolina de Letras, sendo uma de suas fundadoras].

Origem: Goiás, Buriti Alegre.

Nascimento: 08/12/1928.

Educação: Filha de Galdino de Paula e Emerenciana de Vasconcelos Siqueira. Fez seus estudos primários em Buriti Alegre. Mudou-se para Goiânia, ainda jovem, estudou no Colégio Santa Clara [Campinas] e no Colégio Santo Agostinho. Formou-se em Magistério. Mudou-se para Anápolis, onde exerceu a profissão, dedicando-se por vezes, ao artesanato e literatura.

Temática das Obras: Memórias, vida e cotidiano.

Casou-se com: Alex Batista Arantes.

Posse: 1999- Com 71 anos.

Falecimento: 25/09/2012.

Ao todo 84 mulheres, contando patronas (primeiras ocupantes) e titulares. Atualizado até 2019.

Fontes:

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Bibliográfico de Membros da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

Anuário - AFLAG. Goiânia. 1970.

Anuário - AFLAG. Goiânia. 1971-1972.

[Acervo da AFLAG - Quadro Acadêmico.].

Disponível em: <https://www.aflag.com.br/academicas>. Acesso: Jan/Fev 2019.

ANEXO C – Mulheres na Academia Goiana de Letras, 1973 - 2019

(Por ordem de admissão)

NOME	CADEIRA	ANO
Patrona: Eurídice Natal e Silva. [Única mulher Patrona].	Patrona da Cadeira de número 31. [Falecida]	Foi homenageada como Patrona em 1970, ano de seu falecimento e ano em que a (AGL) acrescentou novas cadeiras, passando de 25 para 30 e logo depois o número de 40.
1º mulher: Regina Lacerda	Número 16 3º Titular [Falecida]	Data da Posse: 29/07/1973.
2º mulher: Nelly Alves de Almeida	Numero 14 2º Titular [Falecida]	Data da Posse: 02/09/1977.
3º mulher: Rosarita Fleury	Número 31 1º Titular [Falecida]	Data da Posse: 26/04/1979.
4º mulher: Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cora Coralina).	Número 38 1º Titular [Falecida]	Data da Posse: 06/12/1984.
5º mulher: Maria do Rosário Cassimiro [Primeira Presidenta mulher da Academia Goiana Letras, exercendo mandato de 1995-1999].	Número 38 2º Titular [Atual Ocupante]	Data da Posse: 20/12/1985.
6º mulher: Lygia de Moura Rassi	Número 16 4º Titular [Falecida]	Data da Posse: 12/08/1993.
7º mulher:	Número 31	Data da Posse: 14/10/1993.

Belkiss Spenzière Carneiro de Mendonça.	2º Titular [Falecida]	
8º mulher: Moema de Castro e Silva Olival	Número 04 2º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 19/12/1996.
9º mulher: Augusta Faro Fleury de Melo	Número 26 2º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 12/03/1998.
10º mulher: Lêda Selma de Alencar [Segunda Presidenta mulher da Academia Goiana de Letras, exercendo mandado de 2016-2019].	Numero 14 3º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 21/09/2000.
11º mulher: Ana Braga Gontijo	Número 31 3º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 26/10/2006.
12º mulher: Maria Augusta de Sant'Ana Moraes	Número 34 4º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 16/08/2007.
13º mulher: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas	Número 30 2º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 31/03/2016.
14º mulher: Maria de Fátima Gonçalves Lima	Número 05 3º Titular [Atual ocupante]	Data da Posse: 20/09/2018

ANEXO D – Hino Oficial da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás

Letra: Silva Lourdes do Nascimento Rodrigues (Cadeira nº 36)

Música: Maria Lucy Veiga Teixeira (Cadeira nº 24)

AS MULHERES DE AZUL

I

Em Goiás, terra plena de ventura.
E de grandezas, terra peregrina,
Dos perenes anseios da cultura.
Surgiu a Academia Feminina.

Floresce com lavor original,
Memória do teatro e da escultura,
Da música, em sentido universal,
Artes plásticas e literatura.

II

A passos largos, afanosamente,
Prossegue com vigor do coração,
Abrindo estradas, orgulhosamente,
Deixando fundas marcas pelo chão.

Sucessão das ideias progressivas,
Em outras eras, vozes de outra idade,
Repetem-se veemente, redivivas,
Nos mistérios da imortalidade.

APÊNDICE A - Entrevistas

Entrevista Concedida em: 04/07/2019.

Entrevistada: Lena Castello Branco de Freitas.

Escritora.

Patrona e Fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás em 1969.

Cadeira nº: 19.

Eurídice Natal e Silva, ao presidir a Academia de Letras de Goiás, em 1903, tornou-se a primeira mulher a fazer parte de um ambiente acadêmico como este, sendo uma importante iniciativa feminina. Fale acerca da importância desta iniciativa e como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nas Academias de Letras pelo Brasil até a década de 1970?

Lena: É, Sobre Eurídice Natal e Silva ela é conhecida como sendo a primeira mulher, que em Goiás presidiu uma academia, e ela foi realmente foi uma personalidade muito interessante, ela provinha de uma família tradicional, e teve uma educação acima da média para as mulheres de seu tempo, e pelo que eu sei, pelo contato que eu tenho com descendentes dela foi uma mulher muito dinâmica e a frente de seu tempo. Na verdade a criação da academia de letras por Eurídice deu-se dentro de uma... um contexto político, de um lado estavam os Bulhões, do outro lado estavam os Caiado, e ainda haviam outras questões pelo meio... o certo é que, ela se impôs e se impôs ao respeito de seu tempo, criando essa academia, sendo ela a única mulher entre 12 acadêmicos que havia e a academia não prosperou no tempo, né, teve uma duração efêmera, mas ficou como um marco da presença feminina na história da cultura em Goiás. [...] Como é a outra parte da pergunta?

Como à senhora encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nas Academias de Letras pelo Brasil até a década de 1970?

Lena: Isso era uma reverberação daquilo que acontecia na França, sobretudo, e nas academias de letras e Geral, pelo mundo a fora, é um reflexo também da mentalidade da época quando as mulheres eram vistas, sobretudo no ponto de vista da sua função reprodutora, na sua função doméstica, de mãe e esposa, e não como pessoas que pensavam, e que cultivavam a

inteligência, enfim [...] são personagem que eu não diria de uma segunda categoria, mas de uma categoria à parte, em que na sociedade predominavam os homens e as mulheres era reservado o recesso do lar, e com isso toda uma carga de obrigações e trabalho que não inclui a... a cultura e o desmembramento do espírito, no entanto, a despeito disso nessa mesma sociedade e em sociedades até menos evoluídas do que o Brasil, no início do século XX, o papel da mulher e... como transmissora da cultura é único, porque as primeiras palavras, as primeiras orações, as primeiras noções de moral de ética, de relacionamento familiar são incutidos pela mãe [...] ela é sobretudo uma grande transmissora da cultura e a gente observa isso em praticamente todas as culturas, sejam elas ocidentais ou orientais é as academias, a academia francesa que serviu de parâmetro de criação das demais academias não incluía mulheres a despeito de a França ter vultos feminino importantes da literatura como aconteceu Georg Sand, que precisou é... adotar o pseudônimo masculino para ser aceita na sociedade, e no Brasil acontecia isso e da mesma forma aconteceu em Goiás, aí é muito interessante observar que a despeito disso, a Academia Goiana de Letras antecipou-se à Academia Brasileira de Letras em receber uma primeira mulher como Acadêmica, e isso aconteceu alguns anos antes, não me lembro exatamente quanto tempo [...] Foi Regina Lacerda, exatamente, e eu fui amiga da Regina, nós frequentávamos a casa uma da outra, e eu queria muito bem à ela, e ela pertenceu a Academia Feminina e depois, a Academia Goiana de Letras, autodidata, uma pessoa inteligentíssima, muito espirituosa, muito alegre, muito comunicativa, e [...] e [...] eu a tinha como uma grande amiga, admiro a obra dela, foi pioneira nesse setor, aqui em Goiás, e ela não tem propriamente alguém que tenha dado continuidade de dentro da linha que ela escrevia, essas pesquisas arco folcloristas, antropólogas, não é, mas na obra da Regina você sente uma identificação muito grande entre ela e as manifestações populares que ela registra nessas obras.

Como foi receber a ideia e proposta de Rosarita Fleury em criar/fazer parte de uma Academia Feminina de Letras?

Lena: Bem, realmente foi a Rosarita que me convidou para ingressar na Academia, ela, Ana Braga e Nelly Alves de Almeida, né, três fundadoras, mas as três foi Rosarita que propôs o meu nome, esteve na minha casa me convidou e eu fiquei um pouco surpresa porque eu já tinha notícia de que havia um movimento nesse sentido né, liderado pelas três, mas eu era na época, sobretudo professora, administradora, universitária, e isso me dava pouco tempo para

escrever né, então a minha obra como escritora, por dizer assim, é um pouco tardia, porque é, envolvida que estive com aula e administração universitária, depois fui diretora geral do INEP em Brasília, trabalhei no Ministério da Cultura, no projeto Alcântara, no Maranhão, durante seis anos, isso tudo não e dava tempo para escrever, não na dimensão e profundidade que queria, enfim, elas me convidaram para ingressar na Academia e eu vi com muita simpatia, por que também achava errado, isso de as mulheres não poderem ser reconhecidas como escritoras e ter ingresso na Academia Brasileira de Letras e na Academia Goiana de Letras, é [...] interessante também observar que, em 1969 a despeito do que se fala muito sobre os rigores e horrores da Ditadura, havia uma é efervescência cultural muito grande, e... isso trouxe como um de seus frutos, em Goiânia, a criação da Academia Feminina [...] agora é interessante também, eu acho, ressaltar é a ligação que eu tinha com essas três escritoras, né, como pessoas, a Ana Braga foi minha contemporânea, na faculdade de filosofia, ciências e letras da PUC, primeira faculdade de filosofia do centro oeste, né, Ana Braga já era casada, tinha filhos, e eu era solteira, tinha 18 anos, 19 anos quando ingressei na faculdade, e eu via Ana Braga assim, com admiração, pelo dinamismo dela, pela, é... capacidade que ela tinha de conciliar uma vida que era de política de cultura e de mãe em família, e, é, nós nos conhecemos, portanto desde muitos anos, né, Nelly também foi minha contemporânea, sendo que Nelly fazia o curso de Letras e eu fazia o curso, que naquela época era de Geografia e História, e [...] Rosarita eu a conheci sobretudo pelo livro dela, que havia sido editado é, Elos da Mesma Corrente, um livro muito bom, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras e eu escrevi uma crônica no jornal, comentando o livro, e é ressaltando os aspectos positivos dele que são muitos, né, daí nós nos aproximamos, além do que eu era muito amiga da irmã mais nova dela, a Gaby, nós éramos quase vizinhas ali na rua 8 [...] então já havia um relacionamento né, prévio entre nós, quando foi feito o convite para eu ingressar na Academia, aceitei entrar, achei muito bom e [...] em 1969 no dia 09 de novembro se deu a fundação e eu estava lá firme e forte! ((risos)).

Quais foram as principais dificuldades sentidas nos primeiros anos da Academia Feminina de Goiás (AFLAG)?

Lena: Eu [...] não poderia falar muito de dificuldades, porque na verdade não senti... essas dificuldades, a não ser do ponto de vista material, porque no ponto de vista de aceitação pública houve uma aceitação muito grande, é interessante a gente observa que, não sei se você

teria uma pergunta depois a respeito disso [...] que a Academia Feminina de certa forma congrega boa parte da intelectualidade que veio da cidade de Goiás para Goiânia [...] as famílias antigas, mais tradicionais estão ali representadas [...] e se tornou como que um centro de recuperação e revitalização de uma cultura que se desenvolveu na cidade de Goiás e que se transplantou para Goiânia, e foi fortalecida, vamos dizer assim, pela criação da Academia Feminina [...] é agora do ponto de vista material a Academia não dispunha de sede e não tinha como até hoje não tem verbas asseguradas para a sua manutenção, e aí a gente vê que é uma situação que se... prorroga indefinidamente, essa de é [...] os políticos, administração pública, e de uma maneira geral vamos dizer a parte administrativa de um estado encara a cultura como algo residual, né, e essas entidades recebem benesses, do poder público, não há uma legislação específica de verbas para a manutenção delas, e é sempre alguma coisa que resulta da magnanimidade de um governador ou de um secretário de cultura, quando há ou de um secretário de educação e cultura, ou então de outras, e essas dificuldades se prorrogaram por alguns anos... Melhorou muito depois que foi concedida uma sede para a Academia o governo do Marconi Perilo, não é uma transferência de propriedade, mas uma concessão, por tempo bastante longo o que deu possibilidade da Academia se instalar de forma definitiva, na época em que era presidente, era a Augusta Faro Fleury de Melo [...] hoje a sede da academia é muito bonita, bem cuidada, mas as dificuldades de manutenção da Academia foi mais [...]

E como mulher, a recepção de uma Academia Feminina?

Lena: Eu sempre senti que a Academia é muito prestigiada, sabe as pessoas raramente fazem ressalvas, sobretudo depois que foi permitida a entrada de mulheres na academia, digamos assim, masculina ((risos)), que seria a academia goiana de letras, então se espera muito porque de uma academia feminina se já se pode ingressar, mas do meu ponto de vista se justifica sim a existência da academia até porque a academia é de letras e artes em geral então inclui não só a área de letras e literatura como música artes plásticas, teatro, e [...] o ambiente das academias é muito diferente, na academia feminina há um ambiente, vamos dizer mais é [...] de, de, maior cumplicidade, entre os membros de maior aproximação, e de maior alegria também, sabe, são mulheres que se encontram que tem interesses comuns, as vezes até esses interesses são divergentes, né, mas a uma convivência muito assim, de companheiras, de pessoas que se estimam e se admiram umas as outras, é um clima muito bom que existe dentro da academia, na academia goiana de letras esse clima também existe, mas de uma

forma mais, digamos, solene [...] uma forma mais é, formal, do que na academia [feminina] então é [...] do ponto de vista de aceitação eu não vejo preconceito, pelo contrário, acho que a sociedade prestigia bastante, né, mas eu imagino que a academia podia se aproximar mais da sociedade, de certo, ou seja, aproximar mais de escolas, talvez, mas isso ainda hoje nós estávamos discutindo e parece que está na agenda da nova diretoria.

Qual a importância atribuída por você à fundação de uma Academia totalmente de mulheres voltada para as letras e artes?

Lena: A importância da academia feminina a meu ver esta exatamente em aproximar as diversas áreas da cultura e permitir uma convivência muito fraterna, muito informal, vamos dizer assim [...] mas ao mesmo tempo muito formalizada, como você ressaltou, do ponto de vista de registros, de memória da academia é, eu tenho na memória a lembrança de lançamentos de muitos livros, tipo, de autora da academia e também de saraus muito bem organizados muito alegres e enfim um centro não só de preservação e de incentivo da literatura e das artes, mas como também de convivência entre aqueles praticam essas artes [...] é muito interessante a gente observar que algumas outras academias femininas existem no Brasil, mas nenhuma com a longevidade e acredito com a dinâmica que existe na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, nós tivemos aqui por exemplo a visita da academia Nélida Piñon, é, durante a presidência da Heloísa Helena Borges, e nós conversamos sobre isso, a Nélida ficou realmente muito bem impressionada com o ambiente e com os interesses e com a organização da academia, e temos recebido muitos visitantes que se expressão dessa forma, nós estamos agora preparando os festejos dos 50 anos da academia e só essa longevidade dela demonstra a importância dela para a sociedade né.

Com base em sua experiência, o que foi fundamental para você se tornar uma escritora/artista?

Lena: Realmente, para mim, porque eu não sou Goiana, eu nasci no Piauí, meu pai era engenheiro ferroviário e construiu estradas de ferro em vários pontos do país, quando eu tinha 10 anos de idade nós saímos de Parnaíba, minha cidade natal e meu pai foi é, trabalhar na estrada de ferro Teresa Cristina em Santa Catarina uma estrada de ferro estratégica na época da Guerra, porque dava escoamento, ainda hoje dá escoamento ao carvão e o carvão era o

combustível essencial na época, né, que era importado e com a guerra deixou de ser importado e precisou ser produzido pro Brasil e escoado por essa estrada de ferro, e ele foi lá pro interior de Santa Catarina e eu e minha irmã ficamos em [?] no Rio de Janeiro, enfim, eu estudei no Rio, e depois nós viemos para cá, ele construiu uma parte da estrada de ferro daqui a estação ferroviária foi ele que supervisionou fiscalizou a produção, enfim, eu vim pra Goiás quando eu tinha 18 anos, e chegando aqui eu fui estudar na faculdade comecei a conhecer moças da minha idade e tal, mas foi a academia que me deu oportunidade para realmente me aproximar das principais expressões literárias da época, como a própria Rosarita Fleury, a Ada Curado, a Cici, é [...] esqueci o nome dela, é da área de teatro, Cici Pinheiro, a irmã dela, que na época não era da academia, Floracy Pinheiro, e sobretudo o pessoal da área de música, que na época era, é, vamos dizer assim, liderado pela Belkiss, mas que contava também como conta até hoje com a FiFi Alencar, né, uma grande maestrina e, formou o coral da universidade, e a fifi está com 93 e 94 anos, e ainda é uma pianista excepcional e uma pessoa de um astral muito bom, e pra mim essa formação, essa convivência com esse grupo da academia feminina foi de excepcional importância para eu conhecer melhor a cultura de Goiás, e dar a ela a dimensão que ela tem, e o papel das mulheres na formação dessa cultura, na transmissão na valorização dela [...] a academia publica, como você sabe, uma revista [...] um anuário, onde estão às produções das acadêmicas e algumas, muitas delas também publicaram e publicam livros a pouco tempo por exemplo eu fiz um estudo sobre um livro da Armênia de Souza, sobre os primeiros tempos de Goiânia e é um depoimento fantástico, ela era da academia feminina, e a obra da Rosarita por sua vez tem um regimento literário mas histórico também de uma importância fundamental para se conhecer Goiás, não é, Regina Lacerda, Cora Coralina, é [...] são muitos os nomes, Nelly Alves de Almeida que foi pioneira na área da filologia, da crítica literária goiana, eu tive a oportunidade de conviver com todas elas e aprender muito com elas, na atualidade a academia esta muito bem instalada muito bem organizada e os planos são muitos a mim me impressiona muito essa capacidade que tem a academia estar sempre planejando coisas para serem feitas e com aproximação mais com a sociedade que já existe mas precisa ser cada vez mais ampliada mais, e, é, ela tem um papel importante na vida cultural de Goiás, e uma aceitação e um respeito que a gente sente impalpavelmente das autoridades e das classes que se dedicam a cultura, escritores, é, é, eu volto a dizer que é muito importante a gente ter a academia como uma espécie de reduto da cultura goiana mais tradicional e mais autêntica, é.

Quais foram as principais dificuldades sentidas por você e pelas mulheres que a senhora conheceu, no processo de se tornar escritora/artista em Goiás?

Lena: É, olha de uma maneira geral eu observo que as mulheres no início do século XX, até meados do século XX, as mulheres literatas era, sobretudo aquelas da elite, a sociedade de Goiás que tiveram a oportunidade de fazer curso de nível médio, muitas delas frequentaram o colégio de Sant'Anna, para essa não houve dificuldade em produzir e serem aceitas, mas elas não eram vistas, vamos dizer entre aspas, com seriedade, eram vistas como pessoas que produziam algo bonito e efêmero e que não deixaria mais, maiores consequências, maiores marcas, né, é a partir da vinda pra Goiânia e o crescimento de uma sociedade mais [...] a formação de uma cidade mais moderna mais ágil, e mais atualizada também, a gente vê uma valorização muito grande dos aspectos culturais durante o próprio Estado Novo, a fundação da Revista Oeste e a Bolsa de publicação Hugo de Carvalho Ramos, mas uma pesquisa interessante seria verificar quantas mulheres foram agraciadas com essa bolsa, eu tenho a impressão de que foram poucas, que a maioria dos agraciados foram homens [...] da minha experiência do meu ponto de vista particular eu demorei a escrever e publicar e o primeiro livro, livro mesmo que eu produzi foi Arraial e Coronel, dentro dos estudo da História Social, e foi editado fora de Goiânia, mas isso por um motivo circunstancial eu fiz o doutorado na universidade de São Paulo e o meu orientador sugeriu a publicação de duas monografias que eu havia produzido durante o doutorado, e eu tive o apoio da Secretaria de Educação, sabe, a Secretaria de Educação era dirigida na época pelo [...] Filho da Nelly Alves de Almeida, e eles adquiriram uma quantidade grande livros para distribuição nas escolas nas bibliotecas, eu não tive dificuldade nenhuma sabe, pelo contrário, tive um apoio muito decisivo, e nos jornais sempre tive uma boa acolhida também, nunca tive problema, mas às vezes havia uma coisa muito interessante, as pessoas me procuravam, né, lembro crônicas da minha autoria e falavam “você não escreve como mulher” ((risos)) eu achava interessantíssimo ((risos)) porque eu sempre escrevi como mulher né! Só que os meus pontos de vista, ou vamos dizer o meu estilo não é um estilo assim [...] esse estilo meloso que se costuma atribuir à literatura feminina, certo, é muito interessante, aí o segundo livro que eu publiquei foi um livro História da Saúde, esse eu tive um apoio da Universidade Federal, foi a gráfica da UFG eu fui coordenadora do livro, está esgotado há muito tempo como o coronel e arraial [...] o terceiro eu participei de um uma coletânea sobre história da educação no Brasil, não tive nenhuma dificuldade a publicação foi feita em São Paulo, o Poder e Paixão a Saga dos Caiado, não sei

se você conhece [...] foi também eu tive o apoio da Secretaria da Educação e ele também tá esgotado, a secretaria ficou com um numero grande de livros e o que sobrou pra vender já foi [...] tá esgotado [...] eu sempre contei com muita boa vontade e as minhas colegas lá da academia geralmente contam sabe, com o apoio da secretaria da educação, o que eu acho mais do que justo porque elas estão produzindo, muitas vezes as pesquisas são livros de ensaios são feitos com recursos próprios sem bolsa sem nada disso na hora da impressão nós temos esse apoio, só que ainda existe essa distinção entre literatura de mulher ((risos)) eu acho muito interessante isso aí isso mostra um resquício de, de machismo na sociedade que a despeito de todo avanço, ainda tá aí e não vai desaparecer tão cedo não sabe.

Na sua perspectiva, quais foram as maiores contribuições da (AFLAG) para as mulheres em Goiás?

Lena: Eu acredito que a maior contribuição tenha sido o autoconhecimento do seu valor, da sua importância para sociedade e, sobretudo uma... é uma projeção de dentro pra fora daquilo que as mulheres que pertencem à academia produzem, que elas cultivam como arte e como cultura, porque você vê muitas vezes nós somos chamadas pra comparecer a reuniões e a nos manifestarmos em ocasiões solenes, é muito interessante esse reconhecimento da sociedade que faz bem as mulheres, elas se sentirem reconhecidas e prestigiadas já não mais unicamente em função de serem esposas e mães mas de serem seres pensantes não é, seres atuantes na sociedade, e eu acho que contribuiu muito pra isso a repercussão e reconhecimento digamos até internacional da obra da Cora Coralina sabe, trouxe uma autoestima muito grande para as mulheres de Goiás se autovalorizarem e valorizarem a cultura local, eu conheci muito a Cora sabe ela era uma figura muito interessante, em um [...] aconteceu um fato muito curioso em relação à ela, eu a conhecia de nome e havia lido o livro poemas dos becos de Goiás e histórias mais, aí eu fui à Goiás em uma solenidade, não me lembro exatamente qual foi, junto do professor Ático Vilas Boas, não sei se você já ouviu falar dele, o Ático era professor de filologia românica, uma das mentes mais brilhantes que eu já conheci, uma pessoa muito agradável e tínhamos uma amizade fraterna, aí nós fomos lá na igreja do Rosário estávamos assistindo um concerto que foi feito na igreja do Rosário, aí na minha frente estava sentada a Cora e a Cora era baixinha, tinha a cabeça banca como a minha hoje e era uma figura que antigamente dizia [...] ela não era gorda, ela era frágil, dava uma impressão de fragilidade inteiramente contrária a personalidade dela, ela tinha uma personalidade muito forte, mas eu

não sabia, aí alguém do concerto me apresentou à ela, aí eu falei “muito prazer em conhece-la vovozinha” porque ela me lembrava da minha avó materna, que era assim baixinha e frágil da cabeça branca por trás então lembrava muito, aí o Ático me deu uma cotovelada assim ((fez o gesto)) e eu dei um fora né ((risos)) aí nós saímos da igreja daí ele falou “ela detesta ser chamada de vovozinha”, [risos] mas a despeito disso nós fizemos uma boa amizade, e as vezes ela confienciava pra mim as dificuldades que ela tinha em encontrar palavras exatas para aquilo que ela queria expressar sabe, e durante um período eu passei um mês de férias lá na cidade de Goiás, passava todo dia na casa dela, eu tinha dois filhos pequenos nessa época, ela dava dos docinhos dela para as crianças, e a gente ficava conversando, então ela me dizia que o livro de cabeceira dela era um dicionário realmente, a cadeira que ela costumava ficar escrevendo, ela tinha um dicionário e ela sempre o estava consultando [...] e a Cora pela, pelo valor da sua obra literária, mas também a personalidade dela a figura dela ela ficou conhecida internacional e a um verdadeiro culto a Cora Coralina quando a gente vê o numero de bibliotecas, de faculdades, de referencias feitas à obra dela [...] No museu de língua portuguesa em São Paulo por exemplo, foi feito uma exposição durante cerca de 30 dias só sobre a obra da Cora, belíssima, eu estive lá [...] isso contribuiu muito para a auto estima das mulheres escritoras de Goiás, sabe embora também haja o outro lado, é difícil as poetisas locais se projetarem além da obra da Cora, entendeu, se fazerem conhecidas, mas, é, há um reconhecimento que é interno aqui da própria academia em relação a obra e aquilo que produzem as suas escritoras e as suas musicistas, e isso me parece muito importante como um contraponto contra esse machismo que ainda subsiste, já bastante diluído, eu acredito que tenha melhorado bastante, nos últimos anos, mas ele tá aí, ele tá aí e você deve estar sentindo ((risos)).

Como você enxerga hoje a valorização da presença de mulheres na literatura e artes?

Lena: Eu acredito que nos dias de hoje as mulheres sejam valorizadas em pé de igualdade com os homens, tanto na literatura quanto nas artes em geral, eu confesso que não estou muito atualizada com o que é produzido nos últimos anos em termos de literatura pelas mulheres, eu li há cerca de uns três ou quatro anos atrás alguma coisa da obra da Nélide Piñon, gostei muito né ela realmente escreve muito bem e é uma intelectual de grande valor além de uma figura humana extraordinária né e agora estou me propondo ler a obra da Ana Maria Machado que esta fazendo 50 anos de publicação e que também era da Academia Brasileira de Letras, ela trabalha mais no campo da literatura do campo juvenil [...] e aqui em Goiás eu sempre leio

tudo o que Augustinha [Augusta de Faro Fleury de Mello] , acho que inclusive como personalidade, Augustinha é uma pessoa fantástica, ela tem uma cabeça assim meio na lua ao mesmo tempo ela tem uma capacidade administrativa e de liderança muito grande e esse ano esta sendo comemorado na Academia Goiana o ano cultural Augusta Faro Fleury de Mello [...] e da Rosarita eu só tenho boas lembranças, li os livros dela, Elos da Mesma Corrente, Sombras em Marcha, e admiro nela não só a capacidade de escrever bem, de criar personagens, como também o cuidado que ela teve em recriar fatos históricos, né, é, eu sempre vejo com muita simpatia a aproximação entre história e literatura, e a Rosarita faz isso, sombras em marcha [...] a personagem maior é a retirada de um grupo que vem da guerra do Paraguai né e Elos da Mesma Corrente é a recriação de fatos alusivos à família dela que se entrelaçam com a história de Goiás e a noite de 31 de dezembro de passagem de um século por outro e os livros da Rosarita são interessantes pela narrativa pelo estilo e [...] é, por todo o arcabouço literário daquilo que ela produziu, e a pouco eu li um poema dela que eu não conhecia, e que foi premiado, no primeiro concurso literário que houve em Goiânia, esse poema literário dela chamado “Goiânia”, você conhece? Muito bonito muito bonito então essas autoras [...] a esposa do Públio de Souza, Armênia, escrevia muito bem, gosto muito do que ela escrevia, agora algumas das nossas acadêmicas, como por exemplo, a Nice Monteiro eram ótimas excelentes memorialistas, era uma pessoa encantadora a Nice, escrevia poesias fazia [...] tocava piano, uma amiga muito conhecida sabe, os livros da Lígia Rassi, eu li todos, também [...] enfim eu acho que a contribuição das acadêmicas para a cultura e para a literatura de Goiás tem sido muito importante sabe, atualmente nós estamos com duas vagas lá para serem preenchidas e como uma certa dificuldade de teatro e de radiofonia, porque morreram as titulares, e não há pessoas interessadas sabe, talvez pelo caráter tradicional da academia e o pessoal dessa área é contestador e não se interessa mas com certeza vai aparecer alguém à altura lá da academia [...]

Então essa valorização da presença das mulheres ela acontece, está [...]

Lena: Ah sim, com a decorrência da atuação das acadêmicas no reconhecimento delas, é interessante nas sessões abertas da academia a quantidade de mulheres que aparecem sabe, que são da sociedade, pessoas intelectuais, às vezes vem gente de morrinhos, Anápolis, Piracanjuba, é [...] a um reconhecimento muito grande da sociedade, reconhecimento e respeito, não é mais clube da Luluzinha não ((risos)).

Entrevista Concedida em: 10/07/2019.

Entrevistada: Augusta de Faro Fleury de Melo.

Escritora.

Titular da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Cadeira nº. 15, ingressando em 1986.

Presidenta da instituição dos anos de 2003 a 2007.

Eurídice Natal e Silva, ao presidir a Academia de Letras de Goiás, em 1903, tornou-se a primeira mulher a fazer parte de um ambiente acadêmico como este, sendo uma importante iniciativa feminina. Fale acerca da importância desta iniciativa e como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nas Academias de Letras pelo Brasil até a década de 1970?

Augusta: Bom, eu acho que é condizente com a mentalidade né, mulher nunca teve espaço, né, até hoje são barradas em muita coisa ainda, a gente não sabe, mas é. E no momento a mulher tá falando, tendo voz, mas no tempo de Eurídice era uma calamidade imaginar uma mulher fundando uma academia de letras, e tanto é que [...] goro rápido, não foi pra frente né, depois a Rosarita fundou a AFLAG né, porque ela foi recusada na academia goiana de letras e o pai dela falou que então ela fundasse uma academia feminina de letras, eu percebo que cada mulher que entra na academia [...] por que eu sou membro da academia goiana de letras, cada mulher que entra, já tem uma 10, eu vejo um cochicho, um rumor, de preocupação masculina, entendeu, eles comentam a gente percebe “mais uma” “mais outra mulher”, então você vê em pleno 2020, praticamente, o pessoal ainda resiste à mulher, a mulher precisa ser muito forte porque a barreira contra ela é, é ancestral, é ante cristo e tudo mais. Eu acho que foi uma vitória muito grande, principalmente Goiás, que era um estado muito afastado do litoral né, e Goiás conseguiu, principalmente cidade de Goiás tinha uma [...] um movimento cultural muito grande, lá tinha orquestra, reuniões, eu vejo aí, tinha o jornal Informação Goyana, que eu não sei se, ele acabou realmente, não sei se tem cópia dele em algum arquivo, deve ter no instituto histórico, quer dizer que já era assim, um [...] uma revista, era uma revista, quer dizer, eles já publicaram, como a Cora Coralina publicou lá no Gabinete, está o jornal lá que ela publicou, é, o [...] o primeiro conto dela acho que ela tinha 16 ou 17 anos, as mulheres eu percebo, as mulheres sempre gostaram de, de serem ouvidas, mas foram sempre barradas pela

ala masculina, e nós não podemos negar que nós somos um país e um estado super machista, Goiás pra mim é o primeiro estado, primeiro lugar de metido a machista, eu sinto isso ainda.

Como foi receber a ideia e proposta de Rosarita Fleury em criar/fazer parte de uma Academia Feminina de Letras? No caso como titular, o que a senhora via nessa instituição, como fazer receber, fazer parte dela?

Augusta: É a Rosarita me convidou eu era muito jovem, ainda, eu devia ter uns 40 anos no máximo [...] eu já era casada e com filhos, e já filhos adultos, praticamente, eram adolescentes, eu achei assim, ótimo! Eu escrevia nos jornais e nos suplementos literários, e tinha uns dois ou três livros publicados de poesia, depois eu fiz bastante poesia, fiz contos para adulto, poesia também, depois foram pra a parte de literatura infantil, mas quando a Rosarita me convidou eu achei uma honra super, e não [...] como não tinha auditório nem nada eu recebi num prédio ali em frente ao relógio da avenida Goiás, um edifício que tinha lá, tinha um auditório, e lá que eu fui empossada e teve discurso, teve toda a cerimonia, eu já fui de uniforme azul né, que é o emblema lá, a dona Célia Coutinho Seixo de Brito, mulher do doutor Hélio que foi prefeito tudo, ela me levou, e a Nita, Mariana Augusta Fleury Curado, tia Nita, irmã do meu pai, elas me levaram até a cátedra lá, e eu recebi o diploma da academia e fiquei muito satisfeita e procuro frequentar a casa sempre.

Quais foram as principais dificuldades sentidas nos primeiros anos da Academia Feminina de Goiás (AFLAG)?

Augusta: A principal era a dificuldade de sede própria, porque era assim, era uma viajante, eu conheci umas quatro, mudava para uma sala e depois o contrato vencia e mudava pra outra, teve um tempo que ficou funcionando na academia goiana que emprestou uma sala, e uma espécie de corredor onde ficava uma biblioteca arquivo, então eu, eu conheci várias sedes, até que em 2000, foi assim que o Marconi, o governador entrou, ele fez a doação da sede própria no setor sul, na parte da cultura no primeiro mandato dele ele foi muito gentil, aí eu fui eleita presidente, eu consegui a casa, consegui arquiteta, Marisa Crispim, ela, ela atendeu, ele pagou tudo, era a antiga AGTOP o Estado pagou tudo, como eu queria, e aí pra mobiliar eu sai pedindo novo mundo [...] sabe essas grandes lojas, aquele, aquela coisa de telefone, o Pedro Jardim, tele Goiás não era mais, era Telecom, um nome assim, na época foi entre 2000 e

2005, dois mandatos que eu fui presidente, ele deu todas as cadeiras aqui do auditório, ganhamos ar refrigerado, todas as prateleiras da biblioteca que é grande, eu criei a primeira biblioteca infantil num, numa instituição de cultura, que é a biblioteca infantil Maria Paula Fleury de Godoy, que foi a primeira mulher, em Goiás, que escrevia para criança, ela escreveu “a viagem de Nancy” um conto, depois eu fui à primeira mulher que escrevi um livro de poesia para crianças, publicado em 1990, chamo o Azul é do Céu, de poesia, mas a minha tia, irmã do meu pai publicou o primeiro livro de poesia de prosa em Goiás, porque até então criança era relegada a último plano [...].

E sobre o viés das críticas que vocês recebiam, ou se não recebiam [...].

Augusta: Eu não sinto que eu fui recebida com crítica não, mas eu tenho notícia que as primeiras fundadoras da academia era olhada assim [...] muito de bando né, até pelas mulheres, que as mulheres são grandes machistas, entendeu, é, quer dizer, eu percebo até hoje em Goiás que as mulheres são machistas, um machismo masculino não preciso dizer que é né, meu marido é machista, é, eu não dou muita confiança por isso não, eu acho que a tônica masculina do nosso estado é machista, só a novíssima geração que tem uma ótica diferenciada, mas eles são, e inclusive os membros da AGL são machistas, eles contam no dedo cada mulher que entra preocupadíssimos, porque já somos dez na academia goiana, sendo que a presidente Leda Selma é mulher, né, já teve uma, Maria do Rosário Cassimiro.

Qual a importância atribuída por você à fundação de uma Academia totalmente de mulheres voltada para as letras e artes?

Augusta: Eu acho fundamental porque não tinha isso no Brasil não, foi à primeira né, depois a Rosarita ganhou aquele prêmio da Academia Brasileira de Letras, eu Goiás pelo isolamento pela mentalidade pelo atraso que até hoje temos, foi assim, um intento maravilhoso, as mulheres são realmente, você vê, veio de Goiás essas mulheres toda, a Cora, aquela professora Mestra Inhola, é, a [...] como é que chama, aí, todas aquelas, porque Goiás sempre cultivou a arte, tinha o coral feminino, tinha as mulheres tocavam instrumentos, a cidade de Goiás é um diferencial todinho de todas as cidades de interior, porque eu já andei em interior aí, e eu vejo, Goiás sai na frente anos luz, eu não entendo como, nesse erro, na falta de comunicação falta de telefone na época, tudo, a mulher sempre teve opinião, e eles falam, os

outros, as outras cidades do interior comentam que as mulheres em Goiás da às cartas, a ultima palavra, por exemplo, um negocio em marido e mulher a última palavra é sempre da mulher, quer dizer que é um matriarcado violento né, mas pois é, mesmo assim, com todas essas, é, privilégios que as mulheres teve na cidade de Goiás é ainda difícil por a mãozinha de fora né, e fundar uma Academia, eu acho assim que foi uma glória fundar uma academia nesse ermos de Goiás, porque você vê Bernardo Elis, que é primo da Rosarita, eu não acho que ele aprovou muito não, a fundação, quer saber, homem nenhum aprovou, eles acharam péssimo [risos] até hoje quando as mulheres entram na academia goiana tem murmúrio, sendo que a presidente lá, a atual, tá saindo no fim do ano, a Leda Selma, ela fez um movimento violento dentro da academia, ela avivou a academia, ela publicou muitos livros, muitas revistas, a academia feminina fez revistas anuais, mas ela fez, tanto assim, a parte administrativa, criativa, de valorização, tudo isso ela fez, ela ficou, é, criou o ano cultural que até esse ano leva o meu nome, eu “tô” sabendo muito bem que depois que a Leda sair vai ser um “down”, porque homem é bom de falar grosso, mas eles são ruim de serviço pra essas coisas, eles entram, quer ter a glória do nome, mas não, não dedica como a mulher dedica, a mulher dá o toque dela, e é o toque que faz toda a diferença, no andamento do cotidiano das reuniões e dos movimentos, das, de todas as coisas que acontecem na academia é diferenciado, tem mais vida.

Com base em sua experiência, o que foi fundamental para você se tornar uma escritora/artista?

Augusta: Eu desde o grupo escolar modelo, gostava muito de dissertação, pra mim era a glória, português não, a gramática esses negócios eu não gostava, mas pra inventar, sobre, punha um quadro lá e a gente tinha que inventar uma história baseada naquele quadro, eu sempre tive muita facilidade e gostava, eu no Instituto História, Instituto de Educação cheguei a fundar um jornalzinho, um jornalzinho na minha classe, na nossa classe, então é, quer dizer, eu sempre gostei de estudar, de publicar e de escrever, e é engraçado porque minha vó Augusta, que eu herdei o nome, mãe do meu pai, ela escrevia, ela deixou em 1800 e pouco “devaneio, ramalhetes e saudades” e “do rio de janeiro à Goiás a viagem era assim” em 1896, ela escreveu, ela teve a filha Maria Paula que escrevia, a Nita que escrevia, e teve, um sobrinha da Nita que escreveu não sei quantos romances, não estão publicados, então é um pouco assim de DNA da família de gostar de escrever, a mulherada da família, os homens

também aparecem uns escritores, como Bernardo Élis, mas assim, a mulherada da família Fleury Curado gosta muito de escrever, e eu comecei assim, escrevendo nas dissertações de escola, que usava muito isso, e quanto teve o primeiro premio que eu recebi foi da fundação cultural de Goiás, aí apareceu uma chance de eu publicar um livro meu de poemas, que eu estava organizando, e aí eu ganhei, chamado assim “mora em mim uma canção menina”, foi o primeiro livro que eu publiquei, depois eu publiquei uma série de livros de poesias, depois eu passei pra criança, daí da criança já foi “Alice no país de Cora Coralina” que ficou um paradidático ficou muito usado nas escolas e também o, esse “o azul é do céu” que foi o primeiro livro de poesias infantil em Goiás, e daí pra frente eu não parei, várias coleções de livros infantis, e eu escrevi 21 anos na seção “era uma vez” do almanaque, era um caderninho que tinha dentro do O popular, aí eu não parei mais, daí eu escrevi “A Friagem” de contos no estilo do fantástico do absurdo, sabe, é, eu acho que de tanto minha vó Dorinha contava histórias todas assim surreais, tipo assim, fantásticas, é, e eu li também apaixonada pelo Gabriel Garcia Márquez, isso também ajudou, que eu publiquei esse livro em 1998, depois publiquei ainda um livro de poesia “um vidro de coração”, depois publiquei o, o outro “pouca benta de paixão”, 2008, esse foi o ultimo livro meu, tudo da mesma sintonia do fantástico, do absurdo sabe, os personagens na maioria são mulheres, nos três livros, nos três contos na “friagem” todos são mulheres, então aí eu não parei mais, eu escrevo ainda agora eu tô mais leitora agora, eu prefiro ler, eu, eu, é [...] escrevo muito para o Diário da Manhã naquela “opinião pública” estou sempre escrevendo ali, escrevo muitas cartas pro O popular, eu gosto assim, sempre dando palpite, o meu filho também, ele tá sempre escrevendo [...].

Quais foram as principais dificuldades sentidas por você e pelas mulheres que a senhora conheceu, no processo de se tornar escritora em Goiás?

Augusta: É porque as portas não abrem com muita facilidade pra mulher em Goiás, você vê que até hoje as livrarias, que são franquias, os shoppings de Goiânia, eles não aceitam autor goiano não sabia, moram aqui, tem rendimento aqui, tem loja aqui, tem rendimento aqui, e não aceita autor goiano, eu acho isso uma total falta de respeito com o autor goiano, eu acho que tinha que entrar numa lei qualquer de vereador de câmara eu sei lá o que, que se quer ter uma livraria no estado que entram autores de Goiás, você não acha absurdo? Então eu acho assim, que sempre teve, e ainda tem dificuldade de uma mulher publicar um livro, eu acho isso difícil, assim, a gente percebe as vezes que valores novos soam sangue pra publicar, às

vezes até uma, um, tipo assim, um livro de estudo, como alfabetizar menores deficientes, por exemplo, um tipo de coisa assim, e o contato que eu tenho dessas pessoas, elas me falam assim, da dificuldade de patrocínio, só porque é mulher, e a dificuldade, as editoras pagando publica, tudo bem, porque editora mesmo nós nos temos né, temos praticamente gráficas, porque nenhuma faz a distribuição tudo, que editora que eu entendo faz a distribuição, e as daqui simplesmente imprimem, e aqui [?] tem uma livraria de autoras goianas mas teve que fechar, porque ninguém procurava, o rendimento era pouco, porque o escritor goiano não é valorizado até na terra dele, principalmente as mulheres, são criticadas pelos machistas reinantes.

Na sua perspectiva, quais foram as maiores contribuições da (AFLAG) para as mulheres em Goiás?

Augusta: Eu acho que a maior de todas foi porque abriu um lugar pra elas se sentirem que exista né, deu um espaço pra elas falarem, escreverem, manifestarem suas ideias, seus sonhos, tal, o que elas pretendem, porque realmente não tinha espaço pra mulher intelectualizada, e abriu um campo pra aquelas que gostam de falar, escrever, de fazer poema, etc, pintura, porque ali é artes né, você sabe, aquela Neusa de Moraes [...] ela era de lá, a dona Belkiss, quer dizer, música, artes plásticas, então foi a voz, a academia ficou sendo a voz das mulheres artistas de Goiás, porque assim, não é fácil ser artista, nem um pouco.

Como você enxerga hoje a valorização da presença de mulheres na literatura e artes?

Augusta: Eu acho que melhorou assim, bastante, claro, ninguém nega, ela já tem a voz, já tem o espacinho dela, mas ela é olhada assim, meio de soslaio, entendeu, não é valorizado como deveria ser, sempre ela tá um degrau abaixo homem, continua, o machismo é imperante, aqui terra dos feminicídios, e terra também de homem achar que mulher, que quem é mulher artista não é boa dona de casa, não é boa mãe, não é “rainha do lar” de jeito nenhum [...] e pra piorar a situação não sei nem fritar ovo, e não gosto, minha sogra fazendeira tentou me ensinar fazer queijo, linguiça, e eu não quis nem olhar como é que fazia, nem de curiosidade, daí eu fui muito tempo pela família do meu marido olhada como um bicho raro, um trem que não prestava pra nada, sabe como é? Foi mesmo! Eu sofri muito na mão da minha sogra, faço questão de falar isso, ela já tá lá no inferno [risos] oh meu deus, me perdoe, mas o que ela

pintou com as noras [?] aí quer dizer, elas queria que todas fossem Ph.D. em fazenda, e se assinasse o nome já estava bom, e fosse aprender as “lides”, fazer linguiça, e fazer queijo, e fazer sabão de bola preto, quer dizer, eu não dou muito, minha mão é aleijada nesse sentido sabe [...] então eu acho assim que nós temos muito caminho pra percorrer, ainda falta muito chão, aliás o Brasil ainda né, o Brasil como um todo, a mulherada ainda tem que lutar pra ser artista, pra ter voz, pra publicar, pra ser valorizada, pra ser reconhecida, ainda nós estamos marcando passo, nós podemos chegar logo né porque tem muita mulher brilhante no Brasil em todas as áreas, na medicina, na literatura, história, eu acho que tem muita gente boa, eu confio muito na nova geração, a nova geração quer e faz, e, e sabe o que quer também, eu acho que hoje a nova geração aliada à tecnologia, que no meu tempo não tinha, é, vai, vai dar um “UP” bem grande pra voz feminina.

Entrevista Concedida em: 05/08/2019

Entrevistada: Maria Elizabeth Fleury Teixeira.

Escritora.

Titular da Cadeira nº 21 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

Presidenta dos anos de 2013-2016 e 2019-2021.

Filha de Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury).

Eurídice Natal e Silva, ao presidir a Academia de Letras de Goiás, em 1903, tornou-se a primeira mulher a fazer parte de um ambiente acadêmico como este, sendo uma importante iniciativa feminina. Fale acerca da importância desta iniciativa e como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nas Academias de Letras pelo Brasil até a década de 1970? Quando essas mulheres começaram a fazer parte destes ambientes, como à senhora encara isso?

Maria Elizabeth: Eu encaro que a importância de Eurídice Natal e Silva, ela era, o que eu conheço pouco, o pouco que eu sei dela, ela era uma mulher muito dinâmica e a frente do seu tempo, e por isso mesmo ela foi convidada a participar da academia de letras de Goiás, em 1904, não é? E também acabou aceitando a presidência da mesma onde ela era a única mulher, fazia parte na época o noivo dela que mais tarde foi marido, o, não me recordo muito bem o nome dele [Marcelo Silva], mas isso a incentivou também a permanecer na academia e depois aceitar a presidência [...] ela tinha mais tempo que os homens então ela foi tomando frente na academia, mas foi uma academia que durou poucos anos.

E como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas pelas academias de letras pelo Brasil? Como à senhora enxerga isso? [...]

Maria Elizabeth: Eu enxergo como um processo de comparação com a Academia Francesa de Letras, porque o estatuto da Academia Brasileira de Letras foi baseada na Francesa, e portanto foi, as outras academias no interior do país devagarzinho foram copiando o mesmo gesto da Academia Brasileira de não aceitar mulher, embora em Goiás as mulheres desde o início de 1800 até antes já publicavam trabalhos de poesia, publicavam trabalhos de crônicas e contos mas eram poucas, mas essas poucas movimentavam muito a sociedade das pequenas

idades que eram de Goiás, de Pirinópolis, e outras mais que estavam despontando, principalmente a mulher já despontando.

Como foi receber a ideia e proposta de Rosarita Fleury em criar/fazer parte de uma Academia Feminina de Letras? O que a senhora percebia que ela sentia o que veio diante desta proposta, toda aquela movimentação...

Maria Elizabeth: Bom, não foi bem uma proposta de criar uma academia, acontece que ela lançou o romance dela “Elos da Mesma Corrente” em 1958, quando em princípio de 58, março se não me engano, depois em 59 o livro dela que chegou ao Rio através da cunhada dela, essa cunhada gostou tanto da leitura do livro que resolveu fazer uma surpresa que não era um surpresa, escreveu sem o consentimento de Rosarita para participar do concurso que era o único concurso que uma mulher poderia apresentar livro [...] que é o prêmio Júlia Lopes de Almeida [...] isso mesmo, direcionado para somente receber mulheres nesse prêmio, e essa cunhada de minha mãe inscreveu o livro e depois de inscrito ela mandou o comprovante da inscrição falando assim ((voz chorosa)) “não brigue comigo mas eu fiz uma arte, inscrevi, gostei tanto do seu livro que o inscrevi na Academia Brasileira de Letras para participar de um concurso” e minha mãe assustou na hora mas não acreditou que o livro dela, o primeiro livro fosse ((chora)) premiado, como foi, e ela se emocionou muito na época, e eu também ((sorri)) ((pausa)).

Foi muito importante né [...]

Maria Elizabeth: Foi, foi muito importante, e depois que ela, do, do, da premiação que na época foi publicado em jornal “primeira escritora, escritor goiano que é visto com bons olhos a sua literatura”, a literatura feita em Goiás muitos lá não acreditava que Goiás tinha gente capaz de escrever livros, mas já havia vários escritores goianos que escreviam, então, ela foi a primeira escritora em produzir um romance e coincidentemente foi premiado, então os amigos de minha mãe que pertenciam a Academia Goiana de Letras nessa época falaram “você merece entrar na academia”, e ficou aquele boato crônicas saíram no jornal falando que ela podia se candidatar a uma cadeira na academia mas o presidente na época levantou a questão do estatuto, o estatuto da Academia Goiana de Letras não permite mulheres porque ele é feito aos moldes da Academia Francesa e Brasileira então minha mãe ficou decepcionada, ficou

muito decepcionada, mas o meu avô que é o pai dela Heitor Moraes Fleury falou “não fique decepcionada, monte uma academia, funde uma academia só de mulheres , já que a academia goiana é masculina, faça uma feminina, as mulheres também sabe escrever elas tem a sua literatura própria, monte, faça a Academia Feminina de Letras”, aí ela achou a ideia ótima mas não achou a altura de fazer a Academia de Letras, por enquanto não porque ela estava com os filhos pequenas, ainda de mudança para Goiânia, ela queria voltar a trabalhar que ela já estava iniciando um novo serviço aqui ela gostava de trabalhar ela não se realizava somente com as prendas domésticas em casa e educando filho, então ela queria mais para a pessoa dela e queria produzir mais literatura também, e com isso ela falou com o pai dela “não vou pensar no assunto, quem sabe mais pra frente, agora não dá pra fundar a academia”, e mais de dez anos depois juntamente, ela era na época Secretária do Instituto de Educação de Goiás e juntamente com as professoras que lá já lecionavam que já eram amigas dela desde a infância na cidade de Goiás como Nelly Alves de Almeida como Ana Braga que ela já conhecia antes e outras mais estavam lá lecionando ela soltou a ideia de fundar uma academia e todas as professoras apoiaram e ela então convidou Nelly Alves de Almeida e Ana Braga que já tinha um livro publicado todas as duas e as duas toparam e resolveram então fundar a Academia Feminina, mas essa fundação ficou germinando devagarzinho durante um ano ou pouco mais de ano durante 68 e 69, por que em 1970 fez-se a fundação total, em 69 elas fundaram a academia na casa do meu avô apresentou a ideia, ela quis homenagear o pai então fundou a academia na casa dele... Tem fotos tem tudo isso registrado.

Então receber essa ideia, foi recebida com muito louvor [...].

Maria Elizabeth: Foi. A ideia foi recebida com muito louvor, com muito apoio dos membros da Academia Goiana de Letras que estavam presentes, com muito apoio da Universidade Federal que o Reitor estava presente também que era o Jeronimo Queiroz, e... Devagarzinho Ana Braga Nelly e Rosarita convidaram as escritoras que nessa época 59, 60, escreviam em jornais, algumas da cidade de Goiás, das cidades vizinhas também, Anápolis, Morrinhos, fizeram parte da academia.

Quais foram as principais dificuldades sentidas nos primeiros anos da Academia Feminina de Goiás (AFLAG)?

Maria Elizabeth: É eu acho que materialmente foi à falta de sede, que nós viemos conseguir somente em 2002, que é esta atual sede [...] nos vivíamos de, de auxílio, pedindo auxílio aqui ou ali, para fazer uma pequena reunião, porque na casa das acadêmicas, no princípio fazia-se na casa das academias, da época na casa duma um dia um mês na casa de uma, outro mês na casa da outra, mas não dava aquele caráter mais sério de uma entidade, precisava mesmo de um sede, então... A Rosarita conseguiu com o secretário de cultural uma sala para ficar a disposição dela das 4 em diante, das 4 da tarde ou das 3 da tarde até as 5, onde ela poderia receber as acadêmicas, avisada a reunião, receber as acadêmicas e debater os assuntos que no momento eram mais importantes seja assunto literário seja assunto musical e marcarem outros encontros marcar recitais marcar declamações de poesias, tudo isso movimentava a sociedade na época e ela gostava disso e as acadêmicas também gostava de participar ((pausa)).

Então foram essas as dificuldades [...].

Maria Elizabeth: As primeiras dificuldades maiores foram à questão da sede, agora outras dificuldades ainda poderia surgir como reuniões em que se pertencesse à academia goiana, um pouco dos maridos ficariam enciumados e isso também poderia surgir.

Qual a importância atribuída por você à fundação de uma Academia totalmente de mulheres voltada para as letras e artes?

Maria Elizabeth: Importância muito grande, porque no reunir literatura musica e artes em geral à academia procurou dar destaque a essas mulheres literatas às musicistas e as pintoras e escultoras e teatrólogas e participava também ajudando cada uma dessas nas suas atividades, convidando parentes convidando amigos para assistir a um teatro “a, é a fulana de tal que vai apresentar, ela é acadêmica”, Norma Baiocchi [Patrona da Cadeira nº 34] é do teatro ela foi acadêmica e fazia excelentes apresentações outra também do teatro foi a Cici Pinheiro que na época também começou a trabalhar como, com a televisão, e o Popular funcionava na Av. Goiás e atrás do prédio do O Popular tinha um beco e nesse beco, ali da Rua 8. com a Av. Goiás, ali ela montava o cenário teatral dela, fazia a novela que ela se propôs a fazer em Goiás e foi muito ouvida muito aplaudida nessa iniciativa, Cici Pinheiro de fato foi pioneira na televisão e no teatro em Goiás, a academia dava apoio às acadêmicas teatrólogas, deu muito apoio à área musical, tano que convidou as fundadoras do conservatório da musica a

participarem também da academia e todas vieram com muito entusiasmo muita criatividade passando a apoiar todos os recitais do conservatório de musical, é, ajudando também, participando, e ajudando a trazer pianistas, seja homem ou mulheres, pra fazer recitais aqui em Goiânia e tudo isso... parece que quase ninguém dava valor na época, da movimentação que a academia fazia convidando e chamando amigos, parentes, “vamos assistir o recital, vamos assistir apresentação de poesias, um sarau” a academia promoveu alguns saraus junto com a musica, uma parceria que fazia com as acadêmicas musicistas, fazia saraus apresentações de teatro, de, de poemas, e ao mesmo tempo apresentações musicais, tudo isso movimentou a pequena sociedade goiana nos anos 60 e 70.

Com base em sua experiência, o que foi fundamental para você se tornar uma escritora/artista?

Maria Elizabeth: É eu acho que o ambiente que eu me inseri no principio ajudando minha mãe e depois assumindo sua cadeira, acabou me levando a escrever mais tarde a sua biografia que eu achei importante e também fazendo crônicas, publicando crônicas no jornal O Popular ou Diário da Manhã e embora depois que eu assumi a presidência na primeira vez e agora eu tenha parado de escrever crônicas porque a atividade diária, seja da academia juntando com a família juntando com papel de avó e esposa complica o dia a dia da gente, atrapalha muito ((risos)) porque você não tem tempo pra pensar olhar um tema que você queira falar.

O apoio da Rosarita, a figura da Rosarita ela foi importante, inspiradora [...].

Maria Elizabeth: Foi inspiradora, no principio ela me chamava humildemente “me acompanha num recital, me acompanha na academia, faz essa ata pra mim” como foi na ata da posse, não tinha ninguém pra escrever e ela falou “não, você faz a ata pra mim, esteja presente, me ajude a servir alguma coisa, mas também eu quero que você faça a ata pra mim, seu irmão vai gravar o outro vai fotografar então você vai fazer a ata” quer dizer, ela então usou dos filhos para ajuda-la no primeiro momento da academia e depois também nas outras reuniões quando a academia já não estava nas residências, reunião em residência não foi fotografada, ela passou a fotografar quando a academia começou a ter salas emprestadas, seja no conselho, conselho não, não era, Departamento de Cultura que chamava, seja no Departamento de Cultura que ela teve o apoio do, do secretário do Presidente do

Departamento de Cultura e ajeitou três horinhas ali desocupando uma sala pra ela fazer reunião da academia e seja também uma vez que ela conseguiu uma sede é, uma sala também da secretaria de educação, e ali eu passei a ser a secretária dela mesmo eu trabalhando na escola um período como professora, no outro ela marcava reunião e eu então fazia um papel de secretaria, as atas tinham de ser feitas pelas acadêmicas, mas muitas vezes a acadêmica não podia comparecer e me telefonava “não, faz a ata dessa vez, toma os dados pra mim” muitas vezes eu tomava os dados e passava pra ela e ela fazia a ata, outras vezes ela fazia a ata e eu passava à limpo ((risos)) então eu sempre estava envolvida com a ata.

Quais foram as principais dificuldades sentidas por você e pelas mulheres que a senhora conheceu, no processo de se tornar escritora em Goiás?

Maria Elizabeth: Eu acho que as principais dificuldades era a produção do livro, muito caro na época, papel caríssimo, e mesmo o marido apoiando e pagando e ajudando a dificuldade era grande também pela falta de tempo, porque muitas vezes a mulher se envolvia com a criação dos filhos outra hora com a criação dos filhos e o serviço porque eu sei que a maioria das acadêmicas trabalhavam fora numa época que quase nenhuma mulher trabalhava fora [...] então a minha mãe era secretária do instituto de educação antes de solteira ela já trabalhou na justiça, na justiça do Estado, a Nelly sempre foi professora, sempre estava nas lides com a criação da família e professora, Ana Braga mesma coisa, sempre procurando lecionar, e Ana Braga fez mais curso depois também... mas a academia enfim, ela, ela ajudou a formação da academia... as acadêmicas enfim com o momento que elas entravam na academia muitas produziram livros que na época quando entrou na academia não exigia muita a produção de livro porque todas tinham vontade e produzir mandavam fazer um livro e não havia gráfica boa, tudo que saía tinha erros mais erros “cabeludos” como meu pai falava e tudo isso dificultava, o preço do papel da gráfica que não compensava serviço muito rudimentar da gráfica produzia folhas cheia de erros e, e, era muito difícil, pra mim essa foi a maior dificuldade das escritoras [...] sem falar outras menores que dificultavam também como solenidades à noite, a mulher só podia sair com o marido, o marido não estava disposto a sair, outra hora era de dia e ele não queria que ela saísse até porque iria ficar filho sozinho em casa e havia esse desentendimento entre o casal porque a mulher começava a tornar-se independente, ter a sua sociedade sem a presença do marido ter os seus amigos longe da presença do marido e isso era complicado.

Na sua perspectiva, quais foram as maiores contribuições da (AFLAG) para as mulheres em Goiás?

Maria Elizabeth: Eu acho que a maior contribuição foi à união das mulheres acadêmicas em torno da literatura, da música e das artes em geral, porque vamos pensar comigo... Belkiss era pianista, a vida toda dedicada ao piano, no final da vida depois de tantas participações aqui na academia ela passou a escrever crônicas maravilhosas, e assim também tivemos com outras musicistas que passaram há dedicar seu tempo também à literatura, agora da literatura para piano minha mãe sempre gostou muito de tocar e muitas outras acadêmicas que são escritoras também tocam dentro de casa, não dão recitais, é claro que pra dar recital tem que ter mais estudo de piano, mas elas gostam da música e tocam música, ou uma tocava violino e... a Sílvia Nascimento era de Letras e Artes a Belkiss passou a ser de música e, e, e literatura, a Sílvia Nascimento que era de literatura passou depois à música que ela gostava e se dedicou mais à música do que a literatura, e literatura foi mais uma coisa de juventude pra Sílvia Nascimento [...] então nós temos essa união e até hoje eu percebo das acadêmicas que não entrando elas vão desenvolvendo mais a literatura ou vão desenvolvendo mais a música, união das artes, a academia proporcionou a união das artes e também um olhar maior da sociedade para a literatura para a música e para as artes em geral pintura e escultura e teatro também.

Como você enxerga hoje a valorização da presença de mulheres na literatura e nas artes?

Maria Elizabeth: Eu acho que hoje as mulheres já são mais livres e podem escolher o que querem, mas muitas escolhem além da literatura escolhem as artes a música ou o teatro, e eu acho isso muito importante porque a personalidade de uma pessoa só se forma no momento em que ela se dedica à uma dessas ou a literatura ou a arte mas geralmente se dedica à todas elas porque o homem só se completa com todas as artes, com a educação em todas as áreas.

Em relação às mulheres?

Maria Elizabeth: Em relação às mulheres bem mais, porque é ela que tá ali junto do filho mais junto da sociedade por causa dos filhos então se ela puder dar aos seus filhos tanto uma boa educação com a literatura, artes em geral, e música que eu incluo nas artes, a criança ficara mais propícia a viver melhor.

Entrevista Concedida em: 09/08/2019

Entrevistada: Ercília Macedo-Eckel.

Escritora.

Patrona fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás em 1969.

Cadeira nº. 10.

Eurídice Natal e Silva, ao presidir a Academia de Letras de Goiás, em 1903, tornou-se a primeira mulher a fazer parte de um ambiente acadêmico como este, sendo uma importante iniciativa feminina. Fale acerca da importância desta iniciativa e como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nas Academias de Letras pelo Brasil até a década de 1970? Quando elas realmente começaram a fazer parte destas instituições.

Ercília: A Eurídice como eu te falei eu não [...] a diferença de idade é muito grande e eu fiquei fora de Goiás porque logo eu saí de Goiás para fazer o vestibular aqui....

Mas o pouco que a senhora soube sobre ela...

Ercília: Tudo, então ela justifica quem é o filho, o Colemar Natal e Silva, porque ela liderava toda a parte intelectual creio que na Cidade de Goiás ainda e quando ela foi, é, é, escolhida para fazer parte das 40 acadêmicas que iam compor o, o, a primeira, corpo de escritoras [AFLAG], ela infelizmente faleceu um pouco antes. Eu acho que eles fizeram, não tenho certeza, uma posse antecipada dela porque eles perceberam que ela não ia resistir até o dia da posse [Oficialmente na AFLAG em 1970].

Essa importância de Eurídice, como a primeira mulher a fazer parte de um espaço acadêmico, presidindo a Academia de Goiás, como você vê essa importância?

Ercília: Lá antigamente?

Também... Tanto naquele momento quanto na história das mulheres, a importância de Eurídice....

Ercília: Você olhou sobre uma Revista a Rosa? Que foi publicada, não sei se tem haver com ela, não sei muita coisa sobre Eurídice, falar a verdade, somente essa informação rápida.

Como à senhora encara o fato das escritoras não terem sido aceitas pelas Academias de letras pelo Brasil?

Ercília: Porque o homem naquele tempo a mulher não sabia o que o homem trazia de fora, ele saia e ela ficava em casa [...] as mais aristocráticas que não tinham ligação com [...] ficava em casa e quem pegava sol era a escrava, era bonito ser clarinha, então ela também interessante que o homem trouxesse todas as informações [...] é lógico que eles filtravam essas informações [...] eu lembro do meu avó dando notícia pra minha avó quando ele vinha de Goiás, ele era um jornal né, ele dava notícia disso daquilo e daquilo, quando acabou a guerra “Oh! Doninha, a Guerra acabou!”. Quer dizer, as mulheres acabavam sabendo o mundo, conhecendo o mundo através dos maridos, dos pais, dos irmãos ais velhos, era assim que era....

E a senhora enquanto escritora como a senhora se sente a respeito disso?

Ercília: A minha avó sempre foi muito independente e os homens da região, porque ela nasceu antes da abolição dois anos, da abolição da escrava, ela nasceu dois anos antes... então alguns homens de fazenda do sertão, porque ela era baiana, minha família, minha origem lá pra trás minha avó é tudo baiano [...] então ela, ela ficava atrás dos irmãos quando o mestre chegava à noite pra dar aula e ela com dois meses ela aprendeu a ler, então quando chegava [...] a gente comprava alguma coisa não tinha hoje saco plástico, vinha tudo enrolado você levava uma sacola no mercado não tinha supermercado também, você levava no mercado na, na, chamava barracão, onde vendia essas coisas assim de comestíveis e, e vinha enrolado e ela desenrolava, e quando ia jogar fora ela “cadê o jornal que vem a mandioca? Cadê o jornal que vem a batatinha?” “Ah! Joguei fora! Vó aquilo é velho!” “ Não! Pra mim é noticia nova, ainda num li!” Ela esticava e lia tudo, então isso me influenciou muito porque ela me ensinou a ler com cinco anos na fazenda, com cinco anos, e isso aí, você vê, pensou, eu nasci em 37, 05, 42, em 1942 eu já lia e a formação evangélica achava coisa da bíblia que tinha pertinência com o que “tava” acontecendo, com o que eu fazia de errado ela me mandava ler em tal parte da bíblia, então isso foi me ensinando a interpretar o mundo.

Como foi receber a ideia/ proposta de Rosarita Fleury de fazer parte/criar uma Academia Feminina de Letras?

Ercília: Foi uma surpresa pra mim porque eu morava em Anápolis e, e, cuidava da minha parte profissional com muito esmero, dando aula em cursinhos e também escrevendo alguma coisa e publicando nos jornais daqui, os que eu já fiz referencia O Popular, A Folha de Goiáz, etc... Me localizaram lá juntamente com a Ivone, eu esqueci o nome dela agora, uma que foi freira [...] É “cione” era uma poetisa que falava duas três línguas aí elas nos encontraram lá e aí eu fiquei surpresa com isso, veio uma correspondenzinha eu acredito assinada pelas três, pela Rosarita, pela Ana Braga e pela Nelly, dona Nelly tinha um sobrinho que era interno lá no Couto Magalhães e era meu aluno, e ele era um aluno brilhante, Filogône (?) parece que ele chamava, e, e eu acho que esse menino deve ter comentado de mim pra ela, eu que suponho isso, na época eu tinha escrito um, feito um livro sobre Bernardo Élis, todos os contos de Bernardo Élis até o ultimo livro de contos que ele publicou “Veraneio de Janeiro” (?) eu fiz esse estudo que chamava “Um contista Goiano” e aí, eu acho que isso foi (?) que ela lembrasse de mim, eu fiquei surpresa, teve uma reunião antes elas fizeram uma reunião na antiga casa, pra mim era pra baixo do correio mais parece que era outro lugar que a Rosarita morava antes dela morar na Parnaíba [avenida] ela morou ali pra baixo na, onde morava a mãe e os parentes do Cruciano (?) que já foi Vice Reitor também da Universidade Federal...

Então a senhora se sentiu surpresa [...].

Ercília: Surpresa e... né, feliz ao mesmo tempo, ter reconhecido né, o meu... minha dedicação, o meu estudo, porque eu estudava muito os autores goianos, talvez isso...

Quais foram as principais dificuldades sentidas por vocês nos primeiros anos da Academia Feminina (AFLAG)?

Ercília: As dificuldades financeiras, porque ela começou, não tinha ajuda do governo e ainda dava “Jeton” para estimular quem ia ganhava um dinheirinho em cruzeiro que dava pra pagar um táxi de ida e volta, quer dizer, você ia e ganhava esse “jetonzim”, com o tempo ele desapareceu e foi tendo a ajuda do, do governo, entrou em programa de governo isso, e...

sempre é aquela ideia de que mulher é frágil, que mulher é, não vai conseguir, que isso aí vai durar pouco tempo até que [...] nós tivemos uma dificuldade muito grande não me lembro em qual governo e que a Rosarita fez uma via sacra, cada semana ela ia com uma “comissãozinha”, uma ia comigo outra com Ana Braga e outras pessoas batia no poder no palácio pra pedir, isso foi se repetindo, uma luta incrível dessas três e a Rosarita na frente, ela foi muito tempo presidente porque era a única que tinha essa, essa, esse espírito tão forte de luta e o marido dela também, me esqueci o nome dele, Jerônimo, ele sempre apoiou porque quando o marido é opressor a mulher não desenvolve e até encolhe, e aquela ideia de que a gente ia escrever sobre borboleta sobre, sobre coisinhas fúteis do cotidiano e tal... com o tempo aquilo foi desaparecendo porque nós entramos quando veio o governo militar nós entramos firme também na, nos comentários nos textos, à respeito de tudo, e até que enfim quando a brasileira, eu não me lembro qual foi a primeira brasileira, Rachel de Queiróz se não me engano, entrou na academia brasileira, Goiás que seguia, porque supõem que seguia porque mulher não podia entrar, né, a...a...[...] Regina Lacerda também conseguiu, depois de uma vai uma outra, mas até hoje aquilo ali é muito fechado a Lena Castelo Branco tentou três vezes pra conseguir entrar lá você imagina, a Lena Castelo Branco, na terceira vez que ela conseguiu ou quarta, é muito fechado aquilo lá e aí tinha é... escritoras importantes de crônica de vários assuntos igual a Aída Félix de Sousa que era muito boa, e, e todas essas pessoas competentes assim que tinham uma presença quase diária nos periódicos era ignoradas, nunca conseguiam entrar, daí com a presença da Nelly que começou a fazer obras filosóficas, filológicas, estudando a origem das palavras, estudando os autores e os termos que eles usavam na linguagem regional aqui, nossa, aí eles foram vendo que, é...a nossa academia tinha muito fôlego, e é verdade isso, tem hora que eu acho que é mais dinâmica do que essa que só tinha homem na ocasião, foi muito bom.

Qual a importância atribuída por você à fundação de uma Academia totalmente de mulheres voltada para as letras e artes?

Ercília: A importância? A gente é humana e tem um “revidesinho”, então começou assim “nós não poderíamos entrar na masculina agora nós temos a nossa feminina”, isso aí foi importante, e também eu estava na parte alta profissionalmente assim conquistando o espaço profissional e você pertencer a uma academia dessa é muito bom para o currículo, né, e eu cuidei dessa parte, e eu acho que fiz jus a essa escolha, e a academia é muito respeitada, ela é

muito respeitada, principalmente com o tempo ela foi se tornando conhecida e outras academias com o mesmo problema de não poder pertencer a academia [masculina] porque as regionais só tinham homem vieram aqui procurar saber de nós, visitar pra ver como é que elas faziam pra fundar lá, em vários estados aconteceu isso.

E eu sei de Jundiaí, a Academia Feminina de Jundiaí foi fundada com base na [...].

Ercília: Na daqui, até os estatutos elas copiaram...

Rosarita Fleury mantinha [...].

Ercília: Relacionamento, mas não foi só essa não, eu não guardei o nome, mais umas duas ou três, às vezes nem vinham, mas tinham correspondência e orientando como devia ser feito mandava estatuto como devia ser o procedimento para fundar a academia...

Então essa é a importância atribuída por você a [...].

Ercília: A repercussão que teve ela toda na vida pessoal e na vida intelectual em Goiás e no Brasil vamos dizer assim, porque ninguém esperava que de Goiás viesse uma iniciativa dessa aqui era um, né, era uma terra [...] mas depois de Brasília Goiás foi saindo do anonimato, e eu acho que a academia foi porque ela foi fundada em 1969 e Brasília em 1960....

1961 [...]?

Ercília: Não, eu estava grávida da minha filha de quatro meses, é, vamos dizer 60, então eu considero isso também o resultado que saiu do eixo Rio-São Paulo essa coisa e se estendeu pra nossa direção.

Com base em sua experiência, o que foi fundamental para você se tornar uma escritora/artista em Goiás?

Ercília: Desde jovem eu já gostava de participar lá de Goiás Velho daquele jornalzinho chamado marginal, não sei se o termo é marginal, eu participava fazendo brincadeiras com

algum colega, fazendo pequenos textos, é, eu sempre [...] por causa da formação evangélica obriga você [...] eu fazia textos sobre natal representava virgem Maria essas coisas, e qual o resto da pergunta?

O que foi fundamental para você se tornar uma escritora/artista?

Ercília: Aí quando eu comecei a lecionar português não era redação literatura e gramática chama Língua Portuguesa então o professor incorporava essa três matérias numa só, e eu fui tomando gosto com isso e comecei a escrever também, porque você fala pra um aluno como que faz redação, mas você não, normalmente o professor de redação não é escritor, ele da receita, mas não faz o bolo, então eu comecei a me preocupar com o fato de escrever também e já tinha inclinação, lia muito, então eu comecei a tomar gosto nessa parte de escrever e via que tinha repercussão isso, em meu favor [...] ou contra mim porque eu peguei o, o, o começo da minha vida pegou o regime militar forte, então a gente tinha que usar metáfora, usar uma coisa, nunca tive problema com eles, de seis em seis meses o professor era passado pelo DOPS pra ver se tinha alguma queixa se tivesse ele não ia lecionar no próximo semestre eu nunca tive problema porque eu nunca saia do conteúdo [...].

E a senhora comentou no começo da entrevista sobre sua avó, né, essa educação que a senhora recebeu, essas influências...

Ercília: É, ela era uma mulher independente, ela sempre tinha o dinheirinho dela, ela fazia renda ela fazia coisas e ela vendia na porta, né, e quando vinha da fazenda essas coisas, essas coisas vinham da fazenda ela vendia, ela tinha um dinheirinho dela, além do dinheiro que vinha das coisas grande, bezerro, leite, decorrente da criação de animais e tudo mais, ela fazia as coisas dela, tinha o dinheiro dela, então ela independente fisicamente e, é economicamente e, e, e também sobre a estrutura socialmente, sobre a estrutura familiar era uma mulher forte independente...

Essas influências [...]

Ercília: Ela não impunha no marido, mas ela discutia com ele e ele não fazia um negócio sem discutir com ela, ela não aceitava, na época isso era uma raridade, porque o homem falou a mulher fala amém.

Quais foram as principais dificuldades sentidas por você e pelas mulheres que a senhora tenha conhecido, no processo de se tornar escritora em Goiás? As dificuldades enquanto mulher... Em Goiás... O que a senhora tenha sentido...

Ercília: Pra publicar texto, eu, se é que é uma dificuldade eu aprendi um caminho, e, eu, Anatole Ramos era muito meu amigo, então ver Anatole Ramos, antes de eu ser mais conhecida, porque hoje eu tô obscura faz muito tempo que eu não tô publicando, é mais só na Internet, é, eu via Anatole Ramos, ele era meu amigo, gostava das coisas que eu escrevia fiz amizade com a família e ele trabalha no O Popular daí ficou fácil, quer dizer, via masculina né.

E outras mulheres que a senhora tenha conhecido, tenha presenciado grande dificuldade...

Ercília: Grande dificuldade... Não, não conheço, porque olha, se a pessoa é, não é o meu caso, mas se a pessoa é competente olha pra você vê, Cora Coralina, ninguém falava, a gente tem uma mania de desprestigiar o profeta da própria terra né, enquanto a Hebe Camargo não levou ela lá no programa, ela deu um show no programa da Hebe Camargo, ela não era muito valorizada aqui não, depois que ela deu essa entrevista, tinha outra pessoa lá que eu não me lembro o nome, falado também, ninguém queria saber naquela, todo mundo atrás de Cora Coralina, pra você ver o espírito dela também era forte [...]

Na sua perspectiva, quais foram as maiores contribuições da (AFLAG) para as mulheres em Goiás?

Ercília: Essas contribuições elas estão relacionadas com, com cada área que elas ocupam dentro da AFLAG, por exemplo, Belkiss, uma contribuição fantástica na música né, essa Ceci Pinheiro, falecida há muito tempo, no teatro, Coca Coralina na poesia, qual outra área... Escultura, Maria Guilhermina, Neusa de Moraes que fez os, a representação que está ali na

praça cívica, eu acho que cada um na sua área, a Ana Braga, né, politicamente e, e, e nos discursos, que ela é uma grande oradora [...].

Para as mulheres, no sentido para as mulheres em Goiás...

Ercília: Que muitas mulheres que conhecem a atuação da academia também desejam e até pleiteiam entrar também lá, não é, eu acho que nós damos um bom exemplo.

Como você enxerga hoje a valorização da presença de mulheres na literatura e artes?

Ercília: Se você olhar uma Nélida Piñon ela, ela tem um lugar eu acho que maior do que muitos homens, então eu acho, que dá minha parte, eu acho que tá igual, se a mulher se dedica e estuda bastante e lê muito eu não vejo diferença...

Não teria nada que impeça que ela consiga...

Ercília: Não. E quem falar diferente tem que provar que é melhor, me refiro aos homens.

Entrevista concedida em 23/08/2019

Entrevistada: Maria do Rosário Cassimiro.

Titular da cadeira nº 34 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

Primeira mulher a presidir a Academia Goiana de Letras de 1994 a 1996.

Primeira mulher reitora de uma universidade pública no Brasil, sendo a Universidade Federal de Goiás-UFG de 1982 a 1986.

Eurídice Natal e Silva, ao presidir a Academia de Letras de Goiás, em 1903, tornou-se a primeira mulher a fazer parte de um ambiente acadêmico como este, sendo uma importante iniciativa feminina. Fale acerca da importância desta iniciativa e como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nas Academias de Letras pelo Brasil até a década de 1970?

Maria: A Eurídice, ela fez parte de um grupo de oito escritores que resolveram fundar uma academia em Goiás, Cidade de Goiás, que fique bem entendido, Cidade de Goiás, e ela era a única mulher, porque ela tinha um prestígio político também, sabe, ela até tinha mais prestígio político do que mesmo literário, ela era muito jovem tinha 19 anos, o pai dela era desembargador e ali estava na ocasião como governador do estado, ele era presidente do tribunal de justiça, e então ela foi convidada para participar desse grupo, a instalação dessa academia foi no palácio, lá em Goiás, na Cidade de Goiás, e então ela foi convidada pelo grupo como homenagem à filha do governador, ele era governador na época para ser a presidente, então ela foi a primeira mulher e primeira presidente de uma organização que só tinha homens, então nós temos, seja por qual for a razão ou a motivação, mas a glória de ter uma mulher participando e presidindo uma academia de letras, e foi uma das primeiras né, existentes no Brasil. Durou pouco, porque os escritores eram muito poucos e não teve tempo nem de substituí-los quando eles morriam não houve, então acabou morrendo, teve vida curta essa academia, e a ideia ficou morna, não morreu mas ficou morna, muito tempo mais tarde, ou algum tempo mais tarde com a criação de Goiânia [1933] o filho dela Colemar Natal e Silva ficou com mais também um grupo de outros intelectuais, fundou a academia goiana de letras [1939], na qual não entrava mulheres...na qual não entrava mulheres, só de homens, e foi assim muitos anos, até que Regina Lacerda que era uma folclorista, escritora e poeta, Regina conseguiu entrar [1973], foi a primeira mulher na academia goiana de letras, se você for lá na Academia, você vai ver um, naquela sala do chá, onde você tirou essa fotografia que

você me mostrou, um retrato dela, grande, ela sozinha nela no retrato, como fui eu que organizei aquelas fotografias, quando eu fui presidente, eu tenho destaque lá, na fotografia dela, eu botei uma fotografia grande ((faz o gesto)) dela, sozinha, na tela, né, tem lá Rosarita Fleury, e...daí entraram mais três, a dona Nelly, que foi uma das fundadoras da AFLAG [Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás] e a Rosarita Fleury [1979] eram duas, com a eclosão de Cora Coralina, [...] que foi uma eclosão o aparecimento de Cora Coralina, porque você sabe que Cora Coralina ficou...amortecida, durante muito anos, ela recitava nos salões, nas festas de família em Goiás, nos saraus, ela sempre era chamada para recitar, mas não passava disso, a Cora, mas ela escrevia e guardava os escritos dela, depois que ela casou, primeiro ela fugiu com um rapaz né, ele era então delegado de polícia, mas depois ela casou, ela fugiu...montada na garupa do cavalo dele é até bonito para fazer uma história né, e chegando lá ela casou, ela não era amasiada não, ela era casada com ele, mas aí... e ele que admirava tanto antes de casar e o tom que ela tinha de recitar poesias e tudo o mais, passou a proibi-la de escrever, sabe, passou a proibi-la de escrever e ela então escrevia mas não publicava, escrevia mas não publicava, escrevia mas não publicava, quando ele morreu então é que vem a eclosão, ela de repente saí com muitos livros prontos para a sociedade né, aí começou a fama de Cora Coralina que você sabe, então foi a 4º mulher na academia de letras, e entrei a 5º mulher, entrei para substituir Cora Coralina quando ela morreu eu me candidatei [1985], e não tive rejeição nenhuma não, mas eu quase que perco a eleição porque já haviam promessas dos acadêmicos para outro candidato, que era um candidato muito forte, eu ganhei dele por um voto, quase que perco, talvez eu não perdesse porque eu tinha mais idade do que ele e no caso de um empate, por exemplo, que teria prioridade, né, mas então eu substituí...ocupo o lugar que era de Cora Coralina na Academia Goiana de Letras, alguns anos, 10 anos, não me lembro mais, depois que eu entrei na academia é que eu me tornei presidente, e foi uma escolha dos homens, dos homens, e... eu já não era mais reitora, eu estava livre, estava liberada, então eu me candidatei por solicitação de um grupo de homens, de acadêmicos, e me tornei a primeira presidente da Academia Goiana de Letras, mulher, né, mulher...hoje tem a Leda Selma, que é a segunda, vários anos depois, mas nesses anos, todos esses 80 anos da academia goiana de letras só duas mulheres chegaram a ser presidente.

A senhora também foi à primeira reitora mulher né, da UFG?

Maria: Fui à primeira reitora mulher no Brasil! No Brasil!

E como você encara o fato das escritoras não terem sido aceitas nesses espaços?

Maria: Preconceito, preconceito! Os acadêmicos tinham orgulho de falar que não podia entrar mulheres, sabe, e quando eu entrei tinha um acadêmico lá, uma pessoa muito prestigiada em goiana, ele não...era o lema dele não votar em mulher, e parece que ele fez a única a exceção da vida dele e votou em mim, sabe, e então assim, eu entrei e assim eu fui eleita para presidente da Academia Goiana de Letras, mais tarde com a... [...] antes disso tudo, quando não podia de jeito nenhum entrar na academia goiana de letras, três escritoras que não conseguiram, nunca conseguiam entrar, que era a Rosarita, a dona Nelly, e...a...tinha uma terceira lá, esqueci o nome, vou me lembrar do nome dela, essa três mulheres então lideradas por Rosarita Fleury, Rosarita Fleury é que foi a ideóloga, que teve a ideia de fundar uma academia que fosse das mulheres, já que as mulheres não podiam entrar nas dos homens então elas criaram uma que os homens não podia entrar, criaram uma academia de mulher, e foram muito bem sucedidas.

Como foi receber a ideia [...]?

Maria: Primeiro eu fui convidada pra entrar pra AFLAG sabe, e me disseram que eu seria aclamada eu já tinha sido presidente da goiana, então eu já tinha o nome muito forte na comunidade, literária de Goiás, então eu fui convidada pra entrar pra academia, e era uma coisa muito engraçada, que quando a gente entra pra academia, quando a gente se candidata pra AFLAG a gente tem que dar um salário mínimo pra AFLAG, eu dei um salário mínimo, um cheque correspondente a um salário mínimo e não fui eleita, quer dizer, a presidente da época, que foi a que mais me convidou, e depois ela fez uma campanha contra a minha entrada, pra você ver mulher contra mulher né, então eu não fui eleita, na segunda vez foi a mesma coisa, vieram me pedir pra eu entrar, daí eu tinha só um voto contra, todo mundo votou em mim e, e essa que votou contra, que teve até muito razão talvez se tivesse no lugar dela eu faria a mesma coisa que tinha uma candidata de Anápolis e ela é de Anápolis, ela se viu na obrigação de votar na conterrânea dela, e eu tive esse voto contra, mas foi quase uma unanimidade, e estou lá até hoje, e me sinto muito bem lá.

Na época como repercutiu a fundação da AFLAG, como foi essa ideia de fundar uma Academia de mulheres?

Maria: Foi um sucesso na imprensa, sabe, a imprensa comemorou muito a ideia, ninguém foi contra não, mas passando na imprensa, nas universidades, pelo menos na federal que era onde eu estava [como reitora] houve muitos comentários, comentários positivos [...] e depois disso, engraçado, que as três mulheres que fundaram a AFLAG se candidataram e entraram pra academia goiana de letras, que foi a Rosarita, que foi a dona Nelly e Ana Braga, a Ana Braga entrou também, todas as três entraram pra Academia Goiana, muito tempo, muito tempo depois que fundaram a AFLAG, e a AFLAG está lá estimada, politicamente bem situada.

Quais foram as principais dificuldades da Academia Feminina (AFLAG) que a senhora tenha testemunhado?

Maria: Ah, a maior dificuldade tanto da feminina quanto da goiana é a pobreza, é a falta de dinheiro, é uma dificuldade a manutenção, o governador Marconi Perillo criou um, uma via de ajudar a academia, as academias, as instituições culturais de Goiás, todas elas, mas principalmente as academias, então o governo hoje, na minha época eu nunca recebi um centavo do governo, até a minha época de presidente da academia goiana, mas depois disso, com a ascensão do Marconi Perillo como governador do Estado ele passou a ajudar, sabe, e ele criou uma via de ajuda, se não me falha a memória esta hoje em 100 mil reais por ano, mas ajuda muito, e fora isso a academia feminina elas tem uma contribuição mensal, na goiana nenhum centavo, são poucos os acadêmicos que dão 100 reais, dão 200 reais, numa dificuldade qualquer, então a grande dificuldade nossa é dinheiro, dinheiro...

A AFLAG nos primeiros anos ela foi nômade, né...

Maria: Foi, ela não tinha sede, nós também, primeira sede da goiana [Academia Goiana de Letras] foi no 7º andar do edifício Vila Boa, que existe ali na Av. Goiás, acho que esquina com a rua um, era um salão doado pelo Jaime Câmara, que foi um dos fundadores do O Popular, ele era acadêmico, e ele deu esse espaço para a fundação, para a Academia Goiana de Letras funcionar, antes disso fazia a reunião na casa dos próprios acadêmicos, não tinha sede, sabe, depois nós conseguimos adquirir a casa onde nós funcionamos hoje, que era a casa

do doutor Colemar, que era o fundador da Academia Goiana de Letras, filho da Eurídice, ele era filho da Eurídice, e fundador da Academia Goiana de Letras, então ele tinha, morava naquela casa, é uma casa histórica, número 01 de Goiânia.

Qual a importância atribuída por você à fundação de uma Academia totalmente de mulheres voltada para as letras e artes?

Maria: Ah eu acho uma ideia fantástica, porque a mulher passo a passo está conquistando o seu lugar na sociedade, e nas letras e nas artes, principalmente nas artes ela tem evoluído muito, muito mesmo, a mulher tem avançado muito [...] nas letras elas competem mais com os homens, competem muito com os homens, né, aparecem muito mais escritores do que escritoras, mas nas artes aparecem muito as mulheres, e não há, esse preconceito eu acho que não existe mais, da sociedade, bem entendido, dentro da própria instituição ainda existe [...] outro dia um acadêmico, amigo nosso, da academia disse “é...” falando pra Leda até, “é Leda, agora já são 08 mulheres na academia, de repente chega a 10, já tá bastante né, precisa parar né” falando assim, com esse jeito, como se estivesse falando uma coisa muito natural “precisar para né Leda”, quer dizer, a academia é dos homens.

Com base em sua experiência, o que foi fundamental para você se tornar uma escritora/artista?

Maria: Olha, quando a gente está na carreira universitária, né, a gente faz pesquisas, né, fiz muita pesquisa na minha vida, muita, e dessas pesquisas resultaram oito livros, mas a gente não tinha a menor inclinação, digamos assim, para pertencer á academia, os livros saiam a própria editora da universidade publicava, e ficava por isso mesmo, e a gente dava coautoria pra outra pessoa, só pra incentivar a pessoa a escrever junto, pesquisar junto, sabe, dessa forma eu escrevi uns oito livros, um dia [...] eu era reitora, nós tivemos uma reunião com o presidente da academia goiana de letras que era o Ursulino Leão, que foi um grande escritor e um grande acadêmico...

Foi a partir dele que as mulheres entraram começaram a entrar... [1970]

Maria: Então o Ursulino perguntou se eu nunca tinha pensado de entrar pra academia, eu falei não, “mas a gente já em oito livros”, mas acadêmicos, técnicos, sobre a educação, “não tem importância, isso não impede não”, aí, os meus assessores que estavam ali na sala ouviram a conversa e levaram a sério, e começaram a conversar com outros acadêmicos para ver o que eles achavam da professora Cassimiro entrar pra academia, e foram achando apoio, sabe, foram achando apoio, e insistiram, aí eu conversei com doutor Ursulino, perguntei, e tinha uma vaga, “doutor Ursulino, sabe aquela pergunta que o senhor me fez, tô pensando agora em entrar, eu posso entrar nessa vaga que tem aí” ele falou “essa não, essa não adianta porque o, o, o poeta, ele até falou o poeta já trabalhou tão bem que os votos já são dele, entra na próxima” e a próxima a providência divina, eu acredito muito nela, a providência divina que a próxima foi a da Cora Coralina, eu entrei na vaga dela.

Quais foram as principais dificuldades sentidas por você e pelas mulheres que a senhora conheceu, no processo de se tornar escritora em Goiás?

Maria: Não tive dificuldades não, eu fui muito prestigiada como mulher nas funções que eu exerci na minha vida, inclusive na universidade, eu era muito prestigiada pelo ministério da educação, eu recebia muita verba além do orçamento normal que nós recebíamos, e pude ser uma boa reitora, na minha opinião, sem falsa modéstia.

As dificuldades sentidas por você ou pelas mulheres que a senhora conheceu, se a senhora tenha conhecido ou testemunhado uma experiência que te marcou [...]

Quando eu entrei pra Universidade, pra reitoria, havia um grupo de professores que não acreditava que eu aguentasse ficar seis meses, que eu ia renunciar, sabe, e isso havia, havia dentro da universidade essa oposição a minha pessoa, eu não fui a primeira da lista, que era uma lista de seis nomes que ia pro Ministério da Educação, ia na verdade pra Presidência da República, que era o presidente da república que nomeava, desses três, desses seis nomes eu fui o terceiro, quer dizer teve dois que tiveram mais votos que eu, e eles não foram, não foram nomeados, então eu fico pensando que aquilo foi na época do governo militar, que os militares não são tão preconceituosos como a gente pensa, não são tão machistas como as pessoas pensam, porque eles nomearam a primeira mulher reitora no Brasil, e nomearam também a primeira mulher ministra, no Brasil, então eles não são tão machista quanto se

pensa, e na universidade, esses que não apoiavam o meu nome diziam que eu jamais seria nomeada, eu estava na lista, que eu jamais seria nomeada por ser mulher, porque o presidente da República era um general, e o ministro da educação era outro general, como é que dois generais iam nomear uma mulher, nunca! E eu fui nomeada.

E outras mulheres, a senhora têm uma história ou dificuldade que tenha te marcado, de conhecidas da senhora?

Não. Não me lembro disso.

Na sua perspectiva, quais foram as maiores contribuições da (AFLAG) para as mulheres em Goiás?

Maria: Eu acho que a AFLAG prestigia muito as mulheres, até certo ponto elas prestigiam até os homens também, poetas, escritores, sabe, mas elas prestigia...eu acho que a contribuição maior da AFLAG foi marcar definitivamente o valor da mulher na literatura, o valor da mulher na arte, porque literatura e arte a mulher sempre fez, mas não tinha o prestígio que tem hoje, e a AFLAG contribuiu muito para isso.

Como você enxerga hoje a valorização da presença de mulheres nesses espaços?

Maria: Enxergo bem, eu enxergo bem, acho que a mulher tem vencido muitas barreiras, eu não digo que vence com facilidade, se ela tiver coragem de enfrentar, porque uma coisa que mulher que administra, por exemplo, como fui reitora, é provar que “tá certa”, porque tudo que você quer fazer eles falam que dá errado, sabe, então você tem que provar, com mão de ferro [...] eu tinha apelido na Universidade, sabe, de mão de ferro, de Margareth Tachear, de mulher de ferro, sabe.